



PLANO ESTRATÉGICO
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO NÁUTICO
NO ALENTEJO E RIBATEJO

PLANO DE EXECUÇÃO

Elaborado por:



Co-Financiamento:



	
FICHA TÉCNICA	
Conceção e Redação	Fernando Completo Fernando Moreira João Reis Nuno Gustavo
Título	PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO NO ALENTEJO E RIBATEJO – PLANO DE EXECUÇÃO
Desenvolvido por	Centro de Estudos do Turismo (CESTUR) Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE)
Entidade Promotora	Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo
Co-Financiamento	Inalentejo, QREN e União Europeia
Data	09 de Setembro de 2015
Composição	510 páginas

ÍNDICE GERAL

1. PREÂMBULO.....	15
2. O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO.....	17
2.1. OBJETIVOS A ALCANÇAR	20
2.2. METODOLOGIA, COMPONENTES E PROCEDIMENTOS.....	22
2.3. ESTRUTURA E ROTEIRO DO ESTUDO	28
3. O TURISMO NÁUTICO ENQUANTO PRODUTO GLOBAL.....	33
3.1. ABRANGÊNCIA CONCEPTUAL.....	33
3.1.1. EXPRESSÃO ATUAL E POTENCIAL DE CRESCIMENTO.....	40
3.1.2. PERFIL DOS NAUTAS	42
3.1.3. ATRAÇÕES, ATIVIDADES E EXPERIÊNCIAS.....	45
3.2. A OFERTA.....	48
3.2.1. OS TERRITÓRIOS DA NÁUTICA MUNDIAL – EVOLUÇÃO E EXPRESSÃO GEOGRÁFICA	48
3.2.2. RECURSOS, FATORES DE SUPORTE E MODELOS DE NEGÓCIO	50
3.2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E MODELOS DE GESTÃO DOS DESTINOS	52
3.2.4. ESTUDOS CASO	53
3.2.4.1. RIO LOIRE.....	55
3.2.4.1.1. TERRITÓRIO: TOURS e SAUMUR	55
3.2.4.2. LITORAL FRANCÊS: DE VANNES A BIARRITZ	60
3.2.4.2.1. TERRITÓRIO: VANNES E SAINT NAZAIRE.....	60
3.2.4.2.2. TERRITÓRIO: SABLES D’OLONNE E LA ROCHELLE	71
3.2.4.2.3. TERRITÓRIO: ROYAN, BLAYE, BASSIN D’ARCACHON, LACANAU, CAP FERRET.....	80
3.2.4.2.4. TERRITÓRIO: BORDEAUX, HOSSEGOR E BIARRITZ	87
3.2.4.3. CONCLUSÕES.....	93
4. ÁREA DE INTERVENÇÃO: ALENTEJO E RIBATEJO.....	98
4.1. LOCALIZAÇÃO E FIGURA	98
4.2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA SUMÁRIA	104

4.2.1. OROGRAFIA E SOLOS	104
4.2.2. CLIMA E TEMPO	109
4.2.3. HIDROGRAFIA	116
4.2.4. SOLOS, COBERTO VEGETAL E FAUNA	129
4.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA.....	135
4.3.1. DEMOGRAFIA.....	135
4.3.2. ATIVIDADE ECONÓMICA.....	139
4.3.3. ESTRUTURA URBANA E CAMPO	144
4.3.4. REDES DE ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA	146
4.4. O TURISMO E O RECREIO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	150
4.4.1. O SIGNIFICADO PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DAS GRANDES TENDÊNCIAS DO TURISMO	150
4.4.2. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO ATUAL.....	165
4.4.3. O TURISMO NÁUTICO ENQUANTO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.....	190
5. O TURISMO NÁUTICO NA REGIÃO DO ALENTEJO E RIBATEJO	192
5.1. DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NÁUTICO NO ALENTEJO E RIBATEJO.....	192
5.1.1. ALENTEJO LITORAL.....	194
5.1.2. BAIXO ALENTEJO	204
5.1.3. ALENTEJO CENTRAL	209
5.1.4. ALTO ALENTEJO	222
5.1.5. LEZÍRIA DO TEJO	229
5.2. A NÁUTICA DE RECREIO E A NÁUTICA DESPORTIVA – VERTENTES, DISTRIBUIÇÃO E SIGNIFICADO.....	237
5.3. PLANOS DE ÁGUA E ATIVIDADES INDUZIDAS NO <i>HINTERLAND</i>	241
6. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO NO ALENTEJO E RIBATEJO	243
6.1. A REGIÃO E O TURISMO NÁUTICO	243
6.1.1. AVALIAÇÃO DE RECURSOS.....	245
6.1.1.1. ALENTEJO ATLÂNTICO	249
6.1.1.2. HINTERLAND ALENTEJANO.....	263
6.1.1.3. ALQUEVA E FAIXA RAIANA MERIDIONAL	278
6.1.1.4. TEJO SUPERIOR E RAIJA SETENTRIONAL.....	283
6.1.1.5. VALE DO SORRAIA E AFLUENTES	290
6.1.1.6. TEJO E LEZÍRIA	297

6.1.2. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	299
6.2. SUB-ESPAÇOS E SEGMENTOS DE TURISMO NÁUTICO	302
6.2.1. OS NEXOS SUB-REGIONAIS	302
6.2.2. DIAGNÓSTICOS ESTRATÉGICOS POR SUB-REGIÃO E POR SEGMENTO DE PRODUTO	304
6.3. LOCAIS E EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS NÁUTICAS	350
6.3.1. METODOLOGIA DA SEGMENTAÇÃO ESPACIAL E TEMÁTICA	351
6.3.2. MATRIZ DOS SPOTS DA NÁUTICA	354
7. O DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO E RIBATEJO TENDO POR BASE O TURISMO NÁUTICO.....	357
7.1. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO.....	357
7.1.1. METODOLOGIA GERAL	357
7.1.2. OS MINI-CENÁRIOS DE PARTIDA.....	361
7.1.2.1. MINI-CENÁRIO A – centralidade e sustentação – um futuro de navegação rápida e segura	362
7.1.2.2. MINI-CENÁRIO B – apatia e sustentação – um futuro de navegação segura, mas com rumo incerto.....	365
7.1.2.3. MINI-CENÁRIO C – centralidade e insustentabilidade – um futuro de navegação com rumo, mas sem propulsão.....	368
7.1.2.4. MINI-CENÁRIO D – apatia e insustentabilidade – Sem rumo e por águas alterosas	371
7.1.3. DISCUSSÃO DOS MINI-CENÁRIOS E ADOÇÃO DE UM CENÁRIO DE BASE.....	374
7.1.4. AJUSTE AOS CENÁRIOS DA TERCEIRA DIMENSÃO E REDAÇÃO DO CENÁRIO ADOPTADO	376
7.1.4.1. Do mini-cenário de base ao cenário de referência	377
7.1.4.2. O cenário de referência - Centralidade e sustentação num quadro de flexibilização regulatória e legislativa equilibrada, um futuro de navegação rápida e segura.....	380
7.1.5. VISÃO E DECORRÊNCIAS ESTRATÉGICAS	387
7.1.6. CENÁRIO DE REFERÊNCIA, RECURSOS TURÍSTICOS E POTENCIAL FUTURO DOS SPOTS DE TURISMO NÁUTICO.....	395
8. PLANO DE AÇÃO PARA O TURISMO NÁUTICO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	399
8.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO	399
8.2. RECOMENDAÇÕES DE CARÁCTER TRANSVERSAL.....	401
8.2.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA A REGIÃO ALENTEJO E RIBATEJO.....	401
8.2.2. RECOMENDAÇÕES ASSOCIADAS À GESTÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DOS DESTINOS TURÍSTICOS	402
8.2.3. RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	403
8.2.4. RECOMENDAÇÕES ASSOCIADAS AO TURISMO EM GERAL E AO PRODUTO NÁUTICO EM PARTICULAR.....	404

8.2.5. RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DA ANIMAÇÃO TURÍSTICA E DA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS.....	405
8.3. RECOMENDAÇÕES POR EIXO TERRITORIAL.....	406
8.3.1. EIXO TERRITORIAL FOZ DO SADO E PENÍNSULA DE TRÓIA.....	406
8.3.2. EIXO TERRITORIAL RIO SADO A MONTANTE DA FOZ	407
8.3.3. EIXO TERRITORIAL PRAIAS DE GRÂNDOLA	408
8.3.4. EIXO TERRITORIAL PRAIAS ENTRE SANTIAGO DO CACÉM E SINES.....	409
8.3.5. EIXO TERRITORIAL SINES – PRAIAS DO NORTE E DO SUL	410
8.3.6. EIXO TERRITORIAL PRAIAS DE ODEMIRA	411
8.3.7. EIXO TERRITORIAL VALE DO GUADIANA.....	412
8.3.8. EIXO TERRITORIAL DO ALQUEVA.....	413
8.3.9. EIXO TERRITORIAL VALE DO SORRAIA	414
8.3.10. EIXO TERRITORIAL ALBUFEIRAS DO <i>HINTERLAND</i>	415
8.3.11. EIXO TERRITORIAL PORTALEGRE, CAMPO MAIOR E ELVAS.....	416
8.3.12. EIXO TERRITORIAL PONTE DE SOR, MARANHÃO, MONTARGIL E AVIS	417
8.3.13. EIXO TERRITORIAL RIO TEJO	418
8.4. PLANOS DE PORMENOR PARA OS ESPAÇOS ESPECÍFICOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	419
8.4.1. ALENTEJO ATLÂNTICO	419
8.4.1.1. FOZ DO SADO E PENÍNSULA DE TRÓIA.....	419
8.4.1.2. RIO SADO A MONTANTE DA FOZ.....	421
8.4.1.3. PRAIAS DE GRÂNDOLA	424
8.4.1.4. SINES –PORTO	427
8.4.1.5. SINES – PRAIAS DO SUL	429
8.4.1.6. RIO MIRA	432
8.4.1.7. ODEMIRA – PRAIAS DO SUL E PORTOS DE ABRIGO	434
8.4.2. <i>HINTERLAND</i> ALENTEJANO	438
8.4.2.1. ALBUFEIRA DA ATABUEIRA.....	438
8.4.2.2. ALBUFEIRA DE VALE DO GAIO	440
8.4.2.3. ALBUFEIRA DE ODIVELAS.....	442
8.4.2.4. ALBUFEIRA DE SANTA CLARA	444
8.4.3. ALQUEVA E FAIXA RAIANA MERIDIONAL.....	446
8.4.3.1. ALBUFEIRA DE LUCEFECIT	446
8.4.3.2. ALBUFEIRA DO ALQUEVA	448
8.4.3.3. RIO GUADIANA – TROÇO PULO DO LOBO-RIBEIRA DO VASCÃO.....	452
8.4.3.4. ALBUFEIRA DA TAPADA GRANDE	456
8.4.4. TEJO SUPERIOR E RAIJA SETENTRIONAL	458

8.4.4.1. RIO TEJO – TROÇO ALBUFEIRA DE BELVER-PRAIA DO ALAMAL	458
8.4.4.2. ALBUFEIRA DE PÓVOA E MEADAS.....	461
8.4.4.3. ALBUFEIRA DO CAIA	464
8.4.4.4. LAGO DA ALFARÓFIA	466
8.4.5. VALE DO SORRAIA E AFLUENTES	468
8.4.5.1. PONTE DE SOR.....	468
8.4.5.2. ALBUFEIRA DE MONTARGIL	471
8.4.5.3. ALBUFEIRA DE MARANHÃO	474
8.4.5.4. VALE DO SORRAIA	477
8.4.5.5. LAGO DA QUINTA GRANDE	480
8.4.6. TEJO E LEZÍRIA.....	482
8.4.6.1. RIO TEJO – TROÇO AZAMBUJA-CHAMUSCA.....	482
8.5. AÇÕES/RECOMENDAÇÕES COMPLEMENTARES – OUTROS SPOTS.....	487
8.5.1. ALENTEJO ATLÂNTICO	489
8.5.2. HINTERLAND ALENTEJANO	492
8.5.3. ALQUEVA E FAIXA RAIANA MERIDIONAL.....	495
8.5.4. TEJO SUPERIOR E RAIAS SETENTRIONAL	496
8.5.5. VALE DO SORRAIA E AFLUENTES	498
8.5.6. TEJO E LEZÍRIA.....	499
8.6. PROPOSTAS ESTRUTURANTES DE RESPONSABILIDADE DA ERTA	501

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Níveis analíticos e sua estrutura genética	23
Figura 2 – Transição entre os níveis analíticos	23
Figura 3 – Modelo Global da Investigação	27
Figura 4 – Síntese da estrutura e do roteiro do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo Náutico no Alentejo	32
Figura 5 – Turismo Náutico – universo e práticas	33
Figura 6 – Atividades turísticas mais relevantes para o desenvolvimento sustentável das regiões costeiras e marítimas	34
Figura 7 – <i>Cluster</i> do Turismo Náutico.....	35
Figura 8 – Evolução do mercado de Marine and Cruise Tourism.....	37
Figura 9 – O Turismo Náutico na Europa – fatos e números 2014.....	37
Figura 10 – Massas de água com o mínimo de 2 provas de pesca realizadas por ano (de 2006 a 2009).....	39
Figura 11 – Perfil do Consumidor Nauta	44
Figura 12 – Itinerário Benchmarking	54
Figura 13 – Estação Náutica de Saumur	55
Figura 14 – Ciclovias – Loire.....	56
Figura 15 – Marina Urbana de Vannes.....	61
Figura 16 – Doca Seca do Parque Náutico de Recreio e Lazer de Arzal-Camoël	63
Figura 17 – Golfo de Morbihan	64
Figura 18 – Plano do Parque Náutico de Recreio e Lazer de Arzal-Camoël	69
Figura 19 – Sinalética – Rota Litoral (Pornichet).....	69
Figura 20 – Homenagem a Alessandro Di Benedetto pela volta ao mundo sem escalas num pogo de 6,5m com partida e chegada Sables D’Olonne.....	71
Figura 21 – Porto urbano da cidade marinheira de La Rochelle	73
Figura 22 – Porto de Arcachon (2.600 rings)	80
Figura 23 – Lacanau: aula de <i>windsurf</i>	82
Figura 24 – Pesca desportiva na bacia de Arcachon.....	83
Figura 25 – <i>Surf</i> na praia de Biarritz.....	87
Figura 26 – Praia de Hossegor.....	88
Figura 27 – Praia de Biarritz.....	88
Figura 28 – NUTS e território de intervenção do PEDTNAR.....	101
Figura 29 – Modelo de elevação (TIN) da AI	107
Figura 30 – Regiões climáticas de Portugal Continental	111
Figura 31 – Precipitação média acumulada anualmente em Portugal Continental.....	112
Figura 32 – Diferenciação climática de Portugal Continental (verão/inverno).....	113
Figura 33 – Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Koppen	115
Figura 34 – Regiões Hidrográficas da AI.....	118
Figura 35 – Principais cursos de água da bacia hidrográfica do Tejo na AI	120
Figura 36 – Principais cursos de água das bacias hidrográficas do Sado e Mira.....	122
Figura 37 – Principais cursos de água da bacia hidrográfica do Guadiana na AI	124
Figura 38 – Principais cursos de água da AI.....	128
Figura 39 – Ocupação/uso do solo (Corine Land Cover) na AI.....	133

Figura 40 – Áreas protegidas na AI	134
Figura 41 – Estrutura etária da população Residente no Alentejo por sexo, 2001 e 2011	137
Figura 42 – Taxa de Analfabetismo em 2011 e variação por município no período 2001/2011	138
Figura 43 – Emprego e Desemprego por Ramo de Atividade e Género no Alentejo (2011)	141
Figura 44 – Ramo de atividade económica de especialização regional, 2011	142
Figura 45 – Densidade Populacional e Lugares com mais de 2.000 residentes ou mais no Alentejo (2011)	145
Figura 46 – Movimentos pendulares (interações regionais) no Alentejo, 2011	147
Figura 47 – Evolução da procura turística internacional por quota de mercado dos destinos turísticos 1950-2010.....	151
Figura 48 – Perfil do Turista da Região do Alentejo - Motivações.....	166
Figura 49 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, 2013	168
Figura 50 – Capacidade média de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por NUTS II, 2013.....	170
Figura 51 – Galões do Sado no Cais de Alcácer do Sal	196
Figura 52 – Albufeira da Barragem do Pego do Altar: auto-caravanismo	197
Figura 53 – Cais do Pomarão	204
Figura 54 – Cais de Mértola	205
Figura 55 – Tapada Grande – infraestruturas	206
Figura 56 – Localização da Herdade da Cegonha.....	208
Figura 57 – Levada da Ribeira da Seda	209
Figura 58 – Cais Monsaraz	215
Figura 59 – Amieira Marina	216
Figura 60 – Barcos-Casa da Amieira Marina	217
Figura 61 – Embarcações dos operadores nos cais da Barragem do Alqueva	219
Figura 62 – Cais da Estrela.....	219
Figura 63 – Cais do Mourão	220
Figura 64 – Praia do Alamal (Gavião)	222
Figura 65 – Herdade da Cortesia - Alojamento	227
Figura 66 – Cais da Herdade da Cortesia	227
Figura 67 – Concelho da Chamusca – facilidades associadas ao rio Tejo	229
Figura 68 – Marina de Salvaterra de Magos	230
Figura 69 – Cais de Valada e Palhota.....	231
Figura 70 – Campeonato do Mundo Pesca Desportiva Água Doce Senhoras 2014.....	232
Figura 71 – Pesca desportiva na pista de Santa Justa, Couço.....	232
Figura 72 – Zona Ribeirinha de Coruche - Margens	233
Figura 73 – Zona Ribeirinha de Coruche – Atividades Náuticas e Desportivas.....	233
Figura 74 – Imagem aérea do Açude da Agolada, Coruche	234
Figura 75 – Remo no Açude do Monte da Barca, Coruche.....	235
Figura 76 – Ski aquático no Lago da Quinta Grande, Coruche	236
Figura 77 – Avaliação global dos Espaços Náuticos considerados na AI	244
Figura 78 – Avaliação global dos Espaços Náuticos considerados na AI	248
Figura 79 – Matriz para Análise do Potencial Território/Produto.....	303
Figura 80 – Eixos estruturantes dos cenários – Fase 1	359

Figura 81 – Eixo complementar – Fase 2	360
Figura 82 – Evolução das atividades náuticas para o mini-cenário A.....	363
Figura 83 – Evolução das atividades náuticas para o mini-cenário B.....	366
Figura 84 – Evolução das atividades náuticas para o mini-cenário C.....	369
Figura 85 – Evolução das atividades náuticas para o mini-cenário D.....	372
Figura 86 – Eixo estruturante do mini-cenário A – variante 2	379
Figura 87 – Processo de estabelecimento da Visão Estratégica	387
Figura 88 – Avaliação global prospetiva dos Espaços Náuticos considerados na AI	398
Figura 89 – Níveis de Intervenção do Plano de Ação.....	400
Figura 90 – Ficha de Spot: Foz do Sado e Península de Tróia	419
Figura 91 – Ficha de Spot: Rio Sado a montante da Foz.....	421
Figura 92 – Ficha de Spot: Praias de Grândola.....	424
Figura 93 – Ficha de Spot: Sines – Porto.....	427
Figura 94 – Ficha de Spot: Sines – Praias do Sul	429
Figura 95 – Ficha de Spot: Rio Mira	432
Figura 96 – Ficha de Spot: Odemira – Praias do Sul e Portos de Abrigo	434
Figura 97 – Ficha de Spot: Albufeira da Atabueira	438
Figura 98 – Ficha de Spot: Albufeira de Vale do Gaio	440
Figura 99 – Ficha de Spot: Albufeira de Odivelas.....	442
Figura 100 – Ficha de Spot: Albufeira de Santa Clara.....	444
Figura 101 – Ficha de Spot: Albufeira de Lucefecit.....	446
Figura 102 – Ficha de Spot: Albufeira do Alqueva.....	448
Figura 103 – Ficha de Spot: Rio Guadiana – Troço Pulo do Lobo-Ribeira do Vascão	452
Figura 104 – Ficha de Spot: Albufeira da Tapada Grande	456
Figura 105 – Ficha de Spot: Rio Tejo – Troço Albufeira de Berver-Praia do Alamal.....	458
Figura 106 – Ficha de Spot: Albufeira de Póvoa e Meadas.....	461
Figura 107 – Ficha de Spot: Albufeira do Caia.....	464
Figura 108 – Ficha de Spot: Lago da Alfarófia	466
Figura 109 – Ficha de Spot: Ponte de Sor	468
Figura 110 – Ficha de Spot: Albufeira de Montargil	471
Figura 111 – Ficha de Spot: Albufeira de Maranhão.....	474
Figura 112 – Ficha de Spot: Vale do Sorraia	477
Figura 113 – Ficha de Spot: Lago da Quinta Grande	480
Figura 114 – Ficha de Spot: Rio Tejo – Troço Azambuja-Chamusca	482
Figura 115 – Conjuntos territoriais náuticos	488

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura e Roteiro do Estudo	28
Quadro 2 – Síntese das evidências mais significativas da ação de <i>benchmarking</i> e sua adequabilidade e inovação no território do Alentejo e Ribatejo	97
Quadro 3 – Sub-bacias da Região Hidrográfica do Tejo (RH5)	119
Quadro 4 – Sub-bacias da Região Hidrográfica do do Sado e Mira (RH6)	121
Quadro 5 – Sub-bacias da região hidrográfica do Guadiana (RH7)	123
Quadro 6 – Número de habitantes por km ² – Portugal e Alentejo NUTS II (1960-2011)	135
Quadro 7 – Rankings dos principais indicadores de turismo internacional, 2013	152
Quadro 8 – Síntese dos significados das tendências do Turismo para a AI	157
Quadro 9 – Estabelecimentos, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo	167
Quadro 10 – Capacidade de alojamento, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo	169
Quadro 11 – Parques de campismo, área, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço,	171
Quadro 12 – Colónias de férias e pousadas de juventude, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, por regiões (NUTS II)	172
Quadro 13 – Hóspedes, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) – anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo.....	173
Quadro 14 – Dormidas, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo.....	176
Quadro 15 – Dormidas de campistas, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual	178
Quadro 16 – Dormidas nas colónias de férias e pousadas de juventude, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual.....	180
Quadro 17 – Viagens em Portugal, segundo o motivo e duração (NUTS II de destino)..	181
Quadro 18 – Matriz origem/destino (NUTS II) das viagens realizadas em Portugal, segundo os principais motivos e duração	182
Quadro 19 – Taxa líquida de ocupação-cama, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)	183
Quadro 20 – Estada média, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)	184
Quadro 21 – Estada média, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual.....	185
Quadro 22 – Estada média de campistas, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual	186
Quadro 23 – Estada média nas colónias de férias e pousadas de juventude, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual.....	187
Quadro 24 – Proveitos totais, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II).....	188
Quadro 25 – Rendimento por quarto disponível (RevPar), segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)	189

Quadro 26 – Síntese das Reuniões Técnicas e Ações de Campo realizadas.....	192
Quadro 27 – Barragens de utilização livre na região do Alentejo e Ribatejo	194
Quadro 28 – Rede Primária Vale do Sado	198
Quadro 29 – Avaliação de recursos – Foz do Rio Sado e Península de Tróia	249
Quadro 30 – Avaliação de recursos – Rio Sado a montante da foz.....	250
Quadro 31 – Avaliação de recursos – Praias de Grândola (Comporta e Carvalhal; Aberta Nova e Lagoa de Melides)	251
Quadro 32 – Avaliação de recursos – Praias de Santiago do Cacém (Lagoas de Santo André e da Sancha, praias de Santo André).....	252
Quadro 33 – Avaliação de recursos – Praias de Santiago do Cacém (Fonte do Cortiço e da Vacaria).....	253
Quadro 34 – Avaliação de recursos – Sines (Praias do Norte).....	254
Quadro 35 – Avaliação de recursos – Sines (Porto).....	255
Quadro 36 – Avaliação de recursos – Sines (praias do Sul: São Torpes, Morgavel, Vieirinha, Porto Covo e Ilha do Pessegueiro)	256
Quadro 37 – Avaliação de recursos – Albufeira de Morgavel	257
Quadro 38 – Avaliação de recursos – Albufeira Fonte Serne.....	258
Quadro 39 – Avaliação de recursos – Albufeira de Campilhas	259
Quadro 40 – Avaliação de recursos – Praias de Odemira (praias do Norte)	260
Quadro 41 – Avaliação de recursos – Rio Mira.....	261
Quadro 42 – Avaliação de recursos – Praias de Odemira (praias do Sul e portos de abrigo)	262
Quadro 43 – Avaliação de recursos – Albufeira da Atabueira	263
Quadro 44 – Avaliação de recursos – Albufeira da Freixeirinha	264
Quadro 45 – Avaliação de recursos – Albufeira dos Minutos	265
Quadro 46 – Avaliação de recursos – Albufeira do Divor.....	266
Quadro 47 – Avaliação de recursos – Albufeira de Monte Novo.....	267
Quadro 48 – Avaliação de recursos – Albufeira da Vigia.....	268
Quadro 49 – Avaliação de recursos – Albufeira de Torres.....	269
Quadro 50 – Avaliação de recursos – Albufeira de Tourega.....	270
Quadro 51 – Avaliação de recursos – Albufeira Pego do Altar	271
Quadro 52 – Avaliação de recursos – Albufeira Vale do Gaio	272
Quadro 53 – Avaliação de recursos – Albufeira de Alvito	273
Quadro 54 – Avaliação de recursos – Albufeira de Odivelas.....	274
Quadro 55 – Avaliação de recursos – Albufeira do Roxo	275
Quadro 56 – Avaliação de recursos – Albufeira Monte da Rocha.....	276
Quadro 57 – Avaliação de recursos – Albufeira de Santa Clara	277
Quadro 58 – Avaliação de recursos – Albufeira de Lucefecit.....	278
Quadro 59 – Avaliação de recursos – Albufeira do Alqueva	279
Quadro 60 – Avaliação de recursos – Albufeira do Pedrógão.....	280
Quadro 61 – Avaliação de recursos – Guadiana (Mértola: troço entre Pulo do Lobo e Ribeira do Vascão).....	281
Quadro 62 – Avaliação de recursos – Tapada Grande (Mina de São Domingos – Mértola)	282
Quadro 63 – Avaliação de recursos – Albufeira de Fratel	283
Quadro 64 – Avaliação de recursos – Rio Tejo (Albufeira de Belver/Praia do Alamal – Gavião).....	284

Quadro 65 – Avaliação de recursos – Albufeira Póvoa e Meadas	285
Quadro 66 – Avaliação de recursos – Albufeira da Apartadura.....	286
Quadro 67 – Avaliação de recursos – Albufeira de Abrilongo	287
Quadro 68 – Avaliação de recursos – Albufeira do Caia	288
Quadro 69 – Avaliação de recursos – Lago da Alfarófia	289
Quadro 70 – Avaliação de recursos – Ponte de Sor	290
Quadro 71 – Avaliação de recursos – Albufeira de Montargil.....	291
Quadro 72 – Avaliação de recursos – Albufeira de Maranhão	292
Quadro 73 – Avaliação de recursos – Vale do Sorraia	293
Quadro 74 – Avaliação de recursos – Açude da Agolada (Coruche).....	294
Quadro 75 – Avaliação de recursos – Açude do Monte da Barca (Coruche).....	295
Quadro 76 – Avaliação de recursos – Lago da Quinta Grande (Coruche)	296
Quadro 77 – Avaliação de recursos – Rio Tejo (troço entre Azambuja e Chamusca)	297
Quadro 78 – Avaliação de recursos – Albufeira de Magos	298
Quadro 79 – Análise SWOT (pontos fortes e fracos) para o Alentejo na ótica do Turismo Náutico.....	299
Quadro 80 – Análise SWOT (oportunidades e ameaças) para o Alentejo na ótica do Turismo Náutico	300
Quadro 81 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – A (síntese).....	304
Quadro 82 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – A (caraterização).....	305
Quadro 83 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – B (síntese).....	306
Quadro 84 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – B (caraterização).....	307
Quadro 85 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – C (síntese)	310
Quadro 86 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – C (caraterização)	310
Quadro 87 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – D (síntese).....	312
Quadro 88 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – D (caraterização).....	312
Quadro 89 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – E (síntese).....	314
Quadro 90 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – E (caraterização)	315
Quadro 91 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – F (síntese)	318
Quadro 92 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – F (caraterização)	319
Quadro 93 – Eixo Estratégico II – Sub-Eixo Estratégico II – A (síntese)	323
Quadro 94 – Eixo Estratégico II – Sub-Eixo Estratégico II – A (caraterização)	323
Quadro 95 – Eixo Estratégico III – Sub-Eixo Estratégico III – A (síntese).....	329
Quadro 96 – Eixo Estratégico III – Sub-Eixo Estratégico III – A (caraterização).....	329
Quadro 97 – Eixo Estratégico III – Sub-Eixo Estratégico III – B (síntese).....	334
Quadro 98 – Eixo Estratégico III – Sub-Eixo Estratégico III – B (caraterização).....	334
Quadro 99 – Eixo Estratégico IV – Sub-Eixo Estratégico IV – A (síntese)	337
Quadro 100 – Eixo Estratégico IV – Sub-Eixo Estratégico IV – A (caraterização).....	337
Quadro 101 – Eixo Estratégico V – Sub-Eixo Estratégico V – A (síntese)	341
Quadro 102 – Eixo Estratégico V – Sub-Eixo Estratégico V – A (caraterização)	341
Quadro 103 – Eixo Estratégico V – Sub-Eixo Estratégico V – B (síntese)	343
Quadro 104 – Eixo Estratégico V – Sub-Eixo Estratégico V – B (caraterização)	344
Quadro 105 – Eixo Estratégico VI – Sub-Eixo Estratégico VI – A (síntese).....	347
Quadro 106 – Eixo Estratégico VI – Sub-Eixo Estratégico VI – A (caraterização).....	348
Quadro 107 – Matriz dos Eixos Estratégicos – Eixos Infraestruturais de Base.....	354
Quadro 108 – Matriz dos Eixos Estratégicos – Spots Regionais Âncora e Complementares	355

Quadro 109 – Mini-Cenário A e seus significados para um conjunto de domínios dependentes.....	364
Quadro 110 – Mini-Cenário B e seus significados para um conjunto de domínios dependentes.....	366
Quadro 111 – Mini-Cenário C e seus significados para um conjunto de domínios dependentes.....	369
Quadro 112 – Mini-Cenário D e seus significados para um conjunto de domínios dependentes.....	372
Quadro 113 – Apreciação global dos cenários em análise	375
Quadro 114 – Subsistema de regulação e organização do subsector.....	391
Quadro 115 – Subsistema da oferta	392
Quadro 116 – Subsistema de distribuição, informação e divulgação.....	393
Quadro 117 – Subsistema da procura.....	393
Quadro 118 – Subsistema dos transportes.....	394
Quadro 119 – Impactes do Turismo Náutico.....	394
Quadro 120 – Avaliação global prospetiva dos locais de desenvolvimento do turismo náutico na AI	396
Quadro 121 – Propostas Estratégicas de Investimento (praias de Santiago do Cacém – Lagoas de Santo André e da Sancha; praias de Santo André)	489
Quadro 122 – Propostas Estratégicas de Investimento (praias de Santiago do Cacém – Fonte do Cortiço e da Vacaria)	489
Quadro 123 – Propostas Estratégicas de Investimento (Sines – praias do Norte)	489
Quadro 124 – Propostas Estratégicas de Investimento (praias de Odemira – praias do Norte).....	490
Quadro 125 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Morgavel – Sines)	490
Quadro 126 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Fonte Serne – Sines)	490
Quadro 127 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Campilhas – Santiago do Cacém)	491
Quadro 128 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira da Freixeirinha – Montemor-o-Novo).....	492
Quadro 129 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira dos Minutos – Montemor-o-Novo).....	492
Quadro 130 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira do Divor – Arraiolos)	492
Quadro 131 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Monte Novo – Évora)	492
Quadro 132 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira da Vigia – Redondo).....	493
Quadro 133 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Torres – Évora)	493
Quadro 134 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Tourega – Évora)	493
Quadro 135 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira Pego do Altar – Alcácer do Sal)	493
Quadro 136 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Alvito – Portel, Cuba e Viana do Alentejo)	494
Quadro 137 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira do Roxo – Aljustrel e Beja)	494

Quadro 138 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira Monte da Rocha – Ourique)	494
Quadro 139 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira do Pedrógão – Vidigueira).....	495
Quadro 140 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Fratel – Nisa)	496
Quadro 141 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira da Apartadura – Marvão)	496
Quadro 142 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Abrilongo – Arronches e Campo Maior)	496
Quadro 143 – Propostas Estratégicas de Investimento (Açude da Agolada – Coruche)	498
Quadro 144 – Propostas Estratégicas de Investimento (Açude do Monte da Barca – Coruche)	498
Quadro 145 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Magos – Salvaterra de Magos)	499

1. PREÂMBULO

A reestruturação territorial da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERT Alentejo) não só integrou na sua estrutura de base os pólos do Alqueva e do Alentejo Litoral, mas também ampliou a sua área de influência a Santarém e a outros dez municípios da Lezíria do Tejo.

Quer este novo recorte territorial, quer a própria evolução verificada nas características de base dos principais mercados emissores, aconselha o repensar do quadro estratégico e competitivo da região, seja no que se refere aos produtos turísticos já consolidados, seja, sobretudo, no que diz respeito à paleta de apostas futuras incidentes sobre os principais pólos e eixos territoriais.

Acresce ao anteriormente referido que se avizinha a vigência efetiva de um novo ciclo de programação dos fundos europeus estruturais e de investimento (2014-2020), facto que se por um lado alarga as janelas de oportunidade existentes, por outro implica a existência de uma cascata estratégica a escalas diferenciadas, perfeitamente definida e articulada para a região, territorial e sectorialmente falando.

Assim, seja no domínio dos Programas Operacionais Temáticos, seja, sobretudo, no que diz respeito ao PO Regional (mas também no PO da política de Desenvolvimento Rural - FEADER) importa criar as condições prévias para que o turismo regional evolua segundo apostas que expressem as duas grandes linhas de reorientação de aplicação dos fundos estruturais expressos pelo governo na sua resolução nº 33/2013: a racionalidade económica e a concentração nas apostas estratégicas.

Neste quadro, visitar as políticas e as práticas do desenvolvimento turístico regional perseguidas nos últimos anos é não só uma medida de inteligência analítica, mas também uma necessidade derivada da procura da maximização dos efeitos sectoriais diretos e derivados dos investimentos públicos e privados que se avizinham. Sempre assim foi, mas num quadro de escassez de massa crítica financeira como a que o país atravessa a certa aplicação dos fundos disponíveis ganha contornos de premência ainda mais elevados.

Surgem, assim, um conjunto de estudos que a ERT Alentejo lançou dirigidos à estruturação de uma paleta de produtos turísticos com forte potencial de desenvolvimento na região, paleta essa em que o presente trabalho, incidente sobre o turismo náutico, se insere.

Efetivamente, a fileira do turismo náutico, com os prolongamentos a montante e a jusante dos seus dois *cores* fundamentais – a náutica de recreio e a náutica desportiva, ainda que tardiamente desenvolvida em Portugal e na Região, encerra um potencial de crescimento e afirmação não despicienda, já pela quantidade e qualidade dos recursos e das infraestruturas existentes e potenciais, já pela tendência crescente da procura qualificada - nacional e internacional - que se tem verificado sobre a nebulosa dos produtos turísticos náuticos e seus derivados.

Algo que se os territórios e as regiões, em geral, não podem nem devem desprezar, o Alentejo, enquanto região com défices crónicos de dinamismo demográfico, social e económico, muito menos.

Finalmente, importa também sublinhar um outro conjunto de aspetos que acrescem ao domínio da exclusiva delimitação e produção de orientações e estratégias regionais para o desenvolvimento das atividades e do turismo náutico no Alentejo e no Ribatejo - os aspetos informativos, pedagógicos e estimulantes a exercer durante os múltiplos momentos de interação *equipa/stakeholders* que estudos desta natureza sempre encerram, seja sobre aqueles que já se encontram envolvidos no subsector, seja sobre os que prospetivam, de alguma forma, virem a juntar-se num futuro próximo.

Equipa técnica, mas também atores de dinamização do empreendedorismo regional, eis a missão que o grupo vertente se propõe abraçar.

2. O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Com base no que foi anteriormente referido, o presente estudo enquadra-se num modelo de planeamento flexível que se pretende equilibrado, integrado, sustentável e consistente.

Equilibrado, no sentido de não provocar e não agravar as assimetrias territoriais já existentes, integrado através do desejável posicionamento holístico - conjugando realidades e potencialidades diversas numa tessitura em que o turismo e o turismo náutico não são dimensionados isoladamente do que os rodeia e confere significado e relevância, sustentável através de uma conceção de desenvolvimento turístico perdurável e não depredatório do ambiente natural e cultural de que se alimenta e, finalmente, consistente, já que se pretende alicerçar na realidade concreta existente e numa contribuição intensiva dos *stakeholders* e populações locais.

Globalmente, o presente exercício insere-se nos objetivos consensualizados da planificação estratégica turística de base territorial, os quais se podem resumir em:

- Apurar as formas mais eficazes de desenvolvimento e organização do sector turístico em geral e do turismo náutico em particular, bem como as dimensões que lhe são conexas, os obstáculos e as ameaças com que a atividade se confronta (ou pode vir a defrontar num horizonte temporal próximo), os trunfos existentes, bem como as novas janelas geradas por um mercado turístico em constante e acelerada mudança;
- Reforçar/criar vetores de aderência da atividade turística e do turismo náutico às mudanças experimentadas nas envolventes distante e próxima;
- Buscar a diferenciação através da combinação virtuosa inovação/qualidade (no turismo em geral, mas muito em particular no produto turismo náutico);
- Encontrar e estabilizar as condições indispensáveis ao êxito da atividade na área em reformatação: rendibilidade económica e financeira das iniciativas turísticas, produtividade social e cultural, imagem positiva do Alentejo e do Vale do Tejo enquanto destino turístico, coordenação e cooperação entre *stakeholders* e entre

estes e a população geral, planos de *marketing* e efetivos, seja no âmbito da oferta e da procura turística, seja na da atração de investimento turístico produtivo;

- Contrariar o surgimento de entropias ao nível do processo de desenvolvimento turístico que, como já se referiu, se quer sustentado, participado e sociabilizado, mas também a descoordenação e a concorrência desnecessária entre atores (mantendo, contudo, a necessária competição criadora e transformadora), a desarticulação das iniciativas, as atitudes menos cooperantes por parte dos residentes, a delapidação abusiva das matérias primas do turismo náutico, a concentração, a massificação, ...

No que respeita às grandes etapas do processo de planeamento estratégico, importa destacar:

- A análise da situação de partida. Aqui se tratará de recolher informação que permita caracterizar não só os contextos externos e internos ao sector, mas também a sua expressão e formatação atual. Entre outros procedimentos evidencia-se a recolha de informação direta e indireta, a identificação, fixação e compatibilização de orientações e instrumentos de regulação incidentes sobre o sector e o subsector, a inventariação de recursos e infraestruturas mobilizáveis direta ou indiretamente pelo turismo náutico, a análise da oferta e da procura atuais, bem como os respetivos ajustes dinâmicos, a identificação, avaliação e registo em suportes cartográficos das atividades praticadas e praticáveis, a classificação das mesmas em termos de categorias racionais, de poder atrativo e de propensão para a sazonalidade, a determinação de capacidades de carga e limites aceitáveis de mudança. Síntese e matriz(es) de diagnóstico estratégico.
- A definição de objetivos estratégicos para o turismo náutico tendo em vista a evolução previsível da atividade ao nível mundial e nacional, a matriz de diagnóstico e as estratégias globais definidas para o Alentejo, o Turismo e o Turismo do Alentejo e, não menos importante, a filosofia de planeamento já descrita.

- A materialização em ações concretas, entre as quais se destacam um programa e ações específicas que viabilizam e corporizam os objetivos definidos, os papéis e responsabilidades conferidos aos diversos *stakeholders* identificados e os instrumentos complementares que viabilizarão e potenciarão a efetivação do plano e seus objetivos e metas, desde o acesso ao financiamento até aos manuais de boas práticas, passando pelos dispositivos de controle e avaliação de resultados e impactes do Plano.

2.1. OBJETIVOS A ALCANÇAR

À luz do que já se avançou anteriormente sobre a importância e a pertinência do estudo vertente – de resto também apoiados pelas opções e apostas que surgem expressas no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) – e, igualmente, com base nos desideratos da própria ERT Alentejo nesta matéria, é possível, de forma sintética e condensada, expressar os principais objetivos que o presente trabalho deverá perseguir.

Assim, identificam-se, desde logo, em dois grandes escopos, os objetos centrais do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo Náutico no Alentejo e Ribatejo:

- A conceção e a fundamentação de estratégias tendentes ao desenvolvimento do turismo náutico na área de intervenção da ERT Alentejo tendo em vista não só contribuir para o desenvolvimento harmonioso e perdurável do sector turístico regional, mas também, por acréscimo e extensão, concorrer para o aprofundamento e a densificação dos fatores específicos de afirmação competitiva do Alentejo, seja no quadro nacional, seja no internacional.
- A mobilização de *stakeholders* e população em geral para algo que - como o desenvolvimento regional - só poderá ser conseguido num quadro de cooperação e partilha entre os atores e os visados do processo.

No que diz respeito aos objetivos específicos ou colaterais identificam-se:

- A constituição de um soco informativo baseado, sobretudo, na observação e nos contatos diretos, sobre a realidade atual e potencial do turismo náutico e das atividades com ele conexas;
- A avaliação do ambiente competitivo externo, incluindo o contato com casos de sucesso ao nível do panorama internacional;
- A avaliação analítica do ambiente competitivo interno, nomeadamente a infraestrutura e superestrutura turística, mas também os fatores básicos de suporte da atividade;

- O contributo para a racionalização e a coerência das políticas e iniciativas públicas de base regional e local;
- O fomento da valorização, por parte dos residentes, do património ambiental, histórico e cultural da região, bem como a promoção da autoestima e do *empowerment* daqueles;
- O reforço da visibilidade e do reconhecimento da marca “Alentejo”;
- A contribuição para o fortalecimento e diversificação da base económica regional;
- O reforço e a harmonização da base demográfica regional;
- A promoção da qualidade de vida das populações.

Todos os objetivos atrás identificados devem ser conseguidos num quadro ético e filosófico que incorpore as mais recentes preocupações/orientações que subjazem às atividades turísticas e ao planeamento e ordenamento do território. Entre elas sublinham-se: a participação e a incorporação da energia criadora dos agentes e dos atores do território; a definição de objetivos e metas exequíveis; a incorporação de fatores de flexibilidade no processo de planeamento; a compatibilização intersectorial e interfuncional; a adoção de vetores de inovação no respeito dos valores tradicionais; a perseguição da competitividade, através de fatores virtuosos como a qualidade e a diferenciação; a promoção da responsabilidade empresarial e social, mas também a responsabilização dos visitantes e dos turistas; a justiça territorial e social; a sustentabilidade e a cooperação, entre outros aspetos.

2.2. METODOLOGIA, COMPONENTES E PROCEDIMENTOS

Do ponto de vista metodológico importa ter presente que o estudo vertente oferece alguns problemas específicos que o condicionam e que impõem soluções que não sendo as ideais são aquelas que o decurso temporal imposto ao estudo permitem.

Falamos, desde logo, do cruzamento entre duas dimensões que, pelo seu âmbito alargado, induzem a introdução de fatores de sistematização e de redução: a dimensão, diversidade e complexidade da base territorial da área de intervenção, a abrangência do conceito de turismo náutico, sobretudo quando ele deve ser encarado, como é o caso vertente, conjuntamente com aquilo que lhe está a montante e a jusante.

Assim, os procedimentos de economia analítica adotados neste trabalho decorreram da:

- Adoção de uma abordagem do tema em escalas diferenciadas as quais se deverão integrar em cascata, desde um nível mais abrangente em que o esforço analítico será efetuado de forma mais extensiva, até um outro, mais localizado e restrito, em que incidirá um esforço mais detalhado e intensivo.
- Passagem entre cada um dos níveis atrás referidos, através de procedimentos claramente identificados – aplicação de critérios de aglomeração ou filtros –, os quais nos permitirão efetuar o agrupamento das unidades de análise em conjuntos com nexos espaciais evidentes ou, noutros casos, restringir o esforço reflexivo àquilo que é considerado efetivamente central.
- Estruturação dos já referidos níveis analíticos através do cruzamento, a escalas diferenciadas, de dois vetores nucleares, um de natureza espacial, os territórios que contêm o fenómeno em estudo, e outro de natureza temática, o conteúdo em apreço, nas suas variadas facetas e dimensões.

Em síntese, o racional que presidirá à estrutura metodológica será a aplicação de varrimentos analíticos interligados, do geral para o particular e com um detalhe e minúcia inversamente proporcional à abrangência do binómio espaço/fenómeno.

Figura 1 – Níveis analíticos e sua estrutura genética

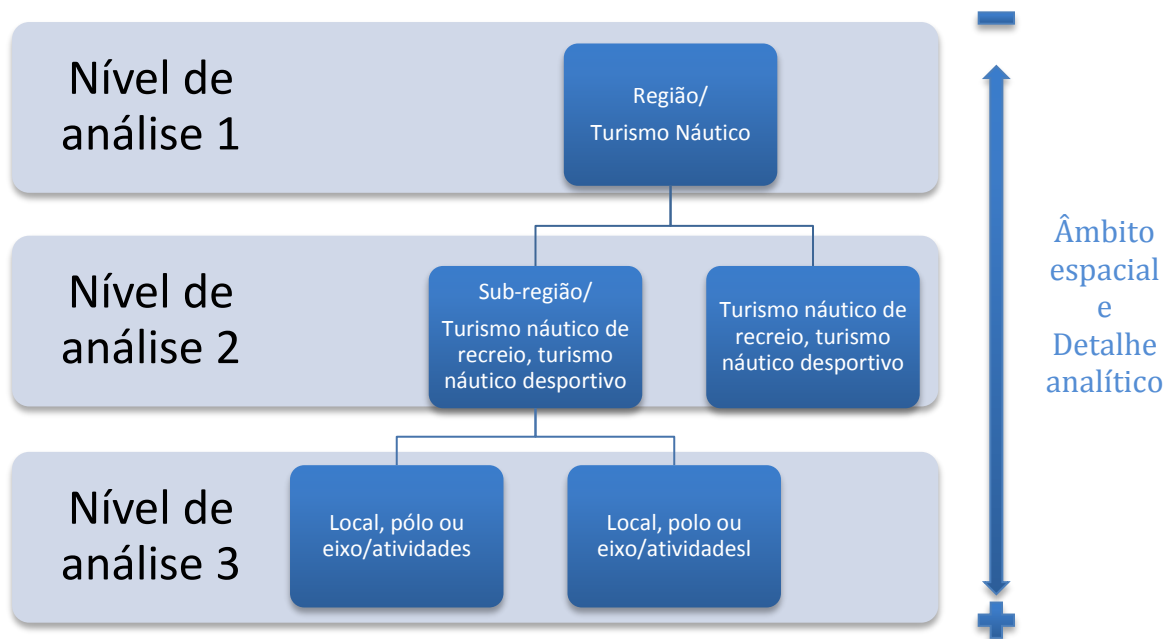


Figura 2 – Transição entre os níveis analíticos



No que diz respeito à dimensão espacial, os patamares a serem utilizados serão os seguintes:

- Nível 1 – Regional: Região do Alentejo acrescida dos retalhos territoriais já identificados do Ribatejo.
- Nível 2 – Sub-regional: Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, na caracterização e diagnóstico, e Alentejo atlântico, *Hinterland* alentejano, Alqueva e faixa raiana meridional, Tejo superior e raia

setentrional, Vale do Sorraia e afluentes, e Tejo e lezíria, na avaliação de recursos e no estabelecimento das estratégias de ação para o desenvolvimento do Turismo Náutico.

- Nível 3 – Local: espaços selecionados em função da aplicação de uma grelha de avaliação conjugando a importância atual e a importância potencial.

Já no particular da componente temática da tessitura metodológica, os níveis considerados serão os seguintes:

- Nível 1 – Temático: Turismo Náutico.
- Nível 2 – Sub-temático: Náutica de recreio, Náutica desportiva e Elementos conexos relevantes.
- Nível 3 – Atividades específicas: navegação à vela e a motor; mergulho com ou sem suporte; pesca desportiva e recreativa; passeios de embarcações; *charters* náuticos com ou sem tripulação e os cruzeiros; *surf*; *kitesurf*; *windsurf*; canoagem; remo; *ski* náutico; motonáutica; atividades balneares; programas gastronómicos a bordo; entre outras a considerar.

Em decorrência do atrás enunciado os resultados materiais a apresentar no final do processo de planeamento estruturar-se-ão através de um conjunto de planos, os quais constituirão o cerne do pacote de produtos a fornecer à ERT Alentejo: um plano estratégico de âmbito regional, um conjunto de planos estratégico-operacionais de âmbito sub-regional e, finalmente, um leque de planos de pormenor incidentes sobre os eixos, pólos e redes de *spots* selecionados.

Já que no que diz respeito ao modelo de intervenção, para além do racional que já se apresentou, este será igualmente organizado em função de três momentos de trabalho distintos, embora diretamente correlacionados.

O primeiro, que corresponderá à fase de caracterização e diagnóstico, será composto pelos seguintes momentos:

- Caracterização e avaliação das diversas iniciativas e ofertas – atuais, em carteira ou em mente – de turismo náutico existentes nos territórios da Área de Intervenção (AI).

- Caracterização e avaliação das infraestruturas, serviços e equipamentos relacionados com o turismo náutico (existentes ou em projeto).
- Caracterização e análise do perfil económico, social e cultural do turista que pratica atividades incluídas ou correlatas no/com o turismo náutico.
- Detecção e análise reflexiva sobre a dimensão motivacional dos consumidores.
- Análise do investimento e da propensão ao investimento no turismo, em geral, e no turismo náutico em particular.
- Detecção de boas práticas e de fatores críticos e sucesso e competitividade.
- Levantamento das tendências recentes incidentes sobre o turismo e o turismo náutico, bem como a natureza das suas incidências na AI.
- *Benchmarking* de casos selecionados com relevância ao nível da oferta internacional.
- Posicionamento atual e potencial da AI no contexto das áreas recetoras de turismo náutico.
- Síntese e diagnóstico estratégico.

O segundo, corresponderá a uma fase de estruturação estratégica composta pelos seguintes elementos:

- Conceção de um edifício estratégico para a AI, compreendendo o processo de caracterização utilizando uma metodologia explorativa (escolha das variáveis/dimensões de mudança, análise combinatória, redução a um quadro de cenários alternativos, teste, redação dos cenários, validação e adoção de um cenário), o estabelecimento de uma visão estratégica, a redefinição de objetivos, o estabelecimento de limites e metas, bem como a definição das estratégias que permitirão obter os resultados desejados.
- Determinação de áreas territoriais de ação para o turismo náutico - modelo de desenvolvimento territorial.
- Conceção de grelhas de parâmetros que permitirão a síntese/filtragem na passagem entre os níveis analíticos.
- Cruzamento entre territórios, produtos e atividades.

- Conceção de um conjunto articulado de planos estratégicos e operacionais a escalas diferenciadas, compreendendo não só as ações concretas, mas também um conjunto de recomendações que incidirão, entre outros aspetos pertinentes, sobre a problemática articulação empresarial e territorial e as infraestruturas e equipamentos de apoio.

Finalmente, uma terceira e última fase, de monitorização, promoção e formação (que, estando prevista, não compõe, de momento, o quadro de responsabilidades contratadas pela ERT Alentejo à equipa). Esta componente do plano geral de trabalho deverá incluir:

- A elaboração e prossecução de um plano de acompanhamento, monitorização e aconselhamento da operacionalização efetiva do estudo incidente sobre o turismo náutico.
- A conceção e operacionalização de um plano de promoção sectorial, interativo e dinâmico, que acresça conhecimento e reconhecimento ao turismo náutico da AI.
- A conceção de um programa de formação dirigido à qualificação nas áreas do empreendedorismo e gestão empresarial, às áreas das técnicas da náutica e recreio e desportos aquáticos, à da segurança, bem como a outras vertentes que se venham a identificar como pertinentes.

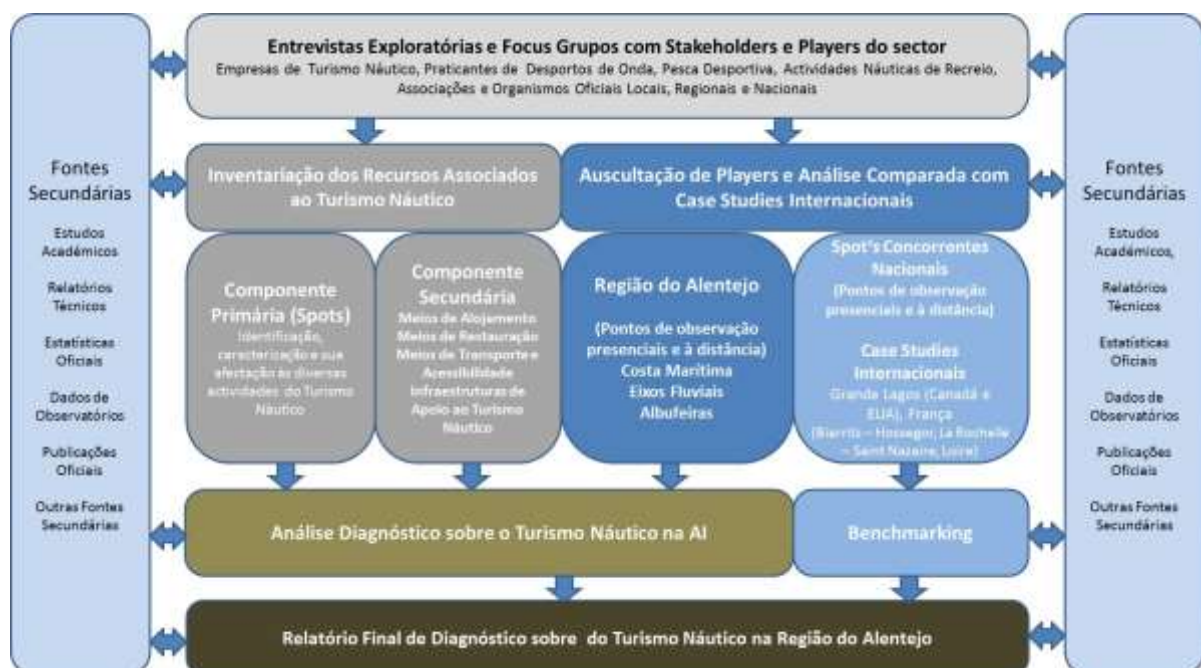
Para tanto serão utilizadas fontes de informação primárias e secundárias. De entre as últimas destacaremos os estudos de natureza científica e académica incidentes sobre o domínio territorial da AI e sobre as atividades náuticas e o turismo náutico, os relatórios produzidos por estudos semelhantes ao vertente ou planos com incidência temática ou territorial pertinente, as estatísticas oficiais, o suporte legislativo, bem como outras fontes que se venham a revelar com interesse.

No que diz respeito às fontes de informação primárias, destacam-se como mais importantes:

- O contato direto com todos os *players* e *stakeholders* associados à temática das atividades e do turismo náutico (empresas, escolas, alojamento e restauração, entidades de regulação, entidades gestoras de espaços naturais, associações, etc.), seja através de um conjunto alargado de reuniões efetuadas utilizando uma malha territorial fina, seja através de contactos especificamente dirigidos a atores com especial relevância.

- A efetivação de um conjunto de reuniões *focusgroup* a grupos de especialistas escolhidos, tendo em vista a discussão e a recolha de opiniões qualificadas em momentos críticos do trabalho.
- A presença da equipa em todos os *spots* tidos como relevantes para o desenvolvimento do turismo náutico, tendo em vista não só efetuar uma avaliação presencial das condições existentes, mas também incorporar elementos que permitam o desenvolvimento de análises prospetivas.

Figura 3 – Modelo Global da Investigação



Fonte: Própria

2.3. ESTRUTURA E ROTEIRO DO ESTUDO

Tendo por base tudo o que foi anteriormente referido, passaremos agora, de forma mais precisa, a especificar o roteiro concreto do estudo, procurando dar conta dos aspetos característicos que o formatarão.

Para tanto, tendo em vista a economia expositiva, utilizaremos um quadro no qual serão inscritas as grandes fases do trabalho já apontadas, mas também as suas componentes principais, bem como os recursos que serão mobilizados. O referido quadro contará, ainda, com um conjunto de observações tidas como importantes para justificar e especificar as opções tomadas.

Sublinha-se, mais uma vez, que a estrutura e o roteiro adotados no presente estudo, embora configurando uma abordagem clássica em “Y”, composta pelo tema e pelo território nos ramos superiores e pela sua junção no inferior (o tema no território), pelas razões já apontadas remete-nos para uma estrutura efetiva bastante mais complexa cujo racional se deve procurar na necessidade de proceder a leituras e análises a escalas territoriais e temáticas diferenciadas.

Quadro 1 – Estrutura e Roteiro do Estudo

Fases	Componentes principais	Conteúdos	Inputs, procedimentos e outputs	Observações
Caracterização e Diagnóstico	Preâmbulo e desenvolvimento do estudo	Objetivos, metodologia, componentes e procedimentos	Informação secundária geral sobre estudos e planos	
	O turismo náutico enquanto produto global	Conceitos utilizados e seu significado concreto	Informação secundária sobre náutica de recreio e náutica desportiva	Atividades e práticas, domínios espaciais incluídos no estudo – aquáticos e “terra a dentro”
		A procura de turismo náutico, expressão atual e potencial de crescimento, perfis dos nautas, atrações, atividades e experiências	Informação secundária sobre turismo náutico	
		A procura de turismo náutico, expressão atual e potencial de crescimento, perfis dos nautas, atrações, atividades e experiências	Informação secundária – estudos e relatórios sobre o turismo náutico e seu enquadramento no sector	O turismo náutico enquanto subsector turístico global Nautas funcionais e nautas mentais.
	A oferta de turismo náutico, os territórios da náutica	A oferta de turismo náutico, os territórios da náutica	Informação secundária – estudos	O turismo náutico enquanto subsector

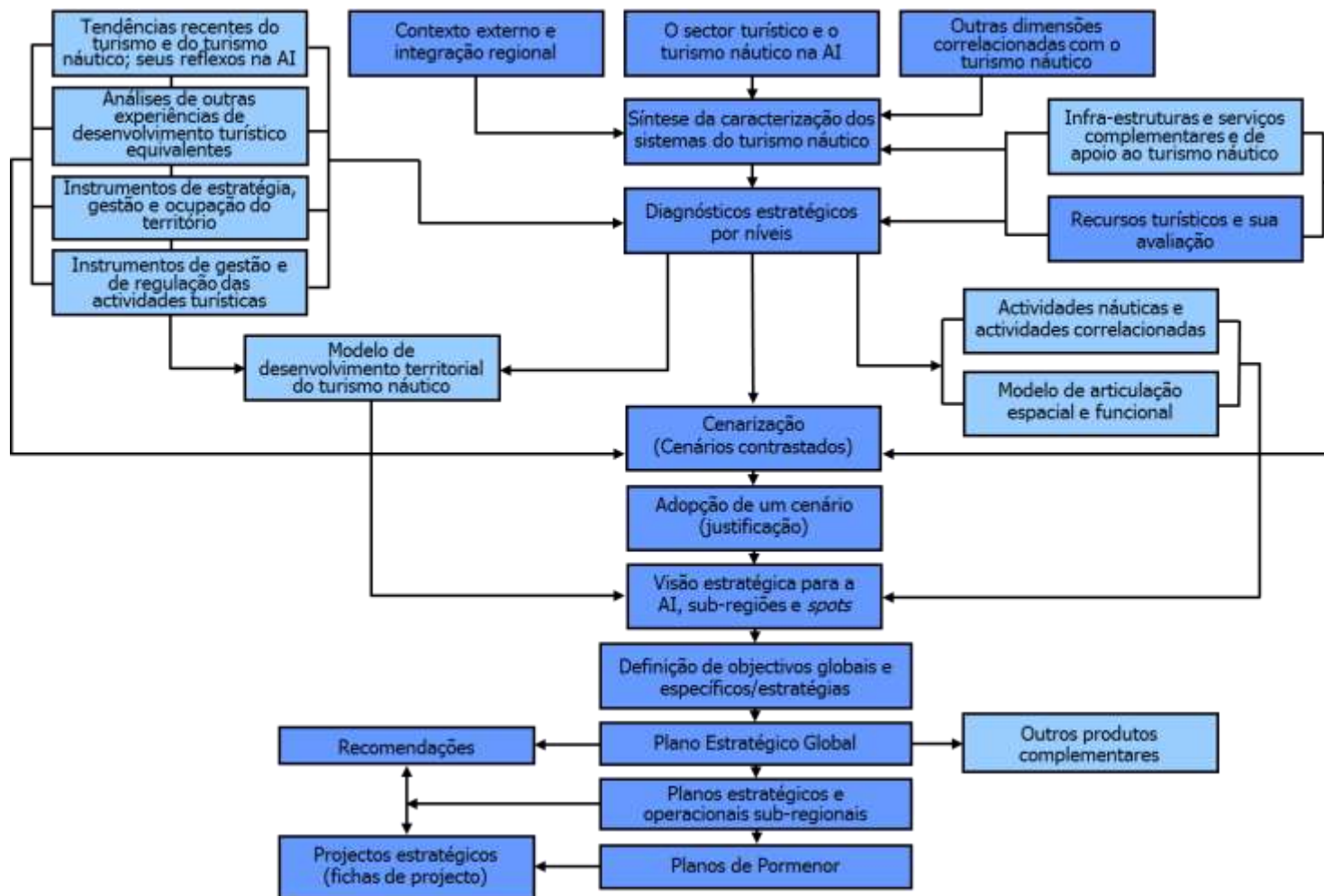
<p>mundial, recursos, fatores de suporte e modelos de negócio, políticas públicas e gestão dos destinos náuticos, estudos de caso.</p>	<p>e relatórios sobre o turismo náutico e seu enquadramento no sector</p> <p>Observação direta de casos e experiências relevantes</p>	<p>turístico global</p> <p><i>Benchmarking</i></p>
<p>A área de intervenção Alentejo e Ribatejo, localização e figura, caracterização biofísica, caracterização sócio económica, as atividades turísticas na área de intervenção</p>	<p>Informação secundária – estudos, relatórios e planos com incidência sobre o território de suporte</p>	<p>As características fundamentais do território de base – orografia e solos, clima e tempo, hidrografia, vegetação e fauna, demografia e atividades económicas, espaço urbano e rural, redes, a atividade turística e recreativa sua situação atual e potencial</p>

Fases	Componentes principais	Conteúdos	Inputs, procedimentos e outputs	Observações
Caracterização e Diagnóstico (Cont.)	O turismo náutico na região do Alentejo e Ribatejo	Distribuição e caracterização do turismo náutico na área de intervenção, a náutica de recreio e a náutica desportiva, suas distribuições e significados territoriais, planos de água e <i>hinterlands</i> .	Informação secundária – estudos, e relatórios Reuniões com os <i>stakeholders</i> Observação direta dos locais	Litoral alentejano, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Oriental, Tejo, Alqueva
	O desenvolvimento do turismo náutico na região do Alentejo e Ribatejo	A região e o turismo náutico – síntese da caracterização, avaliação de recursos numa ótica prospetiva, diagnóstico estratégico regional. Critérios para a fixação dos nexos sub-regionais Subespaços e segmentos do turismo náutico, síntese de caracterização, diagnósticos estratégicos. Critérios e operacionalização tendentes à identificação dos locais específicos de desenvolvimento do turismo náutico Espaços estratégicos de desenvolvimento do turismo náutico Diagnósticos estratégicos focalizados sobre os <i>spots</i>	Informação secundária – estudos, e relatórios Reuniões com os <i>stakeholders</i> Observação direta dos locais Reuniões de <i>focus group</i> com os atores mais relevantes Painéis de especialistas Inquéritos	Reorganização e síntese da informação recolhida Cruzamentos entre Região, sub-regiões e locais privilegiados com produto, segmentos e atividades específicas Diagnósticos estratégicos
Proposição e ação	O desenvolvimento do Alentejo e do Ribatejo tendo por base o turismo náutico	Visão estratégica regional, objetivos metas, estratégias e produtos As estratégias sub-regionais e seu enquadramento no tecido regional Territórios específicos e redes, integração sub-regional e regional Cenários de desenvolvimento	Acervo informativo e reflexivo produzido no âmbito da Fase I Painéis de peritos Reuniões/seminários com <i>stakeholders</i> privilegiados	Desenvolvimento do edifício estratégico a escalas diferenciadas

Fases	Componentes principais	Conteúdos	Inputs, procedimentos e outputs	Observações
Proposição e ação (Cont.)	Plano de ação para o turismo náutico do Alentejo e Ribatejo	Estrutura do plano – justificação Recomendações e ações de carácter transversal Recomendações e ações de dimensão sub-regional Planos de pormenor para os espaços específicos de desenvolvimento turístico Sínteses por segmentos e produtos	Todo o património informativo e reflexivo produzido anteriormente	Resultados concretos do trabalho ao nível de planos e peças desenhadas
Acompanhamento, promoção e formação	Produtos complementares	Plano de monitorização, plano de <i>marketing</i> e plano de formação	Fase I e II Painéis de peritos Reuniões/seminários com <i>stakeholders</i> privilegiados Levantamento da oferta educativa e formativa	Esta fase do trabalho será produzida e entregue em momento ainda não discutido com a ERT Alentejo

O presente ponto terminará com um diagrama que terá como finalidade dar conta, de uma forma gráfica facilmente apreensível, das relações lógicas entre as dimensões principais do atual estudo, servindo este documento, em acréscimo, como síntese do processo de desenvolvimento do estudo e como seu roteiro facilmente consultável a qualquer momento.

Figura 4 - Síntese da estrutura e do roteiro do Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Turismo Náutico no Alentejo



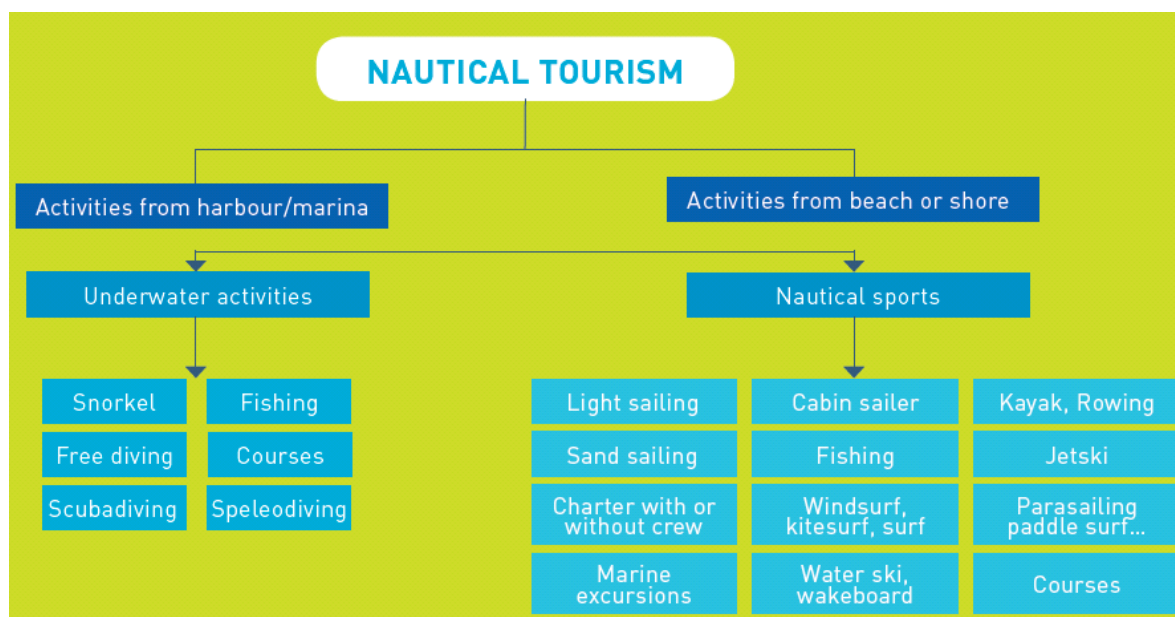
Fonte: Própria

3. O TURISMO NÁUTICO ENQUANTO PRODUTO GLOBAL

3.1. ABRANGÊNCIA CONCEPTUAL

O desenvolvimento estratégico dos negócios turísticos, associados à temática das atividades náuticas, decorre da afirmação de três sectores estruturantes – náutica de recreio/náutica desportiva, cruzeiros, fluviais e marítimos, e marinas e portos de recreio - e do seu papel no processo de valorização de territórios turísticos de considerável componente aquática, sejam eles frentes de água de enquadramento urbano, territórios extensivos de litoral, eixos fluviais e reservatórios de águas interiores (lagos e albufeiras).

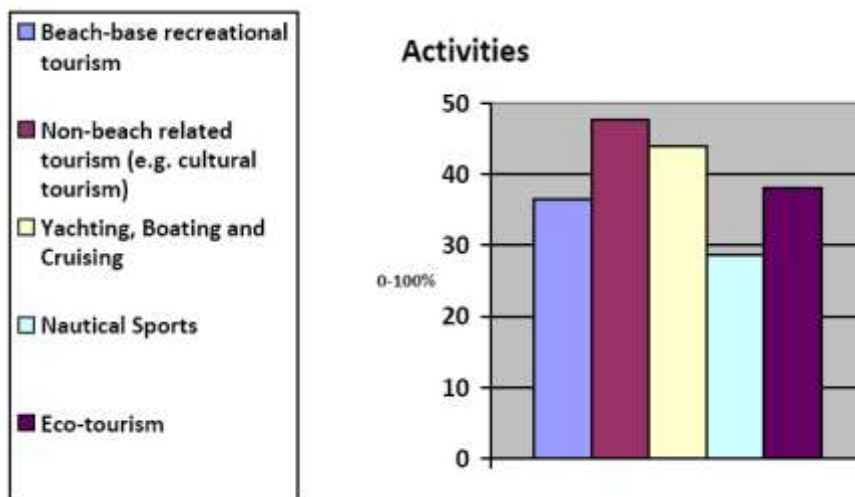
Figura 5 – Turismo Náutico – universo e práticas



Fonte: Federação Europeia de Destinos de Turismo Náutico, 2012:5

No contexto do desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marítimas, a Comissão Europeia (2012) aponta o turismo como um vetor relevante, nomeadamente através das práticas associadas à náutica.

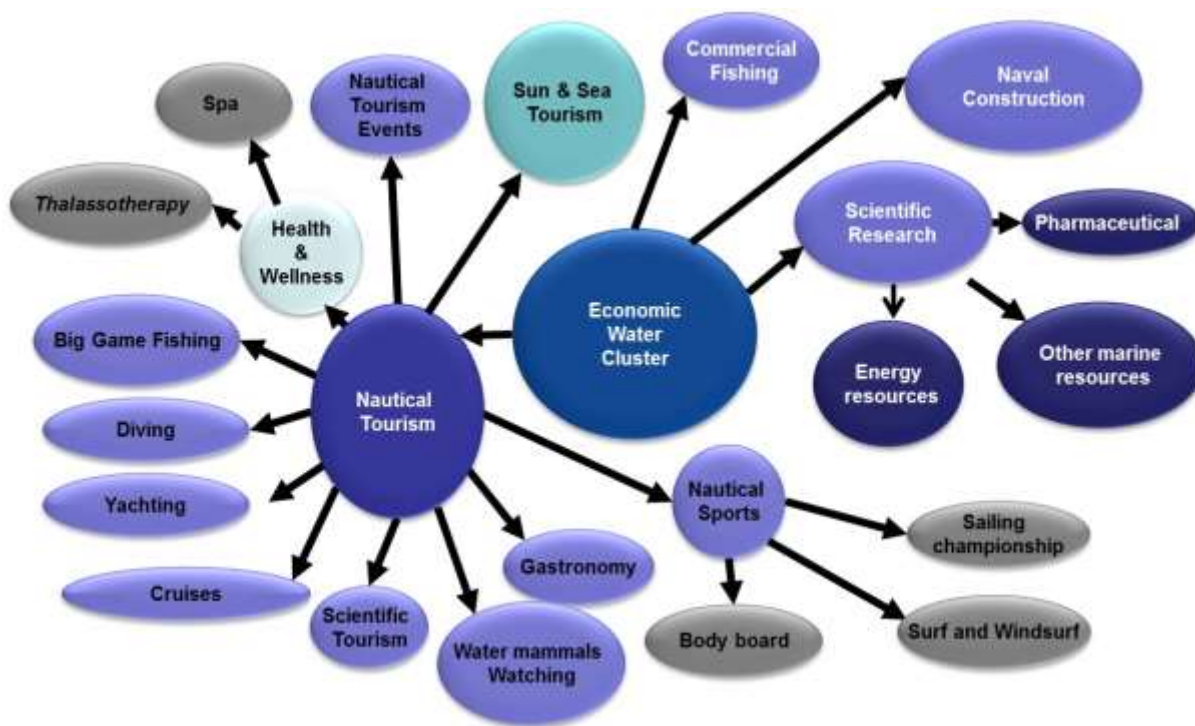
Figura 6 – Atividades turísticas mais relevantes para o desenvolvimento sustentável das regiões costeiras e marítimas



Fonte: Comissão Europeia, 2012

De uma forma muito generalista e utilizando como referencial a definição de turismo náutico, proposta por Luković (2006), podemos afirmar tratar-se de um conjunto de práticas, operações e atividades de dimensão multifuncional com uma forte componente marítima e com elevado efeito de multiplicação económica a montante e a jusante da sua ação, estabelecendo um *cluster* próprio.

Figura 7 – Cluster do Turismo Náutico



Fonte: própria

Todavia, não podemos ignorar que para além da componente litoral e marítima e, sobretudo ao nível da náutica desportiva, existe um conjunto de espaços de água (rios e barragens) com características e potencialidades de elevada relevância para as práticas de turismo náutico.

No quadro da revisão literária do tema, pode-se considerar três tipologias funcionais inerentes a operações e a práticas de consumo do turismo náutico:

Náutica de Recreio: conjunto de operações, propostas de atividades e práticas lúdico-recreativas que envolvem a fruição da deslocação marítima, em processo de navegação direta entre portos (governo de embarcação e dinâmicas de tripulação em águas livres e em águas confinadas).

Dentro da náutica de recreio podemos encontrar, com elevado valor expressivo, a Náutica Desportiva: a qual assume a dupla condição de se configurar, como a oferta/procura de atividades recreativas associadas a desportos de mar e de águas interiores, desde o mergulho independente/dependente à pesca desportiva, passando pelos desportos de ondas (*surf, bodyboard, longboard, paddle surf*), desportos de

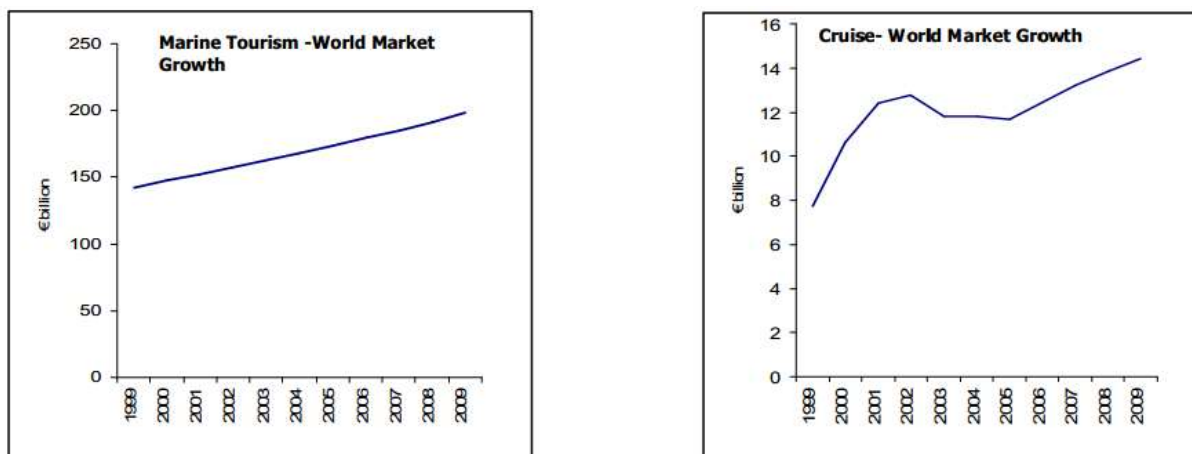
vento/mar (*windsurf, kitesurf*), desportos de deslize (*skimming e bodysurf*) ou como o conjunto de operações, eventos e propostas de práticas e atividades de competição náutico-desportivas, que estrategicamente encerram, para além de dinâmicas de competição desportiva, também estratégias de dimensão, posicionamento e promoção turística (ex: *stopover* em Lisboa da Volvo Ocean Race; Campeonato do Mundo ISAF – Vela Olímpica – Cascais; Prova do WTC Surf – Peniche).

O segmento dos cruzeiros náuticos (águas abertas e águas interiores) é, dentro da estrutura do turismo náutico, aquele que apresenta índices bastante consideráveis de crescimento, quer em termos da procura/oferta, quer ao nível da rentabilidade económica direta e indireta que gera. Trata-se de uma prática turística, que se baseia num conjunto de experiências de viagem, em embarcações de médio e grande porte, sem qualquer interferência no processo de governação e de tripulação da embarcação, e onde o consumidor tem acesso a um sistema de serviço hoteleiro pré estabelecido (alojamento, restauração, animação).

Os portos e marinas são, naturalmente, infraestruturas fundamentais de apoio à atividade náutica. Porém, as estratégias de funcionamento enquadradas nos subsistemas das estações náuticas fazem delas, não só unidades de apoio à atividade e aos turistas que chegam por mar, mas sobretudo, funcionam como *hub* de articulação entre estes e o *hinterland* turístico-territorial local, ao nível da operação e da oferta de produtos e serviços.

A escala de afirmação maior do turismo náutico no quadro das atividades turísticas encontra uma expressão significativa, economicamente sustentada, e ainda com um elevado potencial de crescimento nos segmentos de cruzeiros e da náutica de recreio, sobretudo a partir da década de 90 do século passado.

Figura 8 – Evolução do mercado de Marine and Cruise Tourism



Fonte: Douglas Westwood, 2005

Com efeito, e tomando como referência o espaço Europeu, a revitalização turística da bacia do Mediterrâneo e em particular a consolidação turístico-promocional da costa Adriática, foram possíveis, em parte, devido a operações que envolveram estes dois segmentos, muitas das vezes num claro processo de complementaridade a um já desgastado produto de sol e mar.

Figura 9 – O Turismo Náutico na Europa – fatos e números 2014

Market and Destinations
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 32,000 companies directly employing over 280,000 people ▪ Annual turnover of 20 bn EUR <ul style="list-style-type: none"> ▪ Main boatbuilders in Europe: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Italy, France, UK, Germany, Netherlands, Poland ▪ Nautical destinations: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mediterranean attracts 70% of world charter ▪ Baltic Sea, inland waterways & lakes
Demand
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 48 million EU citizens practice watersports ▪ 36 million of them also boaters ▪ Fleet of 6 million boats, 80% below 8m ▪ 4,500 marinas offering 1.75 million berths ▪ High attraction for sea festivals, regattas & ocean racing

Fonte: European Boating Industry, 2014

Também no mar e arquipélagos das Caraíbas e tendo na Florida o principal ponto de emissão de fluxo turístico, os segmentos dos cruzeiros e de náutica de recreio permitiram a abertura para novos mercados, novos produtos e novos consumidores que, numa perspetiva de uso extra de sol e mar, direcionaram a sua procura para mercados e territórios com uma forte componente na oferta de turismo náutico, sobretudo ao nível dos cruzeiros e dos *charters* de recreio.

A pesca recreativa assume igualmente grande relevância no contexto do turismo náutico. De acordo com a União Europeia a pesca desportiva e recreativa é uma atividade, com efeitos sociais, económicos e ambientais positivos. Estima-se que na EU em 2003 havia pelo menos 25 milhões de pescadores recreativos, dos quais 8 a 10 milhões em água salgada e mais de 20 milhões em água doce. Em 2006, estimava-se que os gastos com equipamentos, taxas, alojamento e viagens totalizaram 19 mil milhões de euros na UE27. O número total de pescadores desportivos no Espaço Económico Europeu tem-se expandido de forma significativa e os seus gastos são suscetíveis de exceder as referidas estimativas (Brainerd, 2010).

A *European Fishing Tackle Trade Association* (EFTTA) estima que mais de 5 mil milhões de euros foram gastos no comércio associado à pesca recreativa só na Europa, gerando aproximadamente 52 mil empregos (diretos e indiretos).

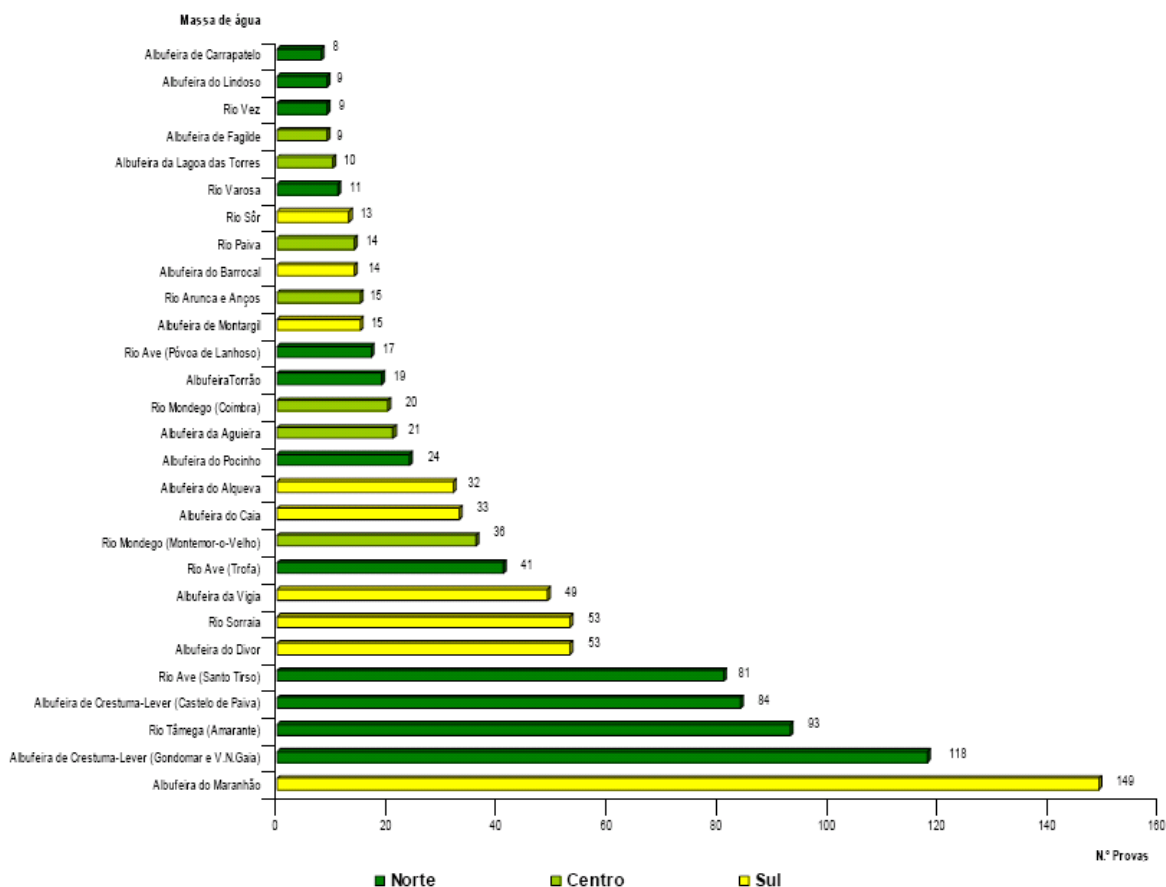
Em Portugal a pesca desportiva e recreativa afigura-se igualmente como uma prática cada vez mais relevante, registando mais de 219.000 praticantes. Para além dos fatores dos antropogénicos, a atividade é influenciada por diversos outros fatores como a legislação, custos de material, tempo e custos associados à participação em eventos (Ferreira *et al.*, 2010). Nos termos da legislação portuguesa, destaca-se a lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro de 2008 - Lei da Pesca nas Águas Interiores - a qual define:

“estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas”;

“a pesca lúdica exercida em competição organizada tendo em vista a obtenção de marcas desportivas, incluindo o treino e a aprendizagem”.

Ao nível nacional a pesca desportiva tem ganho crescente significativo no contexto recreativo e turístico, não só pelo número de praticantes, mas também pelo crescente número de eventos associados, destacando-se a este nível diversas massas de água, nomeadamente no Norte Alentejano e no Alentejo Central.

Figura 10 – Massas de água com o mínimo de 2 provas de pesca realizadas por ano (de 2006 a 2009)



Fonte: Ferreira *et al.*, 2010

3.1.1. EXPRESSÃO ATUAL E POTENCIAL DE CRESCIMENTO

O valor potencial do negócio de turismo náutico encontra níveis de expressão diferenciados, consoantes os territórios de aplicação, os investimentos estruturais feitos e as políticas públicas de promoção e crescimento do sector. O estágio de maturação do produto também tem significativa importância para o entendimento da sua evolução e do seu crescimento económico. Com efeito, temos vindo a assistir em Portugal, sobretudo depois de 1998, com a Exposição Mundial de Lisboa, a um processo de mudança de paradigma - *tipping point* - relativamente ao uso turístico do espaço marítimo e à emergência do sector dos eventos desportivos com projeção turística.

Estes dois fatores alavancados na *blue economy*, assumem simetrias perfeitas no quadro da valorização turística e económica das atividades e nos eventos náuticos realizados em Portugal.

Apesar de alguma moderação no crescimento verificada no mercado do turismo de recreio náutico, sobretudo na sua vertente *boardship trips*, com um crescimento anual de 0,5% nos últimos cinco anos, valor muito inferior aos 9% verificados entre 2000 e 2005, e com continuadas limitações estruturais (número e localização geográfica, capacidade recetiva, serviços de apoio e manutenção e serviços turísticos) ao nível dos portos e marinas nacionais para escalas e paragens internacionais, o facto é que, segundo dados do Turismo de Portugal, estamos a falar de um mercado potencial com valores acima dos três milhões de viagens turísticas por ano e com uma taxa anual de crescimento a rondar os 3 a 4 pontos percentuais. Se incluirmos a procura secundária de atividades marítimo-turísticas, por parte de consumidores turísticos que assumindo uma outra escolha prioritária (ex: sol e mar), em determinado momento da sua viagem realizam atividade de turismo náutico, o número cresce para a ordem dos 7 milhões de viagens turísticas/ano.

Neste segmento a vela ligeira em complemento do sol e mar, a vela de cabotagem e a vela oceânica, representam um número bastante considerável dentro do universo das práticas de turismo náutico, valor que o transfigura de modo muito positivo se a ele incluirmos as *mais-valias* decorrentes da aquisição e/ou aluguer de materiais, de iniciativas de *rent boat*, de custos de manutenção e de honorários das tripulações.

Também o mergulho e o *surf* apresentaram na última década indicadores de crescimento notáveis, face sobretudo à dimensão do país. Para um mercado internacional de 20 milhões de *free surfers*, em todo o mundo, existem em Portugal atualmente, segundo dados da Federação Portuguesa de *Surf*, 200.000 destes praticantes em formação e em autonomia.

Do ponto de vista económico, este desenvolvimento representa um crescimento acentuado ao nível não só de praticantes, mas sobretudo ao nível da emergência de novas componentes sectoriais de apoio a montante e a jusante da atividade, desde a construção à venda e à comercialização de equipamentos, passando pela formação e, mais focado no turismo, a criação de unidades de acolhimento vocacionadas para este tipo específico de consumidor.

Para tal, não é de todo indiferente a expressão internacional e nacional que os megaeventos desportivos realizados em Portugal representam em sede de captação de negócios associados ao sector.

O desenvolvimento do turismo náutico tem vindo a refletir, no contexto do crescimento económico das zonas costeiras, uma dimensão bastante determinante muito por via dos efeitos multiplicadores que gera, quer a montante, quer a jusante da própria atividade. Estudos comparativos, tendo por referencial alguns territórios da Europa mediterrânica e do Mar Adriático, apontam para um modelo sustentado de desenvolvimento, com valores entre os 180 e 210 dias de atividade económica ao longo do ano, tornando o turismo náutico num dos competitivos produtos em regiões como a Dalmácia e o Sudeste Mediterrâneo. Este facto potencia, por essa via, valores dinâmicos de retorno económico bastante significativos, sobretudo se comparáveis com aqueles que resultam da atividade hoteleira clássica, porquanto apresentam níveis de investimento de menor escala, produzindo um *turnover* de capital investido com muito maior significado e com maior dinamismo.

3.1.2. PERFIL DOS NAUTAS

As abordagens às questões do consumo do turismo náutico obrigam a introduzir um conjunto de fatores explicativos sobre as diferenças existentes entre consumidores nacionais e estrangeiros.

O facto de, ao nível das políticas públicas e do ordenamento do território, não ter havido durante largos períodos iniciativas de investimento e de desenvolvimento do sector, o entendimento ideológico de que o espaço marítimo funcionava como repositório de trabalho e não de lazer, uma tendente elitização das práticas e dos desportos náuticos, geraram um progressivo afastamento, em Portugal, deste tipo de consumo. Todavia, algumas atividades têm vindo a generalizar o seu consumo (pesca desportiva, *surf*, canoagem), o que permitiu garantir modelos de oferta turística destas modalidades e com isso construir produto turístico afeto a territórios que tinham uma base de uso turístico exclusivamente alicerçada no sol e mar.

Ao nível do consumidor internacional, e até numa lógica de reprodução natural do quotidiano em âmbito de prática turística, encontramos com grande destaque os Norte Europeus (Escandinavos e Alemães) como aqueles que procuram e consomem com maior incidência as atividades de turismo náutico. Mais de 2% do turismo emitido pelos quatro países da Escandinávia tem como propósito primário o consumo de turismo náutico. Numa mesma simetria perto de um milhar de visitas turísticas realizadas por alemães, em 2010, dirigiram-se integralmente para o consumo de práticas de turismo náutico.

A Pesca Desportiva e Recreativa evidência de forma particular o perfil tipo do turista internacional da náutica (European Anglers Alliance, 2002):

- *Singles, DINKS e YAS (Young Active Seniors)*, com particular ênfase nas faixas etárias compreendidas entre os 15 e os 25 anos e os 50 e os 60 anos;
- maioritariamente do género masculino mas com uma percentagem relevante do género feminino;
- com residência na Europa Central e Escandinávia;

- uma frequência da prática bastante significativa, com dois grupos principais: 8 a 30 dias ou mais de 30 dias de prática por ano;
- motivação contato com a natureza, evasão e relaxamento, convívio com os amigos;

Quando procuramos caracterizar o perfil do turista náutico, muito naturalmente teremos que introduzir variáveis de clarificação e de distinção entre os consumidores e o produto consumido.

Obviamente que o consumidor do segmento de turismo de cruzeiros é, em termos gerais, diferente daquele que se envolve em atividade de natureza mais ativa e enquadrada na náutica desportiva ou recreativa. Nesta lógica, e aferindo indicadores retirados do PENT, encontramos perfis diferenciados de consumo para o turismo náutico:

Figura 11 – Perfil do Consumidor Nauta

Ambito	Consumidores de desportos náuticos	Consumidores de charter náutico					
Perfil socio-demográfico	> Jovens e adultos	> Adultos					
	> Entre 26 e 35 anos	> Entre 30 e 50 anos					
	> Maioritariamente homens	> Maioritariamente homens					
	> Profissional médio	> Técnico superior					
	> Estudantes	> Empresário					
		> Profissionais liberais					
Hábitos de informação	Meio	Espanhóis	Ingleses	Alemães	Outros		
	Guias/Livros	-	51,6%	40,0%	52,7%		
	Revistas	11,8%	3,2%	6,0%	6,8%		
	Folhetos	-	6,5%	6,0%	4,4%		
	Feiras/salões	2,9%	8,1%	2,0%	8,1%		
	Internet	-	1,6%	2,0%	-		
	Outros utilizadores	41,2%	8,1%	24,0%	5,4%		
	Experiência própria	38,2%	19,4%	16,0%	18,9%		
Outros meios	5,9%	1,6%	-	2,7%			
Hábitos de compra	> Hotéis de 3 estrelas	> Hotéis de 4 a 5 estrelas					
	> Estações Náuticas	> Estações Náuticas					
	> Cursos de desportos aquáticos	> Cursos de navegação					
	> Aluguer de material	> Passeios de barco					
	> Lazer e entretenimento	> Actividades culturais					
	> Transporte aéreo para chegar ao destino	> Gastronomia local					
	> Viajam em períodos do ano onde as condições para a prática do desporto seleccionado são mais apropriadas	> Transporte aéreo ou embarcações próprias para chegar ao destino					
		> Meses de Primavera e Verão					
	Hábitos de uso	Motivações	Passeios de barco	Pesca desportiva	Vela ligeira	Windsurf	Mergulho
		Contacto com a Natureza	33,4%	-	33,3%	27,0%	20,6%
Fazer desporto/exercicio		4,2%	54,5%	50,0%	51,4%	29,4%	
Conhecer melhor o destino		44,9%	9,1%	-	2,7%	5,9%	
Conhecer pessoas		3,1%	-	16,7%	5,4%	-	
Contacto com o mar		19,9%	27,3%	8,3%	10,8%	67,6%	
Participar em competições		-	-	16,3%	-	-	
Realizar viagens/travessias		11,5%	9,1%	-	5,4%	-	
Provas		66,6%	-	8,3%	-	2,9%	
Divertir-se		19,2	18,2%	16,7%	29,6%	29,4%	
Outra	15,3%	18,2%	-	-	11,8%		

Fonte: THR, 2006

3.1.3. ATRAÇÕES, ATIVIDADES E EXPERIÊNCIAS

O enquadramento do turismo náutico do ponto de vista da segmentação territorial deve orientar-se nas seguintes lógicas funcionais:

- focada nos valores, potencialidades e *spots* naturais existentes em Portugal para as práticas do turismo náutico.
- estruturada nos princípios da comparabilidade com destinos concorrentes com igual matriz de valores para a prática do turismo náutico.

Valores e potencialidades endógenas

O potencial turístico da linha de costa e do espaço marítimo sob jurisdição nacional é bastante elevado e oferece condições de uma enorme diversidade. Se considerarmos tão-somente a linha de costa, e mesmo que não considerando nesta abordagem inicial o potencial dos muitos e diversificados espelhos de água no *hinterland* nacional, temos uma amplitude bastante considerável de recursos disponíveis para práticas marítimo-turísticas.

Para lá de uma costa com elevado interesse paisagístico, que só por si funciona como elemento de referencia nacional e internacional, e apesar de uma limitada oferta de apoio ao recetivo náutico (marinas, portos de recreio), como de resto já referido, o país possui um número bastante significativo de baías, portos de pesca e reentrâncias de arriba que, se adaptadas e equipadas, poderiam assegurar uma consistência maior de acolhimento e salvaguarda a embarcações em trânsito na costa portuguesa.

Obviamente que, para lá da náutica de cabotagem, a funcionar se estruturada, existem outros produtos de grande consistência associados a territórios que já deram prova do seu potencial turístico no âmbito do produto náutico.

Ao nível da Vela, a baía de Cascais oferece um dos melhores campos de regata do mundo. Lisboa foi considerada pela organização da Volvo Ocean Race, a cidade com o melhor campo de regata de toda a prova, bem como a melhor organização de um *stopover* da regata.

O facto da costa da Ericeira, com principal destaque para a praia de Ribeira d'Ilhas, ter sido considerada reserva mundial de *surf*, de Peniche, Cascais e S. Miguel nos Açores serem palcos dos maiores eventos de *surf* realizados em todo o mundo, da praia do norte da Nazaré ser um dos *spots* mais importantes de *surf* em onda gigante em todo o mundo, do Guincho apresentar condições únicas de vento para o *windsurf* e para o *kitesurf* e dos Açores e da costa da Arrábida oferecerem condições excelentes para a observação de cetáceos, são fatores geradores de enorme atratividade, forte representação turística e, por essa via, destinos privilegiados para o consumo de turismo náutico.

Se a estes atributos incluirmos, igualmente, o elevado potencial existente nas principais linhas de água do país e se forem desenhados instrumentos de operação estratégica para o turismo náutico, quer nestes eixos fluviais, quer para a multiplicidade de planos de águas (lagoas e albufeiras) podem naturalmente ser desenvolvidas imensas iniciativas de carácter náutico-desportivo (pesca de recreio e desporto, canoagem de águas bravas e de passeio, passeio em embarcações, entre muitas outras).

Níveis de comparabilidade e estratégias de competitividade

O desenvolvimento do turismo náutico só será possível se estruturado. Quando procuramos comparar a nossa oferta com o mercado concorrencial direto - Espanha, França, Reino Unido e Irlanda -, para além das questões de carácter mais simbólico de como nos relacionamos e do modo como entendemos o papel do mar no processo de valorização económica, encontramos a maior diferença no processo de gestão do produto e de planeamento territorial e infraestrutural.

Com efeito, os modelos de gestão do produto turismo náutico, quer em França, quer em Espanha (como de resto se pode adiante constatar, nos pontos referentes ao processo de *benchmarking*), resultam de uma estratégia de maior densificação de oferta de espaços de acolhimento náutico e, ao mesmo tempo, de estratégias de articulação com outros produtos turísticos.

Nesse aspeto e até numa lógica de simetria competitiva, a existência de estações náuticas que garantam a plena satisfação de todos os clientes, disponibilizando todos os serviços necessários à continuidade da viagem, quer ao nível do abastecimento, da reparação, da manutenção, do aprovisionamento de bens e que, simultaneamente,

promovam atividades turísticas complementares é vital, no sentido de tornar a oferta do produto e do mercado também ela competitiva.

Os modelos de partilha de cliente e de recursos técnicos e humanos, enunciados numa lógica de coopetição, serão pois de elevada importância para o sector em Portugal. De resto, se compararmos este sistema com o modelo francês, atendendo às necessárias diferenças territoriais, assiste-se regularmente a processos de cooperação interterritorial e interempresarial, numa lógica de transferência de recursos, de meios e de negócios entre a Costa Atlântica e a Costa Mediterrânica. Esta metodologia, se decorrente de acordos empresariais, poderá assumir o mesmo indicador de sucesso, quer nas transferências entre a costa oeste portuguesa e o Algarve, quer entre os Açores e os estuários do Tejo e do Sado.

3.2. A OFERTA

3.2.1. OS TERRITÓRIOS DA NÁUTICA MUNDIAL – EVOLUÇÃO E EXPRESSÃO GEOGRÁFICA

Quando se aborda a questão dos territórios da náutica mundial, deve-se desenhar um modelo de referenciação que articule as diferentes tipologias de produtos existentes face a territórios com particulares potencialidades para a sua operacionalização. Numa lógica de turismo internacional, se tivermos por referência os principais *spots* do produto turismo de cruzeiros, encontramos um conjunto de eixos estruturantes para o negócio. Desde logo, no contexto europeu, o grande protagonismo que o Mediterrâneo encerra na oferta deste produto, quer na dinâmica radial de visitação às ilhas gregas e costa turca, quer nas dinâmicas de itinerário entre portos urbanos (Barcelona, Marselha, Génova, Viarregio). De resto, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), o espaço mediterrânico ocupa a segunda posição no eixo de negócio de cruzeiro em contexto mundial. Pode-se, ainda, no contexto mediterrânico, abordar o produto turismo de cruzeiros ao nível de um perímetro mais alargado e numa lógica de itinerário urbano, as operações com origem em portos de partida/chegada (ex: Barcelona e escala em Lisboa, Portimão, Casablanca, Madeira, Ilhas Canárias).

Ainda na Europa, o eixo do Adriático assume também alguma relevância no mercado dos cruzeiros, com partida/chegada no Lido/Veneza e com escalas em portos da Dalmácia (Split, Drobovnik,) e Remini em Itália. Também o eixo do Báltico, bem como os fiordes noruegueses assumem um relevante protagonismo no quadro de procura e de oferta do produto viagem de cruzeiros.

Fora da Europa, e em particular no continente norte-americano, encontramos três segmentos territoriais de ação turística. As Caraíbas, que são o principal destino e o eixo de expressão geográfica com maior procura do produto náutico de cruzeiros, detendo 50% do efetivo de procura e da capacidade de oferta do mercado. Em complementaridade ao anterior, também a Costa Oeste do México e o Alasca compõem os restantes espaços geográficos de incidência ao nível do Turismo de cruzeiros.

Hong Kong no sudoeste Asiático, a costa sul do continente americano, com particular incidência nos eixos Venezuela/Brasil e Terra do Fogo/Antártida, bem como a Austrália, assumem idêntico protagonismo, embora em escala de menor dimensão.

As estratégias de reposicionamento de embarcações, condicionadas que estão pelas condições climáticas decorrentes das estações do ano, permitem a realização esporádica de cruzeiros intercontinentais, sobretudo no eixo de ligação entre o Golfo do México e a Europa Atlântica, passando pelas Canárias, rumando mais a Sul, ou pelos Açores, com rumo mais a Norte da Europa.

A náutica de recreio apresenta, como já foi anteriormente referido, indicadores de procura muito fortes em consumidores provenientes dos países do Norte da Europa, da Costa Leste dos Estados Unidos e Costa Este do Canadá, bem como da Austrália e da Nova Zelândia. Muito curiosamente, com exceção do mediterrâneo oriental e do adriático que funcionam basicamente como pólos de receção de clientes, promoção de *charters* e compra de pacotes de turismo náutico, os restantes mercados de procura acima indicados, representam também significativa expressão quando se trata do processo de oferta do produto. Também ao nível das águas interiores os lagos Suíços e Italianos, os grandes lagos na fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos e um conjunto significativo de grandes eixos fluviais em todo o mundo, possuem condições geo-ambientais altamente favoráveis à prática do turismo náutico.

O mercado da náutica turística centrado em desportos de mergulho, ondas e de deslize, apresenta igualmente territórios de interesse diferenciados. Se para o mergulho, atendendo à sua natural especificidade, a procura incide em águas com elevado índice de visibilidade (Mar Vermelho, Caraíbas e Mar Mediterrâneo) no caso dos desportos de onda e deslize, o importante é a qualidade, a estrutura e a força da onda. Neste segmento destaca-se a costa atlântica Portuguesa e Francesa, naturalmente o Havai e a Costa Leste Norte Americana, a Austrália, e algumas ilhas do arquipélago da Indonésia e do Pacífico Sul.

Relativamente aos destinos de turismo náutico de vento e ondas, mais uma vez o Havai, a Austrália, o Norte de África e Cabo Verde, são territórios mundialmente conhecidos para práticas de *windsurf* e *kitesurf*, duas modalidades em franca ascensão e com um crescimento bastante interessante ao nível das viagens de turismo náutico.

3.2.2. RECURSOS, FATORES DE SUPORTE E MODELOS DE NEGÓCIO

Para além das propensões físico-geográficas do território, fundamentais para o bom êxito de uma estratégia operacional, as atividades de turismo náutico exigem uma pluralidade de recursos que tornam mais complexo o processo de implementação empresarial na sua área de ação. De facto, os investimentos para aquisição de novos materiais e os custos relacionados com os processos de manutenção e de reparação são sempre muito avultados no processo de equilíbrio financeiro da atividade. Todavia são as chamadas infraestruturas pesadas que consomem os valores mais significativos, mas são recursos essenciais para a exequibilidade de projetos desta natureza. A construção de infraestruturas, como portos e marinas, a instalação de centros de alto rendimento afetos a práticas desportivas, mas que incorporam também prática turística, a adequação com cais fixos e amovíveis, *fingers* de acesso, balizas de profundidade, poitas e sistemas de vigilância e segurança, são recursos fundamentais para dimensionar a importância da proposta turística e para garantir a atratividade dos consumidores.

As estratégias e os modelos de negócio utilizados na dinamização do mercado do turismo náutico decorrem, em grande medida, de operações entre os sectores públicos e privado. Com efeito, o investimento feito em obras pesadas (portos, pontões, vias de acesso) e em equipamentos pesados (gruas, passadiços de circulação), por norma são de iniciativa e obra pública, tendo em alguns casos também participação privada. Já os investimentos ao nível da aquisição de equipamentos mesmo que pesados (embarcações e materiais de suporte, custos de manutenção e custos com os recursos humanos), são da total responsabilidade dos investidores do sector.

O modelo de negócio do turismo náutico está centrado em duas dinâmicas prevalentes. A gestão das infraestruturas pesadas, marinas e portos de recreio, pode ser assegurada através de um modelo de dupla variável; ou, o negócio de entradas e saídas, estacionamento e serviços de apoio (abastecimento, segurança) é gerido pelo sector público, ou são os subsistemas associativos (clubes, associações recreativas ou empresariais) que o garantem, ou ainda em casos, cada vez mais correntes, são núcleos empresariais especializados que garantem os processos de gestão destas unidades. As estratégias promocionais são da responsabilidade dos agentes económicos que desenvolvem a operação turística.

As empresas do sector de turismo náutico funcionam de modo tendencialmente individualizado e assumem propostas turísticas que em muitas circunstâncias são altamente generalistas, procurando no domínio da intervenção marítimo-turística abarcar um volume e uma tipologia de oferta de programas para as quais, do ponto de vista operacional, não tem qualificada capacidade de resposta. Este é um dos problemas de base da operação marítimo-turística nacional. Uma cultura de competição empresarial expressiva e com intervenções plurisectorizadas e uma reduzida condição de cooperação ao nível de definição de estratégias comuns para alavancar e qualificar o negócio, são características padrão dos agentes económicos do sector em Portugal.

3.2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E MODELOS DE GESTÃO DOS DESTINOS

A introdução do turismo náutico no PENT, em ambas as versões (2006 e 2013), como um dos sectores charneira de desenvolvimento para o país e o facto de, na última década, quer ao nível do discurso político, quer ao nível das políticas públicas (nacionais e europeias), se ter voltado a considerar o Mar e a sua economia como desígnio nacional, tem vindo a fazer crescer a importância do sector.

Com efeito, a multiplicidade de estudos e documentos oficiais na área da economia do mar produzidos nos últimos anos, a pretensão da ampliação da plataforma continental portuguesa e do seu reconhecimento internacional, a aposta na valorização de frentes ribeirinhas e de frentes de mar, bem como o conjunto significativo de grandes eventos náutico desportivos e náutico-culturais realizados em Portugal, tem direccionado as atenções não só para as questões do foro macro económico, mas sobretudo para o processo de estruturação de produto turístico e *neo* sustentabilidade de destinos maduros.

Efetivamente, as dinâmicas da atividade náutico-turística têm vindo a dimensionar a importância de alguns territórios, criando novos paradigmas de consumo.

Podemos a esse nível contemplar dois tipos de situação:

- Territórios com elevado peso turístico, sustentados num modelo de consumo vocacional (ex: sol e mar; cultural) e que por via da introdução do sector náutico diversificou a carteira de produtos a oferecer e criou novas singularidades de negócio e de promoção turístico-territorial (ex: Lisboa).
- Territórios com baixa densidade de oferta turística, com a economia centrada em atividades económicas em perda de valor e em grave crise económica (pesca, construção naval, etc.), que através de novas propostas, no quadro do turismo náutico, reprojeteram o modelo económico e direccionaram o investimento para uma dinâmica vocacionada para a economia do mar (ex: Peniche).

3.2.4. ESTUDOS CASO

Num contexto de crescente competitividade turística internacional, quer de índole qualitativa quer quantitativa, os destinos são cada vez mais confrontados com a necessidade equacionar o seu desenvolvimento segundo vetores de referenciação internacional.

Neste contexto, recorreu-se no presente estudo, através da técnica de *benchmarking*, a um diagnóstico dos fatores críticos de sucesso que configuram o território francês como uma referência no âmbito das atividades náuticas.

A informação apresentada neste ponto decorreu de uma ação de campo de *benchmarking* realizada entre os dias 03 e 12 de março de 2014, em França, incidindo sobre dois eixos territoriais principais:

- Rio Loire
- Costa Atlântica Francesa de Vannes a Biarritz

Figura 12 – Itinerário Benchmarking



Fonte: Própria

3.2.4.1. RIO LOIRE

3.2.4.1.1. TERRITÓRIO: TOURS e SAUMUR

Existe no quadro de atração referente ao Vale do Loire uma importante componente de oferta turística de lazer comunitário, centrada na promoção de atividades náuticas. No eixo de observação aqui reproduzido, temos duas componentes territoriais a considerar ao longo dos 80 km de frente ribeirinha existente entre **Tours** (Langeais, Chouzé-sur-Loire, Chinon, Villebernier) e **Saumur**. A componente Frente Ribeirinha Urbana e a Frente Ribeirinha periurbana.

Frente Ribeirinha Urbana (FRU):

Relativamente à FRU, evidenciam-se três elementos fundamentais:

- A existência de **Estações Fluviais de Lazer** com oferta de multiatividades – Cruzeiros turísticos fluviais; barcaças turísticas, passeios turísticos com ou sem a componente de formação em vela, *kayaking* e remo.
- A existência de uma estação fluvial de Lazer na Cidade de Saumur, com as propostas infraestruturais e de equipamentos de lazer náutico acima referidas, mas também com uma componente de multiatividades desportivas (*fingers* e embarcadouros de acesso ao rio, ringes de patinagem, *half-pipe* para *skate*, patins em linha, bicicletas BTT) e com campos desportivos, campo de regata, pista de *slalom* de canoagem e *kayak*; campo de futebol e de *rugby* e área de merendas.

Figura 13 – Estação Náutica de Saumur



Fonte: Própria

- A existência de uma rede de Rotas de Bicicleta (ciclo tours urbanos) com passagem em *tracks* projetada na frente ribeirinha, com informação suportada em tecnologia móvel.

Figura 14 – Ciclovias – Loire



Fonte: Própria

- Circuitos clicáveis desenhados exclusivamente na frente urbana ribeirinha

Frente Ribeirinha Periurbana (FRPU):

- Relativamente à FRPU, evidenciam-se os seguintes três elementos fundamentais, dispersos ao longo do rio Loire, e seus afluentes, e dentro da área de jurisdição administrativa das cidades de Tours (Indre-et-Loire) e de Saumur (Maine-et-Loire): Estações Náuticas com oferta de cruzeiros náuticos, canoagem e *kayak*; passeio em embarcações à vela; passeio em embarcações a remos; pontos-base de pesca.
- Estações de lazer mistas, com as atividades náuticas acima referidas e com um conjunto de infraestruturas e de equipamentos de apoio ao lazer e ao turismo (parques de merendas, Bar de apoio e/ou restaurante; pontos de água e equipamentos sanitários; campos de futebol/*rugby*, pistas de atletismo).

- Estações de lazer que oferecem multiatividades desportivas; com circuitos de manutenção e de saúde, sem atividades náuticas mas em frente ribeirinha.

Relevância: Fator de Atratividade no Território Original

O principal fator de atratividade de todo o Vale do Loire, ao longo das múltiplas regiões que o rio Loire atravessa é, sem dúvida, a imponente oferta cultural ao nível do património edificado (palácios, castelos e solares).

O rio funciona como elemento de ligação estética de grande importância, como fator de estruturação cultural e paisagístico e, sobretudo, como via de comunicação e de imagem turística.

De todo o modo, não sendo o produto principal, o rio é considerado uma importante capitalização turística das atividades náuticas, quer na frente ribeirinha urbana, quer sobretudo no *continuum* ribeirinho periférico à cidade de Tours.

Principal ponto fraco: a elevada sazonalidade de toda a componente turística local, com grande particularidade para as atividades náuticas que funcionam habitualmente entre abril e setembro.

Principal ponte forte: Excelente comunicação, promoção e informação turística. Excelentes meios e produtos de comunicação.

Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo e Ribatejo

Pensamos que o tipo de programação de turismo náutico concebida para as duas regiões do Loire e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, pode estabelecer razões de enorme paralelismo com o modelo de desenvolvimento turístico-territorial desenhado para a unidade espacial Alentejo/Ribatejo e conduzido pela respetiva Entidade Regional de Turismo, O facto do modelo de matriz das regiões do Loire em estudo, se encontrar focado na existência e promoção de centros territoriais de desporto, lazer e turismo náuticos e funcionar num registo de ação coletiva, com objetivos de intervenção e negócio turístico e ao mesmo tempo, serviço à comunidade local, aproxima-se em largo espectro ao paradigma estratégico proposto também para o eixo territorial Alentejo e Ribatejo.

Para além da dimensão ideológica atrás enunciada, também ao nível da componente espacial (física e cultural), existem fatores que nos podem fazer aduzir níveis de comparação positiva no processo de afirmação dos territórios de influência da ERT, tendo por referência o Loire.

Com efeito, os nossos rios de referência, (Tejo, Sorraia, Sado, Mira e Guadiana), inscrevem-se também em contextos espaciais de frente ribeirinha, onde as componentes urbanas possuem cargas de potencial cultural significativamente fortes, não tanto materializáveis em contexto patrimonial edificado, mas com um efetivo e relevante património de carácter material e imaterial, também eles geradores de elevados mecanismos de atratividade turística. Das culturas ribeirinhas, à cultura do cavalo e do touro, da pesca artesanal à gastronomia, das danças ao artesanato, da arquitetura tradicional, às artes e ofícios populares, encontramos um elevado potencial que pode funcionar como elemento gerador de atratividade turística, numa lógica, quer de complemento, ao turismo náutico, quer de razão principal que tenha por acessório o consumo de atividades náuticas.

Neste contexto entendemos existir um grau de adaptabilidade do modelo usado no Loire, à realidade do Alentejo/Ribatejo.

Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo e Ribatejo

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento de territórios de frente ribeirinha com potencial para a infraestruturização deste tipo de equipamentos. Desenvolvimento de modelos de planeamento municipal que avaliem o potencial territorial e as condições físico-hidrográficas que viabilizem sustentadamente todo o processo de implementação (estudos de pressão hidrográfica, capacidades de carga, tipologia de materiais). Por exemplo: o Loire, atualmente está aproximadamente três metros acima do fluxo normal de leito de rio e as instalações continuam a funcionar e totalmente protegidas.
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento destes centros de lazer em frente ribeirinha, com as dinâmicas mistas (náutica e desportiva)

- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio. Segundo a informação e os dados fornecidos pelo Gabinet General de l'Office du Tourisme de Tours, o investimento e a exploração destes parques de lazer é em larga percentagem do exercício de entidades privadas e /ou associativas
- Processos Técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.
- Desenvolvimento de ciclovias ao longo dos eixos fluviais, com informação diversa (orientação, informativa, etc.) acessível a partir de dispositivos de tecnologia móvel.

Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo

É certo que existem já algumas experiências em Portugal, sobretudo ao nível das praias fluviais e dos cruzeiros fluviais. Todavia, excetuando algumas tentativas de negócio nesta área, em apostas basicamente de monoproduto, numa houve um projeto integrado de escala alargada que trabalhasse um eixo fluvial em extensões que podem chegar a 80/100 km de percurso fluvial, com ofertas diversificadas ao nível das atividades, do tipo de consumo (lazer, desportivo, competição, em autonomia, etc.) que permitisse a alguém, como acontece no Loire, poder alugar um serviço de guia de Randonnée de Kayak em Tours, podendo navegar até Angers, pernoitando em hotéis, comendo em restaurantes típicos, visitando museus, fazendo outro tipo de atividades *outdoor*.

3.2.4.2. LITORAL FRANCÊS: DE VANNES A BIARRITZ

3.2.4.2.1. TERRITÓRIO: VANNES E SAINT NAZAIRE

O modelo de desenvolvimento turístico da linha de Litoral da região francesa do **Loire Atlantique**, estrutura, segundo informações do conselho regional de turismo, como principal produto de referência (oferta e procura) as atividades de turismo náutico, com particular incidência nos desportos de onda e sobretudo na vela de recreio.

Com uma dimensão de oferta do produto sol e mar, basicamente dimensionada aos núcleos urbanos e com uma acidentada tipologia de relevo de costa, são as zonas lagunares, *étanges*, enseadas e pequenas baías que recebem os maiores fluxos de procura turística.

Tendo por referência estas duas plataformas territoriais – **Praias e Marinas Urbanas e áreas e Marinas Lagunares** – o modelo de observação por nós aqui desenhado, procura concretizar a avaliação de um circuito estratégico, iniciado na cidade de Saint Nazaire, contemplando o leito estuarino do Rio Loire e a sua confluência com o Atlântico, e concluído a Noroeste na cidade de Vannes, passando por uma costa altamente escarpada (Côte Sauvage), com muitas enseadas, lagoas e várias reentrâncias de mar.

No eixo de observação aqui reproduzido, temos então duas componentes territoriais a considerar ao longo dos 50 km de frente mar existente entre **Saint Nazaire** (Pornichet, La Boule, Le Croisic, Piriac sur Mer, Arzon, Locmariaquer, Baden e Arradon) e **Vannes**.

Figura 15 – Marina Urbana de Vannes



Fonte: Própria

A componente Praias e Marinas Urbanas (PMU) e a componente Áreas e Marinas Lagunares (AML).

PRAIAS E MARINAS URBANAS (PMU):

Relativamente à PMU, evidenciam-se dois elementos fundamentais:

1. Clubes de Praia

- A existência de **Clubes de Praia**, que assumem a figura das concessões de praia existentes em Portugal, mas que enquadrados numa dimensão e numa dinâmica de clube náutico oferecem para além dos serviços de salvaguarda, higiene e apoio de bar, um volume considerável de propostas de atividades de lazer, cultura e desporto, de âmbito recreativo e formativo durante um período alargado da época balnear, continuando com a dimensão formativa e de competição ao longo de todo o ano. Atividades como o *surf*, a vela ligeira, o *windsurf*, o *kitesurf*, o *windcar*, o *kayak* de mar, bem como os desportos de deslize como o *skimming*, são oferecidos, quer ao nível do aluguer de materiais, quer ao nível das iniciativas de formação.

- **Os Clubes de Praia** desenvolvem também atividades de carácter recreativo, desportivo e culturais diferenciadas das atividades náuticas. A permanência de grupos de animadores de praia, associados à existência de equipamentos desportivos no areal (quadras de *volley* de praia, campos de futebol e *rugby* de praia) e à constante oferta de eventos desportivos (campeonatos, torneios, exposições) garantem níveis de atratividade bastante consideráveis. Também a animação infantil ganha uma dinâmica muito importante, porquanto existem programas diários de animação turística para os mais jovens e estão instalados em permanência equipamentos infantis (parques infantis, insufláveis, redes, biblioteca de praia, etc.).
- A organização de eventos culturais e musicais também faz parte da oferta turística organizada pelos clubes de praia, potenciando-os como programadores e produtores de espectáculos, dando enorme visibilidade ao contexto territorial de inserção.
- De um modo geral, as Praias da Bretanha possuem uma diversidade de Clubes Náuticos, com áreas delimitadas de concessão que promovem atividades recreativas, lúdicas e desportivas para os seus consumidores. O mercado é bastante competitivo, fruto das áreas de concessão serem limitadas, obrigando-as a oferecerem um vasto leque de serviços náuticos e de serviços complementares (restauração, animação infantil de praia, etc.), proporcionando um *elevado value for money* para os seus clientes.

2. Marinas Urbanas

- As marinas urbanas desempenham um papel de elevada dinâmica do processo de afirmação e promoção do território e da potenciação de oferta não só de produtos de turismo náutico, como também de serviços de alojamento, restauração, animação e comércio que, enquadrados nos sistemas de produtos que extrapolam o negócio de serviços de marina (salvaguarda, acostagem ou amarração, serviços de abastecimento) assumem um papel altamente relevante nas economias locais.

- Na Bretanha, porque a cultura náutica é muito forte e porque se percebeu a importância da dinâmica económica que as marinas provocam, procurou-se aproveitar todas as possibilidades físico geográficas existentes para criar infraestruturas e equipamentos que tivessem capacidade de acolhimento de embarcações de navegação de recreio (vela e motor) e ao mesmo tempo fossem base para a oferta de conteúdos e produtos associados ao turismo náutico (regatas, passeios em embarcações, cruzeiros, transporte náutico, etc.). Nos casos analisados (Saint Nazaire, Port Blanc, Arzal-Camoël, e sobretudo Vannes), existem estruturas montadas para albergarem, aproximadamente 1 500 embarcações de calado tipo médio de 45 pés, o que dá um volume de ocupação bastante considerável.

Figura 16 – Doca Seca do Parque Náutico de Recreio e Lazer de Arzal-Camoël



Fonte: Própria

- A dinâmica de *merchandising* e de *branding* que envolve o negócio do turismo náutico é igualmente muito importante para a região e para as cidades, que estruturam múltiplos outros negócios, da restauração ao vestuário, passando pelos espetáculos em torno da marina e das suas atividades turísticas.
- Igualmente importantes são os eventos de carácter internacional associados à vela de cruzeiro, os quais, para além de projetarem o nome da região e das cidades na designação dos eventos, ainda são fortes promotores de ampliação de

negócio turísticos, devido ao número considerável de tripulações e espectadores que procuram as cidades, quer no decurso dos treinos, quer aquando das partidas, chegadas e *stopover's*. A Vendée Globe; A Transat, a Volvo Ocean Race, a Les Sables, são regatas de projeção mundial que partem, chegam ou passam por portos da Bretanha, trazendo projeção e marketing territorial com elevado protagonismo e retorno económico.

ÁREAS E MARINAS LAGUNARES (AML)

Relativamente à AML, evidencia-se o relevante papel que as bases náuticas (estações náuticas), trazem para áreas territoriais de vocação lagunar. Saliente-se como estudo de referência as bases náuticas de **Saint Cado, no Rivière d'Étel e de Arzon no Golfo de Morbihan.**

Figura 17 – Golfo de Morbihan



Fonte: Própria

- Existentes fora do contexto urbano e portadoras de um potencial estético e paisagístico bastante considerável nas áreas marinhas lagunares, têm vindo a despertar elevado interesse de implementação de bases náuticas de elevado

potencial turístico, funcionando como como fator de unidade e interação territorial. A proximidade existente entre elas, inferior a 20 milhas náuticas, permite uma regularidade de tráfego turístico bastante atrativo para quem realiza atividades de turismo náutico, quer em contexto de consumidor enquadrado em sistema empresarial, quer em exercício de autonomia.

- As bases náuticas, supra citadas, para além de todo o serviço de apoio à náutica de recreio, em tudo idêntico à oferecida pelas marinas urbanas acima referidas, oferecem ainda serviços integrados com oferta de alojamento (*bungalows*), equipamentos de lazer (quadras de ténis, polidesportivos, piscinas, etc.), bem como centros de informação e de interpretação ambiental de recursos náuticos e infraestruturas de suporte à atividade náutica (manutenção e reparação naval, doca seca, lojas de fornecedores de material náutico), etc.
- Para além das atividades aquáticas existe todo um modelo de dinamização do turismo, assente numa matriz sustentada, integrada e ambiental. No caso da linha de costa em estudo, é importante referenciar a existência de um conjunto de outros produtos na área do turismo de natureza e de aventura, que foram desenhados estrategicamente para servir de ponte entre as estações náuticas. Os percursos pedestres, balizados como (GR) Grande Rota, seguem toda a linha de costa, com trilhos, para caminhada e BTT, ao longo de dezenas de quilómetros, totalmente equipados, com apoios de WC, pontos de água, bancos em locais panorâmicos e *outdoor's* com informações de fauna, flora, altimetria, etc. Estes percursos, interessantemente, assumem duplos trajetos; pela linha de praia em situação de baixa-mar e pela arriba em situação de praia mar.

Relevância: Fator de Atratividade no Território Original:

O principal fator de atratividade de toda a linha de costa do Loire Atlantique, reside sobretudo na oferta das dimensões paisagísticas e do potencial do território para a prática de desportos e de turismo náutico. De resto, a própria tradição local e uma cultura marítima muito forte, são fatores promotores de eventos e de uma motivação acrescida no seu desenvolvimento por parte da comunidade local.

O Oceano funciona como instrumento de mobilização estética de grande importância e como fator de estruturação cultural e paisagístico no quadro da promoção turística e como garante de uma identidade local vocacionalmente marítima.

O princípio da complementaridade associada ao produto turístico, produz uma resposta económica a montante e a jusante das próprias propostas náutico-recreativas, garantindo a promoção de emprego em áreas que não sendo vocacionalmente turístico-desportivas, contribuem para o mesmo desígnio económico e reafirmam as identidades culturais do local. Por exemplo, todo o processo de extração de sal, bem como a pesca tradicional enquadram essa pretensão.

Principal ponto fraco: A irregularidade meteorológica e a possível tendência para mononuclearizar a oferta turística, obrigam a uma reflexão sobre a construção de produtos complementares.

Principal ponte forte: potencialidade das condições territoriais para a prática de atividades náuticas. Uma excelente comunicação, promoção e informação turística do produto. Capacidade de mobilização da comunidade local para o interesse turístico e comercial do produto náutico.

Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo/Ribatejo

Pensamos que o tipo de programação de turismo náutico concebido para a região do Loire Atlantique e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, permite estabelecer linhas de atuação similar ao modelo turístico-territorial pré-concebido para as dinâmicas de costa e também de lagunagem, existentes na unidade espacial Alentejo/Ribatejo e conduzido pela respetiva Entidade Regional de Turismo.

De resto, é importante referir que da análise feita ao Golfo de Morbihan, resultam elevadas similitudes, mesmo físicas, com o Alqueva. Trata-se de uma zona lagunar com 12 000 hectares, com um conjunto considerável de ilhas, mas com projetos desenvolvidos e bastante bem sucedidos ao nível das bases náuticas e da utilização turística das ilhas. É para nós claramente um instrumento de referência daquilo que se pode fazer, em escala diferenciada, na albufeira do Alqueva.

O facto de se tratar de um modelo matriz e se encontrar focado na existência e promoção de contextos e conteúdos territoriais, onde a prática desportiva e o negócio turístico funcionam num registo integrado de ação coletiva, com objetivos de dinamização do negócio turístico e, ao mesmo tempo, em total harmonia com o serviço à comunidade local, aproxima-se em largo espectro ao paradigma estratégico proposto também para o eixo territorial Alentejo e Ribatejo.

Para além da dimensão ideológica atrás enunciada, também ao nível da componente espacial (física e cultural), existem fatores que nos podem fazer aduzir níveis de comparação positiva no processo de afirmação dos territórios de influência da ERT, tendo por referência a costa estuarina do Loire e marítima do golfo da Biscaia.

Com efeito, os nossos territórios de referência marítima, de Tróia até Odeceixe inscrevem-se também em contextos espaciais de linha de costa, em tudo idêntica ao estudo de caso enunciado para a Costa da Bretanha. Podemos encontrar neste troço de território alentejano, um conjunto de núcleos urbanos com alguma capacidade de integração de um modelo adaptado de marina urbana (Alcácer do Sal, Sines, Vila Nova de Mil Fontes) e outros com clara vocação para a implementação de bases náuticas (ex: Albufeira do Alqueva, Mértola, entre outras). O Facto de termos neste contexto territorial, zonas de componente urbana, pode potenciar os fatores de efeito multiplicador de dimensão turística, com investimento e negócios a montante e a jusante da própria atividade náutica. Neste contexto, entendemos existir um grau de adaptabilidade do modelo usado no território do Loire Atlantique à realidade do litoral alentejano.

Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo/Ribatejo

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento de territórios de linha de costa entre Tróia e Odeceixe com potencial para a infraestruturação do tipo de enquadramento genérico de base náutica. Perceber o tipo de equipamentos necessários. Desenvolvimento de modelos de planeamento de costa que avaliem o potencial territorial e as condições físico-hidrográficas que viabilizem sustentadamente todo o processo de implementação (estudos de pressão hidrográfica, batimetrias,

tipo de ondulação predominante, estudo de corrente e de sustentabilidade dos materiais, capacidades de carga, tipologia de materiais a utilizar).

- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas (Clubes de praia, bases náuticas, marinas urbanas, percursos pedestres de linha de costa e arribas)
- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio.
- Processos Técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.

Do ponto de vista fatural, seria interessante poder:

- Conceber em termos físicos as chamadas bases náuticas em alguns *spots* da costa litoral alentejana, bem como no quadro de alguns rios e barragens. Desenvolver, um conjunto de infraestruturas integradas com oferta de alojamento (*bungalows*), equipamentos de lazer (campos de ténis, polidesportivos, piscinas, etc.), centros de interpretação ambiental, recursos náuticos (manutenção e reparação naval, doca seca, lojas de fornecedores de material náutico). Todo este processo, pode ainda estabelecer linhas de estratégia promocional centradas em parcerias com empresas do sector náutico de forte representação e *branding* internacional, de modo a desenhar um modelo financeiro eficaz, sustentado e exequível. O sistema envolve a exclusividade de representação e de imagens por parte do centro náutico, dos valores da marca parceira, num modelo, em tudo idêntico àquilo que acontece, por exemplo, no *surf* e em muitas bases náuticas, australianas e norte americanas (Malibu Billabong - Beach Coast Nautical Center).

Figura 18 – Plano do Parque Náutico de Recreio e Lazer de Arzal-Camoël



Fonte: Própria

- Qualificar as rotas litorais de percursos pedestres e de BTT existentes e proceder à marcação de novas, ligando as bases náuticas a desenhar, de modo a estabelecer um perímetro à linha de costa, devidamente balizado e demarcado, possuindo sinalética internacional, com orientações alternativas de percurso de baixa-mar e preia-mar. Desenvolver ainda um conjunto de equipamentos de apoio como bancos, pontos de água, WC e *outdoors* de informação. Este possível projeto carece de total articulação com as equipas que estão a desenvolver os planos dos percursos pedestres e do sol e mar, considerando os respetivos âmbitos de ação e de responsabilidade.

Figura 19 – Sinalética – Rota Litoral (Pornichet)



Fonte: Própria

- No contexto do Alqueva o desenvolvimento das atividades terá que ser suportado pela implementação de pelo menos mais três bases náuticas (além da já existente, na Amieira). Importa fazer o levantamento do território que determine os locais mais vocacionados para tal, concebendo redes efetivas de comunicação entre estas estruturas, de modo a potenciar também o desenvolvimento e a infraestruturização de unidades de apoio, dentro do vasto núcleo de ilhas existentes.
- Criar um modelo de concessão de praia que funcione na perspetiva dos clubes de praia e que ofereça muito mais do que os vulgares serviços de segurança, limpeza, toldos e outros serviços de apoio. Importa que promovam também atividades recreativas, lúdicas e desportivas para os seus consumidores, oferecendo um vasto leque de serviços náuticos (vela, *windsurf*, *surf*, etc.) bem como serviços complementares (restauração, animação infantil de praia, etc.), proporcionando um elevado *value for money* para os seus clientes (a articular com a equipa do Plano do Sol e Mar).
- Face às condicionantes da costa portuguesa, em particular do Alentejo, o conceito de Marina Urbana não é de fácil aplicação. Todavia, poderá aferir-se a viabilidade de considerar algumas possíveis localizações, nomeadamente em Sines, Alcácer do Sal e na foz do Rio Mira.

Grau de Inovação para o Território da ERT

Todas estas propostas encerram índices de inovação, bastante consideráveis, quando aplicados à realidade portuguesa. Existe, todavia, utilizando processos de comparabilidade, algumas situações em que os processos utilizados não são muito diferentes dos aqui apresentados e com sucesso considerável. Por exemplo, num modelo aproximado ao conceito de Marina Urbana, podemos referir o modelo de ação e de gestão da Marina de Tróia, de Lagos e de Vilamoura como paradigmáticos. Ficam aquém do que pretendemos, mas provam que existem condições de exequibilidade, se bem concebidos.

Todas estas propostas, apresentam fatores de multiplicação económica, criando valores sustentados em sede de construção de produto turístico para a região, promovendo investimento, dinâmica empresarial e emprego e funcionando como elemento estruturante para a sustentação de uma nova imagem para o Alentejo.

3.2.4.2.2. TERRITÓRIO: SABLES D'OLONNE E LA ROCHELLE

O eixo marítimo-territorial entre as cidades de Sables d'Olonne e La Rochelle é conhecido pela forte projeção internacional das provas de vela de longo curso, em tripulação e em solitário, que despertam o interesse global e colocam estas duas cidades atlânticas do golfo da Biscaia na rota de elevada notoriedade e referência nos órgãos de comunicação não só da especialidade, como também na imprensa generalista.

Figura 20 – Homenagem a Alessandro Di Benedetto pela volta ao mundo sem escalas num pogo de 6,5m com partida e chegada Sables D'Olonne



Fonte: Própria

Conhecidos como portos de chegada e partida de pernas de regata, ou funcionando como portos de escala e *stopover's*, estas duas cidades são conhecidas como as capitais europeias da vela oceânica de competição. As clássicas *Les Sables – Açores – Les Sables*, em navegação solitária e sem escalas, ou a célebre *Vendée – Globe*, regata única em todo o mundo em que, um único tripulante tem a possibilidade de dar a volta ao mundo em vela ficando completamente isolado da civilização e em plena competição por mais de 100 dias. Trata-se de uma competição muito dura e exigente para todos os participantes, onde não são permitidas paragens ou escalas. Trata-se de uma regata que se realiza de 4 em 4 anos, com partida do porto de Sables d'Olonne, sempre no mês de novembro,

também conhecida pela regata dos três cabos; o Cabo Horn (América do Sul); o Cabo da Boa Esperança (África); e o Cabo Leewin (Austrália). Já a Transat, é uma regata que sai, de dois em dois anos da cidade de La Rochelle e em solitário atravessa o Atlântico em embarcações de 6.5 metros, as quais em total autonomia, procuram arribar à cidade da Bahia no Brasil.

Também a Volvo Ocean Race, na sua escala europeia, faz três *stopover's* e as consequentes regatas promocionais no local, em Lisboa, La Rochelle ou Lorient, e um porto variável no Mar do Norte.

Esta dimensão meia mítica, meia aventureira das regatas internacionais, para além de importarem para as regiões uma elevada procura turística durante os períodos de competição, quer ao nível dos *staff's*, dos órgãos de comunicação e dos espectadores, promovem ainda uma enorme rotatividade turística, porquanto é muito significativa a presença de equipas e tripulações de alta competição para treinos de mar.

Este fator tem vindo a incrementar de forma relevante a oferta de produtos e pacotes turísticos associados à vela de cruzeiro, beneficiando a comunidade local pelo aumento dos circuitos de formação desportiva e otimização dos tempos livres nestas áreas, garantindo uma rede de operações económicas, investimento local e empreendedorismo temático, de grande valia para as cidades. De resto, em ambos os casos, as cidades vivem basicamente das indústrias do mar, nomeadamente a pesca, a indústria naval e o turismo náutico. Sendo o turismo de vela de grande projeção, não devemos descurar a importância que a economia associada ao mar (gastronomia; desportos de ondas e de praia e comércio e serviços navais) representam para a região.

Neste território, contrariamente aos casos referidos antes (a Norte), com alguma descentralização das atividades propostas e dos territórios que as enquadram, estamos numa dimensão onde um produto exclusivo (Turismo de vela de cruzeiro) representa uma enorme fatia de negócio no processo de desenvolvimento económico e turístico da região e onde a componente de penetração territorial é vocacionalmente urbana. Com esta especificidade, a grande aposta de ambas as cidades tem sido na componente de turismo náutico e, sobretudo, na infraestruturação portuária, ao nível da criação no mesmo território de vários pólos desconcentrados da marina urbana, albergando nos dois casos um volume aproximado de 6 000 embarcações.

MARINAS URBANAS (ou) CIDADES - MARINHEIRAS

- As Marinas urbanas desempenham um papel de elevada dinâmica no processo de afirmação e promoção do território e da potenciação de oferta não só de produtos de turismo náutico, como também de serviços de alojamento, restauração, animação e comércio que, enquadrados nos sistemas de produtos que extrapolam o negócio de serviços de marina (salvagem, acostagem ou amarração, serviços de abastecimento) assumem um papel altamente relevante nas economias locais.

Figura 21 – Porto urbano da cidade marinheira de La Rochelle



Fonte: Própria

- Na Costa Bretã, onde a cultura náutica é muito forte e onde se percebeu a importância da dinâmica económica que as marinas provocam, procurou-se aproveitar todas as possibilidades físico-geográficas existentes para criar infraestruturas e equipamentos que tivessem capacidade de acolhimento de embarcações de navegação de recreio (vela e motor) e ao mesmo tempo fossem base para a oferta de conteúdos e produtos associados ao turismo náutico (regatas, passeios em embarcações, cruzeiros, transporte náutico etc.). Nos casos analisados, Sables d'Olonne e La Rochelle, existem estruturas montadas para albergarem aproximadamente 3000 embarcações de calado tipo médio de 45 pés

em cada uma delas, o que representa um volume de ocupação bastante considerável.

- A dinâmica de *merchandising* e de *branding* que envolve o negócio do turismo náutico é igualmente muito importante para a região e para as cidades, que estruturam múltiplos outros negócios, da restauração ao vestuário, passando pelas regatas e outros espetáculos em torno da marina e das suas atividades turísticas.
- Os eventos de carácter internacional, associados à vela de cruzeiro, são também importantes, pois além de projetarem o nome da região e das cidades na designação dos eventos, são ainda fortes promotores de ampliação de negócio turísticos, devido ao número considerável de tripulações e espectadores que procuram as cidades, quer no decurso dos treinos, quer aquando das partidas, chegadas e *stopover's*. A Vendée Globe; A Transat, a Volvo Ocean Race, a Les Sables, são regatas de projeção mundial, que partem, chegam ou passam pelos portos referenciados, trazendo projeção e marketing territorial com elevado protagonismo e retorno económico.
- A dimensão de Cidade - Marinheira, envolve toda uma filosofia de ação social, económica e cultural que faz com que todo o ordenamento urbano, o marketing territorial e as restantes dinâmicas culturais sejam estruturados tendo por referência os potenciais de atratividade provocados pelo turismo náutico, envolvendo toda a comunidade local, os interventores políticos e os agentes económicos no processo de qualificação e de promoção de imagem do território.

Relevância: Fator de Atratividade no Território Original

O principal fator de atratividade destas duas cidades reside, por um lado, na oferta das dimensões paisagísticas e culturais (arquitetura, história e património material e imaterial) e, por um, no potencial do território para a prática de desportos e de turismo náutico, especialmente ao nível da vela de cruzeiro. De resto, a própria tradição local e uma cultura marítima muito forte, são fatores promotores de eventos e promotores de uma motivação acrescida para o seu desenvolvimento socioeconómico.

O Oceano funciona como instrumento de mobilização estética de grande importância e como fator de estruturação cultural e paisagístico no quadro da promoção turística, como garante de uma identidade local vocacionalmente marítima.

No caso destas duas cidades, o próprio enquadramento estético urbano, está centrado em dimensões de preservação cultural da arquitetura tradicional, assentes na articulação entre o casco urbano e o oceano, por via da transformação de canais e antigas lagoas em marinas urbanas. Estes processos, criam um valor estético que claramente funciona também como marca de representação local.

A vocação turística agregada à vocação económica das cidades é claramente sustentada por via da construção e promoção do produto turismo náutico como principal elemento congregador de toda a dinâmica económica e cultural. A matriz multiplicadora do turismo, faz com que nestes ambientes, toda a economia gire em torno das indústrias lúdicas do mar, numa escala interativa, interdependente e sequencial. O princípio da complementaridade associada ao produto turístico, produz uma resposta económica a montante e a jusante das próprias propostas náutico recreativas garantindo a promoção de emprego em áreas que não sendo vocacionalmente turístico-desportivas, contribuem também para o mesmo desígnio económico e reafirmam as identidades culturais do local. Por exemplo, todo o processo de extração de sal, bem como a pesca tradicional, enquadram essa pretensão.

A vela de cruzeiro e particularmente a realização de mega eventos turísticos e náutico-desportivos de carácter internacional, são então mecanismos de fundamental importância tanto mais que associam identitariamente, as atividades náutico-desportivas, à cidade, construindo uma *branding* que a faz reconhecer de imediato.

Principal ponto fraco: A irregularidade meteorológica e a possível tendência para mononuclearizar a oferta turística, obrigam a uma reflexão sobre necessidade de construir outro tipo de produtos complementares.

Principal ponte forte: potencialidade das condições territoriais para a prática de atividades náuticas. Uma excelente comunicação, promoção e informação turística do produto. Capacidade de mobilização da comunidade local para o interesse turístico e comercial do produto náutico.

Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo/Ribatejo

O tipo de orientações de planeamento territorial e de programação turística concebidas para a região de Charentes e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, permite estabelecer algumas linhas de atuação que podem ser adaptadas ao modelo turístico-territorial pré concebido para as dinâmicas de costa e também de lagunagem, existentes na unidade espacial Alentejo/Ribatejo e conduzido pela respetiva Entidade Regional de Turismo.

Obviamente que existem diferenças significativas ao nível das tipologias urbanas e sobretudo ao nível das dinâmicas geográficas de costa, já que o grande aproveitamento feito no modelo francês advém da otimização total de uma tipologia de costa, cheia de relevos naturais, de baías, enseadas, reentrâncias e foz de rios, criando elevadas condições naturais para o desenvolvimento das práticas de vela de cruzeiro.

No Alentejo litoral esse tipo de condições, não são tão presentes culturalmente, nem tão favoráveis geograficamente, até porque claramente não existe uma vocação marítima e uma massa crítica favorável à concentração de uma cultura náutica que pudesse dinamizar este tipo de atividades. De todo o modo, e ao nível do desenvolvimento e da estratégia politico-comercial, pensamos que a Península de Tróia, com um projeto cimentado, mas sem o necessário arquétipo urbano, ou Sines, sem o primeiro, mas com o segundo associado a alguma cultura náutica, arregimentada na figura do navegador Vasco da Gama, ou ainda Vila Nova de Mil Fontes e Zambujeira do Mar, podem dimensionar um modelo de desenvolvimento que contemple preferencialmente propostas de turismo náutico (*surf*, pesca, mergulho) e especialmente de náutica de recreio. Não sendo este último, na região, um produto âncora, terá condições, com as devidas adaptações estruturais, para desempenhar um papel de relevo na região Alentejo.

O nosso território de referência marítima, de Tróia até Odeceixe, possui um conjunto de núcleos urbanos com alguma capacidade de integração e de adaptação de um modelo de marina Urbana (Alcácer do Sal, Sines, Vila Nova de Mil Fontes). Porém, necessita de, em profundidade, elaborar uma rede de suporte às atividades náuticas, de modo a poder gerar efeitos multiplicadores de dimensão turística e económica com investimento e negócios a montante e a jusante da própria atividade náutica.

Sendo o principal *core-business* das cidades de Sables d’Olonne e La Rochelle o turismo náutico e o seu principal *ex-libris* a realização de eventos internacionais da náutica de recreio e de competição, importa dimensionar um modelo semelhante para o Alentejo Litoral, sendo que, pelo menos neste momento, Tróia possui capacidades físicas, geográficas e económicas para o fazer. Sines e Vila Nova de Mil Fontes precisariam de profundas modificações infraestruturais para o executar, mas, em nosso entendimento, não deverão ser descoradas. A adaptabilidade de um modelo como o francês em contexto de cidades de elevada afirmação náutico-desportiva, é baixo, mas sem ser evidente, é possível.

Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo/Ribatejo

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento de territórios de linha de costa entre Tróia e Odeceixe com potencial para a infraestruturização de modelos de centros náuticos urbanos. Perceber o tipo de equipamentos necessários. Conceber modelos de Desenvolvimento e de planeamento de costa que avaliem o potencial territorial e as condições físico-hidrográficas e que viabilizem sustentadamente todo o processo de implementação (estudos de pressão hidrográfica, batimetrias, tipo de ondulação predominante, estudo de corrente e de sustentabilidade dos materiais, capacidades de carga, tipologia de materiais a utilizar).
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas (bases náuticas e marinas urbanas).
- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio.
- Processos Técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.
- Estratégia de promoção de destino assente no potencial náutico de algumas urbes existentes no litoral alentejano.

Do ponto de vista fatural, seria interessante poder:

- Conceber em termos físicos as chamadas bases náuticas em alguns *spots* da costa litoral alentejana.

- Construir e desenvolver, infraestruturas e equipamentos de marina integrada, com alojamento e equipamento complementares de lazer. Todo este processo, pode ainda estabelecer linhas de estratégia promocional centradas em parcerias com empresas do sector náutico de forte representação e *branding* internacional, de modo a desenhar um modelo financeiro eficaz, sustentado e exequível. O sistema envolve a exclusividade de representação e de imagens por parte dos centros náuticos, dos valores da marca parceira, num modelo, em tudo idêntico àquilo que acontece, por exemplo no *surf* e em muitas bases náuticas, australianas e norte americanas. (Malibu Billabong - Beach Coast Nautical Center).
- Conceber um modelo de programação turística desportivo que comece a ganhar afirmação nacional e internacional que permita a progressiva implantação de eventos náuticos internacionais, sustentando um processo gradual de maturação de produto.
- Iniciar um ciclo de realização de regatas nacionais, que comece a colocar no mapa e no calendário de provas de náutica de recreio, pelo menos três espaços urbanos do litoral alentejano (Tróia, Sines e Vila Nova de Milfontes).
- Ligar modelos de referenciação de produto náutico a imagens de qualidade, de afirmação e de reconhecimento internacional. No caso francês é comum encontrarmos estas linhas de associação, quer pela via da realização de regatas de prestígio, onde se convidam as principais tripulações do mundo da competição náutica para eventos de *match cup*, quer pela criação de prémios de mérito desportivo, através de convites a navegadores internacionais para a realização de palestras e apresentação de expedições, quer ainda, como em Sables d'Olonne, pela criação da figura de embaixadores náuticos que representam a cidade em todo o tipo de eventos promocionais associados à náutica turística.
- Pensamos ser fundamental também estabelecer parcerias regionais estratégicas e consideramos que do ponto de vista do desenvolvimento do produto poderia fazer sentido, estabelecer princípios de gemação temática por exemplo entre Sines e a cidade de La Rochelle.

Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo

Todas estas propostas encerram índices de inovação bastante consideráveis, quando aplicados à realidade portuguesa. Existe, contudo, utilizando processos de comparabilidade, algumas situações em que os processos utilizados não são muito diferentes dos aqui apresentados e com sucesso considerável. Por exemplo, num modelo aproximado ao conceito de Marina Urbana, podemos referir o modelo de ação e de gestão da Marina de Tróia como paradigmático. Ficam aquém do que pretendemos, mas provam que existem condições de exequibilidade, se bem concebidos.

Todas estas propostas, apresentam fatores de multiplicação económica, criando valores sustentados em sede de construção de produto turístico para a região, promovendo investimento, dinâmica empresarial e emprego e funcionando como elemento estruturante para a sustentação de uma nova imagem para o Alentejo.

A afirmação de eventos náuticos de carácter internacional, com base de iniciação em Tróia, faz todo o sentido, tanto mais que já começa a existir algum histórico nesse âmbito. A realização da Match Cup Series e algumas provas do nacional de vela, apontam no sentido do êxito do produto. Importa, todavia, apostar na promoção de uma marca que associe vela oceânica ao território litoral Alentejano.

3.2.4.2.3. TERRITÓRIO: ROYAN, BLAYE, BASSIN D'ARCACHON, LACANAU, CAP FERRET

O litoral francês na região de Gironde apresenta características geográficas onde o protagonismo maior é do rio Garonne e das múltiplas bacias e lagoas existentes. Considerámos para este estudo fazer uma apreciação do estuário e da região meso-estuarina do respetivo rio, bem como da bacia de Arcachon, um espelho de água de acesso ao litoral com uma plataforma navegável de grande extensão e formando um funil de entrada entre a cidade de Arcachon e Cap Ferret.

Figura 22 – Porto de Arcachon (2.600 rings)



Fonte: Própria

Acresce ainda a importância de lago Lacanau enquanto área náutica lúdica de grande relevância para a comunidade de Bordéus, tal como a bacia de Arcachon, apresentando ambas capacidades únicas para a prática de desportos náuticos.

TURISMO FLUVIAL e em LAGOS

O modelo de bases náuticas ganha particular evidência em contexto fluvial e de lagos, porquanto existe uma enorme proximidade entre os vários núcleos urbanos de pequena dimensão. O facto de todo este potencial estar bastante próximo (cerca de 70 km e com

excelentes acessibilidades) de uma cidade com a importância de Bordéus, (aproximadamente 240 mil habitantes), faz com que, quer a foz do Garrone, quer os vários lagos, quer a bacia de Arcachon funcionem como espaços de turismo (residencial) e lazer privilegiados.

O rio Garrone tem ainda a particularidade de possuir dois pontos de passagem em *ferry boat* que beneficia a circulação entre margens, para lá de múltiplas pontes. No que concerne ao turismo náutico saliente-se a existência de múltiplas áreas de lazer náutico, que não configurando a dimensão das já referidas bases náuticas, funcionam num regime total de complementaridade com as infraestruturas de alojamento local existentes na sua proximidade. Esta simbiose, destaca inclusivamente a existência de diversos parques temáticos que desde cedo vinculam o público jovem para práticas náuticas, de natureza e aventura.

Relevância: Fator de Atratividade no Território Original

Os lagos assumem-se como espaços privilegiados de aprendizagem e de lazer ao nível de uma multiplicidade de atividades náuticas. Da vela ao *windsurf*, passando pela canoagem e pela pesca, podemos encontrar infraestruturas de apoio que, num sistema de associação ou num sistema de aluguer, permitem uma adaptação controlada ao meio aquático e a aquisição de competências iniciais neste tipo de desportos. Estas infraestruturas de apoio complementam o serviço náutico com todo um conjunto de equipamentos desde embarcações a *fingers* (plataformas de embarque) e acesso aos planos de água, bem como assumem serviços de vigilância e de bar e de restauração.

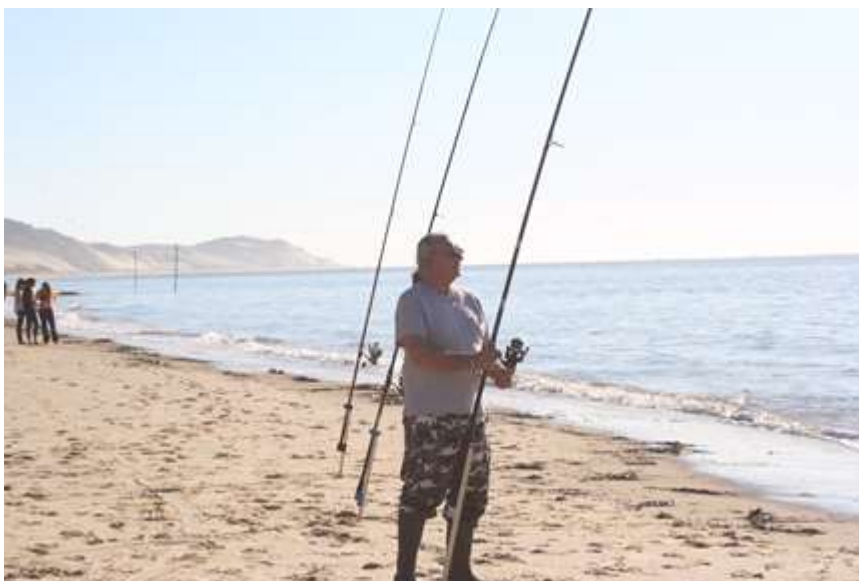
Figura 23 – Lacanau: aula de windsurf



Fonte: Própria

As acessibilidades a estes lagos, bem como o seu perímetro, são altamente qualificadas e possuem ciclovias laterais à rede rodoviária, que permitem uma fácil ligação entre espaços lagunares ou fluviais, gerando uma elevada complementaridade de produtos turísticos e de lazer. Vulgarmente encontra-se também associado a estes lagos um conjunto de equipamentos de lazer desportivo, como por exemplo parques infantis e circuitos de manutenção.

A região do Gironde, fruto da sua condição geográfica, faz interagir, quase que num sistema único, áreas estuarinas com lagos e frente mar. Esta particularidade permite o desenvolvimento da pesca desportiva com múltiplos pontos identificados em mapa, atendendo a diferentes tipologias de pesca (à linha, com isco, de alto mar). O facto de esta região ser igualmente rica na produção de ostras assume particular visibilidade para o destino.

Figura 24 – Pesca desportiva na bacia de Arcachon

Fonte: Própria

ASSOCIATIVISMO E EMPREENDEDORISMO

O modelo de desenvolvimento das atividades de turismo náutico nesta região centra-se muito em propostas de realização associativa. Com efeito, podemos encontrar um número considerável de clubes náuticos e de associações de desportos aquáticos que reúnem competências para o ensino das práticas náutico-desportivas e simultaneamente promovem, utilizando os mesmos argumentos atividade turística. Com a mesma finalidade encontramos um crescente movimento de empreendedorismo local, vocacionado para a criação de empresas-escolas e aluguer de material dentro desta temática. Escolas de *surf*, *surf camps*, bem como serviços pagos de apoio a outras modalidades são uma constante neste território, promovendo o desenvolvimento económico e social local.

Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo/Ribatejo

O tipo de orientações de planeamento territorial e de programação turística concebidas para a região de Gironde e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, permite estabelecer algumas linhas de atuação que podem ser adaptadas ao modelo turístico-territorial pré concebido para as dinâmicas de costa, eixos fluviais e também de lagunagem, existentes na unidade espacial Alentejo/Ribatejo e conduzido pela respetiva Entidade Regional de Turismo.

Obviamente que existem diferenças significativas ao nível das tipologias e dinâmicas geográficas de costa, já que o grande aproveitamento feito no modelo francês advém da maximização da utilização dos núcleos (rio, lagos e costa), numa clara complementaridade de uso turístico que se inscreve na própria complementaridade físico-territorial.

No Alentejo litoral esse tipo de condições não é tão favorável do ponto de vista geográfico, mas numa perspetiva de isolamento dos recursos, nomeadamente no que diz respeito a zonas lagunares e de albufeira, e aos núcleos estuarinos do Tejo e do Sado, encontram-se algumas similitudes que, em alguns casos, superam a comparação de potencial turístico ao nível de práticas desportivas apresentadas.

Seria então muito importante, definir modelos de uso desportivo, de modo a adequar o território com infraestruturas e equipamentos desportivos que, para além da utilização das comunidades locais, pudessem também servir a componente turística.

A dimensão associativa e empresarial e uma estratégia de cooperação estrutural com unidades de acolhimento e alojamento hoteleiro, produziriam, numa lógica de articulação, mais-valias para o produto turístico.

Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo/Ribatejo

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento geográfico da linha de costa, entre Tróia e Odeceixe, com potencial para a criação de modelos de clubes náuticos com possibilidade empresarial de promoção e venda de produtos turísticos.
- Processos técnicos de levantamento geográfico das barragens e albufeiras, com potencial para a criação de modelos de clubes náuticos com possibilidade empresarial de promoção e venda de produtos turísticos.
- Processos técnicos de levantamento geográfico dos rios, com potencial para a criação de modelos de clubes náuticos com possibilidade empresarial de promoção e venda de produtos turísticos.

- Processos técnicos de levantamento geográfico das lagoas, com potencial para a criação de modelos de clubes náuticos com possibilidade empresarial de promoção e venda de produtos turísticos.
- Desenvolver iniciativas partilhadas de otimização de recursos entre o movimento náutico associativo e a componente empresarial local no sentido do desenvolvimento de atividades náutico-desportivas
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas (bases náuticas e marinas urbanas).
- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio.
- Processos Técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.
- Estratégia de promoção de destino assente no potencial náutico de algumas urbes existentes no litoral alentejano.

Do ponto de vista fatural, seria interessante poder:

- Conceber em termos físicos as chamadas bases náuticas em alguns *spots* da costa litoral alentejana.
- Construir e desenvolver infraestruturas e equipamentos náuticos, com equipamentos complementares de lazer. Conceber um modelo de programação turístico-desportivo que comece a ganhar afirmação nacional e internacional e que permita a progressiva implantação de eventos náuticos internacionais, (vela, *windsurf*, remo, pesca desportiva etc.) sustentando um processo gradual de maturação de produto.
- Iniciar um ciclo de realização de provas náuticas, que comece a colocar no mapa e no calendário desportivo, pelo menos alguns dos espaços enunciados.

Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo

Todas estas propostas encerram índices de inovação, bastante consideráveis, quando aplicados à realidade portuguesa. Existe, contudo, utilizando processos de comparabilidade, algumas situações em que os processos utilizados não são muito diferentes dos aqui apresentados e com sucesso considerável. Por exemplo, num modelo

aproximado ao conceito de estação náutico-desportiva, onde se reúnem competências, infraestruturas e equipamentos potenciadores de dinâmicas turístico-desportivas.

Todas estas propostas apresentam fatores de multiplicação económica, criando valores sustentados em sede de construção de produto turístico para a região, promovendo investimento, dinâmica empresarial e emprego e funcionando como elemento estruturante para a sustentação de uma nova imagem para o Alentejo.

3.2.4.2.4. TERRITÓRIO: BORDEAUX, HOSSEGOR E BIARRITZ

Com uma frente ribeirinha de exceção, e uma dinâmica estuarina, de grande potencial, como de resto já referimos, torna-se efetivamente estranho, quando se procura compreender o baixo nível de oferta de atividades náuticas existentes na cidade, mesmo em sentido comparativo com os territórios náuticos limítrofes. Com efeito, toda margem esquerda do Garonne, possui uma multiplicidade de propostas de lazer e de desporto, diluídas ao longo de um passeio ribeirinho que contemplam infraestruturas como museus, campos de futebol, quadras de *volleyball* de praia, ringues de patinagem, zonas de piquenique etc. Todavia, no mesmo contexto, não conseguimos encontrar, de forma regular, atividades de carácter náutico (remo e canoagem, por exemplo, seriam atividades de muito fácil execução). Segundo L'Agence de Tourisme de Bordeaux, existem no verão, de maio a setembro, alguns cruzeiros que sobem o rio Garonne até à cidade, mas pouco mais.

Toda esta situação é facilmente explicável se atendermos ao facto da oferta majorante de atividades náuticas se centrar, como de resto já referimos, no litoral de proximidade de Bordeaux, nos eixos de Bassin D'Arcachon, Cap Ferret e Lacanau, que se situam a aproximadamente 60 km de distância. De todo o modo, o troço ribeirinho possui efetivamente elevado potencial para a prática de algumas atividades náuticas.

A Sudoeste de Bordeaux, a frente Litoral da Aquitaine, sobretudo nos departamentos de Lande e dos Pirenéus Atlânticos, apresenta uma configuração geo-hidrográfica, ideal à prática de desportos de onda.

Figura 25 – Surf na praia de Biarritz



Fonte: Própria

Praias extensas com um misto de *beach-break* (fundo de areia) com *reef-break* (fundo de laje ou rocha) que permitem no *swell*, uma onda tubular, consistente e forte, ideal para o *surf*.

Figura 26 – Praia de Hossegor



Fonte: Própria

A cidade de Biarritz denomina-se efetivamente como cidade do Oceano e do *surf*, e toda a sua periferia, de Saint-Jean-de-Luz a Anglet, apresenta múltiplos *spots* internacionalmente conhecidos (Côte des Basques, Grand Plage, les Cavaliers, les Sables d'Or).

Figura 27 – Praia de Biarritz



Fonte: Própria

A atividade económica da região centra-se em larga medida neste produto, podendo encontrar-se com enorme facilidade e grande concentração, escolas de *surf*, *surf-houses*, *shaper houses*, etc. É, todavia, na vila de Hossegor, que a cultura do *surf*, ganha protagonismo nesta região da Aquitania. O facto de aqui se realizar uma das duas provas europeias do WTC (a outra é Peniche), faz desta vila a “Meca” do *surf* francês, garantido uma elevada procura ao longo de todo o ano. Tal como em Biarritz, toda a economia local roda em torno do *surf*, desde a venda de serviços de formação, alojamento, aluguer de materiais e reparações, até à representação e venda de todo o tipo de marcas de *surfwear*. O *branding* local atrai um volume considerável de turistas, quer no período em que decorre a prova do campeonato do mundo (outubro), quer ao longo de todo o ano, para *free surf* ou para treinos. O benefício estende-se a um conjunto de outras pequenas vilas, na proximidade, que veem a sua ocupação hoteleira ficar totalmente preenchida, mesmo em períodos de época baixa.

Relevância: Fator de Atratividade no Território Original

O principal fator de atratividade deste *continuum* urbano litoral, que começa em Cap Ferret a oeste de Bordeaux e termina no Golfo da Biscaia em Espanha, com um outro *spot* histórico (Mundaka) é efetivamente o *surf*. Estamos desde sempre, perante uma estratégia de desenvolvimento turístico centrada no mar e na sua dimensão física e cultural.

Cidades como Biarritz e S. Sebastian, no País Basco espanhol, associaram, desde sempre as práticas de lazer e turismo ao mar; não só na dimensão do uso balnear, mas também na existência de um conjunto de equipamentos de lazer (hipódromos, casinos, teatros, etc.). O *surf* surge aqui como componente exclusivamente natural e traz para o território um novo conceito e novos tipos de consumidores, primeiro de baixa condição económica, agora, porque se assiste a uma global modalização da atividade, consumidores de elevada condição económica, que para além da prática dos desportos de onda, se dedicam a outro tipo de práticas culturais e desportivas. O Oceano funciona aqui, como um instrumento de mobilização turística, porquanto este eixo territorial, apresenta igualmente um conjunto de propostas ao nível da vela ligeira e de cruzeiro, consubstanciado na existência de múltiplos planos de água de interior (lagos) e um número considerável de portos e marinas de recreio.

O princípio da complementaridade associada ao produto turístico, produz uma resposta económica a montante e a jusante das próprias propostas náutico recreativas garantido a promoção de emprego em novas áreas de negócio com matriz mista de alojamento, escola, reparação, cinema e fotografia.

Principal ponte forte: potencialidade das condições territoriais para a prática de atividades de *surf*, com uma multiplicidade de *spots* adequados a todos os níveis de competências. Uma excelente comunicação, promoção e informação turística do produto. Capacidade de mobilização da comunidade local para o interesse turístico e comercial do produto *surf*.

Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo/Ribatejo

Pensamos que o tipo de programação de turismo de desportos de ondas, concebidas para a região da Aquitânia e alvo do nosso processo de avaliação em *benchmarking*, permite estabelecer linhas de atuação similar ao modelo turístico-territorial pré concebido para as dinâmicas de costa existentes na Costa Alentejana e conduzido pela respetiva Entidade Regional de Turismo.

De resto, é importante referir que da análise feita ao território Hossegor-Biarritz, encontramos alguma similaridade com o litoral alentejano, sobretudo a Sul de Sines, podendo neste último encontrar-se *spots* de *surf*, em qualidade e em quantidade interessantes (S. Torpes, Alvados, Malhão, Zambujeira do Mar) que, muito embora não tenham na sua maioria uma malha urbana de inserção, possuem características naturais e de qualidade de onda bastante consideráveis e que podem apresentar idêntico sucesso, desde que habilitados com equipamentos de suporte (segurança, sinalética, acessibilidades e comodidades).

O facto de se tratar de um conjunto de elementos paisagísticos de elevado potencial, associado a uma componente natural quase virgem em determinados locais e a um elevado potencial para o *surf*, faz de toda a linha de costa alentejana um espaço de efetiva progressão a médio prazo.

Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo/Ribatejo

Os modelos de adequação são em larga medida decorrentes da existência de:

- Processos técnicos de levantamento de territórios de linha de costa entre Tróia e Odeceixe com potencial para a prática de desportos de onda e com capacidade de implantação de centros e bases de *surf*. Perceber o tipo de equipamentos necessários. Desenvolvimento de modelos de planeamento de costa que avaliem o potencial territorial e as condições físico-hidrográficas que viabilizem sustentadamente todo o processo de implementação (estudos de pressão hidrográfica, batimetrias, tipo de ondulação predominante, estudo de corrente e de sustentabilidade dos materiais, capacidades de carga, tipologia de materiais a utilizar).
- Capacidade técnica e financeira (pública e privada) para a implementação e desenvolvimento deste tipo de iniciativas (centros de treino, centros de alto rendimento desportivo para o *surf*, centros de acolhimento misto, alojamento, escolas, aluguer e venda de material, centros de interpretação ambiental, equipamentos de apoio ao *surf*).
- Capacidade de mobilização de agentes económicos empreendedores com visão estratégica para este tipo de negócio.
- Processos técnicos de promoção turística do produto e das suas componentes.

Do ponto de vista fatural, seria interessante poder:

- Conceber em termos físicos os chamados centros de *surf* em alguns *spots* da costa litoral alentejana. Desenvolver, um conjunto de infraestruturas integradas com oferta de alojamento (*bungalows*), equipamentos de lazer complementar associado a desportos de deslize (pistas de *skate*; ciclovias, tanques de treino). Todo este processo, pode ainda estabelecer linhas de estratégia promocional, centradas em parcerias com empresas do sector do *surf* de forte representação e *branding* internacional, de modo a desenhar um modelo financeiro eficaz, sustentado e exequível. O sistema envolve a exclusividade de representação e de imagens por parte do centro de *surf*, dos valores da marca parceira, num modelo, em tudo

idêntico àquilo que acontece, por exemplo no *surf* e em muitas bases de *surf*, australianas e norte americanas (*Malibu, Jaws, Teaphoo*).

- Qualificar as existentes e proceder à marcação de percursos pedestres e de BTT, ligando as bases de *surf* a desenhar, de modo a estabelecer um perímetro à linha de costa, devidamente balizado e demarcado, possuindo sinalética internacional, com orientações alternativas de percurso de baixa e de alta maré. Desenvolver ainda um conjunto de equipamentos de apoio, como bancos, pontos de água, WC e *outdoors* de informação. Este possível projeto, porque estando no âmbito de ação e de responsabilidade da equipa que está a produzir o plano dos percursos pedestres e envolve também a equipa que está a trabalhar o produto sol e mar, carece de total articulação.

Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo

Todas estas propostas encerram índices de inovação, bastante consideráveis, quando aplicados à realidade portuguesa. Existe, porém, utilizando processos de comparabilidade, algumas situações em que os processos utilizados não são muito diferentes dos aqui apresentados e com sucesso considerável.

Todas estas propostas apresentam fatores de multiplicação económica, criando valores sustentados em sede de construção de produto turístico para a região, promovendo investimento, dinâmica empresarial e emprego e funcionando como elemento estruturante para a sustentação de uma nova imagem para o Alentejo.

3.2.4.3. CONCLUSÕES

A presente ação de *benchmarking* tendo por referencial o vale do Loire e a Costa Atlântica Francesa, enquanto destinos de referência internacional no domínio do turismo náutico, permite identificar um conjunto de fatores críticos de sucesso que estão na base do seu desenvolvimento e êxito:

- **Condição geográfica – um recorte litoral invulgar:** a Costa Atlântica Francesa apresenta características singulares de recorte litoral, as quais oferecem condições únicas, formando baías e lagos interiores. Estes permitem o desenvolvimento de portos de abrigo naturais, ideais quer para proteção das embarcações de recreio, quer para a prática de um leque alargado de desportos náuticos.

- **Binómio mar/rio e património cultural:** o vale do Loire destaca-se neste domínio, na medida em que o seu renome internacional decorre de um extenso património cultural, nomeadamente castelos, os quais têm como elemento denominador comum o rio do Loire. Sem este *background* cultural, a atratividade do rio Loire seria diminuta e o desenvolvimento do turismo fluvial praticamente impossível.

- **Infraestruturas e equipamentos de desporto e lazer, nomeadamente ciclovias:** quer ao longo da Costa Atlântica, quer ao longo do rio Loire o desenvolvimento de diversos equipamentos de lazer assume-se também como um vetor fundamental para o desenvolvimento e crescente atratividade destas regiões. Neste domínio, as ciclovias assumem particular relevância, na medida em que dão uma dimensão e uma noção de continuum único aos espaços em referência, ligando territórios e atrações aparentemente dispersas. São ainda um fator essencial para incrementar atratividade ao destino, conferindo-lhe uma dimensão única de lazer. Estas infraestruturas contribuem igualmente para a diferenciação do destino ao nível turístico. Num contexto de uma sociedade cada vez mais focada nos ideais dos estilos de vida saudáveis, este assume-se claramente como um fator diferenciador.

- **O mar como cultura – o desenvolvimento dos Clubes Náuticos:** a sociedade francesa apresenta uma afinidade única com o mar, assumindo-se esta, bem como as práticas associadas, como parte da matriz cultural e de lazer francesas. Estes são hoje claramente mercados maduros ao nível do lazer e recreio náutico, apresentando capitais de experiência e prática das atividades únicos. Esta é uma realidade claramente materializada nos inúmeros Clubes Náuticos. Estes assumem-se claramente como as células do desenvolvimento das práticas em França. Compete-lhes o fomento das atividades de lazer e recreio náuticas, nomeadamente a captação e desenvolvimento do mercado, bem como uma intervenção muito ativa na gestão dos espaços litorais e fluviais.

- **A sazonalidade do produto náutico:** apesar da referida relevância e significado cultural das atividades náuticas enquanto práticas de lazer e turismo em França, a sua sazonalidade é bastante acentuada, nomeadamente pelo rigor do inverno. Este é um mercado particularmente ativo de abril a outubro.

- **Os eventos como elemento de rejuvenescimento e notoriedade:** o facto do mercado francês ser altamente competitivo e maduro, com uma oferta muito vasta e diversificada ao nível interno, a par da crescente concorrência externa, levou a que os portos apostem cada vez mais na realização de eventos de espectro internacional, bem como no apadrinhamento de travessias em solitário, as quais garantem preciosos minutos nos *media* nacionais e internacionais.

Empresas de referência como parceiras para o desenvolvimento da imagem do destino: enquanto destinos de referência internacional no domínio dos desportos de onda, é possível encontrar nas praias atlânticas francesas a presença das principais marcas associadas ao sector (material para a prática do *surf*, roupa, etc.)

Neste contexto e em relação ao território da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, importa considerar no desenvolvimento estratégico do Turismo Náutico na região:

- **Os rios e a linha de costa como elemento de ligação e *crosseling* do produto turístico do Alentejo e do Ribatejo:** face às características hidrográficas e de linha de costa da região do Alentejo e Ribatejo, os rios e o litoral podem ser claramente assumir-se como eixos estratégicos para o desenvolvimento do turismo na região, podendo em torno do seu *continnum* desenvolver-se um *storytelling* diferenciador no qual, os vários atrativos da região podem ser considerados, contribuindo para uma imagem integrada e com elevado *value for money* do produto turístico e da região do Alentejo e Ribatejo.

- **O desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos de apoio, nomeadamente ciclovias:** este deve ser um fator a ser considerado como um eixo estratégico para o desenvolvimento das atividades náuticas, como práticas de turismo e lazer no Alentejo e Ribatejo. O contexto topográfico alentejano, dominado pela peneplanície, é claramente uma mais-valia para o sucesso desta medida.

- **Atividade náuticas enquanto práticas de turismo:** o turismo náutico poderá ser relevante e estratégico para a crescente atratividade e desenvolvimento do turismo no Alentejo e Ribatejo, se o mesmo for equacionado essencialmente para os meses de outubro a março. Na ótica do turismo internacional e da captação de mercado externo, este deve ser um ponto claramente a explorar, considerando os índices culturais que as atividades náuticas apresentam em países no norte e centro da Europa, como a França é exemplo. A adversidade das condições climáticas nestas regiões no inverno, em oposição a um inverno mais afável na região do Alentejo e Ribatejo, podem configurar esta região como um pólo de turismo náutico para o norte e centro da Europa. Apesar do Alentejo e do Ribatejo poderem ser igualmente atrativos no verão ao nível do turismo náutico, as suas temperaturas relativamente elevadas, a par do facto das excelentes condições que o norte e centro da Europa oferecem nestes meses, baixa significativamente a atratividade da região neste domínio específico.

- **Atividades náuticas enquanto práticas de lazer:** o plano estratégico para o turismo náutico no Alentejo e Ribatejo deverá ter em conta a relevância do mercado interno. Considerando a potencialmente baixa atratividade do destino em várias épocas do ano, no que ao mercados externos concerne, importa captar a população local e nacional para a prática dos desportos náuticos. Este, será sem dúvida um mercado vital para a sustentabilidade do produto, notoriedade e desenvolvimento da região.

- **Desenvolvimento de condições especiais para o fomento de Clubes Náuticos:** os Clubes Náuticos, a par de outras entidades privadas, podem assumir-se como um meio fundamental para o desenvolvimento do produto e do mercado (procura) náutico. A natureza de célula, a par da sua dimensão privada e social, permite estabelecê-los como importantes unidades para o desenvolvimento, integrado e harmonioso do produto nas suas diferentes dimensões (mercado, oferta, território, etc.). Por outro lado, face às dinâmicas turísticas do mercado, os Clubes podem assumir um papel relevante na captação de mercado externo, através de processos de parceria com Clubes de renome internacional, nomeadamente com estratégias *boat sharing*.

- **Alavancagem inicial do destino com base na realização de eventos:** num contexto altamente competitivo, o região do Alentejo e Ribatejo, enquanto novo destino para turismo náutico, deve claramente considerar o desenvolvimento de uma regata e/ou evento de dimensão internacional de modo a ganhar relevância no panorama internacional.

- **Parcerias com empresas de referência de material náutico:** a região de Turismo do Alentejo e Ribatejo deve considerar na sua estratégia para a implementação e desenvolvimento das atividades náuticas a associação com empresas de material do sector, na medida em que estas conferem para além de uma visibilidade adicional ao destino, uma credibilidade e reputação únicas junto dos consumidores/turistas.

Quadro 2 – Síntese das evidências mais significativas da ação de *benchmarking* e sua adequabilidade e inovação no território do Alentejo e Ribatejo

Evidência	Localização	Relevância: Fator de Atratividade (0 a 10) no Território Original	Grau de Adequabilidade no Território da ERT Alentejo e Ribatejo (0 a 10)	Modo de Adequação ao Território da ERT Alentejo e Ribatejo	Grau de Inovação para o Território da ERT Alentejo e Ribatejo (0 a 10)
Rotas de Bicicleta ao longo dos rios	Tours	9	7	A viabilidade é significativa considerando o perfil topográfico do Alentejo e Ribatejo, estando a mesma condicionada ao desenvolvimento do <i>Touring Cultural</i> e do respeito da condição pública de propriedade nas margens de rio.	8
Centro Náutico e Lúdico	Saumur	8	7	A criação de infraestruturas vocacionadas para a formação, prática e desenvolvimento das atividades náuticas, incorporando um conjunto de equipamentos de recreio e lazer que funcionem como complemento e fator de atratividade.	7
Bases Náuticas	Arzal-Camoël	8	9	Infraestruturas integradas com oferta de alojamento (Bungalows), equipamentos de lazer (campos de ténis, polidesportivos, piscinas, etc.), centros de interpretação ambiental, recursos náuticos (manutenção e reparação naval, doca seca, lojas de fornecedores de material náutico). Desenvolver contratos comerciais com as marinas portuguesas para utilização dos veleiros disponíveis na costa portuguesa em regime de aluguer com retorno para os proprietários.	8
Rotas Litorais	Saint-Nazaire Pornichet Le Croisic	9	7	Marcação de rotas litorais ligando as bases náuticas a desenvolver, estabelecendo um perímetro à linha de costa, balizado e demarcado, possuindo sinalética de grande rota, mas também, com orientações alternativas de percurso de baixa e de alta maré. Desenvolver ainda um conjunto de equipamentos de apoio como bancos, pontos de água, WC e <i>outdoors</i> de informação (a articular com as equipas dos Planos de sol e mar e percursos pedestres).	8
Lago Interior	Golfo de Morbihan (12.000 hectares)	9	8	No contexto do Alqueva o desenvolvimento das atividades terá que ser suportado pela existência de pelo menos mais 3 bases náuticas (além da existente na Amieira). Importa estabelecer redes de comunicação e estruturas, potenciando também o desenvolvimento e infraestruturização de apoio do vasto núcleo de ilhas existentes.	8
Clubes de Praia	Pornichet	7	9	De um modo geral, as Praias da Bretanha, possuem uma diversidade de Clubes Náuticos, com áreas delimitadas de concessão que promovem atividades recreativas, lúdicas e desportivas para os seus consumidores. O mercado é bastante competitivo, fruto das áreas de concessão serem limitadas, obrigando-as a oferecerem um vasto leque de serviços náuticos (<i>vela, windsurf, surf, etc.</i>) complementares (restauração, animação infantil de praia, etc.), proporcionando um elevado <i>value for money</i> para os seus clientes (a articular com as equipas do Plano de sol e mar).	7

Fonte: Própria

4. ÁREA DE INTERVENÇÃO: ALENTEJO E RIBATEJO

4.1. LOCALIZAÇÃO E FIGURA

A Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) foi instituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 26 de março, no seguimento da respetiva criação por parte do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT). Contemplou três níveis – o primeiro (NUTS I) correspondente ao território de Portugal, incluindo o Continente e as Regiões Autónomas; o segundo (NUTS II) formado pelas Regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; e o terceiro (NUTS III) composto por 27 sub-regiões continentais – fazendo parte da região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) as sub-regiões Grande Lisboa Norte, Grande Lisboa Sul, Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) – e pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Conselho de Ministros, 1986).

A área territorial de intervenção do PEDTNAR coincide com a atual região NUTS II Alentejo, que inclui a sub-região Ribatejo. Como as divisões administrativas da NUTS foram alteradas sucessivamente desde a sua criação, importa explicar com rigor as configurações dos limites administrativos do território a que corresponde a área de atuação da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, ERT.

O Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, introduziu alterações na configuração territorial da RLVT. Assim, o município de Azambuja passou da sub-região Oeste para a sub-região Lezíria do Tejo; os municípios de Chamusca e de Golegã passaram da sub-região Médio Tejo para a sub-região Lezíria do Tejo; o município de Mação passou da sub-região Médio Tejo para a sub-região Pinhal Interior Sul¹ (NUTS II Centro); o município de Ponte de Sor passou da sub-região Médio Tejo para a sub-região Alto Alentejo (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1989)².

¹ Esta nova sub-região, introduzida pelo mencionado Decreto-Lei, resultou da desagregação da sub-região Pinhal Interior que deu origem às sub-regiões Pinhal Interior Norte e Pinhal Interior Sul, passando a existir 28 entidades NUTS III no continente (Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1989).

² Nesta alteração legislativa, as designações das sub-regiões Grande Lisboa Norte e Grande Lisboa Sul passaram a denominar-se Grande Lisboa e Península de Setúbal, respetivamente. Por força das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 163/99, de 13 de Maio, os municípios de Odivelas, Vizela e Trofa, entretanto criados, passaram a

O Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de agosto, determinou a passagem do município de Gavião para a sub-região Alto Alentejo, deixando, desde então, de pertencer à sub-região Médio Tejo, atendendo à identidade cultural, geográfica e económica que este município evidencia (Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999).

Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, motivadas pela necessidade de adequação das NUTS ao desenvolvimento socioeconómico mais recente das regiões (que colocava em causa a elegibilidade da RLVT para a melhor captação de fundos estruturais da UE, prejudicando as sub-regiões Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo), a região de Lisboa – constituída pelas sub-regiões Grande Lisboa (que integra o município de Mafra) e Península de Setúbal – passa a corresponder ao território da Área Metropolitana de Lisboa (AML). No seguimento, as sub-regiões Oeste e Médio Tejo transitaram para a NUTS II Centro e a sub-região Lezíria do Tejo para a NUTS II Alentejo (Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, 2002). Se, de facto, a RLVT deixou de existir por força desta legislação, na realidade esta designação tem persistido em estudos, estatísticas e demais informação disponibilizada, como o planeamento e a promoção turística.

A recente organização territorial estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de abril, a partir do estabelecido no Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e de acordo com a vontade dos municípios e das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, alterou a anterior divisão administrativa, no sentido de facilitar às associações de municípios e às áreas metropolitanas, a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do QREN³.

pertencer às sub-regiões Grande Lisboa (Odivelas) e Ave (Vizela e Trofa), (Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999).

³ Deste Decreto-Lei resulta uma diferente organização territorial, baseada nas NUTS III, mas com as seguintes alterações: i) os municípios de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto da NUTS III Tâmega integram a unidade territorial do Ave; ii) os municípios da Trofa e Santo Tirso da NUTS III Ave passam a integrar a unidade territorial do Grande Porto; iii) o município de Murça da NUTS III Alto-Trás-os-Montes transita para a unidade territorial do Douro; iv) o município de Vila Flor da NUTS III Douro passa para a unidade territorial do Alto-Trás-os-Montes; v) o município de Ribeira de Pena da NUTS III Tâmega integra a unidade territorial do Alto-Trás-os-Montes; vi) o município da Mealhada da NUTS III Baixo Vouga é transferido para a unidade territorial do Baixo Mondego; e vii) o município de Mortágua da NUTS III Dão-Lafões passa para a unidade territorial do Baixo Mondego, (Conselho de Ministros, 2008).

Com a mesma justificação das alterações efetuadas em 2008, ou seja baseado no perfil socioeconómico comum e no reconhecimento das dinâmicas relacionais existentes entre os municípios, neste caso da NUTS II Alentejo, o Decreto-Lei n.º 85/2009, de 3 de abril, estabelece as seguintes alterações: i) o município de Mora da NUTS III Alto Alentejo integra a unidade territorial do Alentejo Central; e ii) o município de Sousel da NUTS III Alentejo Central passa a integrar a unidade territorial do Alto Alentejo (Conselho de Ministros, 2009)⁴.

No que diz respeito ao território objeto deste Plano, quer a NUTS II Alentejo, quer as NUTS III (Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo) não sofreram quaisquer alterações.

Na sequência das recentes alterações legislativas que preconizaram a reorganização das Entidades Regionais de Turismo (Lei n.º 33/2013, de 16 de maio), foram estabelecidos os limites administrativos de cada uma das cinco entidades, que correspondem à NUTS II fixadas no Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 163/99, de 13 de maio, 317/99, de 11 de agosto, 244/2002, de 5 de novembro, e pela Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto.

Pelo exposto, justificou-se o território de intervenção do PEDTNAR, nomeadamente a integração da Lezíria do Tejo no planeamento do Turismo Náutico do Alentejo, em conformidade com a área territorial de atuação da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, ERT, que é, assim, composta por 58 municípios pertencentes às NUTS III Alentejo Litoral (5), Alto Alentejo (15), Alentejo Central (14), Baixo Alentejo (13) e Lezíria do Tejo (11)(figura seguinte).

⁴ Mais recentemente, a Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto, repõe o município de Mação na sub-região Médio Tejo em detrimento da sub-região Pinhal Interior Sul (NUTS II Centro), para onde tinha sido transferido há cerca de duas décadas, por força do Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro (Assembleia da República, 2010).

Figura 28 - NUTS e território de intervenção do PEDTNR



Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal (DGT) e legislação relativa à NUTS.

Já em 1955, o insigne geógrafo Orlando Ribeiro, na página 2 do tomo V da Geografia de Espanha e Portugal, chamava a atenção para a importância da conjugação entre a ação modeladora do processo histórico e a herança da natureza na configuração - e permanente reconfiguração - dos espaços geográficos. Adaptando as suas palavras, uma região não é somente um produto da história, nem simplesmente um dom da natureza, mas antes uma combinação original e fecunda de dois elementos, território e civilização.

A área de intervenção apresenta uma configuração esquemática quadrilátera com os lados assentes no litoral atlântico, a Oeste, na fronteira luso-espanhola, a Este, num espaço insinuado irregularmente pelo Rio Tejo, a Norte, e na fronteira com a NUTS II Algarve, a Sul. Trata-se de uma extensão muitíssimo considerável à escala nacional (a maior região territorial do País), com uma área de aproximadamente 31,6 milhares de quilómetros quadrados.

Expressando o segmento centro-sul do território nacional, a área de intervenção assume características fisiográficas que derivam, em boa parte, da sua localização geográfica - latitudinal e longitudinal - no contexto territorial português, peninsular e mundial.

Efetivamente, desta localização aproximada entre os paralelos 37° e 39° N e 6° e 9° O deriva um posicionamento específico no quadro das três grandes influências naturais (sobretudo climáticas e hidrológicas, mas também orográficas e de ordem faunística e florística - já para não referir a demografia e a ocupação humana do território) que nos ajudam a compreender o quadro físico em apreço: i) o contraste Norte Sul, relevante no quadro da integração da AI no contexto dos grandes mecanismos climáticos peninsulares e da Europa Ocidental, nomeadamente face aos percursos habituais dos sistemas de perturbações que se insinuam do Oeste atlântico, e face à morfologia do território nacional e peninsular, no geral com um relevo bastante mais movimentado a Norte do que a Sul do conjunto Cordilheira Central/Montes de Toledo; ii) a dicotómica influência atlântica e mediterrânica, a qual, embora com um domínio significativo do primeiro efeito, sobretudo na deslocação para Norte e para o litoral, não deixa de permitir que se instituem influências mediterrânicas marcantes, como por exemplo a que tem, de certa forma, explicado e marcado o Portugal turístico, a existência de um verão quente e seco; iii) o contraste litoral/interior, importante para compreender a geografia regional dos extremos climáticos e os graus de conforto dos estados de tempo comuns ao longo do ano, mas igualmente a distribuição das grandes unidades

geomorfológicas, os regimes pluviométricos e os grandes conjuntos vegetais característicos das sub-regiões.

Globalmente, estas macro influências – eminentemente climáticas –, sublinhadas e especificadas pela natureza e disposição das grandes massas de relevo, permitem compreender a essência da componente natural da AI: uma região contrastada climaticamente, com traços atlânticos em decréscimo de NO para SE, progressivamente seca e excessiva nos rigores climáticos para o Sul e para Este, mas também marcada por traços de alguma monotonia que o relevo aplanado/ondulado (peneplanície) confere e de que a Serra de São Mamede – a Sintra do Alentejo – se distancia como uma das exceções.

Na verdade, uma região que não fora a dimensão e racionais da nacionalidade, mais se identificaria enquanto prolongamento natural das vastidões espanholas a leste do que enquanto continuidade longitudinal do Norte e do Centro do País. Um aspeto que talvez não seja de descurar na estruturação turística deste vasto território que agora se pretende aperfeiçoar e reformatar.

É particularmente relevante no presente estudo realçar que o território em análise se distribui por três grandes conjuntos hidrográficos: a bacia do Tejo, só abrangida parcialmente e que recobre uma considerável extensão a Norte da AI; a bacia do Sado e Mira, que ocupa uma faixa territorial de grande dimensão na fração Oeste da AI; e, finalmente, a bacia hidrográfica do Guadiana, assente no leste do território em estudo e que corresponde à parte portuguesa da mesma.

Tendo em consideração a natureza do presente estudo adotam-se, frequentemente, estas últimas unidades como divisões de base do trabalho expositivo que se segue.

Finalmente, interessa ainda sublinhar que a caracterização física do território em estudo é efetuada, por razões de economia expositiva, de uma forma extremamente sumária, servindo, antes de tudo o mais, para contextualizar o cerne do relatório vertente e, aqui e ali, para dar realce a aspetos da geografia física que se julgam pertinentes para as atividades náuticas, em geral, e para o turismo náutico, em particular.

4.2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA SUMÁRIA

A caracterização biofísica da área de intervenção será efetuada, como já se referiu anteriormente, de uma forma extremamente simplificada, tendo como único objetivo evidenciar um quadro facilmente apreensível de referência natural que permita, aos beneficiários deste trabalho, não só traçar o cenário em que as propostas concretas se inserem (a ação), mas também sublinhar aspetos biofísicos que, em parte, as justificam e condicionam (o porquê da ação).

4.2.1. OROGRAFIA E SOLOS

Para compreender a génese das características orográficas que configuram a área de intervenção é necessário remontarmos ao paleozóico peninsular, era geológica em que a orogenia hercínica, durante os períodos do carbónico e do pérmico, origina uma recomposição da estrutura e dos materiais pré-câmbricos e paleozóicos (até ao devónico).

Posteriormente, durante os finais do paleozóico e inícios do mesozóico, estes alinhamentos montanhosos teriam sido arrasados, dando origem a uma vasta superfície de aplanamento na qual se insinuavam um conjunto de cristas quartzíticas com a direção dos antigos alinhamento hercínicos (de ONO-ESE até E-O) que, devido à dureza dos seus materiais, resistiram à ação erosiva inter orogenias.

É sobre esta superfície de aplanamento – composta por rochas sedimentares, eruptivas e metamórficas – que, no início do terciário, vão atuar as forças da geodinâmica interna e dar origem, durante a orogenia alpina, às bases que estruturarão a principal unidade morfoestrutural da península, do território português e, também, da AI: o Maciço Hespérico ou Antigo, ou, ainda, a Meseta Ibérica. Efetivamente, após a orogenia alpina, dois tipos de incidências vão produzir o essencial da configuração das massas de relevo atuais desta unidade morfoestrutural: os impulsos tectónicos tardi-hercínicos, os quais vão originar uma extensa e abundante rede de falhas, através das quais se produziram fenómenos de levantamento ou abatimento de blocos; o estabelecimento, nas áreas mais

estáveis, de amplas superfícies de aplanamento as quais vão conferir o essencial da natureza tabular que caracteriza boa parte do território da AI.

Entretanto, tendo por origem extensos sedimentos depositados em bacias/mares periféricos devido à ação orogénica externa pré-alpina, surgem, aquando deste episódio de génese orográfica, cadeias de enrugamento de dimensão média constituídas por rochas predominantemente calcárias – as orlas meso cenozóicas (Oeste e Sul).

Posteriormente, durante o terciário e o quaternário, vastas áreas depressionárias originadas durante o oligoceno, foram sendo preenchidas por materiais sedimentares diversificados de origem continental, transportados, em grande medida, por via fluvial – a bacia terciária do Tejo e Sado.

É, pois, neste quadro genético que se compreende as principais unidades geológicas – e morfológicas – que configuram a AI:

- O Maciço Antigo ou espérico, nomeadamente a zona Centro Ibérica a NE, a zona de Ossa-Morena no centro este da AI (as duas com formações mais antigas e mais deformadas pelas forças tardo-hercínicas) e a zona Sul-Portuguesa a Sul (materiais do paleozóico superior e deformações tardias e menos acentuadas). Aqui predominam as rochas metamórficas, metasedimentares e ígneas, tais como as da família dos xistos e dos granitos, os grauvaques, os quartzitos, entre outras.
- A Orla Sedimentar Mezocenozóica Ocidental (ou Lusitânia), muitíssimo pouco representada na AI (somente de forma marginal no extremo NO da Lezíria do Tejo), constituída por rochas calcárias, argilosas e areníticas onde, esparsamente, se insinuam afloramentos eruptivos.
- As Bacias Sedimentares do Tejo e do Sado, áreas deprimidas face ao Maciço Antigo situadas grosso modo a NO da área de intervenção, constituídas por depósitos paleogénicos, miocénicos e pliocénicos recobertos por depósitos quaternários e aluviões recentes. Ao nível da petrografia predominam as margas, as areias e arenitos, as argilas e alguns calcários.

Decorrente do seu processo de formação e da sua natureza estrutural, o relevo da AI é, na sua generalidade, marcado pelo predomínio das formas de relevo aplanadas e onduladas com altimetrias e declives modestos (mais de 80% do território situa-se em

cotas inferiores a 200 m e os declives superiores a 8% registam valores máximos também modestos – máximo de 41% na bacia hidrográfica do Guadiana, devido à tectónica e à erosão diferenciada (cristas quartzíticas).

Como ponto culminante desta paisagem marcada pela sedimentação e pelo aplanamento, onde são visíveis vales, terraços fluviais, planaltos, planícies aluviais (Bacias Sedimentares do Tejo e do Sado) e a peneplanície alentejana, que é mais elevada no Alto Alentejo, com cerca de 300 m de altitude média, do que no Baixo Alentejo, com cerca de 200 m, correspondendo a diferença entre as duas áreas ao degrau tectónico da escarpa de falha da Vidigueira. A peneplanície encontra-se ligeiramente ondulada, formando cabeços arredondados devido ao entalhe da rede hidrográfica em substrato xistento. Para além das extensões planas, surgem isoladamente relevos dos quais se destaca a Serra de São Mamede (um planalto de onde despontam cristas quartzíticas – 1025 metros de altitude máxima), à qual são de associar, entre outras, as seguintes serras: Ossa (642 m); Ficalho (523 m); Adiça (479 m); Portel (424 m); Monforado (424 m); Cercal (341 m) e Grândola (326 m).

Finalmente, pela sua importância na estruturação da paisagem regional e sub-regional, são de destacar os seguintes elementos geomorfológicos:

- A bacia do Tejo, com os seus terraços e planícies de inundação
- A bacia do Sado
- A bacia do Mira
- O vale do Guadiana
- A peneplanície alentejana
- A plataforma litoral associada aos sistemas de praias, dunas, arribas, estuários e lagoas costeiras
- Os relevos litorais das Serras de Grândola e do Cercal.
- Os relevos interiores da Serra da Vigia e o horst de Relíquias (cerca de 300 m)
- As escarpas de falha da Messejana e da Vidigueira-Moura (originadas por deslocamentos tectónicos recentes ao longo de falhas)
- As cristas quartzíticas da serra de São Mamede e Alcaria Ruiva (génese varisca evidenciadas por efeito da erosão diferencial)
- As rochas carbonatadas da Serra de Ficalho (calcários dolomíticos e calcários cristalinos metamorfizados, entre outros)

Sendo a morfologia litoral, em boa medida, o resultado do encontro entre as características orográficas e o nível e as características do plano de água marítimo, importa, igualmente, referenciar que este binómio se traduz na AI, por dois grandes conjuntos litorais: aquele que se estende de Tróia a Sines e o que daí se prolonga para Sul até à Ribeira de Seixe, na delimitação dos distritos de Beja e Faro.

O primeiro é configurado, sobretudo, por uma morfologia de costa baixa, arenosa, encaixada entre o mar e amplos cordões dunares, mas onde, a espaços, se insinuam troços de arriba muito pouco consistentes, devido à natureza sedimentar detrítica dos materiais em que se encaixam.

O segundo assume-se, predominantemente, como uma costa de arriba alta onde se incrustam, especialmente junto à foz dos cursos de água ou em baías, praias de areias e cascalho. Na generalidade, a natureza das arribas neste conjunto é mais consolidada do que no anterior, seja pela natureza mais cimentada das rochas sedimentares, seja pela presença de amplos trechos em que as rochas xistentas predominam.

4.2.2. CLIMA E TEMPO

Como já foi insinuado anteriormente, a génese do clima da AI é compreendida, especialmente, no contexto da sua integração nos conjuntos territoriais de que faz parte, nomeadamente o País, a Península Ibérica e o Atlântico Norte.

Efetivamente, é na ação dos grandes centros de ação da dinâmica atmosférica, conjugada com a posição latitudinal da AI, que se encontra uma parte importante das condicionantes que formatam o clima do território em análise e os tipos de tempo decorrentes.

O País e a AI situam-se a uma latitude de transição entre o limite Sul das perturbações ciclónicas originadas sobre o Oceano Atlântico – transportadas para Leste pelos ventos de Oeste – e as massas de ar anticiclónicas subtropicais.

Este limite, oscilante ao longo do ano, é fortemente influenciado pelos fluxos aéreos de altitude – o *Jet Stream* – o qual vai condicionar o percurso das massas de ar à superfície, nomeadamente as que compõem a frente polar e as células de pressão a ela associadas.

Assim, quando o *Jet Stream* sopra com velocidades superiores a 150 km e assume uma trajetória zonal, a frente polar e as perturbações que normalmente a acompanham adquirem alguma regularidade no seu trajeto, colocando o País e a AI sobre a influência persistente das mesmas durante o inverno, esporádica durante o outono e primavera – e com influência bastante mais frequente a Norte do que a Sul do País – e muito ocasional durante o Estio. Contudo, quando a velocidade do *Jet Stream* se reduz, verifica-se o surgimento de grandes ondulações que conferem à frente polar um trajeto coleante, o qual induz grandes diversidades na sucessão dos estados do tempo e, mesmo, variações apreciáveis das situações meteorológicas ao longo do eixo da longitude.

Para além destas condições gerais associadas à circulação geral da atmosfera em altitude e em superfície – às quais se deverão, em acréscimo, adicionar outras menos frequentes, como por exemplo as situações de bloqueio ou de subdivisão do *Jet* – há ainda que ter em linha de conta que:

- o fator relevo (expressão em altitude, mas também na direção, concordante ou discordante, dos alinhamentos face à circulação dos ventos dominantes), o qual

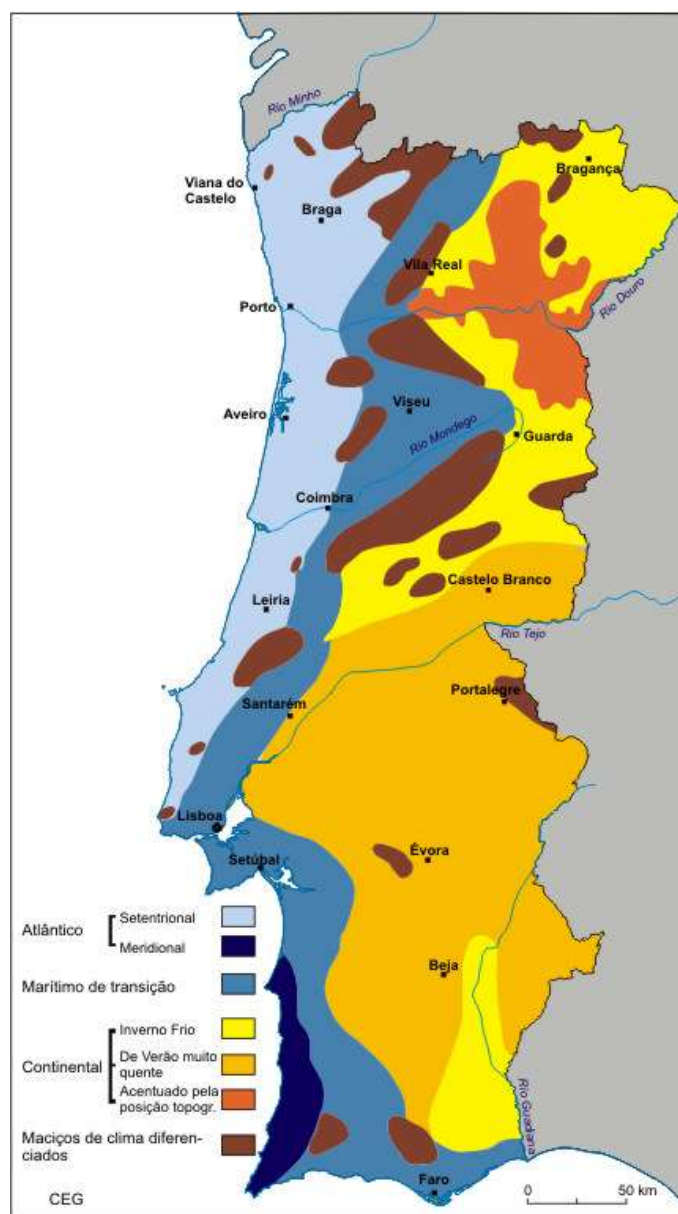
exerce uma influência mais vincada no Norte do que no Sul do País, nomeadamente através do seu contributo para as disparidades pluviométricas normalmente registadas;

- a influência oceânica que, ao contrário da continentalidade, não só adoça as temperaturas e modera as suas variações ao longo dos ritmos temporais, como também induz um maior potencial genético no domínio da humidade atmosférica e da pluviosidade;
- a maior ou menor proximidade a África e ao Mediterrâneo, de onde provêm ocasionalmente, no primeiro exemplo, massas de ar continentais quentes e secas e, no segundo, influências globais suscetíveis de, nalguns retalhos do território localizados mais a Sul (especialmente SE), contribuir para suplantar as influências atlânticas significativas no litoral e no Norte do País.

Recorrendo-se à proposta de Susane Daveau⁵ no que diz respeito às regiões climáticas de Portugal, pode-se afirmar que uma parte significativa da AI, compreendendo uma faixa Este do Alentejo Litoral e praticamente todo o Baixo Alentejo, Alentejo Central, Alto Alentejo e, mesmo, um largo sector SE da Lezíria do Tejo, pode ser incluída numa grande região climática marcada pela continentalidade, mais acentuada segundo um gradiente NO-SE. Ainda segundo a mesma autora, o território da AI em que a influência marítima é significativa acantona-se a Oeste, expressando-se por uma estreita faixa litoral (características marítimas de fachada atlântica) e por uma outra, mais extensa e situada entre as duas anteriormente mencionadas, que apresenta características marítimas de transição.

⁵ Daveau, Susane, Mapas Climáticos de Portugal. Nevoeiro e Nebulosidade, Contrastes Térmicos, Centro de Estudo Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1985.

Figura 30 – Regiões climáticas de Portugal Continental



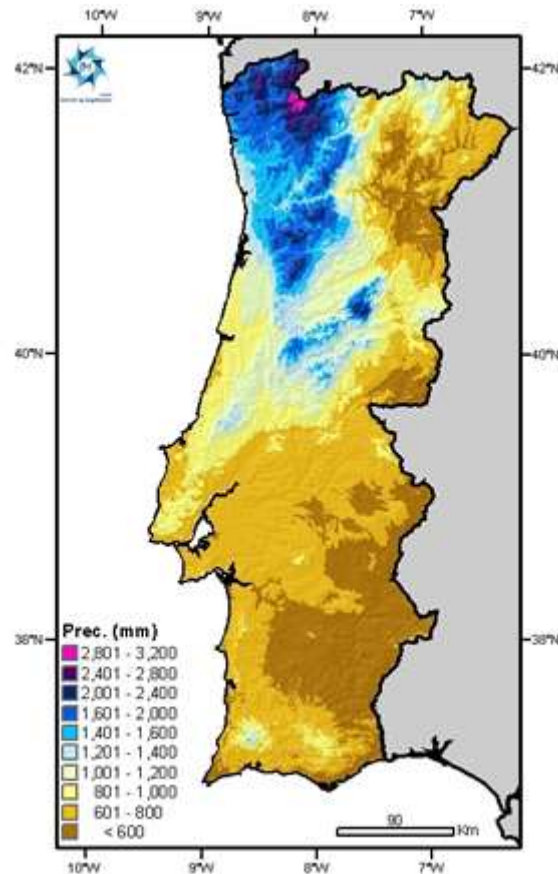
Fonte: Daveau et al. (1985)

Assim, recorrendo à investigação desenvolvida sobre os domínios bioclimáticos em Portugal⁶, o designado mediterrâneo interior, que se estende por todo o Sul do território (e na terra quente duriense), nomeadamente na maior parte do Ribatejo e Alentejo, é marcado pela continentalidade e pelo afastamento das influências moderadoras do oceano, pelo que apresenta as maiores amplitudes térmicas do território, devidas a um verão quente e muito quente, com mais de 100 dias por ano com temperaturas superiores a 25° C e onde as máximas alcançam valores acima dos 35° C. A precipitação

⁶ Alcoforado *et al.*, Domínios Bioclimáticos em Portugal, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1982.

anual varia entre 500 e 700 mm, não chovendo em mais de 70% dos dias do ano. A secura destas regiões é devida à perda de humidade das massas de ar atlânticas quando deixam o meio oceânico e prosseguem para o interior da Península.

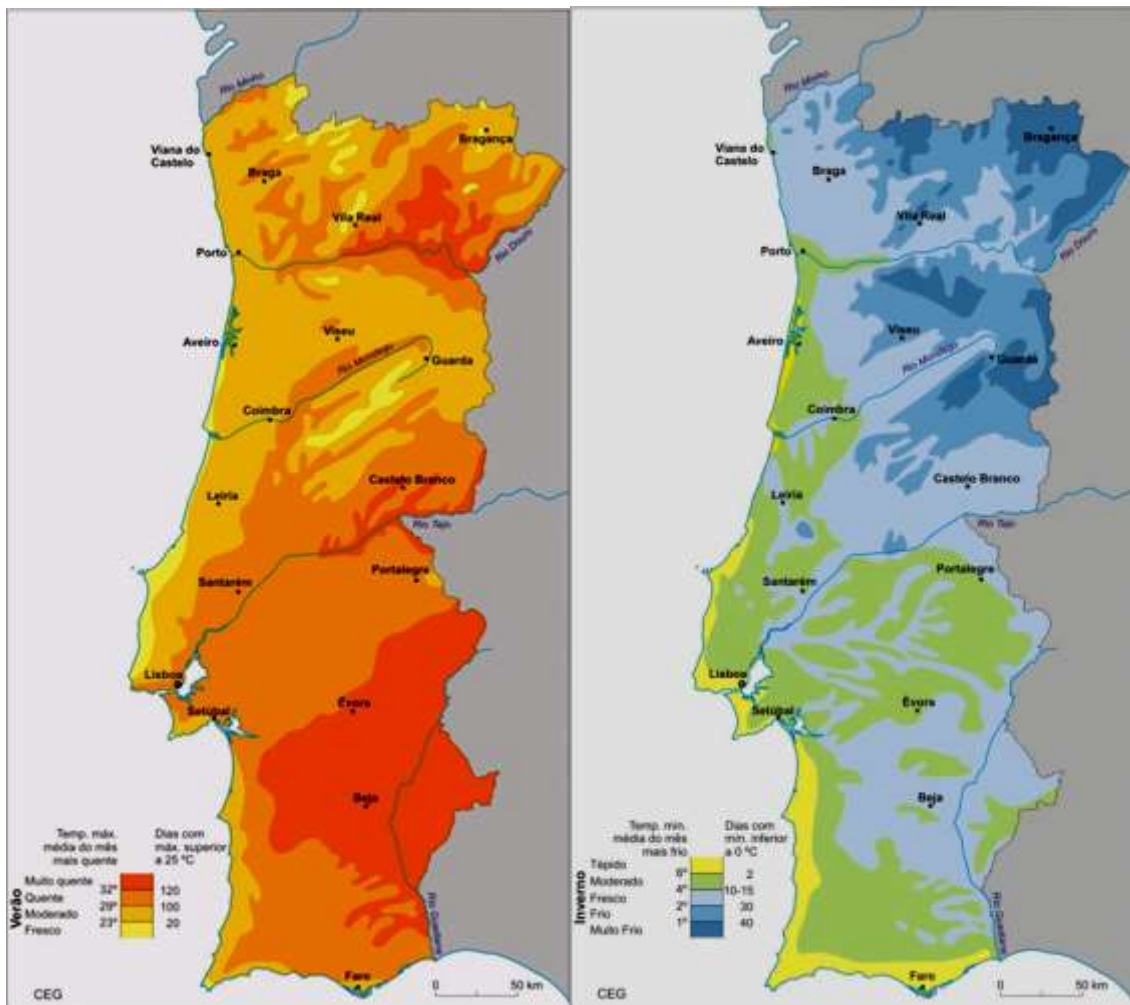
Figura 31 - Precipitação média acumulada anualmente em Portugal Continental



Fonte: IPMA <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/index.jsp?page=clima.pt.xml>

O domínio mediterrâneo litoral, correspondente à faixa litoral desde a península de Lisboa até ao barlavento algarvio, prosseguindo pela serra algarvia, é caracterizado pelas brandas amplitudes térmicas, por uma elevada humidade relativa e frequentes nevoeiros. A influência atenuadora do oceano é evidente ao impedir as elevadas temperaturas estivais e ao permitir invernos tépidos.

Figura 32 – Diferenciação climática de Portugal Continental (verão/inverno)



Fonte: Alcoforado, Maria João & Dias, Maria Helena (1993), Imagens Climáticas da Região de Lisboa, CD do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Passada esta breve análise pelos principais fatores de clima da AI e pela sua diferente tradução territorial, interessa, agora, dar conta de um conjunto de elementos climáticos de referência para as grandes bacias hidrográficas que configuram a AI.

Bacia hidrográfica do Tejo:

- Temperatura média anual variável entre os 7,4° C e 19,6° C (na zona do Estuário)
- Precipitação anual variando entre os 2744 mm e os 524 mm (no litoral)
- Humidade relativa média anual de 87% (no litoral)
- Insolação média anual de 2500 horas de Sol
- Velocidade média do vento variável entre 5 e os 20 km/h (rumo dominante NO).

Bacia Hidrográfica Sado-Mira

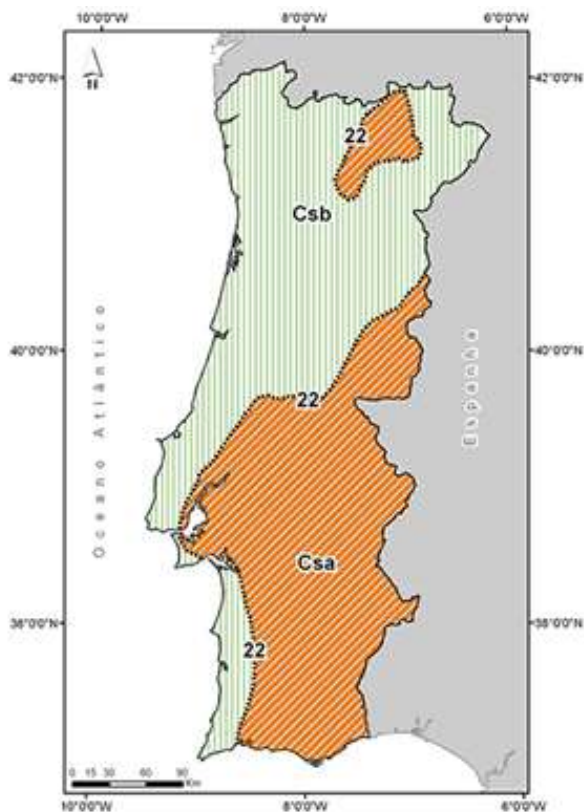
- Temperatura média anual variável entre os 9,7° C e os 21,8° C
- Precipitação média anual (anos médios) variável entre os 400 e os 700 mm
- Humidade relativa média anual de 77,5%
- Insolação média anual variável entre 2189 e 2903 horas de Sol
- Velocidade anual média do vento de 8,1 km/h

Bacia Hidrográfica do Guadiana

- Temperatura média anual variável entre os 10,3° C e os 22,4° C
- Precipitação média anual 566 mm
- Humidade relativa média anual de 74,6%
- Insolação média anual variável entre 2749 e 2923 horas de Sol
- Velocidade anual média do vento de 8,2 Km/h

Tendo em atenção o anteriormente referido e seguindo a classificação climática de Koppen, é possível concluir que toda a AI de Intervenção apresenta um clima temperado (C) com inverno chuvoso e verão seco de tipo mediterrânico (Cs). Na esmagadora maioria do território considerado o clima assume a variedade “a” (Csa) devido às temperaturas elevadas verificadas no verão (superiores a 22° C) e, numa faixa litoral a variedade “b” (Csb), de Verões mais frescos.

Figura 33 – Clima de Portugal Continental, segundo a classificação de Koppen



Fonte: IPMA in <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/index.jsp?page=clima.pt.xml>

4.2.3. HIDROGRAFIA

Como é facilmente apreensível, as características climáticas inerentes aos diversos territórios condicionam fortemente outras características inerentes aos mesmos. Entre estas é de sublinhar a natureza e as especificidades dos recursos hídricos, para as quais também concorrem não só a forma como também a composição dos solos em que se incrustam e/ou fluem.

De uma forma geral, pode-se considerar que os recursos hídricos de uma área ou região são compostos pelo conjunto das águas superficiais e subterrâneas, evidenciando-se entre as primeiras, os rios, os lagos, as águas de transição e águas costeiras e as massas de água artificiais ou fortemente modificadas.

Na presente análise, tendo em atenção o objetivo da mesma, centra-se a atenção nos cursos de água (linhas de água e bacias hidrográficas) e nos grandes lagos artificiais decorrentes do represamento de numerosos rios.

Desde logo, como quadro de base, importa ter presente que as disponibilidades hídricas globais e os caudais médios dos rios minguem de Norte para Sul e de Oeste para Este, variando, portanto, entre um pólo de abundância hídrica relativa a NO e um outro, de escassez, a SE.

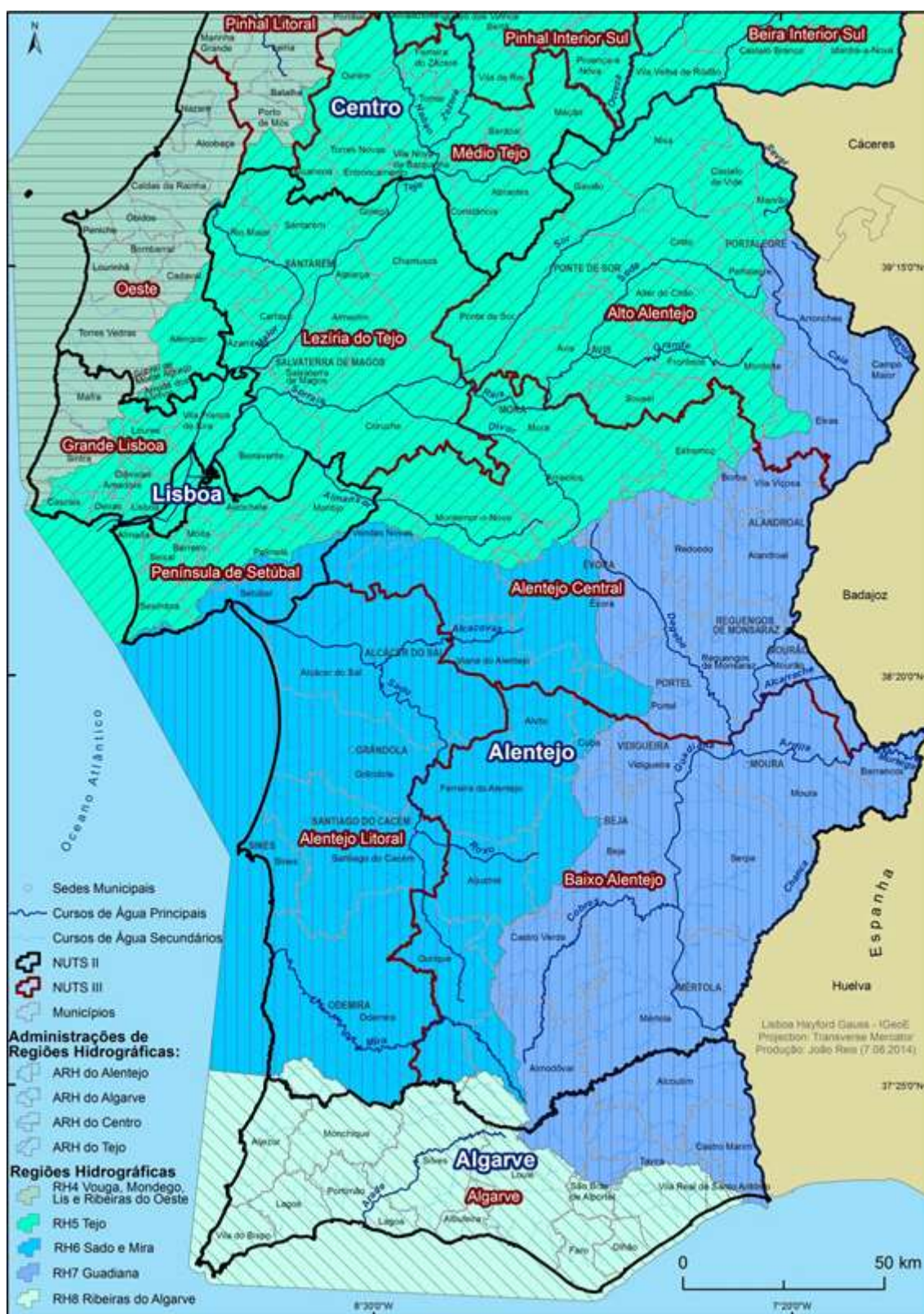
Por outro lado, esta disparidade regional de tipo gradativo é, igualmente, acompanhada por uma outra que se expressa através dos regimes fluviais, os quais, em última análise, derivam em boa medida da paleta de características termo-pluviométricas associada ao jogo entre as influências atlânticas e mediterrânicas. Assim, de regimes com características oceânicas a NO (maior regularidade dos caudais ao longo do ano), à medida que nos deslocamos para SE vamos nos insinuando no domínio dos regimes fluviais de características mediterrânicas, marcados pelos seus contrastes e irregularidades. Este último é, de resto, o domínio em que a relativa abundância dos caudais nos períodos pluviosos é substituído, no estio, por uma escassez que se traduz numa redução dos caudais principais a “fios” de água e ao empoçamento de muitos córregos.

Para além destas matizes, interessa ainda sublinhar a irregularidade dos regimes dos rios ao longo dos anos, as quais se traduzem em variações anuais de caudais muitíssimo significativas ao nível europeu e, mesmo, mundial.

A acrescer a este panorama fluvial há que adicionar os numerosos planos de água artificiais que foram sendo originados pela ação humana e que, para além das suas funções originais no domínio da rega e do abastecimento de água para o consumo humano, foram ganhando, ao longo do tempo, uma crescente importância enquanto catalisadores de práticas desportivas e recreativas com forte significado turístico.

No caso vertente da AI, do ponto de vista da hidrografia e hidrologia, são de destacar as três grandes bacias que já anteriormente foram mencionadas: a do Tejo, a do Sado-Mira e a do Guadiana que correspondem às Regiões Hidrográficas 5 (Tejo), 6 (Sado e Mira) e 7 (Guadiana).

Figura 34 – Regiões Hidrográficas da AI



Fonte: Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (Atlas da Água)

A bacia hidrográfica do Rio Tejo corresponde a uma área total de 24915 km² (somente parcialmente incluída na AI), num total de 23 sub-bacias e 94 municípios abrangidos

(cerca de 28% do território nacional), tendo como curso de água estruturante aquele que lhe confere o nome. São de destacar, enquanto tributários principais, o rio Erges, a ribeira do Aravil, o rio Pônsul, o rio Ocreza e o rio Zêzere, todos na margem direita, e o rio Sever, a ribeira de Nisa e os cursos que se conjugam na bacia hidrográfica do rio Sorraia, na margem esquerda. Os valores de escoamento anual médio em regime natural são de 241 mm, apresentando as sub-bacias da margem esquerda do Tejo valores inferiores (149 mm) às da margem direita (349 mm).

Quadro 3 – Sub-bacias da Região Hidrográfica do Tejo (RH5)

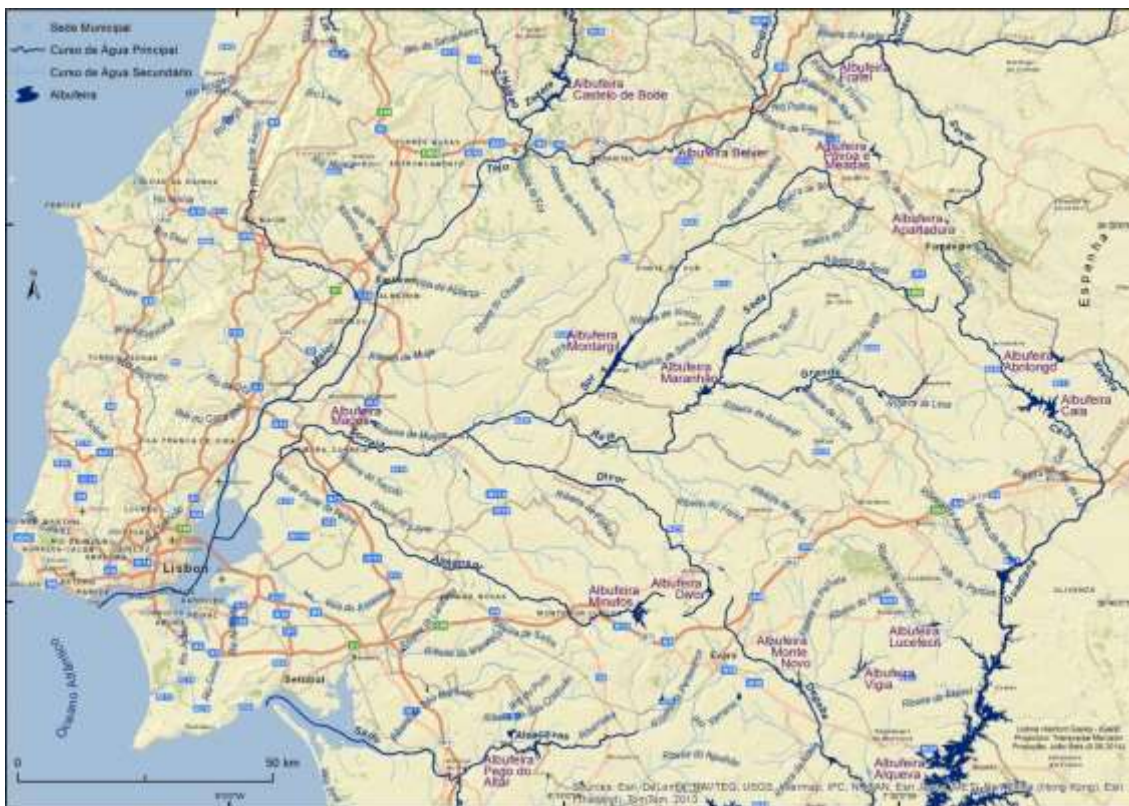
	Sub-bacia	Área (km ²)	N.º de concelhos abrangidos
Margem direita	Rio Erges	592	3
	Ribeira do Aravil	427	2
	Rio Pônsul	1 296	4
	Rio Ocreza	1 429	7
	Rio Zêzere	5 029	33
	Rio Almonda	213	5
	Rio Alviela	483	9
	Rio Maior	923	10
	Rio Alenquer	287	4
	Rio Grande da Pipa	118	4
	Rio Trancão	279	9
Grande Lisboa	172	5	
Margem esquerda	Rio Sever	310	4
	Ribeira de Nisa	254	4
	Vale de Alpiarça e Ribeira de Ulme	457	5
	Ribeira de Muge	703	7
	Ribeira de Magos	200	4
	Rio Sorraia	7 611	29
	Ribeiras Costeiras do Sul	106	3
Troço principal	Tejo Superior	2 090	13
	Tejo Inferior	546	18
	Estuário	1 227	18
	Água Costeira do Tejo	153	5
Total	23	24 915	94¹

Fonte: ARH Tejo, I.P. 2010. INE – Anuários Estatísticos Regionais, 2008.

Nota: ¹ Na totalidade são 94 concelhos, dado que existem concelhos abrangidos por várias sub-bacias.

Fonte: APA, IP/ARH do Tejo (2012), Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo – relatório técnico da caracterização e diagnóstico da região hidrográfica

Figura 35 – Principais cursos de água da bacia hidrográfica do Tejo na AI



Fonte: Própria

O conjunto das bacias hidrográficas dos rios Sado e Mira estrutura-se em torno destes dois cursos de água e das pequenas redes hidrográficas das ribeiras da costa alentejana, num total de 10086 km². O rio Sado tem como principais afluentes, na margem direita, as ribeiras do Roxo, Odivelas, Xarrama, Alcáçovas, São Martinho e Marateca e, na margem esquerda, as ribeiras de Campilhas, Corona e Grândola. No rio Mira confluem principalmente as ribeiras de Torgal e os rios Luzianes e Perna Seca, na margem direita, e as ribeiras de Telhares, Guilherme e Macheira, na margem esquerda. Sendo as precipitações mais elevadas produzidas nas áreas litorais e as mais reduzidas no extremo SE, o escoamento em regime natural da região hidrográfica varia entre um máximo de 262 mm nos anos húmidos e um mínimo de 29,9 mm nos anos secos (123,3 mm nos anos intermédios).

Quadro 4 – Sub-bacias da Região Hidrográfica do do Sado e Mira (RH6)

Região e bacias principais	Área (km ²)	Concelhos	Pop. residente (10 ³ hab)	
			2001	2009
RH 6 - Sado/Mira	10 086	-	338,4	345,7
Costeiras entre o Tejo e o Sado 2	30	Sesimbra (67,2%) Setúbal (32,7%)	7,9	11,5
Alcáçovas	895	Alcácer do Sal (25,9%) Évora (30,4%) Montemor-o-Novo (28,0%) Viana do Alentejo (15,7%)	9,0	8,9
Roxo	689	Aljustrel (52,3%) Beja (35,7%) Castro Verde (0,2%) Ferreira do Alentejo (3,4%) Santiago do Cacém (8,4%)	20,9	19,3
Sado	6.149	Alcácer do Sal (20,6%) Aljustrel (1,6%) Alvito (4,3%) Arraiolos (< 0,1%) Beja (1,1%) Castro Verde (0,9%) Cuba (2,1%) Évora (4,2%) Ferreira do Alentejo (10,2%) Grândola (10,8%) Montemor-o-Novo (5,1%) Montijo (0,1%) Odemira (4,8%) Ourique (6,2%) Palmela (2,9%) Portel (2,7%) Santiago do Cacém (12,8%) Setúbal (2,8%) Sines (< 0,1%) Vendas Novas (2,3%) Viana do Alentejo (4,1%) Vidigueira (0,1%)	241,7	249,3
Costeiras entre o Sado e o Mira	595	Grândola (26,8%) Odemira (6,6%) Santiago do Cacém (32,8%) Sines (33,7%)	36,6	35,3
Mira	1.576	Almodôvar (11,6%) Odemira (71,2%) Ourique (15,8%) Santiago do Cacém (1,3%) Silves (0,1%)	19,2	18,5
Costeiras entre o Mira e Barlavento	152	Odemira (100%)	3,0	3,0

Fonte: APA, IP/ARH do Alentejo (2012), Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica 6 (bacias hidrográficas dos rios Sado e Mira e bacias hidrográficas das ribeiras adjacentes nas costas Alentejana e Algarvia) – caracterização e diagnóstico

Figura 36 – Principais cursos de água das bacias hidrográficas do Sado e Mira



Fonte: Própria

Na faixa oriental da AI pontifica a bacia hidrográfica do Guadiana, rio que tem como principais tributários em território nacional, o rio Caia, o rio Degebe, a ribeira de Cobres, o rio Xévora e a ribeira do Vascão, na margem direita, e o rio Ardila, e o rio Chança, na margem esquerda. Conjuntamente com esta bacia, cuja área é de 11598 km², destacam-se enquanto integrantes da grande região hidrográfica da zona leste da AI, as bacias hidrográficas secundárias do Alcarrache, do Ardila, do Caia, do Chança, de Cobres, do Degebe, do Murtega e do Xévora. O escoamento da região hidrográfica do Guadiana varia entre os 49,8 mm nos anos secos e os 334,5 mm nos anos húmidos (valor dos anos

médios – 152,7 mm), apresentando valores inferiores nas bacias do Ardila, Chança e Cobres, nos anos húmidos, e nas do Alcarrache, Chança e Cobres, nos anos secos e médios.

Quadro 5 – Sub-bacias da região hidrográfica do Guadiana (RH7)

Região e bacias principais	Área (km ²)	Concelhos	Pop. residente (10 ³ hab)	
			2001	2009
RH 7 - Guadiana	11598	-	211,4	200,9
Guadiana	6185	Alandroal (8,2%) Alcoutim (9,3%) Almodôvar (4,9%) Beja (7,1%) Borba (1,5%) Castro Marim (4,7%) Castro Verde (1,9%) Cuba (0,7%) Elvas (3,7%) Estremoz (<0,1%) Évora (<0,1%) Loulé (3,5%) Mértola (14,4%) Monforte (<0,1%) Moura (2,8%) Mourão (1,8%) Portel (2,0%) Redondo (1,1%) Reguengos de Monsaraz (5,5%) São Brás de Alportel (0,9%) Serpa (13,2%) Tavira (4,2%) Vidigueira (5,0%) Vila Real de Santo António (0,5%) Vila Viçosa (3,2%)	125,3	119,2
Chança	485	Mértola (39,7%) Moura (0,7%) Serpa (59,6%)	4,2	3,7
Cobres	1156	Aljustrel (0,2%) Almodôvar (12,1%) Beja (33,9%) Castro Verde (34,2%) Mértola (18,0%) Ourique (1,7%)	17,5	16,8
Ardila	855	Barrancos (12,8%) Moura (83,5%) Mourão (3,6%) Serpa (0,1%) Vidigueira (<0,1%)	15,5	15,0
Murtega	59	Barrancos (100%)	1,9	1,7
Degebe	1538	Alandroal (2,5%) Arraiolos (2,1%) Estremoz (3,3%) Évora (44,6%) Portel (20,1%) Redondo (19,4%) Reguengos de Monsaraz (8,0%)	19,2	18,3
Alcarrache	207	Moura (32,9%) Mourão (67,1%)	0,8	0,9

No que diz respeito aos planos de água modificados ou artificiais – configurados, na generalidade, por pequenos açudes e médias e grandes albufeiras de barragens – há que realçar duas notas importantes: em primeiro lugar, a quantidade bastante significativa de planos de água destas naturezas, os quais, como mencionado anteriormente, representam um forte potencial para o desenvolvimento das atividades turísticas e recreativas náuticas, piscatórias e balneares; refere-se a importância da albufeira da barragem do Alqueva, enquanto elemento de dinâmica e transformação de um vasto território, seja por via do seu perímetro de rega, seja pelo seu aproveitamento para base de atividades de lazer, seja, ainda, como fator de transformação da paisagem visual e, mesmo, enquanto vetor genético de alterações microclimáticas.

Em toda a Região Hidrográfica do Alentejo, são de salientar, entre outros, os seguintes planos de água:

Na bacia hidrográfica do Guadiana – Abrilongo, Alqueva, Caia, Chança, Enxoé, Lucefit, Monte dos Grous, Monte Novo, Pedrógão, Tapada Grande e Vigia.

Na bacia hidrográfica Sado-Mira – Alvito, Campilhas, Fonte Serne, Monte da Rocha, Morgavel, Odivelas, Pego do Altar, Roxo, Santa Clara e Vale do Gaio.

Na bacia hidrográfica do Tejo – Açude do Gameiro, Apartadura, Belver, Divor, Fratel, Magos, Minutos, Maranhão, Montargil e Póvoa e Meadas.

Tal como no resto do País, o litoral português resulta de um longo processo de interação entre os resultados da ação geodinâmica interna – nomeadamente os levantamentos, os abatimentos e as deformações das bacias oceânicas – e o volume das águas do mar, expresso através das regressões e transgressões associadas aos períodos glaciares e interglaciares.

Atualmente, o modelado litoral da AI apresenta, tal como em boa parte do País, características predominantemente retilíneas, as quais marcaram e, de certa forma ainda marcam, os ritmos especiais da sua ocupação humana, bem como as atividades económicas que beneficiam de locais de abrigo contra as inclemências do atlântico Norte.

Para além do estuário do Sado, tal como o do Tejo, originado por fenómenos tectónicos intensos, na costa alentejana individualizam-se da sua monotonia rectilínea o Cabo de Sines, a ponta do Cavaleiro, à latitude de Odemira e o estuário do rio Mira.

Os fundos oceânicos fronteiros ao território em estudo apresentam, na linha do restante território nacional, uma plataforma continental relativamente estreita, geralmente tida como mais extensa a Norte do que a Sul (30 a 60 km em valores aproximados⁷ até à isóbata dos 200 metros) e com uma configuração com forte paralelismo com a linha de costa.

O sistema de correntes junto ao território nacional e à AI apresenta uma complexidade significativa, traduzindo a influência do regime de ventos gerais e regionais, bem como a topografia da costa e a sua localização relativamente ao Mar Mediterrânico. Apresentando diferenças sazonais merecedoras de registo, as suas peças principais são⁸:

- Uma corrente permanente dirigida para Sul que corre ao longo da plataforma continental e que está associada ao anticiclone dos Açores.
- Uma corrente costeira dirigida para Sul, sobretudo importante no verão, e associada ao fenómeno de *upwelling*.
- Uma corrente deslocando-se para Norte que marca a sua presença nas águas da parte superior do talude continental e é sobretudo relevante à superfície durante o outono e o inverno.
- Uma corrente para Norte oriunda do Mediterrânico e circulando em profundidade.

Assim, a costa da AI está geralmente sobre a influência de águas frescas em superfície, condição essa que, sobretudo durante o outono e o inverno, pode sofrer alterações devido à interferência transgressiva de águas tropicais de Sul, as quais fazem alterar a temperatura e a salinidade.

Sendo a AI banhada por águas com características verdadeiramente oceânicas, o regime de marés não se diferencia do que é comum ao Atlântico Norte, ou seja dois máximos diários e uma amplitude variável entre os 2,5 e os 4 metros. A ondulação – seja no domínio da trajetória seguida, seja no da magnitude – é gerada pelos grandes aparelhos atmosféricos que caracterizam o Atlântico Norte, no caso vertente do País e da AI,

⁷ Em muitos trechos é bastante difícil avaliar com os seus limites ocidentais.

⁸ Denise de Brun Ferreira (2005) *in* Geografia de Portugal (Coord. Carlos Alberto Medeiros), Vol 1, pág. 282, Circulo de Leitores, Lisboa.

produzindo ondas provindo predominantemente de Oeste ou de Noroeste e, regra geral, mais alterosas nos tramos setentrionais do que nos meridionais.

Tendo em atenção um aspeto que, conjuntamente com os anteriores, se revela importante para um conjunto apreciável de atividades náuticas – o Vento – é possível avançar que os valores médios deste parâmetro registados no litoral alentejano não se distanciam particularmente dos que são registados noutras paragens do litoral português, situando-se, segundo o INETI⁹ (em 1999 e para os 10 m de altitude), em valores médios na ordem dos 5 m/s (numa estreita faixa litoral) e 5,5 m/s um pouco mais para o largo até distâncias que são geralmente percorridas por embarcações de navegação costeira.

No seguimento do exposto, podem-se considerar os seguintes tipos de mar¹⁰ que influem nas atividades desenvolvidas na costa da AI:

- Mar de NW – ondulação gerada no bordo E do anticiclone dos Açores ou Atlântico misto, situado a NW da Península, ou produzida na sequência da circulação de NW pós-frontal ou depressionária. No verão, acontece em circulação geral anticiclónica e/ou associada à Nortada.
- Mar de SW – relacionado com depressões a SW da Península e a superfícies frontais de trajetória SW-NE.
- Mar de W – ligado à circulação zonal a baixas latitudes (Península).
- Mar de fora – verifica-se quando o vento é fraco, na costa W, ou é de terra, não havendo geração local de ondulação. Existe no verão quando não existe Nortada e no inverno perante a presença de um anticiclone de bloqueio.
- Mar banzeiro – ocorre quando o vento é fraco, na costa W, ou é de terra, mas não havendo geração distante de ondulação.

Conclui-se este subcapítulo com um mapa que representa os principais cursos de água e albufeiras que fazem parte da AI.

⁹ INETI, Potencial Eólico em Portugal Continental, Lisboa.

¹⁰ H. Oliveira Pires (1989) e Roteiro da Costa de Portugal (1990) in Pereira, Ana Ramos (2008), Programa de Sistemas Litorais: Dinâmicas e Ordenamento, Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial, CEG da Universidade de Lisboa.

Figura 38 - Principais cursos de água da AI



Fonte: própria

4.2.4. SOLOS, COBERTO VEGETAL E FAUNA

A repartição da vegetação atualmente existente na AI é explicada, fundamentalmente, à luz de três vertentes fundamentais: o tipo de solo que serve de substrato às variedades de plantas, as características e os contrastes climáticos que condicionam o seu estabelecimento e expansão e a ação transformadora humana desenvolvida, sobretudo, após o mesolítico.

Relativamente aos solos há que referir, em primeiro lugar, a sua natureza predominantemente ácida (tida, na generalidade e não obstante a existência de plantas acidófilas, como desfavorável à agricultura) , excetuando-se aqueles que se desenvolveram a partir de rochas mãe carbonatadas ou de granitos alcalinos. Na AI, os solos básicos distribuem-se em retalhos dispersos e confinados, dos quais são de realçar o que se estende ao longo do vale do Tejo e se insinua para as áreas montanhosas calcárias do Centro, bem como alguns “salpicos” pontuais no Norte Alentejano (Campo Maior, Elvas, Sousel, por exemplo) e na da região de Moura, só para referir alguns.

Seguindo a classificação da FAO (1991) adotada no Atlas do Ambiente¹¹ os tipos de solos mais representado na AI são:

- Os Litossolos (solos condicionados pelo relevo), frequentemente assentes sobre xistos, são caracterizados pela sua pequena profundidade (< 30 cm) e propensão para o alagamento. Predominam no Alentejo.
- Os Luvisolos (solos condicionados por depósitos de argilas ou materiais férricos e húmidos), quase sempre originados a partir de uma rocha-mãe granítica, caracterizam-se pela existência, a profundidades variadas, de um horizonte impermeável de argila. Predominam nas áreas aplanadas do Alentejo, entre Beja e Portalegre.
- Os Cambissolos (solos condicionados pela sua juventude), são pouco ou moderadamente desenvolvidos a partir de rochas mãe moderadamente meteorizadas. Na AI, são especialmente relevantes nas terras a norte do vale do Tejo e extremo nordeste alentejano.

¹¹ Segundo Ferreira, A. M. P. J.; «Dados Geoquímicos de Base de Sedimentos Fluviais de Amostragem de Baixa Densidade de Portugal Continental: Estudo de Fatores de Variação Regional»; 2000, Aveiro, Dissertação de Doutoramento em Geociências, Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.

- Os Podzois (solos condicionados por depósitos de argilas ou materiais férricos e húmidos), individualizam-se pela existência de um estrato de acumulação de ferro, alumínio e/ou matéria orgânica lixiviada. Predominam nas áreas arenosas e detríticas do baixo Tejo e Sado.
- Os Fluvisolos (solos condicionados pelo relevo), encontram-se, sobretudo, nas margens do baixo Tejo, correspondendo a depósitos fluviais quaternários.

Repagando a dimensão do clima enquanto fator condicionador da distribuição florística, importa referir, à partida, que de entre os diversos elementos do clima aquele que mais condiciona a distribuição das espécies vegetais prende-se com os regimes de precipitações, nomeadamente a sua escassez sistemática ou relativa (decorrente da irregularidade das mesmas). Este aspeto, importante em todas as longitudes e latitudes, assume especial relevância no ambiente climático mediterrânico já que, aqui, não só a irregularidade das precipitações é um dado comum, como, por outro lado, a estação mais quente – ou seja, quando as plantas apresentam uma evapotranspiração superior e, portanto, uma maior necessidade de reposição de água – coincide com a estação seca por excelência. É assim que, como vimos anteriormente, a maior escassez pluviométrica que se verifica de Norte para Sul e de Oeste para Este (associada aos restantes elementos do clima como a temperatura e humidade relativa) vão originar, também ao longo destes eixos, as características mediterrânicas das formações vegetais.

Finalmente, importa ter presente que o território nacional, em geral, e o da AI, em particular, sofreram alterações profundas derivadas da atividade humana, seja através do arroteamento de terras e do corte de florestas para prover as necessidades do quotidiano humano, seja, já mais recentemente, pela introdução de espécies exóticas, cultivares ou florestais. Sendo assim, o recobrimento florestal da AI deverá ser visto à luz da combinação entre os escassos bosques originais, as áreas de plantas relíquias (povoadas por espécies, como o sobreiro e a azinheira, que, devido ao seu valor económico, são sobreviventes de um processo de eliminação diferencial e seletiva das formações originais) e as áreas de floresta decorrentes de povoamentos subsequentes (como parece ser o caso das florestas de pinheiro bravo e é, seguramente, o ocorrido com os eucaliptais que salpicam a paisagem).

Neste quadro, do ponto de vista fitogeográfico, é de incluir a AI na grande região mediterrânica, na qual, consoante o vigor do ambiente mediterrânico, predominam as plantas com adaptações diversas à secura crónica ou temporária (folhas pequenas, coriáceas e, algumas vezes espinhosas, ou sistemas radiculares sobre desenvolvidos). Entre estas destacam-se, o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), o zambujeiro (*Olea Sylvestris*), o carrasco (*Quercus cocifera*), a aroeira (*Pistacia Lentiscus*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o medronheiro (*Arbutos unedo*), a palmeira das vassouras (*Chamaerops humilis*) e, em retalhos específicos, sobre terrenos arenosos e litorais, o pinheiro manso (*Pinus pinea*). Posteriormente, decorrente da introdução humana, são, ainda, de acrescer o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), no litoral, e o eucalipto, especialmente a variedade *Eucalyptus globulus*, a qual se encontra distribuída um pouco por toda a AI.

Adicionalmente, tendo em conta o seu interesse paisagístico e económico, interessa chamar a atenção para uma formação vegetal característica do Alentejo, originada, como já se referiu, pela destruição seletiva dos bosques mediterrânicos originais. O montado, seja o de sobreiro – predominante na zona ocidental da AI, devido à maior exigência em termos de disponibilidades hídricas do sobreiro –, seja o de azinho (predominante na faixa nascente da AI, devido à grande robustez da azinheira face à temperatura e aos recursos hídricos), constituem ecossistemas patrimoniais inestimáveis, a preservar e a valorizar a todo o custo.

Efetivamente, para além das funções económicas associadas à exploração da cortiça, à produção de carne de bovinos, ovinos, suínos e caprinos, à recolha micológica, à colheita de ervas aromáticas, à recolha de mel e à agricultura efetuada sob coberto (culturas forrageiras), o montado contribui decisivamente para a sustentabilidade ambiental (solos, aquíferos e ar) e para a manutenção da biodiversidade regional e identidade local.

Neste último particular é de destacar a sua importância no acolhimento e manutenção de mais de uma centena de espécies, muitas delas ameaçadas ou com elevado valor no domínio da observação de aves. Entre outras – 24 espécies de répteis e anfíbios, 160 espécies de aves e 37 espécies de mamíferos – são de referir a águia-de-bonelli, a águia-imperial-ibérica, a cegonha preta, o abutre preto, a coruja do mato, a cotovia dos

bosques, o pisco de peito ruivo, o sapo corredor, o sapo de unha negra, o sapo parteiro, a gineta, o javali, o sardão, a cobra rateira, entre muitos outros exemplos.

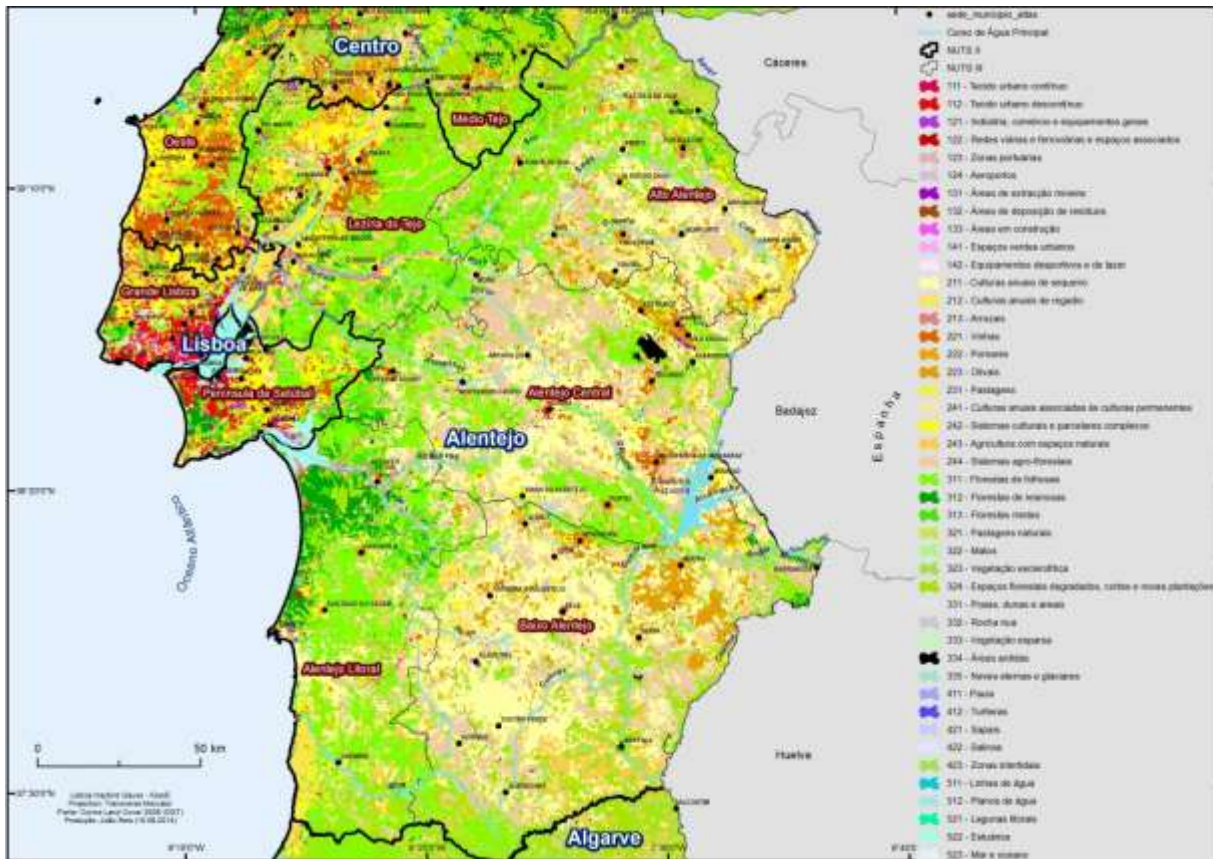
Finalmente, numa ótica de ocupação global do solo, seja por formações florestais, seja por campos de cultivo, seja por pastagens, seja, ainda, por formas mistas, é possível, através da análise do mapa que se segue, concluir que a conjugação dos diversos aspetos genéticos já enunciados produziu uma paisagem vegetal com traços de pulverização e com alguma complexidade (embora menor do que noutras áreas do País, como por exemplo, o Noroeste).

Ainda assim, exercendo um esforço de síntese, é possível identificar dois padrões de uso do solo:

Um, correspondente a um amplo crescente, que se estende desde o norte alentejano até às serranias algarvias, incluindo o vale do Tejo, o litoral alentejano e a faixa de transição entre o Alentejo e o Algarve até, sensivelmente, o meridiano de Faro. Neste crescente, com a convexidade adossada ao litoral, predominam as florestas de resinosas, as florestas folhosas, os espaços florestais degradados e, insinuando-se no seu seio, algumas manchas de agricultura com espaços naturais e sistemas culturais e parcelares complexos (especialmente na Lezíria do Tejo).

Outro, ocupando a concavidade do crescente e estendendo-se até à fronteira com Espanha, coberto, sobretudo, por sistemas agroflorestais, por culturas anuais de sequeiro, por olivais e por uma agricultura em espaços naturais. Neste padrão, inscrevem-se, muitas vezes nas proximidades dos cursos de água, retalhos florestais de folhosas.

Figura 39 – Ocupação/uso do solo (Corine Land Cover) na AI



Fonte: Própria

No território em análise no presente Plano existem áreas protegidas de relevante interesse, não só para a preservação e conservação da Natureza, mas igualmente para o desenvolvimento de muitas atividades económicas, como por exemplo as associadas ao lazer e à recreação.

Com efeito, fazem parte da AI as seguintes áreas protegidas: parte do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Parque Natural da Serra de São Mamede; Parque Natural do Vale do Guadiana; parte da Reserva Natural do Estuário do Sado; Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha; para além de inúmeras Zonas de Proteção Especial e Sítios de Importância Comunitária.

Figura 40 – Áreas protegidas na AI



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

4.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA¹²

4.3.1. DEMOGRAFIA

No contexto do território nacional a região do Alentejo apresenta um forte desequilíbrio entre a sua expressão territorial e o seu potencial demográfico e, mesmo, económico.

Na verdade, sendo a maior região do país em extensão – ocupa uma superfície de 31.605km², o que representa 34% do território nacional – é somente a quarta entidade regional do país relativamente ao seu peso demográfico.

De acordo com os Censos 2011, a população residente na região do Alentejo é de 757.302 habitantes, o que significa 7,2% da população do país. É constituída maioritariamente por mulheres (51,6%), ou seja 390.563 residentes, cifrando-se a população masculina em 366.739 indivíduos. Na decorrência do que anteriormente se afirmou, constitui a região do país com menor densidade populacional, apenas 24 habitantes por km², muito longe dos 114,5 hab./km² que configuram a média de Portugal.

Quadro 6 – Número de habitantes por km² – Portugal e Alentejo NUTS II (1960-2011)

Territórios	N.º médio de indivíduos por km ²			
	Anos	1960	1991	2011
Portugal		96,5	112,4	114,5
Continente		93,1	110,8	112,8
Norte		142,8	173,2	173,3
Centro		86,3	83,3	82,5
Lisboa		508,4	898,5	940,0
Alentejo		31,5	24,6	24,0
+ Alentejo Litoral		24,5	18,9	18,4
+ Alto Alentejo		30,1	20,3	18,9
+ Alentejo Central		30,5	24,0	23,1
+ Baixo Alentejo		27,3	15,8	14,8
+ Lezíria do Tejo		52,7	56,4	57,9
Algarve		63,0	79,1	90,3

¹² O presente ponto tem por referência as publicações: “Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Alentejo” e “Proposta de Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013”

Territórios	N.º médio de indivíduos por km ²			
	Anos	1960	1991	2011
Região Autónoma dos Açores		141,0	104,1	106,3
Região Autónoma da Madeira		342,7	312,2	334,3

Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Em termos da dinâmica demográfica registada na última década, a população da região do Alentejo diminuiu 2,5%, atingindo em 2001 um total 776.585 habitantes. Dos 58 municípios constitutivos da região, somente treze não perderam população na última década (2001-2011). Por sub-regiões, é de sublinhar que apenas a Lezíria do Tejo ganhou população (+2,7%), resultante do aumento verificado nos municípios de Benavente (24,8%), Salvaterra de Magos (9,9%), Almeirim (6,5%), Azambuja (4,7%), Cartaxo (4,6%) e Rio Maior (0,4%).

Embora a esmagadora maioria da região do Alentejo tenha perdido população ao longo da década de referência, são, neste particular, de assinalar as sub-regiões do Alto Alentejo (-6,8%) e do Baixo Alentejo (-6,2%) como as que registaram um maior empobrecimento demográfico. Dentro de um quadro municipal, foram os municípios de Gavião (-15,4%), Mértola (-16,5%) e Mourão (-17,6%) os que mais regrediram na última década.

Ainda segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Alentejo tem vindo a erodir a sua capacidade de auto regenerar a população, não só como consequência das quebras registadas na fecundidade, mas também da expressão irrisória dos seus movimentos migratórios.

Este aspeto, associado à própria estrutura da pirâmide etária regional, tem-se vindo a assumir como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento regional da área de intervenção, pelo que, no particular do turismo – e por acréscimo no do turismo náutico – deverá ser tomado devidamente em consideração.

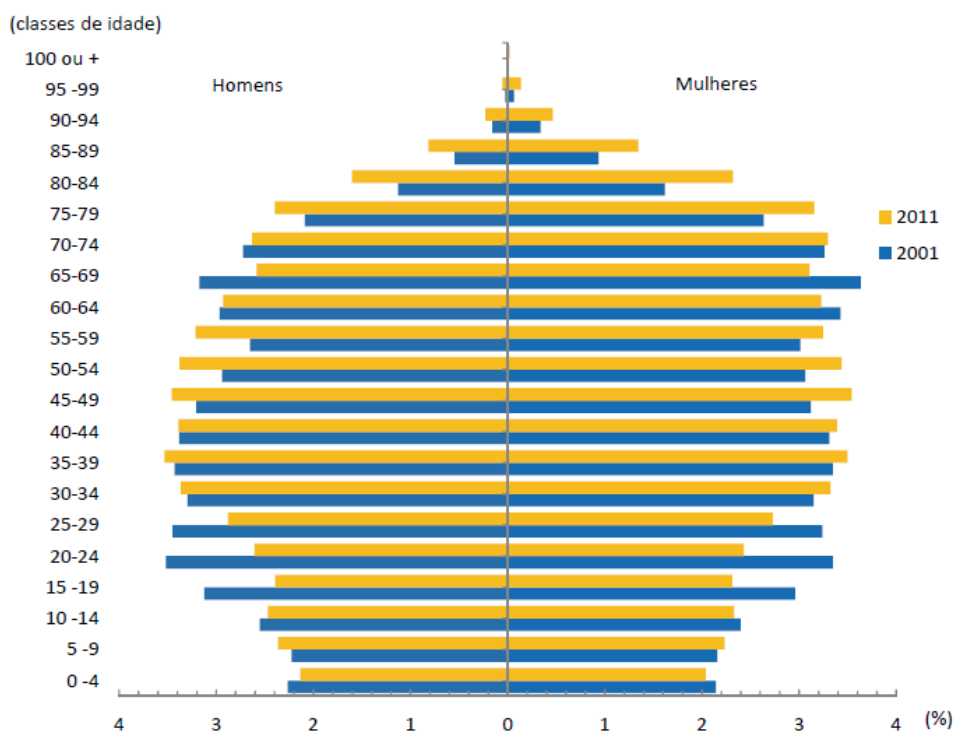
Efetivamente, entre 2001 e 2011 a região do Alentejo, à semelhança do país, não conseguiu inverter o desequilíbrio demográfico que caracteriza a estrutura etária da população, caracterizada pela crescente diminuição da população mais jovem e do aumento da população com idade mais elevada. Este aspeto é tanto mais preocupante quanto as últimas tendências demográficas registadas apontam para uma sangria

crecente ao nível da emigração para o exterior do capital humano mais jovem, mais qualificado e mais dinâmico.

O índice de longevidade nacional, que representa o número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos, aumentou para 48 em 2011, face a 41 em 2001 e 39 em 1991. Em termos regionais, a expressão dos valores registados no Alentejo – mais de 50 – traduz uma realidade em que a maior parte da sua população idosa tinha 75 ou mais anos, algo que, tendo em conta as características habituais do ciclo de vida, levanta fundadas preocupações quanto ao potencial regional de empreendedorismo e de inovação.

Tanto mais que a região Alentejo tem perdido população, essencialmente, entre os 15 e os 29 anos, senão tenhamos em consideração que em 2001, este grupo etário representava 19,6%, contra somente 15,3% em 2011. Já a população com 65 e mais anos regista na região uma evolução contrária. Em 2001 era de 22,3% e em 2011 chegou aos 24,2%.

Figura 41 – Estrutura etária da população Residente no Alentejo por sexo, 2001 e 2011

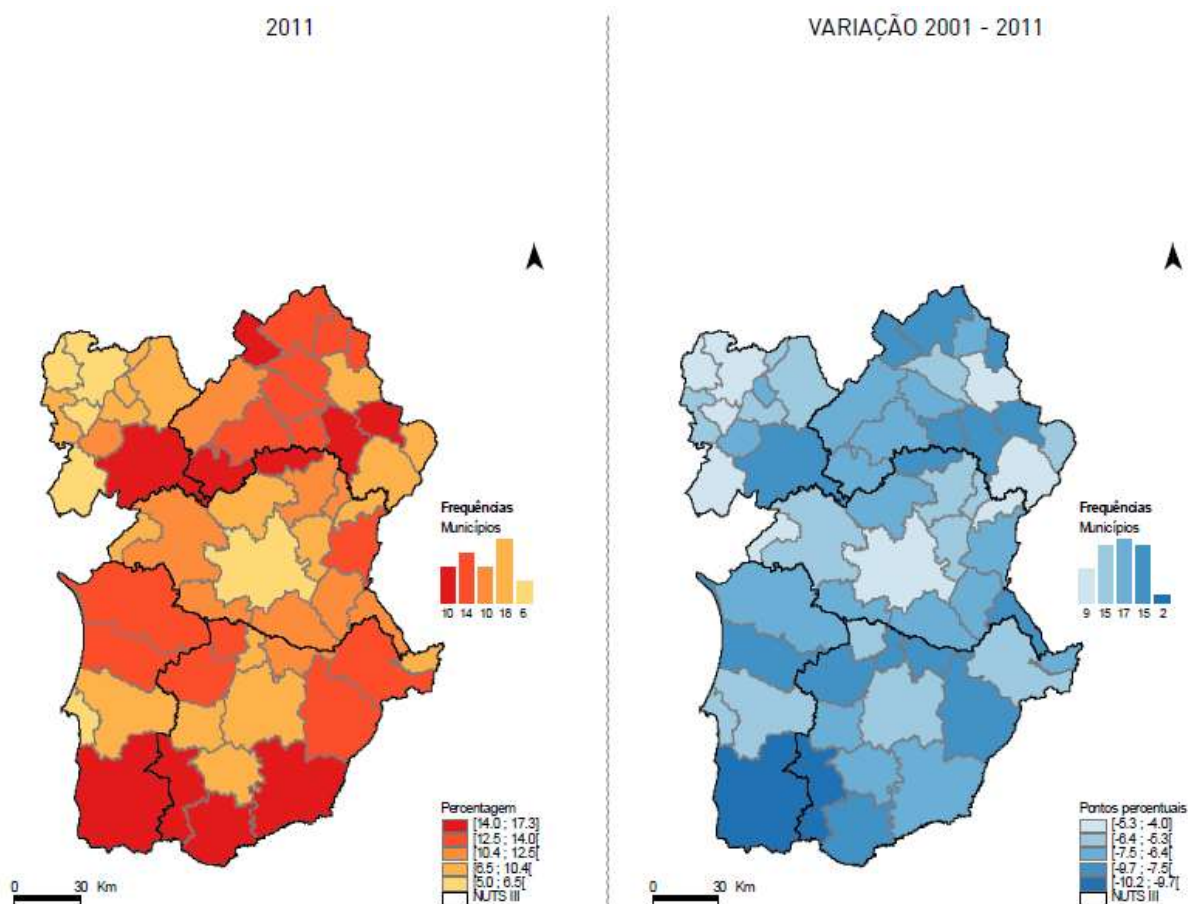


Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Para além do que já se avançou anteriormente, é, mais uma vez, de reforçar que a estrutura demográfica regional se reflete no potencial de recursos humanos, espelhando-se na capacidade de renovação de gerações, no mercado de trabalho, nas taxas de atividade da região, na propensão ao empreendedorismo e à inovação e, também, no próprio quadro geral de saúde da população onde as patologias geriátricas assumem papel de relevo.

Em termos de níveis de qualificação da população, o Alentejo apresenta, apesar do decréscimo verificado desde 1991, uma taxa de analfabetismo desfavorável (15,86% em 2011) já que esta é superior à considerada para a totalidade do território (9,3%). A qualificação anterior é reforçada pelo facto de em 2003, de acordo com o INE, 7% da população ativa alentejana não ter completado qualquer nível de instrução e 77% não possuir mais que o 3º ciclo como habilitação máxima.

Figura 42 - Taxa de Analfabetismo em 2011 e variação por município no período 2001/2011



Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

4.3.2. ATIVIDADE ECONÓMICA

Como já foi anteriormente afluado, o Alentejo, para além das debilidades demográficas registadas, detém desvantagens comparativas no domínio da qualificação da sua população em idade ativa. Efetivamente, menos de 10% da sua massa populacional em idade ativa possui qualificações ao nível do ensino superior. Este quantitativo revela bem a debilidade da qualificação dos recursos humanos da região, facto que se torna mais gravoso considerando as dificuldades do Alentejo em fixar os jovens que vai formando endogenamente, seja para as grandes áreas metropolitanas do país, seja, mesmo, para o exterior do território nacional.

Por outro lado, verifica-se que a região - de acordo com os resultados dos Censos 2011 - apresenta um índice de rejuvenescimento da população ativa de 84,4, inferior ao observado para o país, 94,3, número esse que, considerado numa ótica dinâmica ajustada aos últimos 10 anos, traduz uma quebra acentuada de 28,0 pontos no índice que, em 2001, era de 112,4.

Esta diminuição do índice de rejuvenescimento da população ativa é um bom reflexo do desequilíbrio demográfico que tem vindo a verificar-se na região e em boa parte dos municípios que a constituem. Na verdade, apenas 7 municípios apresentaram, em 2011, índices de rejuvenescimento iguais ou superiores a 100, o mesmo é dizer com mais pessoas a entrar no mercado de trabalho do que a sair. Nos restantes o índice de rejuvenescimento é sempre inferior a 100. Crato com 54,6 e Nisa com 53,7 registam os valores mais baixos com quantitativos que podem ser considerados dramáticos.

Globalmente, na região Alentejo a população ativa cifra-se em 342.654 indivíduos, dos quais, contrariamente ao que se verificou para a população residente, a maioria são do sexo feminino (53%). A população ativa nesta região - cerca de 52,4% da população residente com 15 anos ou mais - corresponde apenas 6,8% do total da população ativa do país, valor inferior aos 7,2% que corresponde ao “share” da população geral.

Por outro lado, verifica-se que a população empregada na região Alentejo ascende a 298.691 e é constituída maioritariamente por homens, 53,6%, representando as mulheres 46,4%.

É de referir, contudo, que nos últimos anos se tem vindo a registar um aumento da Taxa de Atividade da região, resultado, em boa medida, da integração de mão-de-obra feminina. Apesar desta dinâmica, em 2011, no Alentejo, a taxa de atividade em sentido restrito (45,2%), apresentou um valor inferior ao registado em termos nacionais (47,6%). A repartição por sexo evidencia uma taxa de atividade mais elevada para os homens com 49,5%, face aos 41,2% para as mulheres.

Numa perspetiva intrarregional, regista-se que as taxas de atividade mais elevadas recaem nas sub-regiões do litoral, nomeadamente na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral com 46,6% e 46,2%, respetivamente. No plano municipal destacam-se, pela expressividade dos seus números, os municípios de Sines, Benavente, Évora e Santiago do Cacém, os quais registam as taxas mais elevadas, com valores entre os 47,8 e os 50,9%. Em contraste, os valores das taxas de atividade mais desfavoráveis situam-se predominantemente no interior: o Alto Alentejo, com 42,6%, é a sub-região que regista o valor mais baixo enquanto Nisa (35,4%) e Gavião (33,1%) são os municípios com as taxas de atividade mais reduzidas.

Em 2011, a taxa de emprego da população em idade ativa, na região do Alentejo, foi de 45,6%, valor inferior ao verificado no país (48,5%). À semelhança da estrutura nacional, também na região a taxa de emprego nos homens (50,9%) é superior à das mulheres (40,7%).

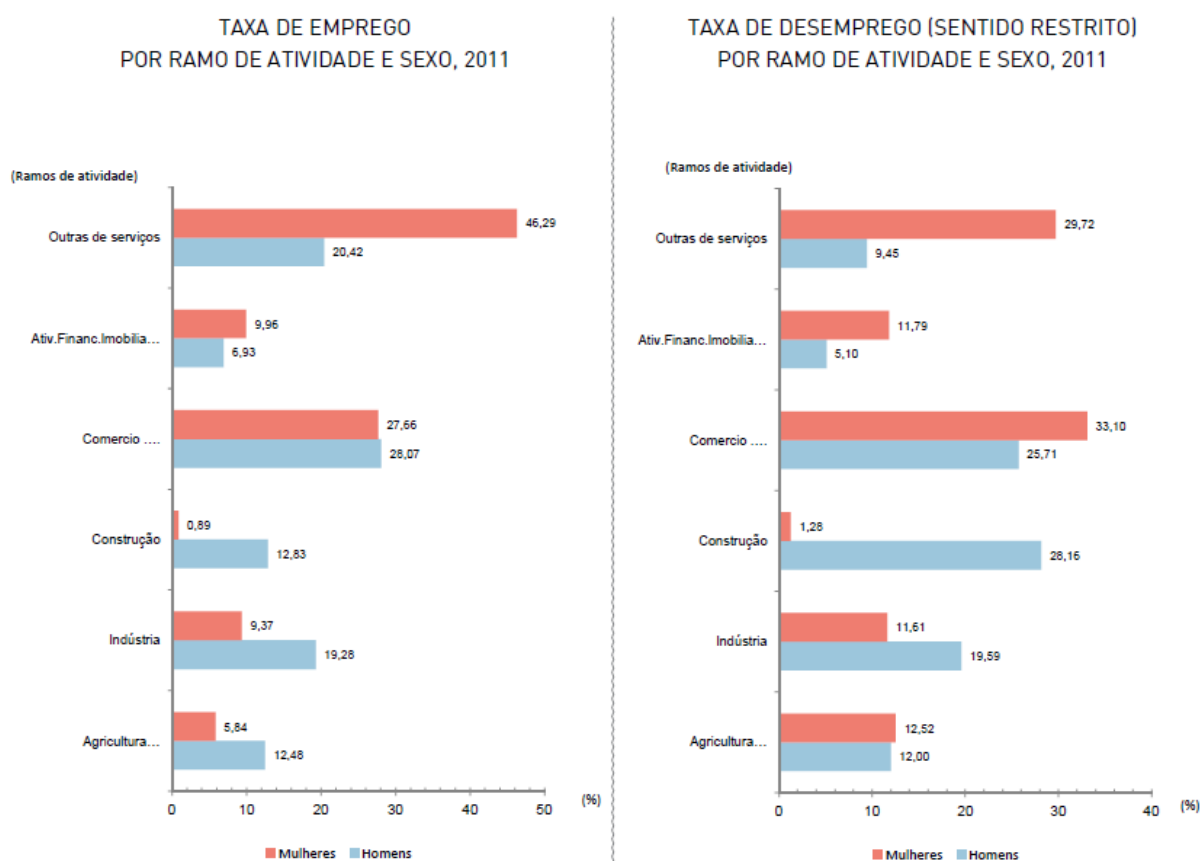
A Lezíria do Tejo e o Alentejo Litoral são as sub-regiões que registam as taxas de emprego mais elevadas (47,7% e 47,1%, respetivamente), enquanto ao nível dos municípios emergem Sines, Benavente e Évora, não só como os que detêm os valores mais elevados, mas também como os únicos municípios da região que registam taxas de emprego superiores a 50%. No outro extremo, a sub-região do Alto Alentejo e o seu município de Gavião sobressaem pelo valor mínimo que este atinge (29,6%).

Durante a primeira década do presente século (2001-2011), a taxa de emprego na região Alentejo recuou 2,6%, agravando, assim, a sua fragilidade no plano económico e social. Consequentemente, na generalidade dos municípios da região a taxa de emprego também patenteou reduções, tendo os municípios de Borba e de Mourão registado os maiores decréscimos (-8,7% e -12,3%, respetivamente). Por outro lado, apenas 11 dos 58 municípios da região assistiram a um reforço da taxa de emprego na última década, registando Barrancos (2,6%) e Aljustrel (2,1 %) os maiores acréscimos.

Ao analisar-se a distribuição da população empregada nos diversos sectores de atividade, percebe-se que o dos serviços é aquele que mais ocupa a população empregada residente no Alentejo. Comparativamente à estrutura nacional é de sublinhar uma maior proporção de emprego no sector primário e nos serviços de natureza social a par de uma menor proporção na Indústria. Este facto patenteia, de resto, dois aspetos inelutáveis da natureza da região: a sua vocação, ainda viva, no domínio da agropecuária e o envelhecimento e fragilidade do seu efetivo populacional.

Adicionalmente, é de realçar, ainda, uma forte dependência do sector público, o qual se assume como o mais importante empregador da região e o único em que a proporção de mulheres empregadas é superior à do sexo masculino.

Figura 43 – Emprego e Desemprego por Ramo de Atividade e Género no Alentejo (2011)

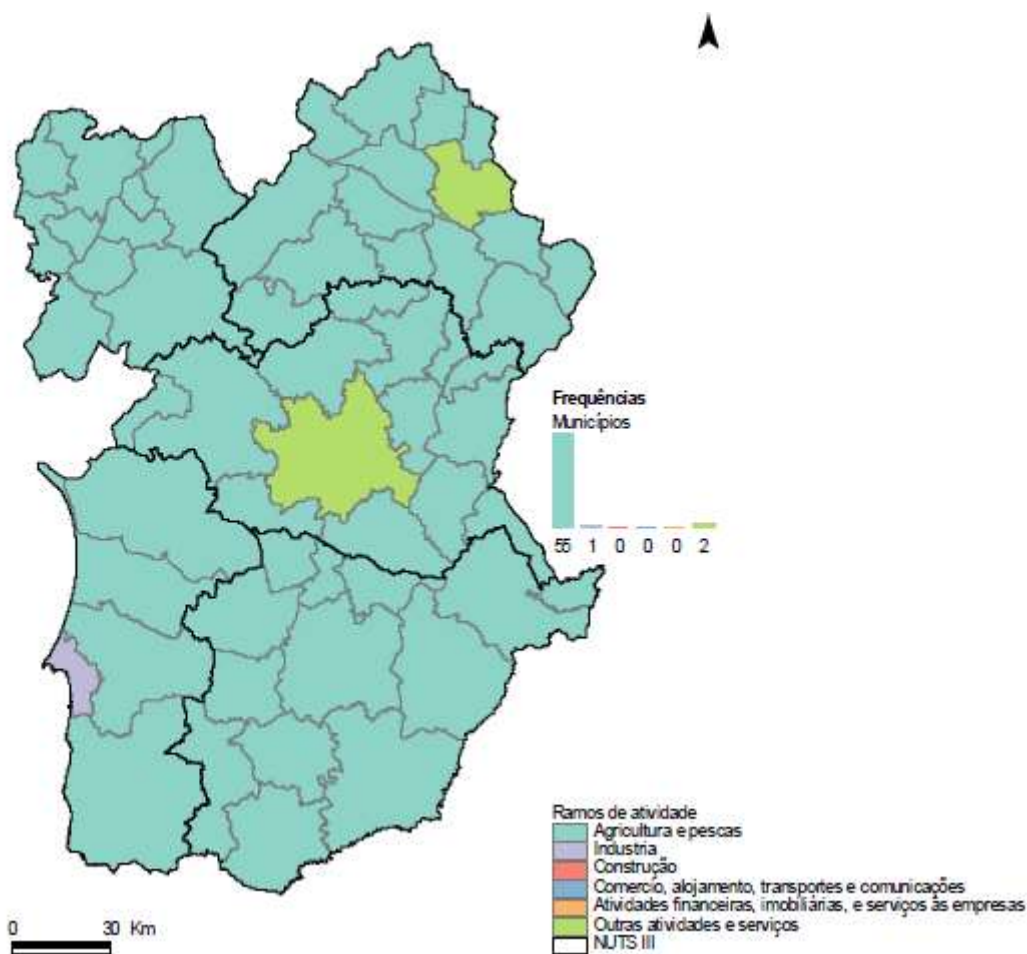


Fonte: CENSOS 2011, INE 2012

No campo da especialização regional verifica-se que a “Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca” se assume como o sector em que recai a especialização da generalidade do Alentejo, estendendo-se esta a 55 dos 58 municípios que a compõem.

Os municípios de Portalegre e Évora sobressaem por apresentarem as “Outras atividades de serviços” como as suas áreas de especialização económica. Sines, como consequência dos investimentos efetuados em torno do seu pólo portuário, é o único município da região Alentejo a registar como ramo de especialização as atividades económicas ligadas à Indústria.

Figura 44 - Ramo de atividade económica de especialização regional, 2011



Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Em 2011, o sector de atividade que empregava mais população na região Alentejo era as “Outras atividades de Serviços”, com 32,4%, seguido do “Comércio, alojamento, transportes e comunicações”, com 27,9%, e da “Indústria”, com 14,7%. Face à estrutura

nacional, como já se referiu anteriormente, a região sobressai por uma maior representatividade das atividades ligadas à agricultura e à pecuária.

Contudo, relativamente ao início da década - e de forma concomitante e paralela à tendência registada ao nível nacional - assistiu-se a uma terciarização da economia regional, motivada não só por uma erosão do papel da agricultura na economia, mas também pela afirmação de um modelo baseado na sociedade dos serviços.

Finalmente, interessa deixar registo de que os ramos da atividade económica regional mais afetados pelo desemprego são o “Comércio, alojamento, transportes e comunicações”, com 29,4%, seguido das “Outras atividades de Serviços”, com 19,6%, e da “Indústria”, com 15,6%. A taxa de desemprego na agricultura cifrou-se em valores bem menores (média de 12,3%), situando-se, ainda assim, 10% acima do valor registado em termos nacionais.

4.3.3. ESTRUTURA URBANA E CAMPO

Fazendo jus à sua imagem de um grande espaço aberto salpicado, aqui e ali, por alguns centros populacionais esparsamente distribuídos pelo território (onde se concentra boa parte da sua população) e por alguns grandes assentos de lavoura também dispersos – os montes -, os valores registados para a densidade populacional da região são francamente inferiores aos que se verificam no país, sobretudo no Baixo Alentejo, área onde a densidade populacional atinge os 14,8 habitantes por km², e no Alentejo Litoral - 18,9 habitantes por km². No outro extremo, a Lezíria do Tejo, embora não acompanhando os 114,3 hab./km² relativos à densidade populacional de Portugal, apresenta um valor que, pela sua expressividade relativamente ao todo da região de turismo, se distingue bem dos restantes territórios – 57,9 hab./km².

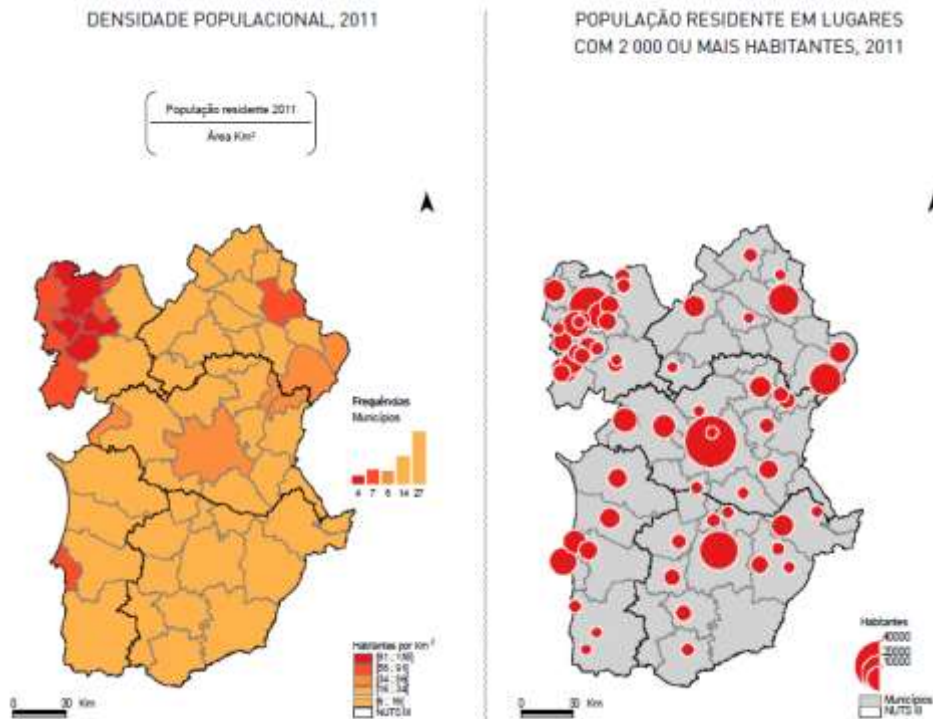
Olhando retrospectivamente para as últimas cinco décadas a região tem sido caracterizada por uma perda demográfica substancial que é essencialmente marcante no Baixo e no Alto Alentejo. Efetivamente, o Baixo Alentejo entre 1960 (232.896 hab.) e 2011 (126.692 hab.) perdeu 106.204, o que correspondeu a uma taxa de variação de - 45,6%. No quadro das NUTS III, apenas a Lezíria do Tejo se aproxima da tendência nacional de crescimento, ainda que a um ritmo claramente inferior.

Paralelamente, no que diz respeito à rede urbana regional, é de realçar a sua falta de coerência estrutural devido à escassez de pólos urbanos de grande e média dimensão, facto que conduz a que a maioria dos seus habitantes residam em lugares até 5.000 habitantes. Efetivamente, para além de Évora (49252 hab.), Santarém (29600 hab.), Beja (23400 hab.), Elvas (16640 hab.) e Portalegre (15184 hab.), todos os restantes aglomerados populacionais podem ser classificados de pequena e muito pequena dimensão (<15000 hab.).

Ainda assim, é de referenciar o crescente afastamento da população dos espaços rurais, nomeadamente das localidades de pequena dimensão dispersas pelo território e distantes, na sua generalidade, várias dezenas de quilómetros das sedes de município. Este êxodo rural, sendo particularmente intenso na população mais jovem, contribui decisivamente para a fisionomia – um pouco desoladora - de muitos dos pequenos aglomerados urbanos da região: áreas em despovoamento acentuado habitadas, sobretudo, por uma população idosa ou, mesmo, muito idosa. Assim, à semelhança de

outras regiões do país, as cidades mais dinâmicas da região que identificámos anteriormente vão assumindo crescentemente, em definitivo e quase em exclusivo, o papel de estruturação e polarização territorial.

Figura 45 - Densidade Populacional e Lugares com mais de 2.000 residentes ou mais no Alentejo (2011)



Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Este quadro, motorizado pela procura de melhores condições de vida e reforçado pela ausência de um sistema mais eficiente de transportes que garanta a necessária capilaridade de rede e a mobilidade entre os locais, tem estimulado o já referido êxodo dos locais de menor dimensão e o conseqüente reforço das cidades sedes de município ou, mesmo, de outras áreas urbanas extra regionais. No quadro destes movimentos migratórios, é de realçar a permanente sangria de população jovem, em idade ativa e com habilitações escolares e/ou profissionais, que, na procura de respostas em termos de empregabilidade, assim como de ocupações adequadas à sua formação académica e melhores remunerações, tem abandonado a região.

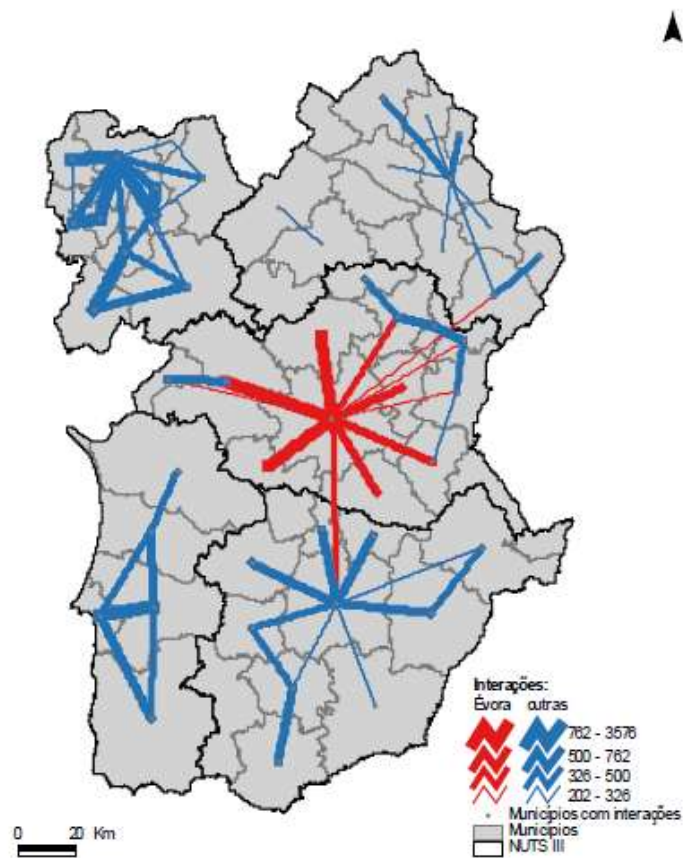
4.3.4. REDES DE ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA

No final da primeira década do presente século, uma análise entre as interações municipais mais significativas da região permite realçar as que se estabelecem entre as subunidades Alentejo Central e Baixo Alentejo, estruturadas pelos centros de interação de Évora e Beja. Os restantes vetores de articulação não ultrapassam uma expressão sub-regional. Tal é o caso das que se estabelecem tendo origem em Portalegre, Santarém ou Sines.

Apesar dos progressos sentidos em todo o país ao nível das acessibilidades, no caso particular do território que compõe o presente estudo, continuam a manifestar-se alguns constrangimentos cuja natureza merece ser relevada. Desde logo uma configuração da rede de acessibilidades regional que pode ser alvo de reparos por não estabelecer uma tessitura adequada de ligações entre as principais cidades do território, algo que contribui, em parte, para uma deficiente articulação e, sobretudo, integração do sistema urbano regional.

Por outro lado, há que ter em linha de conta que a melhoria registada nos eixos viários não tem sido homogénea. Na verdade, o reforço de investimentos em alguns pólos e eixos estruturantes, seja associado a áreas de maior dinamismo económico, seja a meras lógicas de atravessamento Norte-Sul ou Oeste-Este, não tem sido acompanhado por investimentos equivalentes em áreas mais periféricas, porventura mais carentes dos mesmos tendo em vista a sua integração no tecido económico e social da região e do país. É o caso da rede viária de âmbito municipal, ao nível da qual subsistem bolsas territoriais em que a cobertura é reduzida e deficiente, verificando-se estrangulamentos nos fluxos de tráfego e desarticulações ao nível supramunicipal.

Figura 46 – Movimentos pendulares (interações regionais) no Alentejo, 2011



Fonte: CENSOS 2011, INE (2012)

Tais constrangimentos verificam-se, igualmente, no âmbito do serviço de transportes públicos de passageiros, sendo notório um indesejável agravamento das assimetrias intra-regionais. Na verdade, excetuando as situações que acolhem os centros urbanos de maior dimensão, estes transportes continuam a apresentar insuficiências - sobretudo nas áreas mais afastadas dos eixos principais e dos maiores aglomerados - traduzidas na exiguidade e falta de qualidade dos serviços prestados (quando não, mesmo, total ausência).

E se é certo que os problemas demográficos da região conduzem a insuficiências de massa crítica suscetível de assegurar a sustentabilidade económica de alguns eixos de exploração, é imprescindível encontrar soluções de articulação pública e privada que assegurem sistemas de transportes social e ambientalmente adequados, de modo a garantir a coesão social e territorial através do acesso generalizado aos equipamentos e serviços coletivos disponibilizados numa área de influência razoável.

Em acréscimo, é, ainda, de realçar a falta de intermodalidade nos transportes, seja de passageiros, seja de mercadorias. Efetivamente, registam-se inúmeros problemas de articulação, internamente ao mesmo modo de transporte – sobretudo no rodoviário - e entre diferentes modos de transporte, algo que, em última análise, estimula o uso crescente do transporte individual nas deslocações urbanas e interurbanas.

No domínio das grandes apostas em curso - ou já efetuadas, total ou parcialmente - com reflexos na temática vertente, há que referir os investimentos dirigidos ao porto de Sines e à sua Zona Industrial e Logística. Detendo condições físicas e locacionais únicas ao nível nacional, desde que as acessibilidades de ligação ao seu *hinterland* sejam efetivas, é possível prospetivar uma futura afirmação deste pólo no contexto internacional, algo que, em muito, contribuirá para, finalmente, concretizar o desígnio que presidiu, nos anos 70 do século passado, ao seu lançamento: estruturação de um pólo de desenvolvimento irradiante para a região. Adicionalmente, é, igualmente, de referir a aposta do plano Portugal Logístico, a qual passa pelo estabelecimento de uma plataforma logística fronteiriça em Elvas/Caia, articulada com Badajoz.

Por último - mas muito importante no domínio do turismo, em geral, e do turismo náutico, em particular – merece ser referenciado o sistema aeroportuário regional. Em julho de 2006, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), no âmbito das orientações estratégicas para o sistema aeroportuário nacional, inclui o futuro aeroporto de Beja enquanto peça do mesmo. Esta infraestrutura teria como vocação, ainda de acordo com os estudos do MOPTC, para além do apoio à atividade turística gerada, sobretudo, pela emergência de novos empreendimentos turísticos no litoral e no grande lago do Alqueva, o transporte de carga (designadamente, os produtos agroalimentares derivados do regadio do Alqueva), a manutenção de aeronaves e a criação de um pólo de fabricação aeronáutica.

Já vários anos passaram desde que o aeroporto do Alentejo acolheu, em 2011, o seu voo inaugural. Desde essa data muito se escreveu e se opinou sobre a validade dos mais de 30 milhões de euros aí investidos. E, se é certo que o movimento de passageiros tem sido reduzido (cerca de 5000 nos dois primeiros anos de exploração) e que o encerramento, já em 2014, da linha *charter* entre Beja e Paris (Windavia), não deixam margens a grandes otimismo num horizonte de curto/médio prazo, a sua valia no quadro do futuro da região continua inquestionável e o seu racional inicial perfeitamente válido: a

alimentação de turistas para o sector regional, designadamente a abertura da região ao turismo de negócios e convenções, a viabilização das estadas curtas e muito curtas, o “flash” turismo gastronómico e enológico, o turismo de nicho requerendo equipamento médio e pesado, entre muitos outros desígnios e domínios.

E isto já para não falar na viabilização da produção e do escoamento para os grandes mercados consumidores do Norte da Europa e do Médio Oriente de produtos agrícolas frescos e perecíveis, oriundos das áreas de regadio e de alto valor acrescentado, bem como do seu potencial, enquanto aeroporto escola ou de aplicação, para a viabilização do hipotético recentramento futuro do Instituto Politécnico de Beja no macro *cluster* da aviação e do turismo aéreo.

4.4. O TURISMO E O RECREIO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.4.1. O SIGNIFICADO PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO DAS GRANDES TENDÊNCIAS DO TURISMO

A dinâmica turística existente no quadro de referência territorial em estudo (Alentejo e Ribatejo) tem vindo a ser alvo de uma profunda reflexão, com o objetivo de modelizar as estratégias de criação e de operacionalização de novos produtos turísticos, de afirmação do território e de potenciação de empresas locais, de modo a promover a ativação de uma marca territorial que seja integradora de novos conceitos e promotora de mecanismos de atratividade de novos consumidores.

Ao longo dos tempos, o mercado turístico tem registado um sucessivo crescimento da oferta e da procura turísticas. Esta é uma realidade desde logo evidente quando se referenciam os dados da procura turística internacional.

Se por um lado, em 1950, a procura cifrava-se, de acordo com as séries estatísticas da Organização Mundial de Turismo (OMT), nos 25 milhões de turistas, atualmente (2013) este número atingiu os 1.087 milhões (OMT, 2014). Por outro lado, em linha com as previsões da OMT para 2020, é expectável que o turismo internacional cresça nos próximos anos quase tanto quanto cresceu no período de 1950 a 2010, prevendo-se em 2030 uma procura turística internacional na ordem dos 1,8 mil milhões de turistas (OMT; 2014).

Neste sentido, estamos perante um crescimento da procura turística claramente exponencial, o qual resulta, nomeadamente, do crescente desenvolvimento da economia mundial, em particular de economias emergentes como o Brasil, a Índia e o Dubai e da abertura política de países como a China e a Rússia. Este cenário de crescente globalização da atividade turística é claramente dinamizado por um intenso desenvolvimento da tecnologia, o qual se reflete na crescente acessibilidade a novos destinos, em particular por via do desenvolvimento do transporte aéreo.

No entanto, importa referir que a Europa continuará a ser o grande destino emissor e recetor da procura turística internacional, apesar da sua diminuição percentual no contexto da atividade turística à escala mundial. Por seu lado, os países da Europa de Leste, do Médio Oriente e da Ásia tendem a assumir-se como os grandes destinos

emergentes, tornando a competição entre destinos uma variável central do mercado turístico.

Figura 47 - Evolução da procura turística internacional por quota de mercado dos destinos turísticos 1950-2010

Rank	1950	Share	1970	Share	1990	Share	2010	Share
1	United States	71%	Italy	43%	France	38%	France	31%
2	Canada		Canada		United States		United States	
3	Italy		France		Spain		China	
4	France		Spain		Italy		Spain	
5	Switzerland		United States		Hungary		Italy	
6	Ireland	17%	Austria	22%	Austria	19%	United Kingdom	14%
7	Austria		Germany		United Kingdom		Turkey	
8	Spain		Switzerland		Mexico		Germany	
9	Germany		Yugoslavia		Germany		Malaysia	
10	United Kingdom		United Kingdom		Canada		Mexico	
11	Norway	9%	Hungary	10%	Switzerland	10%	Austria	10%
12	Argentina		Czechoslovakia		Greece		Ukraine	
13	Mexico		Belgium		Portugal		Hong Kong (China)	
14	Netherlands		Bulgaria		Malaysia		Russia Federation	
15	Denmark		Romania		Croatia		Canada	
	Others	3%	Others	25%	Others	33%	Others	45%
Total	25 million		166 million		441 million		940 million	

Fonte: OMT (vários anos); elaboração própria, in Gustavo, 2012

Perante esta realidade a procura turística tende para um comportamento de dispersão impar, diminuindo progressivamente a concentração dos fluxos turísticos mundiais. Atente-se no facto dos principais cinco destinos turísticos mundiais, em termos de chegadas de turistas internacionais, em 1950 deterem 71% da referida quota de mercado, enquanto atualmente (2010) esse valor não ultrapassar os 31%. Em contrapartida, os destinos fora do top quinze, já garantem atualmente uma quota de 45%, por oposição aos apenas 3% que registavam em 1950. Num cenário de crescimento global da atividade turística e de uma procura turística cada vez mais heterogénea, consequência de circunstancialismos anteriormente referidos, como as alterações verificadas ao nível da matriz sociodemográfica e a diversificação dos mercados emissores, a oferta turística tem evoluído no sentido de responder aos desafios próprios do momento.

Portugal tem sentido os reflexos da crescente competitividade internacional, não porque o seu número de turistas internacionais tenha diminuído, bem pelo contrário, mas devido a uma redução drástica da sua cota de mercado, expressa numa queda sucessiva

no *ranking* internacional de chegadas de turistas estrangeiros. Atente-se que em 1990 Portugal ocupava o 13.º lugar do *ranking* internacional de chegadas de turistas e em 2013 ocupava apenas o 36.º lugar do referido ranking.

Quadro 7 – Rankings dos principais indicadores de turismo internacional, 2013

Posição	Entradas de turistas internacionais	Receitas do turismo internacional	Despesas em turismo internacional
1º	França	EUA	China
2º	EUA	Espanha	EUA
3º	Espanha	França	Alemanha
4º	China	China	Federação Russa
5º	Itália	Macau (China)	Reino Unido
6º	Turquia	Itália	França
7º	Alemanha	Tailândia	Canadá
8º	Reino Unido	Alemanha	Austrália
9º	Federação Russa	Reino Unido	Itália
10º	Tailândia	Hong Kong (China)	Brasil
...
	Portugal (36º)	Portugal (26º)	Portugal (43º)

Fonte: UNWTO - Barómetro do Turismo Mundial - Abril de 2014

Neste cenário a construção de novos paradigmas de intervenção turística, alicerçada em modelos ativos de consumo e enquadrados pela tese do “Novo Turismo” de Auliana Poon, são elementos fundamentais num cenário de crescente competição internacional. Perceber a importância da introdução de novos produtos turísticos, potenciando os recursos locais, é um fator essencial para garantir novos indicadores de atratividade geradores de novos negócios e mercados.

No seguimento do enquadramento efetuado sobre o turismo à escala mundial, é pertinente, agora, refletir sobre a forma como as grandes tendências que perpassam pela atividade turística poderão influenciar o devir do sector no Alentejo e na Lezíria do Tejo e, de forma muito em especial, no seu segmento relacionado com as atividades aquáticas.

Interessa, contudo, ter em atenção que a paleta das mega tendências identificadas é uma realidade dinâmica, seja no que diz respeito à sua estrutura, seja, sobretudo, no que se prende com as magnitudes e as direções dos efeitos originados pelas suas componentes específicas. Por outro lado, como bem se sabe com cada vez maior nitidez, mega acontecimentos de cariz regional ou mundial podem introduzir modificações

significativas no grande cenário do turismo mundial (pandemias, guerras às escalas regionais ou atentados de grande relevância, só para citar alguns).

Tudo isto, acrescido dos acontecimentos que se inscreverão na tessitura do futuro urdida no plano nacional ou local, aconselham a que o que de seguida se avança seja encarado como um mero exercício prospetivo com relevância exclusivamente no domínio do estabelecimento de parâmetros de orientação gerais e em silhueta.

Adicionalmente, é, também, necessário considerar que a área de intervenção do presente estudo é uma realidade de profunda diversidade e complexidade, não só pelo matizado de territórios e de recursos turísticos – e hídricos – que possui, mas também – e sobretudo – pelo aspeto locacional, ou seja, pela sua posição face ao triângulo de onde recebe grande parte das suas influências estruturantes, seja no domínio dos fluxos materiais, seja no dos imateriais. Na verdade, o trinómio Lisboa, Algarve e Espanha, pelo menos no que ao turismo diz respeito, configura o grande quadro relacional de onde emanam importantes janelas de oportunidade que é necessário identificar e aproveitar, mas também, há que não olvidar, de onde sopram fortes ventos centrípetos e importantes quadros competitivos que importa considerar, incorporar e reverter em prol dos desígnios que são perseguidos pela região de turismo.

Complementarmente, é de sublinhar que as dimensões retidas no quadro da avaliação dos efeitos prováveis das dinâmicas registadas no sector turístico incidentes sobre a área de intervenção, derivam, com uma sistemática específica, de duas grandes fontes: o que foi avançado anteriormente neste relatório sobre o panorama do turismo internacional e os estudos prospetivos desenvolvidos pela Organização Mundial de Turismo sobre estas matérias.

Neste quadro, considera-se pertinente considerar como conjunto de referência o que inclui os seguintes aspetos:

1 – Emissão:

- reforço das disponibilidades temporais e económicas para encetar viagens e concretizar estadas, eventualmente com uma dimensão média superior;

- continuidade da abertura dos países europeus às deslocações de pessoas (migrações), com o conseqüente acréscimo, direto e indireto, de viagens;

2 – Receção:

- aumento significativo da competitividade, consequência da globalização e do alargamento da oferta;
- diversificação e incremento da oferta de atividades de lazer junto às grandes áreas residenciais, com significado direto nas práticas recreativas e nas estadas turísticas de curta e muito curta duração;
- reforço das práticas de salvaguarda ambiental, não só como fonte de *marketing* e aumento da competitividade dos destinos e instituições, mas também como resultado de uma crescente responsabilidade ambiental e social;
- continuação da emergência das preocupações no que diz respeito à adaptação dos destinos e das áreas turísticas em matéria de turismo acessível;
- reforço da abertura de janelas de oportunidades para novas áreas e novos produtos turísticos;
- renovação, retematização e revitalização de complexos/espços turísticos em fase de maturidade avançada;

3 – Comercialização:

- desenvolvimento de operadores turísticos independentes, possibilitado pelas novas tecnologias da informação;
- reforço da iniciativa individual no que diz respeito à organização e à aquisição de componentes constitutivas dos pacotes turísticos individuais (*self taylorred*);
- concentração em torno dos grandes *tour-operators*;

4 – Transportes:

- embaratecimento e generalização das deslocações aéreas, derivadas da competitividade entre as companhias tradicionais e da expansão das *low-cost*;

- aprofundamento da estratégia tendente ao estabelecimento de grandes alianças entre companhias aéreas, não só como forma de viabilizar uma estratégia comum, mas também de evitar a asfixia económica;

5 – Informação e divulgação turística:

- renovação das formas de *marketing* turístico decorrentes das novas redes eletrónicas de comunicação;
- aumento da informação exigida e fornecida pelo/ao consumidor;
- incremento da necessidade de segmentação do mercado, tendo em vista a viabilização de produtos específicos (*niche Tourism*);

6 – Turista:

- aumento dos gastos turísticos decorrentes da intensificação da propensão para o consumo;
- diversificação extraordinária da procura;
- reforço significativo da procura de destinos beneficiando de imagens associadas de menor artificialização;
- aumento da procura, por parte de uma elite, de destinos remotos e pouco acessíveis;
- consolidação da atitude ativa aquando das estadas turísticas, com conseqüente procura de atividades de animação turística suscetíveis de densificar e aprofundar os atos turísticos;
- crescente associação entre as dimensões lúdicas e culturais (divertir e aprender);
- afirmação de novos domínios de atração, seja enquanto despoletadores centrais de atos turísticos e das escolhas dos destinos, seja enquanto coadjuvantes do quadro de atratividade (turismo de saúde, turismo gastronómico, enoturismo, turismo náutico, turismo comunitário, turismo étnico, entre outros);

- aumento em importância do Turismo mais distante do quadro de lazer, tal como o científico, o de negócios e o de congressos e incentivos;
- acréscimo das exigências e expectativas dos turistas;
- aumento das preocupações éticas e de responsabilidade social na escolha dos destinos e empresas e nas práticas turísticas;
- importância crescente das férias repartidas e das estadas de curta/média duração;

7 – Produtos turísticos:

- explosão em quantidade e diversidade dos produtos turísticos disponíveis no mercado;
- densificação e extensão da cadeia de valor dos produtos turísticos (módulos acopláveis);
- aumento dos produtos dirigidos aos *empty-nesters* e à terceira idade;
- afirmação de alguns produtos completamente artificiais (parques temáticos, estações de inverno em locais insólitos do ponto de vista climático, ...);

8 – Políticas:

- diminuição de restrições às viagens, abertura de novas áreas ao Turismo;
- afirmação da indispensabilidade do planeamento turístico;
- reforço da relação entre Turismo e desenvolvimento, nomeadamente como motor de desenvolvimento e como forma de combate às disparidades territoriais;
- aumento da perceção da necessidade de envolvimento das populações locais no delineamento e implementação das políticas de desenvolvimento turístico;
- aumento da necessidade de cooperação para o desenvolvimento turístico, seja entre o sector público e o privado, seja entre as componentes de cada um deles.

Desta paleta de base será considerado um subconjunto considerado especialmente relevante para a estruturação do presente estudo – o turismo náutico na região de turismo do Alentejo e Ribatejo.

Quadro 8 – Síntese dos significados das tendências do Turismo para a AI

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
Reforço das disponibilidades temporais e económicas para encetar viagens e concretizar estadas, eventualmente com uma dimensão média superior.	Incremento das condições de base para o aumento quantitativo e qualitativo da procura.	Oportunidade	5	Este aspeto poderá ter um efeito reforçado na AI, enquanto local de receção-base, mas também enquanto espaço que poderá ser visitado por turistas cujo alojamento esteja fora da AI (nomeadamente os de atravessamento Lisboa/Algarve e Lisboa/Espanha).
Continuidade da abertura dos países europeus às deslocações de pessoas (migrações), com o conseqüente acréscimo, direto e indireto, de viagens.	Tendo em conta o caso específico de Portugal (em que a quantidade de emigrantes diminuiu bastante nos últimos anos), os efeitos indutores de visitas nos próximos anos serão despidiendos.	Oportunidade	1	
Aumento significativo da competitividade, conseqüência da globalização e do alargamento da oferta.	Como todo o aumento da concorrência, introduzirá novos aspetos competitivos a ter em linha de conta.	Ameaça	4	No segmento do turismo náutico é de esperar um reforço da oferta, seja nos países tradicionalmente importantes neste segmento da oferta, seja em novas realidades turísticas emergentes, designadamente nos continentes americano e asiático.

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
Reforço das práticas de salvaguarda ambiental, não só como fonte de marketing e aumento da competitividade dos destinos e instituições, mas também como resultado de uma crescente responsabilidade ambiental e social.	Impacto na gestão dos espaços naturais e no ordenamento das práticas de lazer nas áreas de maior pressão e maior sensibilidade. O “bom” ambiente enquanto fator de atratividade e de competitividade.	Oportunidade	5	Maior aceitação, por parte dos atores, de políticas de salvaguarda ambiental. O Alentejo – a AI no geral - possui uma imagem extremamente positiva no domínio das boas práticas ambientais.
Reforço da abertura de janelas de oportunidades para novas áreas e novos produtos turísticos.	Viabilização de novos produtos específicos dirigidos a públicos alvo bem definidos – <i>niche Tourism</i>	Oportunidade	5	A área de intervenção possui recursos suscetíveis de alimentar o lançamento de produtos turísticos inovadores bastante competitivos (ex: o enoturismo, o turismo gastronómico, turismo de aventura em meio aquático, ...).
Renovação, retematização e revitalização de complexos/espacos turísticos em fase de maturidade avançada.	Renovação e relançamento de espaços tradicionais em fase de maturidade. Aumento da competitividade relativamente a alguns nichos turísticos.	Ameaça	2	Designadamente no litoral Sul é possível antever algum aumento da competitividade em segmentos da oferta tradicionalmente pouco considerados, tais como o turismo cultural, o turismo gastronómico, o turismo ligado aos desportos radicais e o turismo náutico menos tradicional.
Desenvolvimento de operadores turísticos independentes, possibilitado pelas novas tecnologias da informação.	Possibilidade da informação e venda do destino Alentejo/Ribatejo ter um âmbito mundial.	Oportunidade	4	

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
Reforço da iniciativa individual no que diz respeito à organização e à aquisição de componentes constitutivas dos pacotes turísticos individuais (<i>self taylored</i>).	Libertação face aos canais de distribuição tradicionais.	Oportunidade	4	A organização e compra direta através das plataformas informáticas abre novas perspetivas de negócios para iniciativas menos “mainstreaming” e menos acolhidas pelos operadores tradicionais (Algo importante no quadro da AI).
Concentração em torno dos grandes <i>tour-operators</i>.	Pressão sobre as agências de viagens de cariz local. Pressão sobre os preços da hotelaria. Dependência.	Ameaça	2	Tendo em conta a oferta atual existente na AI este aspeto poderá colocar-se somente num horizonte temporal distante e em áreas muito específicas.
Embaratecimento e generalização das deslocações aéreas, derivadas da competitividade entre as companhias tradicionais e da expansão das <i>low-cost</i>.	Esta dimensão revestir-se-á de aspetos positivos ou negativos consoante a capacidade de afirmação da AI (ex: conhecimento e reconhecimento nos desportos náuticos).	Oportunidade	2	Nomeadamente para áreas com recursos que são praticamente únicos este aspeto pode assumir uma importância relevante (Ex: Alqueva).
Novas formas de <i>marketing</i> turístico decorrentes das novas redes eletrónicas de comunicação.	Possibilidade da informação sobre o destino ter uma difusão mundial e possibilidade de reforçar a imagem de autenticidade e robustez ecológica da AI.	Oportunidade	4	Ligação do destino turístico Alentejo/Ribatejo a elementos chave da região, nomeadamente os recursos reconhecidos como património mundial – o Cante Alentejano e Évora – ou outros com forte impacto em nichos de mercado (águas interiores, recursos piscícolas, montado, artesanato alimentar,..).

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
Aprofundamento da estratégia tendente ao estabelecimento de grandes alianças entre companhias aéreas, não só como forma de viabilizar uma estratégia comum, mas também de evitar a asfixia económica.	Aguarda-se o resultado da privatização da TAP e os consequentes efeitos no Hub Lisboa/África/América do Sul.	Ameaça	1	
Aumento da informação exigida e fornecida pelo/ao consumidor.	Possibilidade de reforçar a competitividade da AI através de ações concretas na vertente da divulgação e da informação turística de nova geração.	Oportunidade	4	É imperativa uma forte aposta nas novas tecnologias e plataformas de informação e comunicação turística (produtos para telemóveis e laptops, apps, realidade aumentada, informação segregada por idade, formação e áreas de interesses, ...).
Incremento da necessidade de segmentação do mercado tendo em vista a viabilização de produtos específicos (<i>niche tourism</i>).	Aumento da competitividade da AI através da generalização da receptividade a novos produtos específicos dirigidos a públicos alvo bem definidos – <i>niche Tourism</i> .	Oportunidade	5	Neste particular um mundo se abre à AI. Assim exista o capital humano suscetível de despoletar a energia inovadora e criadora necessária.
Aumento dos gastos turísticos decorrentes da intensificação da propensão para o consumo.	Quadro favorável para o comércio e serviços associados, direta ou indiretamente, ao turismo e ao recreio.	Oportunidade	3	Importante no domínio dos gastos complementares ao alojamento e alimentação, designadamente os produtos de animação turística, o artesanato, os produtos agrícolas, ...
Diversificação extraordinária da procura.	Oportunidade para novos produtos e para locais emergentes.	Oportunidade	4	A paleta da procura de produtos turísticos em geral e de produtos náuticos em particular deverá diversificar-se colocando, assim, no mapa turístico locais até hoje pouco considerados

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
Reforço significativo da procura por destinos com imagens associadas de menor artificialização.	O Alentejo e o Ribatejo possuem uma imagem ímpar neste particular	Oportunidade	5	É importante continuar a apostar no planeamento e ordenamento do território e numa política de turismo inteligente.
Aumento da procura, por parte de uma elite, de destinos remotos e pouco acessíveis.	Fuga para outros destinos dos turistas com maior capacidade económica.	Ameaça	2	
Consolidação da atitude ativa aquando das estadas turísticas, com consequente procura de atividades de animação turística suscetíveis de densificar e aprofundar os atos turísticos.	Neste particular a AI possui condições de base excelentes, seja para o turismo ativo baseado na natureza, seja para o que se apoia no património cultural e humano endógeno.	Oportunidade	5	É fundamental promover e apoiar o empreendedorismo associado à animação turística, algo que, de resto, a demografia regional dificulta
Crescente associação entre as dimensões lúdicas e culturais (divertir e aprender).	Este aspeto, se bem explorado, poderá ser muito relevante no estabelecimento de complementaridades entre as áreas ribeirinhas aos planos de água e os <i>hinterlands</i> .	Oportunidade	3	Importante sobretudo no litoral e em torno dos principais cursos e planos de água.
Afirmção de novos domínios de atração, seja enquanto despoletadores centrais de atos turísticos e das escolhas dos destinos, seja enquanto coadjuvantes do quadro de atratividade (turismo de saúde, turismo gastronómico, enoturismo, turismo náutico, turismo comunitário, turismo étnico, entre outros).	Globalmente, a AI tem todas as condições de base (recursos primários) necessárias à constituição de produtos turísticos alternativos dirigidos a segmentos específicos do mercado.	Oportunidade	5	É fundamental promover e apoiar o empreendedorismo.

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
Aumento de importância do Turismo mais distante do quadro de lazer, tal como o científico, o de negócios e o de congressos e incentivos.	A AI possui infraestruturas e instituições que lhe permitem apostar neste segmento de mercado, designadamente no triângulo Santarém, Évora, Portalegre.	Oportunidade	2	Este segmento pode ser desenvolvido procurando complementaridades com empresas e escolas de ensino superior.
Acréscimo das exigências e expectativas dos turistas	Conjuntamente com a diferença, a qualidade percebida e a relação qualidade preço serão elementos fundamentais na estruturação do turismo da região e no do turismo náutico em particular	Oportunidade / Ameaça	4	Em função da resposta que a região e o sector for capaz de dar.
Aumento das preocupações éticas e de responsabilidade social na escolha dos destinos e empresas e nas práticas turísticas	O turismo responsável afirmar-se-á como um fator de competitividade dos lugares e das empresas.	Oportunidade / Ameaça	3	Tendo em consideração o conhecimento do sector turístico regional este aspeto pode vir a ser uma oportunidade efetiva.
Importância crescente das férias repartidas e das estadas de curta/média duração.	Este aspeto poderá ser relevante ao nível da captação do mercado da AML e de Espanha em estadas de curta e muito curta duração.	Oportunidade	4	As ótimas acessibilidades de que a região dispõe abre muito boas perspectivas neste domínio, muito em especial nas estadas de muito curta duração.
Densificação e extensão da cadeia de valor dos produtos turísticos (módulos acopláveis).	Os produtos bem estruturados e tematicamente coerentes e envolventes tenderão a ser cada vez mais procurados, com os efeitos benéficos, ao nível económico, daí resultantes.	Oportunidade	5	Exige uma articulação forte entre os atores do subsector náutico, mas é uma importante oportunidade.

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
Aumento dos produtos dirigidos aos <i>empty-nesters</i> e à terceira idade.	A Região poderá assumir-se como uma importante área de receção para o turismo sénior e, mesmo, com os investimentos adequados, para se evidenciar como bacia de acolhimento mais prolongada para reformados.	Oportunidade	3	Carece de investimentos importantes no domínio das infraestruturas e dos serviços de apoio à terceira idade e ao lazer sénior.
Diminuição das restrições às viagens, abertura de novas áreas ao Turismo.	A reorganização do território turístico mundial poderá ter impactos relevantes, indiretamente, na AI.	Ameaça	1	Sobretudo em função da turistificação da margem Sul do Mediterrâneo.
Afirmção da indispensabilidade do planeamento turístico.	O turismo e o recreio constituem uma faca de dois gumes. É necessário, portanto, ter uma posição firme e ativa relativamente aos seus desenvolvimentos.	Oportunidade	3	Considera-se este aspeto como oportunidade porque a região tem demonstrado capacidade para se autorregular, comparativamente a outras áreas, de forma muito positiva.
Reforço da relação entre Turismo e desenvolvimento, nomeadamente como motor de desenvolvimento e como forma de combate às disparidades territoriais.	As apostas no Turismo tenderão, ainda mais, a generalizar-se a áreas deprimidas, aumentando, desta forma, a concorrência entre os lugares. Contudo, no caso específico da AI, a consciência e as práticas de desenvolvimento baseado nas potencialidades endógenas têm tido uma tal expansão que este aspeto deverá ser encarado como uma oportunidade.	Oportunidade	3	Turismo comunitário, turismo comunitário de aldeia, turismo rural. Ligação às ADL e aos programas financiados por fundos europeus.

DIMENSÕES	SIGNIFICADO PARA A AI	TIPO DE SIGNIFICADO	IMPORTÂNCIA POTENCIAL (1 - REDUZIDA; 5 - MUITO RELEVANTE)	OBSERVAÇÕES
Aumento da percepção da necessidade de envolvimento das populações locais no delineamento e implementação das políticas de desenvolvimento turístico.	Apesar do envelhecimento da população e do seu reduzido potencial, a AI caracteriza-se pelo seu espírito de participação cidadã. Cada vez mais é evidente que o turismo, como atividade de largo espectro, necessita do envolvimento dos atores e da população em geral.	Oportunidade	3	O empenhamento dos atores e da população em geral é um recurso a acarinhar e promover.
Aumento da necessidade de cooperação para o desenvolvimento turístico, seja entre o sector público e o privado, seja entre as componentes de cada um deles.	É fundamental reforçar as plataformas de cooperação e os momentos de encruzilhada entre os atores públicos, os atores privados e os do terceiro sector.	Oportunidade	5	A cooperação intra e extra aos três sectores é muitíssimo relevante. Sobretudo no caso dos protagonistas turísticos dos diversos locais é fundamental que os mesmos se associem e que criem racionalidades próprias no sentido de proporcionar experiências gratificantes e memoráveis.

Fonte: Própria

4.4.2. EXPRESSÃO E SIGNIFICADO ATUAL

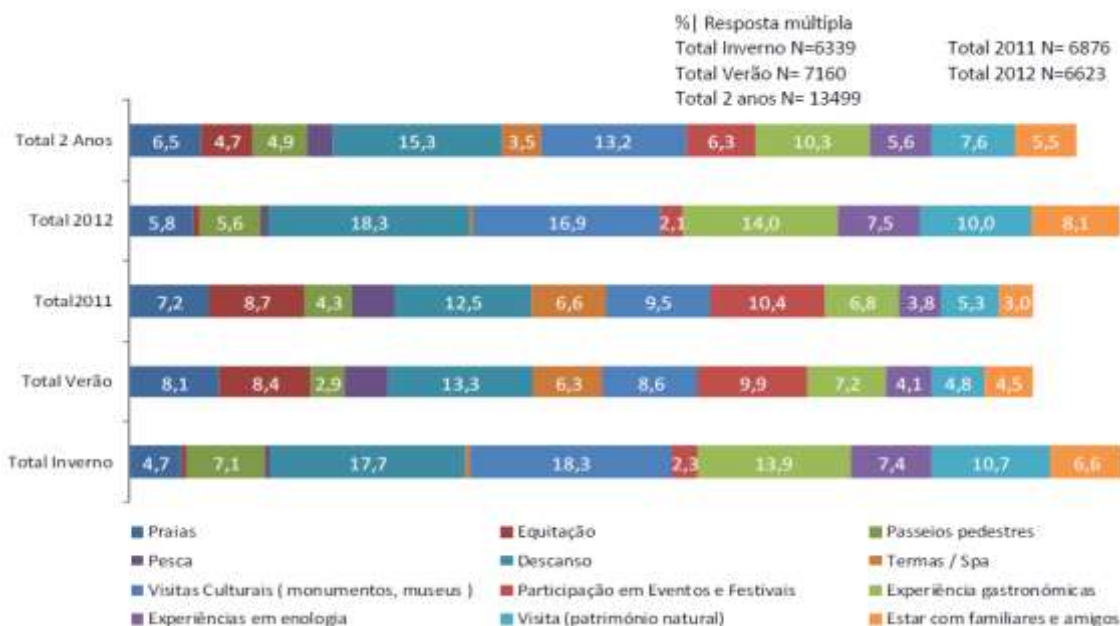
Muito embora, em contexto de mudança, o estado da arte atual, da oferta turística do Alentejo/Ribatejo, privilegia basicamente duas tipologias de produto e duas componentes territoriais:

- O produto património cultural (material e imaterial), como aquele que é o seu mais importante capital turístico das áreas em questão, associado a uma centralização da procura e do consumo em meios urbanos com principal enfoque nas cidades de Évora e de Santarém. Neste contexto, as práticas de *touring* cultural e paisagístico, possuem uma expressão maior em sede de negócio turístico nas regiões em apreço.
- O produto Sol e Mar, como espaço de interceção entre o consumo de dimensão recreativa e de operação turística, existente ao longo da linha de costa entre Tróia e Odeceixe e com elevados indicadores de sazonalidade.

Estamos logicamente a referir as duas dimensões de maior projeção, sem esquecer que, numa dimensão mais minimalista, a oferta de turismo rural, religioso, natureza, ativo e enogastronómico, têm vindo a ganhar alguma consistência no processo de desenvolvimento turístico do território.

De resto, são os próprios estudos do Observatório de Turismo do Alentejo, referenciados no gráfico seguinte, que enquadram os dois referenciais produto/território.

Figura 48 – Perfil do Turista da Região do Alentejo - Motivações



Fonte: Observatório do Turismo do Alentejo, 2013

A região Alentejo¹³ representa, em 2013, 11,6% do total de alojamento turístico do país¹⁴ (Norte 25,7%; Centro 19,6%; Algarve 16,1%; Lisboa 12,7%; RA Madeira 9,6% e RA Açores 4,6%). Em termos de alojamento hoteleiro, a AI regista 7,3% do total nacional (Algarve 25%; Norte 19,6%; Centro 19,4%; Lisboa 16,0%; RA Madeira 8,3% e RA Açores 4,4%). Na tipologia de alojamento local a região Alentejo detém 9,6% da oferta nacional disponível (Norte 24%; Centro 21,6%; Lisboa 15,4%; Algarve 12,9%; RA Madeira 14,9% e RA Açores 1,5%), enquanto que nos estabelecimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação representa 23,6% e 15,3%, respetivamente (Norte 36,6% e 46,6%; Centro 15,7% e 23,9%; Lisboa 3,0% e 4,5%; Algarve 5,5% e 0,6%; RA Açores 9,8% e 5,7% e RA Madeira 5,8% e 3,4%).

¹³ A análise da atividade turística da atual NUTS II Alentejo sustenta-se na informação estatística disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), pelo Turismo de Portugal e pelo Observatório de Turismo do Alentejo, designadamente no que diz respeito à oferta e à procura turísticas e à adequação entre ambas, tendo em consideração os dados mais recentes. Neste sentido, caracteriza-se a oferta de alojamento turístico e a respetiva capacidade de alojamento, comparando o contexto regional com o nacional. No que diz respeito à procura turística, analisam-se as dormidas e as proveniências dos hóspedes na AI, confrontando os resultados obtidos com o total do país. Por último, procede-se à análise de adequação entre a oferta e a procura, através da taxa de ocupação e da estada média, tendo presente o significado destes indicadores no total do país.

¹⁴ Hotelaria (hotéis, apartamentos turísticos, aldeamento turísticos, hotéis-apartamentos, pousadas), alojamento local, turismo no espaço rural e turismo de habitação.

Do total de alojamento turístico da região Alentejo, 27,3% correspondem à hotelaria (hotéis 74,5%¹⁵; apartamentos turísticos 7,5%; aldeamento turísticos 1,9%; hotéis-apartamentos 7,5%; pousadas 8,5%), 26,0% ao alojamento local, 39,8% ao turismo no espaço rural¹⁶ e 6,9% ao turismo de habitação (Quadro 9).

Quadro 9 - Estabelecimentos, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo

31-07-2013

Unidade: Nº

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis				
				Total	*****	****	***	** / *
PORTUGAL	3 345	2 008	1 462	1 039	90	327	339	283
CONTINENTE	2 869	1 765	1 277	924	75	268	311	270
Norte	860	450	286	258	14	71	80	93
Centro	656	416	284	259	4	52	112	91
Lisboa	425	327	235	208	34	80	52	42
Alentejo	389	147	106	79	4	18	33	24
Algarve	539	425	366	120	19	47	34	20
RA AÇORES	154	80	64	47	1	23	14	9
RA MADEIRA	322	163	121	68	14	36	14	4

NUTS	Apartamentos turísticos	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas
			Total	*****	****	*** / **	
PORTUGAL	192	44	145	8	88	49	35
CONTINENTE	170	43	108	6	67	35	32
Norte	12	1	7	0	3	4	8
Centro	7	2	8	0	5	3	8
Lisboa	5	4	14	2	11	1	4
Alentejo	8	2	8	1	3	4	9
Algarve	138	34	71	3	45	23	3
RA AÇORES	12	0	3	0	2	1	2
RA MADEIRA	10	1	34	2	19	13	1

NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)
		dos quais: Quintas da Madeira	
PORTUGAL	553	7	1 051
CONTINENTE	488	//	878
Norte	164	//	252
Centro	132	//	227
Lisboa	92	//	162
Alentejo	41	//	101
Algarve	59	//	136
RA AÇORES	16	//	16
RA MADEIRA	49	7	157

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER	
PORTUGAL	832	110	393	55	98	176
CONTINENTE	714	106	310	53	85	160
Norte	322	46	129	22	43	82
Centro	145	14	62	12	15	42
Lisboa	28	3	14	2	1	8
Alentejo	182	36	87	13	19	27
Algarve	37	7	18	4	7	1
RA AÇORES	74	1	51	0	12	10
RA MADEIRA	44	3	32	2	1	6

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

(a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.

(b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.

(c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

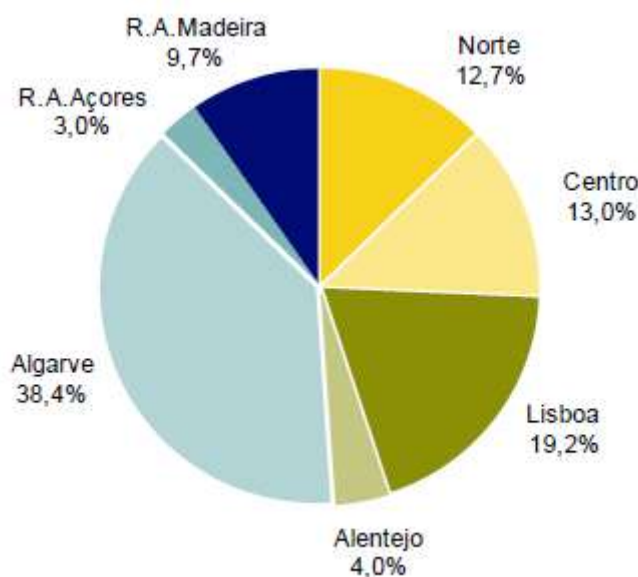
¹⁵ tipologia de 5* 5,1%, de 4* 22,8%, de 3* 41,8% e de 1 ou 2* 30,3%.

¹⁶ casas de campo 56,1%, agroturismo 23,2%, hotéis rurais 8,4% e outras tipologias 12,3%.

A repartição dos estabelecimentos hoteleiros na AI, por NUTS III, de acordo com a anterior legislação de alojamento turístico (que englobava hotéis, estalagens e pensões), revela alguma disparidade que as percentagens seguintes comprovam: Alentejo Litoral 30,6%; Alentejo Central 25,9%; Alto Alentejo 19,7%; Baixo Alentejo 14,3% e Lezíria do Tejo 9,5%. A desagregação destes números em termos municipais acentua as dissemelhanças, uma vez que em alguns municípios não existe oferta de estabelecimentos hoteleiros (Fronteira, Gavião, Alandroal, Mourão, Portel, Sousel, Viana do Alentejo, Cuba, Vidigueira, Alpiarça, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) e noutros esta é bem evidente (Alentejo Litoral: Odemira 14 unidades – 9,5% e Grândola 10 – 6,8%; Alentejo Central: Évora 17 – 11,6% e Estremoz 9 – 6,1%; Alto Alentejo: Elvas 7 – 4,8% e Castelo de Vide e Marvão, com 4 unidades cada, ou seja 2,7%; Baixo Alentejo: Beja 7 – 4,8% e Moura 3 – 2%; Lezíria do Tejo: Santarém 5 – 3,4%).

No que concerne à capacidade de alojamento, a região Alentejo representa 5,3% do total de alojamento turístico do país (Algarve 34,2%; Lisboa 18,5%; Norte 15,0%; Centro 14,5%; RA Madeira 9,6% e RA Açores 2,9%). Considerando apenas o alojamento hoteleiro, a AI regista apenas 4,0% da capacidade de alojamento nacional, conforme indicado na figura seguinte.

Figura 49 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, 2013



Fonte: INE (2013)

A tipologia de alojamento local representa na AI 7,7% da capacidade de oferta disponível a nível nacional (Norte 23,4%; Centro 22,8%; Lisboa 18,7%; Algarve 15,0%; RA Madeira 10,9% e RA Açores 1,5%), enquanto que no conjunto dos estabelecimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação representa 25,0% (Norte 37,0%; Centro 17,9%; RA Açores 6,7%; RA Madeira 4,4% e Lisboa 3,5%).

Do total da capacidade de alojamento da região Alentejo, 63,1% correspondem à hotelaria (hotéis 58,7¹⁷; apartamentos turísticos 9,8%; aldeamento turísticos e hotéis-apartamentos 24,6%; pousadas 6,9%), 18,3% ao alojamento local, 16,6% ao turismo no espaço rural¹⁸ e 2,0% ao turismo de habitação(Quadro 10).

Quadro 10 – Capacidade de alojamento, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo

31-07-2013

Unidade: Nº

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis				
				Total	****	***	**	*/
PORTUGAL	326 187	297 962	272 070	173 802	30 236	76 267	45 269	22 030
CONTINENTE	285 140	259 984	237 562	149 505	24 290	61 998	41 663	21 554
Norte	48 894	41 633	34 478	31 991	3 714	12 241	8 792	7 244
Centro	47 176	41 684	35 451	31 060	872	8 225	15 488	6 475
Lisboa	60 289	56 821	52 124	46 703	10 856	21 717	9 199	4 931
Alentejo	17 284	12 507	10 900	6 397	540	1 938	2 650	1 269
Algarve	111 497	107 339	104 609	33 354	8 308	17 877	5 534	1 635
RA AÇORES	9 579	8 713	8 088	7 140	...	4 733	1 833	...
RA MADEIRA	31 468	29 265	26 420	17 157	...	9 536	1 773	...

NUTS	Apartamentos turísticos	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas
			Total	****	***	** / **	
PORTUGAL	35 413	16 858	42 203	3 120	28 699	10 384	3 230
CONTINENTE	34 328	16 432	34 223	2 226	23 678	8 319	3 074
Norte	409	0	442	...	851
Centro	1 144	0	875	...	662
Lisboa	422	929	3 639	...	2 667	...	431
Alentejo	1 071	1 216	523	747
Algarve	31 282	13 641	25 949	1 104	18 478	6 367	383
RA AÇORES	...	0	284	0
RA MADEIRA	...	426	7 696	894

NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)
		dos quais: Quintas da Madeira	
PORTUGAL	26 456	564	41 243
CONTINENTE	22 422	//	36 137
Norte	7 155	//	9 654
Centro	6 233	//	9 415
Lisboa	4 697	//	7 711
Alentejo	1 607	//	3 168
Algarve	2 730	//	6 189
RA AÇORES	625	//	625
RA MADEIRA	3 409	564	4 481

¹⁷ tipologia de 5* 8,4%, de 4* 30,3%, de 3* 41,4% e de 1 ou 2* 19,8%.

¹⁸ casas de campo 44,9%, agroturismo 22,3%, hotéis rurais 23,2%, outras tipologias 9,6%.

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER	
PORTUGAL	12 874	1 834	4 796	2 001	1 648	2 595
CONTINENTE	11 441	1 798	3 909	1 948	1 409	2 377
Norte	4 762	792	1 390	704	615	1 261
Centro	2 310	204	751	383	355	617
Lisboa	454	...	206
Alentejo	3 216	638	1 285	665	276	352
Algarve	699	...	277
RA AÇORES	866	...	481	0	...	146
RA MADEIRA	567	...	406	53	...	72

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

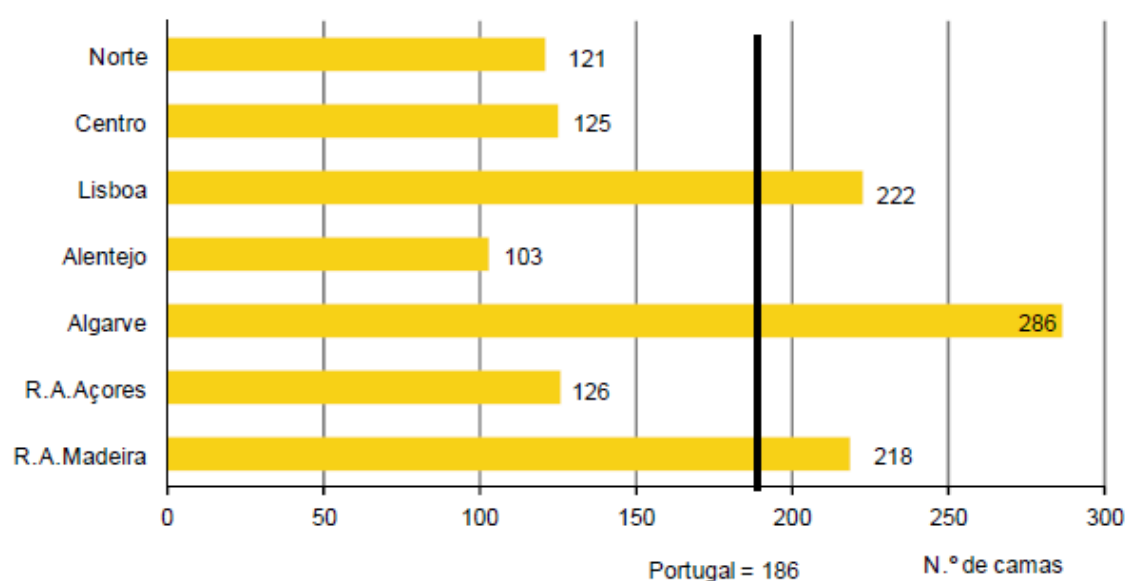
(a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.

(b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.

(c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

A capacidade média de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros da AI é a mais baixa do país, representando as regiões Algarve, Lisboa e RA da Madeira uma capacidade média superior à média nacional (Figura 50).

Figura 50 – Capacidade média de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por NUTS II, 2013



Fonte: INE (2013)

A distribuição da capacidade de alojamento na região Alentejo, por NUTS III, de acordo com a anterior legislação de alojamento turístico, manifesta igualmente as assimetrias da AI: Alentejo Litoral 40,7%; Alentejo Central 23,3%; Alto Alentejo 16,0%; Baixo Alentejo 10,8% e Lezíria do Tejo 9,1%. A análise destas percentagens ao nível local, destaca os municípios de Grândola e Évora com 21,1% e 14,6% do total da oferta da região Alentejo, respetivamente. Se aos municípios anteriores se agregarem também os de Alcácer do Sal (5,7%), Beja (5,4%), Elvas (5,1%), Odemira (4,9%), Sines (4,9%),

Santarém (4,6%), Estremoz (4,0%), Castelo de Vide (3,2%), Marvão (1,6%) e Moura (1,2%), a capacidade de alojamento representa 76,3% do total da AI.

A oferta de Parques de Campismo na AI, em 2013, representa 15,5% do total nacional (Centro 36,7%; Norte 22,9%; Lisboa 10,2%; Algarve 9,0%; RA Açores 4,9% e RA Madeira 0,8%), isto é, 38 unidades das 245 existentes no país, correspondendo a 14,2% da capacidade de alojamento do território continental (Centro 35,4%; Lisboa 17,6%; Norte 17,5%; Algarve 15,3%) (Quadro 11).

Quadro 11 – Parques de campismo, área, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, por regiões (NUTS II)

31-07-2013 Unidade: Nº

NUTS	Nº de parques	Área do parque (ha)	Capacidade alojamento (nº campistas)
PORTUGAL	245	x	x
CONTINENTE	231	1 254	182 400
Norte	56	213	31 871
Centro	90	379	64 588
Lisboa	25	210	32 043
Alentejo	38	288	25 885
Algarve	22	165	28 013
REG. AUTÓNOMA AÇORES	12	x	x
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	2	2	2 100

Fonte: Turismo de Portugal, IP (informação disponível em maio de 2014)

Quanto à oferta de Colónias de Férias e Pousadas da Juventude, no mesmo ano em análise, a região Alentejo representa apenas 3,9% do total nacional, isto é uma colónia de férias e duas pousadas de juventude (Centro 33,8%; Norte 23,4%; Lisboa 14,3%; Algarve 10,4%; RA Madeira 7,8%; RA Açores 6,5%) e somente 2,9% no que ao número de camas diz respeito (Centro 33,0%; Lisboa 21,0%; Norte 19,7%; Algarve 14,9%; RA Açores 5,2%; RA Madeira 3,4%)(Quadro 12).

Quadro 12 – Colónias de férias e pousadas de juventude, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço, por regiões (NUTS II)

31-07-2013

Unidade: Nº

NUTS	Colónias de férias e pousadas da juventude		Quartos						Camaratas		Pessoal ao serviço		
			Total		Com casa de banho privativa		Sem casa de banho privativa						
	Nº	Nº de camas	Nº	Nº de camas	Nº	Nº de camas	Nº	Nº de camas	Nº	Nº de camas	HM	H	M
PORTUGAL	77	8 302	2 228	4 873	1 742	3 609	486	1 264	621	3 429	1 286	512	774
CONTINENTE	66	7 589	2 161	4 691	1 697	3 536	464	1 155	510	2 898	1 206	480	726
Norte	18	1 635	577	954	351	677	226	277	112	681	185	54	131
Centro	26	2 737	652	1 508	529	1 099	123	409	192	1 229	476	150	326
Lisboa	11	1 741	430	1 189	353	799	77	390	108	552	312	187	125
Alentejo	3	238	90	162	67	117	23	45	17	76	28	7	21
Algarve	8	1 238	412	878	397	844	15	34	81	360	205	82	123
RA AÇORES	5	432	55	160	33	51	22	109	57	272	39	13	26
RA MADEIRA	6	281	12	22	12	22	0	0	54	259	41	19	22

Fonte: INE – Inquérito às Colónias de Férias 2013

Na análise da procura turística, consideram-se as chegadas de hóspedes aos meios de alojamento e as dormidas, sendo que no primeiro caso convém ressaltar, de acordo com Cunha (2013: 60), que:

“hóspede é toda a pessoa que se regista num meio de alojamento, podendo aí passar uma ou mais noites e mudar para outro estabelecimento na mesma zona. Ou seja, um turista pode ser contado uma ou mais vezes como hóspede, durante a mesma viagem, e ter dado origem a várias noites. Em regra, o número de hóspedes é sempre inferior ao número de noites, mas sempre superior ao número de turistas e, portanto, o número de hóspedes não é igual ao número de pessoas que permaneceram num país ou numa determinada localidade”.

Considerando o exposto, o número de hóspedes na região Alentejo representa, em 2013, 5,2% do total de alojamento turístico do país (Lisboa 29,4%; Algarve 21,3%; Norte 19,7%; Centro 14,7%; RA Madeira 7,4% e RA Açores 2,3%). No que ao alojamento hoteleiro diz respeito, a AI regista 4,5% do total nacional (Lisboa 30,4%; Algarve 23,1%; Norte 18,4%; Centro 13,9%; RA Madeira 7,5% e RA Açores 2,3%). Quanto aos hóspedes na tipologia de alojamento local, a região Alentejo representa 6,9% do total nacional (Norte 27,8%; Lisboa 25,8%; Centro 21,2%; Algarve 9,7%; RA Madeira 7,2% e RA Açores 1,4%), enquanto que nos estabelecimentos de turismo em espaço rural e de

turismo de habitação representa 27,6% (Norte 34,6%; Centro 19,0%; Algarve 5,9%; Lisboa 5,1%; RA Madeira 4,3% e RA Açores 3,6%).

Do total de hóspedes no alojamento turístico da região Alentejo, 74,9% correspondem à hotelaria (hotéis 74,5%, dos quais 10,7% respeitam à tipologia de 5*, 32,4% de 4*, 36,7% de 3* e 20,2% de 1 ou 2*; apartamentos turísticos 1,9%; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos 14,8%; pousadas 8,8%), 13,8% ao alojamento local e 10,4% ao turismo no espaço rural¹⁹ e 0,9% ao turismo de habitação (quadro seguinte).

Quadro 13 – Hóspedes, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) – anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo

2013

 Unidade: 10³

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis				
				Total	*****	****	***	** / *
PORTUGAL	15 209,6	14 372,0	13 301,5	10 443,4	1 772,4	4 601,8	2 677,5	1 391,7
CONTINENTE	13 741,2	12 955,8	11 995,0	9 493,2	1 558,1	4 021,5	2 537,5	1 376,1
Norte	2 996,7	2 777,2	2 444,6	2 308,6	327,6	863,1	599,8	518,1
Centro	2 241,2	2 077,3	1 843,6	1 688,0	44,3	601,3	771,2	271,2
Lisboa	4 469,4	4 318,7	4 044,4	3 762,6	809,2	1 772,3	777,2	403,8
Alentejo	792,5	635,3	593,4	442,0	47,5	143,0	162,2	89,3
Algarve	3 241,4	3 147,2	3 069,0	1 292,2	329,5	641,9	227,1	93,7
RA AÇORES	345,2	333,4	311,7	285,1	...	200,8	73,4	...
RA MADEIRA	1 123,2	1 082,8	994,8	665,1	...	379,5	66,6	...

NUTS	Apartamentos Turísticos	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos			Pousadas	
			Total	*****	****		*** / **
PORTUGAL	742,2	375,3	1 505,0	108,8	1 037,7	358,5	209,3
CONTINENTE	717,9	366,1	1 215,7	71,6	853,3	290,7	202,0
Norte	6,1	0,0	38,7	...	59,7
Centro	19,3	0,0	61,7	...	36,7
Lisboa	14,6	44,6	194,6	...	131,1	...	28,0
Alentejo	11,5	35,7	22,8	52,3
Algarve	666,4	289,7	795,4	31,2	586,2	178,1	25,3
RA AÇORES	...	0,0	11,3	0,0
RA MADEIRA	...	9,1	278,1	37,1

NUTS	Outros Alojamentos (c)		Alojamento Local - Total (b)
		dos quais: Quintas da Madeira	
PORTUGAL	1 096,8	26,3	1 584,0
CONTINENTE	960,8	//	1 447,6
Norte	332,6	//	440,1
Centro	233,7	//	336,0
Lisboa	274,3	//	408,4
Alentejo	42,0	//	109,7
Algarve	78,2	//	153,4
RA AÇORES	21,8	//	21,8
RA MADEIRA	114,2	26,3	114,6

¹⁹ casas de campo 45,8%, hotéis rurais 27,2%, agroturismo 18,0%, outras tipologias 9,0%.

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER	
PORTUGAL	324,1	41,3	114,1	82,5	30,6	55,5
CONTINENTE	298,6	40,2	99,5	80,6	26,9	51,4
Norte	112,0	16,6	27,5	32,2	9,7	25,9
Centro	61,6	4,8	21,7	15,5	6,3	13,3
Lisboa	16,6	...	5,5
Alentejo	89,5	14,8	37,7	22,4	7,4	7,2
Algarve	19,0	...	7,1
RA AÇORES	11,8	...	5,7	0,0	...	2,4
RA MADEIRA	13,8	...	9,0	1,7

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

(a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.

(b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.

(c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

No que diz respeito às origens dos hóspedes na região Alentejo, considerando o total do alojamento turístico, 72% são portugueses e 28% estrangeiros (hotelaria 68% - 31%; hotéis 69% - 31%; apartamentos turísticos 75% - 25%; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos 82,2% - 17,8%; pousadas 41,3% - 58,7%; turismo em espaço rural e turismo de habitação 77,1% - 22,9%; alojamento local 86,6% - 13,4%, respetivamente).

Dos estrangeiros que visitam a AI, em todos os alojamentos turísticos e de acordo com os dados disponíveis no INE (2013), 74,9% são europeus²⁰, 18,7% são americanos²¹, 4,3% são asiáticos, 1,3% são oriundos da Oceânia e 0,8% são africanos (hotelaria: Europa 72,7%²², América 28,2%²³, Ásia 6,5%, Oceânia 1,7% e África 1,2%; hotéis: Europa 71,0%²⁴, América 21,8%²⁵, Ásia 4,9%, Oceânia 1,3% e África 0,9%; apartamentos turísticos: Europa 96,6%²⁶ e América 3,4%²⁷; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos: Europa 91,0%²⁸, América 3,8%²⁹, Ásia 3,8%, África 1,3% e Oceânia 0,6%;

²⁰ Espanha 20,7% do total de estrangeiros; França 12,5%; Alemanha 9,6%; Reino Unido 6,9%; Países Baixos 5,8%.

²¹ Brasil 9,3% do total de estrangeiros e EUA 5,5%.

²² Espanha 28,5% do total de estrangeiros; França 17,4%; Alemanha 11,9%; Reino Unido 9,0%; Países Baixos 7,0%.

²³ Brasil 14,5% do total de estrangeiros e EUA 8,3%.

²⁴ Espanha 21,6% do total de estrangeiros; França 13,3%; Alemanha 7,9%; Reino Unido 5,1%; Países Baixos 4,7%.

²⁵ Brasil 12,7% do total de estrangeiros e EUA 5,4%.

²⁶ Espanha 20,7% do total de estrangeiros; Alemanha 17,2%; França 10,3%; Reino Unido 6,9%; Países Baixos 6,9%.

²⁷ Canadá 3,4% do total de estrangeiros.

²⁸ Espanha 34,6% do total de estrangeiros; França 16,0%; Alemanha 8,3%; Reino Unido 3,8%; Países Baixos 3,2%.

²⁹ Brasil 1,3% do total de estrangeiros e EUA 1,9%.

pousadas: Europa 68,7%³⁰; América 24,4%³¹; Ásia 4,9%; Oceânia 1,3% e África 0,3%; turismo em espaço rural e turismo de habitação: Europa 90,0%³², América 6,7%³³, Ásia 1,4%, Oceânia 1,5% e África 0,4%; alojamento local: Europa 81,8%³⁴, América 11,5%³⁵, Ásia 4,1%, Oceânia 2,0% e África 0,7%).

Relativamente às dormidas, a região Alentejo representa apenas 3,3% do total de alojamento turístico do país (Algarve 34,7%; Lisboa 23,9%; RA Madeira 14,3%; Norte 12,1%; Centro 9,2% e RA Açores 2,5%). Considerando unicamente o alojamento hoteleiro, a AI regista 2,7% das dormidas em todo o país. A tipologia de alojamento local representa na AI 5,3% das dormidas em todo o país (Lisboa 27,5%; Norte 19,6%; Algarve 16,0%; RA Madeira 15,2%; Centro 14,9% e RA Açores 1,5%), enquanto que no conjunto dos estabelecimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação representa 24,9% (Norte 30,3%; Centro 16,3%; RA Madeira 8,1%; RA Açores 6,6% e Lisboa 4,8%).

Do total das dormidas verificadas na região Alentejo, 73,4% correspondem à hotelaria (hotéis 67,5%³⁶; apartamentos turísticos 3,6%; aldeamento turísticos e hotéis-apartamentos 21,1%; pousadas 7,8%), 13,5% ao alojamento local, 13,1% ao turismo no espaço rural e ao turismo de habitação³⁷ (Quadro 14).

³⁰ Reino Unido 14,3% do total de estrangeiros; Alemanha 11,1%; Espanha 9,4%; França 8,5%; Países Baixos 7,8%.

³¹ EUA 11,7% do total de estrangeiros e Brasil 6,5%.

³² Alemanha 18,2% do total de estrangeiros; Espanha 18,0%; França 10,9%; Reino Unido 10,7%; Países Baixos 1,6%.

³³ EUA 2,3% do total de estrangeiros e Brasil 2,2%.

³⁴ Espanha 24,3% do total de estrangeiros; França 12,8%; Alemanha 9,5%; Reino Unido 6,1% e Países Baixos 6,1%.

³⁵ Brasil 4,1% do total de estrangeiros e EUA 4,1%.

³⁶ tipologia de 5* 11,5%, de 4* 33,7%, de 3* 34,9% e de 1 ou 2* 19,9%.

³⁷ casas de campo 44,6%, hotéis rurais 23,7%, agroturismo 16,5%, outras tipologias TER 8,6% e turismo de habitação 6,7%.

Quadro 14 – Dormidas, segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - anterior enquadramento legislativo e atual enquadramento legislativo

2013

 Unidade: 10³

NUTS	Total do Alojamento Turístico	Total Hotelaria - Anterior enquadramento legislativo (a)	Total Hotelaria - Atual enquadramento legislativo (b)	Hotéis				
				Total	****	***	**	*/
PORTUGAL	43 533,2	41 569,7	39 179,0	26 100,3	5 087,7	12 569,9	5 862,5	2 580,2
CONTINENTE	36 214,7	34 497,2	32 571,5	21 633,1	111111	9 818,8	5 383,1	2 533,6
Norte	5 276,1	4 865,6	4 344,0	4 062,2	599,5	1 569,0	1 035,6	858,1
Centro	4 022,4	3 735,5	3 360,0	2 989,4	110,5	1 008,9	1 380,9	489,1
Lisboa	10 386,7	10 040,8	9 359,5	8 518,4	1 816,6	4 048,3	1 813,0	840,5
Alentejo	1 416,7	1 113,4	1 039,4	701,5	80,4	236,7	244,8	139,5
Algarve	15 112,7	14 742,0	14 468,6	5 361,7	1 290,6	2 955,9	908,9	206,4
RA AÇORES	1 103,5	1 054,1	999,8	897,9	...	658,4	206,2	...
RA MADEIRA	6 214,9	6 018,4	5 607,7	3 569,3	...	2 092,7	273,1	...

NUTS	Apartamentos Turísticos	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos			Pousadas	
			Total	****	*** / **		
PORTUGAL	4 061,3	1 942,6	6 541,5	489,0	4 530,3	1 522,1	383,4
CONTINENTE	3 911,6	1 879,7	4 779,7	255,0	3 355,4	1 169,4	367,4
Norte	19,3	0,0	77,1	...	106,9
Centro	80,9	0,0	102,7	...	68,7
Lisboa	53,8	131,8	601,6	...	451,3	...	53,9
Alentejo	37,8	109,8	44,9	81,0
Algarve	3 719,8	1 632,8	3 697,5	142,4	2 614,5	940,6	56,9
RA AÇORES	...	0,0	35,4	0,0
RA MADEIRA	...	62,9	1 726,3	234,0

NUTS	Outros Alojamentos (c)	dos quais: Quintas da Madeira	Alojamento Local - Total (b)
CONTINENTE	1 925,8	//	3 008,1
Norte	521,6	//	706,3
Centro	375,5	//	541,4
Lisboa	681,3	//	991,8
Alentejo	74,0	//	191,7
Algarve	273,3	//	576,8
RA AÇORES	54,3	//	54,3
RA MADEIRA	560,6	149,9	547,2

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER	
PORTUGAL	744,6	89,6	290,1	169,9	76,8	118,2
CONTINENTE	635,1	85,0	223,5	158,6	63,1	104,8
Norte	225,8	32,8	60,7	55,3	22,3	54,7
Centro	121,0	9,1	41,5	33,1	13,1	24,2
Lisboa	35,4	...	13,7
12	185,6	30,7	82,7	43,9	15,9	12,4
Algarve	67,3	...	25,0
RA AÇORES	49,4	...	28,1	0,0	...	7,7
RA MADEIRA	60,1	...	38,4	5,8

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

(a) De acordo com a anterior legislação de alojamento turístico.

(b) De acordo com a atual legislação de alojamento turístico.

(c) Inclui Motéis, Estalagens e Pensões considerados na anterior legislação.

Considerando as dormidas na região Alentejo, verifica-se que, para o total do alojamento turístico, 70,3% são residentes e 29,7% são estrangeiros (hotelaria 67,3 – 32,7%; hotéis 67,6% - 32,4%; apartamentos turísticos 66,1% - 33,9%; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos 75,3% - 24,7%; pousadas 42,6% - 57,4%; turismo em espaço rural e turismo de habitação 71,5% - 28,5%; alojamento local 85,6% - 14,4%, respetivamente).

Das dormidas de estrangeiros registadas na AI, em todos os alojamentos turísticos e de acordo com os dados disponíveis no INE (2013), 78,0% são de cidadãos europeus³⁸, 16,4% de americanos³⁹, 3,2% de asiáticos, 1,2% da Oceânia e 1,1% de africanos (hotelaria: Europa 75,5%⁴⁰, América 18,7%⁴¹, Ásia 3,4%, África 1,3% e Oceânia 1,1%; hotéis: Europa 71,1%⁴², América 22,2%⁴³, Ásia 3,9%, África 1,5% e Oceânia 1,2%; apartamentos turísticos: Europa 94,5%⁴⁴, América 1,6%⁴⁵, África 1,6% e Oceânia 0,8%; aldeamentos turísticos e hotéis-apartamentos: Europa 93,5%⁴⁶, América 3,7%⁴⁷, Ásia 1,5%, África 1,1% e Oceânia 0,2%; pousadas: Europa 70,8%⁴⁸; América 23,7%⁴⁹; Ásia 3,9%; Oceânia 1,5% e África 0,2%; turismo em espaço rural e turismo de habitação: Europa 92,5%⁵⁰, América 4,4%⁵¹, Ásia 1,3%, Oceânia 1,3% e África 0,4%; alojamento local: Europa 81,9%⁵², América 10,5%⁵³, Ásia 4,3%, Oceânia 2,9% e África 0,4%).

Os campistas registados na região Alentejo, em 2013 em conformidade com os dados do INE, correspondem a 18,2% do total do país (Centro 25,4%; Lisboa 21,9%; Algarve

³⁸ Espanha 20,4% do total de dormidas de não residentes; França 12,5%; Alemanha 10,5%; Reino Unido 7,4%; Países Baixos 6,7%.

³⁹ Brasil 8,5% do total de dormidas de não residentes e EUA 4,9%.

⁴⁰ Espanha 21,0% do total de dormidas de não residentes; França 13,2%; Alemanha 8,2%; Reino Unido 7,2%; Países Baixos 4,9%.

⁴¹ Brasil 10,0% do total de dormidas de não residentes e EUA 5,5%.

⁴² Espanha 20,8% do total de dormidas de não residentes; França 12,3%; Alemanha 7,8%; Reino Unido 5,9%; Países Baixos 4,8%.

⁴³ Brasil 13,6% do total de dormidas de não residentes e EUA 5,4%.

⁴⁴ Espanha 15,6% do total de dormidas de não residentes; Alemanha 9,4%; França 5,5%; Países Baixos 6,3% e Reino Unido 3,9%.

⁴⁵ Canadá 0,8% do total de dormidas de não residentes.

⁴⁶ Espanha 32,7% do total de dormidas de não residentes; França 22,1%; Alemanha 7,7%; Reino Unido 4,4%; Países Baixos 2,6%.

⁴⁷ EUA 1,8% do total de dormidas de não residentes e Brasil 0,7%.

⁴⁸ Reino Unido 17,6% do total de dormidas de não residentes; Alemanha 10,3%; Espanha 9,9%; França 8,8%; Países Baixos 7,5%.

⁴⁹ EUA 11,6% do total de dormidas de não residentes e Brasil 6,5%.

⁵⁰ Alemanha 25,9% do total de dormidas de não residentes; Países Baixos 15,7%; Espanha 13,8%; Reino Unido 9,5%; França 9,0%.

⁵¹ EUA 1,8% do total de dormidas de não residentes e Brasil 1,3%.

⁵² Espanha 25,0% do total de dormidas de não residentes; Países Baixos 11,2%; França 10,9%; Alemanha 9,4%; Reino Unido 5,8%.

⁵³ EUA 4,0% do total de dormidas de não residentes e Brasil 2,9%.

18,0%; Norte 15,6%; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira 0,9%), sendo que 79% residem no país e 21% no estrangeiro (Centro 78,3% - 21,7%; Lisboa 79,9% - 20,1%; Algarve 42,6% - 57,4%; Norte 66,5% - 33,5%; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira 81,9% - 18,1%, respetivamente). Dos campistas que procuraram a região Alentejo, 96,0% são cidadãos europeus⁵⁴, 2,4% americanos⁵⁵, 1,0% da Oceânia, 0,4% africanos e 0,2% asiáticos. No que respeita às dormidas dos campistas a AI equivale a 15,9% do total do país (Algarve 25,4%; Lisboa 24,0%; Centro 21,7%; Norte 12,5%; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira 0,6%), sendo que 83,7% residem no país e 16,3% no estrangeiro (Algarve 47,0% - 53,0%; Lisboa 83,7% - 16,3%; Centro 80,7% - 19,3%; Norte 67,9% - 32,1%; e regiões autónomas dos Açores e da Madeira 80,1% - 19,9%, respetivamente). Das dormidas dos campistas que correspondem à região Alentejo, 97,2% são referentes a cidadãos europeus⁵⁶, 1,6% a americanos⁵⁷, 0,7% a oriundos da Oceânia, 0,4% a africanos e 0,1% a asiáticos (Quadro 15).

Quadro 15 – Dormidas de campistas, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual

2013										Unidade: Nº
Países de residência	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	
TOTAL	5 611 886	5 578 163	699 263	1 215 311	1 345 103	891 713	1 426 773	
PORTUGAL	4 026 338	3 999 330	474 894	980 556	1 125 841	747 052	670 987	
ESTRANGEIRO	1 585 548	1 578 833	224 369	234 755	219 262	144 661	755 786	
EUROPA	1 556 081	1 549 567	221 253	230 246	211 666	140 654	745 748	
UNIÃO EUROPEIA	1 516 376	1 510 057	216 700	225 873	204 581	136 884	726 019	
Alemanha	195 558	194 043	21 783	23 655	27 780	20 362	100 463	
Áustria	10 526	10 458	1 270	1 115	2 752	854	4 467	
Bélgica	54 578	54 197	7 985	11 242	5 774	5 287	23 909	
Dinamarca	12 374	12 345	1 742	2 414	2 209	996	4 984	
Espanha	261 017	260 651	51 137	35 622	48 737	24 706	100 449	
Finlândia	8 494	8 494	189	429	359	2 604	4 913	
França	379 627	376 597	84 595	73 816	60 914	25 921	131 351	
Grécia	1 717	1 715	16	5	1 372	14	308	
Irlanda	18 212	18 211	2 963	1 991	1 846	991	10 420	
Itália	28 908	28 681	5 299	4 414	8 540	2 151	8 277	
Luxemburgo	2 052	2 052	248	424	298	189	893	
Países Baixos	255 256	254 987	25 513	49 508	19 637	31 035	129 294	
Reino Unido	244 886	244 825	10 455	15 965	16 491	18 136	183 778	
Suécia	17 342	17 323	1 094	785	1 634	851	12 959	
ÁFRICA	2 651	2 651	169	485	695	535	767	
AMÉRICA	14 163	13 970	1 656	2 117	3 352	2 350	4 495	
Brasil	5 580	5 573	502	480	1 376	781	2 434	
Canadá	3 437	3 360	387	760	744	716	753	
EUA	2 712	2 604	322	514	590	577	601	
ÁSIA	3 089	3 086	170	374	1 051	172	1 319	
Japão	192	192	40	38	58	26	30	
OCEÂNIA	9 564	9 559	1 121	1 533	2 498	950	3 457	

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Campistas em Parques de Campismo 2013.

⁵⁴ França 21,9% do total de campistas na AI; Espanha 19,4%; Países Baixos 15,6%; Alemanha 14,7%; Reino Unido 9,5%.

⁵⁵ Brasil 0,8% do total de campistas na AI e EUA 0,7%.

⁵⁶ Países Baixos 21,5% do total de dormidas de campistas na AI; França 17,9%; Espanha 17,1%; Alemanha 14,1%; Reino Unido 12,5%.

⁵⁷ Brasil 0,5% do total de dormidas de campistas na AI e EUA 0,3%.

A sazonalidade é bem vincada em todas as regiões do país e, tal como acontece nas dormidas em todos os alojamentos turísticos, também nos parques de campismo é patente, com os meses de verão a concentrarem o maior número de dormidas (66,2%), designadamente em agosto (36,9%), em conformidade com os dados disponibilizados pelo INE.

Os hóspedes registados nas colónias de férias e pousadas de juventude na AI, em 2013, segundo o INE, correspondem a 1,9% do total do país (Lisboa 30,4%; Centro 27,0%; Norte 25,0%; Algarve 11,2%; RA Açores 3,2% e RA Madeira 1,2%), dos quais 86,9% residem no país e 13,1% no estrangeiro (Lisboa 85,8% - 14,2%; Centro 90,4% - 9,6%; Norte 71,0% - 29,0%; Algarve 63,2% - 36,8%; RA Açores 62,1% - 37,9% e RA Madeira 70,8% - 29,2%, respetivamente). Destes cidadãos hospedados nas colónias de férias e pousadas de juventude que demandaram a região Alentejo, 93,0% são cidadãos europeus⁵⁸, 4,9% americanos⁵⁹, 1,6% da Oceânia e 0,5% asiáticos. Quanto às dormidas originadas pelos hóspedes nas colónias de férias e pousadas de juventude na região Alentejo, representam 2,1% do total do país (Algarve 17,6%; Lisboa 26,7%; Centro 29,2%; Norte 18,9%; RA Açores 3,9% e RA Madeira 1,6%), dos quais 91,2% residem no país e 8,8% no estrangeiro (Algarve 77,4% - 22,6%; Lisboa 82,0% - 18,0%; Centro 92,3% - 7,4%; Norte 72,9% - 27,1%; RA Açores 59,4% - 40,6% e RA Madeira 76,7% - 23,3%, respetivamente). Das dormidas dos hóspedes que correspondem à região Alentejo, 94,4% são referentes a cidadãos europeus⁶⁰, 4,0% a americanos⁶¹, 1,3% a oriundos da Oceânia e 0,3% a asiáticos (Quadro 16).

⁵⁸ Alemanha 28,2% do total de hóspedes na AI; França 19,5%; Espanha 15,2%; Reino Unido 8,7%; Itália 5,9%.

⁵⁹ Brasil 2,3% do total de hóspedes na AI e EUA 0,9%.

⁶⁰ Alemanha 26,8% do total de dormidas na AI; Espanha 20,5%; França 20,4%; Reino Unido 6,0%; Itália 5,8%.

⁶¹ Brasil 1,9% do total de dormidas na AI e EUA 0,8%.

Quadro 16 – Dormidas nas colónias de férias e pousadas de juventude, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual

2013 Unidade: Nº

Países de residência	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
TOTAL	815 830	770 884	154 263	238 585	217 522	16 750	143 764	32 076	12 870
PORTUGAL	667 249	638 334	112 523	220 868	178 372	15 271	111 300	19 047	9 868
ESTRANGEIRO	148 581	132 550	41 740	17 717	39 150	1 479	32 464	13 029	3 002
EUROPA	121 919	107 239	32 003	13 252	32 201	1 396	28 387	11 783	2 897
UNIÃO EUROPEIA	115 452	101 480	29 912	12 344	30 195	1 372	27 657	11 140	2 832
Alemanha	18 381	15 233	2 436	1 402	5 312	397	5 686	2 602	546
Áustria	1 403	1 097	92	168	309	3	525	224	82
Bélgica	3 521	2 794	720	383	547	59	1 085	626	101
Dinamarca	917	788	144	166	208	9	261	100	29
Espanha	26 003	24 504	11 182	3 354	6 569	303	3 096	1 218	281
Finlândia	1 010	446	36	187	86	3	134	474	90
França	27 652	23 649	5 824	2 750	10 029	301	4 745	3 061	942
Grécia	334	321	65	39	147	0	70	8	5
Irlanda	877	742	82	101	89	19	451	79	56
Itália	5 820	4 734	715	971	1 361	86	1 601	962	124
Luxemburgo	131	99	13	8	26	0	52	19	13
Países Baixos	7 419	6 899	3 221	564	2 058	10	1 046	468	52
Reino Unido	10 730	10 292	741	651	1 526	89	7 285	220	218
Suécia	1 064	892	33	142	416	32	269	164	8
ÁFRICA	3 205	3 201	592	1 661	763	0	185	3	1
AMÉRICA	17 177	16 044	7 122	1 670	4 926	59	2 267	1 054	79
Brasil	10 966	10 813	5 898	1 151	3 003	28	733	118	35
Canadá	2 539	2 012	411	131	657	12	801	508	19
EUA	2 230	1 840	334	231	735	10	530	367	23
ÁSIA	4 225	4 076	1 581	1 044	1 038	5	408	137	12
Japão	613	580	104	58	334	1	83	32	1
OCEÂNIA	2 055	1 990	442	90	222	19	1 217	52	13

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Colonos em Colónias de Férias 2013.

A análise da procura turística por parte dos residentes no país revela que 15,7% das viagens (com duração de pelo menos uma noite) têm como destino a região Alentejo (Centro 26,4%; Norte 23,5%; Lisboa 19,2%; Algarve 13,0%; RA Açores 1,2% e RA Madeira 0,9%). Considerando as viagens com duração de quatro ou mais noites, a AI é destino de 11,2% das viagens dos residentes (Centro 24,5%; Norte 19,1%; Lisboa 12,2%; Algarve 29,7%; RA Açores 1,7% e RA Madeira 1,5%). A repartição das viagens na região Alentejo, com duração de pelo menos uma noite por motivo de lazer, recreio ou férias representa 13,9%, enquanto que por motivo de visita a familiares ou amigos equivale a 18,0%, por deslocação profissional ou de negócios 13,6%, por motivo religioso 9,3% e por outras motivações 10,8%⁶². A distribuição das viagens na AI, com duração de quatro ou mais noites por motivo de lazer, recreio ou férias representa 10,7%, enquanto que por motivo de visita a familiares ou amigos corresponde a 11,8%,

⁶² Em termos nacionais, as viagens por motivo de lazer, recreio ou férias representam 41,2%, enquanto que por motivo de visita a familiares ou amigos equivalem a 48,4%, por deslocação profissional ou de negócios 5,9%, por motivo religioso 1,2%, por motivo de saúde 0,3% e por outras motivações 3,1%.

por deslocação profissional ou de negócios 16,7%, por motivo religioso 6,5% e por outras motivações 8,0%⁶³ (Quadro 17).

Quadro 17 - Viagens em Portugal, segundo o motivo e duração (NUTS II de destino)

2013 Unidade: 10³

NUTS II de destino	Destino Portugal, com duração de pelo menos uma noite						
	Total	Lazer, recreio ou férias	Visita a familiares ou amigos	Profissionais ou negócios	Saúde	Religião	Outros motivos
Total	16 370,9	6 742,0	7 925,1	969,2	45,1	188,3	501,2
Norte	3 855,0	1 434,4	2 005,1	248,5	11,1	32,5	123,4
Centro	4 326,3	1 575,9	2 234,4	233,7	8,4	124,7	149,2
Lisboa	3 147,6	1 136,0	1 597,2	254,0	21,7	2,5	136,2
Alentejo	2 565,3	935,9	1 426,2	131,6	0,0	17,5	54,1
Algarve	2 129,1	1 534,8	508,9	66,0	2,5	2,1	14,8
RA Açores	193,2	49,3	102,6	15,5	0,8	5,0	20,0
RA Madeira	154,4	75,7	50,7	19,9	0,6	4,0	3,5

NUTS II de destino	Destino Portugal, com duração de quatro ou mais noites						
	Total	Lazer, recreio ou férias	Visita a familiares ou amigos	Profissionais ou negócios	Saúde	Religião	Outros motivos
Total	4 091,5	2 616,0	1 008,8	285,6	21,3	30,8	129,0
Norte	779,8	392,3	266,7	68,8	7,3	9,5	35,2
Centro	1 004,2	522,0	346,6	83,7	5,6	16,2	30,1
Lisboa	500,8	240,3	152,3	70,2	6,3	0,6	31,1
Alentejo	457,6	278,8	118,9	47,6	0,0	2,0	10,3
Algarve	1 216,9	1 119,2	80,3	7,2	1,0	0,4	8,8
RA Açores	69,0	18,7	27,9	7,9	0,5	2,1	11,9
RA Madeira	63,2	44,7	16,1	0,2	0,6	0,0	1,6

Fonte: INE – Inquérito às Deslocações dos Residentes 2013.

Ainda considerando a procura turística por parte dos residentes no país, a região Alentejo é procurada para lazer, recreio ou férias, em viagens com duração de pelo menos uma noite, sobretudo por residentes em Lisboa que representam 81,4% (Alentejo 9,0%; Centro 4,3%; Norte 3,7% e Algarve 1,6%), enquanto que em viagens com duração de quatro ou mais noites e pelo mesmo motivo os residentes em Lisboa também predominam com 81,1% (Centro 6,8%; Alentejo 6,3%; Norte 4,7% e Algarve 1,0%). Para as viagens com motivação de visita a familiares ou amigos, com duração de pelo menos uma noite, sobressaem igualmente os residentes em Lisboa com 71,7% (Alentejo 20,4%; Centro 3,4% e Algarve 4,5%), tal como para as viagens com duração de quatro ou mais noites, cujos residentes em Lisboa representam 89,7% da procura pela AI (Alentejo 4,9%; Centro 2,7% e Algarve 2,7%) (Quadro 18).

⁶³ Em termos nacionais, as viagens por motivo de lazer, recreio ou férias representam 63,9%, enquanto que por motivo de visita a familiares ou amigos correspondem a 24,7%, por deslocação profissional ou de negócios 7,0%, por motivo religioso 0,8%, por motivo de saúde 0,5% e por outras motivações 3,2%.

Quadro 18 – Matriz origem/destino (NUTS II) das viagens realizadas em Portugal, segundo os principais motivos e duração

2013 Unidade: 10³

Origem	Destino	Lazer, recreio ou férias, com duração de pelo menos uma noite							
		Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Total		6 742,0	1 434,4	1 575,9	1 136,0	935,9	1 534,8	49,3	75,7
Norte		1 865,7	1 161,6	193,1	112,5	34,9	348,0	0,0	15,6
Centro		975,5	81,4	546,5	99,5	39,9	191,6	5,7	10,9
Lisboa		3 202,2	157,1	742,7	817,9	762,0	699,3	2,7	20,5
Alentejo		436,9	21,2	80,8	81,0	84,2	168,0	0,0	1,7
Algarve		175,7	7,2	10,3	14,9	14,9	126,2	0,2	2,0
RA Açores		56,1	4,1	0,3	8,9	0,0	0,4	40,7	1,7
RA Madeira		29,9	1,8	2,2	1,3	0,0	1,3	0,0	23,3

Origem	Destino	Lazer, recreio ou férias com duração de quatro ou mais noites							
		Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Total		2 616,0	392,3	522,0	240,3	278,8	1 119,2	18,7	44,7
Norte		711,6	266,4	62,1	34,0	13,2	322,8	0,0	13,1
Centro		336,0	17,7	88,5	35,9	18,9	168,3	1,0	5,7
Lisboa		1 336,9	96,3	338,4	141,2	226,2	516,4	2,7	15,7
Alentejo		165,0	4,7	26,5	20,2	17,6	96,0	0,0	0,0
Algarve		27,5	2,4	4,0	2,2	2,9	14,0	0,0	2,0
RA Açores		26,6	3,5	0,3	6,3	0,0	0,4	15,0	1,1
RA Madeira		12,4	1,3	2,2	0,5	0,0	1,3	0,0	7,1

Origem	Destino	Visita a familiares ou amigos, com duração de pelo menos uma noite							
		Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Total		7 925,1	2 005,1	2 234,4	1 597,2	1 426,2	508,9	102,6	50,7
Norte		2 077,8	1 505,3	366,8	182,5	0,0	17,5	2,7	3,0
Centro		1 285,5	245,4	617,0	294,7	48,5	72,0	3,8	4,1
Lisboa		3 365,9	214,6	1 008,4	888,1	1 022,6	210,2	13,6	8,4
Alentejo		706,2	26,6	201,9	147,6	290,6	38,2	0,0	1,3
Algarve		341,0	5,8	34,2	65,6	64,5	170,9	0,0	0,0
RA Açores		95,0	2,6	3,1	10,0	0,0	0,1	79,2	0,0
RA Madeira		53,7	4,8	3,0	8,7	0,0	0,0	3,3	33,9

Origem	Destino	Visita a familiares ou amigos, com duração de quatro ou mais noites							
		Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Total		1 008,8	266,7	346,6	152,3	118,9	80,3	27,9	16,1
Norte		219,5	114,2	58,1	32,8	0,0	8,7	2,7	3,0
Centro		148,7	27,2	50,8	40,0	3,2	21,3	2,1	4,1
Lisboa		512,3	101,8	201,6	45,4	106,7	39,8	10,8	6,2
Alentejo		49,3	13,6	11,0	12,1	5,8	6,4	0,0	0,4
Algarve		36,9	4,0	19,4	6,3	3,2	4,0	0,0	0,0
RA Açores		23,3	2,6	3,1	8,5	0,0	0,1	9,0	0,0
RA Madeira		18,8	3,3	2,6	7,2	0,0	0,0	3,3	2,4

Fonte: INE – Inquérito às Deslocações dos Residentes 2013.

A taxa de ocupação-cama registada em todos os alojamentos turísticos foi em 2013 de 39,7%, mas na AI foi de apenas 24,1%, ou seja a mais baixa do país (RA Madeira, Algarve e Lisboa posicionaram-se acima da média do país). No que se refere à hotelaria nacional, a taxa de ocupação-cama foi de 42,6%, ficando a região Alentejo muito aquém da média do país com 27,9% (RA Madeira, Lisboa e Algarve acima da média nacional), tal aconteceu nas restantes tipologias de alojamento (TER, Turismo de habitação e alojamento local). Na AI destacam-se as seguintes tipologias de alojamento turístico em função das menores taxas de ocupação-cama: apartamentos turísticos (10,1%) e turismo de habitação (11,2%). Por seu lado, em função das maiores taxas de ocupação-cama, realçam-se os hotéis de 5*, com 50,5% (Quadro 19).

Quadro 19 – Taxa líquida de ocupação-cama, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)

2013 Unidade: %

NUTS	Total dos Alojamentos Turísticos	Total Hotelaria	Hotéis					Apartamentos turísticos
			Total	****	***	**	*/	
PORTUGAL	39,7	42,6	43,4	49,1	47,7	37,3	33,9	37,0
CONTINENTE	37,9	40,7	41,8	46,6	45,8	37,1	34,0	36,9
Norte	31,0	35,2	35,5	44,1	36,1	33,1	32,8	14,9
Centro	24,8	27,2	27,7	36,8	33,6	26,0	22,4	20,7
Lisboa	48,2	49,9	50,7	47,6	51,4	53,1	49,7	38,5
Alentejo	24,1	27,9	31,3	50,5	36,0	25,5	30,0	10,1
Algarve	43,3	44,0	51,1	47,3	53,0	53,6	41,7	38,9
RA AÇORES	34,1	35,6	36,2	...	40,0	32,9
RA MADEIRA	57,0	61,5	61,3	...	64,0	47,2

NUTS	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	Quintas da Madeira
		Total	****	***	** / *		
PORTUGAL	34,0	46,9	43,9	48,2	44,3	34,8	72,5
CONTINENTE	33,8	43,0	32,4	43,9	43,5	34,9	//
Norte	//	48,7	...	35,8	//
Centro	//	33,7	...	30,9	//
Lisboa	38,7	45,7	...	46,4	...	34,3	//
Alentejo	30,6	25,2	32,3	//
Algarve	36,0	45,1	37,2	44,7	47,6	45,9	//
RA AÇORES	//	34,2	//	//
RA MADEIRA	40,5	63,1	71,7	72,5

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação	Alojamento Local
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis rurais	Outros TER		
PORTUGAL	18,9	16,9	20,2	23,8	16,0	15,4	26,4
CONTINENTE	18,0	16,4	18,5	23,1	15,2	14,9	25,3
Norte	16,3	15,3	15,3	21,4	13,9	15,4	21,4
Centro	16,2	14,8	16,7	24,4	12,1	12,7	17,6
Lisboa	24,7	...	21,1	37,7
Alentejo	17,8	15,9	19,8	19,7	15,8	11,2	17,2
Algarve	31,5	...	32,2	...	25,4	...	32,8
RA AÇORES	23,2	...	25,8	0,0	...	18,9	25,5
RA MADEIRA	32,3	...	30,9	24,7	34,3

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013.

A estada média em todos os alojamentos turísticos foi em 2013 de 2,86 noites, com a região Alentejo a registar 1,79 noites (RA Madeira 5,53; Algarve 4,66; RA Açores 3,20; Lisboa 2,32; Centro 1,79 e Norte 1,76). Quanto à estada média nos alojamentos hoteleiros a AI verificou 1,75 noites, igualmente abaixo da média nacional que foi de 2,95 noites (RA Madeira 5,64; Algarve 4,71; RA Açores 3,21; Lisboa 2,31; Centro 1,82 e Norte 1,78). Nas restantes tipologias de alojamento (TER, Turismo de habitação e alojamento local) a região Alentejo também ficou aquém da média nacional. Na AI destacam-se com menor estada média os hotéis de 3* (1,51 noites) e com estada média mais elevada os apartamentos turísticos (3,28 noites)(Quadro 20).

Quadro 20 – Estada média, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)

2013 Unidade: Nº de noites

NUTS	Total dos Alojamentos Turísticos	Total Hotelaria	Hotéis					Apartamentos turísticos
			Total	*****	****	***	** / *	
PORTUGAL	2,86	2,95	2,50	2,87	2,73	2,19	1,85	5,47
CONTINENTE	2,64	2,72	2,28	2,50	2,44	2,12	1,84	5,45
Norte	1,76	1,78	1,76	1,83	1,83	1,73	1,66	3,15
Centro	1,79	1,82	1,77	2,49	2,49	1,79	1,84	4,20
Lisboa	2,32	2,31	2,26	2,24	2,24	2,33	2,08	3,68
Alentejo	1,79	1,75	1,59	1,69	1,69	1,51	1,56	3,28
Algarve	4,66	4,71	4,15	3,92	3,92	4,00	2,20	5,58
RA AÇORES	3,20	3,21	3,15	...	3,28	2,81
RA MADEIRA	5,53	5,64	5,37	...	5,51	4,10

NUTS	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	Quintas da Madeira
		Total	*****	****	*** / **		
PORTUGAL	5,18	4,35	4,50	4,37	4,25	1,83	5,69
CONTINENTE	5,13	3,93	3,56	3,56	4,02	1,82	//
Norte	//	1,99	...	1,79	//
Centro	3,50	...	//	1,67	...	1,87	//
Lisboa	2,95	3,09	...	4,37	...	1,92	//
Alentejo	1,96	1,97	1,55	//
Algarve	5,64	4,65	4,57	4,57	5,28	2,25	//
RA AÇORES	//	3,15	//	//
RA MADEIRA	6,88	6,21	6,31	5,69

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação	Alojamento Local
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER		
PORTUGAL	2,30	2,17	2,54	2,06	2,51	2,13	2,28
CONTINENTE	2,13	2,12	2,25	1,97	2,35	2,04	2,08
Norte	2,02	1,97	2,20	1,72	2,30	2,11	1,60
Centro	1,96	1,91	1,91	2,13	2,08	1,82	1,61
Lisboa	2,14	...	2,50	2,43
Alentejo	2,07	2,07	2,19	1,96	2,15	1,73	1,75
Algarve	3,54	...	3,51	3,76
RA AÇORES	4,20	...	4,96	0,0	...	3,24	2,49
RA MADEIRA	4,36	...	4,29	3,36	4,78

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013.

Considerando a estada média na região Alentejo, por países de residência habitual e no que à hotelaria diz respeito, os residentes no país pernoitaram em média 1,72 noites e os não residentes 1,83 noites (média da tipologia de alojamento 1,75), sendo que os países com estadas médias superiores foram: Angola (3,70); Suécia (3,11); Finlândia (2,80); Dinamarca (2,56); República Checa (2,15) e Reino Unido (2,0). Quanto à tipologia TER, os residentes no país pernoitaram em média 1,92 noites e os não residentes 2,59 noites (média da tipologia 2,07), sendo que os países com estadas médias superiores foram: Angola (5,92); Alemanha (3,69); Países Baixos (3,58); Dinamarca (3,24); Bélgica (2,61) e Polónia (2,61). Relativamente à tipologia alojamento local, os residentes no país pernoitaram em média 1,73 noites e os não residentes 1,87 noites (média da tipologia 1,75), sendo que os países com estadas médias superiores foram: China (6,54); Países Baixos (3,38); República Checa (2,56); Finlândia (2,25); Canadá (1,95); Bélgica (1,91); EUA (1,84) e Alemanha (1,83).

Quadro 21 – Estada média, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual

2013 Unidade: N° de noites

NUTS e Países de Residência	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
HOTELARIA									
TOTAL	2,95	2,72	1,78	1,82	2,31	1,75	4,71	3,21	5,64
PORTUGAL	2,05	2,01	1,52	1,67	1,74	1,72	3,68	2,29	3,16
ESTRANGEIRO	3,55	3,23	2,09	2,07	2,58	1,83	5,15	4,04	6,18
EUROPA	3,86	3,50	2,10	2,24	2,68	1,90	5,23	4,18	6,24
UNIÃO EUROPEIA	3,88	3,54	2,10	2,23	2,66	1,89	5,24	4,21	6,25
Alemanha	4,54	3,88	2,19	2,42	2,86	1,73	5,68	4,00	6,88
Áustria	3,56	2,88	2,02	2,07	2,63	1,56	4,67	3,23	6,23
Bélgica	3,58	3,20	2,37	2,46	2,94	1,98	4,69	3,33	6,13
Dinamarca	4,49	3,75	2,41	2,89	3,24	2,56	5,59	5,71	6,51
Espanha	2,47	2,36	1,92	2,14	2,43	1,86	3,11	4,32	4,99
Finlândia	4,68	3,38	2,25	3,73	3,14	2,80	4,16	5,76	6,49
França	3,10	2,73	2,20	2,09	2,56	1,90	5,11	3,32	5,19
Irlanda	5,06	5,04	2,27	3,83	3,21	1,96	5,61	3,37	6,05
Itália	2,45	2,31	1,95	1,78	2,53	1,52	3,39	3,22	5,54
Países Baixos	4,91	4,83	2,24	2,23	3,00	1,72	6,43	4,46	5,95
Polónia	3,74	3,10	2,30	2,34	2,41	1,91	4,88	5,19	6,27
Reino Unido	5,02	4,74	2,32	2,96	2,56	2,00	5,44	3,43	6,69
Rep. Checa	3,80	3,11	2,47	2,61	2,46	2,15	4,77	3,19	5,73
Suécia	4,25	3,78	2,13	3,85	3,21	3,11	5,33	5,47	5,86
ÁFRICA	3,08	3,07	2,43	2,49	3,19	2,71	3,89	2,63	4,58
Angola	3,32	3,32	2,06	2,68	3,64	3,70	2,88	2,17	2,85
AMÉRICA	2,35	2,30	2,07	1,71	2,39	1,67	3,53	3,30	4,05
Brasil	2,30	2,28	2,15	1,59	2,49	1,74	2,63	3,17	3,55
Canadá	2,81	2,73	1,97	1,83	2,35	1,49	5,19	3,51	4,83
EUA	2,27	2,20	1,94	1,89	2,23	1,66	2,91	3,24	4,10
ÁSIA	1,91	1,88	1,88	1,33	2,00	1,33	2,79	2,61	3,37
China	1,87	1,84	1,90	2,31	1,86	1,16	1,76	3,10	4,26
Japão	1,84	1,82	1,71	1,24	1,99	1,61	2,74	2,77	3,14
OCEÂNIA / n.e.	2,35	2,32	1,91	1,57	2,24	1,62	3,41	3,05	5,00
TURISMO NO ESPAÇO RURAL									
TOTAL	2,30	2,13	2,02	1,96	2,14	2,07	3,54	4,20	4,36
PORTUGAL	1,92	1,89	1,77	1,84	1,76	1,92	2,96	4,26	1,98
ESTRANGEIRO	2,98	2,64	2,52	2,26	2,46	2,59	4,01	4,18	4,74
EUROPA	3,09	2,75	2,64	2,33	2,56	2,66	4,08	4,07	4,77
UNIÃO EUROPEIA	3,13	2,78	2,67	2,35	2,60	2,69	4,10	4,16	4,86
Alemanha	4,03	3,18	2,55	2,37	2,96	3,69	4,61	4,41	6,04
Áustria	2,72	2,09	1,96	1,95	1,93	1,81	3,15	3,47	4,51
Bélgica	3,47	3,46	2,89	2,84	2,85	2,61	5,82	3,68	3,30
Dinamarca	2,88	2,56	2,39	2,28	2,61	3,24	3,20	5,64	3,23
Espanha	2,34	2,28	2,25	2,28	2,61	1,98	3,01	3,91	3,52
Finlândia	2,20	2,06	2,11	1,51	2,96	1,76	2,55	2,50	4,64
França	2,64	2,48	2,57	2,25	2,65	2,15	3,23	3,34	3,19
Irlanda	2,61	2,57	3,41	1,66	1,95	2,07	3,59	3,83	4,62
Itália	2,22	1,82	1,96	1,58	1,71	1,59	2,74	3,73	3,47
Países Baixos	3,69	3,32	3,01	2,56	2,80	3,58	5,06	5,05	5,10
Polónia	2,42	2,18	2,07	1,97	1,84	2,61	3,50	3,92	3,81
Reino Unido	3,14	2,99	3,71	2,42	2,69	2,30	3,12	4,64	4,71
Rep. Checa	2,51	1,84	1,60	2,23	2,00	1,34	1,95	2,82	4,82
Suécia	2,26	2,19	2,11	2,36	2,08	2,15	2,54	2,73	3,07
ÁFRICA	3,39	3,24	1,82	5,13	2,71	2,36	1,65	10,67	2,05
Angola	5,84	5,84	1,72	6,53	4,67	5,92	//	//	//
AMÉRICA	2,08	1,86	1,94	1,73	1,81	1,72	2,40	5,76	3,93
Brasil	1,82	1,80	1,88	1,86	1,41	1,52	2,46	4,06	2,57
Canadá	1,97	1,80	1,94	1,63	1,81	1,41	2,23	4,13	3,44
EUA	2,34	1,96	2,01	1,70	2,04	2,01	2,36	6,31	4,65
ÁSIA	1,93	1,86	1,67	1,55	1,82	2,57	2,03	3,20	2,61
China	1,79	1,58	1,17	1,38	1,83	1,59	2,17	6,83	4,50
Japão	1,83	1,77	1,56	1,98	1,78	1,78	2,00	2,17	13,00
OCEÂNIA / n.e.	2,38	2,33	2,09	1,78	2,37	2,26	4,22	4,05	3,10

ALOJAMENTO LOCAL									
TOTAL	2,28	2,08	1,60	1,61	2,43	1,75	3,76	2,49	4,78
PORTUGAL	1,70	1,65	1,43	1,53	1,88	1,73	2,68	2,42	3,03
ESTRANGEIRO	3,20	2,85	2,24	1,88	2,83	1,87	4,44	2,65	5,26
EUROPA	3,30	2,89	2,20	1,90	2,77	1,87	4,65	2,56	5,28
UNIÃO EUROPEIA	3,31	2,90	2,19	1,91	2,76	1,89	4,68	2,56	5,28
Alemanha	4,09	3,14	2,27	1,68	2,78	1,83	5,11	2,45	6,37
Áustria	3,28	2,57	2,05	1,41	2,66	1,60	4,06	2,26	5,89
Bélgica	3,00	2,75	2,31	1,70	2,83	1,91	4,15	2,42	4,27
Dinamarca	3,57	3,07	2,25	1,57	3,13	1,40	4,41	3,03	5,32
Espanha	2,38	2,30	1,95	2,15	2,46	1,93	2,86	2,51	4,69
Finlândia	4,09	3,00	2,58	1,95	3,10	2,25	3,74	4,34	6,22
França	2,80	2,38	2,20	1,56	2,75	1,53	3,02	2,33	4,10
Irlanda	4,03	4,04	2,06	3,42	2,96	1,63	5,28	2,49	3,98
Itália	2,50	2,42	2,03	1,52	2,77	1,61	2,84	2,41	4,65
Países Baixos	3,91	3,76	2,34	1,91	3,00	3,38	5,90	2,59	4,91
Polónia	2,86	2,59	2,24	1,99	2,67	1,48	3,55	3,41	4,78
Reino Unido	4,83	4,51	2,97	1,79	2,87	1,72	5,63	3,41	6,03
Rep. Checa	3,75	3,15	2,69	5,31	2,76	2,56	2,83	3,40	4,60
Suécia	3,45	2,95	2,36	1,63	2,98	1,75	3,57	2,97	5,82
ÁFRICA	4,82	4,83	4,81	1,96	5,21	1,52	2,72	2,47	5,24
Angola	5,72	5,72	3,74	2,34	6,01	1,50	2,41	1,83	4,67
AMÉRICA	2,42	2,33	2,37	1,79	2,49	1,68	2,40	3,38	4,93
Brasil	2,40	2,32	2,56	1,68	2,51	1,37	2,23	3,43	5,17
Canadá	2,57	2,49	2,26	2,22	2,40	1,95	3,24	2,80	4,32
EUA	2,36	2,26	2,20	1,85	2,47	1,84	2,10	3,84	4,26
ÁSIA	2,28	2,24	1,97	1,78	2,44	2,09	2,28	2,59	3,45
China	2,11	2,08	1,66	2,88	2,03	6,54	1,93	2,43	2,78
Japão	2,09	2,05	1,83	1,38	2,34	1,26	2,62	1,56	3,80
OCEÂNIA / n.e.	2,61	2,55	2,28	1,77	2,64	2,88	2,79	1,82	6,75

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013.

A estada média relativa ao campismo na AI registou 3,05 noites (Algarve 4,91; Lisboa 3,82; Centro 2,97 e Norte 2,79), pernoitando 3,24 noites em média os residentes no país e 2,36 noites os não residentes, enquanto a média nacional foi de 3,49 noites. Os campistas com estadas médias superiores na AI foram os da Finlândia (5,97), Países Baixos (3,24), Reino Unido (3,13), Luxemburgo (2,59) e Bélgica (2,49)(Quadro 22).

Quadro 22 – Estada média de campistas, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual

2013									
Países de residência	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
TOTAL	3,49	3,50	2,79	2,97	3,82	3,05	4,91
PORTUGAL	3,55	3,56	2,85	3,07	4,00	3,24	5,43
ESTRANGEIRO	3,34	3,35	2,67	2,65	3,09	2,36	4,53
EUROPA	3,37	3,37	2,68	2,66	3,12	2,39	4,55
UNIÃO EUROPEIA	3,37	3,38	2,69	2,68	3,11	2,41	4,55
Alemanha	3,16	3,16	2,21	2,21	3,00	2,27	4,43
Áustria	2,49	2,49	1,88	1,74	3,12	1,37	3,26
Bélgica	3,35	3,36	2,58	2,97	2,97	2,49	4,61
Dinamarca	3,38	3,39	2,93	3,00	4,42	2,21	3,85
Espanha	2,80	2,80	3,14	2,57	2,93	2,08	2,91
Finlândia	5,24	5,24	1,73	2,17	2,83	5,97	6,54
França	2,97	2,97	2,61	2,43	3,07	1,93	4,26
Irlanda	5,22	5,22	5,59	4,25	6,45	2,14	5,98
Itália	2,36	2,36	1,98	2,07	2,63	1,64	2,94
Luxemburgo	3,30	3,30	2,76	2,99	3,77	2,59	3,75
Países Baixos	4,36	4,37	3,05	3,78	3,37	3,24	6,01
Reino Unido	4,73	4,73	2,44	2,87	4,12	3,13	5,72
Suécia	5,36	5,36	2,86	2,08	4,39	2,15	7,61
ÁFRICA	2,78	2,78	1,82	3,88	2,92	2,20	3,00
AMÉRICA	2,32	2,32	2,11	2,19	2,29	1,59	3,39
Brasil	2,58	2,58	2,07	1,61	2,09	1,65	4,99
Canadá	2,32	2,32	1,95	3,05	2,75	1,81	2,24
EUA	1,91	1,89	2,04	1,92	2,24	1,31	2,43
ÁSIA	3,33	3,34	1,57	1,55	3,57	1,31	8,79
Japão	2,29	2,29	3,33	1,52	3,87	1,53	2,00
OCEÂNIA	2,36	2,37	1,71	1,73	2,60	1,58	3,69

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Campistas em Parques de Campismo 2013.

A estada média relativamente às colónias de férias e às pousadas de juventude representou na AI 2,33 noites (Algarve 3,45; RA Madeira 2,79; RA Açores 2,67; Centro 2,37; Lisboa 1,92 e Norte 1,66), enquanto a média nacional foi de 2,19 noites. Na região Alentejo os residentes no país pernoveram em média 2,44 noites e os não residentes 1,57 noites e a origem dos hóspedes com estadas médias superiores foi a seguinte: Espanha (2,12); Irlanda (1,90); Países Baixos (1,67); França (1,64) e Itália (1,56) (Quadro 23).

Quadro 23 – Estada média nas colónias de férias e pousadas de juventude, segundo as regiões (NUTS II), por países de residência habitual

2013		Unidade: Nº de noites							
Países de residência	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
TOTAL	2,19	2,16	1,66	2,37	1,92	2,33	3,45	2,67	2,79
PORTUGAL	2,24	2,22	1,70	2,42	1,83	2,44	4,22	2,56	3,02
ESTRANGEIRO	1,98	1,92	1,54	1,83	2,42	1,57	2,11	2,86	2,22
EUROPA	2,00	1,93	1,49	1,78	2,47	1,60	2,20	2,85	2,23
UNIÃO EUROPEIA	1,98	1,91	1,46	1,77	2,44	1,60	2,23	2,86	2,22
Alemanha	1,79	1,64	1,22	1,62	2,35	1,50	1,46	3,30	2,66
Áustria	1,66	1,50	1,08	2,02	2,07	1,50	1,27	2,41	4,10
Bélgica	1,70	1,61	1,19	1,51	2,19	1,16	1,88	2,16	2,30
Dinamarca	2,20	2,14	1,40	2,16	2,85	1,29	2,39	2,63	2,90
Espanha	1,62	1,58	1,27	1,65	2,33	2,12	1,75	2,98	2,10
Finlândia	2,51	2,06	2,12	3,46	1,43	1,00	1,63	3,04	3,00
França	1,98	1,91	1,40	1,65	2,22	1,64	2,50	2,89	1,82
Grécia	2,07	2,04	2,83	1,30	2,88	0,00	1,32	4,00	2,50
Irlanda	2,67	2,54	1,15	2,02	1,56	1,90	4,34	4,16	3,11
Itália	2,17	2,08	1,38	2,40	2,86	1,56	1,96	2,66	2,38
Luxemburgo	1,82	1,77	1,18	1,60	1,73	0,00	2,08	1,73	2,60
Países Baixos	3,19	3,29	3,75	1,71	4,79	1,67	2,22	2,26	2,60
Reino Unido	3,68	3,69	1,27	2,09	3,21	1,09	5,46	2,82	4,11
Suécia	2,30	2,25	1,27	2,49	2,46	1,45	2,20	2,56	4,00
Outros UE	1,92	1,86	1,69	1,93	2,69	2,35	1,76	2,85	1,77
Outros Europa	2,36	2,33	2,39	1,95	3,08	1,26	1,57	2,67	2,41
ÁFRICA	2,29	2,29	1,40	2,51	3,23	0,00	2,47	1,50	1,00
AMÉRICA	1,94	1,90	1,85	1,66	2,21	1,28	1,71	3,01	2,14
Brasil	2,03	2,02	2,03	1,77	2,20	1,27	1,87	2,57	1,84
Canadá	1,90	1,68	1,19	1,68	2,20	1,71	1,71	3,79	3,17
EUA	1,77	1,67	1,19	1,17	2,69	1,25	1,54	2,48	2,30
Outros América	1,73	1,70	1,54	1,96	1,84	1,00	1,69	2,77	1,00
ÁSIA	1,77	1,74	1,57	1,99	1,89	1,00	1,59	3,04	1,71
Japão	1,64	1,62	1,05	1,57	1,87	1,00	1,93	2,46	1,00
Outros Ásia	1,79	1,76	1,63	2,02	1,90	1,00	1,53	3,28	1,83
OCEÂNIA	1,48	1,46	1,30	1,43	1,87	1,27	1,47	2,74	3,25

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Colonos em Colónias de Férias 2013.

Analisando os proveitos totais obtidos por todos os meios de alojamento turístico na região Alentejo, verifica-se que em 2013 apenas a RA Açores ficou aquém dos valores alcançados pela AI. Com efeito, foram obtidos os seguintes proveitos totais: Algarve 30,7%; Lisboa 29,6%; RA Madeira 13,7%; Norte 11,8%; Centro 8,5%; Alentejo 3,3% e RA Açores 2,3%. Decompondo os proveitos totais obtidos a nível nacional pelas tipologias de alojamento turístico, foram apurados os seguintes resultados: hotelaria 92,3%, turismo em espaço rural e turismo de habitação 1,8% e alojamento local 5,9%.

Para a região Alentejo os proveitos totais obtidos foram os seguintes: hotelaria 76,4%, turismo em espaço rural e turismo de habitação 13,7% e alojamento local 9,9%. Considerando apenas a hotelaria na AI, os proveitos totais obtidos foram os seguintes: hotéis 61,8%; aldeamentos e hotéis-apartamentos 23,1%; pousadas 10,8% e apartamentos turísticos 4,3%. Noutra perspetiva de análise, os proveitos totais obtidos pela hotelaria da região Alentejo representam apenas 2,8% do total nacional (Algarve 32,2%; Lisboa 30,4%; Norte 11,1%; RA Madeira 13,6%; Centro 7,8%; RA Açores 2,3%), enquanto que o turismo no espaço rural e o turismo de habitação representam 25,0% do total nacional (Norte 30,5%; Centro 17,2%; Algarve 8,5%; Lisboa 8,4%; RA Madeira 5,6%; RA Açores 4,9%) e o alojamento local representa 5,6% do total nacional (Lisboa 24,2%; RA Madeira 18,3%; Norte 18,1%; Centro 16,9%; Algarve 15,2%; RA Açores 1,7%)(Quadro 24).

Quadro 24 – Proveitos totais, segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)

2013 Unidade: 10³ euros

NUTS	Total dos Alojamentos Turísticos	Total Hotelaria	Hotéis					Apartamentos turísticos
			Total	*****	****	***	** / *	
PORTUGAL	2 023 940	1 867 296	1 413 949	509 425	616 587	208 485	79 452	98 924
CONTINENTE	1 700 371	1 571 586	1 198 653	423 696	504 134	192 930	77 894	94 773
Norte	239 770	206 843	191 548	53 563	78 957	35 016	24 012	658
Centro	171 796	145 221	128 055	8 337	51 921	52 235	15 561	2 752
Lisboa	599 217	567 212	520 945	215 346	212 673	65 229	27 698	2 597
Alentejo	67 694	51 715	31 952	5 429	13 342	8 186	4 995	2 237
Algarve	621 894	600 595	326 154	141 021	147 241	32 264	5 629	86 529
RA AÇORES	46 487	42 599	38 641	...	29 366	8 096
RA MADEIRA	277 082	253 110	176 655	...	83 088	7 459

NUTS	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	Quintas da Madeira
		Total	*****	****	*** / **		
PORTUGAL	79 813	231 208	27 317	164 178	39 713	31 790	11 612
CONTINENTE	77 529	169 876	20 212	117 782	31 882	30 754	//
Norte	0	3 191	...	9 334	//
Centro	0	4 103	...	5 083	//
Lisboa	6 210	30 798	...	21 834	...	6 663	//
Alentejo	5 008	1 618	5 584	//
Algarve	66 969	116 852	11 106	83 646	22 100	4 091	//
RA AÇORES	0	1 477	0	//
RA MADEIRA	2 283	59 856	7 105	11 612

NUTS	Total TER e TH ^(a)	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação	Alojamento Local
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER		
PORTUGAL	37 062	4 080	10 088	15 703	2 579	4 612	119 582
CONTINENTE	33 173	3 826	8 013	15 284	2 026	4 024	95 611
Norte	11 291	1 432	1 729	5 303	666	2 161	21 637
Centro	6 363	530	1 389	3 198	398	847	20 212
Lisboa	3 101	...	794	28 903
Alentejo	9 253	1 387	2 991	4 026	435	413	6 726
Algarve	3 167	...	1 109	18 132
RA AÇORES	1 814	...	811	0	...	450	2 073
RA MADEIRA	2 074	...	1 265	138	21 898

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013

(a) No Continente, os proveitos dos estabelecimentos TER e TH referem-se apenas a estabelecimentos com 10 ou mais camas.

O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR), considerando todos os alojamentos turísticos do país, no ano em análise, foi de 28,9€, enquanto que na região Alentejo foi de 17,6€ (Lisboa 42,3€; RA Madeira 33,3€; Algarve 32,7€; Norte 20,9€; Centro 15,0€; RA Açores 22,2€). Em termos de hotelaria, o rendimento médio por quarto disponível da AI (21,0€) fica aquém da média nacional (31,8€), com Lisboa, RA Madeira e Algarve com os rendimentos mais elevados, conforme se pode observar no quadro seguinte. O RevPAR no turismo em espaço rural, na AI (15,3€), é superior à média nacional para esta tipologia de alojamento (14,5€), devido aos resultados obtidos pelas casas de campo e pelos hotéis rurais, sobretudo por estes últimos (25,8€).

Quadro 25 – Rendimento por quarto disponível (RevPar), segundo o tipo dos estabelecimentos, por regiões (NUTS II)

2013 Unidade: Euros

NUTS	Total dos Alojamentos Turísticos	Total Hotelaria	Hotéis					Apartamentos turísticos
			Total	****	****	***	** / *	
PORTUGAL	28,9	31,8	33,3	61,0	33,7	21,4	18,1	20,4
CONTINENTE	28,6	31,6	33,2	63,4	34,2	21,5	18,1	20,3
Norte	20,9	24,9	24,6	47,5	47,5	18,3	16,5	9,4
Centro	15,0	16,5	16,5	36,7	36,7	14,2	11,3	13,0
Lisboa	42,3	44,9	45,1	69,6	69,6	35,0	29,6	40,7
Alentejo	17,6	21,0	19,5	36,5	36,5	13,8	16,5	10,9
Algarve	32,7	33,6	44,0	66,9	66,9	28,7	21,3	21,0
RA AÇORES	22,2	23,1	22,9	...	25,5	20,4
RA MADEIRA	33,3	36,0	38,9	...	34,0	20,3

NUTS	Aldeamentos Turísticos	Hotéis-Apartamentos				Pousadas	Quintas da Madeira
		Total	****	****	*** / **		
PORTUGAL	26,7	32,5	37,5	34,8	24,6	41,2	80,0
CONTINENTE	27,1	33,9	41,6	41,6	28,3	42,2	//
Norte	//	42,5	...	45,3	//
Centro	//	22,8	...	30,2	//
Lisboa	37,4	42,2	53,2	53,2	...	55,7	//
Alentejo	36,5	24,9	35,4	//
Algarve	29,3	33,3	40,3	40,3	27,9	50,6	//
RA AÇORES	//	40,0	//	//
RA MADEIRA	17,1	28,2	28,6	80,0

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação	Alojamento Local
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hotéis Rurais	Outros TER		
PORTUGAL	14,5	13,5	13,9	23,5	9,7	10,9	14,5
CONTINENTE	14,0	13,0	13,2	23,3	8,7	10,3	13,8
Norte	11,0	11,1	8,3	17,2	7,1	11,0	10,1
Centro	13,2	15,2	10,9	31,6	5,8	6,7	9,0
Lisboa	21,2	...	25,0	23,7
Alentejo	15,3	12,5	14,8	25,8	8,6	8,0	8,5
Algarve	26,6	...	29,6	19,1
RA AÇORES	16,6	...	15,4	0,0	15,3
RA MADEIRA	20,4	...	18,8	12,9	19,1

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos 2013.

4.4.3. O TURISMO NÁUTICO ENQUANTO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

A aplicação de modelos de desenvolvimento do território centrados em produtos alternativos gera necessariamente bolsas de inovação, emprego e dinâmica económica nos territórios onde são aplicados.

No contexto específico do Alentejo e do Ribatejo, o produto turismo náutico pode assumir uma expressão considerada a três universos territoriais:

- a) A faixa litoral entre Tróia e Odeceixe
- b) Os cursos de água das bacias hidrográficas do Tejo, Sado, Guadiana, Mira e Sorraia
- c) As zonas lagunares, albufeiras e águas interiores

As práticas enunciadas de turismo náutico no contexto litoral integram elementos promotores de desenvolvimento local por via de um conjunto de fatores de mudança sócio territorial, que podem gerar os seguintes novos modelos de:

- complementaridade e alternância económica às atividades
- alternativo às práticas económicas da pesca
- promoção de emprego a montante e a jusante da operação de turismo náutico
- ampliação e/ou adequação das redes de infraestruturas de apoio ao turismo náutico
- redução dos fatores de sazonalidade
- fixação populacional
- qualificação profissional do sector

Ao nível dos espelhos de água dos territórios de interioridade (eixos fluviais e águas interiores), os fatores de desenvolvimento terão uma tangibilidade maior, porquanto os indicadores demográficos e empresariais e a densidade urbana é de muito menor escala, pelo que a geração de fatores de mudança sócio territorial podem gerar:

- atratividade e de competitividade territorial
- modelos integrados e complementares de geração de negócio em turismo náutico
- infraestruturaração e projeção de equipamentos específicos para o turismo náutico
- redução dos fatores de sazonalidade
- fixação populacional e atração de novos residentes
- qualificação profissional do sector

5. O TURISMO NÁUTICO NA REGIÃO DO ALENTEJO E RIBATEJO

5.1. DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NÁUTICO NO ALENTEJO E RIBATEJO

A presente caracterização do território do Alentejo e Ribatejo na perspetiva do turismo náutico sustentou-se num conjunto de reuniões técnicas e trabalho de campo, realizados ao longo de seis meses, sobre supervisão e acompanhamento da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo⁶⁴, organizado em três ações:

- ciclo de reuniões técnicas com representantes (ex: Presidentes de Câmara, Vereadores, Técnicos Superiores) dos municípios e entidades com jurisdição nos territórios com vocação para a prática de atividades náuticas no Alentejo e Ribatejo.
- ciclo de reuniões técnicas com empresários do sector do turismo, com negócios e interesses no desenvolvimento do turismo náutico no Alentejo e Ribatejo
- visitas e observação técnica dos espaços-territoriais com vocação para a realização de atividades náuticas, na presença de técnicos de turismo dos diferentes municípios e/ou técnicos de entidades com jurisdição nas áreas em questão (ex: Parque Natural da Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina).

Quadro 26 – Síntese das Reuniões Técnicas e Ações de Campo realizadas

Datas	Território
24 e 25 março de 2015	Lezíria do Tejo
30 de março de 2015 07 e 08 de julho de 2015	Alto Alentejo
28 e 29 de março de 2015	Alentejo Central
3, 4 e 5 de abril de 2015	Baixo Alentejo
05 e 25 de maio de 2015 06 e 23 de junho de 2015 09 de julho de 2015	Alentejo Litoral

Fonte: Própria

⁶⁴ Dr. Paulo Cristo - Técnico Superior da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo

Do conjunto de ações realizadas foram elaborados sete relatórios preliminares, anexos ao presente relatório final e base da seguinte caracterização do território do Alentejo e Ribatejo na ótica das atividades e turismo náutico.

Na caracterização que seguidamente se apresenta, pretende-se essencialmente destacar os recursos de maior potencial a explorar numa perspetiva de desenvolvimento turístico das atividades náuticas no Alentejo e Ribatejo.

5.1.1. ALENTEJO LITORAL

O litoral alentejano distingue-se pela sua costa atlântica com uma extensão superior a 100 quilómetros, predominando extensos areais a norte, entre Tróia e Sines, e arribas com pequenas enseadas a sul, tendo Odeceixe como território limite. Destacam-se neste eixo atlântico os portos/marinas de Sines e Tróia, bem como os eixos fluviais Sado e Mira. Aliás, neste contexto, importa salientar que a região Hidrográfica do Sado e Mira é, em todo o Alentejo, aquela que apresenta um maior número de barragens com utilização livre, tal como podemos constar no quadro seguinte:

Quadro 27 – Barragens de utilização livre na região do Alentejo e Ribatejo

Plano de Água	Região Hidrográfica	Município(s)	Classificação	Planos de Ordenamento
Grous	Guadiana	Beja	Utilização livre	
Lucefecit	Guadiana	Alandroal	Utilização livre	
Tapada Pequena	Guadiana	Mértola	Utilização livre	Aprovado e publicado. <u>RCM n.º 171/2008, de 21 de novembro</u>
Campilhas	Sado e Mira	Santiago do Cacém	Utilização livre	Aprovado e publicado. <u>RCM n.º 17/2007, de 5 de fevereiro</u>
Fonte Serne	Sado e Mira	Santiago do Cacém	Utilização livre	Aprovado e publicado. <u>RCM n.º 15/2007, de 31 de janeiro</u>
Odivelas	Sado e Mira	Alvito e Ferreira do Alentejo	Utilização livre	Aprovado e publicado. <u>RCM n.º 184/2007, de 21 de dezembro</u>
Pego do Altar	Sado e Mira	Alcácer do Sal e Viana do Alentejo	Utilização livre	Aprovado e publicado. <u>RCM n.º 35/2005, de 24 de fevereiro</u>
Vale de Gaio	Sado e Mira	Alcácer do Sal	Utilização livre	Aprovado e publicado. <u>RCM n.º 173/2008, de 21 de novembro</u>
Corte Brique	Sado e Mira	Odemira	Utilização livre	
Belver	Tejo e ribeiras do Oeste	Gavião e Nisa	Utilização livre	
Fratel	Tejo e ribeiras do Oeste	Nisa	Utilização livre	
Magos	Tejo e ribeiras do Oeste	Salvaterra de Magos	Utilização livre	Aprovado e publicado. <u>RCM n.º 169/2008, de 21 de novembro</u>
Montargil	Tejo e ribeiras do Oeste	Ponte de Sor e Avis	Utilização livre	Aprovado e publicado. <u>RCM n.º 94/2002, de 8 de maio</u>

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, 2014⁶⁵

⁶⁵ in <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=10&sub3ref=96>, acedido em 19 de agosto 2014

MARINA DE TRÓIA

A Marina de Tróia, localizada no estuário do Sado, oferece condições de navegação únicas, decorrentes do potencial do rio Sado e da enseada formada pelo Cabo Espichel. Com uma capacidade de 184 lugares, com 70% da capacidade para embarcações até 10 metros, não apresenta as características de uma marina tradicional, mas de uma marina integrada num Resort, sendo os lugares mais pequenos e os serviços tradicionais de apoio como balneário, oficinas, seco, mais limitados. Por outro lado, a sua posição geográfica torna difícil atrair embarcações que se deslocam entre norte da Europa e Mediterrâneo, dado que as mesmas, caso pretendam demandar Tróia, têm que desviar cerca de 30 milhas da rota, quer para paragens técnicas, quer para recreio (na rota entre Lisboa e o Algarve significa cerca de mais 4 h a 6 h num percurso total de 20 h).

A Marina de Tróia confronta-se presentemente com um excesso de capacidade, situação que se tem agravado nos últimos anos com redução dos contratos anuais.

Ao nível dos operadores marítimo-turísticos, apenas dois estão sediados na marina (Mil Andanças e Vertigem Azul). Esta é uma atividade que poderá claramente ser dinamizada, carecendo de uma boa articulação entre empresários e gestão da marina, na medida em que o seu benefício global para a atratividade da região poderá ser significativo, considerando a fauna, a flora (ex: *birdwatching*, observação de roazes) e o património cultural da região (ex: cultura avieira, produção do arroz, produção de sal), nomeadamente no contexto da Reserva Natural do Estuário do Sado.

O potencial a explorar é significativo, importando para tal desburocratizar a circulação no Sado, onde nomeadamente é quase impossível fundear no canal sul, não sendo igualmente permitidas motas de água. A relação com os mercados do centro e norte da Europa, explorando nomeadamente os serviços pelo facto de estar integrada num Resort, através de contratos híbridos com clubes e proprietários de veleiros, deixando a sua embarcação a custo zero em contrapartida do aluguer do mesmo, são produtos a explorar no sentido de maximizar a capacidade instalada, a qual poderá ainda ser maximizada com uma zona de seco e equipamento para colocar e retirar as embarcações da água.

RIO SADO: DO ESTUÁRIO A ALCÁCER DO SAL

O rio Sado oferece até Alcácer do Sal condições ótimas de navegabilidade, as quais são complementadas por um rico património natural e cultural. No âmbito cultural destaca-se o núcleo do cais de palafita da Comporta, utilizados por pescadores (descendentes dos Avieiros), bem como na sua proximidade a Herdade da Comporta, o Museu do Arroz da Comporta e a Vala Real agricultada (arroz), oferecendo paisagens diferenciadas ao longo do ano, bem como condições singulares para a observação de aves.

Do ponto de vista do turismo náutico, Tróia e Alcácer são *gateways* estratégicas para explorar o ecossistema definido pela Reserva Natural do Estuário do Sado, sendo fundamental a dinamização da **atividade de operadores marítimo-turísticos**, seja pela via privada e/ou pública (Galeões do Sado, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal), bem como o desenvolvimento no referido eixo de infraestruturas náuticas de apoio, vitais para a geração de atratividade, nomeadamente por relação com a componente natural e cultural da região.

Figura 51 – Galões do Sado no Cais de Alcácer do Sal



Fonte: Própria

O desenvolvimento de embarcadouros e pontos de interesse de índole natural e cultural, podem igualmente ser relevantes para o desenvolvimento de circuitos alternativos em canoa. A **canoagem**, bem como a utilização de equipamento náutico de menor envergadura e não motorizado assume particular potencial a montante de Alcácer do Sal, tendo em vista o desenvolvimento de rotas náuticas alicerçadas no referido património natural e cultural da região.

RIO SADO (BACIA HIDROGRÁFICA): ALBUFEIRAS DE PEGO DO ALTAR, VALE DO GAIO E CANAIS DE REGA

Localizada a 15 km de Alcácer do Sal, a Albufeira da Barragem do Pego do Altar, apresenta boas acessibilidades e um regime de utilização muito favorável do ponto de vista náutico (regime livre - RCM n.º 35/2005, de 24 de fevereiro), apesar das limitações significativas em termos de infraestruturas de apoio à atividade e de outros equipamentos de apoio (ex: existe apenas um restaurante e nas proximidades existem algumas casas da Associação de Beneficiários do Vale do Sado). A aplicação do regime de servidão nos termos da lei carece de uma aplicação efetiva, dado que é uma condição essencial para um bom acesso ao espelho de água, bem como para o desenvolvimento de atividades complementares (ex: circuitos de manutenção, ciclovias, etc.).

Figura 52 – Albufeira da Barragem do Pego do Altar: auto-caravanismo



Fonte: Própria

A canoagem, a vela, o *windsurf*, as gaivotas, o remo e a pesca são atividades possíveis, bem como a **prática de navegação de embarcações propulsionadas a motor de combustão interna** (só pode ser efetuada quando o nível da água da albufeira se encontrar acima da cota de 40 m e nas zonas previstas).

A procura do local enquanto praia fluvial é evidente pela existência de um ponto de acesso onde em tempos existiu uma praia. A procura do local por muitos caravanistas é, igualmente, manifesta, embora sem condições para a prática e permanência no local.

A acessibilidade ao plano de água está muito mais facilitada no Rio Mourinho (braço da albufeira mais a montante), pelo que este local é habitualmente utilizado pelos praticantes de atividades com motos de água.

A Albufeira do Pego do Altar revela um potencial a considerar em termos de atividades náuticas em associação com a Albufeira do Vale do Gaio, potenciando outras atividades de lazer, nomeadamente através da utilização dos respetivos canais de rega geridos pela Associação de Beneficiários do Vale do Sado, caso haja o necessário enquadramento legal.

Quadro 28 – Rede Primária Vale do Sado

Rede Primária de Rega	116.220 m
Canal G.P.M.	45.300 m
Canal de Santa Catarina	14.600 m
Canal de Vale do Gaio	25.800 m
Canal da Comporta	30.520 m

Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2013

PRAIAS DE GRANDOLA: COMPORTA, CARVALHAL, ABERTA NOVA E MELIDES

Distintas pelos seus extensos areais, estas praias oferecem condições para diversos desportos de onda, nomeadamente *surf*, *windsurf* e *kitesurf*, em particular nos meses de abril a novembro, excluindo o mês de agosto pela elevada procura de banhistas, aliada às condições de vento menos favoráveis para algumas daquelas práticas.

A acessibilidade e os estacionamento são globalmente limitados, tal com as infraestruturas de apoio. Por outro lado, esta condição poderá ser explorada como um

fator distintivo no posicionamento destes destinos como praias selvagens, onde a evasão e o contato com a natureza oferecem ambientes e experiências únicas face a outros destinos concorrentes.

Todavia, importa considerar a otimização do potencial existente, criando e desenvolvendo estruturas e equipamentos essenciais de apoio às atividades náuticas, nomeadamente balneários e estações de apoio para os praticantes de desportos de onda e material de recreio e desportivo.

A **Pesca Desportiva** assume-se igualmente neste território como um produto a potencializar, sendo importante o desenvolvimento de infraestruturas de apoio, como seja a figura do centro náutico (a construir em pontos estratégicos), integrado com os desportos de onda.

LAGOAS E PRAIAS DE SANTO ANDRÉ

A Lagoa de Santo André e Sancha juntamente com a Praia de Santo André, apesar de um enquadramento urbano-paisagístico pobre, apresentam no seu conjunto um potencial relevante para as atividades náuticas, em particular para a canoagem, o **kitesurf** e o **windsurf**. No caso particular da Lagoa de Santo André e Sancha estas oferecem uma atratividade para as atividades náuticas, considerando o seu património natural.

A praia da Fonte do Cortiço e da Vacaria, com os seus extensos areais e rodeadas por uma grande área dunar e de pinhal apresentam enquadramento cénicos únicos. As condições naturais existentes propiciam ambientes relevantes para a prática do **surf** e **windsurf**.

As limitações em termos de acessibilidades e estacionamento, bem como a insuficiência de infraestruturas de apoio, favorecem um conceito alternativo de consumo de praia, o qual poderá ser considerado em termos de posicionamento estratégico. O desenvolvimento de infraestruturas de apoio às atividades náuticas são vitais para o desenvolvimento deste destino do ponto de vista da prática dos desportos de onda, bem como da própria **pesca desportiva**.

PRAIAS E ALBUFEIRAS DE SINES: SÃO TORPES, VIEIRINHA, PRAIA DA ILHA DO PESSEGUEIRO E ALBUFEIRA DE MORGAVEL

As praias a sul de Sines, nomeadamente São Torpes, Vieirinha e Ilha do Pessegueiro apresentam condições singulares para a prática do *surf*, nomeadamente para a sua aprendizagem, tendo em consideração as condições singulares de mar. O *paddle* é igualmente uma atividade a considerar. As praias referidas, tem uma boa acessibilidade carecendo de mais equipamentos e infraestruturas de apoio, essenciais para o desenvolvimento da atividade. Seria relevante a dinamização de bases náuticas. Há algumas empresas sediadas localmente que exploram o produto “escolas de *surf*”, mas também diversas empresas deste âmbito, de várias regiões do país, que se deslocam sazonalmente para esta região. A referida falta de infraestruturas é o grande obstáculo à dinamização da atividade.

A Praia da Ilha do Pessegueiro apresenta um potencial relevante, para diversas atividades, nomeadamente para a prática do mergulho. Um regime de exploração mais alargado, com mais concorrência poderia contribuir para uma exploração mais efetiva destas práticas.

A albufeira de Morgavel, localizada no eixo rodoviário Sines-Cercal do Alentejo, destaca-se pela sua localização, acessibilidade e qualidade do plano de água, carecendo todavia das mais básicas infraestruturas. O seu potencial decorre da associação às praias da região.

PRAIAS DE ODEMIRA: AIVADOS, MALHÃO, ALMOGRAVE, CARVALHAL E ODECEIXE

O Município de Odemira apresenta uma faixa litoral com 55 km de comprimento. Neste universo de praias distinguem-se dois conceitos: praias classificadas e areais. Estes com acessibilidades muito limitadas e com um potencial para “Praias Selvagens”. Aivados e Malhão são praias bastante apreciadas pelos *surfistas*, devido às condições favoráveis para as práticas de desportos de onda. Seria de todo o modo importante, explorando o referido conceito, melhorar acessibilidades, sinalética e infraestruturas. Relativamente a Almogrove, Carvalhal e Odeceixe são praias com potencial reconhecido para o *surf*, apresentando algumas infraestruturas relevantes de apoio. O desenvolvimento de bases náuticas de apoio às atividades poderia ser estratégico para a afirmação e consolidação

destes destinos ao nível do turismo náutico, nomeadamente Odeceixe, de forma a explorar um conjunto de outras atividades associadas à ribeira de Seixe (ex: canoagem), bem como a produtos complementares como a observação de avifauna (aproveitando o percurso pedestre que está a ser requalificado).

A praia do Almogrove distingue-se na região pelas suas condições singulares para o mergulho, atividade que pode ser dinamizada com recurso ao Porto Lapas de Pombas.

RIO MIRA E VILA NOVA DE MILFONTES

O Rio Mira, pertencente à segunda bacia hidrográfica mais relevante do litoral alentejano, assume-se como um eixo de desenvolvimento estratégico para o turismo náutico na região. Da sua foz (Vila Nova de Milfontes) até Odemira o rio Mira oferece cerca de 30 quilómetros navegáveis por embarcações de pequeno porte, à vela ou a motor. O principal obstáculo à navegação no rio, bem como à atração de mais embarcações a Vila Nova de Milfontes, nomeadamente veleiros, é a foz do rio, devido ao elevado assoreamento. Quer em Vila Nova de Milfontes, quer em Odemira existem boas condições para fundeamento, embarque e desembarque de passageiros. Torna-se essencial desenvolver ao longo dos referidos 30 quilómetros, pontos de interesse e infraestruturas de apoio de modo a tornar o produto náutico atrativo, em articulação com outros produtos turísticos (ex: cultural e natureza). A melhoria na gestão do atual fundeadouro em Vila Nova de Milfontes potenciaria a atividade náutica no Mira.

A foz do rio Mira, na margem norte (Praia da Franquia), apresenta um potencial relevante para a realização de atividades náuticas como *paddle*, canoagem e outras atividades com recurso a embarcações motorizadas.

Atualmente, um conjunto de alargado de empresas marítimo-turísticas opera no rio Mira e na sua foz, explorando diversas atividades. A dinamização empresarial e o desenvolvimento da atividade náutica fica essencialmente condicionada, para além do referido problema de assoreamento da foz, pelas limitações colocadas pelas dificuldades de licenciamento entre as entidades intervenientes, não sendo claro quais os seus limites de atuação e termos de jurisdição, na perspetiva do nauta.

PORTOS E ENSEADAS: SINES, PORTO COVO, PORTINHO DO CANAL, LAPA DE POMBAS, PORTO DA ENTRADA DA BARCA, AZENHA DO MAR

Na linha de costa de Sines a Odeceixe identifica-se um conjunto de enseadas com pequenos portos, essencialmente vocacionados para a pesca, os quais apresentam um potencial a considerar, numa lógica de navegação de cabotagem, estabelecendo um possível percurso entre Sines e Portimão. Estes portos, nomeadamente, Porto Covo, Portinho do Canal, Lapa de Pombas, Porto da Entrada da Barca e Azenha do Mar, apresentam na sua generalidade boas condições enquanto porto de abrigo, com rampas de acesso ao mar e algumas instalações de apoio (Docapesca e várias Casas de Apresto - construções recentes - entregues pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, aos pescadores, mas várias já não são utilizadas ou encontram-se mesmo abandonadas) que podem ser devidamente qualificadas para prestar o necessário auxílio técnico ao desenvolvimento da referida rota. Torna-se todavia essencial articular e integrar esta possível rota náutica com atrativos e ou rotas culturais e naturais locais. A integração do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina neste possível projeto torna-se essencial, nomeadamente na mediação com as comunidades piscatórias e no processo de desenvolvimento de infraestruturas e produto a oferecer.

ALBUFEIRA DA BARRAGEM DE SANTA CLARA

A Albufeira da Barragem de Santa Clara é o espelho de água mais relevante no Alentejo Litoral. As suas dimensões tornam-na num pólo de potencial interesse, se bem que a localização e acessibilidades são pouco favoráveis, encontrando-se contudo a poucos quilómetros da linha férrea (intercidades e alfa). De todo o modo, a par das excelentes condições naturais para remo e canoagem, este é um local reconhecido pela existência de uma antiga Pousada de Portugal: a Pousada de Santa Clara. A Pousada encontra-se atualmente em processo de abertura por parte de uma entidade privada.

Esta Albufeira é significativamente limitada em termos de uso lúdico, pela sua condição legal de uso (Albufeira de águas Públicas classificada como protegida), situação à qual acresce a quase total ausência de infraestruturas, nomeadamente no apoio à prática e recreio náutico. No entanto, a pesca (ao achigã), o uso banear, a canoagem e outras atividades náuticas sem motor (motores a 2 tempos e motas de água interditas) são

práticas a considerar, criando-se as necessárias condições legais de uso, bem como ao nível das infraestruturas náuticas de apoio. O interesse e potencial da albufeira são confirmados pela existência de empresas marítimo-turísticas, como por exemplo a Bass Catch que opera no local com embarcações elétricas, oferecendo passeios⁶⁶.

Globalmente, a Albufeira da Barragem de Santa Clara parece apresentar um potencial significativo enquanto possível Centro de Estágios de Remo e Canoagem, tendo os mercados nórdicos como principais mercados emissores. Esta situação seria uma possibilidade para potenciar a exploração da Pousada de Santa Clara.

⁶⁶ A empresa Bass Catch faz inclusivamente publicidade no local, apresentando nestes suportes embarcações com motores de expulsão.

5.1.2. BAIXO ALENTEJO

RIO GUADIANA: POMARÃO E MÉRTOLA

O rio Guadiana assume-se como um potencial eixo estratégico para o desenvolvimento do turismo náutico no Alentejo. A navegabilidade do rio está todavia condicionada por questões de assoreamento. Torna-se vital, neste contexto, a melhoria das condições de **navegabilidade (nomeadamente para embarcações cruzeiro até 12 metros)**, infraestrutura portuária e reabilitação das margens no tramo internacional do rio Guadiana, em particular no troço entre a Ponte Internacional do Guadiana e o Pomarão, de modo a garantir o desenvolvimento da navegação recreativa e da potenciação dos usos recreativos, turísticos e desportivos associados ao rio, que proporcionem o desenvolvimento sustentado das áreas marginais do rio.

Figura 53 – Cais do Pomarão



Fonte: Própria

O Pomarão é atualmente um ponto de referência dado o contexto de navegabilidade do rio. Antigo porto de carga de minérios e, mais tarde, de enxofre proveniente das Minas de São Domingos (transporte ferroviário entre as minas e o Pomarão), constitui, atualmente, um pequeno núcleo habitacional, com algumas infraestruturas de apoio às atividades náuticas, designadamente dois pontões de atracação com as respetivas rampas de acesso pedonal, uma rampa de acesso ao plano de água para veículos e

embarcações e um guindaste. É neste local que atracam a maioria dos **veleiros** que demandam o Guadiana para montante, definindo-se assim como um local estratégico para o acesso do turismo ao Baixo Alentejo. Só com maré alta é possível navegar até Mértola onde as condições de atracação são também limitadas. A melhoria da navegabilidade e das condições de porto poderia ser igualmente importante para o desenvolvimento do núcleo museológico de Mértola e territórios envolventes. O rio oferece ainda condições relevantes neste troço para atividades de **canoagem**.

Figura 54 – Cais de Mértola



Fonte: Própria

CANAIS DO GUADIANA

Os canais do Guadiana, local privilegiado para a prática de **canoagem**, localizam-se em pleno Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG), à semelhança do Pomarão. *“Com uma área aproximada de 70.000 hectares, o Parque estende-se entre a zona a montante da queda do Pulo do Lobo e a ribeira do Vascão, a sul de Mértola. Inclui unidades paisagísticas bem diferenciadas: os vales encaixados do rio e seus afluentes, as elevações quartzíticas das serras de Alcaria e São Barão e uma extensa e agreste planície onde crescem arvenses de sequeiro, montados de azinho e áreas de esteval. Nas zonas mais declivosas das serras e linhas de água, com fraca intervenção humana, encontra-se ainda o chamado matagal mediterrânico, expressão da vegetação original da região”*⁶⁷. É a partir destes canais que as descidas do rio em canoagem, que incluem alguns rápidos, são permitidas pelo PNVG.

⁶⁷ In <http://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/viva/vale-do-guadiana/>

É importante considerar ainda o possível estabelecimento de **rotas e percursos náuticos em canoa**, em articulação com percursos pedestres e o património cultural relevante existente, como por exemplo alguns moinhos (azenhas), e em **complementaridade com a observação de fauna e flora** associados ao ecossistema do Rio.

ALBUFEIRAS DA TAPADA GRANDE E DA TAPADA PEQUENA

As albufeiras da Tapada Grande (regime de utilização Protegido) e da Tapada Pequena (regime de utilização livre) são planos de água, construídos originalmente para apresar as águas necessárias ao funcionamento do complexo mineiro de S. Domingos. A Tapada Grande com as suas ilhotas constitui um local paisagisticamente relevante, utilizado nas atividades de lazer associadas à náutica, com uma **praia fluvial** das melhores existentes no Alentejo e que possui boas condições para a prática de desportos aquáticos, nomeadamente a **canoagem, windsurf, vela ou paddle**.

Este plano de água é frequentemente utilizado como pista de treino do Clube Náutico de Mértola e começa a despontar o interesse por atletas estrangeiros durante o inverno. A Albufeira tem sido palco de várias **competições e eventos náuticos**, especialmente as Taças de Portugal de Maratonas de Canoagem e o Campeonato Nacional de Maratona de Canoagem.

Figura 55 - Tapada Grande - infraestruturas



Fonte: Própria

O objetivo do município de Mértola é dotar a Tapada Grande com uma **pista de canoagem** que permita melhorar e diversificar as condições de treino, mormente na prática de velocidade (200 m, 500 m e 1000 m). Assegurar também as condições para competições nacionais e internacionais, com instalações de apoio às atividades desportivas.

O Hotel de São Domingos pela sua localização, e apesar de não ter qualquer oferta própria direcionada para as **atividades náuticas**, disponibiliza serviços deste âmbito em parceria com o **Clube Náutico de Mértola** e outros prestadores de serviço privados. Esta unidade é igualmente procurada como possível **centro de estágios para seleções de canoagem** provenientes do norte da Europa. Por outro lado, contiguamente ao hotel está localizada uma **praia fluvial**.

Paralelamente em articulação com o produto turismo náutico é de considerar ainda a prática de **autocaravismo**, na medida em que o local já é frequentemente procurado por turistas estrangeiros (holandeses, alemães, ingleses, franceses e espanhóis). Este é um público relevante na medida em que fazem compras no mercado semanal da aldeia, nomeadamente legumes e vegetais, mas também produtos regionais, como por exemplo o azeite. De todo o modo, há que dotar o local com as necessárias infraestruturas.

ALBUFEIRAS DE ALVITO, DE ODIVELAS E DO PEDRÓGÃO

A albufeira de Alvito tem como principal vocação a rega e o abastecimento, circunstância que define o seu regime de utilização. Situa-se a aproximadamente a 5 km do lugar de Albergaria dos Fusos e a 20 km da Vila de Cuba. Esta albufeira materializa a sua vocação turística, nomeadamente para atividades náuticas, em torno do projeto da Herdade da Cegonha.

Figura 56 – Localização da Herdade da Cegonha



Fonte: Plano de Pormenor da Herdade da Cegonha, 2009

A albufeira de Odivelas tem igualmente a rega e abastecimento como principal vocação. Está localizada entre as ribeiras de Figueira e Odivelas, no concelho de Ferreira do Alentejo (6.252 ha), do distrito de Beja e dos concelhos de Grândola (565 ha) e Alcácer do Sal (28 ha), do distrito de Setúbal. A sua praia fluvial com mais de 60 metros é o principal espaço vocacionado para uso recreativo e náutico

A barragem de Pedrógão, situada na freguesia de Pedrógão, foi construída com a finalidade principal de funcionar como barragem de contraembalse, permitindo assim recuperar parte da água usada em Alqueva para produzir energia e para servir os subsistemas de rega de Ardila e Pedrógão. A sua construção deu origem à Albufeira de Pedrógão, com uma capacidade útil de cerca de 54 hm³ e possuindo um espelho de água de 11 km². Face à sua vocação principal, este espelho de água é uma zona protegida. O espelho de água apresenta uma pista de pesca com condições limitadas. As suas margens apresentam um potencial relevante para ciclovias e percursos pedonais.

5.1.3. ALENTEJO CENTRAL

VALE DO SORRAIA, RIBEIRAS DA RAIA, DA SEDA, DE TERA, DE SOR E DO DIVOR

O vale do Sorraia e as Ribeiras da Raia, da Seda, de Tera, de Sor e do Divor formam um ecossistema único para o desenvolvimento de diversas atividades no âmbito do turismo náutico. Neste contexto territorial a complementaridade do produto turismo náutico poderá ser ainda dinamizada em articulação com outros produtos, nomeadamente o turismo na natureza. Acrescem ainda, a título meramente exemplificativo, ofertas como o parque de campismo rural de conceito *glamping* (*glamorous* e *camping*) ou o Fluviário de Mora.

Figura 57 – Levada da Ribeira da Seda



Fonte: Própria

As levadas existentes nos municípios de Avis e Ponte de Sor resultam do projeto hidroagrícola do vale do Sorraia. Durante uma parte do ano as albufeiras de Maranhão e de Montargil (Alto Alentejo) armazenam água para no período estival disponibilizarem a mesma aos campos do vale do Sorraia, através das levadas. Muita da água disponibilizada pelas barragens voltam ao curso das respetivas ribeiras, permitindo o aumento dos caudais e as atividades náuticas em pleno verão. A título de exemplo, a empresa Azenhas da Seda organiza percursos ao longo das levadas em parceria com a

Associação de Regantes do Vale do Sorraia e, no caso da levada da ribeira da Seda, desenvolve a atividade de **hidrospeed** pelo interior da levada. Importa ainda mencionar a existência de rápidos e cascatas nos cursos de água que alimentam a ribeira da Raia, que proporcionam atividades de aventura em pleno verão a uma distância-tempo de uma hora a partir de Lisboa.

A articulação destas atividades de aventura com percursos pedestres ao longo das ribeiras (a meia vertente) revela-se pertinente, considerando a excelência das paisagens existentes. A existência de pistas de pesca desportiva neste território revela-se de primordial importância para o desenvolvimento das atividades turísticas. Com efeito, as pistas de pesca de Mora e de Cabeção apresentam um elevado desenvolvimento para a pesca em águas interiores, patente no reconhecimento internacional que lhes está associado (campeonato do mundo de clubes em Cabeção, em 2013; campeonato mundial de pesca feminino, em 2014; provas desportivas nacionais, regionais e de amadores). A pista de Pavia, intervencionada recentemente, oferece também condições para a receção de diversas provas.

FLUVIÁRIO DE MORA

O Fluviário de Mora, localizado nas proximidades do Açude do Gameiro, constitui-se como um recurso singular e um produto âncora no território, na medida em que é um dos principais aquírios de água doce da Europa, permitindo um contato diferente com este tipo de ecossistemas, proporcionando uma distinta simulação da viagem de um curso de água desde a nascente até à foz, através de uma sucessão de espécies representativas da fauna piscícola de água doce, entre outros motivos de interesse, como sejam os tanques exteriores com as lontras.

“A concretização do Fluviário de Mora visou a criação de um equipamento único em Portugal, de natureza científica, cultural e de lazer que, recriando o universo aquático, consolidasse uma vertente educativa e ambiental. O conjunto das exposições, visualizadas através de modelos vivos e dinâmicos é uma mais valia na apreensão de amplos e abrangentes conhecimentos relacionados com a perceção da importância da

biodiversidade e da riqueza ecológica associada, dos programas de conservação da natureza.”⁶⁸

Como pólo de desenvolvimento local, o Fluviário de Mora, pelo seu significado poderá assumir-se como uma base estratégica para o desenvolvimento do turismo náutico na região, sendo potencializado como **gateway para diversas atividades náuticas** e outras ofertas relacionadas neste domínio territorial, como por exemplo o Parque Ecológico do Gameiro ou as diversas ribeiras localizadas na área envolvente.

O projeto de estabelecimento de um cruzeiro fluvial na ribeira da Raia, desde o Açude do Gameiro até 6 km para montante, poderá constituir-se, em associação com o Parque Ecológico do Gameiro e o Fluviário de Mora, como estratégico no âmbito do desenvolvimento das atividades náuticas em complementaridade com outros produtos que a região oferece (gastronomia e vinhos, touring cultural, etc.).

ALBUFEIRA DOS MINUTOS

A barragem dos Minutos foi oficialmente inaugurada em 24 de fevereiro de 2002. Além da barragem, o projeto envolveu a execução de uma rede de rega e drenagem. A área do espelho de água é de 5,3 km².

A albufeira dos Minutos localiza-se entre o triângulo definido por Montemor-o-Novo, Arraiolos e Évora, sendo alimentada pelas ribeiras de Almansor, Matoso, Alçalva e Santa Sofia. A barragem situa-se a 15,2 km da nascente do Almansor e tem uma bacia hidrográfica com 95 km².

ALBUFEIRA E BARRAGEM DE LUCEFECIT

No curso da Ribeira de que lhe dá o nome e localizada no município do Alandroal, próximo da localidade de Terena, a Albufeira encontra-se na bacia hidrográfica do Guadiana.

Apresenta uma boa acessibilidade (junto à estrada nacional 255) a par de uma condição de utilização livre, facto que a torna singular na região e muito procurada pelas

⁶⁸ in <http://www.fluviariomora.pt/fluviario/conceito>

populações locais, incluindo dos municípios envolventes. As margens são 85% privadas mas os proprietários permitem a ocupação dos terrenos envolventes.

Apresenta um potencial relevante para a vela ligeira, *ski* aquático, pesca desportiva, navegação à vela e *windsurf*.

Há investimento privado na envolvente da barragem, nomeadamente a Herdade dos Barros, mas o potencial existente justifica o desenvolvimento de infraestruturas de apoio às atividades náuticas (por exemplo uma base náutica), bem como outras complementares e de apoio como percursos de BTT, percursos pedestres, parques de lazer e outras infraestruturas de apoio (WC, serviços de restauração, etc.). Evidência ainda do potencial a explorar é o facto de haver apenas uma empresa marítimo-turística registada no município de Alandroal.

ALANDROAL: JUROMENHA

Localizada no município do Alandroal (Estrada Nacional Elvas-Alandroal) a 15 km de Elvas e do Alandroal, a aldeia de Juromenha oferece um excelente enquadramento cénico dominado pela fortaleza (com projeto em aprovação para hotel e museu) e pelo espelho de Água da Albufeira de Alqueva.

Do ponto de vista náutico, oferece um embarcadouro limitado (onde os 200 metros finais de acesso são extramente limitados ao nível da circulação automóvel e de pessoas), nomeadamente por relação ao congénere localizado na margem Espanhola com capacidade para cerca de 20 embarcações e com um centro náutico de apoio. Todavia há uma empresa marítimo-turística instalada no local (dos mesmos proprietários do Convento de São Paulo).

As condições de navegação são relevantes para diversas atividades náuticas para além dos passeios de recreio, como por exemplo, canoagem, *paddle*, remo (dado que se está perante um braço da albufeira). Oferece igualmente condições para o estabelecimento de uma potencial praia fluvial com parque de lazer associado.

ILHAS DO ALQUEVA: NOVO MODELO PRECONIZADO PELA EDIA

No âmbito da Estratégia para a Conservação e Valorização das Ilhas e Penínsulas de Alqueva promovida pela EDIA identificou-se um universo de cerca de uma centena e meia de ilhas permanentemente emergentes e isoladas entre a cota média de exploração (147,5 m) e a cota máxima de exploração (152 m) e que apresentam áreas iguais ou superiores a 0,5 ha. Deste universo foram, após análise, consideradas 3 categorias de espaços:

- Conservação da Natureza:

Aumento do valor natural sem que as ilhas estejam associadas à geração de valor através de atividades produtivas. Ilhas com valor ecológico excecional ou elevado.

- Uso desportivo e recreativo I:

Geração de valor económico, através de atividades que permitam também a manutenção do valor natural.

- Uso desportivo e recreativo II:

Geração de valor económico, através de atividades que permitam também a manutenção do valor natural. Estas ilhas têm construções pré-existentes, as quais podem ser aproveitadas.

Neste contexto, definiu-se um modelo de gestão proposto pela EDIA, o qual visa aumentar, simultaneamente, o valor natural e o valor económico das ilhas de Alqueva:

- Gestão de ilhas com objetivos exclusivos de conservação da natureza

controlada por programas de monitorização com frequência elevada e sob responsabilidade da EDIA.

- Concessão de ilhas a operadores privados para a realização de atividades para as quais tenham aptidão

A concessão tem associado um Caderno de Encargos Ambiental que especifica as ações da responsabilidade do concessionário, entre as quais a

conservação do valor natural e a sua monitorização. Estes contratos de concessão serão negociados e geridos pela EDIA.

Sugere-se, igualmente, a **criação do Parque Natural Regional das Ilhas de Alqueva** incluindo todas as ilhas do arquipélago, através de uma iniciativa conjunta com os municípios e o ICNF. Importa, neste contexto, considerar a implementação do conceito de “Porta”, criando neste locais infraestruturas de apoio ao uso turístico e de lazer (equipados com centro de divulgação, informação, reserva de atividades marítimo-turísticas, desinfeção e vistoria de embarcações privadas e outras atividades de fiscalização, etc.)

REGUENGOS DE MONSARAZ: CENTRO NÁUTICO DE MONSARAZ E PARQUE DE MERENDAS DE CAMPINHO

CENTRO NÁUTICO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Localizado próximo da Vila medieval de Monsaraz e da aldeia de Telheiro, numa paisagem dominada por uma ilha, o Centro Náutico, inaugurado em julho de 2010, oferece um conjunto de infraestruturas de apoio singulares, possuindo um bar/restaurante com esplanada e estacionamento, área de lazer (com mesas e bancos), WC e caixotes para lixo.

Ao nível das infraestruturas para as atividades náuticas dispõe de uma rampa de varadouro junto ao cais. Este disponibiliza quatro plataformas de acesso interligadas, um pontão de atracação com 4 *fingers* interiores e alguns equipamentos, embora danificados (ex: extintores).

Figura 58 – Cais Monsaraz



Fonte: Própria

São possíveis diversas atividades oferecidas pelo concessionário do bar/restaurante, como por exemplo: **ski aquático, wakeboard, mono ski, kneeboard, canoas, kayaks e gaivotas**. A empresa marítimo-turística Sem Fim desenvolve as suas atividades neste Centro Náutico, nomeadamente passeios em embarcações de diversos tipos, incluindo um veleiro centenário.

ANCORADOURO DE CAMPINHO

Localizado próximo da aldeia ribeirinha de Campinho (Reguengos de Monsaraz), do aeródromo (Além-Tejo) - dedicado à aviação ligeira desportiva e de lazer - e de um Parque de Campismo, localiza-se o **Parque de Merendas de Campinho**. Oferece uma área de lazer requalificada com algumas infraestruturas de apoio (WC com duches e contentores para lixo; estacionamento ordenado). Do ponto de vista náutico, dispõe de um cais de atracação com acesso articulável, mas sem rampa de acesso ao plano de água. É um local procurado para pesca lúdica, oferecendo ainda potencial para diversas atividades náuticas e recreativas.

PORTEL: CENTRO NÁUTICO DA AMIEIRA E AMIEIRA MARINA

A empresa Nautilalqueva Serviços Náuticos Lda., empresa de capital privado, detentora da Gescruzeiros é promotora da *Amieira Marina*. O *core business* da Amieira Marina são os barcos-casa e a marina possui condições de atracagem para 15 embarcações desta tipologia, mas igualmente dezenas de espaços de atracação para embarcações de privados. É ainda local sede de atracação das embarcações Guadiana, Degebe e Alcarrache (o Guadiana, adquirido em 2007, tem capacidade para 120 passageiros, com possibilidade de refeições a bordo; os Degebe e Alcarrache têm capacidade até 25 passageiros). Das suas excelentes condições para as atividades náuticas motorizadas fazem parte várias infraestruturas e equipamentos que garantem a prestação de serviços qualificados de apoio. Possui, entre outras, as seguintes valências: posto de abastecimento de combustível; *catering* a bordo dos barcos-casa; garantia de acessibilidade às embarcações a qualquer pessoa (turismo acessível); serviços de manutenção das embarcações; rampa de varadouro nas proximidades dos cais de atracação, acessível a particulares; bar; receção; estruturas de formação, onde são ministrados conteúdos teóricos e práticos sobre a navegação na albufeira, mas também informação turística sobre as aldeias ribeirinhas e os locais de interesse na envolvente do plano de água.

Figura 59 – Amieira Marina



Fonte: Própria

Atualmente, os clientes são maioritariamente nacionais, contrariamente ao que acontecia no início da atividade, embora a receita seja igualmente repartida (os estrangeiros adquirem pelo menos uma semana, enquanto os portugueses, em maior número, adquirem uma experiência de 2 ou 3 dias).

A empresa associa ao produto barco-casa o aluguer de canoas e bicicletas, muito úteis para os clientes poderem pescar em locais interditos a embarcações com motor e para se deslocarem pelas aldeias ribeirinhas. Para além destes serviços, a Amieira Marina, em parceria com outras empresas locais, disponibiliza igualmente outras atividades complementares, designadamente *ski*, *wakeboard*, etc., embarcações à vela, passeios em balão de ar quente, passeios a cavalo ou em charrete, passeios de *Kart Cross* associados ao megalitismo, gastronomia e provas de vinho, atelier de olaria, e visita à ganadaria Murteira Grave (Mourão). No entanto, existem algumas lacunas na sinalética envolvente do plano de água, sobretudo para quem se desloca a partir deste.

Figura 60 – Barcos-Casa da Amieira Marina



Fonte: Própria

Algumas restrições contempladas no POAAP foram identificadas pelos operadores como limitativas das atividades náuticas na albufeira do Alqueva.

O Centro Náutico da Amieira, local mais próximo da Aldeia que lhe dá o nome, oferece um cais com 4 *fingers*, através de acesso por 4 pontões articulados. Está equipado com infraestruturas básicas de apoio (WC, caixotes para lixo) e uma zona de sombreamento para apoio às atividades de lazer, estando ainda prevista a construção de um restaurante neste espaço. Um extenso passadiço conduz os visitantes do Centro Náutico à aldeia.

Estes espaços apresentam um **potencial elevado na medida em que permitem a realização de diversas atividades náuticas motorizadas (cruzeiros, *ski*. etc.) e não motorizadas (canoagem, *paddle*, etc.)**

MOURA: NÚCLEO DA BARRAGEM DO ALQUEVA

O núcleo da Barragem do Alqueva, espaço localizado nas proximidades do paredão, equipado com infraestruturas propriedade da EDIA e geridas por esta entidade, mas em parte operadas pela AlquevaLine (com contrato até setembro de 2014), oferece diversos **espaços/equipamentos de apoio às atividades náuticas**: WC, bar, estacionamento não estruturado, posto de acolhimento, área de lazer (com mesas e bancos). Este é por excelência um dos locais mais procurados da Albufeira do Alqueva, fruto da sua localização próxima do paredão.

Ao nível do plano de água, existem dois cais de atracação (com rampa de varadouro próxima) para embarque e desembarque de passageiros dos **cruzeiros operados pelas empresas Gescruzeiro, S.A. e AlquevaLine**. A **marina** oferece 28 espaços de atracação e um pontão reservado para as embarcações Guadiana, Degebe e Alcarrache.

Existem igualmente espaços de atracação reservados para os **barco-casa da Amieira Marina**. Ao nível legal de uso, o facto de não existir limite de potência dos motores na albufeira, apenas de velocidade (25 nós), define este espaço como particularmente atrativo para atividades náuticas motorizadas. Apesar das excelentes condições, este espaço carece de alguma qualificação em diversos aspetos, como por exemplo ao nível da iluminação pública, situação que condiciona a atividade dos operadores marítimo-turísticos privados, considerando a suscetibilidade a atos de vandalismo.

Figura 61 – Embarcações dos operadores nos cais da Barragem do Alqueva



Fonte: Própria

A leste do paredão da Barragem do Alqueva situa-se o Pinhal e Pousada da EDP. Esta área encontra-se sob gestão da EDIA ao abrigo de um contrato de comodato celebrado entre esta entidade e a EDP. O espaço em questão afigura-se como uma potencial infraestrutura de alojamento e lazer. Atualmente estes quatro blocos de apartamentos com capacidade para cerca de 80 quartos, alojam apenas a Força Especial de Bombeiros (FEB) Canarinhos e a Fuel TV. Contudo, o espaço carece de uma reabilitação significativa de forma a potencializar o seu uso turístico e recreativo.

Igualmente do ponto de vista náutico no município de Moura é de relevar o **povoamento ribeirinho da Estrela**, o qual oferece um **cais de atracação com 4 fingers** (localizado mais a Sul da aldeia). O acesso ao cais faz-se por 4 pontões articulados. O local oferece igualmente algumas infraestruturas de apoio e de lazer (por exemplo um restaurante).

Figura 62 – Cais da Estrela



Fonte: Própria

MOURÃO: ALDEIA DA LUZ e PARQUE DE MERENDAS DE MOURÃO

A localidade de Aldeia da Luz é um dos principais pólos a considerar no contexto do turismo e recreio náutico no município de Mourão. O novo cais da Aldeia da Luz, instalado a noroeste da aldeia, permite a atracagem de 10 embarcações, oferecendo a plataforma de acostagem mais de 30 metros.

Figura 63 – Cais do Mourão



Fonte: Própria

O acesso ao cais faz-se por um passadiço de madeira com cerca de 700 metros. Acresce ao **potencial para atividades náuticas motorizadas e não motorizadas, numa perspetiva de complementaridade, o Museu da Luz, o qual revela as ocupações**

tradicionais, mas também as diferentes fases da construção da atual aldeia e da demolição da antiga Aldeia da Luz.

A dinamização das atividades náuticas pode ser particularmente relevante para o tecido económico-social local, porquanto este é um local relativamente despovoado, com consequências na desocupação de algumas infraestruturas (ex: a creche).

Face à falta de alojamento, o caravanismo pode ser potenciado, tendo como referência a estação de recolha de águas negras já existente.

Nesta área, carece ainda de particular destaque do ponto de vista da relevância para o turismo e recreio náutico o Parque de Merendas de Mourão, apesar dos seus equipamento e infraestruturas carecerem de reabilitação. O Parque de Merendas de Mourão localiza-se a cerca de 2 km de Mourão numa península rodeada pela albufeira de Alqueva. O Parque de Merendas é constituído por pequenas áreas de lazer individualizadas por vegetação. Toda a área é arborizada e confinante com o plano de água. **É um dos principais parques de merendas da região** com vários grupos de mesas e *barbecues*. Tem um miradouro em madeira do qual se consegue visualizar a albufeira de Alqueva e a vila de Mourão. Possui wc portáteis, um parque de estacionamento e uma rampa de acesso ao plano de água (terra), virada a Sul. Mais a Norte, numa zona contígua ao Parque de Merendas encontra-se o cais de atracação constituído também por 3 *fingers* de cada lado do pontão. Há igualmente nas proximidades uma rampa de varadouro em alcatrão nas proximidades (anterior estrada de acesso à antiga aldeia da Luz). As infraestruturas existentes colocam este espaço como um potencial núcleo para **atividades náuticas recreativas** na região.

5.1.4. ALTO ALENTEJO

GAVIÃO (PRAIA DO ALAMAL)

A praia Fluvial do Alamal, ou praia da Quinta do Alamal localiza-se no concelho de Gavião, apresentando um enquadramento cénico único no qual se vislumbra a partir do seu extenso areal o Castelo de Belver alcandorado. As encostas do Tejo são igualmente um fator de atração, circunstância materializada na integração desta praia no percurso pedestre PR1 – Arribas do Tejo. Acresce ainda toda a zona verde associada à Quinta do Alamal.

Figura 64 – Praia do Alamal (Gavião)



Fonte: <http://www.cm-gaviao.pt/pt/turismo/praias-fluvial-do-alamal>

A praia apresenta diversas infraestruturas de apoio (casas de banho, espaços de restauração, unidade de alojamento) e algum equipamento náutico. Sendo uma praia

acessível oferece ainda: acesso pedonal fácil e livre de obstáculos, a partir da via pública envolvente, estacionamento ordenado e com lugares reservados para viaturas ao serviço das pessoas com deficiência; acesso pedonal, através de percurso acessível, até à zona de banhos de sol e o mais próximo possível da zona de banhos; passadeiras sobre o areal, sempre que este exista, e, nos restantes casos, um percurso pavimentado, firme e contínuo, instalações sanitárias adaptadas, servidas por um percurso acessível; posto de primeiros socorros acessível, servido por um percurso acessível e a existência de nadador salvador. Ao nível da acessibilidade destaca-se o fato da praia ser acessível de comboio a partir de Lisboa.

O modelo de exploração e a sazonalidade de alguns serviços são a principal condicionante.

ALBUFEIRA DE PÓVOA E MEADAS

Localizada no concelho de Castelo de Vide, a 11 km da sede municipal, a albufeira de Póvoa e Meadas, classificada como de utilização limitada, tem ganho acrescida notoriedade pela sua associação ao Festival Andanças. As suas margens confinadas por terrenos com acesso público e privado acolhem um parque campismo e caravanismo (o qual não está integralmente regulamentado). Ao nível dos equipamentos náuticos o Município dispõe de uma infraestrutura pré-fabricada para recolha e guarda de canoas, gaiotas e embarcações. A exploração deste equipamento é sazonal e está concessionada. No local o Município está ainda a desenvolver as necessárias diligências tendo em vista a aquisição de 5 casas à EDP afetas à exploração e gestão da barragem. Há ainda potencial para o desenvolvimento de percursos pedestres associados a componente natural e cultural (monumentos megalíticos – identificados e marcados pelo Município).

ALBUFEIRAS E BARRAGENS DO CAIA E DE ABRILONGO

As albufeiras e barragens do Caia e de Abrilongo apresentam localizações transfronteiriças relevantes e espelhos de água de dimensão considerável. A sua condição de utilização protegida, com liberdades de uso condicionadas, retira-lhes muito

do potencial. Porém, as suas localizações face aos demais recursos potenciais para o turismo náutico na região, definem-nas como hipotéticos pólos de interesse.

A albufeira do Caia, com parque de campismo concessionado ao Clube de Campismo de Lisboa, oferece uma zona para potencial utilização turística junto ao pontão da barragem, espaço atualmente procurado para pesca e lazer. Este local já recebeu uma prova de **windsurf** em 2013 (adiada em 2014 pela falta de vento). A 200 metros da margem está localizada uma ilha que poderia ser explorada, nomeadamente para a prática de **wakeboard, paddle ou canoagem**.

A albufeira de Abrilongo confina nomeadamente com a Herdade do Monte Alto, mas não apresenta qualquer tipo de infraestrutura, apesar de ser um dos principais espelhos de água da região. Importa destacar que nesta albufeira, apesar da ausência de infraestruturas, já se realizaram duas provas nacionais de *hobie cats*.

LAGO DA ALFARÓFIA

Inserido numa Herdade com o mesmo nome, o lago da Alfarófia apresenta uma área de 6 hectares e tem uma capacidade de 100.000 m³. Situa-se no município de Elvas, mais propriamente no Caia, a 5 km de Badajoz (Espanha). Aberto no final de 2007, o Lago começa a ser reconhecido por pescadores europeus de **pesca desportiva, mais propriamente de *carpfishing*** (*carpas royal e black-bass*), que encontram neste um destino frequente para disfrutar da pesca.

O Lago oferece condições únicas para a criação de Carpas, fruto da sua inserção numa herdade com 41 hectares, tendo sido construído com a finalidade de abastecimento de água para a atividade agrícola (regadio).

A profundidade média é de 3-4m alcançando a sua cota máxima nos 6m. Durante quase todo o ano, a água esta em processo constante de renovação. Um grande volume de água abandona o lago com a função de regadio, mas é simultaneamente compensada pela entrada de água do canal que o alimenta. Isto permite uma qualidade de água excelente, muito oxigenada, ao mesmo tempo que o nível se mantém constante durante todo o ano. Outras condições essenciais para o desenvolvimento das carpas decorrem do facto do lago ser muito rico em lagostim do rio e ter uma área de 7 000m² de juncos, tornando-se esta zona em habitat natural singular.

As carpas do Lago da Alfarófia são nomeadamente reconhecidas e procuradas pelos pescadores europeus dada a sua grande dimensão média (de 23.6 kg a 9.5 kg).

Esta Herdade possui ainda um outro lago com condições distintas, onde poderá ser possível a prática de *wakeboard*.

A Ribeira de Sor, mais concretamente na localidade de Ponte de Sor é igualmente um pólo de referência a considerar no âmbito da pesca desportiva. A pista de pesca de Ponte de Sor, localizada no centro da cidade, integra um pólo de oferta singular com um extenso parque de lazer, um parque de manutenção física, um complexo de piscinas descobertas, um campo de ténis e um anfiteatro para atividades culturais. As pontes sobre a ribeira permitem o desenvolvimento de percursos pedestres. A nível náutico a pista de pesca desportiva (com pontos de pesca de 12/12 metros, a qual tem potencial de prolongamento) permite a captação de eventos internacionais, situação condicionada pela falta de oferta de alojamento na cidade. Há também um ancoradouro. A cota da ribeira altera significativamente ao longo do ano, sendo possível, através de uma intervenção de obra, reposicionar as comportas existentes, estabilizando a cota da ribeira neste troço (garantindo a circulação da água).

O prolongamento da pista de pesca de Ponte de Sor e do parque para jusante, permitirá receber provas internacionais, modernizar o açude com eventual criação de escada de peixes, ampliação da zona de lazer, integração de uma ribeira afluyente com integração de um moinho de rodízio oitocentista (com eventual instalação de um centro interpretativo destas estruturas), ordenar a margem esquerda, melhorar a monitorização da cota e qualidade de água do espelho de água, requalificar paisagisticamente uma das entradas da cidade, etc).

ALBUFEIRA E BARRAGEM DE MONTARGIL

A Albufeira da Barragem de Montargil constitui-se como um pólo de elevada relevância estratégica no âmbito das atividades náuticas, considerando a dimensão do plano de água, mas igualmente pela possibilidade de realização de inúmeras atividades **aquáticas, com e sem motor**, dado que está classificada como de utilização livre.

O hotel Lago Montargil & Villas é o principal pólo de desenvolvimento e alojamento para as atividades náuticas. Oferece 105 quartos (2 piscinas interiores aquecidas, SPA, 3 piscinas exteriores, diversos espaços para eventos) e 7 moradias V2 e V3.

Em termos de turismo náutico as infraestruturas e atividades estão concessionadas à empresa Bruno Maia, unipessoal. O hotel tem uma sazonalidade muito forte (10/15 quartos durante a semana e taxas de ocupação de quase 100% ao fim-de-semana). Anos houve em que encerrava na época baixa. O mercado *corporate* tem sido estratégico para atenuar esta situação. Este mercado procura atividades náuticas em contexto de formação e incentivos através de atividades de *team building*.

Esta unidade hoteleira dispõe de um 25 *fingers* com capacidade para 50 embarcações. Estes espaços são essencialmente procurados de maio a setembro. Há a ambição de construir um parque aventura aquático com insufláveis (junto ao pontão de acesso aos *fingers*), com um investimento orçado em 50 mil euros. Dado o potencial e as condições naturais deste espelho de água, estão a ser desenvolvidos contactos para receber estágios de seleções de **remo** de países do norte da Europa.

As **praias de areia branca** nas margens da albufeira, sobretudo a montante da marina do hotel são espaços aquáticos muito procurados, designadamente no verão, para atividades náuticas com e sem motor.

O parque de campismo da Orbitur disponibiliza alojamento, infraestruturas e equipamentos para as atividades náuticas, um pontão, aluguer de canoas e outros equipamentos de animação turística (torre e parede de escalada, BTT, campo de paintball - concessionadas a um empresa de animação), identificando-se também como um promotor de relevo neste contexto.

ALBUFEIRA E BARRAGEM DE MARANHÃO

A Albufeira de Maranhão constitui uma pólo de relevância estratégica para o desenvolvimento das atividades náuticas no território em que se enquadra. Apresenta um significativo potencial para diversas atividades como o remo, o *kitesurf*, a vela, o *windsurf*, canoagem e *paddle*).

No contexto particular do **remo**, o potencial e o reconhecimento internacional decorre de um projeto em particular: Herdade da Cortesia (Avis). Esta unidade hoteleira de 4 estrelas com localização sobranceira à albufeira, numa integração harmoniosa com a paisagem, disponibiliza 30 quartos ao nível do solo, uma piscina e um ginásio preparado para os atletas de alta competição (remo).

Figura 65 – Herdade da Cortesia - Alojamento



Fonte: Própria

Oferece ainda as seguintes atividades: passeios em embarcações, canoa, balão e charrete; aulas de volteio; etc., para além de proporcionar o contato com muitos dos campeões olímpicos de remo, que habitualmente treinam nas suas instalações e na albufeira. Com efeito, a Herdade da Cortesia proporciona em plena albufeira o acesso a uma pista de remo balizada com 2 km de comprimento. Esta unidade hoteleira constitui-se de interesse estratégico para a dinamização das atividades náuticas na região, no âmbito de um turismo qualificado de nível superior. De facto, neste território não existe o conceito de Centro de Alto Rendimento de remo e canoagem, como os de Montemor-o-Velho e do Pocinho, mas o hotel assume-se como tal, baseado nos treinos de nível superior que proporciona aos atletas profissionais e nas condições naturais envolventes.

Figura 66 – Cais da Herdade da Cortesia



Fonte: Própria

A existência de um conjunto de casarios abandonados, localizados dispersamente na vertente contígua ao paredão da barragem (antigas casas que apoiaram os serviços de construção e manutenção desta infraestrutura), propriedade da APA, pode constituir um elevado potencial para suporte às atividades náuticas, não só pela paisagem soberba sobre a albufeira e a Ribeira da Seda, mas, igualmente, pela pertinência da sua reversão para alojamento e disponibilização de serviços de apoio às atividades desportivas associadas ao plano de água.

5.1.5. LEZÍRIA DO TEJO

CHAMUSCA E ARRIPIADO

O concelho da Chamusca é atravessado por 24 km de extensão do Rio Tejo. Na própria Vila da Chamusca podemos encontrar raízes profundas da cultura avieira, pelo que se mantêm alguns assentamentos avieiros, como o Porto do Carvão e o Porto das Mulheres.

Figura 67 – Concelho da Chamusca – facilidades associadas ao rio Tejo



Fonte: Município da Chamusca

A norte do concelho encontra-se a aldeia do Arripiado, com uma zona ribeirinha totalmente requalificada no âmbito do Projeto Parque Almourol (ao abrigo do qual foram também criados e sinalizados alguns percursos ribeirinhos e um miradouro para o Castelo de Almourol) para servir como zona de lazer para quem pretende observar o rio. No Arripiado encontramos o cais de S. Marcos e o cais Militar. A Câmara Municipal da Chamusca assegura, durante a semana, a travessia do Tejo numa barca até Tancos e, pontualmente, assegura passeios até ao Castelo de Almourol, por marcação.

Neste eixo do Tejo, podem desenvolver-se circuitos fluviais, possibilitar a prática de vários desportos náuticos, como a canoagem, *stand up paddling*, pesca, etc. Ao longo desta extensão do Tejo, existem ainda percursos pedestres e cicláveis, como o circuito da Borda d'Água.

No entanto, importa ainda considerar neste contexto um conjunto de limitações: ao desenvolvimento do turismo náutico, nomeadamente: inoperância dos equipamentos de apoio às atividades náuticas (cais); inexistência de serviços de apoio às atividades náuticas; inexistência de operação turística; navegabilidade condicionada e dificultada;

ausência de sinalização; insuficiência de limpeza das margens do rio; destruição recorrente das pistas de pesca, devido às cheias.

SANTARÉM

Reconhecida pelo seu acervo histórico-patrimonial, Santarém apresenta-se como uma referência do ponto visto turístico não só regional, mas também nacional, beneficiando ainda de condições únicas de acessibilidade. Ao nível do alojamento turístico é igualmente uma referência importante para a região, concentrando cerca de 50% da oferta.

Do ponto de vista náutico importa considerar a associação da cidade com o rio, sendo todavia as infraestruturas neste domínio extramente limitadas.

SALVATERRA DE MAGOS: MARINA, CAIS E MUSEU DO RIO

A localidade de Salvaterra de Magos é servida pela Vala Real, oferecendo neste contexto uma Marina e um Cais. Neste curso ribeirinho localizam-se ainda o Museu do Rio (antigos ofícios do rio), o Celeiro da Vala (antigo celeiro agrícola, espaço de exposições, nomeadamente dedicado à cultura do arroz) e o Posto de Turismo. Na vila destaque ainda para a Falcoaria Real. A região tem graves limitações ao nível da oferta de alojamento hoteleiro.

Figura 68 – Marina de Salvaterra de Magos



Fonte: Própria

Pelas suas condições de acessibilidade e navegabilidade a Vila de Salvaterra poderá assumir-se como uma porta de acesso ao rio, ponto de partida e chegada para passeios no rio Tejo. A definição de percursos em embarcações de recreio poderá ser articulada com outros pontos de interesse como o Museológico de Escaroupim e as localidades de Valada e Palhota (aldeia avieira).

Figura 69 – Cais de Valada e Palhota



Fonte: Própria

Neste contexto territorial deverá ainda ser considerada a riqueza natural do rio do Tejo, oferecendo um potencial relevante para, em complementaridade com o turismo náutico, o turismo na natureza (ex: observação de aves) e cultural (ex: cultura avieira, rota do cavalo lusitano e rota do arroz).

O rio Sorraia, no seu percurso, percorre no município de Coruche, no sentido oeste/este, aproximadamente 50km. A pesca desportiva e a pesca de lazer são atividades de grande relevância e potencial. O rio Sorraia apresenta uma riqueza piscícola de elevado nível, tornando-o num local privilegiado para a prática de pesca desportiva e de lazer, sendo considerado um dos melhores pesqueiros nacionais. Ao longo do curso existem duas pistas de pesca consolidadas que oferecem excelentes condições para a prática, acolhendo com frequência atividades relacionadas com a pesca. No rio Sorraia têm vindo a ser realizadas competições de nível internacional e nacional, como campeonatos do mundo, campeonatos da Europa e campeonatos nacionais.

- Pista de pesca de Coruche: com aproximadamente 850m de extensão e com largura média de 10m (38°57'21.29"N / 8°31'46.50"O).

Figura 70 – Campeonato do Mundo Pesca Desportiva Água Doce Senhoras 2014



Fonte: Município de Coruche.

- Pista de pesca de Santa-Justa: com aproximadamente 900m de extensão e com largura média de 12m (38°57'21.29"N / 8°31'46.50"O).

Figura 71 – Pesca desportiva na pista de Santa Justa, Couço



Fonte: Município de Coruche

No contexto do rio Sorraia, no município de Coruche, a zona ribeirinha destaca-se pelas suas características:

- ✓ O rio possui um perímetro 2.650m de margens regularizadas que permitem o acesso fácil à água, situação propícia para diferentes práticas de lazer e

eventos, com a interligação da margem possível a nascente – através de uma ponte rodoviária/pedonal – e a poente – através de uma ponte pedonal sobre o dique.

Figura 72 – Zona Ribeirinha de Coruche - Margens



Fonte: Município de Coruche

- ✓ O rio possui uma área útil, com profundidade homogénea, para a prática náutica com uma extensão de aproximadamente 1.350m por 65m de largura média.

Figura 73 – Zona Ribeirinha de Coruche – Atividades Náuticas e Desportivas



Fonte: Município de Coruche

No sentido de consolidar a estratégia desenvolvida seria prioritário:

- ✓ Projetar e instalar um ancoradouro no rio Sorraia, nas proximidades de Coruche, destinado a pequenas embarcações de recreio motorizadas e não motorizadas;
- ✓ Adquirir e concessionar uma embarcação de recreio que possibilite a realização de passeios no rio com grupos;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento de eventos com notoriedade que potenciem o envolvimento de parceiros ligados ao turismo náutico.

Ainda no município de Coruche **destacam-se o Açude da Agolada, o Açude do Monte da Barca e o Lago da Quinta Grande**

O Açude da Agolada (38°57'47.73"N / 8°33'27.17"O) com cerca de 226ha é uma albufeira com 1 km de comprimento, situada a 2,5 km da vila de Coruche, num ambiente saudável, tranquilo e relaxante. Rodeado de vegetação frondosa e abundante (sobreiro e pinheiro, essencialmente), o açude concede numerosas alternativas para quem pretende desenvolver atividades náuticas.

Figura 74 – Imagem aérea do Açude da Agolada, Coruche



Fonte: Município de Coruche

O Açude do Monte da Barca (38°54'35.47"N / 8°28'45.84"O) situa-se a cerca de 9,5km da vila de Coruche e tem uma albufeira com cerca de 2,5km de comprimento, numa área de 884ha. Envolvido por maciços de sobreiro e pinhal, o açude do Monte da Barca constitui um espetáculo de rara beleza, convidativo para as atividades náuticas. A pesca e a canoagem são práticas desportivas recorrentes neste açude.

Figura 75 – Remo no Açude do Monte da Barca, Coruche



Fonte: Município de Coruche

O Lago da Quinta Grande (38°56'25.65"N / 8°31'17.10"O) é um lago artificial que se situa a cerca de 5km da vila de Coruche com um comprimento 690m, uma largura de 100m e uma profundidade 1,55m em toda a área, totalizando aproximadamente 7 ha. O lago insere-se no *Ski Clube Quinta Grande*, que possui uma escola de *ski* aquático. Desde a inauguração da Escola do *Ski Clube Quinta Grande*, em 1997, já ali se realizaram atividades de aprendizagem com o envolvimento de mais de 4166 pessoas, de todas as idades, nacionalidades e níveis.

As instalações do *Ski Clube Quinta Grande* possuem: pista de slalom e de saltos homologada / pista de mini slalom / uma torre de *wakeboard* / barra de iniciação ao *ski* aquático e ao *ski* descalço (*barefoot*).

Figura 76 – Ski aquático no Lago da Quinta Grande, Coruche



Fonte: Município de Coruche

5.2. A NÁUTICA DE RECREIO E A NÁUTICA DESPORTIVA – VERTENTES, DISTRIBUIÇÃO E SIGNIFICADO

As práticas da náutica de recreio no contexto territorial do Alentejo e Ribatejo, encerram dinâmicas de atuação, com amplitudes de maior relevância, se comparadas com a sua dimensão desportiva e competitiva. Tal considerando decorre da apreciação entre a tipologia e intensão de uso (recreativo ou desportivo), do volume médio de praticantes em Portugal, por modalidade e da sua afinidade/proximidade/opção aos contextos geográficos de ação.

Com efeito, o Alentejo e o Ribatejo oferecem uma elevada disponibilidade de recursos hidrográficos, possibilitadores de práticas recreativas, desportivas e turísticas. Todavia, questões como as acessibilidades aos espelhos de água, decorrentes de razões físicas e de regimes de propriedade; a inexistência de infraestruturas e de equipamentos de suporte e apoio à utilização; e a ausência de uma rede sustentada de eventos que garantam a sustentabilidade e a continuidade de uso, traduzem este enorme potencial num elementar simulacro de possibilidades, mas não de efetividades de uso.

Dentro da panorâmica territorial existente, a costa litoral alentejana, alguns poucos espelhos de água de albufeiras de interior e a foz do rio Sado, têm vindo a apresentar propostas efetivas para o desenvolvimento de atividades de náutica desportiva, sobretudo por via da programação e organização de competições integradas nos calendários federativos nacionais e internacionais, bom como através da realização de estágios de formação e treino de curta e média duração.

Neste quadro de operacionalização, o *surf* (*surf*, *bodyboard*, *longboard*, *skimming*), assume ainda uma expressão menor no âmbito da realização de provas de competição, muito embora a costa Alentejana, apresente um elevado potencial, em virtude da diversidade de *spots* e da qualidade das ondas.

Muito embora tenham sido realizadas por diversas ocasiões, especificamente nas praias de S. Torpes e de Odeceixe, provas para o circuito nacional e sobretudo para os campeonatos regionais de *surf*, o litoral Alentejano apresenta outros *break points* de elevada qualidade, para uma possível candidatura à realização de provas de maior dimensão, desde que se garantam as necessárias condições infraestruturais, de organização e acessibilidade que determinem a sua exequibilidade. Os areais selvagens a

norte do município de Sines e, sobretudo, as praias de Aivados e de Malhão, apresentam, pelas suas características, condições para tal, ainda que, como referido, seja fundamental que se criem condições ao nível das acessibilidade e de segurança.

Todavia, é no quadro do *free surf*, e portanto numa vertente puramente de náutica recreativa e turística, que o *surf* oferece uma expressão maior no quadro da costa alentejana. Para além de S. Torpes, que oferece condições de excelência para a prática do ensino e do *surf* adaptado e da praia da Vieirinha, que para lá de apresentar idênticas potencialidades, oferece ainda uma panóplia de ondas para diferentes graus de evolução e competência, as praias dos Aivados (*reef break*, com esquerdas e direitas) e de Malhão (misto *reef break/sand break*, basicamente com direitas), são também procuradas, sobretudo por *surfistas* em deslocação de *surf trip* e *surf caravan*, mas já com um grau de competência médio e elevado. Mais a sul, a praia de Odeceixe, apresenta também condições e excelência para a prática do *surf*, com *beach spots* para diferentes níveis de adequação desde principiantes até praticantes com nível mais evoluído, sendo muito procurada, em processos de complementaridade por *surf trippers* que procuram também as praias mais a sudoeste e já em território Algarvio, nomeadamente Samoqueira, Monte Clérigos, Arrifana e Amado.

A vela desportiva, oferece também, um conjunto de propostas interessantes ao contexto náutico do Alentejo. Muito embora, abaixo do potencial oferecido, quer a Baía de Setúbal, quer principalmente o triângulo Atlântico entre Sesimbra, Setúbal e Sines, com extensões a Vilanova de Milfontes, são esporadicamente palco de regatas de vela de cruzeiro, a três pernas de triangulação e bordo de boia, com possível pernoita nos portos de recreios de Sesimbra e Sines ou na Marina de Tróia. Este tipo de regatas, fundamental para a promoção náutica do Alentejo, carece de uma maior afirmação (ampliação do número de regatas/ano), de uma maior capacidade organizativa dos clubes náuticos do Alentejo e, especialmente de uma adequação dos portos e localidades de acolhimento para este tipo de eventos, ao nível do recetivo turístico.

Ao nível da vela ligeira de competição, existe alguma oferta federativa, ao nível regional, quer na baía de Setúbal, quer na baía de Sines, ao nível das classes olímpicas (*optimist*, *laser*, 420, 470) sendo realizadas também provas de bisco, quer em Setúbal/Tróia, quer em *hobbie cat* em Sines (Sinescat). Podemos encontrar também esporadicamente

alguns eventos organizados de vela ligeira nas barragens de Abrilongo, Caia e Montargil, sobretudo ao nível da classe de bicascos.

Ao nível da náutica de recreio e no âmbito da vela de cruzeiro, refira-se ser uma atividade com um interessante potencial de crescimento, quer por via de saídas de lazer de um dia, com retorno a porto de abrigo (Marina de Tróia, Porto de recreio de Sines), sobretudo ao nível da sua operacionalização turístico-comercial, quer por via do trânsito de navegação sazonal Lisboa-Algarve, em regime de navegação em Cabotagem, sendo que para isso importa garantir condições de fundeadouro não só no Porto de Sines, como principalmente na adaptação dos portinhos de pesca existentes ao longo da costa alentejana, para o processo de acolhimento de embarcações até 40 pés, nestes portinhos (Porto da Entrada da Barca, do Canal, Lapa de Pombas e Azenha do Mar). Ao nível das dinâmicas náuticas no *hinterland*, a albufeira do Alqueva, oferece também um elevado potencial para as práticas de vela de recreio, sobretudo ao nível da vela ligeira, bem como, no quadro da náutica recreativa, por via das propostas já existentes de passeio de embarcações motorizadas.

A pesca desportiva e a pesca recreativa, de costa e de albufeira, para além de apresentarem enormes potencialidades ao nível de pontos e pistas de pesca reconhecidas e certificadas, apresentam ainda o maior volume de participantes e de eventos organizados no quadro das atividades náuticas, fazendo desta atividade aquela que tem uma maior expressão de oferta, quer ao nível da procura dos consumidores nacionais, quer ao nível de eventos de expressão internacional. Mesmo, quando se analisa a sua dispersão territorial, a pesca desportiva e recreativa permite traçar rotas de pontos e pistas de pesca no quadro das dinâmicas náuticas de *hinterland*, unindo albufeiras e troços de rios e ribeiras de norte a sul do território alentejano, enquadrar ofertas de carácter lúdico- recreativo com propostas turísticas e desenvolver mecanismos de interação entre as dinâmicas recreativas e as dinâmicas federativas e competitivas.

Também ao longo da linha de costa, desde a Comporta até Sines e das praias a sul de Vilanova de Milfontes até Odeceixe, quer em linha de praia, quer em arriba, encontramos elevado potencial para a prática de pesca desportiva.

A oferta, quer de pesca de alto mar, quer de pesca de rio, permite ainda ampliar a capacidade de oferta de produto turístico, numa dinâmica de reconversão ou de

complementaridade profissional das comunidades piscatórias, e a promoção dos valores locais de carácter histórico, patrimonial, gastronómico e etnográfico, potenciando economicamente as comunidades de beira-rio (Avieiros, no Tejo e no Sado) e ribeirinhos no caso dos rios Mira e Guadiana.

As atividades de remo, canoagem e *wakeboard* assumem uma interessante dimensão desportiva, no quadro da organização de estágios internacionais e apresentam-se como iniciativas de elevado potencial no quadro da oferta turística e da promoção internacional do território e das suas vantagens competitivas. As albufeiras de Montargil e de Maranhão, já com centros de estágios de dimensão turística e procuradas por seleções olímpicas para treino e a possibilidade de se avançar com novas pistas para treino na Albufeira do Alqueva, na Albufeira de Santa Clara (Odemira) e na Tapada Grande (Mértola), vem apetrechar o Alentejo, com uma rede de pistas de treino de remo e de canoagem de elevado interesse internacional.

5.3. PLANOS DE ÁGUA E ATIVIDADES INDUZIDAS NO *HINTERLAND*

As características geomorfológicas do território Alentejano, apontam em prevalência teórica a linha de costa de Tróia a Odeceixe, como principal espaço atrativo para as atividades de turismo náutico, quer pela sua extensão (130 km), quer pela sua diversidade orográfica, com múltiplas praias, grandes areais e inúmeras reentrâncias de arriba.

Todavia, e de um modo algo invulgar, atendendo às características climáticas e ao tipo de solo existente na região, também os planos de água existentes no *hinterland* alentejano e ribatejano (rios, ribeiras e albufeiras) apresentam singulares potencialidades e aptidões para o desenvolvimento de atividades náuticas, quer no espectro desportivo, quer na dimensão lúdico-recreativa.

O volume e a qualidade dos espelhos de água existentes no Alentejo e na lezíria do Tejo (mais de cinquenta barragens, dois rios internacionais, mais três rios de expressão regional, e um número considerável de ribeiras), bem como a natural apetência da grande maioria deles para usos recreativas, veio ampliar o panorama da oferta lúdico-desportiva no Alentejo, potenciando no interior do território, condições para a realização de eventos desportivos de escala nacional e internacional, criando redes e circuitos interterritoriais (por exemplo ao nível das pistas de pesca), fomentando processos e fatores de especialização de alguns espelhos de água, para práticas altamente selecionadas e para públicos-alvo muito precisos (como por exemplo a pista de remo existente em Avis) e abrindo horizonte à criação de núcleos de desenvolvimento turístico sustentado e de matriz multiuso, como é o caso da Albufeira do Alqueva.

Em todos estas situações, a dimensão da interioridade territorial é diminuída pela implementação de estratégias de desenvolvimento que através da qualificação infraestrutural dos espaços náuticos, promove sinergias económicas a montante e a jusante das próprias atividades, quer ao nível da compra e aluguer de equipamentos, quer ao nível do alojamento e restauração, quer ainda ao nível dos serviços turísticos complementares, geradores de processos de fixação populacional, emprego e crescimento económico local. Para além disso, geram ainda efeitos de multiplicação direta, decorrente do processo de retorno e conseqüente repetição do consumo.

O mercado dos estágios desportivos (remo, canoagem, pesca, vela ligeira, *windsurf* e *wakeboard*) é também, para além de um veículo promocional de excelência, pela associação das modalidades desportivas a territórios, com elevada oferta nas dimensões culturais e paisagísticas, também um fator que capitaliza a procura do cliente de proximidade, para um tipo de consumo centrado no lazer.

Tal facto, só é possível devido não só à promoção desenvolvida, como ao processo de necessário apetrechamento e qualificação das infraestruturas, equipamentos e técnicos de apoio existentes nos territórios em questão.

Um outro fator muito importante em todo este processo passa pelas dinâmicas de re-humanização de territórios em depressão demográfica e tendencialmente ao abandono e também pela necessidade de diversificar o tipo de uso de albufeiras, tradicionalmente edificadas para produção energética, retenção de águas e consumo agrícola.

Os eixos fluviais (Tejo, Sado, Sorraia, Mira e Guadiana), vistos prioritariamente como vias de comunicação e sustentação económica das comunidades piscatórias, assumem no quadro da oferta das atividades de turismo náutico, um papel que permite, a recomposição do uso do território e um processo de reajustamento profissional das comunidades de beira-rio, para atividades de índole turística e desportiva.

Também o processo de requalificação urbanístico-paisagística das estruturas habitacionais existentes nas frentes de água, bem como a classificação do património histórico-cultural, ficam mais garantidos e sustentados, por via da implementação de práticas lúdico-recreativas e desportivas de âmbito náutico, promovendo uma dinâmica económica muito mais efetiva, gerando benefícios diretos para as comunidades de acolhimento.

6. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO NO ALENTEJO E RIBATEJO

6.1. A REGIÃO E O TURISMO NÁUTICO

Relativamente à divisão sub-regional interessa esclarecer vários aspetos que a equipa considera relevantes:

- a) No início do presente estudo, pela sua natureza precoce e prévia a reflexões mais sustentadas, não restou outra solução do que utilizar os contornos político-administrativos, ou seja, a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), nos níveis II e III.
- b) Posteriormente, verificou-se que a racionalidade e operacionalidade do presente trabalho implicava considerar subespaços que traduzissem, para o caso particular do turismo náutico, conjuntos espaciais com nexos de complementaridade em termos funcionais.
- c) Estas sub-regiões, as quais se denominou de “subáreas funcionais do turismo náutico” não devem ser confundidas com quaisquer outras partições sub-regionais já existentes, seja em termos político-administrativos, seja, inclusive, em termos turísticos. Efetivamente, tratam-se de agregações espaciais que carecem de qualquer sentido fora do universo dos “espaços e do turismo náuticos”.
- d) Assim sendo, as subáreas funcionais do turismo náutico foram constituídas tendo por base o conceito geográfico de “região funcional”, isto é, um conjunto de lugares diferentes que estão ligados/relacionados e, tendencialmente, funcionam – ou deveriam funcionar – como uma unidade. No caso vertente, em torno das atividades náuticas e do turismo a elas associado, como áreas de articulação operacional, como áreas de cooperação institucional e empresarial e, mesmo, como áreas promocionais.

No seguimento do referido antes, estabeleceram-se as seguintes sub-áreas funcionais do turismo náutico: Alentejo atlântico, Hinterland alentejano, Alqueva e faixa raiana meridional, Vale do Sorraia e afluentes e Tejo e lezíria.

Figura 77 – Avaliação global dos Espaços Náuticos considerados na AI



6.1.1. AVALIAÇÃO DE RECURSOS

A avaliação dos recursos turísticos é um processo de natureza subjetiva sobre o qual impende algum ruído visto que, muitas das vezes, o carácter subjetivo do mesmo é confundido com alguma discricionariedade opinativa apriorística.

Assim, tendo em consideração que em alguma fase do processo haverá lugar a *inputs* que derivam do julgamento da equipa que desenvolve a avaliação, interessa que sejam observados três princípios basilares: i) que todos os procedimentos obedeçam à aplicação de técnicas de avaliação de recursos validadas e fundamentadas; ii) que os *inputs* subjetivos se estruturem em torno de uma grelha analítica clara e transversal; iii) que *inputs* e *outputs* derivem da aplicação de procedimentos analíticos e reflexivos coletivos.

Neste quadro, tendo em consideração a necessária economia de tempo associada a trabalhos cujos resultados se balizam pelo tempo útil dos mesmos, a equipa desenvolveu um conjunto de procedimentos simplificados que, escorando-se nas técnicas de avaliação de recursos desenvolvidas após os anos 60 nos Estados e Unidos e na Europa, permitisse conjugar a agilidade analítica com a solidez dos resultados obtidos.

Como primeiro passo do processo avaliativo foram consideradas as três focagens básicas que, do ponto de vista teórico e metodológico, configuram os processos desta natureza, a saber:

- a) A avaliação analítica do potencial turístico, através da presença ou ausência de determinados componentes críticos e valorando cada um deles (método de Warsynkaya para as áreas naturais, método da OEA para as praias ou método da OMT).
- b) A avaliação económica dos recursos, através de estimativas incidindo sobre os benefícios económicos dos recursos sem carácter comercial/sem preço no mercado (curva da procura de Clawson).

- c) A avaliação de recursos atendendo à preferência dos usuários, ou seja, a sua preferência como padrão avaliativo (método direto, indireto e sintético).

Tendo em consideração as três vias identificadas anteriormente a equipa optou, por razões de natureza científica (relativamente à avaliação económica), mas também por desideratos de natureza operacional e temporal (relativamente à avaliação através da preferência dos utilizadores), aplicar uma metodologia incluída nos procedimentos analíticos descritos em a).

Assim, tendo em consideração o cruzamento desta opção com a que deriva dos constrangimentos temporais em que o relatório vertente se insere – a necessidade de obter resultados em tempo útil – optou-se por desenvolver um quadro de procedimentos simplificados que, não obstante a sua natureza condensada, traduzam a matriz teórica e concetual adotada, ao mesmo tempo que asseguram a adição de robustez quantitativa à vertente qualitativa.

Para tanto, partindo da unidade de análise “Plano de Água”, foi desenvolvida uma matriz de avaliação estruturada em torno de três vertentes estruturantes: A) as condições de utilização; B) os recursos específicos ao plano de água e C) os recursos complementares ao plano de água, mas também ao turismo náutico.

Cada uma destas vertentes, discriminada através de entradas relevantes, foi alvo de um processo coletivo de atribuição de valores, através da aplicação de uma escala de 1 (mínimo) a 5 (máximo) incidindo sobre dois domínios diferentes, mas complementares, de reflexão avaliativa: i) importância para o turismo em geral e ii) importância para o caso específico do turismo náutico. Os valores obtidos em linha foram, posteriormente, agregados através de um procedimento que majorou a dimensão “importância para o turismo náutico” (aplicação do multiplicador 1,3).

Seguidamente, foram agregados os resultados obtidos para cada uma das vertentes estruturantes atrás identificadas – as condições de utilização, os recursos específicos ao plano de água e os recursos complementares –, agregação essa obtida através de uma ponderação atribuída pela equipa a cada uma delas (A - 1,5; B -1,25 e C - 1,0).

A valoração total do plano de água decorreu do somatório das três vertentes estruturantes, valor ao qual foi aplicada uma classificação baseada na consideração de um diagrama de dispersão cujos resultados apontaram para as seguintes classes de relevância estratégica: Baixa [0; 50[; Média [50; 80[; Elevada ≥ 80 , a que correspondem as cores vermelho, amarelo e verde, respetivamente.

De seguida, apresentam-se os resultados obtidos na avaliação de recursos, primeiro de forma global, através de representação cartográfica, depois detalhadamente por plano de água, recorrendo a quadros explicativos organizados pelas subáreas funcionais supramencionadas.

Finalmente, interessa referir que a presente avaliação de recursos se reporta à situação atual. Esta temática será abordada, numa perspetiva de futuro (potencial dos recursos), após o processo de cenarização, à luz do qual será efetuada nova ronda de avaliação obtendo, deste modo, para cada plano de água duas classificações: uma, que traduz a relevância presente dos recursos existentes e outra, que dá conta, à luz da visão estratégica adotada, do seu potencial para a construção do futuro desejado.

Figura 78 – Avaliação global dos Espaços Náuticos considerados na AI



Fonte: Própria

6.1.1.1. ALENTEJO ATLÂNTICO

Quadro 29 – Avaliação de recursos – Foz do Rio Sado e Península de Tróia

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Foz do Rio Sado e Península de Tróia	(A) Condições de utilização	Vela de cruzeiro, vela ligeira, passeios em embarcações clássicas, observação de roazes, remo e canoagem <u>Condicionantes:</u> Localização – fora das rotas convencionais do trânsito náutico – Norte/Sul Dimensão de baixa escala ao nível da oferta de Serviços complementares de apoio à atividade náutica – balneários; doca seca/varagem de embarcações, oficinas de reparação naval Baixa taxa de ocupação, de permanência e de uso.	4	5	10,5	15,75	153,125
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	4	4	9,2	82,875	
		Operação náutico-desportiva	4	4	9,2		
		Atividades lúdico-recreativas	4	5	10,5		
		Acessibilidades ao plano de água	4	5	10,5		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	3	3	6,9		
		Eventos náuticos	3	5	9,5		
		Áreas de lazer de borda d'água	4	5	10,5		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	3	3	6,9	54,5	
		Alojamento de borda d'água	4	5	10,5		
		Restauração de borda d'água	4	5	10,5		
		Eventos	4	4	9,2		
		Percurso pedestres	3	3	6,9		
		Observação de aves e golfinhos	4	5	10,5		

Relevância Estratégica	Interesse	Elevado
	Condições de Contexto	Elevadas
	Avaliação Global	3

Quadro 30 – Avaliação de recursos – Rio Sado a montante da foz

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Rio Sado a montante da foz	(A) Condições de utilização	Vela de cruzeiro, passeios em embarcações clássicas, canoagem, <i>birdwatching</i> ; passeios em embarcações pesqueiras, visitas etnográficas, ao sapal, às salinas, à cultura avieira e <i>birdwatching</i> Condicionantes: Limitações de navegabilidade, sobretudo ao nível de manobras entre as Mouriscas e a Alcácer do Sal. Baixa capacidade de recetivo do cais de acostagem de Alcácer do Sal. Insuficiência dos equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas: cais de acostagem, docas secas, oficinas de reparação naval, entre outras. Limitações de navegabilidade para mastreações de maior porte na passagem de ponte em Alcácer do Sal. Sinalização e balizagem ausente/deficiente e insuficiente limpeza do rio e das margens.	3	4	8,2	12,3	126,525
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	3	4	8,2	63,625	
		Operação náutico-desportiva	3	3	6,9		
		Atividades lúdico-recreativas	3	3	6,9		
		Acessibilidades ao plano de água	3	3	6,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	3	3	6,9		
		Eventos náuticos	3	3	6,9		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	4	8,2		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	4	5	10,5	50,6	
		Alojamento de borda d'água	4	3	7,9		
		Restauração de borda d'água	4	3	7,9		
		Eventos	3	3	6,9		
		Percurso pedestres	4	4	9,2		
Observação de aves		3	4	8,2			

Relevância Estratégica	Interesse	Elevado
	Condições de Contexto	Elevadas
	Avaliação Global	3

Quadro 31 – Avaliação de recursos – Praias de Grândola (Comporta e Carvalhal; Aberta Nova e Lagoa de Melides)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Praias de Grândola (Comporta e Carvalhal; Aberta Nova e Lagoa de Melides)	(A) Condições de utilização	Surf, windsurf, kitesurf, pesca desportiva, birdwatching <u>Condicionantes:</u> Ausência de um referencial equilibrado do estado do mar para práticas de desportos náuticos. Concessões de praia com total ausência de equipamentos de apoio às atividades náuticas. Ausência de infraestruturas e de equipamentos para oferta turística e/ou recreativa na área das atividades marítimo-turísticas. A lagoa de Melides, anexa à Praia de Carvalhal, está limitada no uso de atividades Marítimo-turística, em consequência do seu plano de ordenamento. Falta de componentes de complementaridade entre a prática banhar e a atividade náutico- turístico.	4	4	9,2	13,8	91,125
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	2	4,6	45,125	
		Operação náutico-desportiva	2	3	5,9		
		Atividades lúdico-recreativas	2	3	5,9		
		Acessibilidades ao plano de água	2	2	4,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	3	5,9		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	2	4,6	32,2	
		Alojamento de borda d'água	3	3	6,9		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	2	2	4,6		
		Percursos pedestres	2	2	4,6		
Observação de aves		2	2	4,6			
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Elevadas					
	Avaliação Global	3					

Quadro 32 – Avaliação de recursos – Praias de Santiago do Cacém (Lagoas de Santo André e da Sancha, praias de Santo André)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Praias de Santiago do Cacém (Lagoas de Santo André e da Sancha, praias de Santo André)	(A) Condições de utilização	<i>Surf, paddle surf, windsurf, kitesurf</i> , canoagem e pesca desportiva, <i>birdwatching</i> Condicionantes: Componente de ordenamento urbano de enquadramento à lagoa e à praia de Santo André, bastante desqualificado. Acessibilidades complicadas e muito mal sinalizadas. Estacionamento desqualificado e limitado. Limitações de acesso e uso de território, porquanto são áreas classificadas como protegidas. Inexistência de infraestruturas e equipamentos para atividades náutico-desportivas .	2	3	5,9	8,85	56,725
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	2	3,6	25,875	
		Operação náutico-desportiva	1	2	3,6		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	2	1	3,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	2	1	3,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	22	
		Alojamento de borda d'água	2	3	5,9		
		Restauração de borda d'água	2	3	5,9		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	2	1	3,3		
Observação de aves		1	1	2,3			
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	2					

Quadro 33 – Avaliação de recursos – Praias de Santiago do Cacém (Fonte do Cortiço e da Vacaria)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$		
Praias de Santiago do Cacém (Fonte do Cortiço e da Vacaria)	(A) Condições de utilização	Surf, paddle surf, windsurf, kitesurf, canoagem e pesca desportiva, birdwatching <u>Condicionantes:</u> Acessibilidades complicadas e muito mal sinalizadas. Estacionamento desqualificado e limitado. Limitações de acesso e uso de território, porquanto são áreas classificadas como protegidas. Inexistência de infraestruturas e equipamentos para atividades náutico-desportivas .	2	2	4,6	6,9	43,825		
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125			
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3				
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3				
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3				
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3				
		Eventos náuticos	1	1	2,3				
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3				
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	16,8			
		Alojamento de borda d'água	2	1	3,3				
		Restauração de borda d'água	2	1	3,3				
		Eventos	1	1	2,3				
		Percurso pedestres	2	1	3,3				
		Observação de aves	1	1	2,3				
	Relevância Estratégica	Interesse	Médio						
		Condições de Contexto	Fracas						
Avaliação Global		1							

Quadro 34 – Avaliação de recursos – Sines (Praias do Norte)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Sines - Praias do Norte	(A) Condições de utilização	<i>Surf, bodyboard, paddle surf, kitesurf</i>	2	2	4,6	6,9	43,825
		Condicionantes: acessibilidade condicionada e quase total ausência de infraestruturas de apoio.					
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	16,8	
		Alojamento de borda d'água	2	1	3,3		
		Restauração de borda d'água	2	1	3,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	2	1	3,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
Relevância Estratégica	Interesse	Baixo					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	1					

Quadro 35 – Avaliação de recursos – Sines (Porto)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Sines - Porto	(A) Condições de utilização	Vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor <u>Condicionantes:</u> existência de uma marina com boas condições de apoio aos nautas. O custo de acesso à marina é uma condicionante a considerar. O desenvolvimento de outras atividades comerciais no contexto da marina pode ser igualmente relevante.	4	5	10,5	15,75	115,7
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	3	4	8,2	58,25	
		Operação náutico-desportiva	3	4	8,2		
		Atividades lúdico-recreativas	2	3	5,9		
		Acessibilidades ao plano de água	3	3	6,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	3	4	8,2		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	3	6,9		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	3	4	8,2	41,7	
		Alojamento de borda d'água	3	3	6,9		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	3	4	8,2		
		Percurso pedestres	3	3	6,9		
		Observação de aves	2	2	4,6		
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Elevadas					
	Avaliação Global	3					

Quadro 36 – Avaliação de recursos – Sines (praias do Sul: São Torpes, Morgavel, Vieirinha, Porto Covo e Ilha do Pessegueiro)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Sines - Praias do Norte e Praias do Sul – Praias do Sul (S. Torpes, Morgavel, Vieirinha, Porto Covo e praia da Ilha do Pessegueiro)	(A) Condições de utilização	<i>Surf, bodyboard, paddle surf, windsurf, kitesurf, mergulho, vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor e canoagem</i> <u>Condicionantes:</u> Boas acessibilidades e algum dinamismo de oferta. Limitações ao nível das infraestruturas de apoio e das condições de uso.	3	4	8,2	12,3	102,6
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	52,5	
		Operação náutico-desportiva	3	4	8,2		
		Atividades lúdico-recreativas	2	4	7,2		
		Acessibilidades ao plano de água	3	3	6,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	3	4	8,2		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	3	6,9		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	3	1	4,3	37,8	
		Alojamento de borda d'água	3	3	6,9		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	3	4	8,2		
		Percurso pedestres	3	3	6,9		
Observação de aves		2	2	4,6			
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Elevadas					
	Avaliação Global	3					

Quadro 37 – Avaliação de recursos – Albufeira de Morgavel

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Morgavel (Sines)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> Trata-se de uma albufeira protegida o que condiciona significativamente o seu uso. Acresce a quase total ausência estruturas relevantes de apoio e para a prática de atividades do domínio náutica.	1	1	2,3	3,45	46,1
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	24,25	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	2	5,6		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	18,4	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	2	4,6		
		Observação de aves	2	2	4,6		
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 38 – Avaliação de recursos – Albufeira Fonte Serne

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira Fonte Serne (Santiago do Cacém)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva Condicionantes: Apesar da sua condição de utilização livre, apresenta limitações de uso do ponto de vista das atividades náuticas. Carece de estruturas de apoio e para a prática da náutica. Situação do POAAP: aprovado e publicado (RCM n.º 15/2007, de 31 de janeiro).	1	1	2,3	3,45	43,125
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	25,875	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	2	2	4,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	13,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
Observação de aves		1	1	2,3			
Relevância Estratégica	Interesse	Baixo					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	1					

Quadro 39 – Avaliação de recursos – Albufeira de Campilhas

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Campilhas (Santiago do Cacém)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> Apesar da sua condição de utilização livre, apresenta limitações de uso do ponto de vista das atividades náuticas. Carece de estruturas de apoio e para a prática da náutica. Situação do POAAP: aprovado e publicado (RCM n.º 17/2007, de 5 de fevereiro).	2	2	4,6	6,9	45,125
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
		Património histórico-cultural	1	1	2,3	18,1	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	3	2	5,6		
	Observação de aves	2	1	3,3			
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 40 – Avaliação de recursos – Praias de Odemira (praias do Norte)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Praias de Odemira - Praias do Norte	(A) Condições de utilização	<i>Surf, bodyboard, paddle surf, kitesurf</i>	3	2	5,6	8,4	46,95
		Condicionantes: acessibilidades condicionadas e quase total ausência de infraestruturas de apoio.					
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	21,75	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	2	3,6		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	16,8	
		Alojamento de borda d'água	2	1	3,3		
		Restauração de borda d'água	2	1	3,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	1	3,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
Relevância Estratégica	Interesse	Baixo					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	1					

Quadro 41 - Avaliação de recursos - Rio Mira

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Rio Mira	(A) Condições de utilização	Turismo Fluvial (vela ligeira, canoagem, passeios em embarcações motorizadas e <i>birdwatching</i> , vela, excursões em embarcações a motor). <u>Condicionantes:</u> As condições de navegabilidade do rio são razoáveis até Odemira. Verifica-se a existência de limitações significativas na barra devido ao seu assoreamento, situação que condiciona o potencial de atratividade do rio.	3	4	8,2	12,3	113,55
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	3	4	8,2	62,75	
		Operação náutico-desportiva	3	4	8,2		
		Atividades lúdico-recreativas	3	4	8,2		
		Acessibilidades ao plano de água	3	4	8,2		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	3	5,9		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Áreas de lazer de borda d'água	3	3	6,9	38,5	
		Património histórico-cultural	3	3	6,9		
		Alojamento de borda d'água	3	3	6,9		
		Restauração de borda d'água	4	3	7,9		
		Eventos	3	2	5,6		
		Percurso pedestres	3	2	5,6		
Observação de aves	3	2	5,6				
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Elevadas					
	Avaliação Global	3					

Quadro 42 – Avaliação de recursos – Praias de Odemira (praias do Sul e portos de abrigo)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Praias de Odemira - Praias do Sul e portos de abrigo	(A) Condições de utilização	Náutica desportiva (<i>surf, bodyboard, kayaksurf, kitesurf, mergulho, pesca desportiva e pesca de alto mar</i>); turismo fluvial (<i>vela ligeira, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, birdwatching</i>); náutica recreativa e turística - portos de abrigo (<i>vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar e birdwatching</i>). <u>Condicionantes:</u> Apesar do significativo potencial de atividades as mesmas estão condicionadas pelas condições existentes, nomeadamente a ao nível de infraestruturas. No entanto, existe em geral uma boa acessibilidade e algumas infraestruturas relevantes que carecem ou podem ser requalificadas para fins da náutica.	3	3	6,9	10,35	77,725
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	1	3,3	32,875	
		Operação náutico-desportiva	2	2	4,6		
		Atividades lúdico-recreativas	2	2	4,6		
		Acessibilidades ao plano de água	2	2	4,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	2	4,6	34,5	
		Alojamento de borda d'água	2	2	4,6		
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	4	4	9,2		
Observação de aves		4	4	9,2			
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	2					

6.1.1.2. HINTERLAND ALENTEJANO
Quadro 43 – Avaliação de recursos – Albufeira da Atabueira

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\sum (A + B + C)$	
Albufeira da Atabueira (Ciborro – Montemor-o-Novo)	(A) Condições de utilização	Wakeboard, barefoot, ski aquático Condicionantes: A Barragem da Atabueira não tem qualquer tipo de classificação. No entanto, foi emitida licença de utilização de Recursos Hídricos para navegação marítimo-turísticas pela ARH Tejo, caracterizando a sua utilização como domínio público. De acordo com a carta de condicionantes do PDM em vigor, a albufeira e terrenos envolventes estão classificados como Reserva Ecológica Nacional. Espelho de água privado em contexto de exploração agropecuária. O potencial deste espelho de água está explorado com base em atividades náuticas menos populares. Por outro lado, face às suas características e enquadramento atual não será exetável considerar muitas outras atividades sem investimento adicional.	2	4	7,2	10,8	75,075	
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	2	3,6	45,875		
		Operação náutico-desportiva	1	2	3,6			
		Atividades lúdico-recreativas	2	3	5,9			
		Acessibilidades ao plano de água	2	3	5,9			
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3			
		Eventos náuticos	3	5	9,5			
		Áreas de lazer de borda d'água	2	3	5,9			
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	2	4,6	18,4		
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3			
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3			
		Eventos	1	1	2,3			
		Percurso pedestres	2	2	4,6			
		Observação de aves	1	1	2,3			
	Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
		Condições de Contexto	Médias					
Avaliação Global		2						

Quadro 44 – Avaliação de recursos – Albufeira da Freixeirinha

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Albufeira da Freixeirinha (Montemor-o-Novo)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem a classificação de utilização livre. O potencial do espelho de água está por explorar, necessitando desde logo de infraestruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas.	1	1	2,3	3,45	35,375
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	1		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	13,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	1	1	2,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 45 – Avaliação de recursos – Albufeira dos Minutos

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira dos Minutos (Montemor-o-Novo)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva. <u>Condicionantes:</u> Albufeira com classificação de protegida, circunstância que condiciona os usos do ponto de vista do turismo náutico. A sua localização é relevante no contexto regional. As acessibilidades ao plano de água necessitam de ser melhoradas. Carece do desenvolvimento das infraestruturas de apoio e para a prática das atividades náuticas.	2	2	4,6	6,9	52,85
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	26,25	
		Operação náutico-desportiva	1	2	3,6		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	2	3	5,9		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	19,7	
		Alojamento de borda d'água	2	2	4,6		
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6		
		Eventos	1	2	3,6		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Médio				
Condições de Contexto		Médias					
Avaliação Global		2					

Quadro 46 – Avaliação de recursos – Albufeira do Divor

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira do Divor (Arraiolos)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva. <u>Condicionantes:</u> Albufeira com classificação de protegida, circunstância que condiciona os usos do ponto de vista do turismo náutico. As atividades permitidas com restrições são: pesca, banhos e natação, navegação, recreativa a remo e vela, e competições desportivas a remo e vela. A navegação a motor não é permitida. As competições com embarcações sem motor são autorizadas com restrições. Situação do POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 115/2005, de 6 de julho).	1	1	2,3	3,45	37,375
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	13,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	1	1	2,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 47 – Avaliação de recursos – Albufeira de Monte Novo

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Monte Novo (Évora)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem a classificação de protegida. O espelho de água tem uma dimensão relevante. O potencial do ponto de vista da náutica está por explorar, carecendo de investimentos em estruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas. Situação do POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 120/2003, de 14 de agosto).	1	1	2,3	3,45	37,375
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	13,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 48 – Avaliação de recursos – Albufeira da Vigia

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira da Vigia (Redondo)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem a classificação de protegida. O espelho de água tem uma dimensão relevante. O potencial do ponto de vista da náutica está por explorar, carecendo de investimentos em estruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas. Situação do POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 50/1998, de 20 de abril).	1	1	2,3	3,45	37,375
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
		Património histórico-cultural	1	1	2,3	13,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
Observação de aves	1	1	2,3				
Relevância Estratégica	Interesse	Baixo					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	1					

Quadro 49 – Avaliação de recursos – Albufeira de Torres

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Torres (Évora)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem uma área muito limitada. O potencial do espelho de água é limitado no contexto do turismo náutico, carecendo desde logo de infraestruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas.	1	1	2,3	3,45	37,375
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	13,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 50 – Avaliação de recursos – Albufeira de Tourega

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Tourega (Évora)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem a classificação de protegida. O espelho de água tem uma dimensão limitada. O potencial do ponto de vista da náutica está por explorar, carecendo de investimentos em estruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas.	1	1	2,3	3,45	41,975
	(B Recursos Específicos)	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C Recursos Complementares)	Património histórico-cultural	2	2	4,6	18,4	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	2	4,6		
		Observação de aves	1	1	2,3		
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	1					

Quadro 51 – Avaliação de recursos – Albufeira Pego do Altar

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira Pego do Altar (Alcácer do Sal)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva. <u>Condicionantes:</u> A sua condição de utilização livre e as boas acessibilidades conferem-lhe potencial de uso, carecendo do desenvolvimento de infraestruturas de apoio e para prática da náutica, as quais são praticamente inexistentes. Situação do POAAP: aprovado e publicado (RCM n.º 35/2005, de 24 de fevereiro).	2	2	4,6	6,9	65,575
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	2	3,6	34,375	
		Operação náutico-desportiva	1	2	3,6		
		Atividades lúdico-recreativas	1	2	3,6		
		Acessibilidades ao plano de água	1	2	3,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	2	3,6		
		Eventos náuticos	1	2	3,6		
	Áreas de lazer de borda d'água	2	3	5,9			
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	24,3	
		Alojamento de borda d'água	2	2	4,6		
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6		
		Eventos	1	2	3,6		
		Percursos pedestres	2	2	4,6		
Observação de aves		2	2	4,6			
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	2					

Quadro 52 – Avaliação de recursos – Albufeira Vale do Gaio

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira Vale do Gaio (Alcácer do Sal)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A sua condição de utilização livre e as boas acessibilidades conferem-lhe potencial de uso. Existem algumas infraestruturas de apoio e para a prática da náutica. No entanto, importa desenvolver a oferta existente. Situação do POAAP: aprovado e publicado (RCM n.º 173/2008, de 21 de novembro).	1	2	3,6	5,4	85,4
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	2	4,6	43,5	
		Operação náutico-desportiva	2	2	4,6		
		Atividades lúdico-recreativas	2	3	5,9		
		Acessibilidades ao plano de água	2	3	5,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	2	4,6		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
	Áreas de lazer de borda d'água	3	3	6,9			
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	2	4,6	36,5	
		Alojamento de borda d'água	4	4	9,2		
		Restauração de borda d'água	4	4	9,2		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	3	2	5,6		
Observação de aves		3	2	5,6			
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	3					

Quadro 53 – Avaliação de recursos – Albufeira de Alvito

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Alvito (Portel, Cuba e Viana do Alentejo; a Barragem localiza-se no Baixo Alentejo, mas a maior parte da Albufeira encontra-se no Alentejo Central)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem a classificação de protegida. O potencial do espelho de água está por explorar, na medida em que os projetos turísticos previstos para o local estão por concretizar. Situação do POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 151/98, de 26 de dezembro e Determinada a revisão RCM n.º 106/2005, de 28 de junho).	1	2	3,6	5,4	42,575
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	23,375	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	2	3,6		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Áreas de lazer de borda d'água	1	2	3,6	13,8	
		Património histórico-cultural	1	1	2,3		
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	1	1	2,3		
Observação de aves	1	1	2,3				
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	1					

Quadro 54 – Avaliação de recursos – Albufeira de Odivelas

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Odivelas (Alvito e Ferreira do Alentejo)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> O seu regime de utilização livre é o principal aspeto positivo. As acessibilidades são razoáveis e existem já algumas infraestruturas de apoio e para a prática das atividades náuticas. No entanto, carecem de desenvolvimento adicional. Situação do POAAP: aprovado e publicado (RCM n.º 184/2007, de 21 de dezembro).	3	4	8,2	12,3	76,25
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	3	3	6,9	42,25	
		Operação náutico-desportiva	2	2	4,6		
		Atividades lúdico-recreativas	2	3	5,9		
		Acessibilidades ao plano de água	3	3	6,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	2	3,6		
		Eventos náuticos	1	2	3,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	21,7	
		Alojamento de borda d'água	2	2	4,6		
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	2	1	3,3		
Observação de aves		2	2	4,6			
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	2					

Quadro 55 – Avaliação de recursos – Albufeira do Roxo

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira do Roxo (Aljustrel e Beja)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> Apresenta uma condição de protegida. A sua localização é relevante no contexto regional. A Associação de Regantes poderá funcionar como um agente dinamizador. A estabilização e controlo da cota ao longo do ano é um aspeto particularmente significativo do ponto de vista das atividades náuticas. Porém, carece de estruturas de apoio e para a prática da náutica. Situação do POAAP: aprovado e publicado (RCM n.º 36/2009, de 11 de maio).	3	3	6,9	10,35	54,425
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	2	3,6	23,375	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	2	3,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	20,7	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	2	4,6		
		Observação de aves	3	3	6,9		
	Relevância Estratégica	Interesse	Médio				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		2					

Quadro 56 – Avaliação de recursos – Albufeira Monte da Rocha

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira Monte da Rocha (Ourique)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> Albufeira com a classificação de protegida. As condicionantes na zona envolvente são igualmente significativas. Do ponto de vista da náutica o potencial está por explorar. Situação do POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 154/2003, de 29 de setembro).	1	2	3,6	5,4	41,325
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	15,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
		Observação de aves	3	1	4,3		
Relevância Estratégica	Interesse	Baixo					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	1					

Quadro 57 - Avaliação de recursos - Albufeira de Santa Clara

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Santa Clara (Odemira e Ourique)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva, passeios em embarcações (observação da flora e fauna). <u>Condicionantes:</u> Apesar da sua condição de protegida, apresenta um conjunto de operadores marítimo-turísticos que recorrem nomeadamente a tecnologia amiga do ambiente. A sua localização não é particularmente favorável. A reabertura da Pousada acresce um potencial significativo a este espelho de água. Contudo, carece de estruturas de apoio e para a prática da náutica. Situação do POAAP: aprovado e publicado (RCM n.º 185/2007, de 21 de dezembro).	2	3	5,9	8,85	96,725
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	3	3	6,9	55,375	
		Operação náutico-desportiva	3	3	6,9		
		Atividades lúdico-recreativas	3	3	6,9		
		Acessibilidades ao plano de água	2	3	5,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	3	5,9		
		Eventos náuticos	1	2	3,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	4	8,2		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	32,5	
		Alojamento de borda d'água	4	4	9,2		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	3	5,9		
		Observação de aves	2	3	5,9		
	Relevância Estratégica	Interesse	Elevado				
Condições de Contexto		Médias					
Avaliação Global		3					

6.1.1.3. ALQUEVA E FAIXA RAIANA MERIDIONAL
Quadro 58 – Avaliação de recursos – Albufeira de Lucefecit

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Albufeira de Lucefecit (Alandroal)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva. <u>Condiçõnantes:</u> Albufeira com classificação de livre utilização, circunstância favorável à promoção do turismo náutico. A sua localização é relevante no contexto regional. Apresenta uma boa acessibilidade rodoviária local. As acessibilidades ao plano de água carecem do desenvolvimento de infraestruturas técnicas de apoio. A existência de alguns operadores e estruturas de apoio (como alojamento) conferem-lhe um potencial adicional.	2	3	5,9	8,85	62,8
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	33,25	
		Operação náutico-desportiva	1	2	3,6		
		Atividades lúdico-recreativas	2	2	4,6		
		Acessibilidades ao plano de água	2	2	4,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	2	4,6	20,7	
		Alojamento de borda d'água	2	2	4,6		
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Médio				
Condições de Contexto		Médias					
Avaliação Global		2					

Quadro 59 – Avaliação de recursos – Albufeira do Alqueva

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira do Alqueva (Municípios de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz)	(A) Condições de utilização	Vela de cruzeiro; vela ligeira, passeios em embarcações a motor, pesca desportiva, remo e canoagem, <i>birdwatching</i> <u>Condicionantes:</u> Lacunas na sinalética e na balizagem, com especial incidência na operação dos barcos-casa. Restrições limitativas decorrentes do POAAP, ao nível das atividades desenvolvidas na albufeira, nomeadamente a navegação noturna, a velocidade das embarcações, banhos, interdição de motas de água e motonáutica. Diferente enquadramento legal entre Espanha e Portugal para a navegabilidade/acessibilidade. Situação do POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 94/2006, de 4 de agosto)	4	5	10,5	15,75	146,23
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	3	4	8,2	87,375	
		Museu da Luz	3	4	8,2		
		Operação náutico-desportiva	5	5	11,5		
		Atividades lúdico-recreativas	5	5	11,5		
		Acessibilidades ao plano de água	3	4	8,2		
		Pesca desportiva/recreativa	3	4	8,2		
		Eventos náuticos	3	3	6,9		
		Ilhas da albufeira de Alqueva	0	1	1,3		
	Áreas de lazer de borda d'água	2	3	5,9			
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	5	4	10,2	43,1	
		Aldeias ribeirinhas	3	3	6,9		
		Alojamento de borda d'água	0	0	0		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	4	3	7,9		
		Percurso pedestres	4	3	7,9		
Observação de aves	2	1	3,3				
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Elevada					
	Avaliação Global	3					

Quadro 60 – Avaliação de recursos – Albufeira do Pedrógão

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira do Pedrógão (Vidigueira)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> Apresenta uma condição de protegida. A sua acessibilidade é bastante condicionada e as infraestruturas de apoio e para a prática da náutica quase inexistentes. Situação do POAAP: aprovado e publicado. (RCM nº 94/2006, de 4 de agosto).			0	0	50,725
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	2	3,6	31,625	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	2	1	3,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	2	3,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	2	4,6		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	2	1	3,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	3	2	5,6	19,1	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	1	3,3		
		Observação de aves	2	1	3,3		
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	2					

Quadro 61 – Avaliação de recursos – Guadiana (Mértola: troço entre Pulo do Lobo e Ribeira do Vascão)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Guadiana (Mértola: troço entre Pulo do Lobo e Ribeira do Vascão)	(A) Condições de utilização	Vela de cruzeiro, vela ligeira, remo, canoagem, passeios em embarcações motorizadas e pesca de rio. <u>Condicionantes:</u> Canoagem entre o Pulo do Lobo e os canais do Guadiana restringida, em determinado período pelo PNVG, devido à salvaguarda da vida selvagem. Navegabilidade condicionada entre o Pomarão e Mértola devido ao assoreamento e/ou entraves geológicos (acesso a Mértola dependente das marés).	3	3	6,9	10,35	110,95
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque em Mértola e Pomarão	2	3	5,9	54,5	
		Operação náutico-desportiva	3	4	8,2		
		Atividades lúdico-recreativas	3	4	8,2		
		Acessibilidades ao plano de água	2	2	4,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	3	5,9		
		Eventos náuticos	2	3	5,9		
	Moinhos e azenhas nas margens do Guadiana	1	3	4,9			
	(C) Recursos Complementares	Museu de Mértola – núcleos expositivos	5	3	8,9	46,1	
		Alojamento de borda d'água	4	4	9,2		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos: festival islâmico, peixe no rio,...	5	3	8,9		
		Percurso pedestres	4	2	6,6		
Observação de aves	3	2	5,6				
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	3					

Quadro 62 – Avaliação de recursos – Tapada Grande (Mina de São Domingos – Mértola)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Tapada Grande (Mina de São Domingos; Mértola)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva. <u>Condicionantes:</u> Apesar da sua condição de protegida, detém um potencial relevante decorrente de algumas infraestruturas já existentes. A sua localização e acessibilidades são boas, em particular no contexto regional. Contudo, existe margem para o desenvolvimento de estruturas de apoio e para a prática da náutica. Situação do POAAP: aprovado e publicado (RCM n.º 114/2005, de 4 de julho).	3	3	6,9	10,35	90,3
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	3	5,9	46,75	
		Operação náutico-desportiva	2	3	5,9		
		Atividades lúdico-recreativas	2	3	5,9		
		Acessibilidades ao plano de água	3	2	5,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	2	4,6		
		Eventos náuticos	1	3	4,9		
		Áreas de lazer de borda d'água	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	3	2	5,6	33,2	
		Alojamento de borda d'água	3	3	6,9		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	2	2	4,6		
		Percurso pedestres	2	2	4,6		
		Observação de aves	2	2	4,6		
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	3					

6.1.1.4. TEJO SUPERIOR E RAIJA SETENTRIONAL

Quadro 63 – Avaliação de recursos – Albufeira de Fratel

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$		
Albufeira de Fratel (Nisa)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva, navegação em embarcações a motor, competições desportivas. <u>Condicionantes:</u> Plano de água associado à barragem de Fratel que é de utilização livre. Situa-se na mais apertada garganta do Tejo, entre as Portas de Rodão e a foz do Rio Ocreza. Possui cais, fundeadouros e rampas de acesso. As espécies piscícolas mais comuns são a boga, a carpa e o achigã.	2	1	3,3	4,95	56,475		
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	3	5,9	29,125			
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3				
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3				
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3				
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	3	5,9				
		Eventos náuticos	1	1	2,3				
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3				
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	22,4			
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3				
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3				
		Eventos	1	1	2,3				
		Percurso pedestres	4	2	6,6				
		Observação de aves	4	2	6,6				
	Relevância Estratégica	Interesse	Médio						
		Condições de Contexto	Fracas						
Avaliação Global		2							

Quadro 64 – Avaliação de recursos – Rio Tejo (Albufeira de Belver/Praia do Alamal – Gavião)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Rio Tejo (Albufeira de Belver/ Praia do Alamal - Gavião)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva, navegação a motor, competições desportivas. <u>Condicionantes:</u> A albufeira de Belver apresenta um potencial relevante, não só pelas características do plano de água, bem como pelo seu regime de utilização livre. Acresce ainda o fato de estar associada à praia fluvial do Alamal, a qual se encontra integrada em percurso pedestre (PR1), e tem associado alojamento hoteleiro em regime de modelo de exploração de concessão, para além de outras facilidades de apoio.	3	2	5,6	8,4	103,525
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	2	4,6	50,125	
		Operação náutico-desportiva	2	2	4,6		
		Atividades lúdico-recreativas	3	2	5,6		
		Acessibilidades ao plano de água	3	3	6,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	2	4,6		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
	Áreas de lazer de borda d'água	4	4	9,2			
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	3	4	8,2	45	
		Alojamento de borda d'água	3	3	6,9		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	2	2	4,6		
		Percurso pedestres	4	4	9,2		
Observação de aves		4	4	9,2			
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	3					

Quadro 65 – Avaliação de recursos – Albufeira Póvoa e Meadas

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira Póvoa e Meadas (Castelo de Vide)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem um espelho de água com dimensão razoável. O POAAP encontra-se em revisão. Todavia carece de infraestruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas, nomeadamente de acessibilidade ao espelho de água. Para afirmar o seu potencial do ponto de vista do turismo náutico necessita, igualmente, de resolver os aspetos relacionados com o alojamento (ex: parque campismo e desenvolvimento de outras ofertas com base nas estruturas existentes). O investimento no Festival Andanças deve ser potenciado e articulado com o turismo náutico. Situação do POAAP: Determinada a revisão (Despacho n.º 10072/2010, de 15 de junho).	3	3	6,9	10,35	74,2
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	33,25	
		Operação náutico-desportiva	1	2	3,6		
		Atividades lúdico-recreativas	2	2	4,6		
		Acessibilidades ao plano de água	2	2	4,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	3	2	5,6	30,6	
		Alojamento de borda d'água	2	2	4,6		
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6		
		Eventos	4	3	7,9		
		Percurso pedestres	3	2	5,6		
Observação de aves		1	1	2,3			
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	2					

Quadro 66 – Avaliação de recursos – Albufeira da Apartadura

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Albufeira da Apartadura (Marvão)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem um espelho de água com dimensão limitada e condição de uso protegida. O POAAP encontra-se em fase de alteração. Todavia, carece de infraestruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas, nomeadamente de acessibilidade ao espelho de água. Para afirmar o seu potencial do ponto de vista do turismo náutico necessita, igualmente, que os projetos aprovados sejam concretizados (ex: alojamento), bem como o desenvolvimento de outras ofertas complementares. Situação do POAAP: Em fase de alteração (Despacho n.º 6799/2012, de 18 de maio).	2	3	5,9	8,85	61,5
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	33,25	
		Operação náutico-desportiva	1	2	3,6		
		Atividades lúdico-recreativas	2	2	4,6		
		Acessibilidades ao plano de água	2	2	4,6		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Áreas de lazer de borda d'água	2	2	4,6	19,4	
		Património histórico-cultural	3	2	5,6		
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	2	4,6		
Observação de aves	1	1	2,3				
Relevância Estratégica	Interesse	Médio					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	2					

Quadro 67 – Avaliação de recursos – Albufeira de Abrilongo

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Abrilongo (Arronches e Campo Maior)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem a classificação de protegida. O espelho de água tem uma dimensão razoável. O potencial de desenvolvimento da náutica está por explorar, carecendo de investimentos em estruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas.	1	1	2,3	3,45	37,375
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	20,125	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	1	2,3		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	13,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
		Observação de aves	1	1	2,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 68 – Avaliação de recursos – Albufeira do Caia

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$		
Albufeira do Caia (Campo Maior)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem um espelho de água com dimensões e condições singulares para a prática de atividades náuticas. No entanto, carece de infraestruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas, nomeadamente de acessibilidade ao espelho de água. A sua condição de protegida quanto aos usos é de alguma forma limitativa quanto ao potencial para o turismo náutico no que concerne a um conjunto de atividades. Situação do POAAP: Aprovado e publicado (Despacho Conjunto de 13 de julho de 1993).	3	4	8,2	12,3	69,225		
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	2	4,6	31,625			
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3				
		Atividades lúdico-recreativas	1	1	2,3				
		Acessibilidades ao plano de água	2	2	4,6				
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	2	4,6				
		Eventos náuticos	2	2	4,6				
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3				
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	25,3			
		Alojamento de borda d'água	2	2	4,6				
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6				
		Eventos	2	2	4,6				
		Percursos pedestres	2	2	4,6				
		Observação de aves	2	2	4,6				
	Relevância Estratégica	Interesse	Elevado						
		Condições de Contexto	Médias						
Avaliação Global		2							

Quadro 69 – Avaliação de recursos – Lago da Alfarófia

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Lago da Alfarófia (Elvas)	(A) Condições de utilização	Pesca Desportiva e <i>wakeboard</i> <u>Condicionantes:</u> Boas acessibilidades. Com algumas infraestruturas de apoio que podem ser ampliadas e qualificadas. Composto por dois planos de água, sendo um exclusivamente vocacionado para pesca desportiva, apresentado condições singulares no contexto nacional e inclusivamente europeu para o <i>carpfishing</i> . O outro plano de água oferece condições relevantes para a prática de <i>wakeboard</i> se devidamente infraestruturado.	4	3	7,9	11,85	99,825
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	3	3	6,9	60,375	
		Operação náutico-desportiva	3	3	6,9		
		Atividades lúdico-recreativas	3	3	6,9		
		Acessibilidades ao plano de água	3	3	6,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	4	4	9,2		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
	(C) Recursos Complementares	Áreas de lazer de borda d'água	3	3	6,9		
		Património histórico-cultural	1	1	2,3	27,6	
		Alojamento de borda d'água	3	3	6,9		
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6		
		Eventos	2	2	4,6		
		Percursos pedestres	1	1	2,3		
Observação de aves	3	3	6,9				
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Elevada					
	Avaliação Global	3					

6.1.1.5. VALE DO SORRAIA E AFLUENTES
Quadro 70 – Avaliação de recursos – Ponte de Sor

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Ponte de Sor	(A) Condições de utilização	Pesca Desportiva Condicionantes: A ribeira do Sor em contexto urbano (cidade de Ponte de Sor) oferece uma pista de pesca e espaços de lazer associados, com potencial de desenvolvimento. O alargamento da pista de pesca, o melhoramento dos sistemas de represa e dos espaços de lazer associados podem dar outra dimensão a este <i>spot</i> , nomeadamente internacional. Pode igualmente potenciar a prática de outras atividades náuticas. A carência de infraestruturas de alojamento turístico é uma das principais limitações.	2	4	7,2	10,8	93,65
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	3	5,9	53,25	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	2	3	5,9		
		Acessibilidades ao plano de água	2	3	5,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	4	7,2		
		Eventos náuticos	2	4	7,2		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	4	8,2		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	2	4,6	29,6	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	4	3	7,9		
		Eventos	3	2	5,6		
		Percurso pedestres	3	3	6,9		
		Observação de aves	1	1	2,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Elevado				
Condições de Contexto		Médias					
Avaliação Global		3					

Quadro 71 – Avaliação de recursos – Albufeira de Montargil

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Albufeira de Montargil (Ponte de Sor)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva, atividades a motor (motonáutica), passeios em embarcações a motor) <u>Condicionantes:</u> A albufeira tem um espelho de água com dimensões e condições singulares para a prática de atividades náuticas. A sua condição de uso livre é potenciadora de um leque alargado de atividades no âmbito do turismo náutico. Existe um número relevante de infraestruturas de apoio (incluindo alojamento e outros prestadores de serviço) e para a prática de atividades náuticas. Todavia, existe potencial para requalificar e adequar infraestruturas existentes ao turismo náutico. Situação POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 94/2002, de 8 de maio).	4	5	10,5	15,75	137,05
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	4	5	10,5	84,5	
		Operação náutico-desportiva	4	5	10,5		
		Atividades lúdico-recreativas	4	5	10,5		
		Acessibilidades ao plano de água	4	4	9,2		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	4	5	10,5		
		Eventos náuticos	3	4	8,2		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	4	8,2		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	2	4,6	36,8	
		Alojamento de borda d'água	4	4	9,2		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	2	2	4,6		
		Percurso pedestres	3	3	6,9		
Observação de aves		2	2	4,6			
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Elevadas					
	Avaliação Global	3					

Quadro 72 – Avaliação de recursos – Albufeira de Maranhão

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Maranhão (Avis)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva, (motonáutica – aprendizagem e treino) <u>Condicionantes:</u> a albufeira tem um espelho de água com dimensões e condições singulares para a prática de atividades náuticas. Apesar da sua condição de uso protegido permite um leque alargado de atividades do âmbito do turismo náutico (recreio e desportivo). Existe um número relevante de infraestruturas de apoio (incluindo alojamento e outros prestadores de serviço) e para a prática de atividades náuticas. Existe potencial para estabelecimento de um centro de treino internacional (diferentes modalidades). Situação POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 117/99, de 6 de outubro).	3	5	9,5	14,25	138,425
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	4	5	10,5	87,375	
		Operação náutico-desportiva	4	5	10,5		
		Atividades lúdico-recreativas	4	5	10,5		
		Acessibilidades ao plano de água	4	4	9,2		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	4	5	10,5		
		Eventos náuticos	4	5	10,5		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	4	8,2		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	2	4,6	36,8	
		Alojamento de borda d'água	4	4	9,2		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	2	2	4,6		
		Percurso pedestres	3	3	6,9		
		Observação de aves	2	2	4,6		
	Relevância Estratégica	Interesse	Elevado				
Condições de Contexto		Elevada					
Avaliação Global		3					

Quadro 73 – Avaliação de recursos – Vale do Sorraia

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Vale do Sorraia (Rio Sorraia; Ribeira da Raia e Açude do Gameiro – Mora; Ribeira da Seda e Ribeira de Sor). Este território enquadra-se nas NUTS III Alentejo Central, Alto Alentejo e Lezíria do Tejo, mas Coruche, Ponte de Sor e Avis terão fichas autónomas.	(A) Condições de utilização	Canoagem, <i>hidrospeed</i> , pesca desportiva. <u>Condicionantes:</u> a região apresenta uma oferta bastante relevante (com um número de operadores significativo). Apresenta ainda um conjunto de infraestruturas de apoio e para a prática náutica de relevo.	3	4	8,2	12,3	128,25
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	2	4,6	72,25	
		Operação náutico-desportiva	3	4	8,2		
		Atividades lúdico-recreativas	4	4	9,2		
		Acessibilidades ao plano de água	3	3	6,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	4	5	10,5		
		Eventos náuticos	4	4	9,2		
	(C) Recursos Complementares	Áreas de lazer de borda d'água	4	4	9,2	43,7	
		Património histórico-cultural	4	4	9,2		
		Alojamento de borda d'água	4	3	7,9		
		Restauração de borda d'água	3	3	6,9		
		Eventos	3	3	6,9		
		Percurso pedestres	3	3	6,9		
	Observação de aves	2	3	5,9			
	Relevância Estratégica	Interesse	Elevado				
Condições de Contexto		Elevadas					
Avaliação Global		3					

Quadro 74 – Avaliação de recursos – Açude da Agolada (Coruche)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Açude da Agolada (Coruche)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva. <u>Condicionantes:</u> O espelho de água tem uma dimensão limitada. O potencial de desenvolvimento da náutica está por explorar, carecendo de investimentos em estruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas.	1	1	2,3	3,45	42,625
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	23,375	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	2	3,6		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	2	3,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	15,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	1	3,3		
		Observação de aves	2	1	3,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 75 – Avaliação de recursos – Açude do Monte da Barca (Coruche)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Açude do Monte da Barca (Coruche)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva. <u>Condicionantes:</u> O espelho de água tem uma dimensão razoável. O potencial de desenvolvimento da náutica está por explorar, carecendo de investimentos em estruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas.	1	1	2,3	3,45	42,625
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	23,375	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	1	2	3,6		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	2	3,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	1	1	2,3	15,8	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	1	1	2,3		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	1	3,3		
		Observação de aves	2	1	3,3		
	Relevância Estratégica	Interesse	Baixo				
Condições de Contexto		Fracas					
Avaliação Global		1					

Quadro 76 – Avaliação de recursos – Lago da Quinta Grande (Coruche)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Lago da Quinta Grande (Coruche)	(A) Condições de utilização	<i>Ski aquático, wakeboard e barefoot.</i> <u>Condicionantes:</u> Espelho de água com uma extensão de 1.500 hectares, essencialmente vocacionado para o <i>ski aquático (slalom e saltos homologada), wakeboard e barefoot</i> . Inserido em exploração agropecuária, apresenta um conjunto de infraestruturas de apoio (nomeadamente, alojamento, <i>club house</i>) e para a prática do <i>ski aquático</i> , em particular, bastante relevantes.	2	4	7,2	10,8	105,4
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	3	4	8,2	56,5	
		Operação náutico-desportiva	2	4	7,2		
		Atividades lúdico-recreativas	2	4	7,2		
		Acessibilidades ao plano de água	2	4	7,2		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	0	0	0		
		Eventos náuticos	3	5	9,5		
	(C) Recursos Complementares	Áreas de lazer de borda d'água	2	3	5,9	38,1	
		Património histórico-cultural	3	2	5,6		
		Alojamento de borda d'água	3	4	8,2		
		Restauração de borda d'água	3	4	8,2		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	3	3	6,9		
	Observação de aves	3	3	6,9			
Relevância Estratégica	Interesse	Elevado					
	Condições de Contexto	Médias					
	Avaliação Global	3					

6.1.1.6. TEJO E LEZÍRIA

Quadro 77 – Avaliação de recursos – Rio Tejo (troço entre Azambuja e Chamusca)

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F*1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água Σ (A + B + C)
Rio Tejo (troço entre Azambuja e Chamusca)	(A) Condições de utilização	Canoagem, passeios em embarcações, pesca desportiva. <u>Condicionantes:</u> as condições de acesso ao plano de água devem ser potenciadas conjuntamente com o desenvolvimento de infraestruturas de apoio e centro de informação. Existe um conjunto de operadores neste troço do Tejo, mas os espaços associados à cultura avieira devem ser qualificados.	3	3	6,9	10,35	95,6
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	2	3	5,9	53,75	
		Operação náutico-desportiva	2	3	5,9		
		Atividades lúdico-recreativas	3	3	6,9		
		Acessibilidades ao plano de água	3	3	6,9		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	2	3	5,9		
		Eventos náuticos	2	2	4,6		
		Áreas de lazer de borda d'água	3	3	6,9		
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	3	5,9	31,5	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	2	3	5,9		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percurso pedestres	2	3	5,9		
		Observação de aves	4	4	9,2		
	Relevância Estratégica	Interesse	Elevado				
Condições de Contexto		Médias					
Avaliação Global		3					

Quadro 78 – Avaliação de recursos – Albufeira de Magos

Plano de água	Vertentes de Análise	Caracterização e recursos associados	D) Importância absoluta para o Turismo (0 a 5)	E) Valência para turismo náutico (0 a 5)	F) Total parcial (D*1 + E*1,3)	Valorização Total Ponderada para cada Vertente de Análise A = F* 1,5; B = F*1,25; C = F*1	Valorização Total do Plano de Água $\Sigma (A + B + C)$
Albufeira de Magos (Salvaterra de Magos)	(A) Condições de utilização	Remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> e pesca desportiva <u>Condicionantes:</u> a albufeira tem a classificação de uso livre. O espelho de água tem uma dimensão limitada. O potencial dde desenvolvimento da náutica está por explorar, carecendo de investimentos em estruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas. Situação do POAAP: Aprovado e publicado (RCM n.º 169/2008, de 21 de novembro).	1	1	2,3	3,45	47,175
	(B) Recursos Específicos	Ancoradouros e cais de embarque	1	1	2,3	24,625	
		Operação náutico-desportiva	1	1	2,3		
		Atividades lúdico-recreativas	2	2	4,6		
		Acessibilidades ao plano de água	1	1	2,3		
		Plataformas de apoio à pesca desportiva/recreativa	1	1	2,3		
		Eventos náuticos	1	2	3,6		
	Áreas de lazer de borda d'água	1	1	2,3			
	(C) Recursos Complementares	Património histórico-cultural	2	1	3,3	19,1	
		Alojamento de borda d'água	1	1	2,3		
		Restauração de borda d'água	2	2	4,6		
		Eventos	1	1	2,3		
		Percursos pedestres	2	1	3,3		
Observação de aves		2	1	3,3			
Relevância Estratégica	Interesse	Baixo					
	Condições de Contexto	Fracas					
	Avaliação Global	1					

6.1.2. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Por referência à informação recolhida no âmbito da realização do presente Plano Estratégico na sua fase de caracterização, foi possível identificar um conjunto de linhas endógenas (forças e fraquezas) e exógenas (oportunidades e ameaças), sistematizadas na seguinte análise SWOT, as suas particularmente relevantes e determinantes para o Desenvolvimento do Turismo Náutico na Região do Alentejo e Ribatejo.

Quadro 79 – Análise SWOT (pontos fortes e fracos) para o Alentejo na ótica do Turismo Náutico

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Condições climáticas de exceção para a prática de atividades <i>outdoor</i> .	Litoral pouco recortado e com limitações de acessibilidade.
Localização no “triângulo” Área Metropolitana de Lisboa/Algarve/Espanha.	Eixos de atravessamento de natureza tunelar (autoestradas).
Boa rede viária, nomeadamente ao nível de itinerários complementares.	Oferta de restauração limitada, em particular junto ao litoral e planos de água com vocação para o desenvolvimento de atividades náuticas.
Extenso litoral com potencial para diferentes atividades náuticas.	Oferta de alojamento limitada em vários <i>spots</i> (junto ao litoral e planos de água) com vocação para o desenvolvimento de atividades náuticas.
Qualidade ambiental da costa marítima e dos recursos fluviais e lagunares.	Dissociação entre a imagem de lazer da Região Alentejo e Ribatejo e o turismo náutico (especialmente no caso do Alentejo).
Diversidade e quantidade de recursos hídricos e paisagísticos de elevado valor cénico.	Ausência de uma cultura associada ao lazer aquático.
Existência de produtos/dimensões da oferta já consolidadas no Turismo Cultural, Gastronómico, Rural e de Natureza, passível de <i>crosseling</i> com o Turismo Náutico.	Inexistência quase total de planos de pormenor incidindo sobre o desenvolvimento turístico dos principais <i>spots</i> com potencialidades ao nível náutico.
Presença de recursos e de condições de contexto suscetíveis de organizar uma oferta dirigida a nichos específicos do mercado (turismo comunitário de aldeia, <i>birdwatching</i> , turismo mineiro, entre outros).	Leque bastante significativo de restrições à utilização dos planos de água e suas margens a par de uma complexidade do quadro e jurisdição ao nível do ordenamento e licenciamento.
Investimentos em curso e previstos em territórios preferenciais para o desenvolvimento do Turismo Náutico.	Mau estado e insuficiência ao nível dos equipamentos e infraestruturas de suporte ao desenvolvimento do turismo náutico.
Território com potencial bruto de exploração para o desenvolvimento de uma alargada rede de propostas de turismo náutico.	Limitações de infraestruturas coletivas e serviços mobilizáveis para o desenvolvimento e apoio ao turismo náutico.
Razão equilibrada, em termos de qualidade e quantidade, entre <i>spots</i> do litoral, do <i>hinterland</i> e da raia para o desenvolvimento de atividades de turismo náutico.	Recursos humanos em idade ativa escassos e com baixas qualificações no contexto nacional, limitadores do empreendedorismo e inovação, mas também de um desenvolvimento turístico de qualidade.
Perfil hidrográfico, orográfico e de uso com propensão para o desenvolvimento de atividades de turismo náutico.	Pouca propensão dos operadores para a construção de ofertas integradas.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Entidade reguladora dinâmica e com abertura à inovação.	Número limitado de operadores marítimo-turísticos.
Imagem regional favorável enquanto área de acolhimento turístico, no âmbito da autenticidade e da qualidade das experiências proporcionadas nos domínios paisagístico e cultural.	Algumas faixas marginais com défice no domínio do ordenamento e qualificação para o desenvolvimento de atividades turísticas e recreativas.
	Distância a aeroportos de referência internacional.
	Escassez ou deficiências ao nível do mapeamento e balizagem náutica dos planos de água.
	Vários <i>spots</i> a distância significativa de centros urbanos de referência.
	Deficiente sinalética turística.

Quadro 80 - Análise SWOT (oportunidades e ameaças) para o Alentejo na ótica do Turismo Náutico

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Território com potencial bruto de exploração para o desenvolvimento de uma rede alargada de propostas de turismo náutico.	Não exploração das complementaridades e aspetos positivos derivados da proximidade a Lisboa e Algarve.
Aumento do potencial de atracção do território do Alentejo e Ribatejo, nomeadamente através de <i>crosseling</i> (áreas tradicionais de frequência turística → outras áreas), tendo por referência o património cultural e natural existente, nomeadamente ao nível dos recursos marítimos e hídricos disponíveis.	Insuficiente desenvolvimento, organização e articulação dos <i>stakeholders</i> envolvidos no contexto do turismo náutico para responder aos novos desafios decorrentes da estruturação de um novo produto turístico.
O Programa PORTUGAL 2020, que enquadrará os apoios estruturais da União Europeia entre 2014 e 2020, tendo como prioridades o setor privado exportador e o emprego.	Internacionalização dos investimentos com consequências ao nível do estabelecimento de racionais de desenvolvimento subordinados a interesses externos à região.
Estabelecimento de um verdadeiro quadro de parcerias e de cooperação nos diversos âmbitos da oferta turística.	Degradação da qualidade dos recursos aquáticos e piscícolas.
Dinâmicas e circunstancialismos decorrentes das condições climáticas, recursos náuticos privados disponíveis e níveis de procura dos mercados do norte e centro da Europa, que concorrem para o elevado potencial de atracção do Alentejo enquanto destino de Turismo Náutico (recreativo e desportivo), com particular multiplicação das estadas <i>long-stay</i> .	Alterações nos quadros políticos e económicos da zona Euro, em particular, e da União Europeia, em geral, designadamente no âmbito da moeda única e do espaço Schengen).
Diversificação da procura com a consequente abertura de janelas de oportunidades para novos tipos de turismo e novos produtos inovadores e especializados no domínio do turismo náutico - <i>niche tourism</i> .	Aumento da concorrência externa oriunda de destinos com ofertas similares ou de novos destinos (ex: Bacia do Mediterrâneo, Destinos Emergentes).
Procura emergente em alguns segmentos de <i>niche tourism</i> (ex: <i>surf</i> , remo competição, pesca desportiva e recreativa, <i>kitesurf</i>).	Investimentos em curso e previstos no domínio do turismo eventualmente condicionados pela crise financeira que afeta os mercados à escala global.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

Emergência de um perfil de consumidor mais vocacionado para práticas de turismo ativo.	Imediatismo e má gestão ao nível do território, dos recursos turísticos e dos produtos e destinos.
Reconhecimento da relevância estratégica do mar para o desenvolvimento económico e social.	A Taxa de Recursos Hídricos (TRH), na sua atual redação, pode limitar/inibir em vários casos a viabilidade de exploração de atividades náuticas.
Operacionalização efetiva do aeroporto de Beja enquanto <i>gateway</i> para as principais bacias emissoras.	Concorrência de outros destinos internos (ex. regiões Centro e Norte) face às ofertas que possuem e ao planeamento que estão a desenvolver também para a náutica.
Densificação dos produtos compósitos associando à dimensão náutica as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística.	
Reforço das novas tecnologias nos domínios da informação, divulgação, comercialização e operacionalização turísticas.	
Estabelecimento de um calendário integrado no âmbito da animação turística e dos eventos.	
Perturbações de carácter político e religioso na margem sul do Mediterrâneo com a conseqüente reorganização dos fluxos turísticos.	
Revalorização, conjuntamente com o Sul de Espanha na zona ocidental europeia, do património e cultura do "Al- Andalus"- a prazo a margem segura de contato turístico com aspetos da cultura e do património de influência islâmica.	

Fonte: Própria

6.2. SUB-ESPAÇOS E SEGMENTOS DE TURISMO NÁUTICO

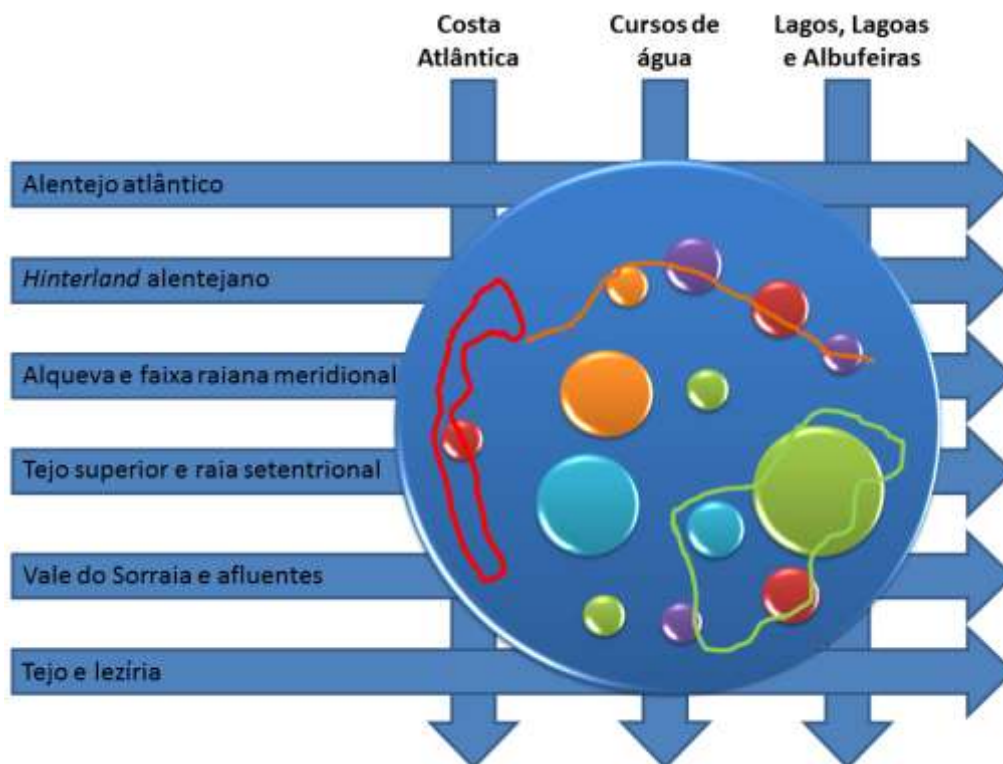
6.2.1. OS NEXOS SUB-REGIONAIS

O modelo de desenvolvimento turístico, proposto no quadro de promoção do Plano Estratégico para o Turismo Náutico do Alentejo e Ribatejo, centra-se na existência de uma matriz de trabalho, aplicada a seis núcleos territoriais de ação determinados pela equipa de trabalho, correspondentes às cinco sub-regiões catalogadas no âmbito da classificação NUT III (Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Litoral, Alentejo Central e Baixo Alentejo), às quais acrescentámos como pólo estratégico de desenvolvimento a albufeira do Alqueva, com a arrumação em subáreas funcionais s de turismo náutico, conforme explicado anteriormente.

Dentro de todo este território, correspondente à quase totalidade dos municípios do Alentejo e da Lezíria do Tejo, do Norte a Sul e do Litoral à Raia, focámos o nosso interesse e investigação em contextos territoriais com densidade e qualidade de uso no quadro das atividades náuticas que apresentem potencialidades (existentes e/ou projetos), quer do ponto de vista recreativo, quer do ponto de vista turístico.

Da análise estrutural alicerçada nos vetores sub-regionais referidos, e na sua relação com os eixos territoriais de potencial e ação para a atividade náutica, (1 - Costa Atlântica do Alentejo; 2 - Cursos de água das bacias hidrográficas do Tejo, Sado, Guadiana, Mira e Sorraia; 3 - Lagos, Lagoas e Barragens, com particular incidência na Barragem e Albufeira do Alqueva), emerge o maior enfoque de observação e diagnóstico que preside a esta síntese.

Figura 79 – Matriz para Análise do Potencial Território/Produto



Fonte: Própria

O modelo de avaliação usado seguirá uma lógica de abordagem territorialista, com leitura progressiva do universo macro (sub-região) para a componente micro (eixos territoriais e temáticos de ação), de modo a apresentar no contexto destes últimos, quais os *spot-points* de relevância para o turismo náutico no Alentejo e Lezíria do Tejo, as suas potencialidades e principais constrangimentos.

O modelo de estruturação do trabalho, desenvolve-se na apresentação de quadros-síntese que sistematizam a informação/diagnóstico pela via do cruzamento entre o universo sub-regional e os eixos temático territoriais e que se perfilam como espaços estratégicos de desenvolvimento de turismo náutico que possam vir a ser incluídos no processo de elaboração do plano de ação.

6.2.2. DIAGNÓSTICOS ESTRATÉGICOS POR SUB-REGIÃO E POR SEGMENTO DE PRODUTO

Quadro 81 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – A (síntese)

SUB-REGIÃO:	Alentejo atlântico
EIXO TERRITORIAL:	Foz do Rio Sado e Península de Tróia
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Marina de Tróia e Foz do Sado
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Náutica recreativa e turística (vela de cruzeiro, vela ligeira, passeios em embarcações clássicas, observação de roazes, remo e canoagem)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Marina de Tróia
PRODUTOS ÂNCORA:	vela de cruzeiro, passeios em embarcações clássicas
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Foz do Sado
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	vela ligeira, passeios em embarcações clássicas, observação de roazes, remo e canoagem

Quadro 82 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – A (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
<p>Localizada na Baía de Setúbal, no canal de saída sul da foz do Sado, a Marina de Tróia é um complexo de <i>recetivo</i> de embarcações, de pequena escala - Com capacidade de acolhimento de 184 lugares, sendo 70% da sua capacidade adequada para embarcações até 10 metros.</p>	<p>Marina Integrada em dinâmica de resort turístico.</p> <p>Excelência do campo de regata da baía de Setúbal.</p> <p>Potencial da linha de costa da península e das margens do Sado, para propostas complementares de animação turística (canoagem, <i>birdwatching</i>, observação de cetáceos, passeios em embarcações, etc.).</p>	<p>Localização – fora das rotas convencionais do trânsito náutico – Norte/Sul.</p> <p>Dimensão de baixa escala ao nível da oferta de Serviços complementares de apoio à atividade náutica – balneários; doca seca/varagem de embarcações, oficinas de reparação naval.</p> <p>Baixa taxa de ocupação, de permanência e de uso.</p> <p>Regulamentação - condicionadora de navegação e fundeadouro no canal sul.</p> <p>Ausência de uma Estratégia integrada de promoção e ausência de redes de atividades lúdico-recreativas complementares.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar, de modo a de ampliar o mercado e o modelo de oferta ao consumidor.</p>	<p>Alterações estratégicas na aplicação do modelo de exploração e no modelo de negócio da Marina – (modelo de parcerias com o Norte da Europa e oferta de produtos de animação turística complementar à náutica recreativa e turística).</p> <p>Internacionalização da Marina, por via da captação de eventos internacionais na área da náutica desportiva.</p> <p>Ampliação da rede de oferta de atividades náuticas de largo espectro numa dinâmica turística (motonáutica, vela ligeira, escola de vela).</p> <p>Ampliação da rede de oferta de atividades de animação turística complementares à náutica de recreio, turística e desportiva.</p> <p>Modelo articulado e integrado de desenvolvimento lúdico-desportivo para a península de Setúbal e Arrábida, que garanta a articulação entre empresários locais e a gestão da marina, na medida em que o seu benefício global para a atratividade da região poderá ser significativo, considerando a fauna, a flora (ex: <i>birdwatching</i>, observação de roazes) e o património cultural da região (ex: cultura avieira, produção do arroz, produção de sal), nomeadamente no contexto da Reserva Natural do Estuário do Sado.</p> <p>Criação de rede de suporte (infraestruturas e equipamentos) à náutica de recreio – Investimentos prioritários a realizar: zona de seco, grua e rampa para tirar e colocar embarcações na água.</p>

Quadro 83 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – B (síntese)

SUB-REGIÃO:	Alentejo atlântico
EIXO TERRITORIAL:	Rio Sado a montante da foz
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Da Baía de Setúbal a Alcácer do Sal
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Turismo fluvial e turismo cultural (vela de cruzeiro, passeios em embarcações clássicas, canoagem e <i>birdwatching</i>) e Cultura pesqueira e turismo cultural (passeios em embarcações pesqueiras, visitas etnográficas, ao sapal, às salinas, à cultura avieira e <i>birdwatching</i>)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Baía de Setúbal e Estuário do Sado
PRODUTOS ÂNCORA:	vela de cruzeiro, passeios em embarcações clássicas, <i>birdwatching</i>, visitas etnográficas, visitas ao sapal e às salinas e à cultura avieira
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Portos palafitas da Comporta e da Carrasqueira
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	canoagem, vela ligeira, pesca desportiva

Quadro 84 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – B (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
<p>Rio Sado – Do Estuário a Alcácer do Sal</p> <p>O rio Sado oferece entre a foz e Alcácer do Sal a montante, condições ótimas de navegabilidade, as quais são complementadas por um rico património natural e cultural.</p> <p>Do ponto de vista do turismo náutico, Tróia e Alcácer são <i>gateways</i> estratégicas para explorar o ecossistema definido pela Reserva Natural do Estuário do Sado.</p> <p>A Pesca, canoagem, arrozais e salinas são um atrativo bastante forte para a região.</p> <p>A Zona entre Azinheira de Barros - Vale Guizo-Alcácer possui um grande potencial turístico pelos recursos paisagísticos que oferece ao nível do produto “Sado Selvagem”.</p> <p>Os Galeões do Sado (2 embarcações com capacidade para 35 passageiros) vão voltar a ser explorados pela Câmara. Setúbal – Alcácer em cerca de 10 horas com paragem para almoço a bordo e para banhos na praia verde.</p> <p>Há infraestruturas - cais ligados à história de utilização do rio, que são utilizados por pescadores e podem ter valor/utilização turística – zona de Cachopos, Bule/Herdade</p>	<p>Eixo patrimonial (natural e cultural) de elevada potencialidade, quer ao nível da componente associado às alfaias e profissões do rio, quer ao nível, da interpretação ambiental, ligada ao sal e à pesca de rio, quer do ponto de vista da observação e estudo da avifauna.</p> <p>A proximidade a Lisboa, via Setúbal/Troia com promove enorme vantagem, quer por via da qualidade das acessibilidades externas, quer por via dos fatores de complementaridade decorrentes do potencial de atratividade que Lisboa e a Península de Setúbal possuem no quadro do mercado turístico nacional e internacional.</p> <p>Localização privilegiada no principal eixo de acessibilidade norte-sul, quer rodoviário, quer ferroviário.</p> <p>Associação entre a componente fluvial e o património rural, cultural material e imaterial.</p> <p>Dinamismo empresarial ao nível da animação turística, em geral, e marítimo-turística, em particular, com emissão principal na cidade de Setúbal.</p> <p>Elevada riqueza da gastronomia regional.</p> <p>Regime de livre utilização, bastante favorável às práticas de atividades</p>	<p>Limitações de navegabilidade, sobretudo ao nível de manobras entre as Mouriscas e a Alcácer do Sal.</p> <p>Baixa capacidade de <i>recetivo</i> do cais de acostagem de Alcácer do Sal.</p> <p>Insuficiência dos equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas: cais de acostagem, docas secas, oficinas de reparação naval, entre outras.</p> <p>Falta de componente de complementaridade entre o trânsito náutico turístico e o processo de visitação histórico-patrimonial de Alcácer do Sal.</p> <p>Limitações de navegabilidade para mastreações de maior porte na passagem de ponte em Alcácer do Sal.</p> <p>Ausência de uma estratégia integrada de organização, de comunicação e de promoção do produto náutico na região.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar.</p> <p>Escassa oferta de alojamento, à exceção de Tróia.</p> <p>Sinalização e balizagem ausente/deficiente e insuficiente limpeza do rio e das margens.</p> <p>Insegurança dos espaços de acesso ao rio e dos respetivos estacionamentos.</p> <p>Limitações significativas em termos de infraestruturas de apoio à atividade e de</p>	<p>Criação de um plano de ação promotor de Dinamização de atividades de operação marítimo-turística, através de ações privadas e públicas (ex: Galeões do Sado, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).</p> <p>Desenvolvimento de circuitos fluviais no eixo de navegabilidade Alcácer do Sal – Foz do Sado, envolvendo o património cultural existentes nas margens e da faina do rio (pesca, salinas, sapal, arrozais, etc.).</p> <p>Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (rampas de acesso, <i>fingers</i> de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso ao rio, áreas de reparação, armazéns de aprestos, cartografia atualizada do rio, entre outras) vitais para a geração de atratividade, nomeadamente para o desenvolvimento das componentes naturais e culturais da região, relevantes para o desenvolvimento de circuitos alternativos em embarcações preferencialmente não motorizadas, ou motorizadas a energias alternativas (ex:(canoas, remos, vela, motor elétrico).</p> <p>Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo nomeadamente o processo fundamental de dessassoreamento e dragagem de troços do Sado e respetiva sinalização e balizagem dos canais de navegação.</p> <p>Reforço da articulação entre destinos turísticos complementares, nomeadamente com Lisboa, Sesimbra, Setúbal e Sines.</p> <p>Criação de produtos compósitos associando à dimensão fluvial as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística. (Visitação: da Arrábida, da Baía de Setúbal e da Reserva Natural do Estuário do Sado); (gastronomia: peixe, ostras, flor de sal).</p> <p>Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas, que congregue toda a oferta do produto fluvial no eixo Setúbal-Alcácer do Sal.</p> <p>Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o eixo do Sado, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.</p>

<p>do Pinheiro (na margem norte existe Feitoria Fenícia).</p> <p>O <i>Birdwatching</i> é bastante relevante e tem muito potencial.</p> <p>Salinas: do ponto de vista ambiental e turístico é fundamental recuperar (zona de Torrinha – salinas secas).</p> <p>Canais de Irrigação (geridos pela Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sado).</p> <p>Cais de Palafita da Comporta e Porto de Palafita da Carrasqueira.</p> <p>Situada à entrada da Comporta, no sentido Troia, Alcácer do Sal encontramos no sapal estuarino do Sado, um conjunto de cais e espaços palafitados, utilizados por pescadores, descendentes dos Avieiros.</p> <p>Exemplares de significativa importância para a interpretação da faina e da vida quotidiana dos pescadores do Sado.</p>	<p>náuticas.</p> <p>Boa localização e excelentes e acessibilidades privilegiadas e de proximidade a Alcácer do Sal e ao principal eixo, viário Lisboa-Algarve.</p> <p>Os cais palafitados da comporta e da carrasqueira possuem uma componente agro-cultural e piscícola cultural de elevada importância, ao nível do enquadramento e perceção das realidades sociais e profissionais da região, quer ao nível das práticas de trabalho, quer ao nível dos modos de vida e da atividade económica de base popular.</p> <p>Os cais palafitados possuem ainda uma elevada potencialidade paisagística, sobretudo em complementaridade à vala real e dos campos de arroz.</p> <p>Os cais palafitados possuem um elevado potencial para a observação de avifauna. (aves gramíneas e de sapal, cegonha, garça e rapinazes).</p> <p>No enquadramento de proximidade do cais da comporta existem ainda: Museu do Arroz da Comporta e Adegas da Herdade da Comporta.</p> <p>Grande qualidade da gastronomia local.</p>	<p>outros equipamentos de apoio (ex: existe apenas um restaurante e nas proximidades existem algumas casas da Associação de Beneficiários do Vale do Sado que utilizadas poderão funcionar como suporte ao alojamento local).</p> <p>Oferta de restauração e alojamento muito limitada nas zonas envolventes do espelho de água.</p> <p>A falta da aplicação do regime de servidão nos termos da lei é uma forte condicionante para um bom acesso ao espelho de água, bem como para o desenvolvimento de atividades complementares (ex: circuitos de manutenção, ciclovias, etc.).</p> <p>Insuficiência dos equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas: cais de acastagem, poitas de amarração.</p> <p>Ausência de uma estratégia integrada de organização, de comunicação e de promoção do produto náutico.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar.</p> <p>Escassa oferta de alojamento local.</p> <p>Sinalização e balizagem ausente/deficiente e insuficiente.</p> <p>Acessos de margem condicionados pelo modelo de propriedade e uso.</p> <p>Insegurança nos espaços associados planos de água e respetivos estacionamento.</p> <p>Limitação de oferta de produtos de náutica turístico-desportiva.</p>	<p>Requalificação etno-museológica das aldeias do Sado (Mouriscas, Comporta, Carrasqueira), numa perspetiva de concretização de projetos de turismo comunitário de aldeia.</p> <p>Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente um hotel palafita na Carrasqueira.</p> <p>Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer, nas margens, que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens do rio Sado, ligando os vários spots.</p> <p>Criação de uma rede de museus (ecomuseus) de envolvente entre o Sado, as atividades profissionais que lhe estão associadas, no sentido de se tornar num efetivo pólo de interpretação fluvial, considerando o enlace entre a dimensão ambiental e a humana. (Museu, Giacometti; Museu do moinho de maré, museu do arroz, museus dos ferries; museu dos galeões do Sal).</p> <p>Criação de uma under umbrella name (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo fluvial do Sado e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de <i>marketing</i> e comunicação. (sal, vinho, arroz, pesca).</p> <p>Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado e tematizado.</p> <p>Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda-rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.</p> <p>Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.</p> <p>Criação de produtos compósitos associando à dimensão fluvial e lagunar nas temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística.</p> <p>Criação de uma rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.</p> <p>Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.</p>
--	--	--	---

		<p>Existência nas margens de alagamento das albufeiras e ribeira de zonas com alguma densidade de despojos e lixo.</p> <p>Ausência de infraestruturas náuticas de lazer e recreio infantis e juvenis.</p> <p>Parqueamento anárquico e com grande concentração e permanência de auto caravanas, sem condições mínimas para o fazer.</p> <p>Limitações ao nível dos cais palafitados: Limitações ao nível Informação Turística e da visita complementar; Limitações ao nível das atividades de animação complementares.</p> <p>Sinalização inexistente ou insuficiente, quer de acesso aos locais, quer ao nível da informação histórico-patrimonial e etnográfica.</p> <p>Acessibilidades de má qualidade.</p> <p>Segurança limitada de circulação na porto da carrasqueira.</p> <p>Modelo de Produto turístico inexistente.</p>	<p>Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente com aproveitamento das casas de barragem propriedade das Associações de Regantes, não só para alojamento, mas também para centros apoio às atividades náuticas e/ou de interpretação ambiental.</p> <p>Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.</p> <p>Criação de acessibilidades e de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, rampas de acesso ao espelho de água , poitas de amarração e alguns armazéns de aprestos.</p> <p>Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, playgrounds para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de rotas pedestres e de BTT nas margens da albufeira.</p> <p>Ordenamento e qualificação ambiental das margens, nomeadamente de limpeza e preserva das zonas mais sensíveis das albufeiras e troços de rio.</p> <p>Propostas para os cais Palafitados: Ordenamento do território e qualificação turística dos cais e portos palafitados; Infraestruturação , recuperação ou manutenção de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, playgrounds para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Qualificação da rede de acessibilidade, informação rodoviária e estacionamento, nos acessos ao núcleos palafitados do Sado.</p> <p>Criação em complementaridade com os espaços de visita existentes de um:</p> <ul style="list-style-type: none"> • centro de interpretação ambiental e de visitação ao sapal. • Criação do ecomuseu da cultura avieira no Sado (do rio dos pescadores e do Sapal). <p>Produção de documentário patrimonial sobre a cultura avieira do Sado.</p> <p>Criação de uma <i>under umbrella brand</i> (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo palafítico Comporta - Carrasqueira e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de <i>marketing</i> e comunicação.</p> <p>Requalificação etno-museológica das aldeias do Sado (Mouriscas, Comporta, Carrasqueira), numa perspetiva de concretização de projetos de turismo comunitário de aldeia.</p> <p>Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente um hotel palafita na Carrasqueira.</p>
--	--	--	---

Quadro 85 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – C (síntese)

SUB-REGIÃO:	Alentejo atlântico
EIXO TERRITORIAL:	Praias de Grândola
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Comporta, Carvalhal, Aberta Nova e Lagoa de Melides
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Náutica desportiva (surf, windsurf, kitesurf, pesca desportiva, birdwatching)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Comporta e Carvalhal
PRODUTOS ÂNCORA:	surf, windsurf, kitesurf, pesca desportiva, birdwatching
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Aberta Nova e Lagoa de Melides
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	surf, windsurf, kitesurf, pesca desportiva

Quadro 86 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – C (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
<p>Distintas pelos seus extensos areais, estas praias oferecem condições interessantes para a prática dos diversos desportos de onda, nomeadamente <i>surf</i>, <i>windsurf</i> e <i>kitesurf</i>, em particular nos meses de abril a junho e de setembro a dezembro, excluindo os meses de verão, devido à elevada procura balnear, aliada às condições de vento menos</p>	<p>Proximidade do principal eixo rodoviário Lisboa, Algarve (A2).</p> <p>Potencial elevado para a prática de turismo balnear.</p> <p>Potencial médio/ baixo para a prática de desportos de onda e sobretudo, desporto de deslize, especialmente pelo tipo de desenho de linha de costa/praias e</p>	<p>Ausência de um referencial equilibrado do estado do mar para práticas de desportos náuticos.</p> <p>Concessões de praia com total ausência de equipamentos de apoio às atividades náuticas. Ausência de infraestruturas e de equipamentos para oferta turística e/ou recreativa na área das atividades marítimo-turísticas.</p>	<p>Introdução de um modelo de Base/Centro Náutica, que viabilize a criação de estruturas de divulgação e de operacionalização turística, através do processo de equipar as praias com recursos para o desenvolvimento de práticas de animação marítimo-turística, enquadrada nos subsistemas de concessão balnear, atendendo às especificidades e às potencialidades de cada praia .(escolas, aluguer de pranchas, canoas seat-on-top). Considerar a otimização do potencial existente, criando e desenvolvendo estruturas e equipamentos essenciais de apoio às atividades náuticas, nomeadamente balneários e estações de apoio para os praticantes de desportos de onda e de aluguer de equipamentos para pratica recreativa e desportiva.</p>

<p>favoráveis para algumas daquelas práticas.</p> <p>Praias extensivas, com concessões balneares relativamente qualificadas, mas muito localizadas e de utilização reduzida no tempo e no espaço (época banear - junho a setembro).</p> <p>Por outro lado, esta condição poderá ser explorada de uma forma complementar, como um fator distintivo no posicionamento destes destinos como praias selvagens, onde a evasão e o contato com a natureza oferecem ambientes e experiências únicas face a outros destinos concorrentes.</p> <p>Praia da Comporta, do Carvalhal do Pego, da Galé, da Aberta Nova e da Lagoa de Melides.</p> <p>São as praias mais frequentadas do Alentejo Litoral. Acessíveis e com bandeira azul.</p> <p>Potencial médio, baixo, devido às características da costa, para práticas de desportos de onda e de deslize. Excelente pico de <i>surf</i>, onda direita e de reef, a meia milha da praia da Aberta Nova e na zona da Vigia.</p> <p>Maior apetência para a Pesca Desportiva, turística e recreativa.</p>	<p>linha de água e tipo de rebentamento de onda.</p> <p>Prática de <i>surf</i>, possível, mas de carácter muito pontual e tendo por suporte territorial, limites fora das áreas de concessão.</p> <p>Prática de Kite <i>surf</i>, com maior exequibilidade.</p> <p>Elevada riqueza da gastronomia regional.</p> <p>Acessibilidades automóveis, bastante qualificadas. (Exceção: Praia da Aberta Nova).</p> <p>Estruturas de concessão, qualificadas com acessos de passadiço à praia, apoios de praia WC e restaurantes Estacionamento automóvel vigiado, seguro, mas pago. (exceção: Praia da Aberta Nova)</p> <p>As concessões não oferecem atividades de animação marítimo-turística.</p> <p>Possibilidade de uma forte intervenção sociocultural na praia do Carvalhal, pelo facto de existir uma comunidade piscatória nas proximidades, com embarcações na praia.</p> <p>As concessões não oferecem atividades de animação marítimo-turística.</p> <p>Baixa oferta de alojamento hoteleiro no perímetro de proximidade às praias, com a exceção da Praia da Galé, devido ao parque de campismo instalado.</p>	<p>As acessibilidades e sobretudo os estacionamentos são genericamente limitados (ex: Aberta Nova).</p> <p>Falta de componentes de complementaridade entre a pratica banear e a atividade náutico-turística.</p> <p>Ausência de uma estratégia integrada de organização, de comunicação e de promoção do produto náutico.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar.</p> <p>Escassa oferta de alojamento, à exceção de Tróia.</p> <p>Ausência de infraestruturas e de equipamentos, qualificados e de recursos humanos certificados para a operacionalização do negócio associado à atividade de animação náutico desportiva.</p> <p>A lagoa de Melides, anexa à Praia de Carvalhal, está limitada no uso de atividades Marítimo-turística, em consequência do seu plano de ordenamento.</p>	<p>Infraestruturação , recuperação ou manutenção de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de corredores cicláveis de ligação entre a Troia, Comporta, Alcácer do Sal, Melides.</p> <p>Criação de uma <i>under umbrella brand</i> (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo Sado- Sines e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de <i>marketing</i> e comunicação.</p> <p>Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado e tematizado.</p> <p>A Pesca Desportiva assume-se igualmente neste território como um produto a potencializar, sendo importante o desenvolvimento de infraestruturas de apoio.</p> <p>Criação de uma rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia.</p> <p>Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.</p> <p>Criação de rotas pedestres e de BTT entre Tróia e Melides.</p> <p>Criação, mapeamento e balizagem de pontos de pesca desportiva, turística e recreativa.</p>
---	---	--	---

Quadro 87 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – D (síntese)

SUB-REGIÃO:	Alentejo atlântico
EIXO TERRITORIAL:	Praias entre Santiago do Cacém e Sines
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Lagoas de Santo André e da Sancha, praias de Santo André, da Fonte do Cortiço e da Vacaria
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Náutica desportiva (<i>surf, paddle surf, windsurf, kitesurf, canoagem, pesca desportiva e birdwatching</i>)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Lagoa e Praia de Santo André
PRODUTOS ÂNCORA:	<i>surf, paddle surf, windsurf, kitesurf, canoagem e pesca desportiva, birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Lagoa da Sancha, Praias da Fonte do Cortiço e da Vacaria
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	<i>canoagem, windsurf, kayaksurf, pesca desportiva</i>

Quadro 88 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – D (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
A Lagoa de Santo André e Sancha juntamente com a Praia de Santo André, apesar de um enquadramento urbano-paisagístico pobre, apresentam no	Praia da Costa de Santo André e Lagoa de Santo André e Sancha. atratividade para as atividades náuticas, considerando o seu património natural, bastante	Praia da Costa de Santo André e Lagoa de Santo André e Sancha. Componente de ordenamento urbano de enquadramento à lagoa e à praia de Santo André, bastante desqualificado.	Adequação estratégia, para a prática de atividades desportivas de dimensão sustentada dentro das áreas protegidas . (Implementação da carta de desporto de natureza do PNSACV). Criação de uma rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas. (BTT, observação de aves,

<p>seu conjunto um potencial interessante para as atividades náuticas, em particular para a canoagem, o <i>kitesurf</i> e o <i>windsurf</i>, desde que o enquadramento legal seja adaptado.</p> <p>No caso particular da praia da Costa de Santo André e da Lagoa de Santo André e Sancha estas oferecem uma atratividade para as atividades náuticas, considerando o seu património natural.</p> <p>A praia da Fonte do Cortiço e da Vacaria, com os seus extensos areais e rodeadas por uma grande área dunar e de pinhal apresentam enquadramento cénicos únicos.</p>	<p>interessante.</p> <p>Potencial para canoagem e <i>Kitesurf</i>.</p> <p>Infraestruturas de concessão de praia qualificadas, mas com muitas limitações ao nível do tempo de atividade.</p> <p>Fonte do cortiço e Vacaria</p> <p>Praia Acessível e de Bandeira Azul Praia com extenso areal, rodeada por grande área dunar e pinhal.</p> <p>Excelente enquadramento cénico.</p> <p>Possui uma área de merendas e um pequeno bar-restaurante onde servem refeições económicas e wc.</p> <p>Potencial para o <i>surf</i> e <i>windsurf</i>. As condições naturais existentes propiciam ambientes relevantes para a prática do <i>surf</i> e <i>windsurf</i>. As limitações em termos de acessibilidades e estacionamento, bem como a insuficiência de infraestruturas de apoio, favorecem um conceito alternativo de consumo de praia, o qual poderá ser considerado em termos de posicionamento estratégico. O desenvolvimento de infraestruturas de apoio às atividades náuticas são vitais para o desenvolvimento deste destino do ponto de vista da prática dos desportos de onda, bem como da própria pesca desportiva.</p>	<p>Acessibilidades complicadas e muito mal sinalizadas.</p> <p>Estacionamento desqualificado e limitado.</p> <p>Limitações de acesso e uso de território, porquanto são áreas classificadas como protegidas.</p> <p>Inexistência de infraestruturas e equipamentos para atividades náutico-desportivas .</p> <p>Fonte do Cortiço e Vacaria</p> <p>Estacionamento desqualificado e limitado Sem infraestruturas de apoio balnear e sem infraestruturas e equipamentos para atividades náutico-desportivas .</p>	<p>Criação de infraestruturas de suporte para práticas de desportos náuticos e de vento sobretudo na área de intervenção da Lagoa e da praia de Santo André.</p> <p>Criação de uma rede de suporte para o apoio e ação no âmbito do desenvolvimento de eventos da pesca desportiva. A Pesca Desportiva assume-se igualmente neste território como um produto a potencializar, sendo importante o desenvolvimento de infraestruturas de apoio, como seja a figura do centro náutico (a construir em pontos estratégicos), integrado com os desportos de onda.</p> <p>Criação de uma rede de suporte para o apoio e ação no âmbito do desenvolvimento de atividades desportivas de onda e deslize.</p> <p>Criação de estruturas de divulgação e de realização de práticas de animação marítimo-turística, enquadrada nos subsistemas balneares. Equipar as praias com recursos de operação para práticas de animação marítimo-turística.</p> <p>Infraestruturização ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, playgrounds para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da Lagoa de Santo André e na ligação à praia da fonte do Cortiço e da Vacaria.</p> <p>Criação de uma <i>under umbrella brand</i> (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo Sado- Sines e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de <i>marketing</i> e comunicação.</p> <p>Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado e tematizado.</p> <p>Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia.</p> <p>Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.</p> <p>Criação de rotas pedestres e de BTT entre Santo André e Sines.</p> <p>Criação, mapeamento e balizagem de pontos de pesca desportiva, turística e recreativa.</p>
--	---	---	---

Quadro 89 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – E (síntese)

SUB-REGIÃO:	Alentejo atlântico
EIXO TERRITORIAL:	Sines - Praias do Norte, Porto e Praias do Sul
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Praias do Norte, Porto de Sines, S. Torpes, Morgavel, Vieirinha, Porto Covo e praia da Ilha do Pessegueiro
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Náutica desportiva (<i>surf, bodyboard, paddle surf, windsurf, kitesurf, mergulho, vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor e canoagem</i>)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Porto de Sines, praias de S. Torpes, da Vieirinha e da Ilha do Pessegueiro
PRODUTOS ÂNCORA:	<i>surf, bodyboard, paddle surf, kitesurf, canoagem e mergulho</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Portinho de Porto Covo
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	vela de cruzeiro, canoagem, excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar

Quadro 90 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – E (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Pré-proposta
<p>Porto de Sines - Sines, no âmbito das atividades náuticas, centra a sua atuação no apoio e <i>recetivo</i> a embarcações que procuram o seu porto na rota Lisboa - Algarve ou vice-versa e na organização de alguma regatas de vela de cruzeiro.</p> <p>Praias do Norte</p> <p>Grandes areais – praias selvagens Elevada extensão de areia Vento predominante de nordeste desqualificada para prática balnear, mas com algum potencial para mergulho e para <i>Surf</i>.</p> <p>Praias a Sul de Sines</p> <p>As praias a sul de Sines, nomeadamente São Torpes, Vieirinha e Ilha do Pessegueiro apresentam condições singulares para a prática do <i>surf</i>, nomeadamente para a aprendizagem desta prática, tendo em consideração as condições singulares de mar. O <i>paddle</i> é igualmente uma atividade a considerar. As praias referidas, tem uma boa acessibilidade carecendo de mais equipamentos e infraestruturas de apoio, essenciais para o desenvolvimento</p>	<p>Possui um clube Náutico, que se localiza no Porto de Serviços e que oferece formação em vela ligeira e restauração, possui ainda rampa de acesso à água e um conjunto de poitas para fundeadouro.</p> <p>Sines foi escolhido como porto <i>recetivo</i> da regata Tall Ships Races em 2017.</p> <p>Potencialidades muito limitadas tornando a prática turística inviável. Não existem infraestruturas de apoio e vigilância.</p> <p>S. Torpes</p> <p>Praia com elevado potencial para a aprendizagem de <i>surf</i>, Possui 2 restaurantes que são concessionários .</p> <p>Possui duas zonas de restauração Oferece um restaurante com sanitários públicos, tendo para isso contrapartida da Câmara. Estacionamento qualificado e limitado.</p> <p>Praia da Vieirinha</p> <p>A praia oferece um potencial</p>	<p>Porto de Sines</p> <p>Porto de Sines, com bastantes limitações em termos operacionalização de capacidade de <i>recetivo</i> e de planeamento de eventos náuticos.</p> <p>O porto de serviço, comercial, apresenta falta de condições para o acolhimento de embarcações de vela de cruzeiro e embarcações de vela de grande porte (ex: Tall Ships Races).</p> <p>Praias do Norte de Sines</p> <p>Praias desertas sem concessão e sem acesso ou com acesso muito condicionado.</p> <p>S. Torpes</p> <p>Estacionamento limitado, mas qualificado</p> <p>Não há sanitários públicos.</p> <p>Modelo de Sinalética bastante deficiente.</p> <p>O Modelo de concessão de praia é inviável, (despesas de limpeza e vigilância da praia são suportadas em grande maioria pela Câmara Municipal) carecendo de uma reflexão profunda junto das autoridades competentes (APA-ARH-, INCF, Capitania).</p> <p>Sustentabilidade da Praia poderá ser afetada pela recente construção do</p>	<p>Porto de Sines</p> <p>Preparação e adequação do Porto de Serviço de Sines no sentido de garantir a ampliação qualificada do <i>recetivo</i> de embarcações de vela de cruzeiro a qualificação do <i>recetivo</i> do Tall Ships Races.</p> <p>Redimensionamento da intervenção do clube náutico no processo de promoção da náutica desportiva de Sines.</p> <p>Praias a Sul de Sines</p> <p>Desenvolvimento de novos modelos de concessão de praia no eixo S. Torpes – Ilha do Pessegueiro.</p> <p>Criação de modelos de zoneamento para a prática da aprendizagem de <i>surf</i>, de modo a compatibilizar a atividade com as práticas balneares.</p> <p>Criação se uma rede de infraestruturas e de equipamentos, promotoras do desenvolvimento de atividades de turismo náutico.</p> <p>Criação de modelos de alojamento local à dimensão de <i>surf-camps</i>.</p> <p>Adequação de modelos de sinalização adequados em todas as praias.</p> <p>Desenvolvimento de estratégias de ação promocional para todo o território a sul de Sines.</p> <p>Resolução das questões de abastecimento de água potável à frente de água.</p> <p>Requalificação dos acesso aos planos de águas, destruídos pelo uso e pelas intempéries marítimas.</p> <p>Desenvolvimento de uma estratégia promocional dos desportos náuticos na área de influencia de Sines.</p>

<p>da atividade. Seria relevante a dinamização de bases náuticas. Há algumas empresas sediadas localmente que exploram o produto “escolas de <i>surf</i>”, mas também diversas empresas deste âmbito, de várias regiões do país, que se deslocam sazonalmente para esta região. A referida falta de infraestruturas é o grande obstáculo à dinamização da atividade.</p> <p>A Praia da Ilha do Pessegueiro apresenta um potencial relevante, para diversas atividades, nomeadamente para a prática do mergulho. Um regime de exploração mais alargado, com mais concorrência poderia contribuir para uma exploração mais efetiva destas práticas.</p> <p>S. Torpes</p> <p>Praia Acessível e de Bandeira Azul possuindo duas escolas de <i>surf</i> devidamente apetrechadas (Costa Azul e Alentejo Litoral), mas com limitações de fornecimento de água doce.</p> <p>Praia de Morgavel</p> <p>Praia de pequena dimensão, sem expressão para o turismo náutico.</p> <p>Praia da Vieirinha</p> <p>Praia com elevado potencial para a prática de desportos de ondas.</p>	<p>interessante para a prática de desportos de onda. Duas zonas de reef break e uma onda direita de beach.</p> <p>Oferece um restaurante com sanitários públicos, estacionamento qualificado e limitado Oferece ainda serviços de desportos de onda pelo prestador Costa Azul <i>Surf</i> School.</p> <p>Praia do Porto</p> <p>Boa Acessibilidade.</p> <p>Enseada natural Com casas de apresto (construções recentes, mas vários já não são utilizados) Com rampa Com Docapesca Com grua Com potencial para Náutica de Recreio</p> <p>Com potencial no contexto de um percurso/rota turística de cabotagem entre Sines e Portimão (Algarve).</p> <p>Praia da Ilha do Pessegueiro</p> <p>Possui forte de interesse patrimonial. A praia apresenta elevadas potencialidades para as atividades.</p> <p>Albufeira de Morgavel</p>	<p>Terminal XXI (alteração provocada pela construção e possível ampliação dos molhes que reorientam a linha de costa, o volume de areias e a qualidade da onda, condicionando a prática de atividades de desportos de onda.</p> <p>Praia da Vieirinha</p> <p>Praia sem concessão efetiva, sendo que tem sido a Câmara Municipal de Sines que tem garantido a limpeza, vigilância e segurança da praia. Parque da Campismo ilegal nas proximidades, responsável pela emissão de águas residuais não tratadas para a ribeira que desagua na praia. Problemas recorrentes de perda de areia</p> <p>Praia de Morgavel</p> <p>Encontra-se em situação de subconcessão.</p> <p>A Câmara Municipal de Sines paga a vigilância e limpeza da praia.</p> <p>Estacionamento existente mas desqualificado.</p> <p>Serviços de apoio à náutica de recreio inexistentes.</p> <p>Sanitário público de apoio distante da praia. parque de campismo privado, relativamente desqualificado a cerca de 2 km da praia.</p> <p>Praia Ilha do Pessegueiro</p> <p>Estacionamento desqualificado em terra</p>	<p>Adequar um regime de utilização misto no porto de Porto Covo, que permita para além de funcionar como porto de pesca, funcionar também como porto de acolhimento e salvaguarda para a náutica de recreio, embarcações abaixo dos 40 pés.</p> <p>Implementação de unidades de animação turística, enquadrada no modelo de atuação do ICNF.</p> <p>Criação de um plano de pormenor de animação marítimo-turística, para a componente praia/ilha do pessegueiro.</p> <p>Requalificação do estacionamento da ilha do pessegueiro.</p> <p>Criar condições para a instalação de um <i>wakeboard</i> parque e, também, para construção de percursos pedestres e ciclovias no perímetro da Albufeira do Morgavel.</p>
--	---	---	---

<p>Praia Grande de porto Covo Possui Bandeira Azul, um restaurante com sanitários públicos. Trata-se de uma praia de reduzidas dimensões de acessibilidade difícil, com estacionamento desqualificado em terra batida sobre a arriba e com baixa capacidade e qualidade para as atividades náuticas.</p> <p>Porto Covo - Porto</p> <p>Porto eminentemente de pesca, mas com enorme potencialidades em caso de adaptação à náutica desportiva.</p> <p>Praia da Ilha do Pessegueiro Praia com elevado potencial, para práticas de desportos náuticos, mas a necessitar de profunda qualificação territorial e reformulação do quadro legal de intervenção ambiental.</p> <p>Albufeira de Morgavel</p> <p>Espelho de água de elevada dimensão, muito próxima da estrada nacional Sines-Cercal do Alentejo, com potencial para a prática de turismo náutico, desde que sofra profundas adaptações.</p>	<p>É considerada pelo PDM de Sines, como área de desenvolvimento turístico náuticas oferece potencial muito relevante para os seguintes desportos: <i>windsurf</i>, <i>vela ligeira</i>, <i>kitesurf</i>.</p>	<p>batida e sobre a arriba As atividades ficam todavia bastante limitadas o pelo regime de reserva integral, à semelhança da Ilha do Pessegueiro Esta possui igualmente um elevado potencial, condicionado nos mesmos termos e com acesso limitado à operação de um único concessionário que monopoliza o negócio e acesso à ilha (na qual se encontra património histórico e natural).</p> <p>Albufeira de Morgavel</p> <p>Acessibilidade em terra batida.</p> <p>Não tem qualquer sinalética e infraestrutura de apoio à atividade turística e desportiva.</p>	
--	---	---	--

Quadro 91 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – F (síntese)

SUB-REGIÃO:	Alentejo atlântico
EIXO TERRITORIAL:	Praias de Odemira - Praias do Norte, Rio Mira, Praias do Sul e portos de abrigo
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	De Aivados a Odeceixe
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Náutica desportiva (<i>surf, bodyboard, kayaksurf, kitesurf</i> , mergulho, pesca desportiva e pesca de alto mar); Turismo Fluvial e Turismo cultural (vela ligeira, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, <i>birdwatching</i>); Náutica recreativa e turística - Portos de Abrigo (vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar, <i>birdwatching</i>)
SUB-EIXO ESTRATÉGICO – I.F1	
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Praias do Malhão e de Odeceixe
PRODUTOS ÂNCORA:	<i>surf, bodyboard, paddle surf, kitesurf, kayaksurf, pesca desportiva</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Praia de Aivados
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	<i>surf, bodyboard</i>
SUB-EIXO ESTRATÉGICO – I.F2	
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Rio Mira
PRODUTOS ÂNCORA:	vela ligeira, passeios em embarcações, canoagem, <i>birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Praias do Mira
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	canoagem, vela ligeira, <i>windsurf</i>
SUB-EIXO ESTRATÉGICO – I.F3	
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Portinho do Canal e Porto da Entrada da Barca
PRODUTOS ÂNCORA:	vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar, mergulho, <i>birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Lapa de Pombas e Azenha do Mar
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar, mergulho, <i>birdwatching</i>

Quadro 92 – Eixo Estratégico I – Sub-Eixo Estratégico I – F (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
<p>Odemira- Praias a Norte e a Sul Neste universo de praias distinguem-se dois conceitos: praias classificadas e areais. Estes com acessibilidades muito limitadas e com um potencial para “Praias Selvagens”. Aivados e Malhão são praias bastante apreciadas pelos <i>surfistas</i>, devido às condições favoráveis para as práticas de desportos de onda. Seria de todo o modo importante, explorando o referido conceito, melhorar acessibilidades, sinalética e infraestruturas. Relativamente a Almogrove, Carvalhal e Odeceixe são praias com potencial reconhecido para o <i>surf</i>, apresentado algumas infraestruturas relevantes de apoio. O desenvolvimento de bases náuticas de apoio às atividades poderia ser estratégico para a afirmação e consolidação destes destinos ao nível do turismo náutico, nomeadamente Odeceixe, de forma a explorar um conjunto de outras atividades associadas à ribeira de Seixe (ex: canoagem), bem como a produtos complementares como observação de avifauna (aproveitando o percurso pedestre que está a ser requalificado).</p>	<p>Praia dos Aivados e Malhão Praias selvagens misto reef, sand, com ondas direitas e esquerdas de elevado potencial para o <i>surf</i>, <i>bodyboard</i>, <i>longboard</i>.</p> <p>Portinho do Canal Boa acessibilidade Estacionamento qualificado Enseada natural Com rampa Com abastecimento Com Docapesca Com casas de apresto (construções recentes, mas vários já não são utilizados) Com potencial para Náutica de Recreio. Potencial para <i>Surf</i>.</p> <p>Praia da Franquia e Praia das Furnas (Rio/mar) Boa Acessibilidade Estacionamento disponível e qualificado Com casas de banho públicas Com apoio de praia (restauração) Câmara Municipal suporta custos de limpeza Com potencial para <i>paddle</i>, canoagem, banana.</p>	<p>Praia dos Aivados e Malhão Praias com limitações graves de acessibilidade (estradas estreitas em terra batida com vários quilómetros). Sem apoios de praia e qualquer infraestruturas.</p> <p>Portinho do Canal Possui estacionamento limitado, mas qualificado. Número reduzido de locais de acostagem.</p> <p>Praia da Franquia e Praia das Furnas (Rio/mar) Estruturas e empresas em regime limitado de operacionalização de atividades náuticas associadas ao consumo balnear.</p> <p>Rio Mira Assoreamento da Foz. Complexidade do processo de licenciamento das poitas. Dificuldade de acesso ao plano de água ao longo de todo o rio Falta de estratégia de visitação turística. Casas de Banho Públicas em muito mau estado Sem apoio de praia (restauração) Câmara Municipal suporta custos de vigilância e limpeza.</p>	<p>Criação de uma base náutica dedicada ao <i>surf</i> que permita a otimização do potencial de ondas dos Aivados e do Malhão.</p> <p>Qualificação das acessibilidades viárias às praias dos Aivados e de Malhão.</p> <p>Criação de um modelo de salvaguarda e segurança na praia, adaptada a praias não concessionadas.</p> <p>Criação de rede de informação rodoviária e sinalização de praias de <i>surf</i>.</p> <p>Promover uma rota turística de cabotagem entre Sines e Portimão (Algarve) que contemple os diferentes portos de pesca existentes entre Sines e Odeceixe.</p> <p>Adequar os referidos portos ao processo de <i>recetivo</i> de embarcações de náutica de cruzeiro, até 40 pés em rota norte sul.</p> <p>Criação de área de serviço e apoio a embarcações turísticas.</p> <p>Criar condições de suporte empresarial para desenvolver o produto de animação marítimo-turística.</p> <p>Criação de um modelo de gestão e ordenamento de uso turístico para o rio Mira.</p> <p>Criação de um modelo de regulamentação de uso turístico e recreativo do rio Mira.</p> <p>Criação de centro de treino de alta competição e rendimento do desporto de ondas no Alentejo.</p> <p>Processo de reabilitação dos apoios das praias do concelho de Odemira.</p> <p>Reconversão do modelo de concessão de praias no concelho de Odemira.</p> <p>Requalificação de algumas infraestruturas de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso.</p> <p>Criação de infraestruturas e serviços de apoio às atividades náuticas.</p>

<p>Praia de Aivados e Malhão</p> <p>Com potencial para o <i>Surf</i>.</p> <p>Portinho do Canal (porto de Vila Nova de Milfontes)</p> <p>Porto eminentemente de pesca Com potencial para a Náutica de recreio e para o <i>Surf</i>.</p> <p>Praia da Franquia e Praia das Furnas (Rio/mar)</p> <p>Deste sector só a praia da franquia e a praia das furnas rio apresentam condições mínimas, para operacionalizar atividades de náutica turística.</p> <p>Rio Mira</p> <p>Elevado potencial para o turismo náutico. O Rio Mira pertencente à segunda bacia hidrográfica mais relevante do Alentejo Litoral, assume-se como um eixo de desenvolvimento estratégico para o turismo náutico na região. Da sua foz (Vila Nova de Milfontes) até Odemira o rio Mira oferece cerca de 30 quilómetros navegáveis por embarcações de pequeno porte, à vela ou a motor. O principal obstáculo à navegação no rio, bem como à atração de mais embarcações a Vila Nova de Milfontes, nomeadamente veleiros, é a foz do rio, devido ao elevado assoreamento.</p>	<p>Rio Mira</p> <p>Existência de cais de recreio. Percurso de 34 Km de rio entre Vila Nova de Milfontes e Odemira. Serviço regular de maio a setembro entre Vila Nova de Milfontes e Odemira. Oferta de alojamento de turismo rural, ao longo do rio. Elevado potencial ao nível da observação de avifauna. Diversidade de operadores marítimo-turísticos a operar no rio Mira. Índices de navegabilidade adequado a veleiros desde que resolvida a questão do assoreamento da foz. Potencial para a pesca desportiva existente na foz do Mira.</p> <p>Praia de Almogrove Boa Acessibilidade.</p> <p>Estacionamento disponível e parcialmente qualificado (sem marcação de lugares). Tem um percurso de manutenção na estrada de ligação a Lapa de Pombas (porto pesca). Potencial para Mergulho.</p> <p>Lapa de Pombas, Porto de pesca Entrada da Barca e Azenha do Mar</p> <p>Estrada de acesso (troço final) em terra batida mas com boas condições Enseada natural Com rampa Com Docapesca Com casas de apresto (construções</p>	<p>Estacionamento limitado.</p> <p>Sem apoio de praia.</p> <p>Entrada de porto complicada e a exigir conhecimentos de navegação.</p> <p>Praia de Odeceixe</p> <p>Acessibilidade à praia difícil (muitas escadas).</p>	<p>Iniciativas tendentes ao desenvolvimento de uma rede de <i>Rohostels</i> (resort de alojamento local tematizado com serviços de restauração associados, bem como atividades de animação, nomeadamente náutica).</p> <p>Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras, nos portos de abrigo.</p> <p>Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.</p> <p>Processo de desassoreamento da foz do Mira.</p> <p>Criação de rotas navegáveis com abordagem histórico patrimonial ao longo do rio Mira.</p> <p>Criação de um centro de interpretação ambiental do Rio Mira.</p> <p>Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo nomeadamente o desassoreamento e dragagem deste troço do rio Mira e respetiva sinalização e balizagem dos canais de navegação.</p> <p>Criação de um centro de mergulho na praia de Almogrove.</p> <p>Criação de um modelo de percurso/rota turística de cabotagem entre Sines e Portimão (Algarve).</p> <p>Criação de um processo de <i>recetivo</i> de embarcações de náutica de cruzeiro, até 40 pés em rota norte/sul.</p> <p>Criação de área de serviço e apoio a embarcações turísticas nos diferentes portos de pesca no processo de adaptação à atividades de náutica de recreio.</p> <p>Potencialização de uso da Pousada de Santa Clara para alojamento a equipas em estágio.</p> <p>Criação de pistas de pesca desportiva no concelho de Odemira.</p> <p>Criação de eventos de pesca desportiva no concelho de Odemira.</p>
--	---	--	---

<p>Rio Mira (cont.) Quer em Vila Nova de Milfontes, quer em Odemira existem boas condições para fundeamento, embarque e desembarque de passageiros. Torna-se essencial desenvolver ao longo dos referidos 30 quilómetros, pontos de interesse e infraestruturas de apoio de modo a tornar o produto náutico atrativo, em articulação com outros produtos turísticos (ex: cultural e natureza). A foz do rio Mira, na margem norte (Praia da Franquia), apresenta um potencial relevante para a realização de atividades náuticas como <i>paddle</i>, canoagem e outras atividades com recurso a embarcações motorizadas. Atualmente, um conjunto de alargado de empresas marítimo-turísticas opera no rio Mira e na sua foz, explorando diversas atividades. A dinamização empresarial e o desenvolvimento da atividade náutica fica essencialmente condicionada, para além do referido problema de assoreamento da foz, pelas limitações colocadas pelas dificuldades de licenciamento entre as entidades intervenientes, não sendo claro quais os seus limites de atuação e termos de jurisdição, na perspetiva do nauta.</p> <p>Praia de Almogrove Praia de elevado potencial paisagístico e balnear, com algum potencial para o turismo náutico.</p>	<p>recentes, mas vários já não são utilizados) Com potencial para Náutica de Recreio.</p> <p>Boa acessibilidade. Estacionamento qualificado Com casas de banho.</p> <p>Boa Acessibilidade. Com Apoio de Praia e casas de banho. Estacionamento qualificado mas limitado. Parque de Campismo de 4* a 300 metros.</p> <p>Potencial para <i>Surf</i>.</p> <p>Boa acessibilidade Estacionamento qualificado Enseada natural Com rampa Com Docapesca Com casas de apresto (construções recentes, mas vários já não são utilizados) Com potencial para Náutica de Recreio.</p> <p>Empresas de aluguer de material de canoagem operam na ribeira.</p> <p>Condições relevantes para canoagem.</p> <p>Com potencial para o <i>Surf</i> e <i>Bodyboard</i>.</p>		
---	---	--	--

<p>Lapa de Pombas, Porto de pesca Entrada da Barca e Azenha do Mar</p> <p>Portos eminentemente de pesca, mas com potencial para recetivo de embarcações de náutica de cruzeiro, desde que devidamente adaptados.</p> <p>Zambujeira do Mar Praia de excelente enquadramento paisagístico, mas sem possível adaptação a práticas de turismo náutico.</p> <p>Praia do Carvalho Praia com elevado potencial para prática de turismo náutico.</p> <p>Praia de Odeceixe Praia Classificada como “Maravilha de Portugal” na categoria “Praias de Arriba”. Há uma procura da praia por turistas estrangeiros (com origem a partir do Algarve).</p>	<p>Praia de Odeceixe</p> <p>Estacionamento e acessibilidade qualificados (boa disponibilidade de estacionamento).</p> <p>Há empresas de aluguer de material de <i>surf</i> sediadas e a operar localmente.</p>		
--	---	--	--

Quadro 93 – Eixo Estratégico II – Sub-Eixo Estratégico II – A (síntese)

SUB-REGIÃO:	Hinterland alentejano
EIXO TERRITORIAL:	Albufeiras do Hinterland
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Atabueira, Vale do Gaio, Odivelas e Santa Clara
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Pesca desportiva, canoagem, remo, <i>wakeboard</i>, vela ligeira, <i>ski</i> aquático, <i>birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Albufeiras da Atabueira, Vale do Gaio, Odivelas e Santa Clara
PRODUTOS ÂNCORA:	Pesca desportiva, canoagem, remo, <i>wakeboard</i>, vela ligeira
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Albufeiras de Pego do Altar, Alvito, Monte da Rocha, Freixeirinha, Minutos e Roxo
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	Pesca desportiva, canoagem, remo, <i>wakeboard</i>, vela ligeira

Quadro 94 – Eixo Estratégico II – Sub-Eixo Estratégico II – A (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constringimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
Albufeira da Atabueira Albufeira privada existente no concelho de Montemor-o-Novo, com uma ilhota vocacionada para a observação de aves. Albufeira com elevada potencialidade para a prática e ensino de <i>ski</i> aquático e <i>wakeboard</i> (Ski Clube do Alentejo)	Potencialidades ao nível do remo e canoagem, mas com elevada potencialidade ao nível do <i>ski</i> aquático. Possui uma escola de <i>ski</i> aquático. Potencialidades específicas nos domínios da pesca (achigã e Boga), natação, vela ligeira e <i>windsurf</i> . Potencial para <i>birdwatching</i> .	Limitações decorrentes da inconsistência das políticas de ordenamento. Enquadramento legal de uso, bastante restrito à prática do turismo náutico. Acessibilidade e localização limitadas para uso turístico. Limitações ao nível das acessibilidades. Regime de propriedade de margem ,	Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (rampas de acesso, <i>fingers</i> de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso às albufeiras. Criação de produtos compostos associando à dimensão fluvial as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística. Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas. Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às

<p>Albufeira de Odivelas A Barragem de Odivelas está situada na fronteira entre os concelhos de Alvito e de Ferreira do Alentejo. Foi construída em 1972 sobre o leito da ribeira que lhe deu nome e na bacia hidrográfica do rio Sado, sendo uma das maiores barragens da região. No Alentejo, é um local riquíssimo do ponto de vista ornitológico, sendo indicado para os apreciadores da observação de aves sendo possível observar dezenas de espécies como o mergulhão-de-crista, a perdiz-do-mar, o bico-grossudo, a garça-branca-pequena, a garça-real ou a cegonha-branca.</p> <p>Vale do Gaio (Trigo de Morais) Com uma bacia hidrográfica que se estende por 509 quilómetros quadrados, a barragem Engenheiro Trigo de Morais, mais conhecida, por barragem de Vale do Gaio, entrou em funcionamento em 1949. E localiza-se próximo do Torrão, na linha de água do rio Xarrama.</p> <p>Albufeira de Santa Clara A Albufeira da Barragem de Santa Clara é o espelho de água mais relevante no Alentejo Litoral. As suas dimensões tornam-na num pólo de potencial interesse, se bem que a localização e acessibilidades são pouco favoráveis, encontrando-se contudo a poucos quilómetros da linha férrea (intercidades e alfa). A par das excelentes condições naturais para remo e canoagem, este é um local reconhecido pela</p>	<p>Rodeada de áreas verdes, a barragem de Vale do Gaio permite é a prática desportiva e de atividades náuticas (caminhada, pesca, canoagem, remo, <i>windsurf</i>.</p> <p>Potencialidade ao nível da pesca do Achigã.</p> <p>Potencialidades ao nível das atividades náuticas sem motor (Motores a 2 tempos e motas de água interditos).</p> <p>É propícia à prática de desportos ao ar livres, mais concretamente desportos náuticos ou pesca desportiva.</p> <p>Espelhos de água de qualidade elevada do ponto de vista qualitativo e quantitativo na albufeira, com elevado potencial para atividades náuticas não motorizadas e com um regime legal favorável à sua realização.</p> <p>Desenvolvimento de produtos de náutica desportiva e de pesca em articulação com a Associação entre a componente náutica e o património rural, cultural material e imaterial.</p> <p>Existência de um conjunto de infraestruturas propriedade das associações de regadio com potencial para unidades de alojamento.</p> <p>Albufeiras com potencial de desenvolvimento de animação marítimo-turística.</p> <p>Potencial para desenvolvimento de</p>	<p>limitadora de um amplo acesso à frente de água.</p> <p>Insuficiência, nalguns locais com aptidão para o turismo náutico e para outras atividades recreativas complementares, de infraestruturas, equipamentos e serviços, designadamente ancoradouros, serviços de aluguer de embarcações e outros equipamentos.</p> <p>Oscilação apreciável das cotas dos planos de água, algo que dificulta a perenidade das atividades lúdico-recreativas.</p> <p>Deficiente articulação entre os <i>stakeholders</i> com atividade e vocação no domínio do turismo em geral e do turismo náutico em particular.</p> <p>Nalguns casos verificam-se choques de interesses entre as várias atividades lúdico recreativas, designadamente a pesca e a navegação recreativa.</p> <p>Existência de problemas ao nível da manutenção das infraestruturas, designadamente as pistas de pesca, bem como de eutrofização de alguns planos de água.</p> <p>Falta de identidade turística da região.</p> <p>A albufeira de Santa Clara é significativamente limitada em termos de uso lúdico, pela sua condição legal de uso (Albufeira de águas Públicas classificada como protegida), situação à qual acresce a quase total ausência de infraestruturas, nomeadamente no apoio à prática e recreio náutico. No entanto, a pesca (ao achigã), o uso banhar, a canoagem e outras atividades náuticas sem motor (motores a 2 tempos e motas de água</p>	<p>atividades náuticas.</p> <p>Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o <i>cluster</i> das barragens do <i>hinterland</i> alentejano.</p> <p>Promoção de projetos de tematização do alojamento.</p> <p>Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer, nas margens, que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens das barragens, ligando os vários <i>spots</i>.</p> <p>Criação de uma <i>under umbrella brand</i> (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do <i>cluster</i> das barragens do <i>hinterland</i> alentejano.</p> <p>Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado e tematizado.</p> <p>Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda-rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.</p> <p>Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.</p> <p>Criação de produtos compósitos associando à dimensão fluvial e lagunar nas temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística.</p> <p>Criação de uma rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.</p> <p>Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente com aproveitamento das casas de barragem propriedade das Associações de Regantes, não só para alojamento, mas também para centros apoio às atividades náuticas e/ou de interpretação ambiental.</p> <p>Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade</p>
--	---	---	---

<p>existência de uma antiga Pousada de Portugal: a Pousada de Santa Clara. A Pousada encontra-se atualmente em processo de abertura por parte de uma entidade privada.</p> <p>Albufeira de Alvito Na Albufeira de Alvito, cujo território pertence aos municípios de Cuba, Portel e Viana do Alentejo, existe o projeto da Herdade da Cegonha. Este localiza-se nos municípios de Portel (freguesia de São Bartolomeu do Outeiro) e Cuba (freguesia de Vila Ruiva) totalizando cerca de 254,3ha, sendo 226,4ha no município de Portel e 27,9ha no município de Cuba, conforme descrito na caracterização e diagnóstico do respetivo Plano de Pormenor. O objetivo deste projeto é a implementação da atividade turística, em articulação com as condicionantes e valores ecológicos em presença. O arranque da implementação do plano assume que numa primeira fase, à qual se atribuiu um período temporal de uma década, devem ser desenvolvidos os projetos que alicerçam o conjunto turístico:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Um Estabelecimento Hoteleiro (Hotel Rural); ii) Um Aldeamento; iii) Equipamento de Uso Comum; iv) Equipamento de Animação Autónimo (centro náutico e recreio balnear; v) Áreas Verdes Exteriores Envolventes; vi) As infraestruturas de suporte (rede viária, rede de saneamento, de abastecimento de água, elétrica, gás e telecomunicações). O Centro Náutico e Recreio 	<p>estruturas associadas a novos produtos náuticos.</p> <p>Potencialidades ao nível da natação, remo, canoagem, pesca desportiva, <i>windsurf</i> e birdwarching.</p> <p>O interesse e o potencial da albufeira de Santa Clara são confirmados pela existência de empresas marítimo-turísticas, como por exemplo a Bass Catch que opera no local com embarcações elétricas, oferecendo passeios. Globalmente, este plano de água parece apresentar um potencial significativo enquanto possível Centro de Estágios de Remo e Canoagem, tendo os mercados nórdicos como principais mercados emissores. Esta situação seria uma possibilidade para potenciar a exploração da Pousada de Santa Clara.</p>	<p>interditas) são práticas a considerar, criando-se as necessárias condições legais de uso, bem como ao nível das infraestruturas náuticas de apoio.</p>	<p>turística de albufeira.</p>
---	--	---	---------------------------------------

<p>Balnear enquadra-se no POA do Alvito e é composto por diversas parcelas: i) Área de recreio banear terrestre (praia), totalizando 2.145,44 m²; ii) Centro Náutico (infraestruturas e equipamentos), totalizando 11.990,59m²; iii) Centro Náutico (outras instalações de apoio), totalizando 13.877,53 m²; iv) Áreas de apoio à pesca recreativa, totalizando 1.038,03 m²; v) Área de estada e apoio às pistas de remo e canoagem, totalizando 11.040,01 m².</p> <p>Albufeira dos Minutos É uma barragem de aterro possui uma altura de 36 m e um comprimento de coroamento de 1293 m (largura 8 m). O volume da barragem é de 1.219.000 m³ A albufeira da barragem apresenta uma superfície inundável ao NPA (Nível Pleno de Armazenamento) de 5,3 km² e tem uma capacidade total de 52,1 Mio. m³</p> <p>Albufeira do Pego do Altar Localizada a 15 km de Alcácer do Sal, a Albufeira do Pego do Altar, apresenta boas acessibilidades e um regime de utilização muito favorável do ponto de vista náutico (regime livre - RCM n.º 35/2005, de 24 de fevereiro). A canoagem, a vela, o <i>windsurf</i>, as gaivotas, o remo e a pesca são atividades possíveis, bem como a prática de navegação de embarcações propulsadas a motor de combustão interna (só pode ser efetuada quando o nível da água da albufeira se encontrar acima da cota de 40 m e nas zonas previstas). A procura do local enquanto praia</p>			
---	--	--	--

<p>fluvial é evidente pela existência de um ponto de acesso onde em tempos existiu uma praia fluvial. Ainda a considerar a procura do local por muitos caravanistas, embora sem condições para a prática e permanência no local. A acessibilidade ao plano de água está muito mais facilitada no Rio Mourinho (braço da albufeira mais a montante), pelo que este local é habitualmente utilizado pelos praticantes de atividades com motos de água. A Albufeira do Pego do Altar revela um potencial a considerar em termos de atividades náuticas em associação com a Albufeira do Vale do Gaio, potenciando outras atividades de lazer, nomeadamente através da utilização dos respetivos canais de rega geridos pela Associação de Beneficiários do Vale do Sado, caso haja o necessário enquadramento legal.</p> <p>Albufeira do Roxo Localizada no Baixo Alentejo, sendo parte integrante da Bacia Hidrográfica do Sado, ocupando o plano de água uma área de 1378 ha. A sua vocação original é o regadio, circunstância que condicionava o nível médio da sua cota, situação que entretanto ficou resolvida com a ligação à Albufeira do Alqueva.</p> <p>Albufeira de Monte da Rocha - Albufeira com a classificação de protegida. As condicionantes na zona envolvente são igualmente significativas. Do ponto de vista da náutica o potencial está por</p>			
---	--	--	--

<p>explorar, nomeadamente ao nível do remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i>, <i>windsurf</i> e pesca desportiva.</p> <p>Albufeira da Freixeirinha – este plano de água localiza-se no município de Montemor-o-Novo e está classificada como de utilização livre. O potencial do espelho de água está por explorar (remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i>, <i>windsurf</i> e pesca desportiva), necessitando desde logo de infraestruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas.</p>			
--	--	--	--

Quadro 95 – Eixo Estratégico III – Sub-Eixo Estratégico III – A (síntese)

SUB-REGIÃO:	Alqueva e faixa raiana meridional
EIXO TERRITORIAL:	Alqueva
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Albufeira do Alqueva
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Turismo fluvial, turismo lagunar e turismo cultural (vela de cruzeiro; vela ligeira, passeios em embarcações a motor, pesca desportiva, <i>wakeboard/ski</i> aquático, remo e canoagem, <i>birdwatching</i>)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Amieira, Monsaraz e Núcleo da Barragem
PRODUTOS ÂNCORA:	Vela de cruzeiro; vela ligeira, passeios em embarcações a motor, pesca desportiva, remo e canoagem, <i>birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Albufeiras de Lucefecit e Pedrógão; Localidades ribeirinhas: Juromenha, Telheiro, Luz, Alqueva, Estrela, Campinho e Mourão
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	Passeios em embarcações a motor, vela ligeira, pesca desportiva, remo e canoagem

Quadro 96 – Eixo Estratégico III – Sub-Eixo Estratégico III – A (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
<p>Juromenha (Alandroal) - embarcadouro com <i>finger recetivo</i>, com acessibilidades reduzidas.</p> <p>Monsaraz - centro náutico nas proximidades de Monsaraz e da aldeia do Telheiro, com</p>	<p>Desenvolvimento de atividades náuticas no plano de água da albufeira e dinâmicas de interface com Espanha.</p> <p>A extensão do plano de água do Alqueva, o qual permite o</p>	<p>Ausência de uma estratégia integrada de organização, de comunicação e de promoção do produto náutico.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar.</p>	<p>Articulação e definição de competências no domínio da gestão do destino entre entidades oficiais, autarquias, empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, procurando potenciar o Grande Lago Alqueva, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.</p> <p>Reforço da articulação entre destinos turísticos complementares, nomeadamente</p>

<p>infraestruturas de apoio às atividades náuticas, designadamente um cais com 4 <i>fingers</i> e rampa de varadouro e infraestruturas de apoio às atividades de lazer, tais como bar/restaurante com esplanada, estacionamento, área de lazer, WC, etc.</p> <p>Ancoradouro de Campinho – Reguengos de Monsaraz, localiza-se próximo da aldeia de Campinho, do aeródromo Alem-Tejo e de um parque de campismo, possui um cais de acostagem e uma área de lazer na envolvente, com infraestruturas de apoio às respetivas atividades, nomeadamente, parque de estacionamento, contentores para recolha de lixo e WC.</p> <p>Centro náutico da Amieira – situado próximo da localidade da Amieira, com a qual está ligado por um extenso passadiço em madeira. Possui um cais com 4 <i>fingers</i> infraestruturado com WC, caixotes para lixo, área de ensombramento e em projeto a construção de um restaurante.</p> <p>Amieira Marina – localizada próximo da aldeia da Amieira, este centro náutico possui diversas instalações qualificadas de apoio às atividades náuticas oferecidas, nomeadamente barcos-casa, aluguer de canoas e bicicletas, e em parceria com outras empresas, <i>ski</i>, vela, <i>wakeboard</i>, aluguer de embarcações à vela, passeios a cavalo ou em charrete, passeios de kart cross, provas de gastronomia</p>	<p>desenvolvimento de uma panóplia de atividades náuticas, entre outras as de grande raio de ação, como é caso dos cruzeiros entre aldeias ribeirinhas ao longo de vários dias.</p> <p>Localização transfronteiriça, a qual abre acesso potencial ao vasto mercado espanhol.</p> <p>Proximidade ao aeroporto de Beja e razoáveis acessibilidades rodoviárias.</p> <p>Potencial de articulação com outras modalidades turísticas, mormente o turismo na natureza, o turismo enogastronómico, o turismo cinegético, o <i>touring</i> cultural e paisagístico, o turismo em espaço rural, pesca desportiva, etc.</p> <p>Forte potencial no domínio do aproveitamento das numerosas ilhas do grande lago.</p> <p>Articulação com os projetos Dark Sky e aldeias ribeirinhas do Alqueva.</p> <p>Aprofundamento da natureza transfronteiriça do Alqueva, nomeadamente da dinamização da Associação Transfronteiriça do Lago Alqueva e do Plano de Ação 2014-2020 (Lago Alqueva – destino turístico em 2020), em diversos domínios, como por exemplo a uniformização legislativa em todo o plano de água, a criação de uma imagem comum, a gestão da qualidade da água, entre outras.</p>	<p>Lacunas na sinalética e na balizagem, com especial incidência na operação dos barcos-casa.</p> <p>Restrições limitativas decorrentes do POAAP, ao nível das atividades desenvolvidas na albufeira, nomeadamente a navegação nocturna, a velocidade das embarcações, banhos, interdição de motas de água e <i>jet-ski</i>.</p> <p>Com exceção da Marina da Amieira, verifica-se uma ausência de algumas infraestruturas de apoio às atividades náuticas de recreio, designadamente, oficinas de reparação naval, varadouros, armazéns de palamenta e aprestos, áreas de estacionamento de embarcações, estações de receção de resíduos derivados das atividades náuticas, entre outros.</p> <p>Sinalização e balizagem deficiente.</p> <p>Deficiente acessibilidade e insegurança ao nível dos espaços de acesso ao plano de água e dos respetivos estacionamentos.</p> <p>Focos pontuais de contaminação das águas e morte de alguma fauna piscícola.</p> <p>Concessão limitada das atividades náuticas no Núcleo da Barragem do Alqueva.</p> <p>Condicionamento da navegabilidade em determinados locais.</p> <p>Constrangimentos decorrentes da falta definição de políticas de navegabilidade entre Portugal e Espanha ao nível do Grande Lago.</p>	<p>com Lisboa, Évora e Espanha.</p> <p>Criação de produtos compostos associando à dimensão fluvial as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística.</p> <p>Operacionalização da articulação do produto náutico no âmbito das aldeias ribeirinhas do Grande Lago.</p> <p>Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Requalificação etno-museológica das aldeias ribeirinhas do Grande Lago, numa perspetiva de concretização de projetos de turismo comunitário de aldeia (ribeirinhas).</p> <p>Requalificação de algumas infraestruturas de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso.</p> <p>Criação de infraestruturas e serviços de apoio às atividades náuticas, nomeadamente oficinas de reparação naval, varadouros, armazéns de palamenta e aprestos, áreas de estacionamento de embarcações, estações de receção de resíduos derivados das atividades náuticas, entre outros.</p> <p>Infraestruturização ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, praias fluviais (ex: projeto em Mourão), <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Redimensionamento estratégico da marca Terras do Grande Lago, no âmbito do futuro plano de <i>marketing</i> e comunicação.</p> <p>Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado.</p> <p>Criação de condições para o desenvolvimento do projeto de aproveitamento turístico e recreativo das ilhas do Grande Lago Alqueva, salvo aquelas que têm como designio a conservação da natureza.</p> <p>Criação de estruturas de porta de entrada com componentes mistas de interpretação ambiental, alojamento, atividades de animação turística e espaço <i>receptivo</i> das empresas marítimo-turísticas.</p>
---	--	---	---

<p>e vinhos, atelier de olaria, visitas a ganadarias e ao património megalítico. Possui condições de atracção para 15 barcos-casa, multi-espacos de atracção para embarcações privadas, bem como cais de acostagem para as embarcações Guadiana, Degebe e Alcarrache. Possui, igualmente infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas, tais como: posto de abastecimento de combustível, catering, facilidades de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, manutenção de embarcações, rampa de varadouro, bar, receção, estruturas de formação, informação turística.</p> <p>Aldeia da Luz e Parque de merendas de Mourão – esta aldeia é um dos principais atrativos de visita da albufeira de Alqueva, não só pela sua génese, mas também pelos recursos turísticos em presença, designadamente o Museu da Luz e o cais de atracção e acostagem e respetivo passadiço de acesso à aldeia (700m). Este cais permite a atracção de 10 embarcações e uma plataforma de acostagem de mais de 30 m. O parque de merendas possui área de estacionamento e um bar/restaurante nas proximidades com atividade irregular. A CM de Mourão desenvolve esforços junto do proprietário do bar/restaurante, no sentido de criar melhores condições operacionais e assegurar o funcionamento deste estabelecimento de forma regular.</p>	<p>Reguengos de Monsaraz - Oferta diversificada de atividades náuticas desportivas (concessionadas), tais como <i>ski</i> aquático, <i>wakeboard</i>, mono <i>ski</i>, <i>kneeboard</i>, canoagem, <i>kayaks</i> e gaivotas.</p> <p>Reguengos de Monsaraz - existência de uma empresa marítimo-turística, a qual desenvolve passeios em embarcações de diversos tipos, incluindo um veleiro centenário.</p> <p>Reguengos de Monsaraz - centro náutico implantado junto a uma vila com elevado significado ao nível do património cultural e monumental.</p> <p>Reguengos de Monsaraz - articulação do turismo náutico com o turismo cinegético e o turismo de índole cultural.</p> <p>Amieira Marina – elevado potencial de desenvolvimento associado ao dinamismo empresarial, à elevada qualidade das instalações, equipamentos e serviços e à diversidade de atividades náuticas e não só que coloca em oferta.</p> <p>Potencial de aproveitamento das antigas instalações de alojamento pertencentes à EDP em articulação com o centro náutico junto ao paredão da barragem.</p> <p>Aldeias ribeirinhas do Grande Lago – Estrela, Luz, Alqueva, Amieira, Campinho, incluindo o núcleo da barragem e o centro náutico de Monsaraz, para além dos potenciais específicos de cada uma, os quais</p>	<p>Há diferença de enquadramento legal entre Espanha e Portugal para a navegabilidade/acessibilidade. As embarcações espanholas podem navegar em águas portuguesas e acostar, mas as embarcações portuguesas não podem ir a Espanha</p> <p>Indefinição na instalação e manutenção de cais e outros recursos. Espanha tem presentemente três cais referência: Villa Nuelva del Fresno, Cheles e Vila Real de Olivenza.</p> <p>Ausência de sinalética e informação turística nos pontos de acostagem (para os clientes que chegam via aquática).</p> <p>Não há qualquer zona definida no Alqueva para prática de mota de água e jet <i>ski</i> (totalmente interdito).</p>	<p>Qualificação dos acessos ao plano de água da albufeira de Lucefecit e infraestruturação de unidades de apoio às atividades náuticas e ao recreio geral.</p>
---	--	--	---

<p>Aldeia da Estrela – este povoamento ribeirinho disponibiliza um cais de atracação com 4 <i>fingers</i> e algumas infraestruturas de apoio e de lazer, designadamente um restaurante.</p> <p>Núcleo da Barragem do Alqueva – A propriedade e gestão das Infraestruturas pertence à EDIA. Existe uma rampa de varadouro nas proximidades de dois cais de acostagem e uma marina com 28 espaços de atracação, um pontão de acostagem para as embarcações Guadiana, Degebe e Alcarrache, bem como espaços reservados para os barcos-casa da Amieira Marina e outras infraestruturas de apoio (WC, bar, estacionamento e área de lazer). Local central da operação da AlquevaLine (um dos cais). Nas proximidades deste núcleo, situa-se a antiga Pousada da EDP (80 quartos) e uma área de lazer na envolvente, sob gestão da EDIA de acordo com contrato de comodato com a EDP.</p> <p>Aldeia do Alqueva – este povoamento ribeirinho disponibiliza um cais de atracação e algumas infraestruturas de apoio e de lazer, designadamente um <i>hostel</i>.</p> <p>Albufeira de Lucefecit (Alandroal) – plano de água de utilização livre com boas acessibilidades e estacionamento.</p> <p>Albufeira do Pedrógão Situada na freguesia de Pedrógão, foi construída com a finalidade</p>	<p>são em boa medida transversais a toda a albufeira, salienta-se o potencial de articulação e complementaridade que, numa lógica de “touring náutico”.</p> <p>Mourão dista cerca de 1 km do plano de água e apresenta facilidades de acesso ao ancoradouro. Trata-se de uma vila histórica com grande interesse em termos patrimoniais, além de importantes ofertas no que diz respeito à restauração e ao alojamento.</p> <p>Albufeira de Lucefecit: Desenvolvimento de atividades náuticas, designadamente vela, <i>windsurf</i>, remo e canoagem, pesca recreativa, entre outras. Existência de uma infraestrutura de alojamento local e de restauração com potencial de apoio às atividades náuticas.</p>		
---	---	--	--

<p>primária de funcionar como barragem de contraembalse, recuperando-se assim parte da água usada em Alqueva para produzir energia e para servir os subsistemas de rega de Ardila e Pedrógão. A sua construção deu origem à Albufeira de Pedrógão, um espelho de água que é hoje uma zona protegida. A variedade e riqueza de ecossistemas que se encontram no lago artificial constituem mais uma razão para uma visita à região. A albufeira possui um espelho de água de 11 km². O espelho de água apresenta uma pista de pesca com condições limitadas. As suas margens apresentam um potencial relevante para ciclovias e percursos pedonais.</p>			
---	--	--	--

Quadro 97 – Eixo Estratégico III – Sub-Eixo Estratégico III – B (síntese)

SUB-REGIÃO:	Alqueva e faixa raiana meridional
EIXO TERRITORIAL:	Vale do Guadiana
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Rio Guadiana e Tapada Grande
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Turismo fluvial, turismo lagunar e turismo cultural (vela de cruzeiro, vela ligeira, remo, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, <i>birdwatching</i>)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Mértola e Tapada Grande
PRODUTOS ÂNCORA:	vela ligeira, remo, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, <i>birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Pomarão, canais do Guadiana e Tapada Pequena
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	vela de cruzeiro, vela ligeira, remo, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, <i>birdwatching</i>

Quadro 98 – Eixo Estratégico III – Sub-Eixo Estratégico III – B (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
Rio Guadiana: Pomarão, Mértola e canais – eixo fluvial de com caudal e dimensões consideráveis entre margens. Em Pomarão existem	Troço de rio de elevado interesse histórico-patrimonial. Recursos naturais e culturais de	Rio Guadiana que oferece condições de navegabilidade em três patamares: um primeiro entre a foz e o Pomarão, com menores restrições à navegação,	Requalificação das infraestruturas portuárias (Pomarão e Mértola) neste troço do rio Guadiana, em particular entre a Ponte Internacional do Guadiana e Mértola, de modo a garantir o desenvolvimento da navegação recreativa e da potenciação dos usos recreativos, turísticos e desportivos associados ao rio.

<p>dois cais de acostagem e em Mértola existe um cais de acostagem, com bordo em madeira. Salienta-se a elevada importância do espólio paleocristão e moçarabe de Mértola e as ligações comerciais existentes entre o interior alentejano e o litoral algarvio. Refira-se ainda a existência de um espólio considerável de arqueologia agrofluvial alicerçado num conjunto de azenhas e moinhos de água nas margens do troço Mértola – Pulo do Lobo. Este local possui um elevado valor paisagístico e é considerado estratégico para a região do ponto de vista da visita turística, designadamente em termos de observação fauna/flora. Neste troço do Guadiana existe um conjunto de plataformas de apoio à pesca desportiva (mais de 30; amovíveis). Salienta-se a existência de algumas empresas marítimo-turísticas a operar neste território, as quais oferecem canoagem, cruzeiros, etc.</p> <p>Releva-se a operação das embarcações Vendaval (antiga traineira propriedade da Câmara Municipal de Mértola; capacidade para 20 pessoas) e a Saramugo (propriedade da Associação de Defesa do Património de Mértola, com capacidade para 40 pessoas).</p> <p>Albufeiras da Tapada Grande e da Tapada Pequena – planos de água, construídos originalmente para apresar as águas necessárias ao funcionamento do complexo mineiro de S. Domingos. A Tapada Grande com as suas ilhotas</p>	<p>grande valia e de forte potencial de valorização turística, designadamente o património existente em Mértola, o rio Guadiana e as ribeiras afluentes e a aldeia de São Domingos (antigo complexo mineiro e a albufeira da Tapada Grande).</p> <p>Existência de projetos em curso, desenvolvidos pela Merturis, estruturados e relevantes para a valorização, promoção e dinamização do património natural, histórico, gastronómico e etnográfico do município.</p> <p>O rio Guadiana apresenta boas condições para a prática de atividades náuticas, designadamente, canoagem.</p> <p>Pista de canoagem e remo já está em execução na Tapada Grande (Mina S. Domingos):</p> <ul style="list-style-type: none"> - na Tapada Grande estão garantidas as 3 valências ou especialidades de canoagem: velocidade, fundo e maratona. <p>Aposta de Mértola: centro de treino de distância no Guadiana e treino de velocidade na Tapada Grande.</p> <p>Organização de cruzeiros náuticos, nomeadamente entre Mértola e a Foz do rio Guadiana, ultrapassados os condicionalismos decorrentes do assoreamento deste curso fluvial.</p> <p>Excelentes condições para a pesca</p>	<p>motivadas pelos fatores de assoreamento do leito do rio; um outro, entre Pomarão e Mértola, com muitas limitações à navegação, motivadas pelo assoreamento; e um terceiro, de inibição à navegação, exceto para a prática de canoagem e do remo, a montante de Mértola até ao Pulo do Lobo, ainda que condicionada pelas diretivas do Parque Natural.</p> <p>A construção da pista de velocidade na Tapada Grande é um projeto atual para a prática da canoagem e remo tem um problema de balizagem, porque do ponto de vista da certificação internacional terá que ter 2.000 metros de comprimento.</p> <p>Na Tapada só são permitidas embarcações elétricas (a motor estão interditas). Os treinadores necessitam de acompanhar os atletas com embarcações rápidas (motor) e não elétricas como prevê o Plano de Ordenamento.</p> <p>A Tapada Grande é propriedade privada, da empresa La Sabina – Sociedade Mineira e Turística, sediada em S. João do Estoril.</p> <p>Insuficiência dos equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas: cais de acostagem, docas secas, oficinas de reparação naval, entre outras.</p> <p>Ausência de uma estratégia integrada de organização, de comunicação e de promoção do produto náutico.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar.</p>	<p>Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo nomeadamente o desassoreamento e dragagem deste troço do rio Guadiana e respetiva sinalização e balizagem dos canais de navegação. Neste domínio, é necessário melhorar as condições de navegabilidade, nomeadamente para embarcações de cruzeiro até 12 metros.</p> <p>Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas fluviais.</p> <p>Criação de produtos compostos associando à dimensão fluvial as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística.</p> <p>Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Reforço da articulação entre territórios turísticos de proximidade, nomeadamente Évora, Alqueva, Algarve e Espanha. Neste sentido, importa relevar a importância da articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias (Mértola, Serpa, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António), procurando potenciar o eixo do Guadiana, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.</p> <p>Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado e tematizado.</p> <p>Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de uma under umbrella brand (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo fluvial do Guadiana e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de marketing e comunicação.</p> <p>Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.</p> <p>Criação de rotas pedestres e cicláveis associadas ao património arquitetónico e industrial ligado ao antigo complexo mineiro, designadamente entre a Tapada e o Pomarão.</p> <p>Pista de águas bravas é um projeto/ideia em Mértola: instalação de porte que não existe em Portugal (apenas 2 ou 3 em Espanha). Se se tornar realidade será em ambiente controlado/artificial com base no Guadiana, embora reconheça que o</p>
---	---	---	--

<p>constitui um local paisagisticamente relevante, utilizado nas atividades de lazer associadas à náutica, com uma praia fluvial e que possui boas condições para a prática de desportos aquáticos, nomeadamente a canoagem, windsurf, vela ligeira ou <i>paddle</i>. A aldeia de São Domingos possui um capital histórico-mineiro relevante, ainda que as antigas infraestruturas mineiras estejam em degradação, designadamente as oficinas e o eixo ferroviário de ligação ao Pomarão. Possui igualmente uma unidade hoteleira de 4 estrelas.</p>	<p>recreativa e desportiva, seja pela riqueza piscícola, seja pela facilidade de acesso às margens dos cursos de água, seja, igualmente, pelas plataformas de apoio à atividade disponíveis.</p> <p>Forte potencial de articulação com outros produtos e modalidades turísticas, designadamente o turismo na natureza, o turismo de aventura, o turismo cultural, o turismo enogastronómico, o turismo em espaço rural, entre outros.</p>	<p>Escassa oferta de alojamento.</p> <p>Sinalização e balizagem ausente/deficiente e insuficiente limpeza do rio e das margens.</p> <p>Deficiente articulação entre os <i>stakeholders</i> com atividade e vocação no domínio do turismo em geral e do turismo náutico em particular.</p>	<p>normal é em ambiente seminatural. Este projeto terá custos elevadíssimos, pelo que devido ao financiamento está suspenso, não fazendo parte das prioridades. No entanto, existe um estudo desenvolvido por uma equipa técnica que permite que o projeto avance, de acordo com o estudo de viabilidade económica (grande vantagem são os 12 meses por ano de temperaturas favoráveis contrariamente a muitos outros locais que em determinados períodos estão com neve).</p> <ul style="list-style-type: none"> - o caderno de encargos para o lançamento da obra da pista de canoagem na Tapada Grande tem que estar concluído até dezembro deste ano. Pressupõe infraestruturas pré fabricadas nos limites da Tapada. - projeto mini marinas de Mértola: estudos prévios foram realizados no âmbito do projeto “Âncoras do Guadiana” - Programa de Valorização dos Recursos Endógenos (PROVERE) e Programa de Financiamento PO Algarve 21 - FEDER (2009). Este projeto propunha a construção 50 m a montante de um cais de apoio a embarcações ligeiras (15 a 20 veleiros) e à canoagem, enquanto as atividades turísticas e a pesca artesanal ficariam no cais atual. - Criação de uma entidade de articulação transfronteiriça para o uso náutico. - Criação de uma estrutura nacional para decisão e licenciamento dos espaços de uso náutico. - Estabelecimento de um conjunto de portas de entrada, em associadas aos postos de turismo.
--	---	---	---

Quadro 99 – Eixo Estratégico IV – Sub-Eixo Estratégico IV – A (síntese)

SUB-REGIÃO:	Tejo superior e raia setentrional
EIXO TERRITORIAL:	Norte Alentejano
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Albufeiras de Belver (Alamal), Póvoa e Meadas e Caia; Lago da Alfarófia
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Turismo fluvial, turismo lagunar e turismo cultural (vela ligeira, remo, canoagem, <i>wakeboard/ski</i> aquático, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Albufeiras de Belver (Alamal) e do Caia; Lago da Alfarófia
PRODUTOS ÂNCORA:	vela ligeira, remo, canoagem, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Albufeiras de Fratel, Apartadura e Abrilongo
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	vela ligeira, remo, canoagem, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>

Quadro 100 – Eixo Estratégico IV – Sub-Eixo Estratégico IV – A (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
Albufeira de Póvoa e Meadas A albufeira tem as margens confinadas por terrenos com acesso público e privado Oferece um parque de caravanismo. A Câmara dispõe de um espaço onde estão diversos	Localização transfronteiriça, com acessibilidades privilegiadas ao mercado espanhol, nomeadamente ao eixo Mérida-Madrid. Espelhos de água de qualidade elevada do ponto de vista	Inexistência de equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas: cais de acostagem, docas secas, oficinas de reparação naval, entre outras. Ausência de uma estratégia integrada de organização, de comunicação e de	Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora no Lago da Alfarófia e continuação para norte até Ponte de Sor com extensão a Mora e Coruche. Criação de produtos compósitos associando à dimensão lagunar nas temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística, nomeadamente em Póvoa e Meadas com articulação com os momentos megalíticos.

<p>equipamentos náuticos como canoas, gaivotas e embarcações. A exploração deste equipamento é sazonal e está concessionada. Este local é o <i>venue</i> do Festival Andanças, o qual a Câmara está a negociar para os próximos 15 anos. No local a Câmara está a adquirir à EDP 5 casas. Na envolvente da albufeira há monumentos megalíticos identificados pelo Município. No local há ainda um parque de campismo selvagem.</p> <p>Albufeira do Abrilongo Albufeira classificada como protegida -APA- sem qualquer infraestrutura de apoio a serviço náutico. É utilizada pela população local para pesca. Parte da sua margem confina com a Herdade do Monte Alto, que oferece 8 quartos, piscina, BTT, infraestruturas para turismo cinegético. Já recebeu duas provas nacionais de <i>hobbie cats</i>.</p> <p>Albufeira do Caia Albufeira protegida, com liberdades de uso. Possui um parque de campismo, concessionado ao Clube de Campismo de Lisboa. Frente de barragem junto ao pontão livre para utilização turística (atualmente este espaço é procurado para pesca e lazer) – cerca de 2 hectares. A 200 metros da margem está localizada uma ilha. Já recebeu provas do campeonato nacional de <i>windsurf</i>.</p>	<p>qualitativo e quantitativo nas respetivas albufeiras, com elevado potencial para atividades náuticas, não motorizadas e com um regime legal favorável à sua realização.</p> <p>Desenvolvimento de produtos de náutica desportiva e de pesca em articulação com os quatro espelhos de água.</p> <p>Associação entre a componente náutica e o património rural, cultural material e imaterial.</p> <p>Com dinamismo empresarial ao nível da pesca desportiva, em particular no Lago da Alfarófia.</p> <p>Oferta de restauração e alojamento muito limitada nas zonas envolventes dos espelhos de água (alguma oferta na Alfarófia).</p> <p>Albufeiras com potencial de desenvolvimento de animação turística.</p> <p>Existência de pistas náuticas de nível internacional, nomeadamente de pesca em Ponte de Sor e de remo e Avis na Herdade da Cortesia.</p> <p>Potencial para desenvolvimento de estruturas associadas a novos produtos náuticos.</p>	<p>promoção do produto náutico.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar.</p> <p>Escassa oferta de alojamento.</p> <p>Exigente regulamentação para o desenvolvimento de atividades náuticas nos planos de água contemplados.</p> <p>Sem sinalização e balizagem ausente/deficiente e insuficiente.</p> <p>Acessos de margem condicionados pelo modelo de propriedade e uso.</p> <p>Insegurança nos espaços associados aos planos de água e respetivos estacionamento.</p> <p>Ausência de estratégia ao nível da captação de eventos.</p> <p>Albufeiras (excluindo o Lago da Alfarófia) sem infraestruturas recetivas e de estacionamento de embarcações de náutica ligeira, bem como de apoio.</p> <p>Sem rede de empresas de animação marítimo-turística, a oferecer serviços de náutica desportiva nas referidas albufeiras.</p> <p>Inexistência de centros náuticos dirigidos para práticas de recreio.</p> <p>Inexistência de parques de lazer e recreio associados aos diferentes espelhos de água, mas com potencial de desenvolvimento.</p> <p>Limitação de oferta de produtos de náutica turístico-desportiva.</p>	<p>Reforço da articulação comercial entre os vários espelhos de água.</p> <p>Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o produto pesca desportiva, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.</p> <p>Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.</p> <p>Iniciativas tendentes ao desenvolvimento de uma rede de <i>Rohostels</i> (resort de alojamento local tematizado com serviços de restauração associados, bem como atividades de animação, nomeadamente náutica).</p> <p>Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a atividade turístico-fluvial.</p> <p>Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.</p> <p>Infraestruturação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de rotas pedestres e cicláveis no perímetro das albufeiras e ligando os vários <i>spots</i>.</p> <p>Desenvolver no contexto do futuro plano de <i>marketing</i> a criação de uma <i>under umbrella brand</i> (sob a marca Alentejo) para as rotas náuticas, nomeadamente para a pesca desportiva.</p> <p>Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.</p> <p>Desenvolvimento de um parque de recreio náutico -<i>wakeboard cable park</i>- na Albufeira do Caia (com ligação à ilha) e na Herdade da Alfarófia.</p> <p>Criação de uma rede de postos e centrais de reserva associadas aos principais <i>spots</i> dos espelhos de água modo a ampliar a oferta e facilidade do processo de reserva <i>in</i></p>
---	--	---	--

<p>Lago da Alfarófia A Herdade da Alfarófia é composta por dois lagos privados, com uma envolvente de arrozais. O lago principal é vocacionado para a pesca da Carpa (Carpfishing). Este é um habitat único para a criação de carpas, chegando estas a atingir os 20 kg. Oferece 8 pesqueiros, um dos quais com alojamento. Os demais pesqueiros têm infraestruturas básicas de apoio. Oferece ainda uma estrutura para <i>birdwatching</i> (observação de espécies raras Caimão, Frango de Água, etc.), localizada nos canaviais envolventes ao lago principal.</p> <p>No município de Gavião, a Praia do Alamal (Albufeira de Belver) apresenta condições relevantes para atividades náuticas como a canoagem ou excursões náuticas. O potencial da praia decorre da sua integração no percurso pedestre PR1, considerando o seu elevado valor cénico, bem como as infraestruturas de alojamento e de apoio existentes. O modelo de exploração é uma condicionante.</p> <p>Albufeira de Fratel - Plano de água associado à barragem de Fratel que é de utilização livre. Situa-se na mais apertada garganta do Tejo, entre as Portas de Rodão e a foz do Rio Ocreza. Possui cais, fundeadouros e rampas de acesso. As espécies piscícolas mais comuns são a boga, a carpa e o achigã.</p>		<p>Ausência de infraestruturas náuticas de lazer e recreio infantis e juvenis.</p>	<p><i>situ.</i></p> <p>Desenvolvimento e consolidação de projetos de eventos desportivos que afirmem a importância da região, conferindo-lhe visibilidade adicional e afirmação no contexto nacional e internacional.</p>
--	--	--	--

<p>Albufeira da Apartadura - a albufeira tem um espelho de água com dimensão limitada e condição de uso protegida. O POAAP encontra-se em fase de alteração. Todavia, carece de infraestruturas de apoio e para a prática de atividades náuticas, nomeadamente de acessibilidade ao espelho de água. Para afirmar o seu potencial do ponto de vista do turismo náutico necessita, igualmente, que os projetos aprovados sejam concretizados (ex: alojamento), bem como o desenvolvimento de outras ofertas complementares.</p>			
---	--	--	--

Quadro 101 – Eixo Estratégico V – Sub-Eixo Estratégico V – A (síntese)

SUB-REGIÃO:	Vale do Sorraia e afluentes
EIXO TERRITORIAL:	Vale do Sorraia
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Rio Soraia, Ribeiras da Raia, da Seda, da Tera e de Sor
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Náutica recreativa e turística (canoagem, <i>hidrospeed</i> , pesca desportiva)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Rio Sorraia, Ribeiras da Raia e da Seda e Lago da Quinta Grande
PRODUTOS ÂNCORA:	canoagem, <i>hidrospeed</i> , pesca desportiva
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Açude da Agolada e Açude de Monte da Barca
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	pesca desportiva, canoagem, <i>birdwatching</i>

Quadro 102 – Eixo Estratégico V – Sub-Eixo Estratégico V – A (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Pré-proposta
Vale do Sorraia Oferece 5 pistas de Pesca reconhecidas internacionalmente: - Cabeção/ Pavia: a pista intervencionada recentemente, oferecendo cerca de 70 pesqueiros - Coruche: com aproximadamente 850m de extensão e com largura média de 10m - Santa-Justa: com aproximadamente 900m de extensão e com largura média de 12m	Localização a menos de 1h e 30m do aeroporto de Lisboa. Boas acessibilidades rodoviárias. Recursos naturais e culturais de grande valia e de forte potencial de valorização turística, designadamente e a título exemplificativo, o parque ecológico do Gameiro. Existência de projetos em curso,	Insuficiência, nalguns locais com aptidão para o turismo náutico e para outras atividades recreativas complementares, de infraestruturas, equipamentos e serviços, designadamente ancoradouros, serviços de aluguer de embarcações e outros equipamentos. Oscilação apreciável das cotas dos planos de água, algo que, como se verifica na ribeira de sor, dificulta a perenidade das atividades lúdico-recreativas.	Operacionalização da articulação do produto náutico no triângulo Ribeira da Seda, da Tera e Sor com referência ao Fluvial de Mora. Criação e operacionalização de uma <i>under umbrella brand</i> (sob a marca Alentejo) que unifique a imagem de todos os produtos e spots turísticos da região (plano de marketing). Criação de produtos compostos associando a dimensão fluvial e as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística regional, nomeadamente ao nível no turismo na natureza e do turismo cultural. Estruturação de um calendário integrado de eventos (articulação numa lógica de

<p>Percurso pedestres ao longo das margens das ribeiras: entre Pavia e Fluviário (1 dia); entre Pavia e Sedas (1/2 dia).</p> <p>Parque de campismo rural e conceito de glamping (glamorous e camping) e Fluviário de Mora.</p> <p>O Fluviário de Mora, localizado nas proximidades do açude do Gameiro, sendo um dos mais importantes aquários de água doce da Europa e constituindo um projeto ímpar pelo seu caráter inovador, assume o papel de elemento âncora no desenvolvimento do turismo associado à água e é um equipamento incontornável em qualquer estratégia que vise o desenvolvimento local e regional.</p> <p>O projeto hidroagrícola do Vale do Sorraia originou um conjunto importante de levadas, com caudais apreciáveis durante o Estio, situadas nos concelhos de Avis e Ponte de Sor, a jusante das albufeiras de Maranhão e de Montargil.</p> <p>No Rio Sorraia e no município de Coruche o Rio apresenta alguns açudes onde se desenvolvem atividades recreativas e náuticas em ambiente de grande beleza cénica (Açude da Agolada, açude do Monte da Barca. O lago artificial da Quinta Grande suporta uma escola de <i>ski</i> (<i>Ski Clube da Quinta Grande</i> – pista de slalom, pista de saltos homologada, torre de <i>wakeboard</i>, barra de iniciação ao <i>ski</i> aquático e ao <i>barefoot ski</i>).</p>	<p>estruturados e relevantes no domínio do fortalecimento da base produtiva da região. Entre outros salienta-se o projeto Moralentejo e o projeto Alentejo azul.</p> <p>Existência de empresas, inovadoras e dinâmicas, vocacionadas para o aproveitamento dos recursos turísticos e náuticos da região.</p> <p>Boas condições para as práticas de turismo náutico radicais, como por exemplo o hidrospeed.</p> <p>Boas condições para a organização de cruzeiros náuticos, nomeadamente na ribeira da Raia.</p> <p>Excelentes condições para a pesca recreativa e desportiva, seja pela riqueza piscícola, seja pela facilidade de acesso às margens dos cursos de água, seja, ainda, pelos pesqueiros estruturados que estão disponíveis.</p> <p>Vastas extensões de margens regularizadas e ordenadas.</p> <p>No Rio Sorraia e no município de Coruche o Rio apresenta particulares condições para a prática de uma paleta diversificada de atividades náuticas.</p> <p>Forte potencial de articulação com outros produtos e modalidades turísticas, designadamente o turismo na natureza, o turismo de aventura, o turismo cultural, o turismo enogastronómico, o turismo em espaço rural, entre outros.</p>	<p>As margens da Ribeira da Seda necessitam de intervenção todos os anos para repor as areias da praia fluvial.</p> <p>O trilho da margem esquerda da Ribeira de Tera necessita de intervenção anual (limpeza da vegetação) e está degradado em alguns locais, carecendo de manutenção em alguns muros de suporte (antigo caminho de acesso).</p> <p>Deficiente articulação entre os <i>stakeholders</i> com atividade e vocação no domínio do turismo em geral e do turismo náutico em particular.</p> <p>Nalguns casos verificam-se choques de interesses entre as várias atividades lúdico recreativas, designadamente a pesca e a navegação recreativa.</p> <p>Existência de problemas ao nível da manutenção das infraestruturas, designadamente as pistas de pesca, bem como de eutrofização de alguns planos de água (lago exterior ao Fluviário).</p> <p>Falta de identidade turística da região.</p>	<p>complementaridade e extensão temporal) e lançamento de um pacote de eventos (pesca, cultura, gastronomia e vinhos, provas náuticas, bem como outros de índole composta) com repercussão extra regional.</p> <p>Compilação e divulgação da paleta de percursos pedestres, bem como dos troços cicláveis (em caminho normal e em todo o terreno).</p> <p>Criação e reforço da articulação das infraestruturas de pesca de desportiva, nomeadamente com as demais pistas da região.</p> <p>Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, ambientais/natureza e as autarquias, procurando potenciar o triângulo Ribeira da Seda, da e Tera e do Sor com referência ao Fluviário de Mora.</p> <p>Potenciação das condições tendentes à valorização do potencial avícola (observação de aves), piscícola (ao nível da pesca recreativa ocupacional) e megalítico.</p> <p>Lançamento de uma rede de restaurantes locais suscetíveis de efetuar a ligação com a atividade pesqueira e potenciar a restante gastronomia regional.</p> <p>Desenvolvimento de um conjunto de abrigos de pesca (arquitetura efémera), ligados por vias cicláveis e organizado em torno de um núcleo central de prestação de serviços e de encontro convivial (rede de alojamento <i>fisherman</i>).</p> <p>Rio Sorraia – imediações de Coruche – Instalação de um ancoradouro destinado a pequenas embarcações de recreio bem como a uma eventual embarcação que permita a realização de cruzeiros fluviais destinados a grupos.</p> <p>Ribeira da Raia – estabelecimento de um cruzeiro fluvial desde o açude do Gameiro até 6 Km a montante (em articulação com o Fluviário e o parque ecológico).</p> <p>Criação de condições infraestruturais e organizativas tendo em vista desenvolver as atividades náuticas em albufeiras ainda não aproveitadas (como por exemplo a da Freixeirinha).</p> <p>Comercialmente juntar o Vale do Sorraia com Montargil, Ponte de Sor, Maranhão e Avis.</p> <p>Criar uma entidade gestora do programa operacional que represente os <i>stakeholders</i> do sector e articule interesses dos vários protagonistas.</p>
---	--	---	---

Quadro 103 – Eixo Estratégico V – Sub-Eixo Estratégico V – B (síntese)

SUB-REGIÃO:	Vale do Sorraia e afluentes
EIXO TERRITORIAL:	Ponte de Sor, Montargil e Avis
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Ribeira de Sor, Albufeiras de Montargil e Maranhão
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Turismo fluvial, turismo lagunar e turismo cultural (vela ligeira, remo, canoagem, <i>wakeboard</i> , passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Ponte de Sor, Albufeiras de Montargil e Maranhão
PRODUTOS ÂNCORA:	vela ligeira, remo, canoagem, <i>wakeboard/ski</i> aquático, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Ribeiras de Sor, Seda, Grande e Tera
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	Canoagem e pesca desportiva; <i>birdwatching</i>

Quadro 104 – Eixo Estratégico V – Sub-Eixo Estratégico V – B (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
<p>Ribeira de Sor As margens da Ribeira de Sor, localizadas na cidade de Ponte de Sor, oferecem um extenso parque de lazer, com áreas de manutenção física, complexo de piscinas descobertas, campo de ténis e anfiteatro para atividades culturais. As pontes sobre a ribeira (sendo uma ponte uma obra artística) permitem o desenvolvimento de percursos pedestres. Ao nível náutico este espaço disponibiliza um ancoradouro e uma pista de pesca desportiva com pontos de pesca distanciados 12 metros, a qual apresenta um potencial de prolongamento, permitindo desse modo a captação de eventos internacionais. A cota da Ribeira de Sor varia significativamente ao longo do ano.</p> <p>Montargil Pólo e aeródromo aeronáutico localizado a cerca de 5 km. Charcos Lagoon um empreendimento de 4 estrelas recentemente encerrado e em litígio entre proprietário e banco. Orbitur oferece um parque de campismo de 3 estrelas (com uma permanência média de 3 noites), com condições de alojamento, infraestruturas e equipamentos para as atividades náuticas, um</p>	<p>A proximidade a Lisboa, com reflexos nas acessibilidades externas e a complementaridade potencial com o seu forte mercado turístico.</p> <p>Infraestrutura aeroportuária, que funciona como centro de formação, mas com potencial para utilização civil.</p> <p>Espelhos de água de qualidade elevada do ponto de vista qualitativo e quantitativo nas respetivas albufeiras, com elevado potencial para atividades náuticas e com um regime legal favorável à sua realização.</p> <p>Desenvolvimento de produtos de náutica desportiva e de pesca em articulação no triângulo Montargil, Maranhão, Ponte de Sor.</p> <p>Associação entre a componente fluvial e o património rural, cultural material e imaterial.</p> <p>Dinamismo empresarial ao nível da animação turística, em geral, e marítimo-turística, em particular.</p> <p>Oferta de restauração significativa associada à riqueza da gastronomia regional.</p> <p>Áreas de lazer e recreio náutico associadas a unidades de</p>	<p>Insuficiência dos equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas: cais de acostagem, docas secas, oficinas de reparação naval, entre outras.</p> <p>Ausência de uma estratégia integrada de organização, de comunicação e de promoção do produto náutico.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar.</p> <p>Escassa oferta de alojamento em Ponte Sor</p> <p>Exigente regulamentação para o desenvolvimento de atividades náuticas nos planos de água contemplados</p> <p>Sinalização e balizagem ausente/deficiente e insuficiente</p> <p>Acessos de margem condicionados pelo modelo de propriedade e uso</p> <p>Insegurança nos espaços associados planos de água e respetivos estacionamentos.</p> <p>Ausência de estratégia ao nível da captação de eventos</p> <p>Ausência de estratégias de captação de nichos de mercado, como por exemplo os estágios desportivos nacionais e internacionais, com exceção da Herdade da Cortesia</p>	<p>Operacionalização da articulação do produto fluvial no triângulo Ribeira do Sor, Maranhão e Montargil.</p> <p>Criação de produtos compostos associando à dimensão fluvial e lagunar nas temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística.</p> <p>Reforço da articulação comercial entre os dois espelhos de água e o eixo fluvial.</p> <p>Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o no triângulo Ribeira do Sor, Maranhão e Montargil, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.</p> <p>Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.</p> <p>Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente com aproveitamento das casas de barragem propriedade das Associações de Regantes, não só para alojamento, mas também para centros apoio às atividades náuticas e/ou de interpretação ambiental.</p> <p>Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a atividade turístico-fluvial.</p> <p>Recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso ao rio, áreas de reparação, armazéns de aprestos, cartografia atualizada do rio, entre outras.</p> <p>Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de rotas pedestres e cicláveis no perímetro das albufeiras e ligando os vários <i>spots</i>.</p>

<p>pontão, aluguer de canoas e outros equipamentos de animação turística (torre e parede de escalada, BTT, campo de paintball - concessionadas a um empresa de animação)</p> <p>O hotel Lago Montargil & Villas é o principal pólo de alojamento e de desenvolvimento para as atividades náuticas. Oferece 105 quartos (2 piscinas interiores aquecidas, SPA, 3 piscinas exteriores, diversos espaços para eventos) e 7 moradias V2 e V3. Em termos de turismo náutico as infraestruturas e atividades estão concessionadas à empresa Bruno Maia, unipessoal. O hotel tem uma sazonalidade muito forte (10/15 quartos durante a semana e taxas de ocupação de quase 100% ao fim-de-semana). O mercado corporate tem sido estratégico para atenuar esta situação. Este mercado procura atividades náuticas em contexto de team building.</p> <p>O hotel dispõe de 25 <i>fingers</i> com capacidade para 50 embarcações. Estes espaços são essencialmente procurados de maio a setembro.</p> <p>Albufeira de Maranhão</p> <p>Este espelho de água é dominado pela Herdade da Cortesia, a qual oferece uma unidade hoteleira, pista de remo internacional e ginásio preparado para os atletas de alta competição.</p> <p>A Herdade é visitada por adolescentes de todo o país no âmbito da sua oferta de atividades náuticas.</p> <p>A Herdade organiza anualmente um evento de remo em parceria</p>	<p>alojamento.</p> <p>Existência de um conjunto de infraestruturas propriedade das associações de regadio com potencial para unidades de alojamento.</p> <p>Rede de empresas de animação marítimo-turística, a oferecer serviços de náutica desportiva nas referidas albufeiras.</p> <p>Albufeiras com potencial de desenvolvimento de animação turística, equipadas com capacidade recetiva e capacidade de estacionamento de embarcações de náutica ligeira, quer para privados, quer para empresas.</p> <p>Existência de parques de lazer e recreio associados aos diferentes espelhos de água, mas cm potencial de desenvolvimento.</p> <p>Existência de centros náuticos dirigidos para práticas de recreio, nomeadamente o Centro Náutico de Avis e do hotel Lago Montargil & Villas.</p> <p>Existência de pistas náuticas de nível internacional, nomeadamente de pesca em Ponte de Sor e de remo e Avis na Herdade da Cortesia.</p> <p>Potencial para desenvolvimento de estruturas associadas a novos produtos náuticos.</p>	<p>Limitação de oferta de produtos de náutica turístico-desportiva</p> <p>Existência nas margens de alagamento das albufeiras e ribeira de zonas com elevada densidade de despojos e lixo</p> <p>Ausência de infraestruturas náuticas de lazer e recreio infantis e juvenis</p>	<p>Criação de uma <i>under umbrella brand</i> (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo triângulo Ribeira de Sor, Montargil e Maranhão e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de <i>marketing</i> e comunicação.</p> <p>Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado e tematizado.</p> <p>Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.</p> <p>Desenvolvimento de um parque de recreio náutico em Montargil e em Maranhão para: pista de canoagem, <i>wakeboard</i> cable park.</p> <p>Criação de uma rede de postos e centrais de reserva associadas aos principais spots dos espelhos de água modo a ampliar a oferta e facilidade do processo de reserva <i>in situ</i>.</p> <p>Ampliação do potencial das infraestruturas náuticas de referência internacional, nomeadamente em Ponte de Sor. É possível reposicionando as comportas (para garantir a circulação da água e estabilizar a cota da ribeira nesta zona) e instalando Geysers na zona ribeirinha.</p> <p>O prolongamento da pista de pesca de Ponte de Sor e do parque para jusante, permitirá receber provas internacionais, modernizar o açude com eventual criação de escada de peixes, ampliação da zona de lazer, integração de uma ribeira afluente com integração de um moinho de rodízio oitocentista (com eventual instalação de um centro interpretativo destas estruturas), ordenar a margem esquerda, melhorar a monitorização da cota e qualidade de água do espelho de água, requalificar paisagisticamente uma das entradas da cidade, etc.). Em Avis, na Herdade da Cortesia há igualmente do ponto vista físico potencial para ampliação.</p> <p>Ordenamento e qualificação ambiental das margens, nomeadamente de limpeza e preserva das zonas mais sensíveis das albufeiras e troços de rio.</p> <p>Potencial de desenvolvimento nos espelhos de água das albufeiras de um parque aventura aquático.</p> <p>Desenvolvimento e consolidação de projetos de eventos desportivos que afirmem a importância da região, conferindo-lhe visibilidade adicional e afirmação no contexto nacional e internacional.</p> <p>Comercialmente juntar o Vale do Sorraia com Montargil, Ponte de Sor, Maranhão e Avis.</p>
--	---	---	---

<p>com a Câmara Municipal de Avis, com partida de Benavila até ao Clube Náutico de Avis, terminando com a venda de produtos locais (vinho, azeite, enchidos) e muita animação, representando uma oportunidade de negócio muito importante para os produtores locais.</p> <p>Os clientes estrangeiros alojados no hotel visitam algumas herdades localizadas na periferia da albufeira (transporte em embarcação), com o objetivo de observar os animais (safari: observação de aves, corços, javalis,...) e o Montado, bem como experimentar a gastronomia (provas de vinhos).</p> <p>A Herdade estabelece parcerias com empresas de animação turística da região (p. ex. balonismo, passeios a cavalo - possui picadeiro).</p> <p>Para além da Herdade da Cortesia esta ainda instalado na Albufeira o Clube Náutico de Avis, infraestruturado com armazéns de recolha, cais de acostagem e desenvolve atividades de carácter desportivo infanto-juvenil.</p>			<p>Reforçar a capacidade de oferta para atração de mercados do norte da europa, em particular na época baixa, nomeadamente ao nível da canoagem, remo, pesca desportiva.</p>
--	--	--	---

Quadro 105 – Eixo Estratégico VI – Sub-Eixo Estratégico VI – A (síntese)

SUB-REGIÃO:	Tejo e lezíria
EIXO TERRITORIAL:	Rio Tejo – troço da lezíria
EIXO INFRAESTRUTURAL DE BASE:	Valada do Ribatejo/Palhota, Salvaterra de Magos/Escaroupim
EIXO TEMÁTICO PRIVILEGIADO:	Turismo fluvial e turismo cultural (vela ligeira, excursões em embarcações clássicas, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, remo e canoagem, <i>birdwatching</i>)
SPOTS REGIONAIS ÂNCORA:	Tejo: Triângulo Valada - Salvaterra de Magos - Escaroupim
PRODUTOS ÂNCORA:	vela ligeira, excursões em embarcações avieiras, passeio em embarcações motorizadas, pesca de rio, remo e canoagem, <i>birdwatching</i>
SPOTS REGIONAIS COMPLEMENTARES:	Vala Real (Azambuja), Arripiado (Chamusca)
PRODUTOS COMPLEMENTARES:	excursões em embarcações clássicas, canoagem, <i>stand up paddle</i>

Quadro 106 – Eixo Estratégico VI – Sub-Eixo Estratégico VI – A (caraterização)

Características	Potencialidades	Limitações/ constrangimentos	Potenciais Âmbitos Estratégicos de Desenvolvimento
<p>Vila de Salvaterra de Magos e vala real, onde se localiza a marina e o cais de acostagem, onde operam empresas marítimo-turísticas com circuitos no rio Tejo. Nesta vila localizam-se o Museu do Rio, o Celeiro da Vala e a Falcoaria Real.</p> <p>Aldeias avieiras da margem direita: Valada e Palhota (Cartaxo). Em Valada existe um cais de acostagem moderno e na Palhota releva-se um núcleo museológico, igualmente da cultura avieira e um cais palafita.</p> <p>Aldeia avieira da margem esquerda - Escaroupim, onde existe o núcleo museológico da cultura avieira, nas proximidades de uma unidade de restauração qualificada, e duas infraestruturas de acostagem (uma delas palafita). Santarém e rio Tejo - oferta de pequenos circuitos navegáveis, por exemplo a rota do cavalo lusitano, entre esta cidade e a aldeia de Valada (Cartaxo).</p> <p>Vala Real nas proximidades da Azambuja, que desemboca no Rio Tejo, onde existe em ruínas o antigo Palácio da Rainha ou Estalagem das Obras Novas.</p> <p>No município da Chamusca a acessibilidade náutica ao rio Tejo encontra-se equipada com</p>	<p>A proximidade a Lisboa, com reflexos nas acessibilidades externas e a complementaridade potencial com o seu forte mercado turístico.</p> <p>Localização privilegiada no principal eixo de acessibilidade norte-sul, quer rodoviário, quer ferroviário.</p> <p>A riqueza patrimonial e cultural do vale do Tejo.</p> <p>As temáticas da cultura do rio, e especificamente da avieira, do cavalo lusitano, da ruralidade da lezíria e do ecossistema fluvial.</p> <p>Desenvolvimento de circuitos fluviais em articulação no triângulo Santarém, Valada/Palhota e Salvaterra de Magos/Escaroupim.</p> <p>Associação entre a componente fluvial e o património rural, cultural material e imaterial.</p> <p>Dinamismo empresarial ao nível da animação turística, em geral, e marítimo-turística, em particular.</p> <p>Oferta de restauração significativa associada à riqueza da gastronomia regional.</p> <p>Algumas ofertas de alojamento associadas a plano de água.</p> <p>Dimensão cénica de alguns planos de água.</p>	<p>Insuficiência dos equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas: cais de acostagem, docas secas, oficinas de reparação naval, entre outras.</p> <p>Ausência de uma estratégia integrada de organização, de comunicação e de promoção do produto náutico.</p> <p>Baixo nível de articulação com a operação turística complementar.</p> <p>Escassa oferta de alojamento, à exceção de Santarém.</p> <p>Navegabilidade condicionada e dificuldade de acostagem devida ao assoreamento do rio Tejo e aos transvases efetuados a montante (Espanha).</p> <p>A inexistência de cartas hidrográficas atualizadas contribui para este condicionamento.</p> <p>Sinalização e balizagem ausente/deficiente e insuficiente limpeza do rio e das margens.</p> <p>Insegurança dos espaços de acesso ao rio e dos respetivos estacionamento.</p> <p>Modelo de exploração associado à exploração de vários recursos náuticos.</p>	<p>Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo nomeadamente o desassoreamento e dragagem deste troço do rio Tejo e respetiva sinalização e balizagem dos canais de navegação (significado estratégico)</p> <p>Estabelecimento de uma estrutura de stakeholders regional para sensibilização das entidades nacionais com jurisdição no domínio do território náutico (ex: APA, ICNF), de modo a promover os quadros legais necessários</p> <p>Reforço da articulação entre destinos turísticos complementares, nomeadamente com Lisboa, Tomar (templários) e vale do Sorraia.</p> <p>Criação de produtos compósitos associando à dimensão fluvial as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística.</p> <p>Operacionalização da articulação do produto fluvial no triângulo Santarém, Valada/Palhota e Salvaterra de Magos/Escaroupim.</p> <p>Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.</p> <p>Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o eixo do Tejo, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.</p> <p>Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas fluviais que, por condicionalismos empresariais, deixaram de estar disponíveis ou com atividade drasticamente reduzida (ex: Rota dos Mouchões – Azambuja) ou que beneficiem da história e cultura regionais (ex: Rota dos Avieiros).</p> <p>Requalificação etno-museológica das aldeias avieiras, numa perspetiva de concretização de projetos de turismo comunitário de aldeia (avieiras).</p> <p>Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente um hotel palafita e uma rede de casas flutuantes.</p> <p>Recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, fingers de acostagem, cais de acesso,</p>

<p>algumas facilidades que evidenciam o potencial para algumas atividades náuticas, nomeadamente excursões náuticas, canoagem, stand-up <i>paddle</i>. Todavia denota-se ainda a existência significativa ao nível dos recursos para a atividade náutica e acesso ao rio.</p>			<p>zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso ao rio, áreas de reparação, armazéns de aprestos, cartografia atualizada do rio, entre outras.</p> <p>Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.</p> <p>Criação de um corredor de manutenção estruturado por uma via clicável ao longo da margem do rio Tejo, ligando os vários <i>spots</i>.</p> <p>Extensão do Museu do Rio (Salvaterra de Magos), no sentido de se tornar num efetivo pólo de interpretação fluvial, considerando o enlace entre a dimensão ambiental e a humana.</p> <p>Criação de uma <i>under umbrella brand</i> (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo fluvial do Tejo e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de <i>marketing</i> e comunicação.</p> <p>Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado e tematizado.</p> <p>Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.</p> <p>Sinergias de produto com regiões limites, nomeadamente, Constância e Ferreira do Zêzere, no âmbito da canoagem, excursões náuticas e stand up <i>paddle</i>.</p>
---	--	--	--

6.3. LOCAIS E EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS NÁUTICAS

Tendo por referência os três eixos funcionais definidos – Litoral Alentejano, Rios e Albufeiras e lagos de interior, importa referir o elevado potencial para o turismo náutico, não só ao nível da linha de costa atlântica, com diferentes tipos de *spots* para diferentes tipos de atividade (São Torpes, Malhão, Odeceixe – *surf* e *bodyboard*; Tróia e Sines – vela, Sines e Ilha do Pessegueiro – mergulho, Aberta Nova e Melides – pesca desportiva), como também ao nível dos rios (Tejo, Sado, Sorraia, Mira e Guadiana), para as práticas da vela, do remo e canoagem e da pesca.

Ao nível das albufeiras, um número significativo disponibiliza uma multiplicidade de propostas ao nível da pesca desportiva, do remo e canoagem, da vela e, em alguns casos particulares, mesmo ao nível dos desportos aquáticos motorizados (Alqueva, Maranhão, Montargil, Tapada Grande e Caia).

As dinâmicas náutico-turísticas decorrem naturalmente ou estão condicionadas dependendo dos atributos geofísicos, pontuais ou permanentes, dos espaços aquáticos de intervenção turística. Da tipologia da costa e da linha balnear, se podem tirar ilações sobre a sua qualidade para desportos de ondas e de deslize, para a vela ou canoagem, para o mergulho ou o *kitesurf*, conforme esteja mais ou menos virada a Sul, dependendo da constância e direção do vento ou da permanência de mar alteroso.

Dos rios, dependendo da corrente, do volume de águas, da profundidade, da existência de rápidos, sifões ou de fundões, se pode considerar a prática turística aprazível ou perigosa.

Das albufeiras, a qualidade bioquímica das águas, a proximidade aos paredões das barragens e a existência de escolhos, por falta de desmatagem e remoção, são fatores que podem inibir as práticas de canoagem, pesca desportiva, *windsurf* e vela ligeira, que são práticas de elevado potencial nestas planos de água.

6.3.1. METODOLOGIA DA SEGMENTAÇÃO ESPACIAL E TEMÁTICA

O processo metodológico de segmentação espacial e temático, decorre, no contexto do turismo náutico, aplicado ao território do Alentejo e Ribatejo, de uma articulação entre as potencialidades determinadas pelo processo de avaliação *in-situ* dos recursos e a rede local de oferta de experiências turísticas de dimensão aquática.

Dimensionado em cinco unidades territoriais (sub-regiões) diferenciadas, mas complementares – Lezíria do Tejo, Norte Alentejo, Alentejo Litoral, Alentejo Central e Sul Alentejo – e três componentes físico-paisagísticas – Litoral, Cursos de água, Lagos e Albufeiras – este último, atribuindo particular destaque à albufeira do Alqueva, importa também referir que se considerou necessário, do ponto de vista metodológico, reposicionar face à sua dimensão administrativa o Vale do Sorraia e um eixo central de interior e paralelo à linha de costa, integrando um conjunto de albufeiras numa designação que rotulámos de *hinterland* alentejano.

Para cada uma das sub-regiões, onde se refletiram as dinâmicas da náutica turística, conceberam-se conjuntos de eixos territoriais de ação turística, aferiram-se unidades infraestruturais de base, para cada um dos eixos com potencial de intervenção e eixos temáticos privilegiados para o desenvolvimento de atividades de turismo náutico.

Neste sentido, procurou-se estabelecer um modelo que permitisse assumir um posicionamento determinante de uma categorização de *spots* em cada uma das diferentes unidades territoriais apresentadas.

Esse *ranking* decorreu da correlação de variáveis aferidas entre as dimensões de recursos endógenos existentes e apresentados e o volume de ofertas de experiências turísticas, existentes e realizáveis no local.

A metodologia construiu-se numa lógica do macro para o micro, onde se procurou estabelecer um modelo aplicado às sub-regiões, de modo a estabelecer critérios de equidade territorial e igualdade de acesso turístico a todas elas ao nível da náutica turística, desportiva, de recreio ou educativa.

O *design* do ranking construído desenvolveu um conjunto de critérios de avaliação presencial de matriz quantificável que atribui uma ponderação final, resultante do somatório dos indicadores (a) condições de utilização (b) recursos específicos (c)

recursos complementares, que medem a qualidade oferecida por cada plano de água para a realização de atividades de turismo náutico. Dentro dos indicadores (a, b, c) foram contempladas as seguintes condições de facilitação ou de constrangimento:

- condições de base físico-geográficas para a realização de atividades náuticas (ex: ondas, vento, fundos, volume de água, correntes, ...);
- acessibilidade ao local;
- acessibilidade à linha de água;
- regime de regulamentação de usos e ordenamento do território (ex: determinantes legais dos planos de ordenamento, sistema de regulamentação e fiscalização, ...);
- regime de propriedade de margens (privado, publico, semipúblico, associativo,...);
- infraestruturas de apoio à atividade (rampa de acesso, *fingers*, poitas, guincho, abastecimento, posto de aprestos,...);
- infraestruturas técnico-complementares (ex: clube náutico, equipamento de segurança e suporte de vida, recursos humanos para apoio, ...);
- infraestruturas turísticas (alojamento, bar, restaurante,...).

As avaliações de recursos feitas a todos os eixos territoriais, aferidas no âmbito deste trabalho, permite-nos identificar as potencialidades, os fatores de progressão e as condicionantes existentes caso a caso, de modo a determinar que condições existem atualmente para as ofertas locais de turismo náutico.

A mitigação dos fatores condicionantes de desenvolvimento em cada unidade territorial pode, obviamente, modificar positivamente o valor de avaliação num futuro próximo. Com este pressuposto, os critérios de avaliação, de matriz quantificável, foram sujeitos à aplicação de um critério/fator de multiplicação com um limite mínimo de 0 e máximo de 1,5 sobre o valor base atribuído que, em sede de *ranking*, pode eventualmente alterar os posicionamentos de base. Esta dimensão matemática, no quadro de uma opção de cenário otimista, pode transmitir indicadores de maior valorização do potencial dos territórios e de desenvolvimento das atividades náutico-turísticas.

Persistindo o efeito dos fatores condicionantes, evidentemente que o processo de fragilização tende a aumentar e a degenerar a qualidade das propostas e das experiências disponibilizadas aos consumidores.

6.3.2. MATRIZ DOS SPOTS DA NÁUTICA

Quadro 107 – Matriz dos Eixos Estratégicos – Eixos Infraestruturais de Base

Sub-região	Eixo Estratégico	Eixo Territorial	Eixo Infraestrutural de Base	Eixo Temático Privilegiado
I - Alentejo Atlântico	I.A	Foz do Rio Sado e Península de Tróia	Marina de Tróia e Foz do Sado	Náutica recreativa e turística (vela de cruzeiro, vela ligeira, passeios em embarcações clássicas, observação de roazes, remo e canoagem)
	I.B	Rio Sado a montante da foz	Da Baía de Setúbal a Alcácer do Sal	Turismo fluvial e turismo cultural (vela de cruzeiro, passeios em embarcações clássicas, canoagem e <i>birdwatching</i>) e Cultura pesqueira e turismo cultural (passeios em embarcações pesqueiras, visitas etnográficas, ao sapal, às salinas, à cultura avieira e <i>birdwatching</i>)
	I.C	Praias de Grândola	Comporta, Carvalhal, Aberta Nova e Lagoa de Melides	Náutica desportiva (<i>surf, windsurf, kitesurf</i> , pesca desportiva, <i>birdwatching</i>)
	I.D	Praias entre Santiago do Cacém e Sines	Lagoas de Santo André e da Sancha, praias de Santo André, da Fonte do Cortiço e da Vacaria	Náutica desportiva (<i>surf, paddle surf, windsurf, kitesurf</i> , canoagem, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>)
	I.E	Sines - Praias do Norte, Porto e Praias do Sul	Praias do Norte, Porto de Sines, S. Torpes, Morgavel, Vieirinha, Porto Covo e praia da Ilha do Pessegueiro	Náutica desportiva (<i>surf, bodyboard, paddle surf, windsurf, kitesurf</i> , mergulho, vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor e canoagem)
	I.F	Praias de Odemira - Praias do Norte, Rio Mira, Praias do Sul e portos de abrigo	Dos Aivados a Odeceixe	Náutica desportiva (<i>surf, bodyboard, kayaksurf, kitesurf</i> , mergulho, pesca desportiva e pesca de alto mar); Turismo Fluvial e Turismo cultural (vela ligeira, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, <i>birdwatching</i>); Náutica recreativa e turística - Portos de Abrigo (vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar, <i>birdwatching</i>)
II - Hinterland alentejano	II.A	Albufeiras do hinterland	Atabueira, Vale do Gaio, Odivelas e Santa Clara	Pesca desportiva, canoagem, remo, <i>wakeboard</i> , vela ligeira, <i>ski</i> aquático, <i>birdwatching</i>
III - Alqueva e faixa raiana meridional	III.A	Alqueva	Albufeira do Alqueva	Turismo fluvial, turismo lagunar e turismo cultural (vela de cruzeiro; vela ligeira, passeios em embarcações a motor, pesca desportiva, <i>wakeboard/ski</i> aquático, remo e canoagem, <i>birdwatching</i>)
	III.B	Vale do Guadiana	Rio Guadiana e Tapada Grande	Turismo fluvial, turismo lagunar e turismo cultural (vela de cruzeiro, vela ligeira, remo, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, <i>birdwatching</i>)
IV – Tejo superior e raia setentrional	IV.A	Norte Alentejano	Albufeiras de Belver (Alamal), Póvoa e Meadas e Caia; Lago da Alfarófia	Turismo fluvial, turismo lagunar e turismo cultural (vela ligeira, remo, canoagem, <i>wakeboard/ski</i> aquático, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>)

V – Vale do Sorraia e afluentes	V.A	Vale do Sorraia	Rio Soraia, Ribeiras da Raia, da Seda, da Tera e de Sor	Náutica recreativa e turística (canoagem, <i>hidrospeed</i> , pesca desportiva)
	V.B	Ponte de Sor, Montargil e Avis	Ribeira de Sor, Albufeiras de Montargil e Maranhão	Turismo fluvial, turismo lagunar e turismo cultural (vela ligeira, remo, canoagem, <i>wakeboard</i> , passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>)
VI – Tejo e lezíria	VI.A	Rio Tejo – troço da lezíria	Valada do Ribatejo/Palhota, Salvaterra de Magos/ Escaroupim	Turismo fluvial e turismo cultural (vela ligeira, excursões em embarcações clássicas, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, remo e canoagem, <i>birdwatching</i>)

Quadro 108 – Matriz dos Eixos Estratégicos – Spots Regionais Âncora e Complementares

Sub-região	Eixo Estratégico	Spots Regionais Âncora	Produtos Âncora	Spots Regionais Complementares	Produtos Complementares
I – Alentejo atlântico	I.A	Marina de Tróia	vela de cruzeiro, passeios em embarcações clássicas	Foz do Sado	vela ligeira, passeios em embarcações clássicas, observação de roazes, remo e canoagem
	I.B	Baía de Setúbal e Estuário do Sado	vela de cruzeiro, passeios em embarcações clássicas, <i>birdwatching</i> , visitas etnográficas, visitas ao sapal e às salinas e à cultura avieira	Portos palafitas da Comporta e da Carrasqueira	canoagem, vela ligeira, pesca desportiva
	I.C	Comporta e Carvalhal	<i>surf</i> , <i>windsurf</i> , <i>kitesurf</i> , pesca desportiva, <i>birdwatching</i>	Aberta Nova e Lagoa de Melides	<i>surf</i> , <i>windsurf</i> , <i>kitesurf</i> , pesca desportiva
	I.D	Lagoa e Praia de Santo André	<i>surf</i> , <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> , <i>kitesurf</i> , canoagem, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>	Lagoa da Sancha, Praias da Fonte do Cortiço e da Vacaria	canoagem, <i>windsurf</i> , <i>kayaksurf</i> , pesca desportiva
	I.E	Porto de Sines, Praias de S. Torpes, da Vieirinha e da Ilha do Pessegueiro	<i>surf</i> , <i>bodyboard</i> , <i>paddle surf</i> , <i>kitesurf</i> , canoagem e mergulho	Portinho de Porto Covo	vela de cruzeiro, canoagem, excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar
	I.F	Praias do Malhão e de Odeceixe	<i>surf</i> , <i>bodyboard</i> , <i>paddle surf</i> , <i>kitesurf</i> , <i>kayaksurf</i> , pesca desportiva	Praia dos Aivados	<i>surf</i> , <i>bodyboard</i>
		Rio Mira	vela ligeira, passeios em embarcações, canoagem, <i>birdwatching</i>	Praias do Mira	canoagem, vela ligeira, <i>windsurf</i>
		Portinho do Canal e Porto da Entrada da barca	vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar, mergulho, <i>birdwatching</i>	Lapa de Pombas e Azenha do Mar	excursões em embarcações a motor, pesca de alto mar, mergulho, <i>birdwatching</i>

II - Hinterland alentejano	II.A	Albufeiras da Atabueira, Vale do Gaio, Odivelas e Santa Clara	Pesca desportiva, canoagem, remo, <i>wakeboard</i> , vela ligeira	Albufeiras de Pego do Altar, Alvito, Monte da Rocha, Freixeirinha, Minutos e Roxo	Pesca desportiva, canoagem, remo, <i>wakeboard</i> , vela ligeira
III - Alqueva e faixa raiana meridional	III.A	Amieira, Monsaraz e Núcleo da Barragem	Vela de cruzeiro; vela ligeira, passeios em embarcações a motor, pesca desportiva, remo e canoagem, <i>birdwatching</i>	Albufeiras de Lucefecit e Pedrógão; Localidades ribeirinhas: Juromenha, Telheiro, Luz, Alqueva, Estrela, Campinho e Mourão	Passeios em embarcações a motor, vela ligeira, pesca desportiva, remo e canoagem
	III.B	Mértola e Tapada Grande	vela ligeira, remo, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, <i>birdwatching</i>	Pomarão, canais do Guadiana e Tapada Pequena	vela de cruzeiro, vela ligeira, remo, canoagem, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, <i>birdwatching</i>
IV - Tejo superior e raia setentrional	IV.A	Albufeiras de Belver (Alamal) e do Caia; Lago da Alfarófia	vela ligeira, remo, canoagem, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>	Albufeiras de Fratel, Apartadura e Abrilongo	vela ligeira, remo, canoagem, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>
V - Vale do Sorraia e afluentes	V.A	Rio Sorraia, Ribeiras da Raia e da Seda e Lago da Quinta Grande	canoagem, <i>hidrospeed</i> , pesca desportiva	Açude da Agolada e Açude de Monte da Barca	pesca desportiva, canoagem
	V.B	Ponte de Sor, Albufeiras de Montargil e Maranhão	vela ligeira, remo, canoagem, <i>wakeboard/ski</i> aquático, passeios em embarcações motorizadas, pesca de rio, pesca desportiva e <i>birdwatching</i>	Ribeiras de Sor, Seda, Grande e Tera	Canoagem e pesca desportiva; <i>birdwatching</i>
VI – Tejo e lezíria	VI.A	Tejo: Triângulo Valada - Salvaterra de Magos - Escaroupim	vela ligeira, excursões em embarcações avieiras, passeio em embarcações motorizadas, pesca de rio, remo e canoagem, <i>birdwatching</i>	Vala Real (Azambuja), Arripiado (Chamusca)	excursões em embarcações clássicas, canoagem, <i>stand up paddle</i>

7. O DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO E RIBATEJO TENDO POR BASE O TURISMO NÁUTICO

7.1. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO

7.1.1. METODOLOGIA GERAL

O processo de cenarização surge neste trabalho tendo em conta a necessidade de identificar uma panóplia de futuros possíveis associados ao turismo náutico, em particular, e ao turismo do Alentejo, em geral.

Trata-se, assim, de uma importante ferramenta através da qual é possível adicionar à tradicional análise retrospectiva a componente do futuro – ou seja, a prospetiva – e, por acréscimo, basear as decisões no presente à luz de dois focos combinados: experiência/evolução e futuro possível/desejado.

Em acréscimo, o processo de cenarização permite igualmente conduzir o confronto de perspetivas e a discussão de ideias para os horizontes de futuro, colocando a reflexão numa dimensão macroestratégica e permitindo o estabelecimento de plataformas de consenso no seio dos *stakeholders* em torno de desígnios de médio/longo prazo.

Adicionalmente, interessa ter presente que o processo de cenarização será interligado com o trabalho já desenvolvido no domínio da avaliação dos recursos, permitindo, assim, sustentar a racionalidade de base ao salto temporal entre o presente e o futuro, ou seja, entre a valia atual dos recursos e a sua valia potencial num horizonte de médio/longo prazo.

Não existindo uma metodologia universalmente aceite para desenvolver o processo de cenarização, é corrente gerá-lo percorrendo dois caminhos alternativos: ou definir grandes vertentes de dinâmica e, por combinação, construir situações futuras diferenciadas (processo explorativo); ou definir a visão pretendida de futuro e, por retroação, estabelecer vias até ao presente (processo normativo).

No presente trabalho será aplicado um procedimento misto, embora desdobrado em fases de elaboração prospetiva subsequentes.

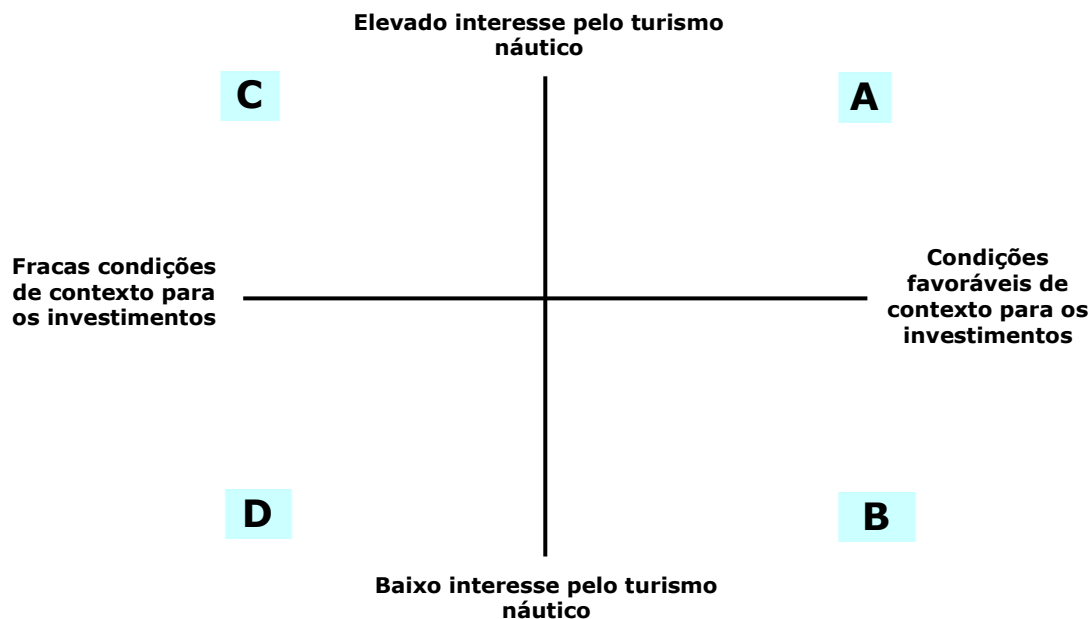
Assim, consideraremos duas fases principais: a fase de projeção do presente no futuro, efetuada à luz de uma metodologia essencialmente explorativa; e a fase de retroação do futuro ao presente, através de um procedimento predominantemente normativo.

Fase 1:

A materialização desta fase do processo de cenarização contará com os seguintes procedimentos:

- a) identificação das vertentes de mudança fundamentais e seleção das duas que serão associadas aos eixos estruturantes dos cenários. No caso do turismo náutico do Alentejo serão: condições de contexto aos investimentos, uma vertente fundamental para o desenvolvimento da oferta; evolução do interesse pelas modalidades turísticas reunidas no segmento “turismo náutico”, uma dimensão intimamente ligada ao comportamento dos mercados da procura;
- b) combinação inicial dos dois *drivers* de mudança adotados, originando quatro situações de futuro possíveis;
- c) redação dos mini-cenários, teste e discussão dos mesmos;
- d) escolha de um mini-cenário entre os possíveis – o desejável –, através de procedimentos múltiplos (consulta de *stakeholders* e análise interna).

Figura 80 – Eixos estruturantes dos cenários – Fase 1



Fonte: Própria

Fase 2:

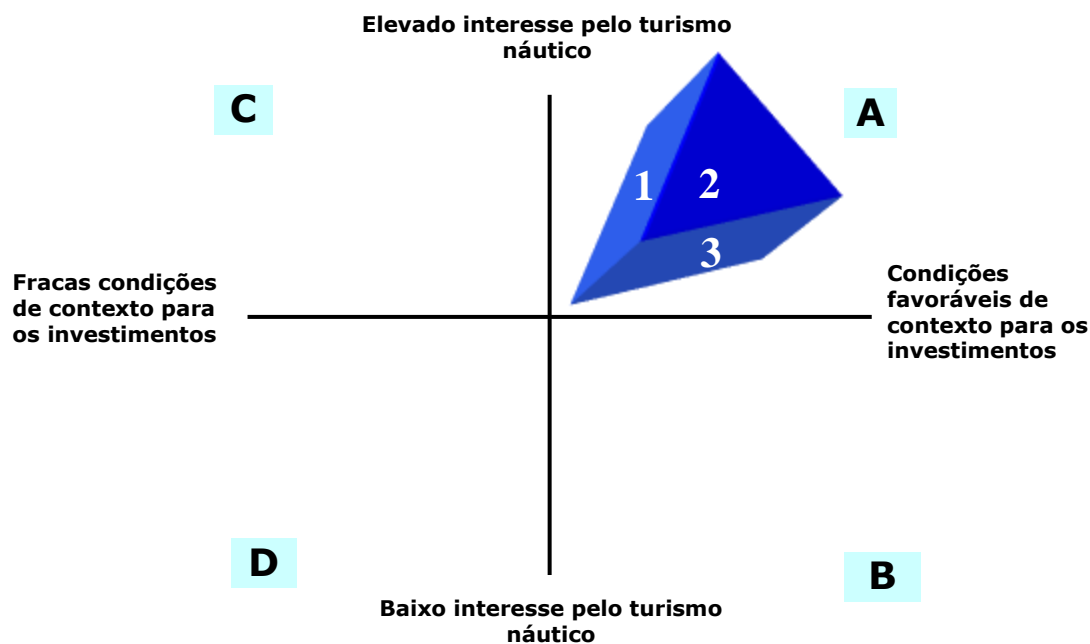
Esta fase incluirá os seguintes passos:

- a) ajuste, no cenário de base selecionado, de um terceiro eixo – condições regulamentares e normativas de contexto às práticas associadas ao turismo náutico, obtendo três variantes distintas do cenário de base identificado na fase anterior: i) situação mista, combinando flexibilidade em alguns aspetos com rigidez noutros; e duas situações contrastadas – ii) incremento significativo da flexibilização das normas e regulamentos; iii) manutenção de rigidez normativa e regulamentar;
- b) assunção definitiva de uma situação de futuro (variante do cenário escolhido na fase 1), através de procedimentos de consulta externa e de análise interna;
- c) redação do cenário escolhido tendo como referência os seguintes parâmetros estruturais: evolução do Alentejo/Ribatejo face aos problemas estruturais que

afligem a área; contextualização do Alentejo no panorama do turismo nacional; condução do processo de estruturação dos territórios e dos produtos do lazer; ritmos temporais de desenvolvimento do sector do lazer; formatação da oferta turística (territórios e produtos) em quantidade e qualidade; articulação entre territórios e produtos; natureza e significado do turismo náutico; impactos das atividades turísticas, em geral, e do turismo náutico, em particular;

d) assunção de decorrências para o processo de desenvolvimento estratégico a jusante.

Figura 81 – Eixo complementar - Fase 2



Fonte: Própria

7.1.2. OS MINI-CENÁRIOS DE PARTIDA

Importa, desde logo, referir que a estruturação do quadro de cenários que de seguida se apresenta constitui somente um esboço prévio, tendo em vista iniciar um processo de discussão entre a equipa, a ERTA e os *stakeholders*.

Como tal, e de acordo com as linhas metodológicas expressas anteriormente, tratam-se tão-somente de mini-cenários que pretendem dar conta de um conjunto de dimensões futuríveis, ou seja, sem pretensões de exaustividade e de contextualizações abrangentes.

Assim, convidamos a que a sua leitura seja efetuada tentando adicionar o necessário “colorido” dos detalhes às linhas de força estruturantes que agora se apresentam, bem como às suas limitadas decorrências na tessitura de variáveis que configurarão os futuros alternativos considerados.

7.1.2.1. MINI-CENÁRIO A – centralidade e sustentação – um futuro de navegação rápida e segura

Este cenário assenta numa mudança profunda das dinâmicas experimentadas pelo turismo náutico, admitindo-se uma densificação quantitativa e qualitativa dos *drivers* de mudança que suportam e explicam o reposicionamento favorável das atividades náuticas e o turismo daí decorrente na área de intervenção.

Após décadas de divórcio entre as populações e as atividades náuticas de recreio, por via dos esforços de divulgação efetuados nas camadas jovens e nas comunidades regionais e nacionais em geral, mas também porque o desígnio do mar aberto e dos mares de “interior” começa a ser interiorizado ao nível das práticas de lazer internas, Portugal começa a sair da situação de um país de marinheiros sentados nos cais e nas esplanadas das marinas.

Neste quadro de interesse renovado pelas práticas náuticas, o turismo interno motivado pelos planos de água experimenta um incremento muito significativo, algo que não só cria a massa crítica necessária para a sua projeção no quadro competitivo externo, mas também vai estimular fortemente o interesse – por parte do sector público e privado – nos investimentos em infraestruturas e serviços gerais e específicos necessários ao desenvolvimento da modalidade turística.

Com este estímulo, mas também devido às disponibilidades de capital suscetíveis de serem aplicados em investimentos reprodutivos, ir-se-á verificar uma forte dinâmica no surgimento de projetos qualificados nos domínios da gestão dos territórios náuticos e no do empreendedorismo nos subsectores da náutica de recreio e desportiva.

Com novas e renovadas infraestruturas, novos praticantes, um tecido empresarial inovador e competitivo e novos equipamentos, o Alentejo e o Ribatejo acompanham o reposicionamento do turismo náutico português e assumem um lugar de destaque no contexto nacional.

Neste quadro, a oferta do turismo náutico do Alentejo e do Ribatejo desenvolve bastante as práticas já tradicionais associadas à fruição dos planos de água através de equipamentos ligeiros, mas, sobretudo, reforça bastante a sua oferta de qualidade alicerçada na entrada em serviço de equipamentos inovadores, de grande qualidade e que abrem novos caminhos para estadas mais prolongadas e dirigidas a mercados com níveis económicos médios altos e altos. É o caso dos cruzeiros costeiros e em águas

interiores, os percursos em aeronaves com capacidade de utilização de planos aquáticos, as estadas em unidades hoteleiras ribeirinhas de grande qualidade e com terapias aquáticas, entre muitos outros.

Paralelamente, o reviver do turismo náutico no Alentejo e Ribatejo permitirá estabelecer sinergias de articulação com outras modalidades turísticas, como o turismo cultural e de natureza, seja nas faixas ribeirinhas, seja nos *hinterlands* próximos.

No quadro das atividades associadas ao turismo náutico, o presente cenário assume a evolução que o quadro seguinte ilustra.

Figura 82 – Evolução das atividades náuticas para o mini-cenário A

Atividades náuticas	Quantidade	Qualidade
Pesca desportiva	↗	↗
Mergulho	↗	↗
Navegação à vela e a motor	↑	↑
Cruzeiros e charters	↑	↑
<i>Surf, Kitesurf e Windsurf</i>	↑	↗
Canoagem e remo	↑	↗
<i>Ski náutico</i>	↑	↑
Motonáutica	↑	↑
Atividades balneares	↗	↗
Percursos integrados	↗	↑

Fonte: Própria

As decorrências da verificação do mini-cenário descrito são múltiplas. Destas destacam-se as seguintes.

Quadro 109 – Mini-Cenário A e seus significados para um conjunto de domínios dependentes

Domínios	Impactes
Pressão sobre o mercado fundiário	++
Construção civil	++
Comércio tradicional	+++
Comércio de grande superfície	+/-
Emprego	++
Volume de turistas	++
Qualidade dos turistas	+++
Volume dos visitantes de curta duração	+++
Qualidade dos visitantes	++
Mediação turística	++
Qualidade e diversificação da oferta de alojamento	++
Animação turística e recreativa	+++
Qualidade e diversificação da restauração	++
Comércio e serviços especializados	++
Qualificação dos produtos turísticos em geral	+++
Densificação dos produtos turísticos em geral	++
Capacidade de arrastamento sobre o sector cultural e de natureza	++
Ordenamento e espaços naturais	++
Equidade territorial	+
Coesão social	+
Competitividade territorial	++

Legenda: + Impacte positivo significativo - Impacte negativo significativo
 ++ Impacte positivo forte -- Impacte negativo forte +/- impacte nulo
 +++ Impacte positivo muito forte --- Impacte negativo muito forte

Fonte: Própria

7.1.2.2. MINI-CENÁRIO B – apatia e sustentação – um futuro de navegação segura, mas com rumo incerto

Este cenário assenta numa situação em que o potencial para o desenvolvimento das atividades náuticas e do turismo a elas associado não é despoletado em toda a sua capacidade motora, devido a dois aspetos principais associados à inércia verificada no contexto próximo. Desde logo, a manutenção da situação atual no que diz respeito à procura de atividades aquáticas (esparsa, pouco qualificada e acantonada a nichos do mercado interno pouco significativos, à exceção da procura balnear), mas também, como reflexo dessa apatia generalizada, uma propensão para o investimento no universo da náutica e do turismo náutico bastante limitada a visionários e inovadores à frente do seu tempo. No geral, um quadro em que as apostas são modestas, seja na ambição dos projetos, seja na sua capacidade para alavancar os territórios ribeirinhos.

Assim, embora se verifiquem disponibilidades financeiras suscetíveis de serem aplicadas no subsetor por parte das entidades públicas e privadas, ir-se-á originar um retraimento devido aos fracos estímulos induzidos pelo comportamento da procura potencial e, como tal, a apetência para o investimento em infraestruturas e serviços de base e específicos será relativamente pouco significativa, sendo o seu potencial direcionado para modalidades turísticas tradicionais ou para outras cujo despontar se afigura mais apoiado, como, por exemplo, o complexo turístico associado à natureza e à cultura.

Apesar da situação traçada, a perseverança de alguns atores combinada com as facilidades no acesso ao financiamento e ao crédito, permitirá algumas melhorias ao nível das infraestruturas e serviços já instalados, bem como pontuais emergências de pólos de inovação nos produtos e mercados. Ainda assim, algo moderado que podendo significar uma melhoria do quadro competitivo do turismo náutico não encerrará um significado decisivo ao nível local e, sobretudo, regional.

O quadro estrutural de dinâmicas internas ao turismo náutico é aquele que se apresenta em seguida.

Figura 83 – Evolução das atividades náuticas para o mini-cenário B

Atividades náuticas	Quantidade	Qualidade
Pesca desportiva	↗	↗
Mergulho	→	→
Navegação à vela e a motor	→	↗
Cruzeiros e charters	→	↗
<i>Surf, Kitesurf e Windsurf</i>	↗	↗
Canoagem e remo	↗	↗
<i>Ski náutico</i>	→	↗
Motonáutica	→	↗
Atividades balneares	↑	↗
Percurso integrados	↗	↗

Fonte: Própria

As decorrências da verificação do mini-cenário descrito são múltiplas. Destas destacam-se as seguintes.

Quadro 110 – Mini-Cenário B e seus significados para um conjunto de domínios dependentes

Domínios	Impactes
Pressão sobre o mercado fundiário	+/-
Construção civil	+/-
Comércio tradicional	+
Comércio de grande superfície	+/-
Emprego	+
Volume de turistas	+/-
Qualidade dos turistas	+
Volume dos visitantes de curta duração	+
Qualidade dos visitantes	+
Mediação turística	+

Domínios	Impactes
Qualidade e diversificação da oferta de alojamento	+
Animação turística e recreativa	+
Qualidade e diversificação da restauração	+
Comércio e serviços especializados	+/-
Qualificação dos produtos turísticos em geral	+
Densificação dos produtos turísticos em geral	+/-
Capacidade de arrastamento sobre o sector cultural e de natureza	+
Ordenamento e espaços naturais	+
Equidade territorial	+
Coesão social	+
Competitividade territorial	+

Legenda: + Impacte positivo significativo - Impacte negativo significativo
 ++ Impacte positivo forte -- Impacte negativo forte +/- impacte nulo
 +++ Impacte positivo muito forte --- Impacte negativo muito forte

Fonte: Própria

7.1.2.3. MINI-CENÁRIO C – centralidade e insustentabilidade – um futuro de navegação com rumo, mas sem propulsão

Este cenário estrutura-se em torno do pressuposto de que o interesse pelas atividades náuticas irá sofrer alterações bastante significativas e positivas. Os planos de água tornar-se-ão ainda mais atrativos para as populações da região em particular e para os portugueses em geral. Fruir da água como refrigério para os ardores dos estios contará, adicionalmente, com um interesse renovado pela sua utilização enquanto espaço vivido das práticas de lazer. Às interações tradicionalmente dentro do quadro mental das populações juntar-se-á a vontade de acrescentar outras que derivam do cruzamento entre o aprofundamento da consciência da natureza extraordinária dos recursos que, por vezes a dois passos, jazem em potência por todo o Alentejo e o Ribatejo, com o acréscimo de informação sobre o que noutras paragens se faz e sobre o que de novo é disponibilizado aos nautas. Assim, consciência dos recursos instalados e informação proporcionada pela sociedade da informação darão as mãos para estimular novos *layers* de apropriação dos ambientes aquáticos, bem como novas densidades ao nível da quantidade e qualidade das experiências decorrentes da sua fruição.

Todavia, como “querer” não corresponde necessariamente a “poder”, este cenário considera uma situação em que a intensificação das motivações associadas ao domínio náutico nos campos do recreio e do turismo não é acompanhado pelas condições de base que poderiam suportar o seu desenvolvimento sustentado. Referimo-nos às disponibilidades de capital suscetíveis de financiar os necessários investimentos públicos e privados, as quais, devido à crise instalada no país e à concorrência de outros ramos de atividade tidos como mais seguros ou remuneradores dos investimentos, continuam escassas e difíceis de obter, sobretudo no quadro de projetos inovadores e com horizontes de retorno a médio/longo prazo.

Assim, embora seja de considerar um aumento da procura, a oferta terá dificuldades em responder dentro de um quadro de qualificação dos equipamentos e serviços já instalados, bem como no da diversificação para os níveis mais exigentes em capital e *know-how* do subsector da náutica de recreio e de desporto.

No domínio estrutural da paleta de atividades constitutivas do turismo náutico as dinâmicas previstas são as que se expõem de seguida.

Figura 84 – Evolução das atividades náuticas para o mini-cenário C

Atividades náuticas	Quantidade	Qualidade
Pesca desportiva	↑	↗
Mergulho	→	→
Navegação à vela e a motor	↗	→
Cruzeiros e charters	↗	→
<i>Surf, Kitesurf e Windsurf</i>	↑	↗
Canoagem e remo	↑	↗
<i>Ski náutico</i>	↗	→
Motonáutica	↗	→
Atividades balneares	↑	↗
Percursos integrados	↗	↗

Fonte: Própria

No que diz respeito às decorrências da verificação do mini-cenário descrito considera-se importante destacar as que se seguem.

Quadro 111 – Mini-Cenário C e seus significados para um conjunto de domínios dependentes

Domínios	Impactes
Pressão sobre o mercado fundiário	+/-
Construção civil	+/-
Comércio tradicional	++
Comércio de grande superfície	+
Emprego	+
Volume de turistas	++
Qualidade dos turistas	+/-
Volume dos visitantes de curta duração	++
Qualidade dos visitantes	+/-
Mediação turística	+
Qualidade e diversificação da oferta de alojamento	+/-

Domínios	Impactes
Animação turística e recreativa	+
Qualidade e diversificação da restauração	+/-
Comércio e serviços especializados	+/-
Qualificação dos produtos turísticos em geral	+/-
Densificação dos produtos turísticos em geral	+
Capacidade de arrastamento sobre o sector cultural e de natureza	+
Ordenamento e espaços naturais	+
Equidade territorial	+
Coesão social	+
Competitividade territorial	+

Legenda: + Impacte positivo significativo - Impacte negativo significativo
 ++ Impacte positivo forte -- Impacte negativo forte +/- impacte nulo
 +++ Impacte positivo muito forte --- Impacte negativo muito forte

Fonte: Própria

7.1.2.4. MINI-CENÁRIO D – apatia e insustentabilidade – Sem rumo e por águas alterosas

Este cenário assenta na projeção de um horizonte de futuro claramente desfavorável, algo que, em certa medida, estende ao devir um conjunto de condições que, pelo menos em parte, se verificam atualmente.

A procura da região para a prática de atividades e estadas náuticas não sofrerá aumentos significativos, algo que se estriba não só na manutenção de um interesse relativo por parte das populações, mas também na falta de investimentos que diversifiquem e qualifiquem a oferta. Aliás, como efeito deste último fator poder-se-á verificar, mesmo, uma deterioração dos serviços e, sobretudo, das infraestruturas disponibilizadas, o que, fatalmente, se refletirá na capacidade atrativa dos locais e na qualidade dos seus frequentadores (qualidade, no sentido, de menos exigentes).

Assim, seja por falta de estímulos, seja por falta de capitais disponíveis, muitos projetos – em carteira ou futuros – importantes para o desenvolvimento das atividades e do turismo náutico experimentarão grandes dificuldades na sua concretização, o que se constituirá, em última análise, num óbice para o desenvolvimento turístico da região.

Ainda assim, é possível antever um desenvolvimento diferencial das atividades náuticas, emergindo, embora com um significado despiciendo, aquelas que, concomitantemente, congregam maiores nichos de procura com menores exigências ao nível dos investimentos iniciais e de manutenção. Neste quadro, tal como já se insinuou anteriormente, é possível considerar o *downsizing* de muitos operadores, ou, mesmo, o encerramento daqueles que mantêm atividades mais carentes de massa crítica financeira e operacional.

Este é, efetivamente, o cenário do país de “marinheiros sem marinheiros” e, claro, também sem condições objetivas de natureza financeira para os estimular e suportar.

Figura 85 – Evolução das atividades náuticas para o mini-cenário D

Atividades náuticas	Quantidade	Qualidade
Pesca desportiva		
Mergulho		
Navegação à vela e a motor		
Cruzeiros e charters		
<i>Surf, Kitesurf e Windsurf</i>		
Canoagem e remo		
<i>Ski náutico</i>		
Motonáutica		
Atividades balneares		
Percurso integrados		

Fonte: Própria

Das decorrências originadas pela verificação do mini-cenário descrito considera-se importante destacar as que se seguem.

Quadro 112 – Mini-Cenário D e seus significados para um conjunto de domínios dependentes

Domínios	Impactes
Pressão sobre o mercado fundiário	+/-
Construção civil	+/-
Comércio tradicional	+/-
Comércio de grande superfície	+/-
Emprego	-
Volume de turistas	-
Qualidade dos turistas	--
Volume dos visitantes de curta duração	+/-
Qualidade dos visitantes	-

Domínios	Impactes
Mediação turística	-
Qualidade e diversificação da oferta de alojamento	-
Animação turística e recreativa	-
Qualidade e diversificação da restauração	+/-
Comércio e serviços especializados	---
Qualificação dos produtos turísticos em geral	-
Densificação dos produtos turísticos em geral	+/-
Capacidade de arrastamento sobre o sector cultural e de natureza	+/-
Ordenamento e espaços naturais	-
Equidade territorial	+/-
Coesão social	+/-
Competitividade territorial	-

Legenda: + Impacte positivo significativo - Impacte negativo significativo
 ++ Impacte positivo forte -- Impacte negativo forte +/- impacte nulo
 +++ Impacte positivo muito forte --- Impacte negativo muito forte

Fonte: Própria

7.1.3. DISCUSSÃO DOS MINI-CENÁRIOS E ADOÇÃO DE UM CENÁRIO DE BASE

Tendo por base a ideia de que um cenário corresponde a uma descrição – articulada e coerente – de uma situação futura e do rosário de acontecimentos que integram o percurso entre o momento original e o futuro a alcançar, há que entender o processo de cenarização como um exercício alargado em que participa não só a equipa do plano, mas também um leque alargado de *stakeholders*.

Assim, após a enunciação e a análise dos mini-cenários de partida, há, agora, que, numa ótica dual entre “possibilidade” e “conveniência”, fazer emergir aquele que traduzirá um futuro exequível e desejável. Tal cenário, que deverá ter como marca genética a procura de plataformas de entendimento e de consensualização entre a e equipa de projeto, as instâncias de regulação e o tecido de atores, deverá ser entendido como o referencial estratégico que marcará o rumo, a velocidade e a natureza da navegação entre o presente e o futuro.

Para tanto, importa que nos habilite com as “cartas náuticas” que assegurem, num horizonte de 10/15 anos, uma rota que “maximize ventos e marés”, isto é, que garanta ganhos de coerência e de convergência das iniciativas a estimular, a adotar e a financiar.

Neste quadro de prospetiva e consensualização, os mini-cenários anteriormente descritos foram submetidos a um processo de reflexão e discussão que, tendo em consideração as condições existentes em termos de janelas temporais, pretendeu envolver um conjunto significativo de intervenientes.

Este processo, embora ainda não totalmente concluído, permitiu, desde já:

- a) colocar em confronto os quatro mini-cenários (A – Centralidade e sustentação, um futuro de navegação rápida e segura; B – Apatia e sustentação, um futuro de navegação segura, mas com rumo incerto; C – Centralidade e Insustentabilidade, um futuro de navegação com rumo, mas sem propulsão; D – Apatia e insustentabilidade, sem rumo e por águas alterosas);
- b) avaliar o posicionamento dos atores relativamente aos mesmos tendo em conta o seu posicionamento nas redes espaciais e no sistema turístico;

- c) identificar a convergência de opiniões favoráveis em torno do cenário A (Centralidade e sustentação), tornando-o, assim, o farol que iluminará e guiará os restantes procedimentos do processo de elaboração estratégica.

Estando perante um quadro opinativo diversificado, será impossível transferir para o presente relatório a totalidade do universo que apoia e justifica a decisão tomada. Contudo, através do quadro seguinte, tentar-se-á dar conta do essencial que uniu a trilogia equipa/regulação/atores.

Quadro 113 – Apreciação global dos cenários em análise

Fatores	Mini-Cenário A	Mini-Cenário B	Mini-Cenário C	Mini-Cenário D
Exequibilidade e probabilidade de concretização do cenário	***	**	****	***
Competitividade do turismo náutico da região no quadro do cenário	*****	***	***	**
Sustentabilidade ambiental associadas ao cenário (garantia)	***	****	**	****
Articulação com as tendências estruturantes do turismo mundial	*****	***	****	**
Impactos económicos imediatos (incluindo emprego)	****	***	***	**
Impactos económicos a prazo (incluindo emprego)	*****	***	***	**
Capacidade de arrastamento no âmbito do sector turístico	****	***	***	**
Dinâmicas induzidas na Região	****	***	***	**
Apreciação global	33*	24*	25*	19*

Fonte: Própria

7.1.4. AJUSTE AOS CENÁRIOS DA TERCEIRA DIMENSÃO E REDAÇÃO DO CENÁRIO ADOPTADO

Tal como referimos anteriormente, após a identificação de um mini-cenário de base (Mini-Cenário A) resultante da conjugação de duas dimensões consideradas estruturantes – dinâmicas ao nível do interesse pelas atividades náuticas e condições objetivas e subjetivas de suporte aos investimentos – tratar-se-ia, posteriormente, de ajustar uma outra componente do modelo de futuro concebido em 3 dimensões. Referimo-nos à evolução das condições de regulação das atividades náuticas – em águas livres, mas, sobretudo, em águas interiores – elemento que foi abundantemente carreado pelos diversos atores como um fator que tem induzido viscosidade às dinâmicas de desenvolvimento do turismo náutico.

Os procedimentos adotados para o ajustamento desta terceira dimensão (flexibilidade normativa e regulatória) não sendo, do ponto de vista metodológico, os mais intensivos e tradicionais, traduzem a necessidade de, numa perspetiva de economia operativa, simplificar procedimentos, ganhando tempo sem pôr em causa o essencial da racionalidade do percurso prospetivo.

Assim, optou-se por apresentar e discutir, em silhueta, as três variantes que serão ajustadas ao mini-cenário de base e somente *à posteriori* efetuar o desenvolvimento da variante selecionada, aprofundando-a e evidenciando as suas decorrências, ou seja, passando de uma natureza de “mini-cenário” para a de “cenário de referência”.

7.1.4.1. Do mini-cenário de base ao cenário de referência

Tendo em consideração o que foi anteriormente referido, serão consideradas três variantes do mini-cenário de base (A – Centralidade e sustentação, um futuro de navegação rápida e segura), resultantes do ajuste de uma outra dimensão, a evolução futura das condições de enquadramento regulamentares e legislativas incidindo sobre os múltiplos aspetos relacionados com a utilização dos planos de águas para fins desportivos e recreativos.

Partiu-se da admissão de três caminhos possíveis no particular da envolvente regulatória:

1 – *Flexibilização significativa do quadro regulamentar e legislativo incidindo sobre a utilização dos planos de água.* Esta dinâmica suporia uma mudança radical do posicionamento das instituições que exercem a função de definir os parâmetros de gestão dos recursos hídricos, bem como das que estão encarregadas de os fazer cumprir. Do ponto de vista concetual corresponderia a assumir plenamente – com todas as consequências daí decorrentes – a importância e o potencial dos planos de água enquanto recursos turísticos, conferindo primazia a este desiderato sobre outros igualmente importantes, mas que seriam colocados em segundo plano. De uma forma nua e crua e na ótica da gestão de recursos, seria não só dar primazia à competitividade em relação aos requisitos de sustentabilidade, mas também conferir uma forte centralidade à utilização recreativa dos recursos aquáticos.

2 – *Flexibilização moderada e fracionada do quadro regulamentar e legislativo associado à utilização dos planos de água.* Trata-se de uma dinâmica resultante do diálogo entre instituições e *stakeholders* com óticas e interesses divergentes e que traduz uma plataforma de entendimento e de equilíbrio entre conservação e utilização dos recursos hídricos, bem como entre os principais fins que devem estar associados aos seus aproveitamentos. Assim, na prática, traduzir-se-á por um aumento da facilidade e da amplitude com que os planos de água serão utilizados para fins recreativos e desportivos, sem, contudo, pôr em causa a sustentabilidade global dos sistemas ecológicos e sem inviabilizar as restantes utilizações, sejam as que se prendem com o abastecimento das redes públicas de

água, sejam as que se relacionam com a atividade agrícola, sejam, inclusive, as que se colocam no quadro da utilização quotidiana das populações locais.

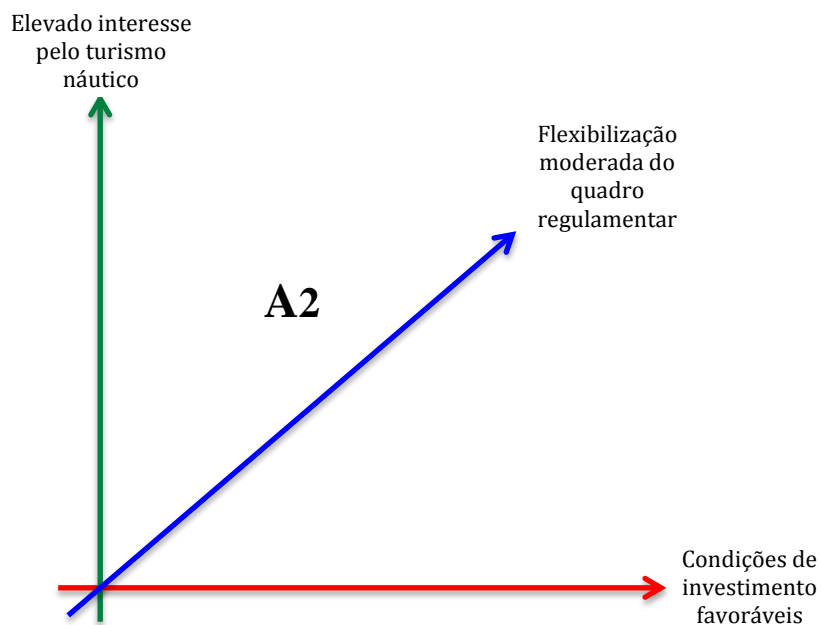
3 – Manutenção da situação atual, caracterizada pela rigidez dos parâmetros regulamentares associados às práticas de atividades de recreio. Esta variante assume um posicionamento estático relativamente ao quadro regulamentar e legislativo que enquadra no presente a utilização recreativa dos planos de água. Assume, portanto, que as atuais dificuldades manifestadas pelos principais intervenientes nas operações turísticas continuarão a constituir-se como obstáculos, seja ao alargamento do leque de atividades náuticas disponibilizadas, seja à velocidade de crescimento da oferta no seu todo. Restrições à utilização, burocracia e vigilância apertada e inflexível continuarão, pois, a marcar o quotidiano dos operadores e a constituir um pilar que embora favoreça a sustentabilidade ambiental, porque o faz através de processos que conduzem à inércia, terá reflexos na sustentabilidade social dos territórios ribeirinhos (esta encarada na ótica da manutenção de quadros de vida com qualidade e com janelas de oportunidade suscetíveis de assegurar a manutenção e o reforço do potencial demográfico dos locais).

Através da discussão interna no seio da equipa de projeto e desta com as entidades com relevância no estabelecimento da tessitura enquadradora da utilização dos planos de água (entre as quais salientamos as capitánias dos portos de Sines, Setúbal e Vila Real de Santo António; a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), foi possível concluir que, neste terceiro domínio de prospetiva, a variante que melhor configura o binómio exequibilidade e conveniência traduz-se pela opção 2, ou seja, “Flexibilização moderada e fracionada do quadro regulamentar e legislativo associado à utilização dos planos de água”.

Efetivamente, é de crer que os argumentos que os operadores fazem chegar amiúde às instituições de regulação abrirão caminho a que, numa ótica de equilíbrio inteligente entre competitividade e sustentabilidade, se estruture um quadro regulamentar e legislativo que corresponda aos desideratos de todos os intervenientes e que assegure o efetivo despontar de todo o potencial estratégico que os planos de água encerram, enquanto reserva hídrica, enquanto reserva biológica, enquanto reserva de saberes e de identidades, mas também enquanto reserva lúdica e económica.

Neste quadro, o ambiente prospetivo de referência corresponderá ao mini-cenário A na sua variante 2.

Figura 86 – Eixo estruturante do mini-cenário A – variante 2



Fonte: Própria

7.1.4.2. O cenário de referência - Centralidade e sustentação num quadro de flexibilização regulatória e legislativa equilibrada, um futuro de navegação rápida e segura

Resumo do racional do cenário e sua descrição sucinta

O cenário de referência assume um quadro de desenvolvimento das atividades náuticas numa ótica realisticamente otimista. Esta perspetiva quanto ao futuro do subsector e quanto aos respetivos efeitos no desenvolvimento da Região, assenta em três pressupostos já antes cabalmente expostos: o aumento do apelo do turismo náutico sobre uma plêiade alargada de atores atuais e potenciais; a melhoria significativa das condições e das disponibilidades de apoio aos investimentos públicos e privados; a flexibilização moderada do quadro regulatório e legislativo que enquadra a utilização em contexto de lazer dos planos de água.

No primeiro caso, o aumento da atratividade do turismo náutico incidirá não somente sobre a procura – nacional e internacional – dos espaços, das infraestruturas e dos serviços disponibilizados nos planos de águas e seus *hinterlands*, mas também num aumento, diversificação e qualificação da oferta instalada, sobretudo nos locais cujos recursos são mais conhecidos e reconhecidos como oferecendo boas condições de acolhimento e desenvolvimento das atividades aquáticas.

No segundo aspeto, as condições associadas à sustentação do investimento, também se incorpora uma visão prospetiva de natureza positiva. Assim, pese embora a crise em que o país mergulhou após 2008/9, estima-se não só uma melhoria do quadro macroeconómico europeu e nacional com os respetivos efeitos daí decorrentes, nomeadamente nas condições de acesso ao financiamento bancário, mas também um forte alargamento e densificação dos apoios associados às políticas públicas inseridas no novo quadro comunitário 2014/2020, designadamente através do PORA 2014/20.

Quanto à terceira dimensão, antevê-se um caminho de compromisso entre os vários interesses e preocupações que incidem sobre a utilização dos planos de água e as suas faixas marginais. Algo mudará, estamos convictos, resultante do diálogo e do confronto entre as visões mais pragmáticas de encarar a utilização dos recursos com as que os entendem numa ótica mais patrimonial – decerto não tanto como os atuais operadores desejariam, mas seguramente mais aberta e flexível, responsabilizando de forma crescente os que usam os recursos coletivos para as suas atividades económicas e

recreativas e que, seguramente, serão os principais interessados na sua boa gestão e conservação.

A adoção deste cenário pressupõe, assim, a confiança nas potencialidades instaladas na Região para o turismo náutico e na capacidade de atores e reguladores – em conjunto e em cooperação – extraírem delas os melhores resultados suscetíveis de aprofundar e densificar o tecido institucional e empresarial ligado ao subsetor e, desta forma, contribuir decisivamente para o tão almejado desenvolvimento regional.

Os perfis da oferta e da procura

As mudanças significativas experimentadas nas envolventes – próxima e distante – condicionadoras das dinâmicas verificadas no desenvolvimento do turismo náutico e dos seus territórios originarão alterações significativas nos modos como o mesmo se configura e, igualmente, na sua atratividade face aos mercados consumidores.

No campo da oferta de atividades náuticas verificar-se-á não somente um desenvolvimento apreciável das práticas já instaladas, mas também o surgimento de outras até aqui detendo expressão pouco significativa. Este processo de expansão será, como já se referiu anteriormente, (i) motorizado pelo crescente interesse, nacional e internacional, incidindo sobre as atividades aquáticas de feição lúdica, (ii) suportado pelas maiores facilidades no acesso ao financiamento dos investimentos em equipamentos e infraestruturas e (iii) estimulado pelo campo menos restritivo da “floresta tenebrosa” de regras e de regulamentos incidentes sobre a utilização lúdica e desportiva dos planos de água e das respetivas áreas limítrofes.

O referido processo de afirmação das atividades náuticas – efetuado através do seu aprofundamento e diversificação nas suas áreas tradicionais de incidência, mas, em paralelo, por via da expansão a outras que, detendo potenciais óbvios, têm sido pouco ou nada mobilizadas para o efeito – será acompanhado por uma forte qualificação dos serviços e das experiências disponibilizadas.

Na verdade, associadas às melhorias das infraestruturas públicas de apoio às práticas de lazer, verificar-se-ão, igualmente, fortes investimentos nas infraestruturas dedicadas às atividades empresariais, bem como na modernização dos equipamentos náuticos, incluindo os mais “pesados” do ponto de vista dos investimentos iniciais.

Em paralelo, o novel interesse pelas atividades náuticas estimulará as entidades de ensino e de formação para o lançamento de novos ciclos de estudo nos domínios da gestão e da operação de empresas turístico “marítimas”, facto que, após alguns anos de processamento, originará a disponibilização de um capital humano motivado, com compreensão do subsector e com competências profissionais adequadas à prestação de serviços e à produção experiências recreativas e turísticas de elevada qualidade.

Dentro deste ambiente de expansão qualitativa e quantitativa da náutica de recreio, os operadores, por seu lado, assumirão cabalmente o desiderato da cooperação num quadro de competição, pelo que as redes de cooperação e de associação serão significativamente reforçadas, facto com reflexos não só ao nível da densificação e da complexização dos produtos a lançar no mercado, mas também no reforço dos mecanismos de projeção externa da marca náutica do Alentejo e Ribatejo.

No plano estrutural, as atividades náuticas que conhecerão um incremento muito significativo serão, entre outras que a realidade venha a confirmar, a navegação à vela e a motor, os cruzeiros *charters*, o *ski* náutico e a motonáutica. Com um significado também relevante, importa destacar o *surf*, o *kitesurf*, o *windsurf*, a canoagem e o remo.

No quadro da articulação com outras dimensões da paleta lúdica, dever-se-á ter em linha de conta os percursos turísticos integrados, sejam os que associam o desfrute dos planos de água com a fruição de outros valores naturais e paisagísticos, sejam os que privilegiam o enlace com as dimensões culturais e patrimoniais de raiz antrópica, sejam, por último, os de feição mista.

No particular do turismo náutico e daquele que se estrutura em torno (ou somente com o apoio) das atividades náuticas, antevê-se um crescimento significativo da oferta de alojamento, nomeadamente em áreas até ao presente subequipadas. Este crescimento da oferta de alojamento decorrerá, não somente da expansão do turismo náutico, mas, igualmente, da crescente procura que o mercado tem evidenciado por áreas menos turistificadas e mais autênticas em que o contato com a natureza e com os valores locais surge de forma tão singela como o ar que se respira.

Neste ambiente de contexto as unidades de alojamento apostarão, sobretudo, na qualidade e no enquadramento temático – nos valores náuticos mas também na ruralidade – desdobrando-se, entre outras de feição atual e inovadora, pelas tipologias

de turismo em espaço rural, pelos alojamentos de charme, pelas unidades centradas na enogastronomia e, claro, por aquelas que vão assentar a sua competitividade nas condições – objetivas ou subjetivas – oferecidas para a náutica desportiva e recreativa nos seus vários escalões de proficiência.

Paralelamente, o domínio da restauração e bebidas de proximidade aos planos de água deverá, igualmente, sofrer um acréscimo quantitativo e qualitativo muito significativo como consequência do alargamento e da diversificação da procura. Novos visitantes e novos turistas induzirão investimentos por parte de atores com a qualificação profissional suficiente para incorporarem e valorizarem os valores gastronómicos da lezíria e da peneplanície alentejana. A recriação de pratos regionais elaborados com matérias primas locais com “bilhete de identidade” e o desenvolvimento de uma gastronomia ribeirinha colocará a região em evidência no quadro gastronómico nacional pelo que muitos visitantes aqui se deslocarão somente para fruir os panoramas hídricos, viver os ambientes náuticos e experimentar a gastronomia da “borda de água”. Neste último aspeto, a criação da figura de “restaurante regional de borda de água” desempenhará um papel fundamental no acréscimo de visibilidade da restauração regional ribeirinha e na confiança que os clientes depositam quanto à qualidade e genuinidade da gastronomia que lhes será disponibilizada por parte dos estabelecimentos integrantes da rede.

Acresce que o que se verifica no quadro do alojamento e da restauração deverá ser seguido por outras vertentes do sistema da oferta turística, designadamente pelo da animação turística, o qual, como se compreende, deterá um papel central em todo o processo de expansão e aprofundamento da oferta regional. Novos operadores náuticos surgirão aumentando a procura de animação turística, fornecida diretamente através dos quadros das empresas ou, talvez mais frequentemente, recorrendo a serviços externos, caso em que um campo de oportunidades se abrirá para o surgimento e consolidação de novas empresas de animação turística prestadoras de serviços modulares às organizações mais generalistas.

Na ótica da procura e mobilizando o que já foi escrito anteriormente aquando da redação do mini-cenário A, o desígnio do mar “aberto” e dos “mares” de interior entender-se-á pela população local, regional e nacional. Este interesse pela água enquanto meio recreativo extravasará decisivamente a sua utilização balnear, abrindo as

janelas motivacionais que a melhoria das condições económicas do país e o apuramento e o alargamento da paleta da oferta de atividades e de produtos náuticos permitirão concretizar e capitalizar através de estadas de curta duração ou, com maior significado, em estadas turísticas.

Assim, seja no âmbito geral dos visitantes, seja no do turismo efetuado no interior das áreas ribeirinhas, antevê-se um aumento significativo da frequência, a qual, no caso específico do turismo, decorrerá do acréscimo de estadas domésticas, mas, igualmente, das que se reportam ao turismo recetor.

Tendo em atenção a robustez económica dos mercados potenciais internos e externos, será de antever que as estadas domésticas serão motivadas através de atividades náuticas mais “ligeiras” nos seus requisitos em infraestruturas e equipamentos, serão dirigidas para meios de alojamento menos onerosos (incluindo o alojamento local), encerrarão uma propensão para o consumo mais moderada e desenvolver-se-ão através de estadas de mais curta duração (até pelo efeito da distância entre as bacias emissoras e os locais de acolhimento). Concomitantemente, o mercado externo, para além do que o parágrafo anterior deixa implícito, será constituído por turistas que, primordialmente, se integram em dois segmentos: um, mais jovem, mais alocêntrico e mais centrado nas experiências marcantes do ponto de vista da aventura, do auto-desafio e do alto rendimento; outro, já acantonado no campo dos “empty-nesters”, bastante motivado por práticas *soft* e mais contemplativas, *recetivo* à exploração dos ambientes naturais e culturais de enquadramento, em que os cruzeiros e a navegação à vela recreativa constituem não somente um fim em si, mas também um meio de estender os horizontes espaciais das experiências mistas entre água e terra.

Todo este processo de expansão dos mercados, interno e externo, terá como base um importante trabalho efetuado no domínio da gestão estratégica e operacional dos destinos, o qual, efetuado e/ou coordenado pela ERTA, permitirá desenvolver e aplicar as novas tecnologias de informação e comunicação, seja através de plataformas de divulgação e comercialização dos produtos e das atividades instaladas, seja por via da produção e disponibilização de conteúdos para as novéis plataformas de informação turística fracionada consoante o quadro de interesses e capital de conhecimento dos utilizadores. Paralelamente, a presença em feiras e certames internacionais, bem como a organização de alguns eventos de referência mundial, também muito contribuirão para

o conhecimento externo da região como ponto de eleição para a náutica desportiva e de recreio.

Por tudo o que foi referido – e em conformidade com o quadro presente no mini-cenário A – o futuro turístico da região será marcado, nas áreas ribeirinhas (mas não só), por mais e “melhores” turistas, mais motivados, mais conscientes dos seus compromissos éticos enquanto viajantes, mais abertos a novas experiências, mas também mais exigentes no que à náutica diz respeito e mais inclinados a avaliar as experiências vividas de uma forma holística, no plano do que complementa a estada náutica, mas também no que acresce à qualidade dos serviços prestados, à autenticidade e à hospitalidade não reverencial.

Implicações sobre o sistema produtivo

O desenvolvimento do turismo fundamenta-se, em boa medida, nos efeitos multiplicadores induzidos nas economias dos locais. Embora estes efeitos também se façam sentir a jusante das estadas turísticas através, por exemplo, dos efeitos psicológicos nos turistas enquanto consumidores e após as estadas (tendência para preferir os produtos que viu e apreciou durante a estada, ligando, assim, o consumo quotidiano ao prazer experimentado durante o acto turístico), quando colocados no quadro das atividades turísticas propriamente ditas, os mesmos são relevantes, sobretudo, nos sectores a montante, ou seja, nos fornecedores de bens e serviços ao turismo.

Estes efeitos são variáveis, não somente devido à quantidade e qualidade da procura induzida pelo sector turístico sobre os demais, mas também pelas taxas de retenção que os destinos turísticos evidenciam. Isto é, pela maior, ou menor, capacidade das estruturas económicas dos diversos destinos para fornecerem internamente aquilo que o desenvolvimento das atividades turísticas torna necessário, restringindo ou alargando os designados “leakages”, através da “importação” de bens e serviços.

Neste particular a região em cenarização possui quadros diferentes, desde os mais desfavoráveis associados às áreas rurais do interior, até aos mais satisfatórios que se verificam na lezíria, nalguns troços litorais e nas imediações das maiores concentrações urbanas. Em qualquer dos casos, interessa deixar expresso que os efeitos sub-regionais e locais do turismo deverão ser encarados numa perspetiva integrada no contexto

económico, sendo muito duvidoso que uma área deprimida no plano socioeconómico, só pelo simples – e isolado – desenvolvimento das atividades associadas ao turismo náutico, experimente avanços estruturais e sustentáveis significativos no plano do seu desenvolvimento. Globalmente, a situação do aparelho produtivo regional – atual e projetada – não é de molde a antever uma capacidade extraordinária para beneficiar dos efeitos multiplicadores que o turismo náutico, em particular, e o lazer, em geral, poderá propiciar.

Pese o anteriormente referido, o presente cenário assume um aumento significativo do peso do turismo (náutico e não só) na economia dos locais que congregarão as maiores fatias da oferta e da procura, seja através da criação de valor (que interessa reter localmente), seja através da criação de emprego, em quantidade – já que o sector do turismo é intensivo em capital humano –, mas, sobretudo, em qualidade, tendo em conta a natureza específica do turismo náutico e as antevisões adotadas quanto à natureza da procura e da oferta.

A paleta de atividades que deverão sentir os efeitos positivos do desenvolvimento das atividades e do turismo náutico, deverão ser, para além da construção civil e das obras públicas, a hotelaria e a restauração, o comércio generalista, o comércio e as atividades de aluguer, manutenção e reparação de equipamentos náuticos, as atividades de suporte às atividades turísticas, designadamente as que se poderão incluir nos grupos da animação turística, da organização de eventos e do acompanhamento de turistas em pequenos grupos, os transportes locais, o sector cultural entendido no seu mais amplo significado, a produção e a venda de produtos artesanais, incluindo a vertente agroalimentar, entre outros.

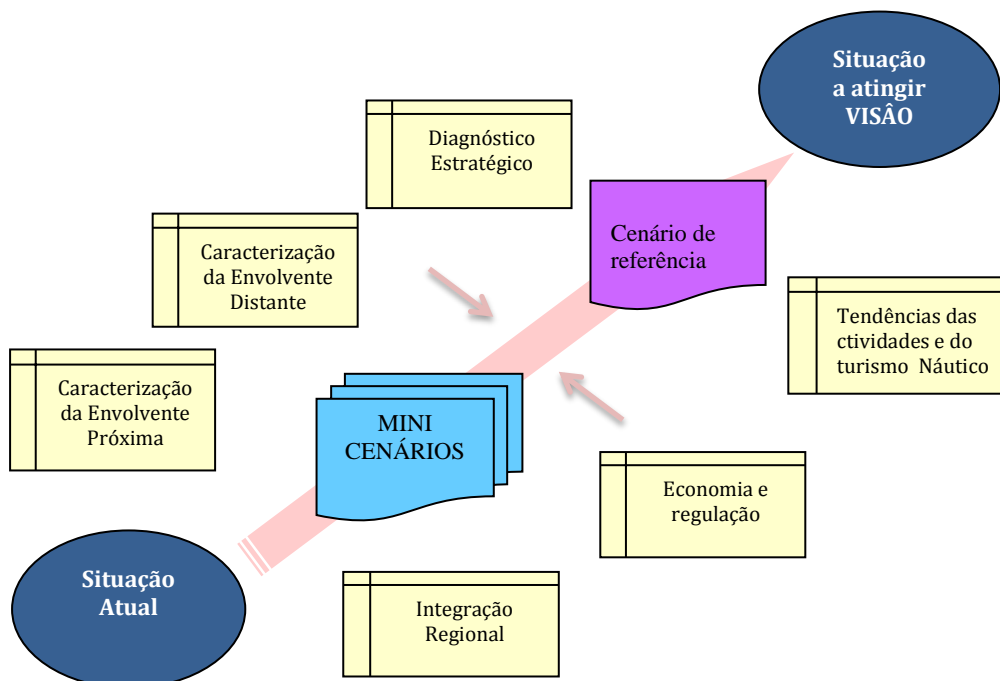
Tudo isto, no caso de boa parte da região, poderá assumir um valor inestimável, gerando uma massa crítica que, em muitos locais, é indispensável para propulsar uma paleta alargada de atividades que servirão não só os turistas, mas, igualmente, as populações locais. A criação de um quadro de vida mais amplo e diversificado, conjuntamente com a criação de emprego adequado às novas exigências de um país com jovens cada vez mais qualificados e com exigências compatíveis com tal facto, permitirá sustentar uma centelha de esperança na renovação demográfica e funcional de muitos locais do tecido Regional. Também por isso este cenário é um exercício de esperança no futuro.

7.1.5. VISÃO E DECORRÊNCIAS ESTRATÉGICAS

Com a assunção do cenário de referência A2 “Centralidade e sustentação num quadro de flexibilização regulatória e legislativa equilibrada, um futuro de navegação rápida e segura” obtemos um vislumbre da situação futura do turismo náutico na Região do Alentejo e Ribatejo que se julga possível, provável e desejável. Assim, cruzando este apontamento prospetivo com os resultados obtidos através dos procedimentos de análise retrospectiva efetuados inicialmente, estamos em condições de fixar a situação que pretendemos atingir num horizonte de 10 a 15 anos, bem como as formas mais indicadas para aí chegar. Por outras palavras, assumiremos o cenário selecionado como o essencial da nossa visão estratégica, procedendo, nos parágrafos seguintes, não só ao seu desenvolvimento e sistematização, mas também desbravando os caminhos que permitirão mais expeditamente concretizar essa mesma visão.

Assim, com base no que a figura seguinte ilustra, passaremos em revista os vetores principais que estruturam a visão estratégica assumida para as atividades e o turismo náutico na região do Alentejo e do Ribatejo.

Figura 87 – Processo de estabelecimento da Visão Estratégica



Fonte: Própria

a) Aspetos globais:

- ❖ estrutura-se em torno de uma perspetiva de contexto futuro marcada por um otimismo realista;
- ❖ configura o desejo de alargar as atividades associadas ao turismo náutico regional, em quantidade, mas também em qualidade;
- ❖ aposta na adequação do turismo náutico às novas tendências emergentes nos mercados emissores;
- ❖ propugna uma forte abertura à incorporação das novas tecnologias de informação e de comunicação;
- ❖ enquadra-se numa filosofia de desenvolvimento turístico em que a competitividade e a sustentabilidade são encaradas como fatores complementares;
- ❖ defende uma forte ligação entre territórios ribeirinhos e os *hinterlands*, seja através da constituição de produtos turísticos compósitos, seja pela criação de efeitos centrípetos litoral/interior;
- ❖ defende uma distribuição tanto quanto possível equilibrada das mais valias geradas pelo desenvolvimento do turismo náutico, seja na ótica territorial, seja na social;
- ❖ procura promover e concretizar plataformas de entendimento e de cooperação entre *stakeholders* e entre estes e as populações locais;
- ❖ enquadra-se numa ótica de desenvolvimento holístico, procurando, assim, uma articulação estreita com os outros sectores de atividade e, também, com outros territórios extra-regionais;
- ❖ defende a necessidade de aprofundamento das estruturas e dos mecanismos associados à gestão estratégica e operacional dos destinos turísticos (a escalas diferenciadas).

b) oferta, estrutura e dinâmicas:

- ❖ assume a intenção de diversificar a paleta da oferta de atividades náuticas recreativas e desportivas;
- ❖ defende a qualificação da oferta de atividades náuticas, seja através dos investimentos em infraestruturas e equipamentos, seja por via da promoção do capital humano, seja, ainda, através do apoio à inovação dos processos de gestão;

- ❖ antevê que as atividades em que se fará sentir um maior dinamismo serão a navegação à vela e a motor, os cruzeiros charters, o *ski* náutico e a motonáutica, seguidas pelo *surf*, *kitesurf*, *windsurf*, canoagem e remo;
- ❖ antevê um desenvolvimento significativo de produtos turísticos centrados em motivações decorrentes do turismo náutico, bem como um reforço da dimensão náutica na composição de produtos mistos ou centrados noutros nichos de motivação;
- ❖ as ligações ao turismo desportivo, ao turismo na natureza, ao ecoturismo, ao enoturismo, ao turismo de aventura, ao turismo cultural, ao turismo de percursos e circuitos, ao turismo em espaço rural, surgem, entre outras modalidades, como óbvias;
- ❖ incorpora a convicção de que, quer a oferta de alojamento, quer a que se enquadra na alimentação e bebidas, irão sofrer modificações significativas, no plano da quantidade mas, sobretudo, no da qualificação e no da integração nos ambientes temáticos da náutica e da ruralidade;
- ❖ assume que o desenvolvimento do turismo náutico, irá ter reflexos positivos no empreendedorismo dos locais e na criação de emprego qualificado;
- ❖ advoga um maior diálogo e uma mais estreita cooperação entre os promotores ativos;
- ❖ assume a inovação, conjugada com a tradição, como vetores fundamentais para o incremento da diferenciação, da competitividade e do sucesso do turismo náutico regional.

c) A procura:

- ❖ incorpora a ideia de que o crescimento da procura de atividades náuticas e de estadas de turismo rural será um facto;
- ❖ admite que o reforço da procura será derivado não só através da expansão da procura doméstica assente numa maior apetência dos portugueses pelas práticas de lazer associadas à água, mas também por via do turismo recetivo;
- ❖ configura uma aposta na qualificação do perfil do visitante e de uma maior propensão para estadas turísticas mais densas, mais intensas, mais longas e, do ponto de vista dos fluxos financeiros, mais proveitosas;

- ❖ aponta para dois segmentos principais na tipologia de turistas que procurarão o ambiente náutico regional, um, composto por turistas mais novos, mais alocêntricos e maiores consumidores de experiências desportivas e recreativas intensas, outro, de “empty nesters”, ligados sobretudo às práticas na natureza de tipo *soft*, mais psicocêntrico, mais contemplativo, mais exigente quanto à superestrutura turística e com maior propensão para o consumo;
- ❖ assume a necessidade de procurar articulações com outros domínios da oferta turística e cultural da região, tendo em vista dilatar as estadas, mas também almejando o enriquecimento das experiências dos visitantes.

d) infraestruturas, transportes e acessibilidades:

- ❖ admite, como dimensão estratégica, a aposta na melhoria das infraestruturas náuticas (e equipamentos) através da mobilização dos mecanismos de apoio previstos no PORA;
- ❖ encara a necessidade, em alguns locais, de investimentos em infraestruturas de base com génese no sector público, nomeadamente, entre outros, no domínio das acessibilidades e dos apoios às práticas de lazer;
- ❖ considera importante que, a prazo, sejam criadas as condições para que o aeroporto de Beja venha a funcionar como uma *gateway* para as principais bacias emissoras.

e) Implicações sobre o sistema produtivo:

- ❖ funciona num registo em que a maximização dos efeitos positivos do turismo náutico é encarada como sendo alcançável num quadro transversal de reforço das estruturas económicas e empresariais instaladas na região;
- ❖ assume que o turismo náutico pode vir a desempenhar um papel significativo na dinamização económica, demográfica e social de algumas áreas da região;
- ❖ dimensiona o turismo náutico como uma via para, conjuntamente com outras modalidades turísticas e sectores económicos, promover a quantidade e a qualidade do emprego disponibilizado (especialmente aos jovens qualificados);
- ❖ encara o turismo náutico como uma via indutora de inovação e de dinamismo na região.

Apresenta-se, de seguida, tendo por base a visão estratégica referida anteriormente, um conjunto de quadros que almejam ilustrar, de forma ordenada e detalhada, a situação que se pretende obter no marco futuro de referência. A leitura dos referidos quadros deverá ser efetuada em duas óticas complementares: a que classifica a situação atual de cada dimensão do sistema turístico e a que se pretende obter no futuro; o esforço necessário para passar da situação atual à situação considerada necessária para a concretização da mudança (diferença entre as situações “atual” e “futura”).

Classificação de 1 a 10:

- 1 – fraco / situação muito negativa
- 5 – médio / situação satisfatória
- 10 – alto / situação ideal

Quadro 114 – Subsistema de regulação e organização do subsector

Dimensões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Tempo
Nível de intervenção das entidades de regulação											Situação atual
											Situação futura
Nível de articulação entre as entidades reguladoras											Situação atual
											Situação futura
Nível de articulação entre regulação e atores											Situação atual
											Situação futura
Nível de articulação entre atores											Situação atual
											Situação futura
Estruturas coletivas de gestão e organização de dimensões específicas do subsector											Situação atual
											Situação futura
Flexibilidade do sistema regulatório e legislativo											Situação atual
											Situação futura

Fonte: Própria

Quadro 115 – Subsistema da oferta

Dimensões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Tempo
Aproveitamento e valorização dos recursos											Situação atual
											Situação futura
Quantidade e diversidade das atividades náuticas											Situação atual
											Situação futura
Qualificação e densificação de produtos turísticos náuticos											Situação atual
											Situação futura
Articulação entre produtos turísticos											Situação atual
											Situação futura
Inovação dos produtos											Situação atual
											Situação futura
Quantidade e qualidade das infraestruturas específicas à náutica de recreio											Situação atual
											Situação futura
Quantidade e qualidade dos equipamentos náuticos											Situação atual
											Situação futura
Infraestruturas de alojamento											Situação atual
											Situação futura
Integração local das infraestruturas de alojamento											Situação atual
											Situação futura
Integração temática das infraestruturas de alojamento											Situação atual
											Situação futura
Infraestruturas de restauração e bebidas											Situação atual
											Situação futura
Equipamentos complementares de restauração (integração local/tradição)											Situação atual
											Situação futura
Equipamentos/serviços de animação (quantidade)											Situação atual
											Situação futura
Equipamentos/serviços de animação (qualidade dos serviços)											Situação atual
											Situação futura
Outras infraestruturas e equipamentos de suporte à atividade turística náutica											Situação atual
											Situação futura
Qualidade global da oferta de recreio e turismo náutico											Situação atual
											Situação futura

Fonte: Própria

Quadro 116 – Subsistema de distribuição, informação e divulgação

Dimensões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Tempo
Independência dos grandes <i>Tour-Operators</i>	■	■	■	■	■	■					Situação atual
	■	■	■	■	■	■					Situação futura
Capacidade de organização de módulos turísticos inovadores pelas agências de viagens locais	■										Situação atual
	■	■	■	■	■						Situação futura
Sistema de informação turística local (quantidade de postos)	■	■									Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Sistema de informação turística local (dimensão tecnológica)	■	■	■	■	■						Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Sinalética turística	■										Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■	■			Situação futura
Divulgação da região no exterior enquanto destino de turismo náutico	■										Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■	■			Situação futura

Fonte: Própria

Quadro 117 – Subsistema da procura

Dimensões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Tempo
Procura para atividades de recreio (visitantes de curta duração)	■	■	■	■	■	■	■				Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■	■			Situação futura
Procura turística (quantidade)	■	■	■	■							Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Procura turística (diversificação)	■	■	■	■							Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Estada média	■	■									Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Práticas turísticas (intensificação das experiências)	■	■	■	■							Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Nível económico do turista e propensão para o consumo	■	■	■	■	■						Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Desconcentração espacial dos fluxos turísticos	■	■	■								Situação atual
	■	■	■	■	■						Situação futura
Sinergias positivas entre turismo náutico e outras atividades não náuticas	■										Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura

Fonte: Própria

Quadro 118 – Subsistema dos transportes

Dimensões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Tempo
Acessibilidades rodoviárias gerais	■	■	■	■	■	■	■				Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Acessibilidades rodoviárias locais	■	■	■	■							Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Transportes rodoviários de passageiros	■	■	■	■	■	■					Situação atual
	■	■	■	■	■	■					Situação futura
Transportes rodoviários turísticos (capacidade de resposta)	■	■	■								Situação atual
	■	■	■	■	■	■					Situação futura
Transportes aéreos (proximidade)	■										Situação atual
	■	■	■	■	■	■					Situação futura
Inovação em transportes turísticos	■										Situação atual
	■	■	■	■	■						Situação futura

Fonte: Própria

Quadro 119 – Impactes do Turismo Náutico

Dimensões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Tempo
Parâmetros de sustentabilidade ambiental do turismo e do recreio	■	■	■	■	■	■	■				Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Parâmetros de sustentabilidade social do turismo e do recreio	■	■	■	■	■						Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Contributo do Turismo Náutico para a promoção das economias locais e regional	■	■									Situação atual
	■	■	■	■	■	■					Situação futura
Contributo do turismo náutico para a promoção de emprego qualificado	■	■									Situação atual
	■	■	■	■	■	■	■				Situação futura
Contributo do Turismo Náutico para a luta contra o declínio demográfico	■	■									Situação atual
	■	■	■	■	■						Situação futura
Contributo do Turismo Náutico para a promoção da competitividade regional	■										Situação atual
	■	■	■	■							Situação futura
Contributo do Turismo náutico para a promoção da qualidade de vida global da Região	■										Situação atual
	■	■	■	■							Situação futura

Fonte: Própria

7.1.6. CENÁRIO DE REFERÊNCIA, RECURSOS TURÍSTICOS E POTENCIAL FUTURO DOS SPOTS DE TURISMO NÁUTICO

Anteriormente, através da aplicação de um modelo analítico detalhado e explicado oportunamente, foi possível obter uma lista ordenada dos locais identificados para a prática de turismo náutico em função da valia atual de um conjunto de dimensões tidas como relevantes.

Tratando-se este trabalho de um documento que visa iluminar a ação no presente em função de um futuro exequível que se pretende construir, era necessário efetuar uma reavaliação da dita lista em função dos diversos potenciais de desenvolvimento intrínsecos a cada “spot”.

Esta tarefa, fundamental para a projeção da tessitura futura do panorama náutico do Alentejo e Ribatejo, teria que ter como apoio, para além do trabalho de campo e dos levantamentos efetuados pela equipa e pelos atores contactados, um cenário credível de futuro, suscetível de servir de referência contextualizante das projeções a efetuar.

Neste quadro, as operações a levar a efeito para tal serão as seguintes:

- 1) Acolhimento do cenário de referência.
- 2) Classificação de cada local presente na lista ordenada de recursos em função do seu potencial de desenvolvimento à luz do cenário adotado – utilizar-se-á para o efeito uma escala ordenada de A a F:
 - A - potencial de desenvolvimento extraordinário;
 - B - potencial de desenvolvimento muito forte;
 - C - potencial de desenvolvimento forte;
 - D - potencial de desenvolvimento médio;
 - E - potencial de desenvolvimento fraco;
 - F - potencial de desenvolvimento não significativo.
- 3) A cada uma das categorias identificadas far-se-á corresponder o seguinte fator multiplicador: A 1,5; B 1,4; C 1,3; D 1,2; E 1,1 e F 1,0.
- 4) Com base na relação entre a valorização total do plano de água (atual) e o fator de multiplicação referido na alínea anterior será reconstruída a tabela ordenada dos recursos turísticos projetada em função do seu potencial de futuro.

Quadro 120 – Avaliação global prospetiva dos locais de desenvolvimento do turismo náutico na AI

Locais específicos de desenvolvimento do turismo náutico		Presente		Futuro		
		Valores	Classificação	Fator de projeção	Valores	Classificação
Alentejo atlântico	Foz do Sado e Península de Tróia	153,10		1,5	229,65	
	Rio Sado a Montante da Foz	126,50		1,3	164,45	
	Praias de Grândola	91,10		1,2	109,32	
	Praias de Santiago do Cacém (Lagoa de Santo André, Lagoa de Sancha e Praia de Santo André)	56,70		1,2	68,04	
	Praias de Santiago do Cacém (Fonte do Cortiço e Vacaria)	43,80		1,1	48,18	
	Sines (Praias do Norte)	43,80		1,1	48,18	
	Sines (Porto)	115,70		1,5	173,55	
	Sines (Praias do Sul)	102,60		1,5	153,90	
	Albufeira de Morgavel	46,10		1,0	46,10	
	Albufeira de Fonte Serne	43,10		1,0	43,10	
	Albufeira de Campilhas	45,10		1,0	45,10	
	Odemira (Praias do Norte)*	46,90		1,2	56,28	
	Rio Mira	113,50		1,4	158,90	
	Odemira (Praias do Sul e Portos de Abrigo))	77,70		1,2	93,24	
Hinterland alentejano	Albufeira da Atabueira (Ciborro)	75,00		1,3	97,50	
	Albufeira da Freixeirinha	37,30		1,0	37,30	
	Albufeira dos Minutos	52,80		1,2	63,36	
	Albufeira do Divor	37,30		1,0	37,30	
	Albufeira de Monte Novo	37,30		1,1	41,03	
	Albufeira de Vigia	37,30		1,1	41,03	
	Albufeira de Torres	37,30		1,1	41,03	
	Albufeira de Tourega	41,90		1,1	46,09	
	Albufeira do Pego do Altar	65,50		1,1	72,05	
	Albufeira do Vale do Gaio	85,40		1,2	102,48	
	Albufeira de Alvito	42,50		1,4	59,50	
	Albufeira de Odivelas	76,20		1,3	99,06	
	Albufeira do Roxo	54,40		1,3	70,72	
	Albufeira de Monte da Rocha	41,30		1,1	45,43	
	Albufeira de Santa Clara	96,70		1,3	125,71	
Alqueva e faixa raiana meridional	Albufeira de Lucefecit	62,80		1,3	81,64	
	Albufeira do Alqueva	146,20		1,5	219,30	
	Albufeira do Pedrógão	50,70		1,3	65,91	
	Rio Guadiana (Troço Pulo do Lobo-Ribeira do Vascão)	110,90		1,4	155,26	
	Tapada Grande (Mina de São Domingos)	90,30		1,3	117,39	

Locais específicos de desenvolvimento do turismo náutico		Presente			Futuro	
		Valores	Classificação	Fator de projeção	Valores	Classificação
Tejo superior e raia setentrional	Albufeira de Fratel	56,40		1,2	67,68	
	Rio Tejo (Alamal-Gavião)	103,50		1,5	155,25	
	Albufeira de Póvoa e Meadas	74,20		1,4	103,88	
	Albufeira da Apartadura	61,50		1,3	79,95	
	Albufeira de Abrilongo	37,40		1,1	41,14	
	Albufeira do Caia	69,20		1,4	96,88	
	Lago da Alfarófia	99,80		1,4	139,72	
Vale do Sorraia e afluentes	Ponte de Sor	93,60		1,3	121,68	
	Albufeira de Montargil	137,00		1,5	205,50	
	Albufeira de Maranhão	138,40		1,5	207,60	
	Vale do Sorraia	128,20		1,5	192,30	
	Açude de Agolada	42,60		1,1	46,86	
	Lagoa da Quinta Grande	105,40		1,4	147,56	
	Açude do Monte da Barca	42,60		1,1	46,86	
Tejo e lezíria	Rio Tejo (Troço Azambuja-Chamusca)	95,60		1,5	143,40	
	Albufeira de Magos	47,10		1,1	51,81	

*Na fase de conclusão deste Plano, tiveram início obras de requalificação na praia do Malhão no âmbito do Programa Polis Litoral, com financiamento nacional e comunitário (QREN). Os trabalhos deverão estar concluídos até ao final de 2015. Após esta requalificação a praia do Malhão (expetavelmente) ficará com potencial acrescido face às demais praias do norte de Odemira.

Fonte: Própria

Figura 88 – Avaliação global prospetiva dos Espaços Náuticos considerados na AI



Fonte: Própria

8. PLANO DE AÇÃO PARA O TURISMO NÁUTICO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

8.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

O plano de ação que de seguida se apresenta, pela sua estrutura atípica, carece de algumas explicações prévias. Assim, ao invés de adotar por uma arquitetura dendrítica organizada primeiramente no quadro de um sistema temático plasmado através de linhas estratégicas de intervenção, medidas e ações, optou-se, antes, por privilegiar uma organização mais espacializada e mais gráfica.

Efetivamente, visto a natureza do presente trabalho cruzar a dimensão estritamente estratégica – mais global e traduzida, sobretudo, por recomendações – com a que pretende apontar um conjunto de ações concretas a levar a cabo nos diversos locais relevantes para o desenvolvimento do turismo náutico – antepianos de pormenor – afigurou-se pertinente à equipa colocar o espaço, numa perspetiva diferencial (região, eixos territoriais e locais/spots), como primeiro vetor de estruturação das intervenções aduzidas.

Em planos sucessivos de racionalização, os quadros espaciais anteriormente referidos foram, posteriormente, alvo de uma “arrumação” que pretende evidenciar dois aspetos: i) a natureza da intervenção, mais ou menos concreta ou, se for preferido, mais estratégica ou mais operacional (recomendações e ações) e ii) o seu posicionamento temático (produto, infraestruturas e equipamentos, eventos, ...).

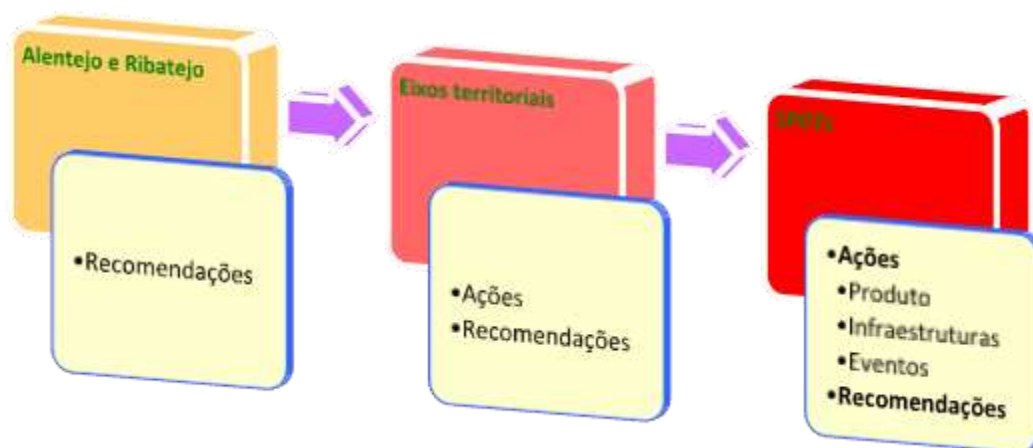
Como tal, o plano de intervenção é composto por:

- a) uma ficha de rosto relativa à região do Alentejo e Ribatejo, onde se poderá encontrar a informação essencial sobre a mesma;
- b) um conjunto estruturado de recomendações de natureza estratégica e transversal a todos os territórios que compõem o presente plano;
- c) Uma coleção de fichas de rosto com a informação essencial sobre os eixos territoriais estratégicos;

- d) Uma listagem, devidamente organizada e para cada um dos referidos eixos, de recomendações ou ações incidindo sobre os territórios em apreço;
- e) Uma ficha de rosto para cada um dos 25 sítios/spots tidos como os que apresentam maior relevância presente e potencial para o desenvolvimento das atividades e do turismo náutico (obtidas através das duas fases do processo de avaliação de recursos);
- f) Uma panóplia de ações e recomendações, estruturadas as primeiras através de três dimensões analíticas (produto, infraestruturas/equipamentos e eventos), dirigidas para cada um dos locais considerados.

A encerrar o plano de ação poder-se-á encontrar um conjunto de quadros que expressa, de uma forma mais simplificada, as intervenções que a equipa designou como ações/recomendações complementares e que se dirigem aos locais/spots tidos como menos relevantes numa ótica de estratégia futura.

Figura 89 - Níveis de Intervenção do Plano de Ação



Fonte: Própria

8.2. RECOMENDAÇÕES DE CARÁCTER TRANSVERSAL

8.2.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA A REGIÃO ALENTEJO E RIBATEJO

- Promoção de uma filosofia de desenvolvimento turístico balizada pelos princípios da sustentabilidade e justiça territorial e social.
- Aposta num modelo de desenvolvimento do turismo náutico comprometido com o desenvolvimento da região e dos lugares, bem como com o incremento da massa crítica demográfica e a qualidade de vida das populações.
- Criação de uma estrutura nacional para decisão e licenciamento dos espaços de uso náutico.
- Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para o desenvolvimento da atividade turística.

8.2.2. RECOMENDAÇÕES ASSOCIADAS À GESTÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DOS DESTINOS TURÍSTICOS

- Potenciação da articulação turística entre áreas ribeirinhas e *hinterlands*
- Desenvolvimento da marca Alentejo/Ribatejo associada ao turismo náutico, bem como submarcas específicas dos principais eixos territoriais.
- Criação, nos principais *spots*, de planos de ação promotores da dinamização das atividades de operação marítimo-turística, através de ações privadas e públicas.
- Potenciação das sinergias de produto com as regiões limites e entre as sub-regiões.
- Reforço da articulação entre destinos turísticos complementares.
- Estabelecimento de uma estrutura regional de *stakeholders* para sensibilização das entidades nacionais com jurisdição no domínio do território náutico.
- Reforço da articulação comercial entre os vários espelhos de água.
- Promoção da articulação e da definição de competências no domínio da gestão dos destinos de turismo náutico, entre entidades oficiais, autarquias, empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio.
- Promoção da articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias.
- Reforço da articulação entre territórios turísticos de proximidade.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Criação de um observatório do turismo náutico.
- Apoio às iniciativas de empreendedorismo e à introdução de elementos de inovação tecnológica e social.
- Promoção da qualidade dos serviços e das experiências turísticas.

8.2.3. RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

- Infraestruturação ou recuperação de redes de espaços de sociabilidade e de lazer.
- Criação, sempre que possível, de corredores cicláveis ribeirinhos.
- Promoção de projetos de tematização do alojamento.
- Densificação e qualificação das acessibilidades viárias aos planos de água.
- Melhoria da informação e sinalética turística.
- Criação de estruturas de porta de entrada nos locais associados ao turismo náutico, com componentes mistas de interpretação ambiental, alojamento, atividades de animação turística e espaço *recetivo* das empresas marítimo-turísticas.
- Requalificação das infraestruturas portuárias.
- Criação de condições para a abertura do Aeroporto de Beja ao tráfego turístico.

8.2.4. RECOMENDAÇÕES ASSOCIADAS AO TURISMO EM GERAL E AO PRODUTO NÁUTICO EM PARTICULAR

- Ampliação da rede de oferta de atividades náuticas de largo espectro numa dinâmica turística.
- Criação de produtos compósitos associando à dimensão náutica as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação de rotas pedestres e de BTT nas margens dos planos de água.
- Criação, mapeamento e balizagem de pontos de pesca desportiva, turística e recreativa (onde pertinente).
- Desenvolvimento de estratégias promocionais dos desportos náuticos.
- Criação de centros de treino de alta competição e rendimento desportivos ligados à náutica.
- Dinamização e modernização dos postos de turismo.
- Reforço da articulação das infraestruturas de pesca desportiva, designadamente entre as principais pistas da região.
- Lançamento de uma rede – ou redes – de restaurantes locais.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Reforço da capacidade de oferta para atração de mercados do norte da Europa, em particular na época baixa.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda-rios, numa lógica contemporânea.

8.2.5. RECOMENDAÇÕES NO DOMÍNIO DA ANIMAÇÃO TURÍSTICA E DA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

- Estruturação de calendários integrados de eventos.
- Desenvolvimento e consolidação de projetos de eventos desportivos que afirmem a importância da região, conferindo-lhe visibilidade adicional e afirmação no contexto nacional e internacional.
- Ampliação da rede de oferta de atividades de animação turística complementares à náutica de recreio, turística e desportiva.

8.3. RECOMENDAÇÕES POR EIXO TERRITORIAL

8.3.1. EIXO TERRITORIAL FOZ DO SADO E PENÍNSULA DE TRÓIA

- Criação de rede de suporte (infraestruturas e equipamentos) à náutica desportiva e de recreio.
- Promoção de um modelo articulado e integrado de desenvolvimento lúdico-desportivo para a península de Setúbal e Arrábida.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.

MARINA DE TRÓIA

- Alterações estratégicas na aplicação do modelo de exploração e no modelo de negócio da Marina.

8.3.2. EIXO TERRITORIAL RIO SADO A MONTANTE DA FOZ

- Desenvolvimento de circuitos fluviais no eixo de navegabilidade Alcácer do Sal – Foz do Sado.
- Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Requalificação etno-museológica das aldeias do Sado.
- Criação de uma rede de museus (ecomuseus) de envolvente entre o Sado, as atividades profissionais que lhe estão associadas, no sentido de se tornar num efetivo pólo de interpretação fluvial.
- Qualificação da rede de acessibilidade, informação rodoviária e estacionamento, nos acessos aos núcleos palafitados do Sado.
- Produção de documentário patrimonial sobre a cultura avieira do Sado.

CARRASQUEIRA

- Criação de condições para a efetivação de um hotel palafita.

8.3.3. EIXO TERRITORIAL PRAIAS DE GRÂNDOLA

- Introdução de um modelo de Base/Centro Náutica, que viabilize a criação de estruturas de divulgação e de operacionalização turística.
- Criação de corredores cicláveis de ligação entre a Tróia, Comporta, Alcácer do Sal e Melides.
- Desenvolvimento de infraestruturas de apoio à pesca desportiva.
- Criação de rotas pedestres e de BTT entre Tróia e Melides.

8.3.4. EIXO TERRITORIAL PRAIAS ENTRE SANTIAGO DO CACÉM E SINES

- Elaboração da carta de desporto do PNSACV.
- Criação de infraestruturas de suporte para práticas de desportos náuticos e de vento sobretudo na área de intervenção da Lagoa e da praia de Santo André.
- Criação de uma rede de suporte para o apoio e ação no âmbito do desenvolvimento de eventos da pesca desportiva.
- Criação de estruturas de divulgação e de realização de práticas de animação marítimo-turística, enquadrada nos subsistemas balneares.
- Criação de rotas pedestres e de BTT entre Santo André e Sines.
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da Lagoa de Santo André e na ligação à praia da fonte do Cortiço e da Vacaria.

8.3.5. EIXO TERRITORIAL SINES – PRAIAS DO NORTE E DO SUL

- Preparação e adequação do Porto de Serviço de Sines no sentido de garantir a ampliação qualificada do *recetivo* de embarcações de vela de cruzeiro.
- Dinamização do Clube Náutico.
- Dinamização de novos modelos de concessão das praias.
- Criação de modelos de zoneamento para a prática da aprendizagem de *surf*.
- Criação de modelos de alojamento local à dimensão de *surf-camps*.
- Requalificação dos acessos aos planos de águas, destruídos pelo uso e pelas intempéries marítimas.
- Implementação de unidades de animação turística, enquadrada no modelo de atuação do ICNF.

8.3.6. EIXO TERRITORIAL PRAIAS DE ODEMIRA

- Criação de uma base náutica dedicada ao *surf*.
- Criação de um modelo de salvaguarda e segurança na praia, adaptada a praias não concessionadas.
- Criação de rede de informação rodoviária e sinalização de praias de *surf*.
- Promoção de uma rota turística de cabotagem entre Sines e Portimão.
- Criação de um modelo de gestão e ordenamento de uso turístico para o rio Mira.
- Processo de reabilitação dos apoios das praias do concelho de Odemira.
- Reversão do modelo de concessão de praias no concelho de Odemira.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea.
- Promoção de ações de desassoreamento da foz do Mira.
- Criação de rotas navegáveis com abordagem histórico patrimonial ao longo do rio Mira.
- Criação de pistas de pesca desportiva no concelho de Odemira.
- Criação de eventos de pesca desportiva no concelho de Odemira.
- Potencialização de uso da Pousada de Santa Clara para alojamento a equipas em estágio.

ALMOGRAVE

- Criação de um centro de mergulho.

8.3.7. EIXO TERRITORIAL VALE DO GUADIANA

- Reforço da articulação entre territórios turísticos de proximidade, nomeadamente Évora, Alqueva, Algarve e Espanha.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea.
- Concretização dos projetos “pista de águas bravas” e “Mini marina de Mértola”
- Criação de uma entidade de articulação transfronteiriça para o uso náutico.

8.3.8. EIXO TERRITORIAL DO ALQUEVA

- Operacionalização da articulação do produto náutico no âmbito das aldeias ribeirinhas do Grande Lago.
- Requalificação etno-museológica das aldeias ribeirinhas do Grande Lago.
- Redimensionamento estratégico da marca Terras do Grande Lago.
- Criação de condições para o desenvolvimento do projeto de aproveitamento turístico e recreativo das ilhas do Grande Lago Alqueva.

8.3.9. EIXO TERRITORIAL VALE DO SORRAIA

- Criação de condições infraestruturais e organizativas tendo em vista desenvolver as atividades náuticas em albufeiras ainda não aproveitadas.
- Operacionalização da articulação do produto náutico no triângulo formado pelas Ribeiras da Seda, da Tera e de Sor com referência ao Fluviário de Mora.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, ambientais/natureza e as autarquias, procurando potenciar o triângulo formado pelas Ribeiras da Seda, da Tera e de Sor com referência ao Fluviário de Mora.
- Potenciação das condições tendentes à valorização do potencial avícola, piscícola e megalítico.
- Desenvolvimento de um conjunto de abrigos de pesca.
- Comercialmente juntar o Vale do Sorraia com Montargil, Ponte de Sor, Maranhão e Avis.

Rio Sorraia

- Instalação de um ancoradouro.

Ribeira de Sor

- Prolongamento da pista de pesca e do parque.

Ribeira da Raia

- Estabelecimento de um cruzeiro fluvial desde o Açude do Gameiro.

8.3.10. EIXO TERRITORIAL ALBUFEIRAS DO *HINTERLAND*

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda-rios, numa lógica contemporânea.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.

8.3.11. EIXO TERRITORIAL PORTALEGRE, CAMPO MAIOR E ELVAS

- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva.
- Criação de produtos compósitos associando à dimensão lagunar nas temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística, nomeadamente em Póvoa e Meadas com articulação com os monumentos megalíticos.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o produto pesca desportiva, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea.

Albufeira do Caia

- Desenvolvimento de um parque de recreio náutico – *wakeboard cable park*.

8.3.12. EIXO TERRITORIAL PONTE DE SOR, MARANHÃO, MONTARGIL E AVIS

- Operacionalização da articulação do produto fluvial no triângulo Ribeira do Sor, Albufeiras de Maranhão e de Montargil.
- Reforço da articulação comercial entre os dois espelhos de água e o eixo fluvial
- Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente com aproveitamento das casas de barragem propriedade das Associações de Regantes.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea.
- Ampliação do potencial das infraestruturas náuticas de referência internacional, nomeadamente em Ponte de Sor.
- Potencial de desenvolvimento nos espelhos de água das albufeiras de um parque de aventura aquático.
- Comercialmente juntar o Vale do Sorraia com Montargil, Ponte de Sor, Maranhão e Avis.
- Reforçar a capacidade de oferta para atração de mercados do norte da Europa, em particular na época baixa, nomeadamente ao nível da canoagem, remo e pesca desportiva.

8.3.13. EIXO TERRITORIAL RIO TEJO

- Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo nomeadamente o desassoreamento e dragagem deste troço do rio Tejo e respetiva sinalização e balizagem dos canais de navegação.
- Reforço da articulação entre destinos turísticos complementares, nomeadamente com Lisboa, Tomar (templários) e vale do Sorraia.
- Operacionalização da articulação do produto fluvial no triângulo Santarém, Valada/Palhota e Salvaterra de Magos/Escaroupim.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas fluviais que, por condicionalismos empresariais, deixaram de estar disponíveis ou com atividade drasticamente reduzida.
- Requalificação etno-museológica das aldeias avieiras.
- Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente um hotel palafita e uma rede de casas flutuantes.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea.
- Atualização da cartografia do rio Tejo.

Salvaterra de Magos

- Extensão do Museu do Rio.

8.4. PLANOS DE PORMENOR PARA OS ESPAÇOS ESPECÍFICOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

8.4.1. ALENTEJO ATLÂNTICO

8.4.1.1. FOZ DO SADO E PENÍNSULA DE TRÓIA

Figura 90 – Ficha de Spot: Foz do Sado e Península de Tróia

Ficha de Spot		
Designação: Foz do Sado e Península de Tróia	Localização: Município de Grândola	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Grândola ICNF – RNES e PNA Sonae Turismo Capitania do Porto de Setúbal ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APSS - Autoridade Portuária de Setúbal e Sesimbra ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico
Caraterização: Do ponto de vista do turismo náutico, Tróia é uma <i>gateway</i> estratégica para explorar o ecossistema definido pela Reserva Natural do Estuário do Sado. A Marina de Tróia, localizada no canal de saída sul da foz do Sado, é um complexo de recetivo de embarcações, de pequena escala - com capacidade de acolhimento de 184 lugares, sendo 70 % da sua capacidade adequada para embarcações até 10 metros.		
Objetivo Geral: Potenciar a linha de costa da península e das margens do Sado, para propostas complementares de animação turística e atividades marítimo-turísticas (canoagem, <i>birdwatching</i> , observação de cetáceos, passeios em embarcações motorizadas, etc.).		Relevância Estratégica:
		Interesse Elevado
		Condições de Contexto Elevadas
		Avaliação Global 3

I - AÇÕES

Produto

- Ampliação da rede de oferta de atividades náuticas de largo espectro numa dinâmica turística (motonáutica, canoagem, *windsurf*, *kitesurf*, vela ligeira).
- Ampliação da rede de oferta de atividades de animação turística complementares à náutica de recreio, turística e desportiva.
- Sedar em Tróia um Centro Desportivo de Alto Rendimento para a Vela Ligeira.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação de rede de suporte (infraestruturas e equipamentos) à náutica de recreio – Investimentos prioritários a realizar: zona de seco, grua e rampa para tirar, colocar embarcações na água, estaleiro e posto de abastecimento.
- Criação de um clube naval em Tróia com Escola de Vela.

Eventos

- Calendarização de uma paleta de eventos associados à náutica de recreio com particular incidência nas regatas de vela de cruzeiros, vela ligeira e vela de embarcações tradicionais. A organização de eventos de carácter desportivo com dimensão de uso do espelho de água da Foz do Sado pode contemplar também provas de natação em mar aberto e triatlo.
- Candidatura para 2018 de uma prova do campeonato do Mundo de Iron-Man que envolva a Foz do Sado, a Península de Tróia e a Serra da Arrábida.
- Candidatura para 2010 de uma prova internacional de vela em organização com a ISAF - International Sailing Federation e em parceria com a Sonae Turismo.
- Criação de infraestruturas que configurem Tróia como porta de entrada para as atividades náuticas no Rio Sado, integrando um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.

II - RECOMENDAÇÕES

- Aplicação de um modelo de exploração e modelo de negócio estratégico para a Marina – (modelo de parcerias com o Norte da Europa e oferta de produtos de animação turística complementar à náutica recreativa e turística).
- Internacionalização da Marina, por via da captação de eventos internacionais na área da náutica desportiva.
- Modelo articulado e integrado de desenvolvimento lúdico-desportivo para a península de Setúbal e Arrábida, que garanta a articulação entre empresários locais e a gestão da marina, na medida em que o seu benefício global para a atratividade da região poderá ser significativo, considerando a fauna, a flora (ex: *birdwatching*, observação de roazes) e o património cultural da região (ex: cultura avieira, produção do arroz, produção de sal), nomeadamente no contexto da Reserva Natural do Estuário do Sado.

8.4.1.2. RIO SADO A MONTANTE DA FOZ

Figura 91 – Ficha de Spot: Rio Sado a montante da Foz

Ficha de Spot										
Designação: Rio Sado a montante da Foz	Localização: Município de Alcácer do Sal	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Alcácer do Sal ICNF – RNES Capitania do Porto de Setúbal APSS - Autoridade Portuária de Setúbal e Sesimbra ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sado Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico								
<p>Caraterização: O rio Sado oferece entre a foz e Alcácer do Sal a montante, condições ótimas de navegabilidade, as quais são complementadas por um rico património natural e cultural. Do ponto de vista do turismo náutico, Tróia e Alcácer são <i>gateways</i> estratégicas para explorar o ecossistema definido pela Reserva Natural do Estuário do Sado. A Pesca, canoagem, arrozais e salinas são atrativos bastante fortes para a região. A Zona entre Azinheira de Barros - Vale Guizo - Alcácer possui um grande potencial turístico pelos recursos paisagísticos que oferece ao nível do produto “Sado Selvagem”. Os Galeões do Sado são explorados pela Câmara Municipal de Alcácer. Existem infraestruturas - cais ligados à história de utilização do rio, que são utilizados por pescadores e podem ter valor/utilização turística – zona de Cachopos, Bule/Herdade do Pinheiro (na margem norte existe uma Feitoria Fenícia. As salinas do ponto de vista ambiental e turístico são fundamentais (zona de Torrinha – salinas secas). No sapal estuarino do Sado, encontra-se um conjunto de cais e espaços palafitados (carrasqueira e Comporta), utilizados por pescadores, descendentes dos Avieiros. Tratam-se de exemplares de significativa importância para a interpretação da faina e da vida quotidiana dos pescadores do Sado.</p>										
<p>Objetivo Geral: Potenciar o eixo fluvial e as margens do Rio Sado, para propostas complementares de animação turística e atividades marítimo-turísticas (canoagem, <i>birdwatching</i>, observação de cetáceos, passeios em embarcações motorizadas, etc.).</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Relevância Estratégica:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td>Condições de Contexto</td> <td>Elevadas</td> </tr> <tr> <td>Avaliação Global</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table>	Relevância Estratégica:		Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Elevadas	Avaliação Global	3
Relevância Estratégica:										
Interesse	Elevado									
Condições de Contexto	Elevadas									
Avaliação Global	3									

I - AÇÕES

Produto

- Desenvolvimento de circuitos fluviais no eixo de navegabilidade Alcácer do Sal – Foz do Sado, envolvendo o património cultural existentes nas margens e da faina do rio (pesca, salinas, sapal, arrozais, etc.).
- Criar uma Escola de Atividades Náuticas do Sado em Alcácer do Sal, integrando um edifício (hangar e infraestruturas de apoio à modalidade) e o respetivo apetrechamento (para remo, canoagem e vela).
- Criação de um plano de ação promotor para a dinamização de atividades de operação marítimo-turística, através de ações privadas e públicas (ex: Galeões do Sado, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas, que congregue toda oferta do produto fluvial no eixo Setúbal-Alcácer do Sal.
- Criação de uma rede de museus (ecomuseus) de envolvente entre o Sado e as atividades profissionais que lhe estão associadas, no sentido de se tornar num efetivo pólo de interpretação fluvial, considerando o enlace entre a dimensão ambiental e a humana (ex: Museu do Trabalho Michel Giacometti; Museu Moinho de Maré da Mourisca, Museu do Arroz, Museus dos Férries; Estrutura palafitada da aldeia da Carrasqueira, Museu dos Galeões do Sal e Embarcações Tradicionais).
- Centro de interpretação ambiental e de visitação ao sapal.
- Criação de um ecomuseu da cultura avieira no Estuário do Sado.
- Criação de produtos compósitos associando à dimensão fluvial as temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (visitação: da Arrábida, da Baía de Setúbal e da Reserva Natural do Estuário do Sado); (gastronomia: peixe, ostras, flor de sal).
- Requalificação etno-museológica das aldeias do Sado (Mouriscas, Comporta, Carrasqueira), numa perspetiva de concretização de projetos de turismo comunitário de aldeia.
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens do rio Sado, ligando os vários *spots*.
- Produção de documentário patrimonial sobre a cultura avieira do Sado.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.

Infraestruturas e equipamentos

- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer, nas margens, que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva, entre outros.
- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (rampas de acesso, *fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso ao rio, áreas de reparação, armazéns de aprestos, cartografia atualizada do rio, entre outras) vitais para a geração de atratividade, nomeadamente para o desenvolvimento das componentes naturais e culturais da região, relevantes para o desenvolvimento de circuitos alternativos em embarcações preferencialmente não motorizadas, ou motorizadas a energias alternativas (ex: canoas, remos, vela, motor elétrico).
 - Reabilitação do cais da margem sul do Sado em Alcácer do Sal e respetiva criação de infraestrutura de apoio à receção e acolhimento de turistas náuticos.
 - Reabilitação e requalificação dos Galeões do Sal (Pinto Luísa) para uma qualificada oferta de turismo

fluvial neste eixo.

- Estruturação de uma unidade de estaleiro de seco e posto de abastecimento náutico em Alcácer do Sal.
- Construção de mais uma embarcação de apoio aos passeios náuticos no Sado (embarcação tradicional).
- Construção de cais de atracagem em Cachopos, Salinas de Palma, e Abul, de modo a fomentar a navegabilidade do rio Sado, valorizando áreas privilegiadas da Reserva Natural do Estuário do Sado.
- Cais Palafítico da Carrasqueira - promover a recuperação e requalificação desta infraestrutura, única na Europa, enquanto testemunho único da atividade piscatória do Estuário do Sado e enquanto local mais visitado do município de Alcácer do Sal, considerando a requalificação do cais, nomeadamente em termos de estruturas; limpeza e valorização da envolvente natural; sinalética; construção de espaço de apoio aos visitantes (estacionamento, instalações sanitárias, mobiliário urbano,...).
- Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente um hotel palafita na Carrasqueira.
- Construção de mais uma embarcação de apoio aos passeios náuticos no Sado (embarcação tradicional).

Eventos

- SadoFest - Festival do Rio Sado, associado às atividades tradicionais deste eixo fluvial (sal, arroz, pinhão, camarões, ostras, etc.), à cultura e à gastronomia.

II - RECOMENDAÇÕES

- Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo nomeadamente o processo fundamental de desassoreamento e dragagem de troços do Sado e respetiva sinalização dos canais de navegação.
- Balizagem do rio Sado - Maximizar as potencialidades deste eixo fluvial, contribuindo para o incremento da navegabilidade do rio e conseqüente dinamização desta via de navegação e acesso ao território, através da colocação de balizas para a identificação de canais de navegação deste recurso.
- Reforço da articulação entre destinos turísticos complementares, nomeadamente com Lisboa, Sesimbra, Setúbal e Sines.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o eixo do Sado, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda-rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.
- Qualificação da rede de acessibilidade, informação rodoviária e estacionamento, nos acessos ao núcleo palafitados do Sado.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.

8.4.1.3. PRAIAS DE GRÂNDOLA

Figura 92 – Ficha de Spot: Praias de Grândola

<i>Ficha de Spot</i>		
Designação: Praias de Grândola	Localização: Município de Grândola	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Grândola ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano Capitania do Porto de Setúbal Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico
Caraterização:		
<p>Distintas pelos seus extensos areais, as praias de Grândola oferecem condições interessantes para a prática dos diversos desportos de onda, nomeadamente <i>surf</i>, <i>windsurf</i> e <i>kitesurf</i>, em particular nos meses de abril a junho e de setembro a dezembro, excluindo os meses de verão, devido à elevada procura balnear, aliada às condições de vento menos favoráveis para algumas daquelas práticas.</p> <p>Praias extensivas, com concessões balneares relativamente qualificadas, mas muito localizadas e de utilização reduzida no tempo e no espaço (período de época balnear - junho a setembro).</p> <p>Por outro lado, esta condição poderá ser explorada de uma forma complementar, como um fator distintivo no posicionamento destes destinos como praias selvagens, onde a evasão e o contato com a natureza oferecem ambientes e experiências únicas face a outros destinos concorrentes.</p> <p>Praia da Comporta, do Carvalho do Pego, da Galé, da Aberta Nova e da Lagoa de Melides, são as praias mais frequentadas do Alentejo Litoral, acessíveis e com bandeira azul. Possuem um potencial médio, baixo, devido às características da costa, para práticas de desportos de onda e de deslize. Excelente pico de <i>surf</i>, onda direita e de reef, a meia milha da praia da Aberta Nova e na zona da Vigia. Maior apetência para a Pesca Desportiva, turística e recreativa.</p>		
Objetivo Geral:		Relevância Estratégica:
Desenvolvimento e densificação de pesca desportiva, turística e recreativa, bem como dos desportos de onda e de deslize.		Interesse
		Elevado
		Condições de Contexto
		Elevadas
		Avaliação Global
		3

I - AÇÕES

Produto

- Estruturação e desenvolvimento de produtos associados aos desportos de onda e de deslize.
- Criação de uma rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação de rotas pedestres e de BTT entre Tróia e Melides.
- Criação de pontos de pesca desportiva, turística e recreativa.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação de equipamentos suscetíveis de viabilizar as práticas de animação marítimo-turísticas.
- Criação de corredores cicláveis de ligação entre a Tróia, Comporta, Alcácer do Sal, Melides.
- Criação e desenvolvimento de infraestruturas de apoio às atividades associadas à pesca desportiva.
- Mapeamento e balizagem de pontos de pesca desportiva, turística e recreativa.
- Considerar a otimização do potencial existente, criando e desenvolvendo estruturas e equipamentos essenciais de apoio às atividades náuticas, nomeadamente balneários e estações de apoio para os praticantes de desportos de onda e de aluguer de equipamentos para pratica recreativa e desportiva.
- Infraestruturação , recuperação ou manutenção de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva, entre outros.
- Criar e desenvolver estruturas e equipamentos essenciais de apoio às atividades náuticas, nomeadamente balneários e estações de apoio para os praticantes de desportos de onda e de aluguer de equipamentos para pratica recreativa e desportiva.

Eventos

- Provas nacionais e internacionais de pesca desportiva.

II - RECOMENDAÇÕES

- Introdução de um modelo de Base Náutica, que viabilize a criação de estruturas de divulgação e de operacionalização turística, através do processo de equipagem das praias com recursos para o desenvolvimento de práticas de animação marítimo-turística, enquadrado nos subsistemas de concessão balnear, atendendo às especificidades e às potencialidades de cada praia (escolas, aluguer de pranchas, canoas seat-on-top).
- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo Sado-Sines e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de marketing e comunicação.
- Iniciativas tendentes à promoção e apoio do desenvolvimento de alojamento local qualificado e tematizado.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.

8.4.1.4. SINES –PORTO

Figura 93 – Ficha de Spot: Sines – Porto

Ficha de Spot										
Designação: Sines - Porto	Localização: Município de Sines	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Sines CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano Capitania do Porto de Sines Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico								
Caraterização: Sines, no âmbito das atividades náuticas, centra a sua atuação no apoio e recetivo a embarcações que procuram o seu porto na rota Lisboa - Algarve ou vice-versa e na organização de alguma regatas de vela de cruzeiro. Possui um Clube Náutico, que se localiza no Porto de Serviços e que oferece formação em vela ligeira e restauração, e ainda uma rampa de acesso à água e um conjunto de poitas para fundeadouro. Porto de Sines, com bastantes limitações em termos operacionalização de capacidade de recetivo e de planeamento de eventos náuticos. O porto de serviço, comercial, apresenta atualmente falta de condições para o acolhimento de embarcações de vela de cruzeiro e embarcações de vela de grande porte, situação que deverá ser ultrapassada uma vez que Sines foi escolhida como porto recetivo da regata Tall Ships Races em 2017.										
Objetivo Geral: Desenvolvimento e potenciação do Porto de Sines como espaço privilegiado para o recetivo e práticas de atividades marítimo-turísticas.		<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="background-color: #e0f2f1;">Relevância Estratégica:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Condições de Contexto</td> <td>Elevadas</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Avaliação Global</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table>	Relevância Estratégica:		Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Elevadas	Avaliação Global	3
Relevância Estratégica:										
Interesse	Elevado									
Condições de Contexto	Elevadas									
Avaliação Global	3									

I - AÇÕES

Produto

- Desenvolver, ampliar e qualificar a náutica de recreio e marítimo-turística na baía do Porto de Sines.
- Desenvolvimento do turismo subaquático associado a um parque subaquático arqueológico (Sines, junto à Lota), no qual se poderão concentrar os achados, nomeadamente resultantes das intervenções de ampliação dos cais do terminal de mercadorias.
- Promoção do interesse dos jovens pelas atividades náuticas (através de ações de motivação), em geral, e do Tall Ships Races – Sines 2017, em particular.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.

Infraestruturas e equipamentos

- Ampliação e adequação da capacidade recetiva do Porto de Recreio de Sines em mais 100 unidades.
- Preparação e adequação do Porto de Sines no sentido de garantir a receção qualificada das embarcações de vela de cruzeiro no âmbito do Tall Ships Races.
- Criação das infraestruturas que consubstanciam o Parque subaquático arqueológico - esta intervenção deverá integrar a limpeza, o arranjo e a pavimentação do molhe/ acesso ao parque e deve dispor de um centro de acolhimento de mergulhadores e centro de interpretação.
- Criação de infraestruturas de sinalização, de acessibilidade e estacionamento dirigidas aos visitantes do Tall Ships Races- Sines 2017.
- Criação de infraestruturas e de equipamentos de apoio às atividades náutico-turísticas na praia Vasco da Gama.

Eventos

- Provas nacionais e internacionais de vela ligeira.
- Criação de um evento de vela de cruzeiro de dimensão internacional que vise valorizar o litoral alentejano como campo de regata (ex: 160 milhas – Sines – Lagos – Sines, sem *stopover*).

II - RECOMENDAÇÕES

- Redimensionamento da intervenção do clube náutico no processo de promoção da náutica desportiva de Sines.
- Relocalização e dinamização do Clube Náutico e das suas atividades.

8.4.1.5. SINES – PRAIAS DO SUL

Figura 94 – Ficha de Spot: Sines – Praias do Sul

Ficha de Spot			
Designação: Praias do Sul	Localização: Município de Sines	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Sines ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano Capitania do Porto de Sines ICNF - PNSACV Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico	
<p>Caraterização:</p> <p>As praias a sul de Sines, nomeadamente São Torpes, Vieirinha e Ilha do Pessegueiro apresentam condições singulares para a prática do <i>surf</i>, nomeadamente para a aprendizagem desta modalidade, tendo em consideração as condições singulares de mar. O <i>paddle</i> é igualmente uma atividade a considerar. Estas praias tem uma boa acessibilidade carecendo de mais equipamentos e infraestruturas de apoio, essenciais para o desenvolvimento das atividades. Seria relevante a dinamização de bases náuticas.</p> <p>Existem algumas empresas sediadas localmente que exploram o produto “escolas de <i>surf</i>”, mas também diversas empresas deste âmbito, de várias regiões do país, que se deslocam sazonalmente para esta região. A referida falta de infraestruturas é o grande obstáculo à dinamização das atividades.</p> <p>A Praia da Ilha do Pessegueiro apresenta um potencial relevante, para práticas de desportos náuticos, nomeadamente para a prática do mergulho. Um regime de exploração mais alargado, com maior concorrência poderia contribuir para uma exploração mais efetiva destas práticas. Necessita, contudo, de uma profunda qualificação territorial e reformulação do quadro legal de intervenção ambiental.</p> <p>A praia de S. Torpes é acessível e com bandeira azul, possuindo duas escolas de <i>surf</i> devidamente apetrechadas (Costa Azul e Alentejo Litoral), mas com limitações de fornecimento de água doce.</p> <p>A praia de Morgavel é de pequena dimensão, sem expressão para o turismo náutico.</p> <p>A praia da Vieirinha possui elevado potencial para a prática de desportos de ondas.</p> <p>A praia Grande de Porto Covo possui bandeira azul, um restaurante com sanitários públicos. Trata-se de uma praia de reduzidas dimensões de acessibilidade difícil, com estacionamento desqualificado em terra batida sobre a arriba e com baixa capacidade e qualidade para as atividades náuticas.</p> <p>Porto Covo é um porto eminentemente de pesca, mas com enormes potencialidades em caso de adaptação à náutica desportiva.</p>			
Objetivo Geral:		Relevância Estratégica:	
Desenvolvimento e densificação de desportos de vento, de onda e de deslize (<i>surf</i> , <i>bodyboard</i> , <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> , <i>kitesurf</i> , vela de cruzeiro, excursões em embarcações a motor canoagem), bem como mergulho e pesca de alto-mar.		Interesse	Elevado
		Condições de Contexto	Elevadas
		Avaliação Global	3

I - AÇÕES

Produto

- Criação de modelos de alojamento local à dimensão de *surf* camps.
- Implementação de unidades de animação turística, enquadrada no modelo de atuação do ICNF.
- Criação de um plano de pormenor de animação marítimo-turística, para a componente praia/ilha do pessegueiro.
- Desenvolvimento do processo de classificação da Jangada de São Torpes como Património Cultural da Humanidade e seu consequente aproveitamento enquanto produto turístico associado às práticas aquáticas.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação de uma rede de infraestruturas e de equipamentos, promotoras do desenvolvimento de atividades de turismo náutico, nomeadamente wc, abastecimento de água, acessos às praias, entre outros.
- Criação de modelos adequados de sinalética em todas as praias.
- Requalificação do estacionamento da ilha do pessegueiro.
- Equipar o porto de Porto Covo com capacidade de acolhimento para um número limitado de embarcações em processo de refúgio ou salvaguarda.

Eventos

- Provas do campeonato nacional de *surf* e *bodyboard*.
- Provas de mergulho na Ilha do Pessegueiro, associadas à fotografia subaquática.

II - RECOMENDAÇÕES

- Desenvolvimento de novos modelos de concessão de praia no eixo S. Torpes – Ilha do Pessegueiro.
- Criação de modelos de zoneamento para a prática da aprendizagem de *surf*, de modo a compatibilizar a atividade com as práticas balneares.
- Desenvolvimento de uma estratégia promocional dos desportos náuticos na área de influência de Sines.
- Adequar um regime de utilização misto no porto de Porto Covo, que permita para além de funcionar como porto de pesca, funcionar também como porto de acolhimento e salvaguarda para a náutica de recreio, embarcações abaixo dos 40 pés.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.

8.4.1.6. RIO MIRA

Figura 95 – Ficha de Spot: Rio Mira

Ficha de Spot								
Designação: Rio Mira	Localização: Município de Odemira	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Odemira ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano Capitania do Porto de Sines ICNF – PNSACV ADMIRA - Associação para o Desenvolvimento da Região do Mira Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico						
<p>Caraterização:</p> <p>O Rio Mira pertencente à segunda bacia hidrográfica mais relevante do Alentejo Litoral e assume-se como um eixo de desenvolvimento estratégico para o turismo náutico na região. Possui um elevado potencial para o turismo náutico. Da sua foz (Vila Nova de Milfontes) até Odemira oferece cerca de 30 km navegáveis por embarcações de pequeno porte, à vela ou a motor. O principal obstáculo à navegação no rio, bem como à atração de mais embarcações a Vila Nova de Milfontes, nomeadamente veleiros, é a foz do rio, devido ao elevado assoreamento.</p> <p>Quer em Vila Nova de Milfontes, quer em Odemira existem boas condições para fundeamento, embarque e desembarque de passageiros. Torna-se essencial desenvolver ao longo do referido troço, pontos de interesse e infraestruturas de apoio, de modo a tornar o produto náutico atrativo, em articulação com outros produtos turísticos (ex: cultural e natureza).</p> <p>A foz do rio Mira, na margem norte (Praia da Franquia), apresenta um potencial relevante para a realização de atividades náuticas como <i>paddle</i>, canoagem e outras atividades com recurso a embarcações motorizadas.</p> <p>Atualmente, um conjunto alargado de empresas marítimo-turísticas opera no rio Mira e na sua foz, explorando diversas atividades. A dinamização empresarial e o desenvolvimento da atividade náutica fica essencialmente condicionada, para além do referido problema de assoreamento da foz, pelas limitações colocadas pelas dificuldades de licenciamento entre as entidades intervenientes, não sendo claro quais os seus limites de atuação e termos de jurisdição, na perspetiva do nauta.</p>								
Objetivo Geral: Desenvolvimento de uma estratégia marítimo-turística que potencie este eixo fluvial, nas suas múltiplas vertentes, entre as quais se destaca a vela ligeira, os passeios em embarcações motorizadas, canoagem e <i>birdwatching</i> .		<p>Relevância Estratégica:</p> <table border="1"> <tr> <td>Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td>Condições de Contexto</td> <td>Elevadas</td> </tr> <tr> <td>Avaliação Global</td> <td>3</td> </tr> </table>	Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Elevadas	Avaliação Global	3
Interesse	Elevado							
Condições de Contexto	Elevadas							
Avaliação Global	3							

I - AÇÕES

Produto

- Valorizar o eixo fluvial do Rio Mira desde Vila Nova de Mil Fontes até Odemira, incluindo Casa Branca.
- Criação de rotas navegáveis com abordagem histórico patrimonial ao longo do rio Mira, associadas ao alojamento local existente na margem do eixo fluvial.
- Criação de um centro de interpretação ambiental do Rio Mira (Casa Branca).
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.

Infraestruturas e equipamentos

- Requalificação dos cais públicos e rampas existentes.
- Criação de mais pontos de ancoragem e de observação da paisagem ao longo do rio.
- Melhorar as acessibilidades locais no sentido de permitir o acesso à água ao longo do rio, para os praticantes de atividades de lazer e de animação turística (passeios em embarcações, canoagem).
- Requalificação do cais e do fundeadouro.
- Criação de área de serviço e apoio a embarcações turísticas.
- Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo nomeadamente o desassoreamento e dragagem deste troço do rio Mira e respetiva sinalização e balizagem dos canais de navegação.

Eventos

- Festival de gastronomia associado a produtos de base local, designadamente ostras.

II - RECOMENDAÇÕES

- Intervenção conducente ao restabelecimento das condições de navegabilidade no Rio. (desassoreamento da Foz e retirada do cabo elétrico que atravessa o rio, que impede a passagem de embarcações com mastro).
- Criação de um modelo de regulamentação de uso turístico e recreativo do rio Mira.
- Criação de um modelo de gestão e ordenamento de uso turístico para o rio Mira.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.

8.4.1.7. ODEMIRA – PRAIAS DO SUL E PORTOS DE ABRIGO

Figura 96 – Ficha de Spot: Odemira – Praias do Sul e Portos de Abrigo

Ficha de Spot								
Designação: Odemira - Praias do Sul e Portos de Abrigo	Localização: Município de Odemira	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Odemira ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano Capitania do Porto de Sines ICNF – PNSACV ADMIRA - Associação para o Desenvolvimento da Região do Mira TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico						
Caraterização: <p>O Município de Odemira apresenta uma faixa litoral com 55 km de comprimento. Neste universo de praias distinguem-se dois conceitos: praias classificadas e areais. Estes com acessibilidades muito limitadas e com um potencial para “Praias Selvagens”.</p> <p>As praias de Almogrove e sobretudo, Carvalhal e Odeceixe revelam potencial reconhecido para os desportos de onda, apresentando algumas infraestruturas relevantes de apoio. O desenvolvimento de bases náuticas de apoio às atividades poderia ser estratégico para a afirmação e consolidação destes destinos ao nível do turismo náutico, nomeadamente Odeceixe, de forma a explorar um conjunto de outras atividades associadas à ribeira de Seixe (ex: canoagem), bem como a produtos complementares como a observação de avifauna (aproveitando o percurso pedestre que está a ser requalificado).</p> <p>A Praia de Almogrove tem um elevado potencial paisagístico e balnear, com algum potencial para o turismo náutico. Esta praia distingue-se na região pelas suas condições singulares para o mergulho, atividade que pode ser dinamizada com recurso ao Porto Lapas de Pombas.</p> <p>Os portos de Lapa de Pombas, Entrada da Barca e Azenha do Mar são portos eminentemente de pesca, mas com potencial para recetivo de embarcações de náutica de cruzeiro, desde que devidamente adaptados.</p> <p>A praia de Zambujeira do Mar detém um excelente enquadramento paisagístico, mas sem possível adaptação a práticas de turismo náutico.</p> <p>A praia do Carvalhal possui elevado potencial para prática de turismo náutico (<i>surf</i> e <i>bodyboard</i>).</p> <p>A praia de Odeceixe foi classificada como “Maravilha de Portugal” na categoria de “Praias de Arriba”. Existe uma procura por esta praia por turistas estrangeiros (com origem a partir do Algarve).</p>								
Objetivo Geral: Desenvolvimento de uma estratégia marítimo-turística que potencie esta linha de costa, nas suas múltiplas vertentes, entre as quais se destacam as atividades de deslize e desportos de onda, os passeios em embarcações motorizadas, canoagem e <i>birdwatching</i> .		Relevância Estratégica:						
		<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Interesse</td> <td>Médio</td> </tr> <tr> <td>Condições de Contexto</td> <td>Médias</td> </tr> <tr> <td>Avaliação Global</td> <td>3</td> </tr> </table>	Interesse	Médio	Condições de Contexto	Médias	Avaliação Global	3
Interesse	Médio							
Condições de Contexto	Médias							
Avaliação Global	3							



I - ACCÕES

Produto

- Implementação e desenvolvimento de atividades náuticas, suscetíveis de reforçar o turismo náutico de ondas e deslize.
- Desenvolvimento de atividades associadas ao mergulho recreativo e desportivo.
- Criação do centro de formação e especialização em mergulho e fotografia subaquática.
- Criação de modelos de alojamento local à dimensão de *surf-camps*.
- Implementação de unidades de animação turística, enquadrada no modelo de atuação do ICNF.
- Criação de um plano de adaptação e de gestão dos portos de pesca, às atividades da náutica de recreio e empresas marítimo-turísticas.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação de uma rota marítima dos marisqueiros.
- Reversão do modelo de concessão de praias no concelho de Odemira.
- Desenvolvimento de atividades de canoagem, mergulho e vela ligeira nos diferentes portinhos a sul de Vila Nova de Milfontes.

Infraestruturas e equipamentos

- adaptação das infraestruturas portuárias ligadas à atividade pesqueira, para a sua utilização complementar no domínio das atividades náuticas recreativas (colocação de balizas de acesso e de poitas para amarração, uso das casas de aprestos, bar/restaurante de apoio; loja de apoio).
- Adaptação de infraestruturas devolutas para instalação de um clube náutico.
- Dotação/qualificação dos apoios de praia, especialmente vocacionados para promover as práticas da náutica de recreio com origem no areal (*surf, bodyboard, kitesurf, Windsurf, skimming*).
- Estruturação de um sistema de depósito e recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.

Eventos

- Concurso e mostra internacional de fotografia subaquática.
- 120 miles Atlantic Alentejo Cruiser Race.
- Provas de Pesca de Arriba.
- Provas de pesca de alto-mar.

II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de um modelo de Governança participativa dos portinhos do litoral, tendo em vista a criação de condições que potenciem a economia local, articulando a pesca com o turismo e as atividades náuticas.
- Desenvolvimento de um plano local de formação marítimo-turístico, dirigido aos pescadores locais, no sentido de dinamizar novas atividades do foro turístico, complementares à pesca.
- Qualificação das acessibilidades viárias, estacionamento e sinalização às praias e aos portos de pesca.
- Criação de um modelo de salvaguarda e segurança na praia, adaptada a praias não concessionadas.
- Criação de rede de informação rodoviária e sinalização de praias de *surf*.
- Promover uma rota turística de cabotagem entre Sines e Portimão (Algarve) que contemple os diferentes portos de pesca existentes entre Sines e Odeceixe.
- Criar condições de suporte empresarial para desenvolver o produto de animação marítimo-turística.
- Criação de infraestruturas e serviços de apoio às atividades náuticas.
- Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, *fingers* de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras, nos portos de abrigo.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.

8.4.2. HINTERLAND ALENTEJANO

8.4.2.1. ALBUFEIRA DA ATABUEIRA

Figura 97 – Ficha de Spot: Albufeira da Atabueira

Ficha de Spot			
Designação: Albufeira da Atabueira	Localização: Município de Montemor-o-Novo	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente MARCA – Associação de Desenvolvimento Local Montemor-o-Novo Ski Clube do Alentejo	
<p>Caraterização:</p> <p>A albufeira da Atabueira localiza-se no município de Montemor-o-Novo, a cerca de 19 km desta cidade, junto à aldeia de Caborro, e é um local bastante aprazível.</p> <p>Este plano de água representa um elevado potencial para a aprendizagem e prática de <i>ski</i> aquático, considerando as condições excelentes que disponibiliza, pois acolhe uma escola de <i>ski</i> aquático e <i>wakeboard</i> (Ski Clube do Alentejo), desde a iniciação até à alta competição, dirigida por dois campeões nacionais da modalidade.</p> <p>Para além da procura destas atividades, este plano de água é, igualmente, procurado para pesca desportiva, <i>birdwatching</i>, etc.</p>			
Objetivo Geral:		Relevância Estratégica:	
Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água no interior (<i>hinterland</i>), nomeadamente <i>ski</i> aquático e suas correlativas.		Interesse	Médio
		Condições de Contexto	Médias
		Avaliação Global	2
<p>The figure contains a map of the Albufeira da Atabueira reservoir, highlighted in dark blue. The main map shows the reservoir's irregular shape and its location relative to the town of Montemor-o-Novo. An inset map in the bottom left corner shows the broader region, including Montemor-o-Novo, Vendas Novas, and the surrounding municipalities. A scale bar at the bottom right indicates 1 km. The map also includes a north arrow and technical details: WGS 1984 Web Mercator Auxiliary Sphere, Mercator Auxiliary Sphere WGS 1984, and Producer: João Reis (1.07.2015).</p>			

I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Apoio e promoção a projetos de qualificação e tematização do alojamento local.
- Integração da atividade turística desenvolvida neste espaço no futuro centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação do espaço com infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à atividade náutica desenvolvida pelo *Ski Clube do Alentejo*, designadamente rampas de acesso, *fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira, entre outras.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer, nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva, entre outros.

Eventos

- Eventos nacionais e internacionais de *ski* aquático e suas variantes, bem como *paddle surf*.

II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.

8.4.2.2. ALBUFEIRA DE VALE DO GAIO

Figura 98 – Ficha de Spot: Albufeira de Vale do Gaio

Ficha de Spot								
Designação: Vale do Gaio	Localização: Município de Alcácer do Sal	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Alcácer do Sal ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sado Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico						
Caraterização: A Albufeira de Vale do Gaio, com uma bacia hidrográfica que se estende por 509 quilómetros quadrados, também designada Barragem Engenheiro Trigo de Morais, entrou em funcionamento em 1949 e localiza-se na freguesia de Torrão (Alcácer do Sal), na linha de água do rio Xarrama. Circundada por uma paisagem com áreas verdes, a albufeira de Vale do Gaio é um local propício para a prática desportiva e de atividades náuticas (caminhada, pesca, canoagem, entre outras), mas também para passeios ao ar livre ou ainda para usufruir de alguns dias de estada na unidade de alojamento localizada na margem direita. Esta unidade hoteleira de 4* (Vale do Gaio Hotel) com piscina exterior e deque para banhos de sol possui, igualmente, um restaurante e vistas soberbas sobre o plano de água.								
Objetivo Geral: Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água no interior (<i>hinterland</i>).		Relevância Estratégica:						
		<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td>Condições de Contexto</td> <td>Médias</td> </tr> <tr> <td>Avaliação Global</td> <td>3</td> </tr> </table>	Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Médias	Avaliação Global	3
		Interesse	Elevado					
Condições de Contexto	Médias							
Avaliação Global	3							
<p style="font-size: small;">WGS 1984 Web Mercator Auxiliary System Mercator Auxiliary Sphere/WGS:1984 Produção: João Reis (1.07.2016)</p>								

I - AÇÕES

Produto

- Fomento das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de remo e canoagem.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Turismo na natureza - valorização da albufeira de Vale do Gaio, bem como a respetiva envolvente, potenciando a fruição dos planos de água e o enquadramento paisagístico de exceção.
- Promoção, qualificação e tematização do alojamento local.
- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Desenvolvimento de atividades que capitalizem a condição de utilização livre da albufeira, designadamente a navegação a motor e as competições desportivas, considerando as orientações estabelecidas no POAAP (RCM N.º 173/2008 de 21 de novembro).

Infraestruturas e equipamentos

- Infraestruturação de uma base náutica de apoio ao remo turístico-desportivo.
- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Criação de um parque de autocaravanismo de dimensão limitada, com o objetivo de regular o uso das margens da albufeira.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer, nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da albufeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.

Eventos

- Evento de animação desportiva de natureza e aventura, designadamente biatlo (natação e corrida).
- Prova do campeonato nacional de orientação.

II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.

8.4.2.3. ALBUFEIRA DE ODIVELAS

Figura 99 – Ficha de Spot: Albufeira de Odivelas

Ficha de Spot			
Designação: Albufeira de Odivelas	Localização: Município de Ferreira do Alentejo e Município de Alvito	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e Câmara Municipal de Alvito ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico	
<p>Caraterização:</p> <p>A Albufeira de Odivelas está situada na fronteira entre os concelhos de Alvito e de Ferreira do Alentejo. Foi construída em 1972 sobre o leito da ribeira que lhe deu nome e na bacia hidrográfica do rio Sado, sendo uma das maiores barragens da região. No Alentejo, é um local riquíssimo do ponto de vista ornitológico, sendo indicado para os apreciadores da observação de aves, onde é possível observar dezenas de espécies como o mergulhão-de-crista, a perdiz-do-mar, o bico-grossudo, a garça-branca-pequena, a garça-real ou a cegonha-branca.</p> <p>Este plano de água tem a rega e o abastecimento de água como principal vocação. A sua praia fluvial com mais de 60 metros é o principal espaço vocacionado para uso recreativo e náutico, pois trata-se de uma área de lazer com condições para a pesca desportiva e para a prática de diversos desportos náuticos (ex: canoagem). De acordo com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas (POAO), aprovado pela RCM n.º 184/2007, de 21 de dezembro, são permitidas competições desportivas com embarcações sem motor com prévia autorização das entidades competentes, as quais devem definir, caso a caso, as regras a observar bem como as áreas a afetar e a navegação recreativa a remo, a pedal e à vela, bem como a navegação com embarcações motorizadas equipadas com propulsão elétrica e ainda a navegação marítimo-turística com embarcações equipadas com motor elétrico e capacidade até 12 pessoas.</p>			
Objetivo Geral:		Relevância Estratégica:	
Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água no interior (<i>hinterland</i>).		Interesse	Médio
		Condições de Contexto	Médias
		Avaliação Global	2
<p>The figure contains a map of the Albufeira de Odivelas reservoir. The main map shows the reservoir in dark blue, with surrounding roads and terrain in light grey and green. An inset map in the top left corner shows the location of the reservoir within the Alentejo region, highlighting the municipalities of Alvito and Ferreira do Alentejo. A scale bar in the top right indicates 2 km. The map includes a north arrow and technical details such as 'WGS 1984 Web Mercator Auxiliary Sphere' and 'Mercator Auxiliary Sphere WGS 1984'.</p>			

I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da albufeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Criação de um parque de campismo e caravanismo de qualidade superior.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.

Eventos

- Eventos nacionais e internacionais de remo e canoagem.

II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas.
- Apoiar os operadores marítimo-turísticos e outros utilizadores da barragem.
- Fiscalização da aplicação dos regulamentos existentes ao nível das atividades desenvolvidas no plano de água (ex: motas de água) e nas margens (campismo selvagem, resíduos, entre outros).
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.

8.4.2.4. ALBUFEIRA DE SANTA CLARA

Figura 100 – Ficha de Spot: Albufeira de Santa Clara

Ficha de Spot										
Designação: Albufeira de Santa Clara	Localização: Municípios de Odemira e de Ourique	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Odemira e Câmara Municipal de Ourique ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Regantes e Beneficiários do Mira Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico								
Caraterização: A Albufeira da Barragem de Santa Clara é o espelho de água mais relevante no Alentejo Litoral. As suas dimensões tornam-na num pólo de potencial interesse, se bem que a localização e acessibilidades são pouco favoráveis, encontrando-se contudo a poucos quilómetros da linha férrea (intercidades e alfa). De todo o modo, a par das excelentes condições naturais para remo e canoagem, este é um local reconhecido pela existência de uma antiga Pousada de Portugal: a Pousada de Santa Clara. A Pousada encontra-se atualmente em processo de abertura por parte de uma entidade privada. Esta Albufeira é significativamente limitada em termos de uso lúdico, pela sua condição legal de uso (Albufeira de águas Públicas classificada como protegida), situação à qual acresce a quase total ausência de infraestruturas, nomeadamente no apoio à prática e recreio náutico. No entanto, a pesca (ao achigã), o uso balnear, a canoagem e outras atividades náuticas sem motor (motores a 2 tempos e motas de água interditas) são práticas a considerar, criando-se as necessárias condições legais de uso, bem como ao nível das infraestruturas náuticas de apoio. O interesse e potencial da albufeira são confirmados pela existência de empresas marítimo-turísticas, como por exemplo a Bass Catch que opera no local com embarcações elétricas, oferecendo passeios. Globalmente, a Albufeira da Barragem de Santa Clara parece apresentar um potencial significativo enquanto possível Centro de Estágios de Remo e Canoagem, tendo os mercados nórdicos como principais mercados emissores. Esta situação seria uma possibilidade para potenciar a exploração da Pousada de Santa Clara.										
Objetivo Geral: Infraestruturização e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água no interior (<i>hinterland</i>) e posicionar internacionalmente a albufeira no segmento de estágios de alta competição em canoagem e remo.		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="background-color: #e0f2f1;">Relevância Estratégica:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Condições de Contexto</td> <td>Médias</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Avaliação Global</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table>	Relevância Estratégica:		Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Médias	Avaliação Global	3
Relevância Estratégica:										
Interesse	Elevado									
Condições de Contexto	Médias									
Avaliação Global	3									

I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da albufeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Criação de um parque de campismo e caravanismo de qualidade superior.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.

Eventos

- Eventos nacionais e internacionais de remo e canoagem.

II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.

8.4.3. ALQUEVA E FAIXA RAIANA MERIDIONAL

8.4.3.1. ALBUFEIRA DE LUCEFECIT

Figura 101 – Ficha de Spot: Albufeira de Lucefecit

Ficha de Spot										
Designação: Albufeira de Lucefecit	Localização: Município de Alandroal	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Alandroal ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central MONTE ACE – Desenvolvimento do Alentejo Central APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Beneficiários do Lucefecit ATMTGLA - Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico								
<p>Caraterização: A Albufeira de Lucefecit, localizada no Município de Alandroal, próximo da localidade de Terena e alimentada pelo curso de água que lhe dá o nome, na bacia hidrográfica do Guadiana, é um plano de água de utilização livre com boas acessibilidades (junto à estrada nacional 255) e estacionamento, o que a torna singular na região e alvo da procura por parte da população local e dos municípios envolventes. Esta albufeira apresenta um potencial relevante para o desenvolvimento de um conjunto de atividades náuticas, designadamente vela ligeira, <i>windsurf</i>, <i>ski</i> aquático, remo e canoagem, pesca recreativa, entre outras. Existe algum investimento privado na envolvente da barragem, nomeadamente a Herdade dos Barros, mas o potencial existente justifica o desenvolvimento de infraestruturas de apoio às atividades náuticas (por exemplo uma base náutica), bem como outras complementares e de apoio como percursos de BTT, percursos pedestres, parques de lazer e outras infraestruturas de apoio (WC, serviços de restauração, etc.).</p>										
Objetivo Geral: Infraestruturização e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água na faixa raiana meridional.		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Relevância Estratégica:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Interesse</td> <td>Médio</td> </tr> <tr> <td>Condições de Contexto</td> <td>Médias</td> </tr> <tr> <td>Avaliação Global</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>	Relevância Estratégica:		Interesse	Médio	Condições de Contexto	Médias	Avaliação Global	2
Relevância Estratégica:										
Interesse	Médio									
Condições de Contexto	Médias									
Avaliação Global	2									

I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da albufeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Qualificação dos acessos ao plano de água da albufeira.

Eventos

- Festivais culturais (ex: música).

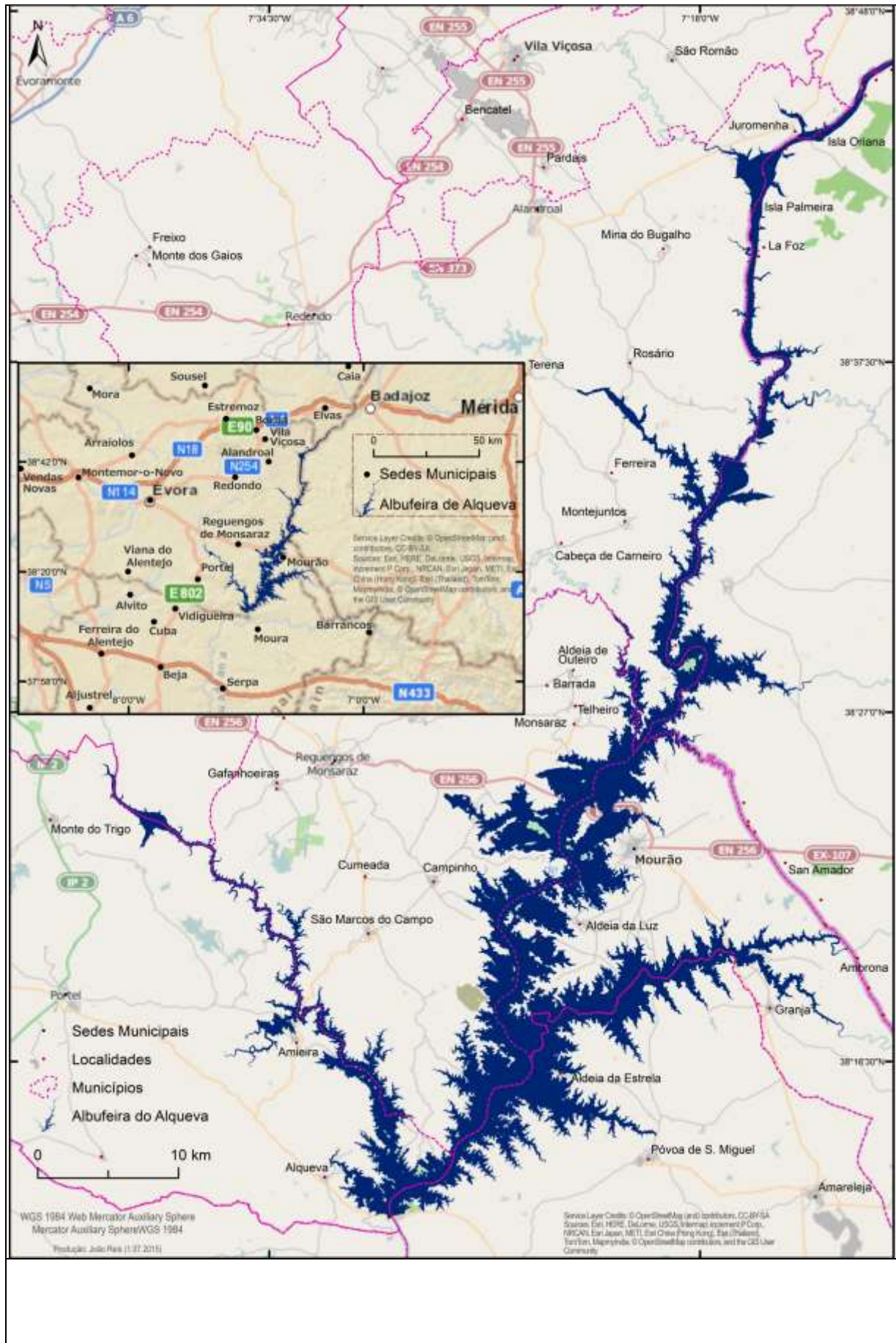
II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens da raia alentejana.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.

8.4.3.2. ALBUFEIRA DO ALQUEVA

Figura 102 – Ficha de Spot: Albufeira do Alqueva

Ficha de Spot			
Designação: Albufeira do Alqueva	Localização: Município de Alandroal, Município de Moura, Município de Mourão, Município de Portel e Município de Reguengos de Monsaraz	Agentes a envolver: Câmaras Municipais de Alandroal, Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz ATMTGLA - Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central MONTE ACE – Desenvolvimento do Alentejo Central APA – Agência Portuguesa do Ambiente EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico	
<p>Caraterização:</p> <p>Localizada no município do Alandroal a aldeia de Juromenha oferece um excelente enquadramento cénico dominado pela fortaleza (futuro hotel e museu) e pelo espelho de água da albufeira do Alqueva. Do ponto de vista náutico, oferece um embarcadouro com <i>finger recetivo</i>, com acessibilidades reduzidas em comparação com o congénere localizado na margem espanhola. As condições de navegação são relevantes para diversas atividades náuticas para além dos passeios de recreio, como por exemplo, canoagem, <i>paddle</i> e remo. Oferece igualmente condições para o estabelecimento de uma potencial praia fluvial com parque de lazer associado.</p> <p>Monsaraz - centro náutico nas proximidades de Monsaraz e da aldeia do Telheiro, com infraestruturas de apoio às atividades náuticas, designadamente um cais com 4 <i>fingers</i> e rampa de varadouro e infraestruturas de apoio às atividades de lazer, tais como bar/restaurante com esplanada, estacionamento, área de lazer, WC, etc.</p> <p>Ancoradouro de Campinho (Reguengos de Monsaraz), localiza-se próximo da aldeia de Campinho, do aeródromo Alem-Tejo e de um parque de campismo, possui um cais de acostagem e uma área de lazer na envolvente, com infraestruturas de apoio às respetivas atividades, nomeadamente, parque de estacionamento, contentores para recolha de lixo e WC.</p> <p>Centro náutico da Amieira – situado próximo da localidade da Amieira, com a qual está ligado por um extenso passadiço em madeira. Possui um cais com 4 <i>fingers</i> infraestruturado com WC, caixotes para lixo, área de ensombramento e em projeto a construção de um restaurante.</p> <p>Amieira Marina – localizada próximo da aldeia da Amieira, este centro náutico possui diversas instalações qualificadas de apoio às atividades náuticas oferecidas, nomeadamente barcos-casa, aluguer de canoas e bicicletas, e em parceria com outras empresas, <i>ski</i>, vela, <i>wakeboard</i>, aluguer de embarcações à vela, passeios a cavalo ou em charrete, passeios de kart cross, provas de gastronomia e vinhos, atelier de olaria, visitas a ganadarias e ao património megalítico. Possui condições de atracação para 15 barcos-casa, multi-espacos de atracação para embarcações privadas, bem como cais de acostagem para as embarcações Guadiana, Degebe e Alcarrache. Possui, igualmente infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio às atividades náuticas, tais como: posto de abastecimento de combustível, <i>catering</i>, facilidades de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, manutenção de embarcações, rampa de varadouro, bar, receção, estruturas de formação, informação turística.</p> <p>Aldeia da Luz – esta aldeia é um dos principais atrativos de visita da albufeira de Alqueva, não só pela sua génese, mas também pelos recursos turísticos em presença, designadamente o Museu da Luz e o cais de atracação e acostagem e respetivo passadiço de acesso à aldeia (700m). Este cais permite a atracação de 10 embarcações e uma plataforma de acostagem de mais de 30 m.</p> <p>O parque de merendas de Mourão possui uma área de estacionamento e um bar/restaurante nas proximidades com atividade irregular. A CM de Mourão desenvolve esforços junto do proprietário do bar/restaurante, no sentido de criar melhores condições operacionais e assegurar o funcionamento deste estabelecimento de forma regular.</p> <p>Aldeia da Estrela – este povoamento ribeirinho disponibiliza um cais de atracação com 4 <i>fingers</i> e algumas infraestruturas de apoio e de lazer, designadamente um restaurante.</p> <p>Núcleo da Barragem do Alqueva – A propriedade e gestão das Infraestruturas pertence à EDIA. Existe uma rampa de varadouro nas proximidades de dois cais de acostagem e uma marina com 28 espaços de atracação, um pontão de acostagem para as embarcações Guadiana, Degebe e Alcarrache, bem como espaços reservados para os barcos-casa da Amieira Marina e outras infraestruturas de apoio (WC, bar, estacionamento e área de lazer). É num destes cais de acostagem que a empresa marítimo-turística AlquevaLine centra a sua operação. Nas proximidades deste núcleo, situa-se a antiga Pousada da EDP (80 quartos) e uma área de lazer na envolvente, sob gestão da EDIA.</p> <p>Aldeia do Alqueva – este povoamento ribeirinho disponibiliza um cais de atracação e algumas infraestruturas de apoio e de lazer, designadamente um <i>hostel</i>.</p> <p>No âmbito da Estratégia para a Conservação e Valorização das Ilhas e Penínsulas de Alqueva promovida pela EDIA identificou-se um universo de cerca de uma centena e meia de ilhas, umas com vocação para a conservação da natureza e outras para uso desportivo e recreativo, que deverão ser concessionados a operadores privados.</p>			
Objetivo Geral: Infraestruturização e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água, tornando o Alqueva numa referência incontornável do turismo náutico-recreativo europeu de águas fechadas.		Relevância Estratégica:	
		Interesse	Elevado
		Condições de Contexto	Elevadas
		Avaliação Global	3



I - AÇÕES

Produto

- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico, nomeadamente no âmbito das aldeias ribeirinhas do Grande Lago.
- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, *dark sky*, megalitismo, entre outros.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local.
- Projeto do arquipélago turístico do Alqueva, a integrar no futuro Parque Natural Regional das Ilhas do Alqueva, que organize as ilhas objeto de concessão, no sentido de conferir racionalidade conjunta ao arquipélago sob o ponto de vista do desenvolvimento turístico destes espaços. Este projeto deverá contemplar um sistema de gestão, o estabelecimento de estruturas ligeiras e amovíveis, cais de acostagem e um sistema de apoio às estadas (prestação de serviços, segurança, assistência de emergência e recolha de resíduos).
- Implementar e desenvolver o projeto *Land and Water Art Museum* – projeto integrado de desenvolvimento territorial proporcionado, através de um leque de iniciativas no domínio de arte pública composto por: área de alojamento para artistas (residências artísticas), área administrativa, área ofical e áreas expositivas. Estas últimas serão localizadas em diversas ilhas – expositores (que não possuem capacidade para acolhimento de alojamento turístico) e proporcionarão circuitos navegáveis de visitação turística ou museológica.
- Criação de ligações aéreas em hidroavião no triângulo Lisboa, Algarve e Espanha e desenvolvimento de circuitos entre os principais planos de água regionais.
- Criação de um campo de férias qualificado (tipo *Woodward*) com oferta organizada em torno das atividades náuticas, entre outras.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira, balizagem dos canais de navegação).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da albufeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Infraestruturização ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praias fluviais, WC, restauração, parques de merendas, áreas de ensombramento, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Qualificação dos acessos ao plano de água da albufeira.
- Desenvolvimento de uma rede de parques multiatividades de recreio náutico (um parque por município funcionando como porta de parque com apoio ao uso turístico e de lazer - equipados com centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas, centro de interpretação ambiental, alojamento de pequena dimensão, atividades de animação turística, espaço recetivo das empresas marítimo-turísticas, desinfecção e vistoria de embarcações privadas e outras atividades de fiscalização, etc.).
- Requalificação etno-museológica das aldeias ribeirinhas do Grande Lago, numa perspetiva de concretização de

projetos de turismo comunitário de aldeia (ribeirinhas) e a sua concretização no quadro do futuro ecomuseu do Alqueva.

- Definição de pista de amaragem, corredor aéreo e cais de amaragem para hidroaviões.
- Criação de infraestruturas e serviços de apoio às atividades náuticas, nomeadamente oficinas de reparação naval, varadouros, armazéns de palamenta e aprestos, áreas de estacionamento de embarcações, estações de receção de resíduos derivados das atividades náuticas, pórticos e guinchos, entre outros.
- Recuperação e adaptação das instalações da EDP nas proximidades da Barragem, atualmente geridas pela EDIA, tendo em vista a criação de uma unidade de alojamento de apoio ao desenvolvimento das atividades náutico-turísticas.

Eventos

- Prova do campeonato mundial de maratona em canoagem.
- Prova do campeonato mundial de corridas orientação e ultra trail em forma de triatlo.
- Prova do campeonato nacional de motonáutica.
- Campeonatos nacional e internacionais de pesca embarcada ao Achigã.
- ArtFest Amieira Marina – evento anual (música, teatro e artes plásticas).

II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* da Albufeira do Alqueva.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticos.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Articulação e definição de competências no domínio da gestão do destino entre entidades oficiais, autarquias, empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, procurando potenciar o Grande Lago Alqueva, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.
- Reforço da articulação entre destinos turísticos complementares, nomeadamente com Lisboa, Évora e Espanha.
- Redimensionamento estratégico da marca Terras do Grande Lago, no âmbito do futuro plano de *marketing* e comunicação.
- Criação de uma rede de restaurantes e bares do Alqueva, preferencialmente em locais que cruzem a acessibilidade terrestre com a acessibilidade aquática.
- Estabelecimento de acordos tendentes a uma gestão conjunta do Lago Alqueva.
- Estruturação de uma entidade gestora da utilização para fins turístico-recreativos do Alqueva.

8.4.3.3. RIO GUADIANA – TROÇO PULO DO LOBO-RIBEIRA DO VASCÃO

Figura 103 – Ficha de Spot: Rio Guadiana – Troço Pulo do Lobo-Ribeira do Vascão

<i>Ficha de Spot</i>		
Designação: Rio Guadiana – Troço Pulo do Lobo - Ribeira do Vascão	Localização: Município de Mértola	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Mértola CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo ICNF – Parque Natural do Vale do Guadiana Capitania do Porto de Vila Real de Santo António Associação de Defesa do Património de Mértola Agentes associativos locais do setor náutico – Clube Náutico de Mértola Agentes económicos/empresariais do setor náutico
<p>Caraterização:</p> <p>O rio Guadiana assume-se como um potencial eixo estratégico para o desenvolvimento do turismo náutico no Alentejo. A navegabilidade do rio está todavia condicionada por questões de assoreamento. Torna-se vital, neste contexto, a melhoria das condições de navegabilidade (nomeadamente para embarcações de cruzeiro até 12 metros), infraestrutura portuária e reabilitação das margens no tramo internacional do rio Guadiana, em particular no troço entre a Ponte Internacional do Guadiana e o Pomarão, de modo a garantir o desenvolvimento da navegação recreativa e da potenciação dos usos recreativos, turísticos e desportivos associados ao rio, que proporcionem o desenvolvimento sustentado das áreas marginais do rio.</p> <p>O troço entre Pomarão, Mértola e os canais é um eixo fluvial com caudal e dimensões consideráveis entre margens. Em Pomarão existem dois cais de acostagem e em Mértola existe um cais, com bordo em madeira. Salienta-se a elevada importância do espólio paleocristão e moçárabe de Mértola e as ligações comerciais existentes entre o interior alentejano e o litoral algarvio. Refira-se ainda a existência de um espólio considerável de arqueologia agrofluvial alicerçado num conjunto de azenhas e moinhos de água nas margens do troço Mértola – Pulo do Lobo. Este local possui um elevado valor paisagístico e é considerado estratégico para a região do ponto de vista da visitação turística, designadamente em termos de observação fauna/flora.</p> <p>Neste troço do Guadiana existe um conjunto de plataformas de apoio à pesca desportiva (mais de 30; amovíveis). Salienta-se a existência de algumas empresas marítimo-turísticas a operar neste território, as quais oferecem canoagem, cruzeiros, etc.</p> <p>Releva-se a operação das embarcações Vendaval (antiga traineira propriedade da Câmara Municipal de Mértola; capacidade para 20 pessoas) e a Saramugo (propriedade da Associação de Defesa do Património de Mértola, com capacidade para 40 pessoas).</p>		
Objetivo Geral:	Relevância Estratégica:	
Desenvolvimento de uma estratégia marítimo-turística que potencie este eixo fluvial, nas suas múltiplas vertentes, entre as quais se destaca a vela ligeira, os passeios em embarcações motorizadas, canoagem e <i>birdwatching</i> .	Interesse	Elevado
	Condições de Contexto	Médias
	Avaliação Global	3



I - AÇÕES

Produto

- Promoção da navegação de recreio no rio Guadiana, nomeadamente o estabelecimento de mini cruzeiros ligando os principais pontos de interesse fluvial e, complementarmente, a articulação entre o património de Mértola e a bacia turística do Algarve.
- Articulação do turismo náutico com outros produtos turísticos: gastronomia, turismo de natureza e turismo cultural.
- Criação de produtos compósitos associando a dimensão fluvial às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico no Guadiana.
- Criação de um circuito náutico do sul peninsular, ligando o Guadiana (Parque Natural do Vale do Guadiana; Mértola e Pomarão), Alcoutim, Vila Real de Santo António, Isla Cristina, rio Piedras, rio Odiel/Huelva, Guadalquivir, Parque Nacional Doñana e Sanlúcar de Barrameda, com três eixos temáticos: náutica, Al Andaluz e ecossistemas naturais.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização de algum alojamento local.
- Criação de rotas pedestres e cicláveis associadas ao património arquitetónico e industrial ligado ao antigo complexo mineiro (Tapada - Pomarão), nomeadamente a Eco Pista do Pomarão, em articulação com as grandes rotas Via Verde Espanhola e Via Algarviana.
- Elaboração do guia Rota do Guadiana com a seguinte informação: rota de navegabilidade; pontos de acostagem; pontos de interesse; restaurantes e alojamento nas áreas ou proximidades ribeirinhas, entre outras informações turísticas.
- Criação do ecomuseu do Guadiana (plano de pormenor), integrando o campo arqueológico de Mértola, o património mineiro, as atividades agro-pastoris, o artesanato, o porto fluvial do Pomarão e os modos de vida ribeirinhos.

Infraestruturas e equipamentos

- Requalificação das infraestruturas portuárias no troço Mértola-Pomarão (cais da Mesquita, Pomarão, Penha d'Água e Mértola), incluindo sinalética e equipamentos de segurança, de modo a garantir o desenvolvimento da navegação recreativa e da potenciação dos usos recreativos, turísticos e desportivos associados ao rio. No caso de Mértola, no âmbito do projeto minimarinas, está contemplada a construção de um cais específico de apoio a embarcações ligeiras e à canoagem.
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens do Guadiana e das Ribeiras afluentes e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens do Guadiana, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Requalificação da pista de pesca desportiva da frente ribeirinha de Mértola.
- Qualificação dos acessos aos planos de água fluviais.

- Qualificação da zona ribeirinha do Pomarão: limpeza de margens, circuito ribeirinho, qualificação do cais de acostagem, requalificação paisagística, criação de áreas de socialização e lazer, WC, balneários, iluminação, estação multisserviços para autocaravanas, mobiliário urbano, sinalética de segurança e turística, requalificação e manutenção do antigo porto fluvial.
- Infraestruturação e requalificação dos espaços de suporte à futura Eco Pista do Pomarão, designadamente limpeza de vegetação no circuito da antiga via-férrea e túneis, consolidação dos túneis e do restante trajeto, sinalética de segurança e interpretativa, etc.
- Balizagem e instalação de poitas de fundeadouro para embarcações de recreio no troço Mértola – Pomarão, no sentido de melhorar as condições de navegabilidade e de desenvolver a náutica recreativa.

Eventos

- Guadiana Dark Sky Festival.
- Guadiana Birdwatching Foto Context.

II – RECOMENDAÇÕES

- Desassoreamento, dragagem e manutenção do rio Guadiana, de modo a tornar sustentável a navegabilidade a embarcações até 12 m, entre Mértola e Vila Real de Santo António. Esta recomendação é estruturante, pelo que a sua eventual não execução condicionará fortemente a viabilização de algumas das atividades propostas neste Plano.
- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo fluvial do Guadiana e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de *marketing* e comunicação.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.
- Prospeção de possíveis investidores para o projeto de criação e desenvolvimento de uma Pista de Águas Bravas no Guadiana (Mértola), de modo a implementar uma unidade piloto de formação, recreio e turismo na área da canoagem de aventura.
- Ampliação da oferta de mini cruzeiros no Guadiana.
- Reforço da articulação entre territórios turísticos de proximidade, nomeadamente Évora, Alqueva, Algarve e Espanha. Neste sentido, importa relevar a importância da articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias (Mértola, Serpa, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António), procurando potenciar o eixo do Guadiana, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.

8.4.3.4. ALBUFEIRA DA TAPADA GRANDE

Figura 104 – Ficha de Spot: Albufeira da Tapada Grande

Ficha de Spot								
Designação: Tapada Grande	Localização: Município de Mértola	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Mértola CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente ICNF - PNVG ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico						
<p>Caraterização: As albufeiras da Tapada Grande (regime de utilização Protegido) e da Tapada Pequena (regime de utilização livre) são planos de água, construídos originalmente para apresar as águas necessárias ao funcionamento do complexo mineiro de S. Domingos. A Tapada Grande com as suas ilhotas constitui um local paisagisticamente relevante, utilizado nas atividades de lazer associadas à náutica, com uma praia fluvial das melhores existentes no Alentejo e que possui boas condições para a prática de desportos aquáticos, nomeadamente a canoagem, <i>windsurf</i>, vela ou <i>paddle</i>. A albufeira da Tapada Grande é frequentemente utilizada como pista de treino do Clube Náutico de Mértola e começa a despontar o interesse por atletas estrangeiros durante o inverno. Este plano de água tem sido palco de várias competições e eventos náuticos, especialmente as Taças de Portugal de Maratonas de Canoagem e o Campeonato Nacional de Maratona de Canoagem e foi recentemente dotado de uma pista de canoagem que permite melhorar e diversificar as condições de treino, mormente na prática de velocidade (200 m, 500 m e 1000 m), assegurando também as condições para competições nacionais e internacionais, com instalações de apoio às atividades desportivas. O Hotel de São Domingos (4*) pela sua localização, e apesar de não ter qualquer oferta própria direcionada para as atividades náuticas, disponibiliza serviços deste âmbito em parceria com o Clube Náutico de Mértola e outros prestadores de serviço privados. Esta unidade é igualmente procurada como possível centro de estágios para seleções de canoagem provenientes do norte da Europa. Em articulação com o produto turismo náutico é de considerar ainda a prática de autocaravanismo, na medida em que o local já é frequentemente procurado por turistas estrangeiros (holandeses, alemães, ingleses, franceses e espanhóis). A Mina de São Domingos possui um capital histórico-mineiro relevante, ainda que as antigas infraestruturas mineiras estejam em degradação, designadamente as oficinas e o eixo ferroviário de ligação ao Pomarão.</p>								
<p>Objetivo Geral: Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água na raia Alentejana e posicionar internacionalmente a albufeira no segmento de estágios de alta competição em canoagem e remo. As atividades recreativas assumem igualmente particular importância neste plano de água.</p>		<p style="text-align: center;">Relevância Estratégica:</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 70%;">Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td>Condições de Contexto</td> <td>Médias</td> </tr> <tr> <td>Avaliação Global</td> <td style="text-align: center;">3</td> </tr> </table>	Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Médias	Avaliação Global	3
Interesse	Elevado							
Condições de Contexto	Médias							
Avaliação Global	3							

I - AÇÕES

Produto

- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, instalação de circuito pedonal/desportivo e interpretativo nas margens da Tapada, entre outros.
- Criação de rotas pedestres e cicláveis associadas ao património arquitetónico e industrial ligado ao antigo complexo mineiro, designadamente entre a Tapada e o Pomarão (dimensões desportiva e interpretativa).
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Qualificar a pista internacional de canoagem para a receção de atletas e modalidades náuticas para-olímpicas.
- Potenciar a oferta de turismo desportivo em particular os estágios para atletas para-olímpicos.
- Fomentar o desenvolvimento de turismo tecnológico associado à náutico, designadamente o modelismo e as soluções de inovação no âmbito do design e da propulsão tecnológica para pequenas embarcações.

Infraestruturas e equipamentos

- Relocalizar e requalificar o parque de caravanismo no sentido de otimizar os acessos e o estacionamento junto à praia fluvial.
- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira e ampliação da praia fluvial).
- Desenvolvimento de um parque multiatividades de recreio náutico, com piscina flutuante e *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores, associado à ampliação da praia fluvial.
- Qualificação dos acessos ao plano de água da albufeira, nomeadamente com a aquisição de equipamentos e embarcações de canoagem e remo adaptadas.
- Criação de infraestruturas de apoio à modelística náutica, nomeadamente a dotação de uma pista, cais de comando, casa de aprestos e oficina.

Eventos

- Campeonato ibérico de remo ou canoagem adaptada.
- Concurso ibérico de inovação e tecnologia (dirigido a centros de investigação universitários) no domínio do *design* e da propulsão de pequenas embarcações não poluentes.
- Encontros nacionais e ibéricos de modelismo náutico.

II - RECOMENDAÇÕES

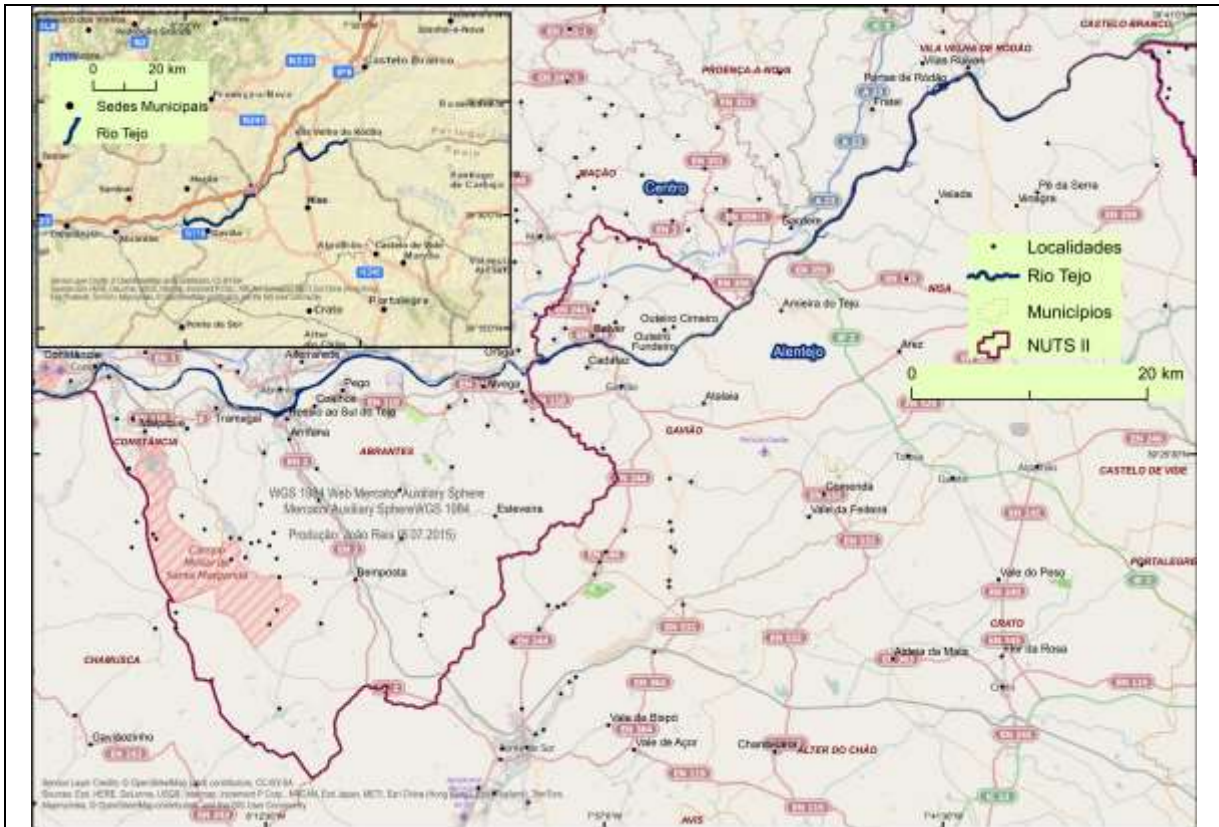
- Iniciativas tendentes à promoção e visibilidade do alojamento existente.
- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do eixo fluvial do Guadiana e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de marketing e comunicação.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Regular a ocupação das margens do plano de água, eliminando a ocupação desqualificada existente.

8.4.4. TEJO SUPERIOR E RAIÁ SETENTRIONAL

8.4.4.1. RIO TEJO – TROÇO ALBUFEIRA DE BELVER-PRAIA DO ALAMAL

Figura 105 – Ficha de Spot: Rio Tejo – Troço Albufeira de Belver-Praia do Alamal

Ficha de Spot			
Designação: Rio Tejo – Troço Albufeira de Belver-Praia do Alamal	Localização: Município de Gavião e Município de Nisa	Agentes a envolver: Câmaras Municipais de Gavião, de Nisa e de Mação (Centro) CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico	
Caraterização: O troço do Rio Tejo correspondente à Albufeira de Belver engloba a Praia do Alamal (Quinta do Alamal – Município de Gavião) situada na margem esquerda. Esta oferece um extenso areal junto ao plano de água, zonas verdes e uma paisagem deslumbrante com o Castelo de Belver alcandorado nas proximidades. Este plano de água apresenta condições relevantes para atividades náuticas como remo, canoagem, vela ligeira, <i>paddle surf</i> , <i>windsurf</i> , pesca desportiva, navegação a motor, competições desportivas. O potencial deste plano de água decorre da sua integração no percurso pedestre PR1 – Arribas do Tejo, considerando o seu elevado valor cénico, bem como nas infraestruturas de alojamento e de apoio existentes. A praia apresenta diversas infraestruturas de apoio (casas de banho, espaços de restauração, unidade de alojamento) e algum equipamento náutico. Sendo uma praia acessível oferece ainda: acesso pedonal fácil e livre de obstáculos, a partir da via pública envolvente, estacionamento ordenado e com lugares reservados para viaturas ao serviço das pessoas com deficiência; acesso pedonal, através de percurso acessível, até à zona de banhos de sol e o mais próximo possível da zona de banhos; passadeiras sobre o areal, sempre que este exista, e, nos restantes casos, um percurso pavimentado, firme e contínuo, instalações sanitárias adaptadas, servidas por um percurso acessível; posto de primeiros socorros acessível, servido por um percurso acessível e a existência de nadador salvador. Ao nível da acessibilidade destaca-se o fato da praia ser acessível de comboio a partir de Lisboa. O modelo de exploração e a sazonalidade de alguns serviços são as principais condicionantes. Na foz da Ribeira d’Eiras (município de Mação – Região Centro) junto à barragem de Belver existe a praia fluvial de Ortiga, com oferta de parque de campismo e atividades náuticas (canoagem, piscina flutuante, etc.).			
Objetivo Geral: Infraestruturização e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água fluvial.		Relevância Estratégica:	
		Interesse	Elevado
		Condições de Contexto	Médias
		Avaliação Global	3



I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local.
- Desenvolvimento de um centro recreativo de atividades náuticas, permitindo percursos de canoagem entre as praias fluviais do Alamal e de Ortiga (esta no Município de Mação, junto à barragem de Belver).

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Qualificação do percurso pedestre PR1 – Arribas do Tejo, como espaço privilegiado de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Potenciação do parque multiatividades de recreio náutico.

Eventos

-

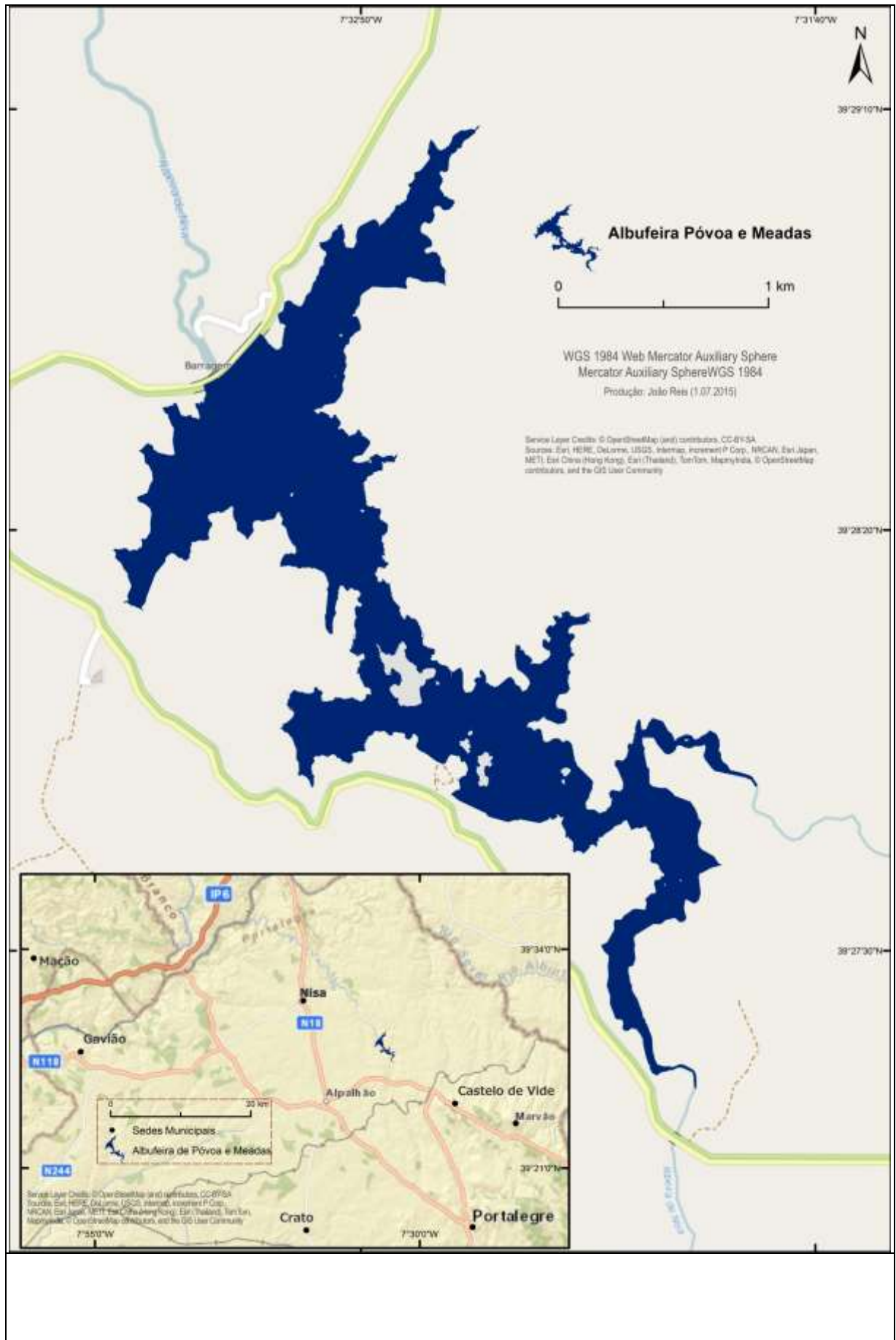
II - RECOMENDAÇÕES

- Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo a sinalização e balizagem dos canais de navegação.
- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.

8.4.4.2. ALBUFEIRA DE PÓVOA E MEADAS

Figura 106 – Ficha de Spot: Albufeira de Póvoa e Meadas

<i>Ficha de Spot</i>		
Designação: Albufeira de Póvoa e Meadas	Localização: Município de Castelo de Vide	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Castelo de Vide CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação para o Desenvolvimento e Turismo do Norte Alentejano VIDE REGIA - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado de Castelo de Vide Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico
Caraterização:		
<p>Localizada no município de Castelo de Vide, a 11 km da sua sede, a albufeira de Póvoa e Meadas, classificada como Protegida, tem ganho acrescida notoriedade pela sua associação ao Festival Andanças. As suas margens confinadas por terrenos com acesso público e privado acolhem um parque de campismo e de caravanismo (o qual não está integralmente regulamentado).</p> <p>Ao nível dos equipamentos náuticos o Município dispõe de uma infraestrutura pré-fabricada para recolha e guarda de canoas, gaivotas e embarcações. A exploração deste equipamento é sazonal e está concessionada.</p> <p>No local o Município está ainda a desenvolver as necessárias diligências tendo em vista a aquisição de 5 casas à EDP afetas à exploração e gestão da barragem.</p> <p>Existe ainda potencial para o desenvolvimento de percursos pedestres (identificados e marcados pelo município) associados à componente natural e cultural, com visita a vários monumentos megalíticos ou sepulturas medievais existentes nos arredores da albufeira, bem como a observação de aves.</p> <p>De acordo com o Plano de Ordenamento da Albufeira de Póvoa e Meadas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/98, de 9 de março, é proibida a navegação a motor, mas a prática de desportos náuticos como a canoagem, o <i>windsurf</i> e a pesca desportiva são possíveis.</p>		
Objetivo Geral:		Relevância Estratégica:
Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água na raia setentrional.		Interesse Médio
		Condições de Contexto Médias
		Avaliação Global 2



I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local (ex: qualificação e uso das infraestruturas da EDP instaladas junto da Barragem).

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da albufeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Qualificação dos acessos ao plano de água da albufeira.

Eventos

- Festival Andanças.

II – RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.

8.4.4.3. ALBUFEIRA DO CAIA

Figura 107 – Ficha de Spot: Albufeira do Caia

Ficha de Spot								
Designação: Albufeira do Caia	Localização: Município de Campo Maior, Município de Elvas e Município de Arronches	Agentes a envolver: Câmaras Municipais de Campo Maior, de Elvas e de Arronches ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo ADER-AL - Associação para o Desenvolvimento Rural do Norte Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Beneficiários do Caia. Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico						
Caraterização: A Albufeira do Caia apresenta uma localização transfronteiriça relevante, nos municípios de Campo Maior, Elvas e Arronches, e um espelho de água de dimensão considerável. A sua condição de utilização protegida, com liberdades de uso condicionadas, retira-lhe muito do potencial. Porém, a sua localização face aos demais recursos potenciais para o turismo náutico na região, define-a como hipotético pólo de interesse. A albufeira do Caia, com parque de campismo concessionado ao Clube de Campismo de Lisboa, oferece uma zona para potencial utilização turística junto ao pontão da barragem, espaço atualmente procurado para pesca e lazer (cerca de 2 ha). Este local já recebeu uma prova do campeonato nacional de <i>windsurf</i> em 2013 (adiada em 2014 pela falta de vento). A 200 metros da margem está localizada uma ilha que poderia ser explorada, nomeadamente para a prática de <i>wakeboard</i> , <i>paddle</i> ou canoagem.								
Objetivo Geral: Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água na raia setentrional.		Relevância Estratégica: <table border="1"> <tr> <td>Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td>Condições de Contexto</td> <td>Médias</td> </tr> <tr> <td>Avaliação Global</td> <td>2</td> </tr> </table>	Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Médias	Avaliação Global	2
Interesse	Elevado							
Condições de Contexto	Médias							
Avaliação Global	2							
<p>The map displays the Albufeira do Caia reservoir in dark blue, situated in a rural area. It shows the municipalities of Campo Maior, Elvas, and Arronches. Major roads like EN 201, EN 202, EN 203, EN 204, EN 205, EN 206, EN 207, EN 208, EN 209, EN 210, EN 211, EN 212, EN 213, EN 214, EN 215, EN 216, EN 217, EN 218, EN 219, EN 220, EN 221, EN 222, EN 223, EN 224, EN 225, EN 226, EN 227, EN 228, EN 229, EN 230, EN 231, EN 232, EN 233, EN 234, EN 235, EN 236, EN 237, EN 238, EN 239, EN 240, EN 241, EN 242, EN 243, EN 244, EN 245, EN 246, EN 247, EN 248, EN 249, EN 250, EN 251, EN 252, EN 253, EN 254, EN 255, EN 256, EN 257, EN 258, EN 259, EN 260, EN 261, EN 262, EN 263, EN 264, EN 265, EN 266, EN 267, EN 268, EN 269, EN 270, EN 271, EN 272, EN 273, EN 274, EN 275, EN 276, EN 277, EN 278, EN 279, EN 280, EN 281, EN 282, EN 283, EN 284, EN 285, EN 286, EN 287, EN 288, EN 289, EN 290, EN 291, EN 292, EN 293, EN 294, EN 295, EN 296, EN 297, EN 298, EN 299, EN 300 are visible. An inset map shows the location of Albufeira do Caia within the Alentejo region. A scale bar indicates 5 km. The map is titled 'Albufeira do Caia' and includes technical details: 'WGS 1984 Web Mercator Auxiliary Sphere', 'Mercator Auxiliary Sphere/WGS 1984', and 'Projektor: Jabo Res (08/06/2015)'.</p>								

I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem (ex: Ninho da Cegonha), entre outros.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora neste espaço e no Lago da Alfarófia e continuação para noroeste até Ponte de Sor e com extensão a Mora e Coruche.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da barragem e espaços de fruição da paisagem.
- Infraestruturização ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Qualificação dos acessos ao plano de água da albufeira.
- Desenvolvimento de um parque multiatividades de recreio náutico.

Eventos

- Provas do campeonato nacional de *windsurf* e vela ligeira.

II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o *cluster* das barragens da raia alentejana.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.

8.4.4.4. LAGO DA ALFARÓFIA

Figura 108 – Ficha de Spot: Lago da Alfarófia

Ficha de Spot								
Designação: Lago da Alfarófia	Localização: Município de Elvas	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Elvas CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Herdade da Alfarófia Agentes associativos locais do setor náutico						
<p>Caraterização: Inserido numa Herdade com o mesmo nome, o lago da Alfarófia apresenta uma área de 6 hectares e tem uma capacidade de 100.000 m3. Situa-se no município de Elvas a 5 km de Badajoz (Espanha). Aberto no final de 2007, o Lago começou a ser reconhecido por pescadores europeus de pesca desportiva, mais propriamente de <i>carpfishing</i> (carpas <i>royal</i> e <i>black-bass</i>), que encontram neste plano de água um destino frequente para disfrutar da pesca. O Lago oferece condições únicas para a criação de Carpas, fruto da sua inserção numa herdade com 41 hectares, tendo sido construído com a finalidade de abastecimento de água para a atividade agrícola (regadio). A profundidade média é de 3-4m alcançando a sua cota máxima nos 6m. Ao longo de quase todo o ano, a água esta em processo constante de renovação. Um grande volume de agua abandona o lago com a função de regadio, mas é simultaneamente compensada pela entrada de água do canal que o alimenta. Isto permite uma qualidade de água excelente, muito oxigenada, ao mesmo tempo que o nível se mantém constante durante todo o ano. Outras condições essenciais para o desenvolvimento das carpas decorrem do facto do lago ser muito rico em lagostim do rio e ter uma área de 7 000m² de juncos, tornando-se esta zona em habitat natural singular. As carpas do Lago da Alfarófia são reconhecidas e procuradas pelos pescadores europeus dada a sua grande dimensão média (de 23.6 kg a 9.5 kg). Este espaço disponibiliza 8 pesqueiros, um dos quais com alojamento. Os demais pesqueiros têm infraestruturas básicas de apoio. Oferece ainda uma estrutura para <i>birdwatching</i> (observação de espécies raras Caimão, Frango de Água, etc.), localizada nos canaviais envolventes ao lago principal. Esta Herdade possui ainda um outro lago com condições distintas, onde poderá ser possível a prática de <i>wakeboard</i>.</p>								
<p>Objetivo Geral: Infraestruturação e desenvolvimento de atividades de pesca desportiva e observação de aves em contexto de espelho de água na raia setentrional.</p>		<p>Relevância Estratégica:</p> <table border="1"> <tr> <td>Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td>Condições de Contexto</td> <td>Elevadas</td> </tr> <tr> <td>Avaliação Global</td> <td>3</td> </tr> </table>	Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Elevadas	Avaliação Global	3
Interesse	Elevado							
Condições de Contexto	Elevadas							
Avaliação Global	3							
<p>The figure consists of two maps. The main map shows a detailed view of the Lago da Alfarófia area, including the lake, surrounding fields, and nearby roads. A scale bar indicates 500 meters. The inset map shows the location of Lago da Alfarófia in the northern part of the Elvas municipality, near the border with Badajoz, Spain. It highlights the road network (A6, IP7, N4) and the proximity to the city of Elvas.</p>								

I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Apoio à tematização do alojamento local.
- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora neste plano de água e continuação para Ponte de Sor com extensão a Montargil, Maranhão, Mora e Coruche.
- Desenvolvimento de uma infraestrutura de *wakeboard cable park*.

Infraestruturas e equipamentos

- Ampliação das infraestruturas de apoio às atividades piscatórias.
- Infraestruturação de *wakeboard cable park*.

Eventos

- Campeonatos de pesca.

II – RECOMENDAÇÕES

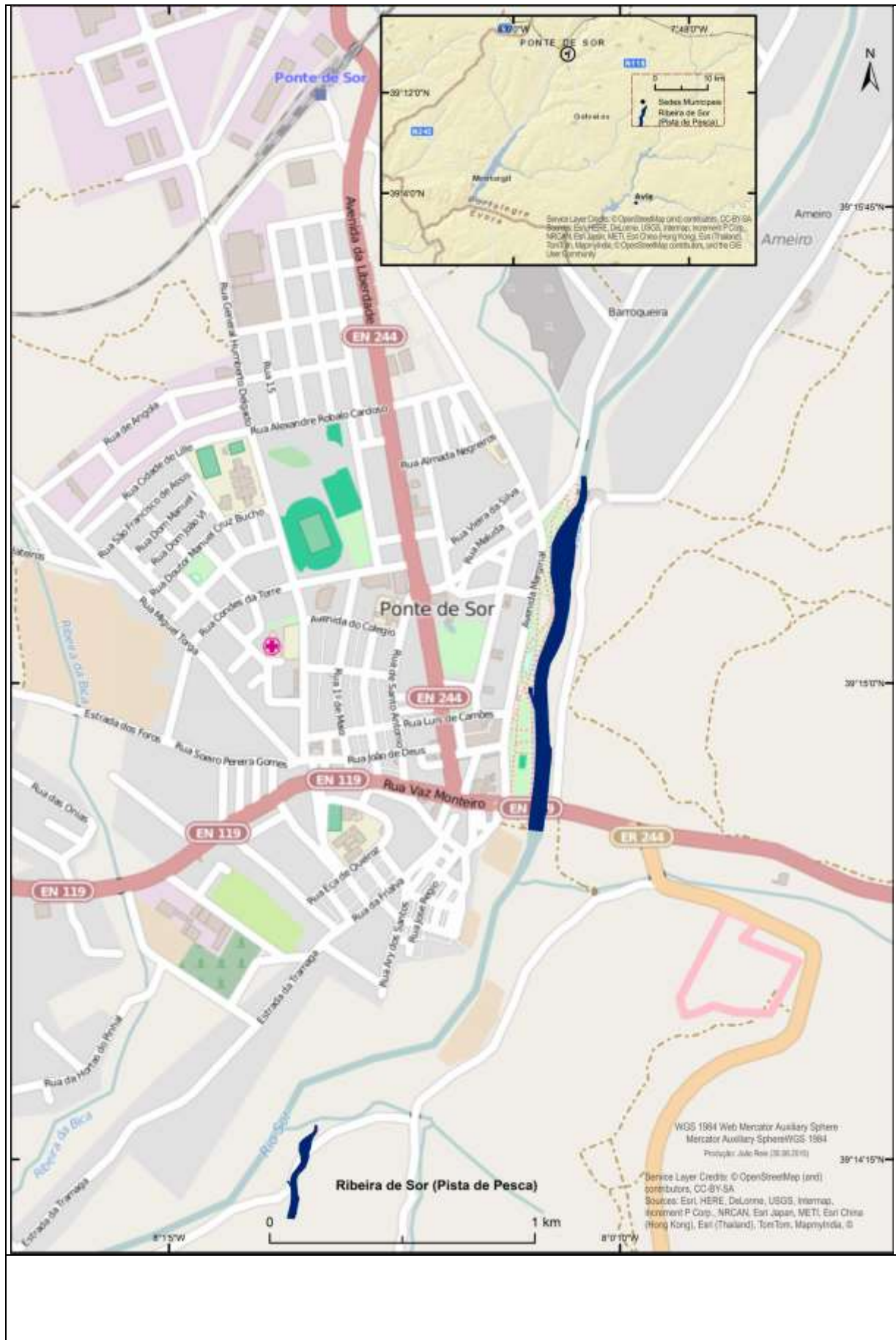
- Integração da atividade turística desenvolvida neste espaço no futuro centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Ampliação das infraestruturas de apoio às atividades piscatórias.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.

8.4.5. VALE DO SORRAIA E AFLUENTES

8.4.5.1. PONTE DE SOR

Figura 109 – Ficha de Spot: Ponte de Sor

<i>Ficha de Spot</i>		
Designação: Ponte de Sor	Localização: Município de Ponte de Sor	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Ponte de Sor CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Leadorsor - Associação p/ o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico
<p>Caraterização:</p> <p>A Ribeira de Sor, mais concretamente na localidade de Ponte de Sor é igualmente um pólo de referência a considerar no âmbito da pesca desportiva. Localizada nas margens da ribeira de Sor, na cidade de Ponte de Sor, a pista de pesca de Ponte de Sor integra-se num pólo de oferta singular com um extenso parque de lazer, um parque manutenção física, um complexo de piscinas descobertas, campo de ténis e anfiteatro para atividades culturais.</p> <p>As pontes sobre a ribeira (sendo uma delas uma obra artística) permitem o desenvolvimento de percursos pedestres.</p> <p>Ao nível náutico este espaço disponibiliza um ancoradouro e uma pista de pesca desportiva com pontos de pesca distanciados 12 metros, a qual apresenta um potencial de prolongamento, permitindo desse modo a captação de eventos internacionais, situação condicionada pela falta de oferta de alojamento na cidade.</p> <p>A cota da ribeira altera significativamente ao longo do ano, sendo possível, através de uma intervenção de obra, repositonar as comportas existentes, estabilizando a cota da ribeira neste troço (garantindo a circulação da água).</p> <p>O prolongamento da pista de pesca de Ponte de Sor e do parque para jusante, permitirá receber provas internacionais, modernizar o açude com eventual criação de escada de peixes, ampliação da zona de lazer, integração de uma ribeira afluente com integração de um moinho de rodízio oitocentista (com eventual instalação de um centro interpretativo destas estruturas), ordenar a margem esquerda, melhorar a monitorização da cota e qualidade de água do espelho de água, requalificar paisagisticamente uma das entradas da cidade, etc).</p>		
Objetivo Geral:		Relevância Estratégica:
Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espaço fluvial, desenvolvendo um núcleo de frente ribeirinha, promotora de atividades recreativas.		Interesse Elevado
Ampliação da pista de pesca urbana e o desenvolvimento de um segundo parque ribeirinho em Tramaga, junto aos moinhos de rodízio, e a sua interligação através de caminhos pedestres e cicláveis.		Condições de Contexto Médias
		Avaliação Global 3



I - AÇÕES

Produto

- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação de propostas, para a extensão da pista de pesca urbana.
- Criação do parque ribeirinho em Tramaga, junto aos moinhos de rodízio, e a sua interligação ao parque ribeirinho de Ponte de Sor, através da criação de caminhos pedestres e cicláveis.
- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora neste espaço e no Lago da Alfarófia e continuação para Montargil, Maranhão, Mora e Coruche.
- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Promoção de projetos de implementação, qualificação e tematização do alojamento local.

Infraestruturas e equipamentos

- Desenvolvimento de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da ribeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Infraestruturação, ampliação e requalificação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens da ribeira de Sor, que contemple a extensão dos geysers à ribeira e a qualificação da praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.

Eventos

- Campeonatos nacionais e internacionais de pesca desportiva.

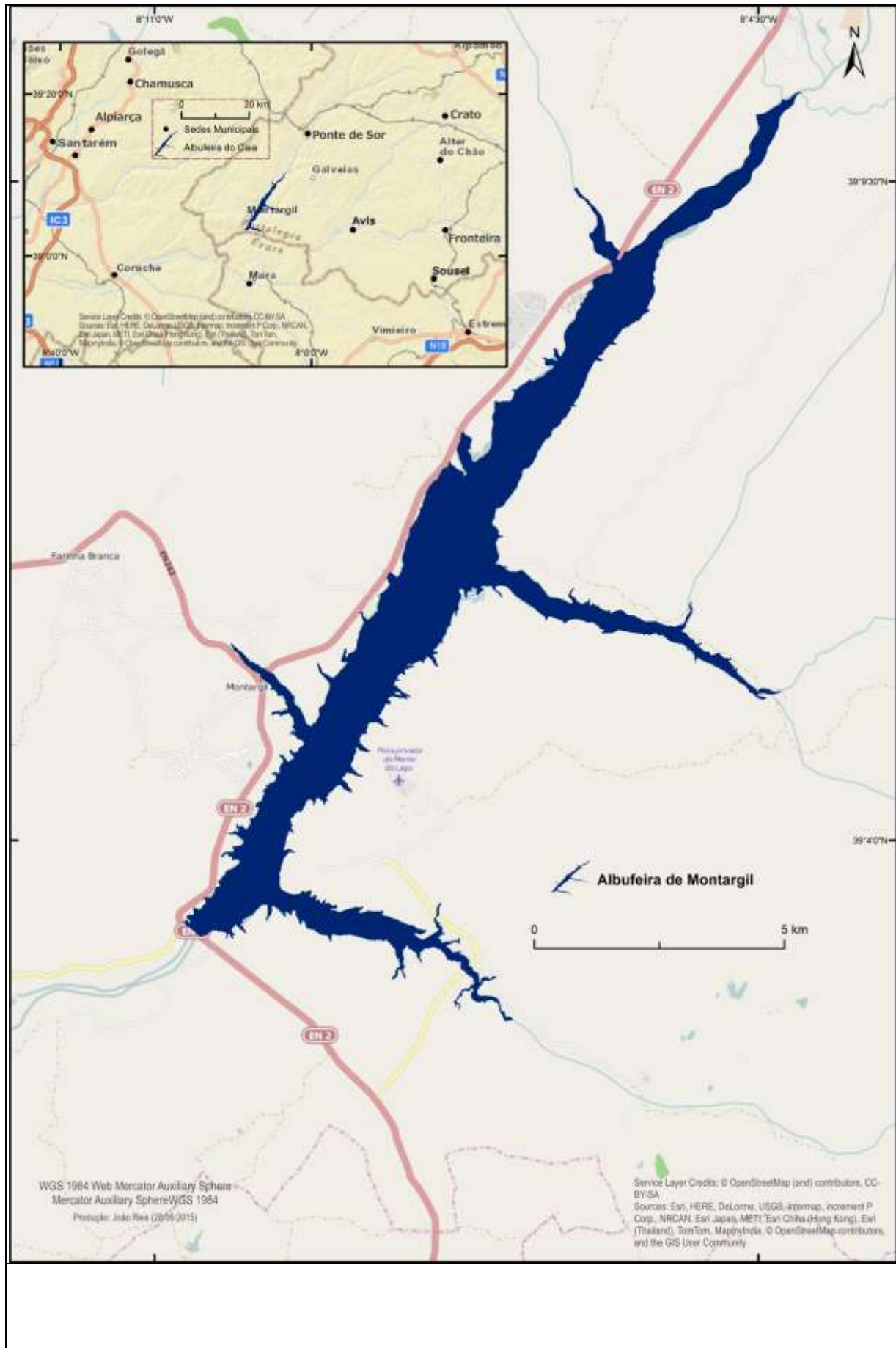
II - RECOMENDAÇÕES

- Operacionalização da articulação do produto fluvial no triângulo Ribeira do Sor, Maranhão e Montargil.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade recreativa da ribeira de Sor.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.

8.4.5.2. ALBUFEIRA DE MONTARGIL

Figura 110 – Ficha de Spot: Albufeira de Montargil

<i>Ficha de Spot</i>			
Designação: Albufeira de Montargil	Localização: Município de Ponte de Sor	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Ponte de Sor CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia Leadersor - Associação p/ o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico	
<p>Caraterização:</p> <p>A Albufeira da Barragem de Montargil constitui-se como um pólo de elevada relevância estratégica no âmbito das atividades náuticas, considerando a dimensão do plano de água, mas igualmente pela possibilidade de realização de inúmeras atividades aquáticas, com e sem motor, dado que está classificada como de utilização livre.</p> <p>O hotel Lago Montargil & Villas é o principal pólo de desenvolvimento e alojamento para as atividades náuticas. Em termos de turismo náutico as infraestruturas e atividades estão concessionadas à empresa Bruno Maia, unipessoal. O hotel tem uma sazonalidade muito forte. O mercado <i>corporate</i> tem sido estratégico para atenuar esta situação. Este mercado procura atividades náuticas em contexto de formação e incentivos, através de atividades de <i>team building</i>. Esta unidade hoteleira dispõe de 25 <i>fingers</i> com capacidade para 50 embarcações. Estes espaços são essencialmente procurados de maio a setembro.</p> <p>Existe a ambição de construir um parque aventura aquático com insufláveis (junto ao pontão de acesso aos <i>fingers</i>), com um investimento orçado em 50 mil euros. Dado o potencial e as condições naturais deste espelho de água, estão a ser desenvolvidos contatos para receber estágios de seleções de remo de países do norte da Europa.</p> <p>As praias de areia branca nas margens da albufeira, sobretudo a montante da marina do hotel, são espaços aquáticos muito procurados, designadamente no verão, para atividades náuticas com e sem motor.</p> <p>O parque de campismo da Orbitur disponibiliza alojamento, infraestruturas e equipamentos para as atividades náuticas, um pontão, aluguer de canoas e outros equipamentos de animação turística (torre e parede de escalada, BTT, campo de paintball - concessionadas a um empresa de animação), identificando-se também como um promotor de relevo neste contexto.</p>			
Objetivo Geral:		Relevância Estratégica:	
Infraestruturização e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água no interior (<i>hinterland</i>), nomeadamente <i>ski</i> aquático e suas correlativas.		Interesse	Elevado
		Condições de Contexto	Elevadas
		Avaliação Global	3



I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora neste espaço e na Albufeira do Maranhão com extensão para o Lago da Alfarófia, Ponte de Sor, Mora e Coruche.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação de um parque multiatividades de recreio náutico com múltiplas valências: praia fluvial, parque aquático insuflável com plataformas de acesso, *wakeboard cable park*, infraestruturas de apoio (ancoradouro, balneários, bar, restaurante, parque de merendas), centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas, centro de interpretação ambiental/ecológico, com informações sobre percursos pedestres, *birdwatching*, etc.
- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da albufeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.

Eventos

- Campeonatos nacionais e internacionais de canoagem, vela, *ski* aquático e *wakeboard*.
- Festival de verão.

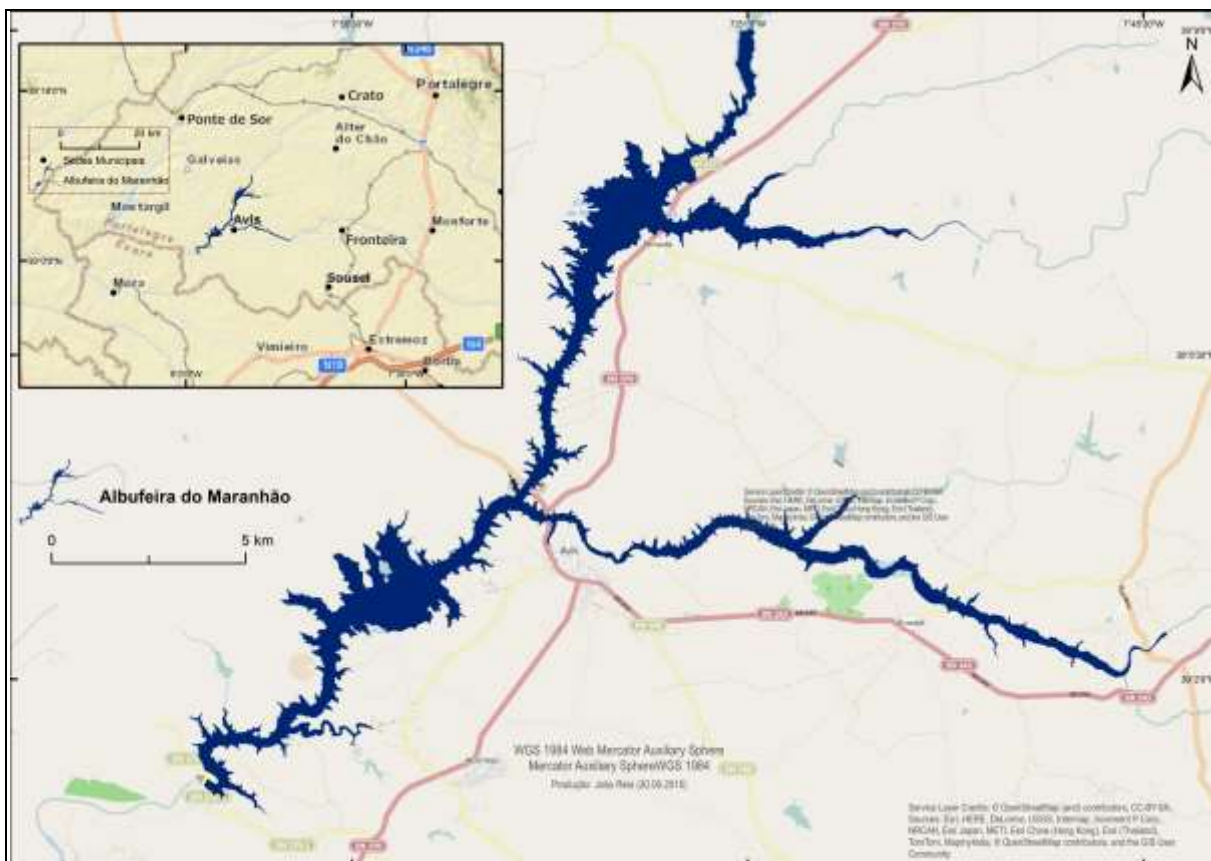
II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Reforço da atração de provas desportivas de dimensão nacional e internacional e de festivais de verão, face ao potencial existente neste plano de água..
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Reforçar a capacidade de oferta para atração de mercados do norte da europa, em particular na época baixa, nomeadamente ao nível da canoagem, remo, pesca desportiva.

8.4.5.3. ALBUFEIRA DE MARANHÃO

Figura 111 – Ficha de Spot: Albufeira de Maranhão

Ficha de Spot		
Designação: Albufeira de Maranhão	Localização: Município de Avis	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Avis CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia ADER-AVIS – Associação para o Desenvolvimento Rural e Produções Tradicionais do Concelho de Avis Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico
<p>Caraterização:</p> <p>A Albufeira de Maranhão constitui uma pólo de relevância estratégica para o desenvolvimento das atividades náuticas no território em que se enquadra, apresentando um significativo potencial para diversas atividades como remo, <i>kitesurf</i>, vela, <i>windsurf</i>, canoagem e <i>paddle</i>.</p> <p>No contexto particular do remo, o potencial e o reconhecimento internacional decorre de um projeto em particular: Herdade da Cortesia). Esta unidade hoteleira de 4* com localização sobranceira à albufeira, numa integração harmoniosa com a paisagem, disponibiliza 30 quartos ao nível do solo, uma piscina e um ginásio preparado para os atletas de alta competição. Para além de proporcionar em plena albufeira o acesso a uma pista de remo internacional balizada com 2 km de comprimento, disponibiliza ainda as seguintes atividades: passeios em embarcações, canoa, balão e charrete; aulas de volteio; etc., bem como o contato com muitos dos campeões olímpicos de remo, que habitualmente treinam nas suas instalações e na albufeira. Esta unidade hoteleira constitui-se de interesse estratégico para a dinamização das atividades náuticas na região, no âmbito de um turismo qualificado de nível superior.</p> <p>A existência de um conjunto de casarios abandonados, localizados dispersamente na vertente contígua ao paredão da barragem (antigas casas que apoiaram os serviços de construção e manutenção desta infraestrutura), propriedade da APA, pode constituir um elevado potencial para suporte às atividades náuticas, não só pela paisagem soberba sobre a albufeira e a Ribeira da Seda, mas, igualmente, pela pertinência da sua reversão para alojamento e disponibilização de serviços de apoio às atividades desportivas associadas ao plano de água.</p> <p>A Herdade é visitada por adolescentes de todo o país no âmbito da sua oferta de atividades náuticas e organiza anualmente um evento de remo, em parceria com a Câmara Municipal de Avis, com partida de Benavila e chegada junto ao Clube Náutico de Avis, terminando com a venda de produtos locais (vinho, azeite, enchidos) e muita animação, representando uma oportunidade de negócio muito importante para os produtores locais.</p> <p>Os clientes estrangeiros alojados no hotel visitam algumas herdades localizadas na periferia da albufeira (transporte em embarcação), com o objetivo de observar os animais (safari: observação de aves, corços, javalis,...) e o Montado, bem como experimentar a gastronomia (provas de vinhos).</p> <p>A Herdade estabelece parcerias com empresas de animação turística da região (p. ex. balonismo, passeios a cavalo - possui picadeiro).</p> <p>Para além da Herdade da Cortesia está ainda instalado na Albufeira o Clube Náutico de Avis, que desenvolve atividades de carácter desportivo infante-juvenil, suportadas num conjunto de infraestruturas (armazéns de recolha, cais de acostagem, etc.).</p>		
Objetivo Geral:	Relevância Estratégica:	
Infraestruturização e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espelho de água no interior (<i>hinterland</i>), desenvolvendo múltiplas atividades associadas a um centro náutico de alto rendimento.	Interesse	Elevado
	Condições de Contexto	Elevados
	Avaliação Global	3



I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora neste espaço e na Albufeira de Montargil com extensão para o Lago da Alfarófia, Ponte de Sor, Mora e Coruche.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local.
- Implementação da “Rota da Seda” - percurso de grande rota em canoa, ligando a nascente da Ribeira da Seda à respetiva foz.
- Criação de empresas marítimo-turísticas que desenvolvam a oferta turística.

Infraestruturas e equipamentos

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens da albufeira e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza e entre o Clube Náutico/Centro de Alto Rendimento e Avis.
- Infraestruturização ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Criação de um centro de alto rendimento para remo, canoagem e triatlo.

Eventos

- Campeonatos nacionais e internacionais de remo, canoagem e pesca desportiva.

II - RECOMENDAÇÕES

- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos característicos do *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticas.
- Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Reforçar a capacidade de oferta para atração de mercados do norte da europa, em particular na época baixa, nomeadamente ao nível da canoagem, remo, pesca desportiva.
- Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente com aproveitamento das casas de barragem propriedade das Associações de Regantes, não só para alojamento, mas também para centros apoio às atividades náuticas e/ou de interpretação ambiental.

8.4.5.4. VALE DO SORRAIA

Figura 112 – Ficha de Spot: Vale do Sorraia

Ficha de Spot		
Designação: Vale do Sorraia	Localização: Município de Coruche, Município de Mora, Município de Ponte de Sor e Município de Avis	Agentes a envolver: Câmaras Municipais de Coruche, Mora, Ponte de Sor e Avis CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia ADC Moura - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho LEADERSOR - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor ADERAVIS - Associação para o Desenvolvimento Rural e Produtos Tradicionais do Concelho de Avis Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico
Caraterização:		
<p>O vale do Sorraia, englobando o rio Sorraia e as Ribeiras da Raia, da Seda, de Tera e de Sor, formam um ecossistema único para o desenvolvimento de diversas atividades no âmbito do turismo náutico. Neste contexto territorial a complementaridade do produto turismo náutico poderá ser ainda dinamizada em articulação com outros produtos, nomeadamente o turismo na natureza. Acrescem ainda ofertas como o parque de campismo rural de conceito <i>glamping</i> (<i>glamorous</i> e <i>camping</i>) nas margens da ribeira da Seda e o Fluviário de Mora. Este localizado nas proximidades do Açude do Gameiro, sendo um dos mais importantes aquíários de água doce da Europa e constituindo um projecto ímpar pelo seu carácter inovador, assume o papel de elemento âncora no desenvolvimento do turismo associado à água e é um equipamento incontornável em qualquer estratégia que vise o desenvolvimento local e regional.</p> <p>O projecto hidroagrícola do Vale do Sorraia originou um conjunto importante de levadas, com caudais apreciáveis durante o Estio, situadas nos municípios de Avis e de Ponte de Sor, cujo aproveitamento para as atividades de lazer, em parceria com a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia é atualmente uma realidade.</p> <p>Existem no Vale do Sorraia 5 pistas de Pesca reconhecidas internacionalmente: Mora, Cabeção, Pavia (pista intervencionada recentemente, oferecendo cerca de 70 pesqueiros), Coruche (com aproximadamente 850m de extensão e com largura média de 10m) e Santa-Justa (com aproximadamente 900m de extensão e com largura média de 12m).</p> <p>A realização de percursos pedestres ao longo das margens das ribeiras: entre Pavia e o Fluviário (1 dia) e entre Pavia e Sedas (1/2 dia) são algumas das atividades possíveis de fruição deste território.</p> <p>No município de Coruche o rio Sorraia apresenta alguns açudes onde se desenvolvem atividades recreativas e náuticas em ambiente de grande beleza cénica (Açude da Agolada e Açude do Monte da Barca). No lago artificial da Quinta Grande existe uma escola de <i>ski</i> (<i>Ski Clube da Quinta Grande – pista de slalom</i>, pista de saltos homologada, torre de <i>wakeboard</i>, barra de iniciação ao <i>ski</i> aquático e ao <i>barefoot ski</i>).</p>		
Objetivo Geral:	Relevância Estratégica:	
Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espaços fluviais, desenvolvendo núcleos de frente ribeirinha, promotores de atividades recreativas.	Interesse	Elevado
	Condições de Contexto	Elevadas
	Avaliação Global	3



I - AÇÕES

Produto

- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico.
- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, orizicultura, cavalos do Sorraia, megalitismo, entre outros.
- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora neste eixo em articulação com Coruche, Maranhão, Montargil, Ponte Sor e Lago da Alfarófia.
- Promoção de projetos de qualificação e tematização do alojamento local.
- Centro de atividades de turismo aquático natureza e aventura *Aquasport & Bio Resort*, articulando as atividades as propostas existentes (*hidrospeed*, canoagem, *birdwatching*, interpretação ambiental, Fluviário, entre outras).
- Criação de portas de entrada no *Aquasport & Bio Resort* que funcionem como centros de acolhimento e de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Criação de um cruzeiro fluvial desde o Açude do Gameiro até 6 Km a montante (em articulação com o Fluviário e o Parque Ecológico do Gameiro).

Infraestruturas e equipamentos

- Requalificação e adaptação de infraestruturas tendo em vista a sua integração no Centro de atividades de turismo aquático natureza e aventura *Aquasport & Bio Resort*, nomeadamente no Parque Ecológico do Gameiro e nas ribeiras adjacentes.

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso aos açudes e ribeiras).
- Criação de corredores cicláveis, sempre que possível ao longo das margens das ribeiras e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza.
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer em alguns locais nas margens das ribeiras, que contemple WC, restauração, parques de merendas, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Instalação de um ancoradouro nas imediações de Coruche destinado a pequenas embarcações de recreio.
- Criação de cruzeiros fluviais em embarcações tradicionais e destinados a grupos.
- Lançamento de uma rede de restaurantes locais suscetíveis de efetuar a ligação com a atividade pesqueira e potenciar a restante gastronomia regional.
- Desenvolvimento de um conjunto de abrigos de pesca (arquitetura efémera), ligados por vias cicláveis e organizado em torno de um núcleo central de prestação de serviços e de encontro convivial (rede de alojamento fisherman).

Eventos

- Criação um megaevento de natureza e aventura que ligue todas as zonas de potencial aquático do território.
- Provas dos campeonatos nacional e mundial de pesca desportiva.

II - RECOMENDAÇÕES

- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores destes espaços.
- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que unifique a imagem de todos os produtos e spots turísticos da região (plano de marketing).
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e a autarquia, no sentido de potenciar o desenvolvimento do turismo associado ao espelho de água.
- Reforçar as redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Ordenamento e requalificação das margens das ribeiras mais significativas para a atividade turística.
- Apoiar o desenvolvimento das atividades marítimo-turísticos.
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Criação de infraestruturas e reforço da articulação das pistas de pesca desportiva existentes na região.
- Estruturação de um calendário integrado de eventos (articulação numa lógica de complementaridade e extensão temporal) e lançamento de um pacote de eventos (pesca, cultura, gastronomia e vinhos, provas náuticas, bem como outros de índole compósita) com repercussão extra regional.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.

8.4.5.5. LAGO DA QUINTA GRANDE

Figura 113 – Ficha de Spot: Lago da Quinta Grande

Ficha de Spot										
Designação: Lago da Quinta Grande	Localização: Município de Coruche	Agentes a envolver: Câmara Municipal de Coruche CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo APA – Agência Portuguesa do Ambiente Ski Clube Quinta Grande Agentes associativos locais do setor náutico								
<p>Caraterização:</p> <p>O Lago da Quinta Grande, projeto privado, é um lago artificial que se situa a cerca de 5 km da vila de Coruche, com um comprimento de 690 m, uma largura de 100 m e uma profundidade 1,55 m em toda a área, totalizando aproximadamente 7 ha.</p> <p>O Ski Clube da Quinta Grande, através da escola de <i>ski</i> aquático, desenvolve neste plano de água um conjunto de atividades para as quais possui condições singulares, designadamente <i>wakeboard</i>, <i>barefoot</i> e <i>ski</i> aquático, oferta complementada com alojamento e restauração.</p> <p>As instalações do Ski Clube da Quinta Grande possuem: pista de slalom e de saltos homologada / pista de mini slalom / uma torre de <i>wakeboard</i> / barra de iniciação ao <i>ski</i> aquático e ao <i>ski</i> descalço (<i>barefoot</i>).</p> <p>Desde a inauguração da Escola do Ski Clube da Quinta Grande, em 1997, já se realizaram neste espaço atividades de aprendizagem com o envolvimento de mais de 4166 praticantes, de todas as idades, nacionalidades e níveis.</p>										
Objetivo Geral: Desenvolvimento de atividades de <i>ski</i> aquático em contexto de espelho de de água no Vale do Sorraia.		<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="background-color: #e0f2f1;">Relevância Estratégica:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Interesse</td> <td>Elevado</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Condições de Contexto</td> <td>Médias</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Avaliação Global</td> <td>3</td> </tr> </tbody> </table>	Relevância Estratégica:		Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Médias	Avaliação Global	3
Relevância Estratégica:										
Interesse	Elevado									
Condições de Contexto	Médias									
Avaliação Global	3									

I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres alicerçados na temática agrícola (arroz, vinho, etc.).
- Articulação com outros circuitos e rotas de turismo náutico.
- Integração do produto ski aquático no futuro centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas, que congregue toda oferta do produto fluvial no Vale do Sorraia.
- Criação de um centro de alto rendimento para o ski aquático.

Infraestruturas e equipamentos

- Adaptação das infraestruturas e equipamentos existentes à previsível aumento da procura.

Eventos

- Provas nacionais e internacionais de wakeboard, ski aquático e barefoot.

II - RECOMENDAÇÕES

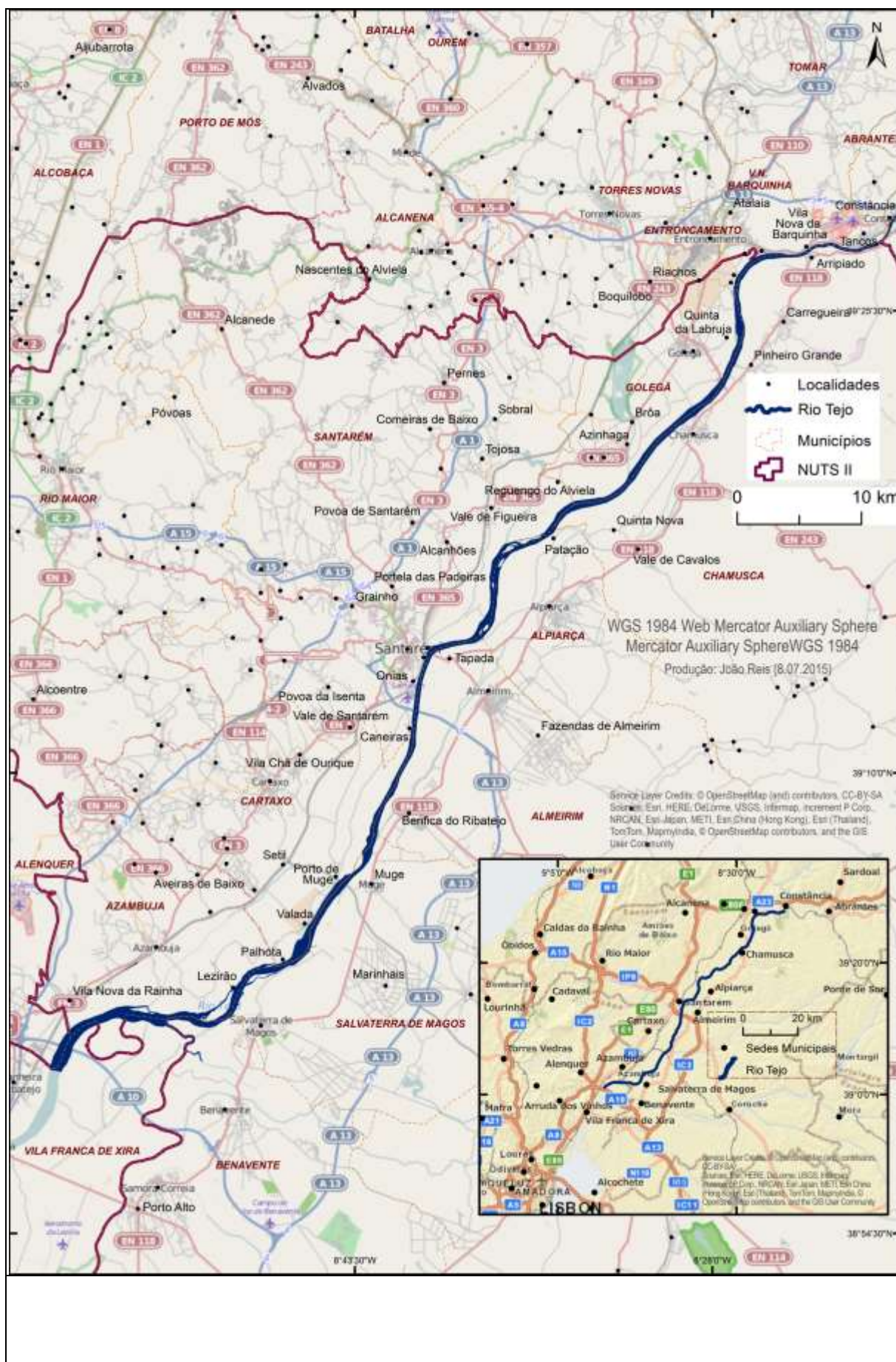
- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo) que agregue os produtos náuticos disponíveis no Vale do Sorraia.
- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Maximização do potencial da capacidade instalada, nomeadamente através de calendário de eventos com provas de índole nacional e internacional.

8.4.6. TEJO E LEZÍRIA

8.4.6.1. RIO TEJO – TROÇO AZAMBUJA-CHAMUSCA

Figura 114 – Ficha de Spot: Rio Tejo – Troço Azambuja-Chamusca

Ficha de Spot								
Designação: Rio Tejo – Troço Azambuja - Chamusca	Localização: Município de Azambuja Município do Cartaxo Município de Santarém Município de Golegã Município de Benavente Município de Salvaterra de Magos Município de Almeirim Município de Alpiarça Município da Chamusca	Agentes a envolver: Câmaras Municipais de Azambuja, Cartaxo, Santarém, Golegã, Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça e Chamusca CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo APA - Agência Portuguesa do Ambiente NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém Agentes associativos locais do setor náutico Agentes económicos/empresariais do setor náutico						
Caraterização: A localidade de Salvaterra de Magos é servida pela Vala Real, oferecendo neste contexto uma marina e um cais de acostagem, onde operam empresas marítimo-turísticas com circuitos no rio Tejo. Neste curso ribeirinho localizam-se ainda o Museu do Rio (antigos ofícios do rio), o Celeiro da Vala (antigo celeiro agrícola, espaço de exposições, nomeadamente dedicado à cultura do arroz) e o Posto de Turismo. Na vila destaque ainda para a Falcoaria Real. A região tem graves limitações ao nível da oferta de alojamento hoteleiro. Pelas suas condições de acessibilidade e navegabilidade a Vila de Salvaterra poderá assumir-se como uma porta de acesso ao rio, ponto de partida e chegada para passeios no rio Tejo. A definição de percursos em embarcações de recreio poderá ser articulada com outros pontos de interesse como o Museológico de Escarpim (Salvaterra de Magos), nas proximidades de uma unidade de restauração qualificada e de duas infraestruturas de acostagem (uma delas palafita), e as localidades do município do Cartaxo, Valada, onde existe um cais de acostagem moderno, e Palhota (aldeia avieira), onde existe um pequeno núcleo museológico da cultura avieira e um cais palafita a necessitar de requalificação. Neste contexto territorial deverá ainda ser considerada a riqueza natural do rio do Tejo, oferecendo um potencial relevante para, em complementaridade com o turismo náutico, o turismo na natureza (ex: observação de aves) e cultural (ex: cultura avieira, rota do cavalo lusitano e rota do arroz). Mais a jusante, no município da Azambuja na desembocadura do Rio Maior com o rio Tejo, existe em ruínas o antigo Palácio da Rainha ou Estalagem das Obras Novas e um pequeno cais de acostagem de apoio à rota dos mouchões, passeio fluvial pelo Tejo que se realizava na embarcação varina Vala Real (atualmente a necessitar de reparação). Santarém é reconhecida pelo seu acervo histórico-patrimonial e apresenta-se como uma referência do ponto visto turístico não só regional, mas também nacional, beneficiando ainda de condições únicas de acessibilidade. Ao nível do alojamento turístico é igualmente uma referência importante para a região, concentrando cerca de 50% da oferta. Do ponto de vista náutico importa considerar a associação da cidade com rio, sendo todavia as infraestruturas neste domínio extramente limitadas. No entanto, existe a oferta de pequenos circuitos navegáveis, como por exemplo a rota do cavalo lusitano, entre esta cidade e a aldeia de Valada (Cartaxo). O município da Chamusca é atravessado pelo rio Tejo ao longo de 24 km. Na própria Vila da Chamusca podemos encontrar raízes profundas da cultura avieira, pelo que se mantêm alguns assentamentos avieiros, como o Porto do Carvão e o Porto das Mulheres. A norte do município encontra-se a aldeia do Arripiado, com uma área ribeirinha totalmente requalificada no âmbito do Projeto Parque Almourol (ao abrigo do qual foram também criados e sinalizados alguns percursos ribeirinhos e um miradouro para o Castelo de Almourol) para servir como zona de lazer para quem pretende observar o rio. Nesta aldeia encontra-se o cais de S. Marcos e o cais Militar. A Câmara Municipal da Chamusca assegura, durante a semana, a travessia do Tejo numa barca até Tancos e, pontualmente, assegura passeios até ao Castelo de Almourol, por marcação. Neste eixo do Tejo, podem desenvolver-se circuitos fluviais, possibilitar a prática de vários desportos náuticos, como a canoagem, <i>stand up paddling</i> , pesca, etc. Ao longo desta extensão do Tejo, existem ainda percursos pedestres e cicláveis, como o circuito da Borda d'Água.								
Objetivo Geral: Infraestruturação e desenvolvimento de atividades náuticas e de animação turística em contexto de espaço fluvial, potenciadas pela cultura avieira e pelo ambiente natural envolvente, qualificando os núcleos de frente ribeirinha como promotores de atividades recreativas.		Relevância Estratégica: <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Interesse</td> <td style="text-align: center;">Elevado</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Condições de Contexto</td> <td style="text-align: center;">Médias</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #e0f2f1;">Avaliação Global</td> <td style="text-align: center;">3</td> </tr> </table>	Interesse	Elevado	Condições de Contexto	Médias	Avaliação Global	3
Interesse	Elevado							
Condições de Contexto	Médias							
Avaliação Global	3							



I - AÇÕES

Produto

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Operacionalização da articulação do produto fluvial no triângulo Santarém, Valada/Palhota e Salvaterra de Magos/Escaroupim.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico, bem como outras que se desenvolvam nas margens do curso de água (ex: Rota dos Avieiros, ecossistemas das margens do tejo, Património monumental ribeirinho, ...).
- Reforço da articulação entre destinos turísticos complementares, nomeadamente com Lisboa, Tomar (templários) e vale do Sorraia, mantendo o Rio Tejo como elemento estruturante.
- Promoção de sinergias de produto com regiões limites, nomeadamente, Constância e Ferreira do Zêzere, no âmbito da canoagem, excursões náuticas e *stand up paddle*.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Promoção de projetos de tematização do alojamento local, designadamente um hotel palafita e uma rede de casas flutuantes.
- Promover o turismo no espaço rural – (ex: Quinta da Marchanta - Cartaxo) – e operar no sentido da sua ligação ao Rio, às atividades náuticas e ao turismo de aventura.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas fluviais que, por condicionalismos empresariais, deixaram de estar disponíveis ou com atividade drasticamente reduzida (ex: Rota dos Mouchões – Azambuja) ou que beneficiem da história e cultura regionais (ex: Rota dos Avieiros).
- Requalificação etno-museológica das aldeias avieiras, numa perspetiva de concretização de projetos de turismo comunitário de aldeia (avieiras).
- Extensão do Museu do Rio (Salvaterra de Magos), no sentido de se tornar num efetivo pólo de interpretação fluvial, considerando o enlace entre a dimensão ambiental e a humana. Neste núcleo deve funcionar um Observatório do Turismo Fluvial.
- Promoção do turismo de natureza, designadamente a observação de fauna e flora no futuro corredor ecológico de proteção total da Biodiversidade do Tejo.
- Promoção da Rota das Tapadas entre Porto de Muge e a aldeia da Palhota (percurso homologado pela FCMP), estabelecendo a sua ligação – através de suportes eficazes – com o modo de vida da beira rio.
- Criação e sinalização de percursos de BTT nas margens do Tejo, designadamente no Arripiado.
- Criação de pacotes turísticos especificamente dirigidos para a fruição dos locais de interesse ornitológico acrescido representados pela rede de estações ornitológicas do Tejo (a criar).

Infraestruturas e equipamentos

- Desenvolvimento de um modelo de adequação de infraestruturas e equipamentos a aplicar nas aldeias avieiras, de modo a sustentar lógicas de articulação entre terra e o rio, através da construção de cais e acessos pedonais às aldeias (Palhota, Escaroupim e Valada).
- Criação de corredores pedestres e cicláveis, sempre que possível ao longo das margens do Rio e espaços de fruição da paisagem, tendo em vista a sua posterior ligação a outros espaços desta natureza, designadamente, entre Escaroupim, Palhota e Pinheiroca.

- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores, designadamente no Porto do Carvão – Chamusca (acessos, requalificação dos espaços verdes, criação de um parque de merendas, miradouro sobre o Rio, campos de jogos, ...) e no Arripiado.
- Qualificação dos acessos ao curso de água e ordenamento e requalificação das margens do Rio, nomeadamente a limpeza dos antigos trilhos e das margens, controle da ocupação à margem da lei dos espaços públicos, reflorestação de troços sem vegetação, entre outros aspetos.
- Recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, fingers de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso ao rio, áreas de reparação, armazéns de aprestos, cartografia atualizada do rio, entre outras. Neste particular, destaca-se:
 - Criação de acesso para o embarque e desembarque de passageiros das empresas Marítimo-Turísticas na Fluvina de Valada.
 - Construção de um cais em “paliçada” ou “estacaria”, junto do Salgueiro/Palhota, tendo em vista facilitar o embarque e desembarque de visitantes e turistas.
 - Reabertura do antigo canal junto ao Miradouro/Palhota, tendo em vista promover o enquadramento paisagístico da aldeia, bem como as condições de fruição turística da mesma.
 - Desassoreamento e qualificação do canal da zona da Praia Doce, no sentido de permitir a sua utilização no âmbito do turismo náutico de feição ambiental.
 - Requalificação dos cais do Arripiado, nomeadamente dotando-os de estruturas enquadradas no contexto do turismo acessível.
 - Melhoria do acesso e das condições de observação ornitológica dos pontos relevantes para o efeito (rede de sítios).
 - Construção de cais de atracagem para acesso pedonal à aldeia de Palhota.
- Aquisição de embarcação fluvial adaptada a pessoas de mobilidade reduzida, com ilhargas para facilitar os acessos e com lastro raso (Arripiado).
- Criação de um parque para auto-caravanismo na zona ribeirinha do Arripiado.
- Criação, no Arripiado e em estrutura palafítica, de um Centro de Interpretação do Tejo adaptado à vertente da formação, com oficinas de construção e reparação de embarcações.
- Construção de pesqueiro de estrutura aligeirada nas zonas onde já se pratica a modalidade criando formas de acesso mais seguras por passadiços e plataformas sobre-elevadas – Pinheiro Grande e Arripiado.
- Implementação de sinalética turística e ambiental, tendo como objetivo facilitar e promover o acesso aos principais locais de interesse, bem como proporcionar informação relevante sobre a paisagem, os monumentos e as espécies animais e vegetais mais relevantes.
- Criação de um corredor de manutenção estruturado por uma via ciclável ao longo da margem do rio Tejo, ligando os vários *spots*.

Eventos

- Prova do campeonato nacional de corridas de aventura em forma de triatlo, entre Santarém e Lisboa.
- Festival internacional cinematográfico ficção e documentário sobre os ambientes fluviais mundiais integrando um

concurso nacional de curtas metragens sobre o Rio Tejo.

- Concurso de literatura de contos de viagens sobre a cultura no Rio Tejo, denominado “As viagens no meu Tejo”.
- *Long distance canoeing adventure race*, ultra maratona de canoagem de descida do rio Tejo desde Barco del Tajo até Oeiras.
- Regata de embarcações tradicionais do Tejo, entre Valada e Cascais.

II - RECOMENDAÇÕES

- Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o eixo do Tejo, enquanto destino turístico conhecido e reconhecido.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Ordenamento e requalificação do rio e das margens mais significativas para a operação turístico-fluvial, incluindo nomeadamente o desassoreamento e dragagem deste troço do rio e respetiva sinalização e balizagem dos canais de navegação (significado estratégico).
- Estruturação de um sistema eficaz de recolha periódica dos resíduos sólidos e desenvolvimento de campanhas de sensibilização dirigidas aos utilizadores deste espaço.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.
- Criação de uma *under umbrella brand* (sob a marca Alentejo/Ribatejo) que agregue os produtos característicos do eixo fluvial do Tejo e das suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a desenvolver no contexto do futuro plano de marketing e comunicação.
- Elaboração do regulamento de acesso ao cais fluvial da Valada com vista a permitir uma maior utilização do equipamento pelas embarcações marítimo-turísticas, tendo em vista a otimização da infraestrutura instalada.
- Facilitar a constituição de redes formais de associativismo e cooperação interempresarial e institucional.
- Estabelecimento de uma estrutura regional de *stakeholders* para sensibilização das entidades nacionais com jurisdição no domínio do território náutico (ex: APA, ICNF), de modo a promover os quadros legais necessários ao desenvolvimento das atividades náuticas.
- Desenvolvimento de ações de formação conducentes à reintrodução da atividade de guarda rios, numa lógica contemporânea que vise a salvaguarda dos espaços e dos valores instalados, bem como o apoio às atividades náuticas e recreativas.
- Criação de um área protegida a norte da Reserva do Estuário do Tejo (“corredor ecológico de proteção total da Biodiversidade” – zona da margem norte do Tejo compreendendo os concelhos de Azambuja, Cartaxo e Vila Franca de Xira e zona da margem sul do Tejo, incluindo os concelhos de Benavente e Salvaterra de Magos).
- Criação de projeto técnico com as Comunidades Intermunicipais a apresentar às CCDR para, em conjunto com a APA definir critérios de extração de inertes da bacia do Rio Tejo, criando um corredor central de profundidade controlada (tipo dragagem) de forma a tornar o rio navegável a pequenas embarcações.
- Plano de Pormenor para a promoção e o aproveitamento integrado turístico-recreativo do património da cultura avieira.
- Plano de Pormenor para o desenvolvimento da ribeira de Santarém, com estabelecimento de um espaço criativo cruzando turismo náutico com o turismo artístico-criativo.

8.5. AÇÕES/RECOMENDAÇÕES COMPLEMENTARES – OUTROS SPOTS

Anteriormente foram apresentadas as propostas incidentes sobre a Região, os Eixos Territoriais Estruturantes e os planos de água (*spots*). Como decerto foi verificado, para o caso destes últimos, só foi considerado um subconjunto do universo regional dos espelhos de água, efetivamente, aqueles que, através da avaliação – presente e prospetiva – levada a efeito pela equipa do plano foram reconhecidos como de primeira linha (pontuação superior ou igual a 80).

Interessa, contudo, precisar que o ato avaliativo encerra uma dimensão necessariamente subjetiva (mesmo quando utilizadas ferramentas de metrologia numéricas e os resultados submetidos a uma validação colectiva), facto que nos deve levar a ter um posicionamento cauteloso e flexível neste domínio, muito em especial no âmbito da avaliação de recursos projetada para o futuro em função do cenário e da visão estratégica adotada (também ele e ela algo que se apoia em futuríveis incertos, construídos num quadro de dinâmicas cada vez mais plásticas e com deformações com ritmos crescentemente acelerados).

Acresce que o desenvolvimento das atividades e do turismo náuticos regionais assentará, também, na vontade e no livre arbítrio da iniciativa individual dos empreendedores e dos investidores, algo que poderá introduzir alterações significativas ao modelo de desenvolvimento territorial da náutica que foi concebido neste relatório, dando origem a viscosidades em *spots* onde foram considerados projetos em carteira que podem não concretizar-se e, inversamente, surgirem iniciativas estruturantes não previstas suscetíveis de motorizar dinâmicas de desenvolvimento impossíveis de considerar no presente.

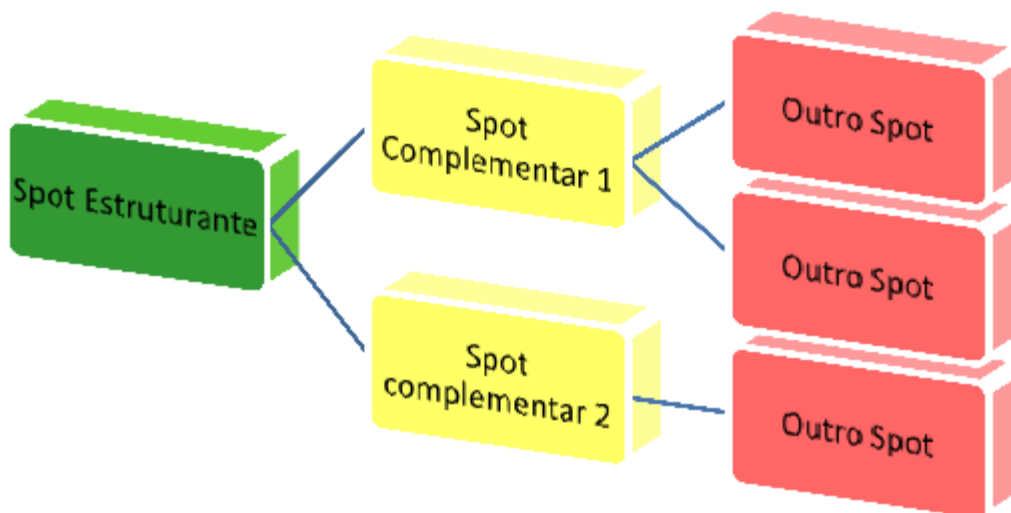
Por tudo isto, mas também pelo facto de a equipa ter recolhido um conjunto de sugestões válidas oriundas de *stakeholders* associados a outros locais náuticos e, igualmente, porque a mesma, aquando do seu trabalho de campo e da posterior reflexão estratégica, se debruçou sobre a totalidade do universo dos *spots* regionais, foi decidido alargar o tecido propositivo àquilo que foi designado como locais praticáveis complementares.

Esta rede secundária de *spots* dará origem a um conjunto de recomendações e ações complementares que, sem as preocupações de uma sistemática sólida e de justificações com resistências a toda a prova, se achou por bem incluir no presente estudo.

Finalmente, interessa ter em linha de conta que, quando se trabalha ao nível do desenvolvimento dos territórios, estes não devem ser dimensionados de forma isolada (mesmo quando para efeitos de operacionalização e de arrumação o são) pelo que os *spots* principais que foram trabalhados em detalhe deverão ser alvo de um esforço de integração vertical (temática – a náutica e outros produtos), mas também horizontal (espacial – o *spot* considerado e os outros *spots*, incluindo os secundários e outros de menor potencial).

A presente listagem de recomendações e de ações será, assim, também um contributo para ajudar ao alargamento do domínio reflexivo de uma lógica de *spots* a uma lógica de conjuntos territoriais náuticos polarizados e hierarquizados.

Figura 115 – Conjuntos territoriais náuticos



Fonte: própria

8.5.1. ALENTEJO ATLÂNTICO

Quadro 121 – Propostas Estratégicas de Investimento (praias de Santiago do Cacém – Lagoas de Santo André e da Sancha; praias de Santo André)

PRAIAS DE SANTIAGO DO CACÉM (LAGOAS DE SANTO ANDRÉ E DA SANCHA; PRAIAS DE SANTO ANDRÉ)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Criação de infraestruturas de suporte para práticas de desportos náuticos e de vento sobretudo na área de intervenção da Lagoa e da praia de Santo André.
	Criação de uma rede de suporte para o apoio e ação no âmbito do desenvolvimento de eventos da pesca desportiva. A Pesca Desportiva assume-se igualmente neste território como um produto a potencializar, sendo importante o desenvolvimento de infraestruturas de apoio, como seja a figura do centro náutico (a construir em pontos estratégicos), integrado com os desportos de onda.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 122 – Propostas Estratégicas de Investimento (praias de Santiago do Cacém – Fonte do Cortiço e da Vacaria)

PRAIAS DE SANTIAGO DO CACÉM (FONTE DO CORTIÇO E DA VACARIA)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Criação de uma rede de suporte para o apoio e ação no âmbito do desenvolvimento de eventos da pesca desportiva. A Pesca Desportiva assume-se igualmente neste território como um produto a potencializar, sendo importante o desenvolvimento de infraestruturas de apoio, como seja a figura do centro náutico (a construir em pontos estratégicos), integrado com os desportos de onda.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 123 – Propostas Estratégicas de Investimento (Sines – praias do Norte)

SINES - PRAIAS DO NORTE	
Propostas Estratégicas de Investimento	Criação de uma rede de suporte para o apoio e ação no âmbito do desenvolvimento de eventos da pesca desportiva. A Pesca Desportiva assume-se igualmente neste território como um produto a potencializar, sendo importante o desenvolvimento de infraestruturas de apoio, como seja a figura do centro náutico (a construir em pontos estratégicos), integrado com os desportos de onda.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 124 – Propostas Estratégicas de Investimento (praias de Odemira – praias do Norte)

PRAIAS DE ODEMIRA - PRAIAS DO NORTE	
Propostas Estratégicas de Investimento	Criação de infraestruturas de suporte para práticas de desportos náuticos. De onda deslize e de vento.
	Criação de uma rede de suporte para o apoio e ação no âmbito do desenvolvimento de eventos da pesca desportiva. A Pesca Desportiva assume-se igualmente neste território como um produto a potencializar, sendo importante o desenvolvimento de infraestruturas de apoio, como seja a figura do centro náutico (a construir em pontos estratégicos), integrado com os desportos de onda.
	Criação de uma base náutica dedicada ao <i>surf</i> que permita a otimização do potencial de ondas dos Aivados e do Malhão.
	Criação de um modelo de salvaguarda e segurança na praia, adaptada a praias não concessionadas.
	Criação de centro de treino de alta competição e rendimento do desporto de ondas no Alentejo.

Quadro 125 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Morgavel – Sines)

ALBUFEIRA DE MORGAVEL (SINES)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.
	Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.

Quadro 126 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Fonte Serne – Sines)

ALBUFEIRA DE FONTE SERNE (SINES)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.
	Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente com aproveitamento das casas de barragem propriedade das Associações de Regantes, não só para alojamento, mas também para centros apoio às atividades náuticas e/ou de interpretação ambiental.

Quadro 127 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Campilhas – Santiago do Cacém)

ALBUFEIRA DE CAMPILHAS (SANTIAGO DO CACÉM)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.
	Promoção de projetos de tematização do alojamento, designadamente com aproveitamento das casas de barragem propriedade das Associações de Regantes, não só para alojamento, mas também para centros apoio às atividades náuticas e/ou de interpretação ambiental.

8.5.2. HINTERLAND ALENTEJANO

Quadro 128 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira da Freixeirinha – Montemor-o-Novo)

ALBUFEIRA DA FREIXEIRINHA (MONTEMOR-O-NOVO)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.
	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.

Quadro 129 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira dos Minutos – Montemor-o-Novo)

ALBUFEIRA DOS MINUTOS (MONTEMOR-O-NOVO)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.
	Ordenamento e requalificação dos troços e das margens mais significativas para a atividade turístico-fluvial.

Quadro 130 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira do Divor – Arraiolos)

ALBUFEIRA DO DIVOR (ARRAIOLOS)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.
	Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.

Quadro 131 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Monte Novo – Évora)

ALBUFEIRA DE MONTE NOVO (ÉVORA)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (rampas de acesso, <i>fingers</i> de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso às albufeiras.
	Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 132 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira da Vigia – Redondo)

ALBUFEIRA DA VIGIA (REDONDO)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.
	Ordenamento e requalificação das margens mais significativas para a atividade turística de albufeira.

Quadro 133 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Torres – Évora)

ALBUFEIRA DE TORRES (ÉVORA)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 134 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Tourega – Évora)

ALBUFEIRA DE TOUREGA (ÉVORA)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 135 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira Pego do Altar – Alcácer do Sal)

ALBUFEIRA PEGO DO ALTAR (ALCÁCER DO SAL)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.
	Regulamentação e qualificação de uso de áreas de apoio ao caravanismo.

Quadro 136 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Alvito – Portel, Cuba e Viana do Alentejo)

ALBUFEIRA DE ALVITO (PORTEL, CUBA E VIANA DO ALENTEJO)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (rampas de acesso, <i>fingers</i> de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso às albufeiras.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 137 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira do Roxo – Aljustrel e Beja)

ALBUFEIRA DO ROXO (ALJUSTREL E BEJA)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 138 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira Monte da Rocha – Ourique)

ALBUFEIRA MONTE DA ROCHA (OURIQUE)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

8.5.3. ALQUEVA E FAIXA RAIANA MERIDIONAL

Quadro 139 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira do Pedrógão – Vidigueira)

ALBUFEIRA DO PEDRÓGÃO (VIDIGUEIRA)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Desenvolvimento e operacionalização de atividades turísticas em contexto de espelho de água de albufeira.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

8.5.4. TEJO SUPERIOR E RAIÁ SETENTRIONAL

Quadro 140 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Fratel – Nisa)

ALBUFEIRA DE FRATEL (NISA)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.

Quadro 141 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira da Apartadura – Marvão)

ALBUFEIRA DA APARTADURA (MARVÃO)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.
	Infraestruturação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Quadro 142 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Abrilongo – Arronches e Campo Maior)

ALBUFEIRA DE ABRILONGO (ARRONCHES E CAMPO MAIOR)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Reforço da rede de oferta de atividades de animação turística complementares às atividades náuticas.
	Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Ribeira Grande (Município de Fronteira) – Eixo Territorial de Ponte de Sor, Montargil, Maranhão e Avis

Numa fase bastante avançada do plano vertente chegou à equipa informação relevante incidindo sobre as características e as atividades associadas à **Ribeira Grande** (Sub-região Alto Alentejo: Eixo territorial Ponte de Sor, Maranhão, Montargil e Avis, Município de Fronteira).

Não dispondo de tempo útil suficiente para proceder a todas as modificações – em cascata – que a introdução destes novos dados no corpo principal do relatório implicaria e, por outro lado, considerando que a mesma informação é suficientemente relevante para não ser obliterada, foi decidido que o seu acolhimento no relatório se efetuasse através da sua inclusão neste subcapítulo, modo suscetível de, sem incorporar entropias no desenvolvimento encadeado do discurso analítico e propositivo, deixar assinalado o interesse deste *spot*.

Assim, importa dar conta da valia e do potencial da Ribeira Grande para o desenvolvimento de atividades náuticas como a canoagem, a pesca desportiva, a navegação de recreio e, ainda, as que derivam da existência de uma praia fluvial (atividades balneares e desportivas, tais como o *kayak polo* e as que decorrem no contexto do campo de férias da Serra Brava).

Importa, ainda, referir que a praia fluvial e a sua envolvente possui um conjunto apreciável de infraestruturas e equipamentos capitalizável, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento do turismo náutico e/ou do turismo cultural com dimensões fluviais.

Entre estes, destacamos a existência de um clube náutico com as necessárias áreas de apoio, um clube de pesca, um campo de futebol de praia, uma piscina descoberta, um posto de turismo, um observatório astronómico de invulgar valia, um parque infantil, uma área de merendas, restaurantes, entre outros.

Sublinhe-se, finalmente, a existência – no *spot* ou nas imediações – de um calendário de eventos com significado no seu posicionamento atrativo (provas do campeonato nacional de *kayak polo*, abertura da época balnear, semana da juventude, atividades associadas ao clube de pesca, ...), bem como a possibilidade de composição de produtos turísticos compósitos derivada dos recursos de natureza cultural e paisagística presentes no município de Fronteira (por exemplo, o Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, o Centro Hípico, o Clube e Escola de Balonismo, o Terródromo de Fronteira, o Campo Arqueológico, as Termas da Sulfúria em Cabeço de Vide, a paisagem vegetal e rural, entre outros).

8.5.5. VALE DO SORRAIA E AFLUENTES

Quadro 143 – Propostas Estratégicas de Investimento (Açude da Agolada – Coruche)

AÇUDE DA AGOLADA (CORUCHE)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Infraestruturação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.
	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.

Quadro 144 – Propostas Estratégicas de Investimento (Açude do Monte da Barca – Coruche)

AÇUDE DO MONTE DA BARCA (CORUCHE)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Infraestruturação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.
	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.

8.5.6. TEJO E LEZÍRIA

Quadro 145 – Propostas Estratégicas de Investimento (Albufeira de Magos – Salvaterra de Magos)

ALBUFEIRA DE MAGOS (SALVATERRA DE MAGOS)	
Propostas Estratégicas de Investimento	Dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica, designadamente cais de atracação, poitas, <i>fingers</i> de acostagem, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso, áreas de reparação, armazéns de aprestos, entre outras.
	Infraestruturação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer que contemple WC, restauração, parques de merendas, balneários, <i>playgrounds</i> para crianças, área desportiva, entre outros.

Herdade da Vargem Fresca – projecto wakepark (Município de Benavente) – Eixo Territorial do Rio Tejo

Muito recentemente chegou ao conhecimento da equipa a existência de um projeto – já licenciado pela Câmara Municipal de Benavente e outras entidades competentes – a materializar num lago privado da **Herdade da Vargem Fresca**, em Benavente, a instalação de um *Wakeboard Cable Park*.

Tendo em conta a fase terminal em que se encontrava o presente relatório, não restou outra alternativa à equipa do que acolher a informação prestada de uma forma adventícia ao corpo principal do mesmo, através da sua inclusão neste subcapítulo, forma suscetível de, sem introduzir entropias no desenvolvimento encadeado do discurso analítico e propositivo, deixar registado o projeto em curso.

Efetivamente, trata-se de uma iniciativa que se avalia de grande relevância para o desenvolvimento do turismo náutico no eixo territorial a que pertence, não só pela sua natureza inovadora no contexto do país, mas também pelo seu potencial de projeção internacional e ainda pelas suas características amigáveis no âmbito da sustentabilidade ambiental do plano de água e das respetivas margens.

O projeto em causa sintetiza-se através da criação de um complexo de desportos aquáticos com duas vertentes principais: i) uma pista, ativada por um sistema de tração através de cabos, destinada a proporcionar práticas de *wakeboard*, *wakeskate*, *ski aquático* e *kneeboard* e ii) uma área social e de serviços composta por restaurante, bar,

loja de material desportivo, alojamento, balneários, sala de reuniões, bem como outros equipamento e infraestruturas complementares de lazer.

Tal como os promotores manifestam, o projeto em questão encerra um forte potencial ao nível da captação de praticantes e turistas internacionais, muito em especial dos países em que os rigores invernais impedem os treinos e a fruição destas modalidades nos seus locais habituais. Por outro lado, a existência, no local, de um resort de golf abre a possibilidade de desenvolver estratégias de *cross-selling*, beneficiando, mutuamente, das vantagens comparativas induzidas pelas condições climáticas temperadas necessárias à prática de ambas as atividades, bem como da proximidade a Lisboa e suas infraestruturas e equipamentos.

8.6. PROPOSTAS ESTRUTURANTES DE RESPONSABILIDADE DA ERTA

O modelo de propostas estruturantes de alavancagem estratégica, assume um papel determinante na relação entre a ERT e os restantes *stakeholders*, garantindo com a aferição destes projetos, promover fatores de valorização coletiva para todo o território do Alentejo e Ribatejo.

Pretende-se focar um conjunto de projetos vitais para cada uma das sub-regiões, inventariadas pela equipa do projeto, atribuindo à ERT, o papel de liderança das parcerias envolvidas no mecanismo de promoção e desenvolvimento de cada uma das propostas.

Para cada um dos eixos territoriais indicados, salientamos a apresentação de três propostas estruturantes (um produto, uma infraestrutura e um evento).

ALENTEJO ATLÂNTICO

Produto:

- NÁUTICA DE RECREIO E NÁUTICA DESPORTIVA

Infraestruturas e equipamentos:

- Ampliação e infraestruturização do Porto de recreio de Sines, de modo a garantir o recetivo de mais 100 lugares para unidades de náutica de recreio (entre poitas e *fingers*).
- Processar a obras de desassoreamento da foz do rio Mira, sinalização e qualificação do porto de recreio de Vila Nova de Milfontes, de modo a garantir a entrada e salvaguarda de embarcações que passam ao largo da Costa Atlântica do Alentejo.
- Adaptação e apetrechamento dos Portinhos de pesca da Azenha do mar ou da Lapa das Pombas, para acolher, por curta estadia, embarcações que passam ao largo da Costa Atlântica do Alentejo.

Eventos:

- Criação de um evento de vela de cruzeiro de dimensão internacional que vise valorizar o litoral alentejano como campo de regata (ex: 160 milhas – Sines – Lagos – Sines, sem *stopover*).
- Em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Algarve, promover uma candidatura para a realização de uma prova do WQS de Surf, conjugando o interesse das praias Alentejanas (Aivados, Malhão, Odeceixe) com as praias algarvias (Monte Clérigos, Arrifana, Amado).
- Garantir a candidatura do eixo do Sado (Tróia/Setúbal) à realização de uma prova do Campeonato do Mundo de *Iron-Men*.

HINTERLAND ALENTEJANO

Produto:

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Articulação entre os empresários locais, as associações de desenvolvimento local, cultura e recreio, e as autarquias, procurando potenciar o *cluster* das barragens do *hinterland* alentejano.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.

Infraestruturas e Equipamentos:

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer, nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.

Eventos:

- Criação de uma rede de eventos de animação desportiva de natureza e aventura, designadamente biatlo (natação e corrida).
- Provas do campeonato nacional de orientação.

ALQUEVA E FAIXA RAIANA MERIDIONAL**Produto:**

- Projeto do arquipélago turístico do Alqueva, a integrar no futuro Parque Natural Regional das Ilhas do Alqueva, que organize as ilhas objeto de concessão, no sentido de conferir racionalidade conjunta ao arquipélago sob o ponto de vista do desenvolvimento turístico destes espaços. Este projeto deverá contemplar um sistema de gestão, o estabelecimento de estruturas ligeiras e amovíveis, cais de acostagem e um sistema de apoio às estadas (prestação de serviços, segurança, assistência de emergência e recolha de resíduos).
- Implementar e desenvolver o projeto *Land & Water Art Museum* – projeto integrado de desenvolvimento territorial proporcionado, através de um leque de iniciativas no domínio de arte pública composto por: área de alojamento para artistas (residências artísticas), área administrativa, área ofical e áreas expositivas. Estas últimas serão localizadas em diversas ilhas – expositores (que não possuem capacidade para acolhimento de alojamento turístico) e proporcionarão circuitos navegáveis de visitação turística ou museológica.
- Criação de ligações aéreas em hidroavião no triângulo Lisboa, Algarve e Espanha e desenvolvimento de circuitos entre os principais planos de água regionais.

Infraestruturas e Equipamentos:

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira, balizagem dos canais de navegação).

- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praias fluviais, WC, restauração, parques de merendas, áreas de ensombramento, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.
- Desenvolvimento de uma rede de parques multiatividades de recreio náutico (um parque por município funcionando como porta de parque com apoio ao uso turístico e de lazer - equipados com centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas, centro de interpretação ambiental, alojamento de pequena dimensão, atividades de animação turística, espaço recetivo das empresas marítimo-turísticas, desinfeção e vistoria de embarcações privadas e outras atividades de fiscalização, etc.).

Eventos:

- Prova do campeonato mundial de maratona em canoagem.
- Prova do campeonato mundial de corridas orientação e *ultra trail* em forma de triatlo.
- *ArtFest* Amieira Marina – evento anual (música, teatro e artes plásticas).

TEJO SUPERIOR E RAIÁ SETENTRIONAL

Produto:

- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora neste espaço e no Lago da Alfarófia e continuação para noroeste até Ponte de Sor e com extensão a Mora e Coruche.
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva local e temática de atividades marítimo-turísticas.

Infraestruturas e equipamentos:

- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).

- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, *playgrounds* para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.

Eventos:

- Descida Internacional do rio Tejo em Canoagem.

VALE DO SORRAIA E AFLUENTES

Produto:

- Criação de produtos compósitos associando a dimensão aquática às temáticas mais relevantes na ótica da atratividade turística (cultura e ambiente), nomeadamente passeios pedestres, observação de aves, circuitos de interpretação da paisagem, entre outros.
- Operacionalização de uma rota de pesca desportiva com âncora neste espaço e na Albufeira do Maranhão com extensão para o Lago da Alfarófia, Ponte de Sor, Mora e Coruche.

Infraestruturas e equipamentos:

- Criação de um parque multiatividades de recreio náutico com múltiplas valências: praia fluvial, parque aquático insuflável com plataformas de acesso, *wakeboard cable park*, infraestruturas de apoio (ancoradouro, balneários, bar, restaurante, parque de merendas), centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas, centro de interpretação ambiental/ecológico, com informações sobre percursos pedestres, *birdwatching*, etc.
- Criação, recuperação e dotação de infraestruturas e serviços de apoio à atividade náutica (*fingers* de acostagem, poitas de amarração, cais de acesso, zonas de varagem de embarcações, rampas de acesso à albufeira).

Eventos:

- Campeonatos nacionais e internacionais de canoagem, vela, ski aquático e *wakeboard*.
- Festival de verão.

TEJO E LEZÍRIA

Produto:

- Operacionalização da articulação do produto fluvial no triângulo Santarém, Valada/Palhota e Salvaterra de Magos/Escaroupim.
- Criação de condições para a operacionalização de circuitos e rotas de turismo náutico, bem como outras que se desenvolvam nas margens do curso de água (ex: rota dos Avieiros, ecossistemas das margens do tejo, património monumental ribeirinho, etc.).
- Criação e operacionalização de um centro de divulgação, informação e reserva de atividades marítimo-turísticas.
- Requalificação etno-museológica das aldeias avieiras, numa perspetiva de concretização de projetos de turismo comunitário de aldeia (avieiras).
- Extensão do Museu do Rio (Salvaterra de Magos), no sentido de se tornar num efetivo polo de interpretação fluvial, considerando o enlace entre a dimensão ambiental e a humana. Neste núcleo deve funcionar um Observatório do Turismo Fluvial.

Infraestruturas e equipamentos:

- Desenvolvimento de um modelo de adequação de infraestruturas e equipamentos a aplicar nas aldeias avieiras, de modo a sustentar lógicas de articulação entre terra e o rio, através da construção de cais e acessos pedonais às aldeias (Palhota, Escaroupim e Valada).
- Infraestruturação ou recuperação de uma rede de espaços de sociabilidade e de lazer nas margens, que contemple praia fluvial, WC, restauração, parques de merendas, balneários, playgrounds para crianças, área desportiva e mobiliário/equipamentos de apoio aos utilizadores.

- Criação, no Arripiado e em estrutura palafítica, de um Centro de Interpretação do Tejo adaptado à vertente da formação, com oficinas de construção e reparação de embarcações.

Eventos:

- Prova do campeonato nacional de corridas de aventura em forma de triatlo, entre Santarém e Lisboa.
- Festival internacional cinematográfico ficção e documentário sobre os ambientes fluviais mundiais integrando um concurso nacional de curtas metragens sobre o Rio Tejo.